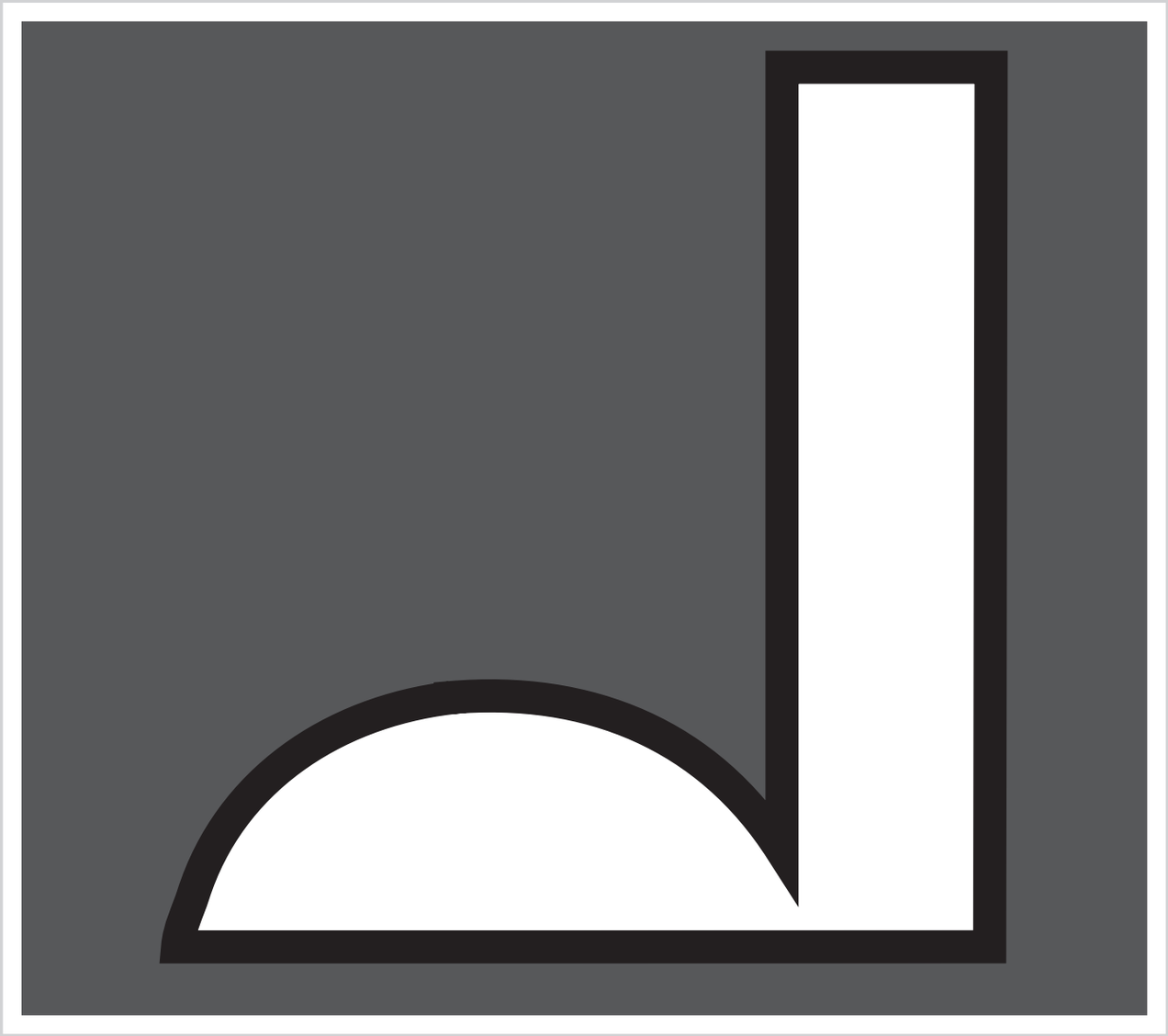
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVIII – Nº 32 – QUARTA-FEIRA, 20 DE MAR¢ O DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1ª VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3ª - João Durval - (PDT-BA)
4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (66,69)

.....

Líder do PMDB - 20

Eunício Oliveira (66,69)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (106)
Romero Jucá (40,105)

Líder do PP - 5

Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,89)

Líder do PSD - 2

Sérgio Petecão (85,88)

Vice-Líder do PSD
Kátia Abreu (11,13,52,61,86)

Líder do PV - 1

Paulo Davim (76)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12

Líder
Gim - Bloco (56,59,60)

Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,67)
Eduardo Amorim (17,47,48,73)
João Costa (82,83)
Blairo Maggi (19,51)

.....

Líder do PTB - 6

Gim (56,59,60)

Líder do PR - 4

Alfredo Nascimento (41,67)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (93)

Líder do PSC - 1

Eduardo Amorim (17,47,48,73)

Líder do PPL - 1

João Costa (82,83)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24

Líder
Wellington Dias - Bloco (25,71,92)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,70,94)
Rodrigo Rollemberg (68,100)
Inácio Arruda (90,101)
Eduardo Lopes (37,44,65,102)

.....

Líder do PT - 12

Wellington Dias (25,71,92)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,26,96)
Anibal Diniz (27,97)
Paulo Paim (98)
Eduardo Suplicy (99)

Líder do PDT - 5

Acir Gurgacz (49,55,70,94)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (87)

Líder do PSB - 4

Rodrigo Rollemberg (68,100)

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata (30,39,84)

Líder do PC DO B - 2

Inácio Arruda (90,101)

Vice-Líder do PC DO B
Vanessa Grazziotin (1,91)

Líder do PRB - 1

Eduardo Lopes (37,44,65,102)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (38)

Vice-Líderes
Gim (56,59,60)
Benedito de Lira
Lídice da Mata (30,39,84)
Jorge Viana
Vital do Rêgo

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16

Líder
Mário Couto - Bloco (32,62)

Vice-Líderes
Wilder Morais (103)
Ataídes Oliveira (104)
Cyro Miranda (33,95)

.....

Líder do PSDB - 12

Aloysio Nunes Ferreira (7,63)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (75)
Alvaro Dias (79)
Paulo Bauer (5,31,80,81)

Líder do DEM - 4

José Agripino (2,10,14,45,46,78)

PSOL - 1

Líder
Randolfe Rodrigues - PSOL (18,77)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATA

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 32ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 19 DE MARÇO DE 2013 10993

1.1 – ABERTURA 10995

1.2 – EXPEDIENTE 10995

1.2.1 – Pareceres

Nº 129, de 2013, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 11, de 2013 **(conclui pela apresentação do Projeto de Resolução nº 16, de 2013)**. 10995

Nº 130, de 2013, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 15, de 2013 **(conclui pela apresentação do Projeto de Resolução nº 17, de 2013)**. 11003

Nº 131, de 2013, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 16, de 2013 **(conclui pela apresentação do Projeto de Resolução nº 18, de 2013)**. 11012

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Resolução nºs 16 a 18, de 2013, resultantes de pareceres lidos anteriormente..... 11020

1.2.3 – Leitura de requerimentos

Nº 171, de 2013, de autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Randolfe Rodrigues, solicitando informações à Ministra-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. 11020

Nº 172, de 2013, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2008. **Deferido.**..... 11022

Nº 173, de 2013, de autoria do Senador José Pimentel, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2007-Complementar (tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 150, de 2005-Complementar; e 21, de 2011-Complementar) tramite também em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2009-Complementar, (tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, 248 e 450, de 2009-Complementares); com o Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2009-Complementar, (tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2009-Complementar); com o Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2007-Complementar, (tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 414, de 2007-Complementar, e 66 e 72, de 2008-Complementares); e com os Projetos de Lei do Senado nºs 62, 86, 113, 135, 376 e 382, de 2012-Complementares, 75, 538, 591 e 719, de 2011-Complementares; 12, 128, 243, 315, 350 e 507, de 2009-Complementares, 265 e 482, de 2008-Complementares, 180 e 540, de 2007-Complementares. 11022

1.2.4 – Leitura de Propostas de Emenda à Constituição

Nº 12, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal para incluir o produto da arrecadação das contribuições sociais que especifica no compartilhamento com Estados e Municípios e alterar os percentuais dos repasses*..... 11022

Nº 13, de 2013, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que *altera os §§ 4º e 6º do art. 66 da Constituição Federal para aumentar o prazo congressual destinado à apreciação do veto executivo, e dá outras providências*..... 11026

Nº 14, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador Randolfe Rodrigues, que *acrescenta parágrafo 3º ao art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 1998.* 11029

1.2.5 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 87, de 2013, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que *altera o Código Penal para prever causa de aumento de pena para a hipótese de o agente cometer crime no interior de estabelecimento hospitalar ou congênere contra pessoa dependente do sistema de saúde pública para favorecer paciente com plano de saúde privado*. 11031

Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2013, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que *acrescenta § 5º ao art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a negociação do banco de horas com a categoria profissional preponderante e dá outras providências.* 11032

1.2.6 – Mensagens da Presidente da República

Nº 17/2013 (nº 92/2013, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. DOUGLAS WANDERLEY DE VASCONCELLOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação de São Cristóvão e Névis. 11034

Nº 18/2013 (nº 93/2013, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. EDUARDO BOTELHO BARBOSA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argelina Democrática e Popular. 11051

Nº 19/2013 (nº 94/2013, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel..... 11085

Nº 20/2013 (nº 95/2013, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. DEMÉTRIO BUENO CARVALHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão e, cumulativamente, junto à República do Turcomenistão e à República Quirguiz. 11117

1.2.7 – Comunicações

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de desligamento dos Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho, João Vicente Claudino da composição da referida Comissão; e de designação de membro para compor a Subcomissão Permanente de Água e a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 **(Ofício nº 52/2013)**. 11223

Do Senador Inácio Arruda, da impossibilidade de participação de S. Exª na Missão Oficial do Grupo Parlamentar Brasil-Suíça, no período de 3 a 8 do corrente **(Ofício nº 62/2013)**. 11223

Da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, de retirada do Senador Eduardo Amorim da composição da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa **(Ofício nº 66/2013)**..... 11223

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de retirada do Senador Aloysio Nunes Ferreira da composição da Comissão de Assuntos Sociais **(Ofício nº 97/2013)**..... 11223

1.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Leitura de manifesto do Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, intitulado "Precatórios e o Interesse Público"; e outro assunto..... 11223

SENADOR *LUIZ HENRIQUE* – Comentários sobre a emenda apresentada por S. Exª ao projeto de lei complementar que regulamenta o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE..... 11225

SENADOR *VITAL DO RÊGO* – Elogios ao Governo Federal pela desoneração dos produtos da cesta básica; e outro assunto. 11226

1.2.9 – Mensagem da Presidente da República

Nº 97/2013, na origem, comunicando, com a restituição do respectivo autógrafo, a promulgação das partes vetadas do Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2011 (Veto Parcial nº 38, de 2012), sancionado e transformado na Lei nº 12.734, de 2012.... 11236

1.2.10 – Comunicação da Presidência

Encaminhamento das Sugestões nºs 1 a 6, de 2013, resultantes dos Projetos de Lei do Senado Jovem nºs 1 a 6, de 2012, à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa..... 11264

1.2.11 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADORA *VANESSA GRAZZIOTIN* – Considerações acerca do debate sobre prováveis mudanças nas regras do ICMS. 11264

SENADOR *CYRO MIRANDA* – Tristeza pela danificação de parte dos documentos do Arquivo Nacional. 11264

SENADOR *ALVARO DIAS* – Críticas ao Plano Inova Empresa, lançado pelo Governo Federal..... 11267

SENADOR *ANIBAL DINIZ* – Prestação de contas da agenda cumprida por S. Exª no Estado do Acre no último final de semana. 11268

SENADOR *ALOYSIO NUNES FERREIRA*, como Líder – Anúncio da apresentação de requerimento de informações sobre gastos da Presidência da República; e outro assunto. 11270

SENADOR *CÍCERO LUCENA* – Críticas às políticas públicas adotadas pelo Governo Federal para superar as desigualdades regionais..... 11272

SENADOR *PAULO DAVIM* – Apresentação de sugestões para amenizar os efeitos da seca no Nordeste. 11274

SENADOR *HUMBERTO COSTA* – Apelo por celeridade na tramitação de projeto de lei que trata do combate ao crime organizado; e outro assunto..... 11275

SENADOR *CASILDO MALDANER* – Registro da necessidade de implantação de uma política de defesa civil voltada para a prevenção dos impactos de acidentes climáticos; e outro assunto. 11277

SENADOR *JOÃO CAPIBERIBE* – Leitura de carta de autoria do Senador Randolfe Rodrigues. 11280

SENADORA *ANGELA PORTELA* – Satisfação com o lançamento, pelo Governo Federal, do Plano Nacional de Consumo e Cidadania; e outro assunto. 11286

SENADOR *EDUARDO LOPES* – Manifestação favorável à decisão liminar da Ministra Cármen Lúcia, do STF, que suspende a aplicação de dispositivos da lei que define a redistribuição dos *royalties* do petróleo; e outro assunto. 11289

1.2.12 – Questão de ordem

Suscitada pelo Senador Antonio Carlos Rodrigues e respondida pela Presidência..... 11292

1.2.13 – Leitura de requerimento

Nº 174, de 2013, de autoria de Líderes, solicitando urgência para os Projetos de Lei do Senado nºs 192, 289, 744 e 761, de 2011; 35, 89, 100 e 114, de 2012-Complementares. 11293

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Resolução nº 18, de 2013, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza o Município de São Bernardo do Campo-SP a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América)*. **Aprovado**..... 11302

Redação final do Projeto de Resolução nº 18, de 2013 **(Parecer nº 132, de 2013-CDIR). Aprovada**. À promulgação..... 11302

1.3.2 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Resolução nº 16, de 2013, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza a União a realizar operação financeira externa, mediante formalização do Contrato de Reestruturação de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República do Senegal, no valor equivalente a US$ 6.569.351,22 (seis milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, trezentos e cinquenta e um dólares dos Estados Unidos da América e vinte e dois centavos), para reescalonamento da dívida oficial senegalesa com o Brasil.* **Aprovado**. 11305

Redação final do Projeto de Resolução nº 16, de 2013 **(Parecer nº 133, de 2013-CDIR). Aprovada**. À promulgação..... 11305

1.3.3 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Resolução nº 17, de 2013, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza a União a realizar operação financeira externa, mediante formalização do Contrato de Reestruturação de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, no valor equivalente a US$ 4.323.293,85 (quatro milhões, trezentos e vinte e três mil, duzentos e noventa e três dólares dos Estados Unidos da América e oitenta e cinco centavos), para reescalonamento da dívida oficial santomense com o Brasil.* **Aprovado**..... 11307

Redação final do Projeto de Resolução nº 17, de 2013 **(Parecer nº 134, de 2013-CDIR). Aprovada**. À promulgação..... 11308

1.3.4 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Mensagem nº 110, de 2012 (nº 533/2012, na origem), de iniciativa da Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. JOSÉ AMIR DA COSTA DORNELLES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de Timor-Leste. **Aprovada,** nos termos do **Parecer nº 135, de 2013-CRE** (votação nominal). 11310

1.3.5 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Mensagem nº 10, de 2013 (nº 28/2013, na origem), de iniciativa da Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. WALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China e, cumulativamente, junto à Mongólia. **Aprovada,** nos termos do **Parecer nº 136, de 2013-CRE** (votação nominal)..... 11313

1.3.6 – Leitura de requerimento

Nº 175, de 2013, solicitando calendário especial para a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2012. **Aprovado, com modificações propostas pelo Presidente do Senado.**..... 11316

1.3.7 – ORDEM DO DIA (continuação)

1.3.8 – Item extrapauta (Incluído na pauta nos termos do Requerimento nº 175, de 2013)

Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2012 (nº 478/2010, na Câmara dos Deputados), tendo como primeiro signatário o Deputado Carlos Bezerra, que *altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais.* **Aprovada, em primeiro turno, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, na primeira sessão de discussão, com aquiescência do Plenário,** tendo usado da palavra os Senadores Rodrigo Rollemberg, Inácio Arruda, Lídice da

Mata, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Angela Portela, Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin, Sérgio Petecão, Gim, Lindbergh Farias, Humberto Costas, José Pimentel, Cássio Cunha Lima, Eduardo Amorim, Blairo Maggi, Pedro Taques, João Capiberibe, Lúcia Vânia, Antonio Carlos Valadares, Jayme Campos, Cristovam Buarque, Flexa Ribeiro, Aécio Neves, Ana Amélia, Pedro Simon, Paulo Paim, Jorge Viana, Anibal Diniz, Ana Rita, Ivo Cassol, Waldemir Moka e Eduardo Suplicy (votação nominal)..... 11317

Redação para o segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2012 **(Parecer nº 137, de 2013-CDIR).** 11339

1.3.9 – Leitura de requerimento

Nº 176, de 2013, de autoria de Líderes, solicitando calendário especial para a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2011. **Aprovado. .....** 11341

1.3.10 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária..... 11342

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 174, de 2013, de autoria de Líderes. **Aprovado.** 11343

1.4.2 – Discursos

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Manifestação favorável à aprovação da PEC dos trabalhadores domésticos..... 11343

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Registro de audiência que tratou da unificação das alíquotas do ICMS ocorrida hoje na CAE; e outro assunto... 11343

1.4.3 – Fala da Presidência (Senador Jorge Viana)

Criação da Comissão Mista para consolidação da legislação federal e regulação da Constituição Federal amanhã às 11 horas..... 11346

1.4.4 – Comunicações

Da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, de indicação de membros para integrarem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania **(Ofício nº 44/2013)**. *Designação dos Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, como titulares; e dos Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento, como suplentes, para comporem a referida Comissão*. 11347

Da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, de indicação de membros para integrarem a Comissão de Assuntos Econômicos **(Ofício nº 42/2013)**. *Designação dos Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, como titulares; e dos Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento, como suplentes, para comporem a referida Comissão*. 11347

Da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, de indicação de membros para integrarem a Comissão de Assuntos Sociais **(Ofício nº 43/2013)**. *Designação dos Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, como titulares; e dos Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino, como suplentes, para comporem a referida Comissão*..... 11347

Da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, de indicação de membros para integrarem a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional **(Ofício nº 48/2013)**. *Designação dos Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, como titulares; e dos Senadores Gim e Eduardo Amorim, como suplentes, para comporem a referida Comissão*. 11348

Da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, de indicação de membros para integrarem a Comissão de Educação, Cultura e Esporte **(Ofício nº 45/2013)**. *Designação dos Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, como titulares; e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, para comporem a referida Comissão.....* 11348

Da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa **(Ofício nº 47/2013)**. *Designação do Senador Magno Malta, como titular, para compor a referida Comissão*..... 11348

Da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, de substituição de membro para integrar a Comissão de Educação, Cultura e Esporte **(Ofício nº 67/2013)**. *Designação do Senador João Vicente Claudino, como suplente, para compor a referida Comissão*..... 11349

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 609, de 2013 **(Ofício nº 96/2013).** *Designação do Senador Flexa Ribeiro, como suplente, para compor a referida Comissão.....* 11349

Da Liderança do Bloco da Maioria no Senado Federal, de substituição e indicação de membros para integrarem a Comissão Temporária destinada a propor soluções ao financiamento do sistema de saúde do Brasil **(Ofício nº 116/2013).** *Designação do Senador Paulo Davim, como titular, e do Senador Luiz Henrique, como suplente, para comporem a referida Comissão*..... 11349

1.4.5 – Ofício do Superior Tribunal de Justiça

Nº 5/5/2013 (nº 243/2013, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. SAULO JOSÉ CASALI BAHIA para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga reservada a juiz federal..... 11349

1.4.6 – Comunicação

Da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação de membros para integrarem a Comissão Temporária para o levantamento da legislação pertinente à prevenção e combate de incêndios no Brasil **(Ofício nº 49/2013).** *Designação dos Senadores Paulo Paim e Jorge Viana, como titulares, e dos Senadores Inácio Arruda e Eduardo Suplicy, como suplentes, para comporem a referida Comissão*..... 11372

1.4.7 – Discursos (continuação)

SENADOR *EDUARDO LOPES*, como Líder – Comentários sobre a decisão da Ministra Cármen Lúcia referente à redistribuição dos *royalties* do petróleo; e outros assuntos..... 11372

1.4.8 – Comunicações

Da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 608, de 2013 **(Ofício nº 96/2013).** *Designação do Deputado Miro Teixeira, como titular, e do Deputado João Dado, como suplente, para comporem a referida Comissão*..... 11375

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 608, de 2013 **(Ofício nº 98/2013).** *Designação do Senador Cássio Cunha Lima, como titular, para compor a referida Comissão*..... 11376

1.4.9 – Discursos (continuação)

SENADORA *ANA AMÉLIA* – Apelo ao Ministro de Estado da Saúde para que proceda à correção das tabelas do SUS; e outros assuntos..... 11376

SENADOR *LINDEBERGH FARIAS* – Análise da decisão da Ministra Cármen Lúcia, do STF, sobre a questão dos *royalties*..... 11379

1.4.10 – Leitura de requerimento

Nº 177, de 2013, de autoria do Senador João Vicente Claudino e outros Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Srª Cléa de Melo Cavalcanti..... 11383

1.4.11 – Comunicação

Do Senador Roberto Requião, encaminhando relatório de viagem à República da Polônia, no período de 19 a 23 de fevereiro último **(Ofício 31/2013).** 11384

1.4.12 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR *CIRO NOGUEIRA* – Tristeza com a seca no Estado do Piauí..... 11385

1.4.13 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 11386

1.5 – ENCERRAMENTO..... 11387

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 19.3.2013 11387

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

Por Unidade da Federação 11388

Bancadas dos Partidos 11389

Por ordem alfabética 11390

4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL..... 11391

5 – LIDERANÇAS 11392

6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO..... 11396

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS..... 11397

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 11409

CAS – Comissão de Assuntos Sociais 11416

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 11423

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 11429

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle..... 11435

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa..... 11445

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 11451

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura 11460

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo..... 11467

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária..... 11474

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 11478

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993) 11481

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)..... 11482

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995) 11483

Procuradoria da Mulher (Ato da Comissão Diretora nº 3, de 2013) 11484

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005) 11484

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001) 11485

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)..... 11487

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010). 11489

Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010) 11491
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15, de 2012)..... 11493

CONGRESSO NACIONAL

10 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006) 11495
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008).. 11501
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – FIPA (Resolução nº 2, de 2007) 11503
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999) 11504
Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito 11505
Comissões Mistas Especiais 11507

11 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972) 11511
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991) 11512
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011) 11513

Ata da 32ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 19 de março de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Jorge Viana e Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 21 horas e 57 minutos)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTAÇÃO

Senado Federal
54ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

32ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 19/03/13 07:00 até 19/03/13 22:02

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	X
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	X
PT	ES	ANA RITA	X	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X	X
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	X	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X	X
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	X	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X	X
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X	X
PT	MS	DELCÍDIO DO AMARAL	X	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X	X
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X

Operador: NILSON SILVA DE ALMEIDA Emissão: 19/03/13 22:01 Página : 1

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X
PTB	DF	GIM	X	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X
PP	RO	IVO CASSOL	X	X
PMDB	PA	JADER BARBALHO	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	X
PPL	TO	JOÃO COSTA	X	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X
PT	AC	JORGE VIANA	X	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
PSD	TO	KÁTIA ABREU	X	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X	X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	SC	PAULO BAUER	X	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X	X
PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	X	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X	X
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X	X
DEM	GO	WILDER MORAIS	X	X
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X	X

Compareceram: 76 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 129, DE 2013

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 11, de 2013 (nº 37/2013, na origem), de iniciativa da Presidência da República, que propõe seja autorizada a formalização do Contrato de Reestruturação da Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República do Senegal, no valor equivalente a US$ 6.569.351,22 (seis milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, trezentos e cinqüenta e um dólares dos Estados Unidos da América e vinte e dois centavos), para reescalonamento da dívida oficial senegalesa com o Brasil.

RELATOR: Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**

RELATÓRIO

É submetida à apreciação desta CAE a Mensagem nº 11, de 2013 (nº 37/2013, na origem), com a qual a Presidente da República propõe ao Senado Federal que seja autorizada a formalização do Contrato de Reestruturação de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República do Senegal, no valor equivalente a US$ 6.569.351,22 (seis milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, trezentos e cinquenta e um dólares dos Estados Unidos da América e vinte e dois centavos).

Trata-se de operação financeira externa, de interesse da União, que visa ao reescalonamento da dívida oficial senegalesa com o Brasil.

Acompanham a Mensagem a Exposição de Motivos do Ministro da Fazenda, EM nº 0219/2012, de 24 de outubro de 2012; a manifestação favorável da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por meio do Parecer PGFN/COF nº 2098, de 19 de outubro de 2012; Nota Técnica Conjunta da Secretaria de Assuntos Internacionais e do Comitê de

Avaliação de Crédito ao Exterior – ambos do Ministério da Fazenda, SAIN/427/SE-COMACE, de 08 de outubro de 2012; Notas STN/COPEC nº 405, de 11.04.2005 e nº 557, de 13.07.2012, da Secretaria do Tesouro Nacional; e a minuta do referido Contrato de Reestruturação.

Em 07 de março do corrente, o Senhor Presidente da CAE designou-me Relator da matéria.

II – ANÁLISE

Sobre o quadro normativo

A Constituição Federal estabelece competência privativa para o Senado Federal, dentre outras matérias, autorizar operação financeira externa de interesse da União e dos demais entes federativos, assim como dispor sobre os limites e condições de suas operações de crédito, consoante o disposto no art. 52, incisos V e VII, da Lei Maior.

No âmbito infraconstitucional, a matéria sob exame encontra fundamento na Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal que disciplina as operações de crédito interno e externo da União e demais entidades controladas pelo poder público federal, assim como no estabelecido na Resolução nº 50, de 1993, do Senado Federal, que dispõe sobre as operações de financiamento externo com recursos orçamentários da União.

Ressalte-se que o art. 8º da citada Resolução nº 50/1993 estabelece o seguinte:

> "Art. 8º As operações externas de renegociação ou rolagem de dívida serão submetidas à deliberação do Senado Federal, prestadas todas as informações pertinentes."

Consta do processado a seguinte informação fornecida pelo Poder Executivo:

> *"A reestruturação da dívida senegalesa foi objeto de discussões no âmbito do 'Clube de Paris', resultando na formalização de uma Agreed Minute (Ata de Entendimento), entre o Senegal e os Países Credores, em 09 de junho de 2004, após a qual se seguiram negociações bilaterais entre Brasil e Senegal."*

A Lei nº 9.665, de 19 de junho de 1998, *"autoriza o Poder Executivo a conceder remissão parcial de seus créditos em consonância com parâmetros estabelecidos nas Atas de Entendimentos originadas do Clube de Paris ou em decorrência de Memorandos de Entendimentos decorrentes de negociações bilaterais."*

Com efeito, aplica-se à presente operação as determinações contidas no art. 1º, inciso I, da citada Lei, *in verbis*:

> "Art. 1º Observado o disposto nos incisos V e VII do art. 52 da Constituição, fica o Poder Executivo autorizado a conceder o seguinte tratamento a créditos externos da União em relação a outros países ou garantias por estes:
>
> I – conceder remissão parcial, em consonância com parâmetros estabelecidos nas Atas de Entendimentos originadas do chamado "Clube de Paris" ou em Memorandos de Entendimentos decorrentes de negociações bilaterais;
>
> ......"

Breve histórico do caso

Os créditos do Brasil junto à nação africana têm origem em operações de financiamento à exportação realizadas nas décadas de 70 e 80, com recursos do extinto Fundo de Financiamento às Exportações (FINEX), cujos créditos passaram a integrar o Programa de Financiamento ás Exportações (PROEX), conforme a Lei nº 8.187, de 1º de junho de 1991.

A dívida externa da República do Senegal tem sido objeto de discussões no Clube de Paris desde 1981, tendo a última rodada de negociações ocorrido em 2004. Conforme a Exposição de Motivos, a *"Ata Acordada de 2004 previu, para a categoria de dívidas equivalentes à do Senegal com o Brasil, um perdão de 100% da dívida. Tendo em vista que a legislação brasileira prevê apenas a possibilidade do perdão parcial das dívidas, a negociação com o Senegal alcançou um perdão de 45% da dívida daquele País, termos próximos às negociações anteriores no Clube de Paris."*

Embora o Brasil não seja sócio do Clube de Paris – instância que reúne os países detentores de créditos oficiais –, o Ministro da Fazenda informa que o País *"acompanha suas discussões e procura utilizar os acordos alcançados no âmbito do Clube como parâmetro de referência para a renegociação de suas dívidas nos limites da legislação brasileira e conforme previsto na Resolução nº 50/93 do Senado Federal."* De outro lado, o Clube exige que o país devedor renegocie suas dívidas com os demais credores oficiais e privados, *"adotando o princípio do tratamento comparável e não mais favorável a um dos credores."*

Em síntese, as negociações buscam o equacionamento e a resolução para o problema da dívida externa de países pobres, altamente endividados, de forma isonômica para todas as partes públicas e privadas envolvidas. Nesse sentido, os termos da renegociação com o Brasil foram examinados pelas instâncias competentes do Poder Executivo, tendo sido aprovados pelo Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE,) do Ministério da Fazenda, em 29 de setembro de 2011. A Secretaria do Tesouro Nacional também se manifestou favoravelmente aos termos da reestruturação sob exame, conforme as Notas nºs 557 e 405/STN/COPEC, acima mencionadas.

Mediante a Nota Técnica Conjunta da Secretaria de Assuntos Internacionais e do Comitê de Avaliação de Crédito ao Exterior (COMACE), mencionada no Relatório acima, o Ministério da Fazenda fornece as informações sobre o devedor, em conformidade com os arts. 8º e 9º da citada Resolução nº 59, de 1993, do Senado Federal.

Das referidas informações, cabe destacar o seguinte:

1. quanto aos custos e benefícios econômicos e sociais da renegociação, ressalto que a operação cria um alívio na dívida soberana da República do Senegal com a República Federativa do Brasil. O Brasil, mediante as negociações bilaterais, concede remissão parcial dos débitos e, assim, acompanha em parte o posicionamento do Clube de Paris, que recomendou aos credores oficiais a redução total do estoque dessa categoria de dívida. Contribui, desse modo, para a sustentabilidade macroeconômica daquele País, objetivando o seu crescimento econômico com redução da pobreza.

Por outro lado, o interesse do Brasil está na recuperação de *"parte dos recursos relativos a uma dívida que se encontra em prolongada inadimplência, sem perspectivas de retomada em seus termos originais, à luz da atual da situação atual da renegociação do Senegal com os demais credores internacionais."*

2. Sobre a análise financeira da operação, o COMACE informa que a dívida pública do Senegal para com o Brasil – no total de US$ 6.569.351,22 – correspondentes a 100% dos valores de principal e juros, incluindo-se os atrasados, devidos e não pagos até 25.07.2011. O acordo prevê o reescalonamento de 55% do débito, no valor de US$ 3.599.546,47, e perdão no valor de US$ 2.969.804,75, correspondendo a 45% do total do débito reconhecido.

Segundo o referido Comitê de Avaliação *"o perfil de renegociação da dívida oficial senegalesa com o Brasil obedece a critérios de viabilidade e estabilidade para a operação, enquadrando-a na legislação vigente e buscando seu equilíbrio financeiro, a adequada rentabilidade do capital e a possível redução do risco da transação."*

3. A propósito do risco envolvido na reestruturação, consta da análise elaborada pelo COMACE que *"[...] a operação de reescalonamento da dívida renegociada do Senegal apresenta um moderado risco, já que o país tem baixa liquidez, havendo contudo como argumentos positivos para a sua efetivação a garantia soberana do governo senegalês para o cumprimento dos pagamentos estipulados para esta operação e do compromisso assumido junto às instituições multilaterais de gestão econômica global e regional, como o FMI, o Banco Mundial e o BAD, de gerenciamento de sua dívida externa e interna."*

Termos essenciais do Contrato de Reestruturação e avaliação

Com as negociações, houve o reconhecimento da dívida oficial senegalesa no valor de US$ 6.569.351,22, posição em 25/07/2011. Foi acordado o cancelamento dos saldos pendentes em 31/03/1995, no valor de US$ 2.969.804,75, e o reescalonamento da diferença entre a dívida reconhecida e o perdão, no valor de US$ 3.599.546,47, a ser quitado em dez parcelas semestrais, conforme o mencionado Contrato de Reestruturação da Dívida.

O custo financeiro terá como base a taxa de juros fixada em 0,5% ao ano acima da LIBOR e juros de mora com capitalização semestral à taxa de 1,0% acima da taxa de juros. Por outro lado, o pagamento terá início em dois meses após a assinatura do Contrato.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), em observância ao art. 11 da Resolução nº 50, de 1993 do Senado Federal, afirma, em seu Parecer, antes mencionado, que o Contrato de Reestruturação em comento *"não possui cláusulas de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, nem contrária à Constituição e às leis nacionais."* Salienta, ademais, que por força do disposto no parágrafo único do citado artigo, a previsão de cláusula voltada para solução arbitral em caso de eventual litígio entre as partes, bem como cláusula estabelecendo o direito brasileiro como regente do aludido Contrato. Com efeito, a PGFN concluiu, nos termos do citado Parecer, que inexiste óbice legal à operação em tela.

Depreende-se, assim, que a proposta está em conformidade com as determinações constitucionais, legais e regimentais. Do ponto de vista substantivo, depreende-se que o perdão relativo concedido pelo Brasil corresponde a praticamente metade do obtido pela nação africana, no âmbito do Clube de Paris. Ademais, o saldo devedor será amortizado em apenas dez parcelas semestrais, portanto em um prazo relativamente curto e com taxa de juros parametrizada pela LIBOR, compatível com as condições vigentes no mercado internacional e com a condição de nação pobre do continente africano.

Por fim, além da disposição do Governo da República do Senegal em renegociar e saldar a sua dívida com o Brasil, destacaria os seguintes aspectos enfatizados pelo Senhor Ministro da Fazenda na mencionada Exposição de Motivos:

> 1. a formalização do Contrato de Reestruturação regulariza uma situação pendente há muito tempo entre os dois países; 2. ela permite a abertura de novas possibilidades de desenvolvimento nas relações econômicas e comerciais entre ambas as nações; 3. a iniciativa alinha-se *"com a prioridade que as relações com a África assumem na política externa brasileira e contribuem com o momento positivo por que vem passando aquele continente, permitindo que o Senegal avance no caminho do desenvolvimento econômico e social"*; 4. a medida integra o apoio brasileiro aos "*Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, da Organização das Nações Unidas (ONU), principalmente em relação ao 8º Objetivo, que estabelece uma parceria mundial para o desenvolvimento, através da redução da dívida dos Países Pobres Altamente Endividados (Iniciativa 'HIPC').*"; e 5. o Brasil tem procurado participar do esforço internacional para a solução dos problemas econômicos e sociais dos países pobres altamente endividados, de modo que possam retomar suas trajetórias de desenvolvimento e de combate à pobreza.

III – VOTO

Ante o exposto, voto pela aprovação da proposta de autorização da operação financeira externa, contida na Mensagem nº 11, de 2013, da Presidente da República, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16, DE 2013

Autoriza a União a realizar operação financeira externa, mediante formalização do Contrato de Reestruturação de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República do Senegal, no valor equivalente a US$ 6.569.351,22 (seis milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, trezentos e cinqüenta e um dólares dos Estados Unidos da América e vinte e dois centavos), para reescalonamento da dívida oficial senegalesa com o Brasil.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º. Nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, é a União autorizada a realizar operação financeira externa mediante a formalização do Contrato de Reestruturação de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República do Senegal, no valor equivalente a US$ 6.569.351,22 (seis milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, trezentos e cinquenta e um dólares dos Estados Unidos da América e vinte e dois centavos), para reescalonamento da dívida oficial senegalesa com o Brasil.

Parágrafo Único. O Contrato a que se refere o *caput* tem por objeto o reescalonamento da dívida da República do Senegal com o Brasil, oriunda de operações de financiamento à exportação realizadas nas décadas de setenta e oitenta com recursos do extinto Fundo de Financiamento às Exportações (FINEX) e cujos créditos passaram a integrar o Programa de Financiamento às Exportações (PROEX), por força da Lei nº 8.187, de 1º de junho de 1991.

Art. 2º A operação externa referida no artigo anterior e consubstanciada no mencionado Contrato de Reestruturação de Dívida tem as seguintes características financeiras básicas:

I – Dívida afetada e consolidada em 25/07/2011: US$ 6.569.351,22 (seis milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, trezentos e cinquenta e um dólares dos Estados Unidos da América e vinte e dois centavos);

II – Valor da remissão parcial: US$ 2.969.804,75 (dois milhões, novecentos e sessenta e nove mil, oitocentos e quatro dólares dos Estados Unidos da América e setenta e cinco centavos);

III – Valor a ser pago: US$ 3.599.546,47 (três milhões, quinhentos e noventa e nove mil, quinhentos e quarenta e seis dólares dos Estados Unidos da América e quarenta e sete centavos), em dez parcelas semestrais;

IV – Prazo de pagamento: cinco anos a partir do primeiro pagamento a ser efetuado em até dois meses após a assinatura do contrato;

V – Taxa de juros: 0,5% (meio por cento) ao ano acima da LIBOR (seis meses);

VI – juros de mora: capitalização semestral à taxa de 1,0% (um por cento) ao ano acima da taxa de juros.

Art. 3º O prazo para o exercício da presente autorização é quinhentos e quarenta dias, a contar de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 19 de março de 2013.

SEN. ANIBERGH FARIAS , Presidente

, Relator

Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
MENSAGEM (SF) Nº 11, de 2013

ASSINAM O PARECER, NA 6ª REUNIÃO, DE 19/03/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

RELATOR:

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT)
José Pimentel (PT)	3. Anibal Diniz (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Casildo Maldaner (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB)	3. VAGO
Roberto Requião (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	7. Ana Amélia (PP)
Ivo Cassol (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	9. Benedito de Lira (PP)
Kátia Abreu (PSD)	
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	5. Wilder Morais (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Gim (PTB)
Antonio Russo (PR)	3. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR)	4. Alfredo Nascimento (PR)
PSD PSOL	
	1. Randolfe Rodrigues

PARECER
Nº 130, DE 2013

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 15, de 2013 (nº 86/2013, na origem), de iniciativa da Presidência da República, que propõe seja autorizada a formalização do Contrato de Reestruturação de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, no valor equivalente a US$4.323.293,85 (quatro milhões trezentos e vinte e três mil, duzentos e noventa e três dólares dos Estados Unidos da América e oitenta e cinco centavos), para reescalonamento da dívida oficial santomense com o Brasil.

RELATOR: Senador **JOSÉ PIMENTEL**

I - RELATÓRIO

Com a Mensagem nº 15, de 2013, a Presidente da República propõe ao Senado Federal que seja autorizada a União a proceder a reestruturação da dívida da República Democrática de São Tomé e Príncipe, no valor equivalente a US$ 4.323.293,85 (quatro milhões, trezentos e vinte e três mil, duzentos e noventa e três dólares dos Estados Unidos da América e oitenta e cinco centavos).

A presente operação financeira externa é de interesse da União e visa ao reescalonamento da dívida oficial do referido País africano com o Brasil.

Acompanham a Mensagem a Exposição de Motivos do Ministro da Fazenda, EM nº 0038/2013 MF, de 1º de março de 2013; a manifestação favorável da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, conforme o Parecer

PGFN/COF/nº 288, de 25 de fevereiro de 2013; o Memorando de Entendimentos entre o Governo Brasileiro e o Governo Santomense; a Nota Técnica do Comitê de Avaliação de Crédito ao Exterior – COMACE, do Ministério da Fazenda, SAIN/530-SE-Comace, de 10 de dezembro de 2012; a Nota nº 91 STN/COPEC, de 13 de fevereiro de 2013, da Secretaria do Tesouro Nacional; e a minuta do Acordo de Reescalonamento de Dívida.

O Senhor Presidente desta Comissão designou-me, em 14 de março de 2013, Relator da matéria.

II – ANÁLISE

Sobre o quadro normativo

A Constituição Federal estabelece competência privativa para o Senado Federal, dentre outras matérias, autorizar operação financeira externa de interesse da União e dos demais entes federativos, assim como dispor sobre os limites e condições de suas operações de crédito, consoante o disposto no art. 52, incisos V e VII, da Lei Maior.

No âmbito infraconstitucional, a matéria sob exame encontra fundamento na Resolução nº 50, de 1993, do Senado Federal, que dispõe sobre as operações de financiamento externo com recursos orçamentários da União.

O Ministro da Fazenda informa que *"a dívida soberana da República Democrática de São Tomé e Príncipe com o nosso país advêm de financiamento recente, com recursos do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX/Financiamento) para aquisição de alimentos e outros produtos essenciais produzidos no nosso País."* A reestruturação resulta, portanto, de negociações bilaterais entre ambos os países, nos termos do memorando de entendimentos.

Cabe notar que a Lei nº 9.665, de 19 de junho de 1998, *"autoriza o Poder Executivo a conceder remissão parcial de seus créditos em consonância com parâmetros estabelecidos nas Atas de Entendimentos originadas do Clube de Paris ou em decorrência de Memorandos de Entendimentos decorrentes de negociações bilaterais."*.

Com efeito, aplica-se à presente operação as determinações contidas no art. 1º, inciso I, da citada Lei, *in verbis*:

> Art. 1º Observado o disposto nos incisos V e VII do art. 52 da Constituição, fica o Poder Executivo autorizado a conceder o seguinte tratamento a créditos externos da União em relação a outros países ou garantias por estes:
>
> I – conceder remissão parcial, em consonância com parâmetros estabelecidos nas Atas de Entendimentos originadas do chamado "Clube de Paris" ou em Memorandos de Entendimentos decorrentes de negociações bilaterais;
>
> .....”

Quanto à disciplina da matéria pelo Senado Federal, cumpre ressaltar que o art. 8º da Res. citada Resolução nº 50/1993 estabelece o seguinte:

> Art. 8º As operações externas de renegociação ou rolagem de dívida serão submetidas à deliberação do Senado Federal, prestadas todas as informações pertinentes."

Consoante a citada norma, as informações pertinentes são fornecidas pelo Comitê de Avaliação de Crédito ao Exterior – COMACE, do Ministério da Fazenda, conforme a citada Nota Técnica SAIN/530/SE-COMACE, de 10 de dezembro de 2012. Delas, destacamos o que se segue.

Breve histórico do caso

A dívida oficial de São Tomé e Príncipe com o Brasil tem origem em crédito concedido àquele país a título de ajuda emergencial em 2007, com recursos do PROEX/Financiamento para aquisição de alimentos e outros produtos essenciais produzidos em nosso país.

No período de 2000 a 2007, os credores oficiais dessa nação africana decidiram, no âmbito do Clube de Paris, cancelar cerca de 97,5% de sua dívida soberana, com o compromisso de estender o perdão para 100% do débito mediante negociações bilaterais.

Como o Brasil não era credor oficial de São Tomé e Príncipe naquele período, não participou das referidas negociações. Todavia, no período compreendido entre fins de 2010 e dezembro de 2012, os dois países empreenderam negociações bilaterais com o objetivo de estabelecer os entendimentos sobre o pagamento da referida dívida com o Brasil.

Conforme o Comitê de Avaliação de Crédito ao Exterior – COMACE –, instância do Ministério da Fazenda qualificada para tratar do assunto, o total da dívida, consolidada e reconhecida por São Tomé e Príncipe, em 10/11/2010, é de US$ 4.323.293,85 (quatro milhões, trezentos e vinte e três mil, duzentos e noventa e três dólares dos Estados Unidos da América e oitenta e cinco centavos).

A dívida consolidada corresponde a 100% dos valores de principal e juros devidos e atualizados até a data acima referida.

Características básicas da proposta de reestruturação de dívida

Conforme os termos do acordo, estipulou-se um reescalonamento de 100% do valor da dívida, a ser quitada em sete pagamentos anuais, com cronograma a ser definido pelas partes após a deliberação do Senado Federal e assinatura do contrato bilateral. A primeira parcela corresponderá a 10% da dívida, e cada uma das 6 seguintes a 15% do montante.

A taxa de juros é a LIBOR semestral, com juros de mora em 1% acima da taxa de juros. Não incidirão, todavia, juros moratórios no período de 01.03.2010 até a data de aprovação da operação pelo Senado Federal.

Informações sobre o devedor conforme arts. 8º e 9º da Resolução nº 50, de 1993, do Senado Federal

O COMACE presta as informações requeridas pela citada norma senatorial, das quais destacaríamos o que se segue.

Quanto aos custos e benefícios econômicos e sociais, ressalto que a reestruturação sob exame está inserida em um amplo esforço de alívio financeiro empreendido por credores oficiais de São Tomé e Príncipe, *"que visa a*

sustentabilidade macroeconômica e da dívida do país objetivando a eliminação de barreiras para o crescimento econômico e da redução da pobreza santomense."

Do ponto de vista do Brasil, enquanto credor, o Comitê afirma que se trata de "*uma gradativa recuperação de créditos oficiais de difícil recebimento em razão da precária condição econômica de São Tomé e Príncipe.*" A proposta alonga o perfil de pagamentos e, com as perspectivas de receitas futuras com a exploração de petróleo a partir de 2015, as amortizações deverão comprometer muito pouco as finanças daquele país. Com efeito, buscou-se compatibilizar as possibilidades de pagamento atuais do devedor, "*assentando as bases para um relacionamento bilateral promissor.*"

A propósito, no que respeita à análise financeira, cumpre adicionar que o perfil de renegociação obedeceu, segundo o Comitê Avaliador, *"a critérios de viabilidade e estabilidade para a operação, enquadrando-a na legislação vigente e buscando seu equilíbrio financeiro, a adequada rentabilidade do capital e a possível redução de risco da transação."*

Sobre as finanças do tomador

Trata-se de um país pobre do continente africano, com população em torno de 168 mil habitantes, renda per capita de apenas US$1.470,00, e dívida externa da ordem de US$ 201,1 milhões, no primeiro trimestre de 2012. Por outro lado, a dívida pública interna alcançou US$ 31,7 milhões e inexiste, ainda, no país um nível de poupança privada capaz de atender as necessidades de financiamento público.

Com efeito, embora o país apresente alto risco de sobreendividamento, o Comitê assevera que *"levando-se em conta o esperado início da produção comercial de petróleo em 2015 e associado ao investimento direto estrangeiro, o perfil de endividamento projetado é consistente com o gerenciamento da sua dívida."*

Por fim, o Comitê informa que *"não há performance de pagamento de São Tomé e Príncipe para com o Brasil a registrar."*

Pareceres da STN e da PGFN

A Secretaria do Tesouro Nacional, mediante a citada Nota nº 91/STN/COPEC, de 13 de fevereiro de 2013, manifestou-se favoravelmente ao acordo e aos seus aspectos financeiros.

Por outro lado, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) concluiu que inexiste óbice legal à operação sob exame. Observou que o Contrato não possui cláusula de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, nem contrária à Constituição e às leis nacionais, conforme prescreve o art. 11 da citada Resolução nº 50, de 1993, desta Casa.

A PGFN destaca também *"a previsão de cláusula voltada para a solução arbitral de eventual litígio entre as partes, bem como cláusula estabelecendo o direito brasileiro como regente do aludido Contrato e à luz do qual deve ser interpretado."*

Saliento que o interesse do governo brasileiro na renegociação sob exame visa permitir, com a retomada dos pagamentos ao Brasil, a regularização do relacionamento financeiro entre os dois países. Desse modo, espera-se a abertura de novas possibilidades para o desenvolvimento das relações econômicas e comerciais entre ambos.

Aduzo, por fim, a seguinte perspectiva contida na citada Avaliação ministerial: *"a iniciativa alinha-se com a prioridade que as relações com a África assumem na política externa brasileira e contribui com o momento positivo por que vem passando aquele continente, permitindo que São Tomé e Príncipe avance no caminhamento do desenvolvimento econômico e social. Com parceiros africanos fortalecidos, pode expandir-se e revigorar-se uma cooperação baseada em benefícios mútuos e orientada pelas prioridades nacionais de desenvolvimento dos países envolvidos."*

III – VOTO

Ante o exposto, voto favoravelmente à aprovação da operação financeira externa entre o Brasil e São Tomé e Príncipe, consoante os termos propostos pela Presidente da República, conforme a Mensagem nº 15 de 2013, nos termos do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 17, DE 2013

Autoriza a União a realizar operação financeira externa, mediante formalização do Contrato de Reestruturação de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, no valor equivalente a US$ 4.323.293,85 (quatro milhões, trezentos e vinte e três mil, duzentos e noventa e três dólares dos Estados Unidos da América e oitenta e cinco centavos), para reescalonamento da dívida oficial santomense com o Brasil.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º. Nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição Federal, é a União autorizada a realizar operação financeira externa mediante a formalização do Contrato de Reestruturação de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, no valor equivalente a US$ 4.323.293,85 (quatro milhões, trezentos e vinte e três mil, duzentos e noventa e três dólares dos Estados Unidos da América e oitenta e cinco centavos), para reescalonamento da dívida oficial santomense com o Brasil.

Parágrafo Único. O Contrato a que se refere o *caput* tem por objeto o reescalonamento da dívida da República Democrática de São Tomé e Príncipe com o Brasil, oriunda de financiamento com recursos do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX/Financiamento) para aquisição de alimentos e outros produtos essenciais produzidos no nosso País.

Art. 2º A operação externa referida no artigo anterior e consubstanciada no mencionado Contrato de Reestruturação de Dívida tem as seguintes características financeiras básicas:

I – Dívida afetada : US$ 4.323.293,85 (quatro milhões, trezentos e vinte e três mil, duzentos e noventa e três dólares dos Estados Unidos da América e oitenta e cinco centavos);

II – Valor do reescalonamento: US$ 4.323.293,85 (quatro milhões, trezentos e vinte e três mil, duzentos e noventa e três dólares dos Estados Unidos da América e oitenta e cinco centavos), igual a 100% do valor da dívida afetada;

III – Condições de pagamento: sete parcelas, sendo que a primeira, com valor equivalente a dez por cento do valor total da dívida, deverá ser paga em dois meses após a assinatura do contrato e, as demais parcelas, cada uma equivalente a quinze por cento do valor total da dívida, deverão ser pagas anualmente, vencendo-se a primeira parcela em um ano após o primeiro pagamento;

IV – Taxa de juros: LIBOR semestral;

V – Juros de mora: um por cento ao ano, não incidentes no período compreendido entre 1º de março de 2010 e a data de início de vigência da presente autorização senatorial.

Art. 3º O prazo para o exercício da presente autorização é quinhentos e quarenta dias, a contar de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 19 de março de 2013.

Presidente

, Relator

Comissão de Assuntos Econômicos - CAE

MENSAGEM (SF) Nº 15, de 2013

ASSINAM O PARECER, NA 6ª REUNIÃO, DE 19/03/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

RELATOR:

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT)
José Pimentel (PT)	3. Anibal Diniz (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Casildo Maldaner (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB)	3. VAGO
Roberto Requião (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	7. Ana Amélia (PP)
Ivo Cassol (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	9. Benedito de Lira (PP)
Kátia Abreu (PSD)	
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	5. Wilder Morais (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Gim (PTB)
Antonio Russo (PR)	3. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR)	4. Alfredo Nascimento (PR)
PSD PSOL	
	1. Randolfe Rodrigues

PARECER Nº 131, DE 2013

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 16, de 2013 (nº 87/2013, na origem), de iniciativa da Presidência da República, que encaminha pleito do Município de São Bernardo do Campo (SP), solicitando autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Transporte Urbano de São Bernardo do Campo – II."

RELATOR: Senador **HUMBERTO COSTA**

I – RELATÓRIO

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Município de São Bernardo do Campo (SP), por intermédio da Mensagem nº 16, de 2013, solicitando autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do *Programa de Transporte Urbano de São Bernardo do Campo - II*.

Segundo informações contidas em parecer da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o programa deverá contar com investimentos de

US$ 250,0 milhões, sendo que o Município aportará, como contrapartida, recursos da ordem de US$ 125,0 milhões, a serem desembolsados em cinco anos, originalmente previstos para o período de 2013 a 2017.

A operação de crédito externo pretendida encontra-se com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) do Banco Central do Brasil (BACEN), sob o número TA635441.

Com efeito, ela será contratada com base na taxa de juros vinculada à LIBOR, acrescida de *spread* e, de acordo com cálculos da STN, deverá apresentar custo efetivo da ordem de 3,09% ao ano, flutuante conforme a variação da LIBOR.

Cabe destacar ainda que, na presente operação de crédito, fica facultado ao Município de São Bernardo do Campo exercer a opção de conversão da moeda e da taxa de juros, para os desembolsos e para parte ou totalidade do saldo devedor do empréstimo.

Como destacado pela Secretaria do Tesouro Nacional, *o Programa de Transporte Urbano de São Bernardo do Campo – PTU – ETAPA II destina-se a melhorar as condições de mobilidade e acessibilidade da população do município, com enfoque nos usuários do transporte coletivo que, de maneira geral, pertencem à faixa daqueles que possuem menor renda.*

II – ANÁLISE

De imediato, constata-se que a atual situação de endividamento do Município de São Bernardo do Campo (SP) comporta a assunção de novas obrigações financeiras advindas com a contratação desse novo empréstimo.

Como ressaltado nos próprios pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional, anexos à Mensagem encaminhada ao Senado Federal, o Município de São Bernardo do Campo (SP) atende os limites definidos nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal. Em particular, os limites definidos nos incisos I, II e III do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, que tratam, respectivamente, do montante anual passível de contratação, do montante máximo de comprometimento da receita corrente líquida com amortizações,

juros e demais encargos financeiros da dívida consolidada e do montante da dívida consolidada dos municípios.

Essa operação implica, para o Município de São Bernardo do Campo (SP), dispêndios médios com os serviços de sua dívida consolidada correspondentes a 2,62% de sua receita corrente líquida, portanto bem inferior ao valor máximo permitido pelo Senado Federal, de 11,5% da referida receita.

Vale notar que o cálculo desse comprometimento foi feito pela média anual da relação entre as despesas com juros e demais serviços da dívida e a receita corrente líquida projetada ano a ano, considerando-se todos os exercícios financeiros em que houver pagamentos previstos da operação pretendida, até 2037, conforme Resolução nº 36, de 2009.

O Município apresenta, também, endividamento consolidado não expressivo: dívida consolidada líquida equivalente a 0,62 vezes a sua receita corrente líquida, isto é, 48,3% inferior ao montante global admitido, de 1,2 vezes, nos termos da Resolução nº 40, de 2001, do Senado Federal.

Fundamentada nos parâmetros que ela utiliza para avaliar o risco de a União conceder a garantia solicitada, a Secretaria do Tesouro Nacional entendeu que o Município de São Bernardo do Campo (SP) apresenta capacidade de pagamento suficiente. Embasada em estudo sobre o comprometimento das transferências federais e das receitas próprias do Município, afirma que há disponibilidades financeiras para a cobertura das obrigações advindas do empréstimo, pois as margens disponíveis apuradas são suficientes para cobrir eventual dívida que venha a ser honrada pela União.

Mais ainda, de acordo com a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios da Secretaria do Tesouro Nacional, em sua Nota nº 959, de 28 de novembro de 2012, os resultados fiscais obtidos na análise demonstram que o Município possui capacidade de pagamento suficiente para fazer frente à totalidade dos encargos da dívida, considerada inclusive os da operação de crédito pleiteada. Possui, portanto, situação fiscal forte e risco de crédito baixo.

Por fim, quanto às exigências de adimplência, fica destacado no processado que o Município de São Bernardo do Campo (SP) não possui pendências com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos

dela recebidos. Não constam informações, entretanto, sobre a verificação de adimplência financeira do Município em face da Administração Pública Federal e suas entidades controladas, inclusive sobre a prestação de contas dos recursos dela recebidos. Todavia, nos termos da Resolução nº 41, de 2009, do Senado Federal, a adimplência referida deverá ser verificada por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

Em suma, satisfeitas as condições financeiras estipuladas pelas referidas resoluções do Senado Federal, não há motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização do Senado ao pleito em exame.

Relativamente à garantia da União, cabe destacar a previsão do oferecimento de contragarantias por parte do Município de São Bernardo do Campo (PR), conforme os termos da Lei Municipal nº 6.171, de 15 de dezembro de 2011, autorizativa da presente operação de crédito. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o Município e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias de que trata o art. 156, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal. Destaque-se, entretanto, que não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Município de São Bernardo do Campo (PR) nos últimos anos.

Portanto, estão sendo observadas as exigências definidas na Resolução nº 48, de 2007, e no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto às exigências e condições para a prestação de garantia por parte da União.

Em conclusão, a operação de crédito em exame atende as exigências previstas nos arts. 6º, 7º e 21 da Resolução nº 43, de 2001, observando, assim, os limites de endividamento nela estabelecidos, assim como o previsto na Resolução nº 40, de 2001, também do Senado Federal.

As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nos 48, de 2007, e 40 e 43, de 2001, são atendidas pelo Município de São Bernardo do Campo (SP), conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

III – VOTO

O pleito encaminhado pelo Município de São Bernardo do Campo (SP) encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 18, DE 2013

Autoriza o Município de São Bernardo do Campo (SP) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de São Bernardo do Campo (SP) autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do *Programa de Transporte Urbano de São Bernardo do Campo – II.*

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Município de São Bernardo do Campo (SP);

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – prazo de desembolso: cinco anos, contados a partir da data de vigência do Contrato;

VI – modalidade: empréstimo com Taxa de Juros baseada na LIBOR;

VII – opções de conversão: é facultado ao Mutuário exercer a opção de Conversão de Moeda ou de taxa de juros em qualquer momento durante a vigência do contrato de empréstimo;

VIII – amortização: parcelas semestrais e consecutivas, vencendo-se a primeira em até cinco anos e seis meses após a data de vigência do contrato e a última até vinte e cinco anos após a data de assinatura do contrato de empréstimo;

IX – juros: incidirão sobre os saldos devedores diários, vencendo-se o primeiro pagamento seis meses contados da vigência do contrato, sendo que, enquanto não procedida nenhuma conversão, os juros serão calculados e pagos a uma taxa anual para cada trimestre composta pela taxa de juros LIBOR trimestral, mais ou menos o custo de captação do Banco, mais a margem para empréstimos do capital ordinário;

X – comissão de crédito: a ser estabelecida periodicamente pelo Banco, até 0,75% (setenta e cinco centésimos de um por cento) ao ano sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato;

XI – despesas com inspeção e supervisão gerais: o Banco não cobrará montante para atender despesas com inspeção e supervisão geral, sendo que, por revisão periódica de suas políticas, notificará ao mutuário um valor devido em um semestre determinado, que não poderá ser superior a 1% do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

§ 1º As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

§ 2º É permitido ao mutuário, já devidamente autorizado por esta Resolução, com o consentimento formal do Fiador, observados os prazos e montantes requeridos no Contrato de empréstimo, exercer a opção de Conversão de Moeda, para desembolso ou para a totalidade ou parte do saldo devedor, bem como a opção de Conversão da Taxa de Juros baseada na LIBOR para um taxa de juros fixa, a incidir sobre parte ou totalidade do saldo devedor, ou qualquer outra opção de conversão de taxa de juros solicitada pelo Mutuário e aceita pelo Banco.

§ 3º Para o exercício da opção referida no parágrafo anterior, fica autorizada a cobrança dos custos incorridos pelo BID na sua realização, assim como o recebimento de eventuais ganhos decorrentes da conversão.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Município de São Bernardo do Campo (SP) na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no caput fica condicionado a que o Município de São Bernardo do Campo (SP) celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam o arts. 156, 158 e 159, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Município ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Município de São Bernardo do Campo quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, bem como o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 19 de março de 2013.

, Presidente

, Relator

Comissão de Assuntos Econômicos - CAE

MENSAGEM (SF) Nº 16, de 2013

ASSINAM O PARECER, NA 6ª REUNIÃO, DE 19/03/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

RELATOR:

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT)
José Pimentel (PT)	3. Anibal Diniz (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Casildo Maldaner (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB)	3. VAGO
Roberto Requião (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	7. Ana Amélia (PP)
Ivo Cassol (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	9. Benedito de Lira (PP)
Kátia Abreu (PSD)	
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	5. Wilder Morais (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Gim (PTB)
Antonio Russo (PR)	3. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR)	4. Alfredo Nascimento (PR)
PSD PSOL	
	1. Randolfe Rodrigues

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 129 a 131, de 2013**, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela apresentação dos Projetos de Resolução nºs 16, 17 e 18, de 2013.

As proposições ficarão perante a Mesa, durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, *f*, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 171, DE 2013

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, ao Sr. Ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM-PR), as seguintes informações, relativas ao MEIO INTERNET, constante da planilha publicada pela SECON-PR, denominada *INVESTIMENTO EM MÍDIA — GOVERNO FEDERAL (Poder Executivo) Total — Geral — Administração Direta (Todos os Órgãos) e Indireta (Todas as Empresas, período 2000 a 2011):*

I – No período de 2007 a 2011, quais foram os órgãos/empresas que aplicaram esses recursos? Qual o valor total aplicado por órgão/empresa, ano a ano, discriminado por:

a) veículo de comunicação contratado (especificar: *blog*, portal, sítio, rede social, outros) e campanha desenvolvida;
b) o período de veiculação da campanha;
c) avaliação dos resultados obtidos; e
d) critérios utilizados pelo órgão/empresa para investimento no veículo contratado;

II – Relativamente ao exercício de 2012, fornecer os mesmos dados discriminados na Planilha da SECON/PR. E, se já disponíveis, as mesmas informações solicitadas no item I anterior.

Quanto às empresas públicas da administração indireta que concorrem no mercado, cujas informações não estão disponíveis em Planilhas da SECON/PR, informar quais foram as empresas que aplicaram recursos no MEIO INTERNET, no período 2007 a 2012, e qual o valor total aplicado por empresa, ano a ano, discriminado por:

a) veículo de comunicação contratado (especificar: *blog*, portal, sítio, rede social, outros) e campanha desenvolvida;
b) o período de veiculação da campanha;
c) avaliação dos resultados obtidos; e
d) critérios utilizados pelo órgão/empresa para investimento no veículo contratado.

Por fim, solicita-se que as informações requeridas sejam entregues em meio eletrônico e o banco de dados formatado como planilha compatível com *Windows*.

Justificação

O sítio da Secretaria de Comunicação da Presidência da República publicou recentemente os dados de investimento de mídia do Governo Federal. Nele, encontramos dados desagregados por diversos critérios, desde o ano 2000 até 2011, mas é carente de detalhes quanto aos veículos que receberam os recursos.

Nas planilhas divulgadas encontramos dados da administração direta e das empresas que não concorrem no mercado, como Eletrobrás, Infraero, Embratur, etc., porém, não incluem os investimentos realizados pelas que concorrem no mercado, a exemplo da Petrobras, Banco do Brasil, Caixa e Correios.

Entre os dados divulgados, chama a atenção o forte crescimento do investimento no MEIO INTERNET. De 2000 a 2011, o montante aumentou 483%, passando de R$ 15,5 milhões para R$ 90,5 milhões.

Ante o exposto, o presente requerimento vem no sentido de dar maior transparência sobre a aplicação do investimento de mídia, no meio internet, pelo Governo Federal como um todo.

Sala das Sessões, 2013. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, Líder do PSDB – Senador **Randolfe Rodrigues**, PSOL/AP.

INVESTIMENTO EM MÍDIA - GOVERNO FEDERAL (Poder Executivo)
Total Administração Direta (Todos os Órgãos) + Indireta (empresas que não concorrem no mercado)

ANUNCIANTE	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Secom				47.426.385,42	144.038.891,93	129.184.172,73	129.262.053,76	115.523.421,23	145.982.767,89	134.745.414,24	167.635.025,78	149.610.976,29
Ministério da Saúde	120.078.874,79	130.274.245,86	112.964.329,71	78.529.934,27	93.402.185,64	86.123.497,41	98.284.725,90	103.793.470,30	169.928.607,26	157.412.958,40	168.642.719,84	108.406.775,23
Ministério do Turismo					15.186.580,03	9.303.407,14	23.676.014,67	10.103.899,04	31.133.570,75	44.276.987,74	21.220.448,12	16.654.703,31
Ministério da Justiça							4.429.649,92	2.089.365,89	11.498.511,43	4.965.572,78	8.434.443,64	8.290.502,38
Ministério da Educação	23.916.452,79	41.675.801,19	17.876.637,58	8.121.644,16	6.374.010,31	3.842.593,76	4.581.316,53	735.671,65	6.355.448,67	17.905.325,54	15.640.422,84	17.522.760,27
Ministério do Desenvolvimento Social						6.931.235,66	6.584.016,95	6.752.576,55	9.468.568,38	8.029.122,78	9.903.017,91	6.896.260,76
Ministério do Desenvolvimento Agrário		2.169.651,74				2.602.272,89	4.437.355,00	2.039.552,64	2.841.720,02	4.249.591,55	2.893.974,55	4.257.015,75
Ministério do Trabalho e Emprego	29.611.028,00	42.760.349,71	33.267.544,33	14.212.606,70	1.865.720,90	974.504,29	46.335,90	1.375.425,82	1.996.269,29	1.090.407,05	11.874.675,05	28.026.238,88
Ministério da Agricultura			9.259.903,59	2.654.189,88	1.157.112,49	4.766.583,63	4.782.052,02		3.255.745,06	13.926.457,25	2.722.997,31	5.346.372,51
Ministério do Desenv. Indústria e Comércio		4.886.054,81	18.798.275,13									
Ministério da Ciência e Tecnologia							8.832.194,05	4.615.280,43		1.082.510,19	5.235.607,34	1.556.700,32
Ministério da Cultura	2.617.727,49	1.587.882,99									2.004.351,37	2.237.244,21
Ministério das Cidades						18.107.151,52	4.605.484,38			131.946.108,22	73.995.774,12	30.740.054,49
Ministério das Comunicações		277.153,27	809.845,52									
Ministério do Esporte		4.114.768,67	9.165.981,29	17.770,64	137.121,60	497.749,61			1.330.384,70	6.922.572,47	105.392,40	25.116.675,10
Ministério do Meio Ambiente		4.311.155,58	1.835.156,98									
Ministério dos Transportes	23.781.815,09	22.133.800,98	1.650.686,92	5.025.609,78		3.925.124,68	5.585.118,58			6.594.786,56	5.301.643,88	6.612.561,13
Ministério da Integração Nacional		5.623.558,48	811.956,29							3.557.714,78	5.433.653,85	2.436.965,29
Ministério do Planejamento	15.254.043,81	20.040.788,90	3.002.568,81	22.744.258,81					2.405.457,29	1.634.401,00	2.936.289,08	2.031.041,15
Ministério da Previdência Social		12.357.122,08	13.546.948,71	5.640.531,08	2.178.772,42	1.118.196,60						9.212.135,55
BNDES	25.659.012,67	13.368.608,30	38.432.510,72	270.727,15	7.331.460,84	46.462.362,41	26.588.685,85	37.775.322,14	35.615.818,57	86.159.027,52	40.577.071,92	41.156.379,19
ELETROBRÁS	22.814.735,41	21.134.412,24	11.240,92	14.913.634,66	15.284.858,04	22.665.817,10	24.327.214,64	919.373,28	29.763.328,12	29.408.803,51	24.084.579,46	18.391.370,68
FURNAS			23.944.746,37	9.579.891,68	18.033.534,06	14.679.168,33	10.820.319,79	16.895.043,44	18.835.601,15	14.226.350,98	11.867.474,36	15.545.283,39
ANP		12.800.624,02	2.913.270,29			490.172,90		175.125,16	4.854.821,43	7.976.007,01	3.528.379,40	7.383.048,03
INFRAERO	1.785.818,15	686.431,93	1.654.509,56	2.207.546,65	5.062.543,35	5.864.636,06	4.523.956,26	991.395,65	3.654.609,34	11.909.764,62	1.389.618,13	2.872.317,95
SUFRAMA	3.408.838,30	3.203.800,98	3.472.608,47	516.294,01	4.223.395,28	3.774.046,16	4.111.143,54	4.235.506,11	2.456.964,43		1.192.109,23	2.321.577,88
ANS			1.706.272,51	1.637.046,01				737.768,64	1.800.860,30	1.633.245,02	1.003.575,06	3.362.420,00
EMBRATUR	20.079.655,98	30.284.135,67	21.134.218,05		8.963.079,35	3.678.184,40	5.637.190,74	14.769.800,34	1.387.284,95	9.434.597,22	25.725.198,04	25.928.075,40
ELETRONUCLEAR	53.440,97	8.900.104,68	60.474,74	123.546,68	691.891,28	563.869,31	989.838,83	864.055,43	1.446.484,39	1.024.633,74	172.032,00	742.260,58
ELETROSUL	1.605.540,13	3.260.190,14	838.935,60	1.601.718,21	1.730.612,24	572.490,28	83.116,17	42.197,36	1.773.972,76	4.219.579,54	2.122.278,84	2.545.947,52
EMBRAPA	16.121.281,75	12.597.916,78	8.925.711,89	155.748,28	780.631,04	2.173.477,19	956.887,38	155.990,77	996.880,56	105.861,47	462.117,52	13.400,00
BACEN	7.119.745,39	8.624.816,61	7.270.202,03	9.072.080,06	187.251,03	447.424,08	292.216,67	15.570.104,52	911.753,14	12.529.540,23	10.918.551,72	6.243.410,29
AMAZONAS ENERGIA				1.512.515,37	1.785.119,48	2.028.531,78	978.377,00	742.795,82	1.375.510,10	2.298.415,52	685.277,87	
CHESF	2.142.220,91	4.756.954,73	1.927.587,25	1.615.702,71	1.513.605,55	1.656.076,64	1.233.458,57	672.472,03	606.535,34	10.102.190,54	1.987.789,81	5.784.383,47
CERON	1.350.022,86	1.987.334,61	587.531,40	687.563,57	932.637,51	20.887,67	767.486,13	1.802.782,08	609.275,60	1.756.023,37	806.657,11	150.293,40
CEPISA					908.504,32	692.686,71	105.784,58	300.442,58	260.729,60			
BOA VISTA ENERGIA				6.687,45	323.463,28	349.752,13	216.895,74	307.108,64	148.956,86	137.081,41	57.799,78	87.409,50
ANATEL	21.034.052,95	15.439.776,26	7.830.718,42									
ANEEL	11.539.957,96	28.715.767,58	21.592.472,32	1.589.250,91								
BANESPA	49.212.808,41	41.192,36										
CEAL												169.759,82
CEMA				29.125,70								
CEASAMINAS												228.158,50
CUTER			765.905,79	48.368,70	682.015,80	531.624,78						997.175,70
CODESP	1.282.120,08		10.251,09	27.837,06	38.507,22			38.581,40		35.576,08	9.705,90	75.156,58
ELETROACRE					314.663,87	308.142,25	512.839,21	7.812,02				
ELETRONORTE	4.214.097,47	6.129.527,82	7.782.292,18	6.911.338,76	5.273.549,30	2.527.972,79		1.412.631,80			646.524,02	1.164.427,00
FCEB						52.310,80						
RUR					530.649,56							
IBGE	21.929.738,77										38.536.032,37	1.437.284,70
INCRA			6.624.111,21									
IRB					1.022.213,20	1.205.748,36						
TRANSPETRO			1.045.159,51									
TRENSURB	12.156,47					442.859,3[illegible]	125.022,45					
HPGO												159.834,11
FINEP											2.465.790,70	3.988.445,28
INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL	2.765.558,40	3.646.582,51										
Total Geral	447.565.174,82	465.265.575,22	382.873.119,45	255.428.578,34	254.740.875,48	375.387.979,46	379.559.787,23	342.602.469,62	432.958.724,26	773.159.143,11	684.841.973,62	570.183.764,26

Notas:

1) Valores estimados de investimentos em Mídia (veiculações) obtidos pelo processamento de cópias de pedidos de veiculação (PIs) e indexados pelo índice IGP-M (FGV): índice médio, ano a ano e média do ano base 2011: 468,334;
2) Base de dados [illegible] IAP - Instituto para Acompanhamento da Publicidade, atualizada em 29/03/2012;
3) Os valores não incluem publicidade legal, produção e patrocínio;
4) Os valores de 2011 são correntes (nominais).

(À Mesa, para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 172, DE 2013
(Retirada do PLS 177, de 2008)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a **Retirada do Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2008**, de minha autoria, que "*altera a alínea "c" do art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, a fim de modificar os fusos horários dos Estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul do fuso horário de Greenwich menos quatro horas para o fuso horário Greenwich menos três horas*".

Sala das Sessões, 6 de fevereiro de 2013. – Senador **Delcídio do Amaral.**

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência defere o requerimento que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 173, DE 2013

Requeiro, na forma do disposto no *caput* do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado (PLS) Complementar nº 90 de 2007, (que já tramita em conjunto com os PLS Complementares nº 150 de 2005, e 21 de 2011), tramite também em conjunto com os seguintes Projetos de Lei do Senado (PLS) Complementares nºs 229 de 2009 (que já tramita em conjunto com os PLS Complementares nºs 175, 248 e 450 de 2009); com o Projeto de Lei do Senado (PLS) Complementar nº 230 de 2009 (que tramita em conjunto com os PLS Complementar nº 302 de 2009); com o Projeto de Lei do Senado (PLS) Complementar nº 298 de 2007 (que tramita em conjunto com os PLS Complementares nºs 414 de 2007, 66 e 72 de 2008); como também com os Projetos de Lei do Senado (PLS) Complementares nºs 62, 86, 113, 135, 376, 382 de 2012; 75, 538, 591 e 719 de 2011; 12, 128, 243, 315, 350, e 507 de 2009; 265 e 482 de 2008; 180 e 540 de 2007; todos por versarem sobre a mesma matéria (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Sala das Sessões, de fevereiro de 2013. – Senador **José Pimentel.**

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, propostas de emenda à Constituição que serão lidas.

São lidas as seguintes:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2013

Altera o art. 159 da Constituição Federal para incluir o produto da arrecadação das contribuições sociais que especifica no compartilhamento com Estados e Municípios e alterar os percentuais dos repasses.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º. O art. 159 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 159. .....

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados trinta inteiros e cinco décimos por cento na seguinte forma:

a) Treze por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) treze inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

.....

IV – do produto da arrecadação da contribuição para o financiamento da seguridade social e da contribuição social sobre o lucro líquido vinte e seis inteiros e cinco décimos por cento na seguinte forma:

a) Treze por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) treze inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

.....

§ 5° os percentuais previstos nos incisos I e IV do *caput* serão acrescidos de dois pontos percentuais, ao ano, durante cinco anos consecutivos, até alcançarem, no inciso I, quarenta inteiros e cinco décimos por cento e, no inciso IV, trinta e seis e cinco décimos por cento.

§ 6° os percentuais previstos nas alíneas *a* e *b* dos incisos I e IV, ambos do *caput*, serão acrescidos de um ponto percentual, ao ano, durante cinco anos consecutivos, até alcançarem os seguintes valores:

a) Dezoito por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) Dezoito inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios."(NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu em seu art. 159, inciso I, que a União destine, do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IR) e sobre produtos industrializados (IPI), quarenta e oito por cento (48%) aos Estados e Municípios. Desta repartição, vinte e um e meio por cento (21,5%) destina-se ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), vinte e três e meio por cento (23,5%) destina-se ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e três por cento (3%) para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O objetivo do FPE, criado com os recursos oriundos de parte da arrecadação da União, é promover o equilíbrio socioeconômico entre Estados, conforme preceito constitucional disposto no art. 161, inciso II, da Carta Magna. A CF ainda determina que lei complementar deva estabelecer as normas sobre a entrega dos recursos desse fundo.

No entanto, a cada ano os Estados vêm sofrendo perdas significativas em suas transferências constitucionais obrigatórias, haja vista a migração da arrecadação federal para os tributos não compartilhados. Com essa inversão, o Governo Federal diminuiu a participação daqueles entes na partilha de sua arrecadação. Em 1988, ano da promulgação da CF, a arrecadação oriunda do IR e do IPI somava 76,2% do total da arrecadação da União, e as contribuições e outras receitas administradas pela RFB somavam 23.8%. Já em 2010, o IR e o IPI representavam apenas 45,5% enquanto as contribuições, somadas a outras receitas administradas, alcançaram 54,5% do total da arrecadação federal.

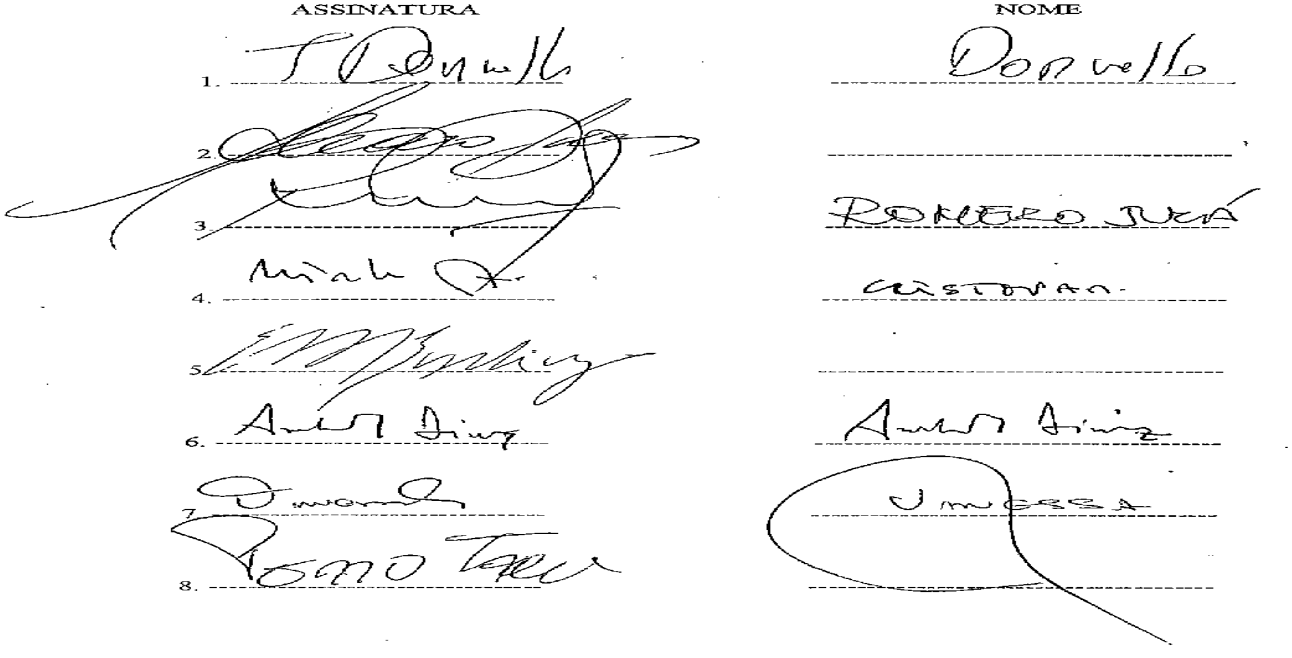
Por outro lado, analisando-se quanto representa o repasse ao FPE do total da arrecadação do Governo Federal, observa-se que, em 1988, era 16,4%, participação que se declinou até 9,8%, em 2010 – o que significa perda de 40% na parcela proporcional da arrecadação da União destinada ao FPE. Vale ressaltar que a mesma tendência ocorre em relação ao repasse ao FPM.

Há, portanto, necessidade de recomposição da base de cálculo do FPE e do FPM, levando-se em consideração dois objetivos: tornar neutro o impacto das mudanças na composição da arrecadação dos tributos administrados pela RFB sobre a evolução dos fundos de participação; e ajustar os percentuais Aplicados, incluindo a arrecadação da COFINS e CSLL, buscando recompor a base perdida pelos Estados e Municípios.

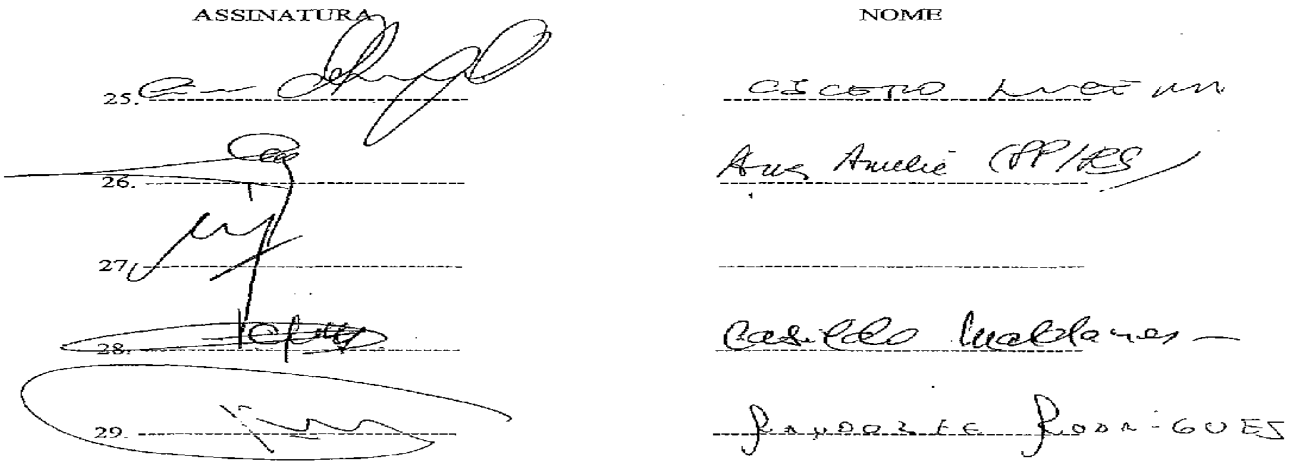
Contamos com a atenção dos Senadores e Senadoras para a apreciação e aprovação da presente Proposta de Emenda Constitucional.

Sala das Sessões, – Senador **Flexa Ribeiro.**

Altera o art. 159 da Constituição Federal para incluir o produto da arrecadação das contribuições sociais que especifica no compartilhamento com Estados e Municípios e alterar os percentuais dos repasses.



ASSINATURA	NOME
9.	
10.	Sergio Souza
11.	
12.	Alvaro Dias
13.	EDUARDO BRAGA.
14.	SERGIO PETECÃO
15.	LUIZ HENRIQUE
16.	
17.	Ana Amélia
18.	
19.	Flexa Ribeiro
20.	VALDIR RAUPP
21.	
22.	JOÃO ALBERTO
23.	
24.	



LEGISLAÇÃO PEC
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

.....

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II – do Presidente da República;

III – de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I – a forma federativa de Estado;

II – o voto direto, secreto, universal e periódico;

III – a separação dos Poderes;

IV – os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

.....

Art. 159. A União entregará:

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados quarenta e oito por cento na seguinte forma:

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer;

d) um por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano;

II – do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

III – do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c, do referido parágrafo.

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e pro-

ventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso.

.....

Art. 161. Cabe à lei complementar:

I – definir valor adicionado para fins do disposto no art. 158, parágrafo único, I;

II – estabelecer normas sobre a entrega dos recursos de que trata o art. 159, especialmente sobre os critérios de rateio dos fundos previstos em seu inciso I, objetivando promover o equilíbrio sócio-econômico entre Estados e entre Municípios;

III – dispor sobre o acompanhamento, pelos beneficiários, do cálculo das quotas e da liberação das participações previstas nos arts. 157, 158 e 159.

Parágrafo único. O Tribunal de Contas da União efetuará o cálculo das quotas referentes aos fundos de participação a que alude o inciso II.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 13, DE 2013

Altera os §§ 4º e 6º do art. 66 da Constituição Federal para aumentar o prazo congressual destinado à apreciação do veto executivo, e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao Texto Constitucional:

Art. 1º Os §§ 4º e 6º do art. 66 da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 66. .....

.....

§ 4º O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de cento e vinte dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em escrutínio secreto.

.....

§ 6º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas do Congresso Nacional. **(NR)"**

Art. 2º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A experiência recente demonstrou à saciedade a impossibilidade de o Congresso Nacional conciliar as suas tarefas legislativas ordinárias com os complexos trabalhos de análise dos vetos executivos a projetos de lei aqui aprovados.

Sem entrar no mérito das causas que levaram ao acúmulo expressivo de vetos pendentes de deliberação, cabe ressaltar os graves efeitos sobre a ordem jurídica e a enorme insegurança jurídica acerca da validade da legislação que são produzidos por essa pendência.

Esse fato nos leva a sugerir ao Parlamento Nacional a abertura de prazo maior para as deliberações legislativas sobre o veto executivo, permitindo um trabalho de análise das razões da oposição presidencial ao projeto aprovado e abrindo caminho a decisões mais solidamente endereçadas ao interesse público e à preservação da ordem constitucional.

Assim e por isso, estamos formalizando a apresentação desta proposta de emenda à Constituição, aumentando de trinta para cento e vinte dias o prazo constitucional referido, bem como estabelecer que a não apreciação dos vetos no prazo regimental sobreste todas as outras deliberações legislativas do Congresso Nacional.

Contamos com a sensibilidade dos membros do Congresso Nacional para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, 5 de março de 2013. – Senadora **Vanessa Grazziotin,** PCdoB/AM.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2013

Altera os §§ 4º e 6º do art. 66 da Constituição Federal para aumentar o prazo congressual destinado à apreciação do veto executivo, e dá outras providências.

SENADOR(A)

SENADOR(A)

SENADOR(A)

SENADOR(A)

SENADOR(A)

SENADOR(A)

SENADOR(A)

SENADOR(A)

SENADOR(A)

SENADOR(A)

SENADOR(A)

SENADOR(A)

SENADOR(A)

SENADOR(A)

SENADOR(A)

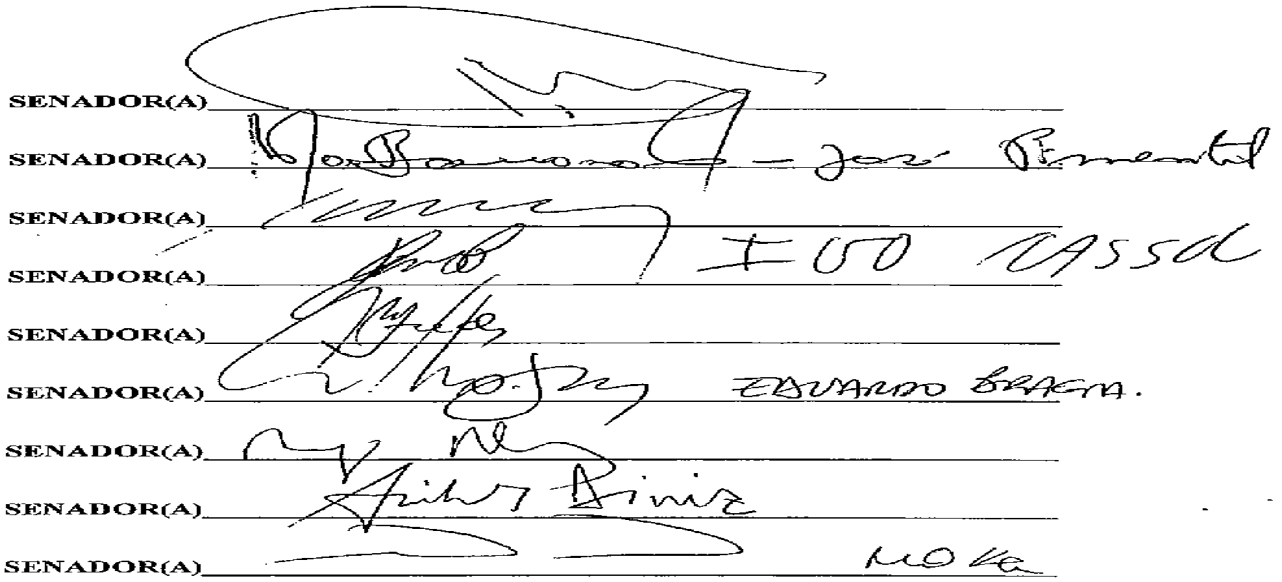
SENADOR(A)

SENADOR(A)

SENADOR(A)

SENADOR(A)

SENADOR(A)



LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, aseguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

.....

.....

DA EMENDA À CONSTITUIÇÃO

.....

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II – do Presidente da República;

III – de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I – a forma federativa de Estado;

II – o voto direto, secreto, universal e periódico;

III – a separação dos Poderes;

IV – os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

.....

.....

Art. 66. A Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse

público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.

§ 2º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 3º Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Presidente da República importará sanção.

§ 4º O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em escrutínio secreto.

§ 5º Se o veto não for mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao Presidente da República.

§ 6º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.

§ 7º Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Presidente da República, nos casos dos §§ 3º e 5º, o Presidente do Senado a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente do Senado fazê-lo.

.....

.....

Brasília, 5 de outubro de 1988.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, DE 2013

Acrescenta § 3º ao art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 1998.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 31 da Emenda Constitucional nº 19 de 1998 passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo 3º:

"Art. 31. .....

.....

§ 3º São assegurados aos integrantes da carreira policial militar dos ex-Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia incorporados a quadro em extinção da União os mesmos soldos, adicionais, vantagens e direitos remuneratórios concedidos aos policiais militares do Distrito Federal.

....." (NR)

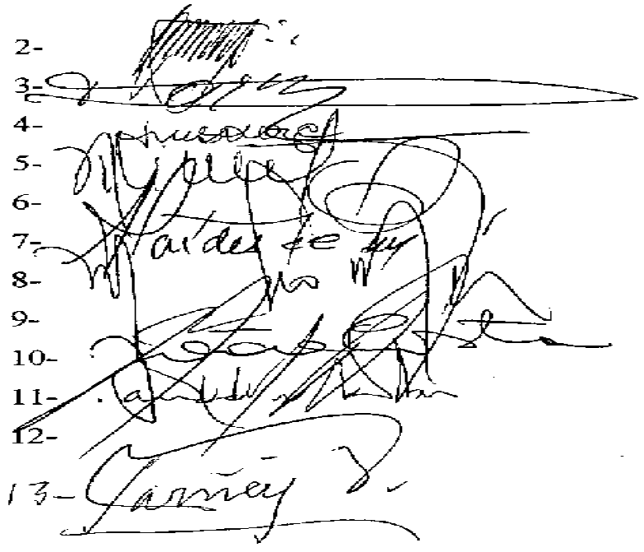
Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

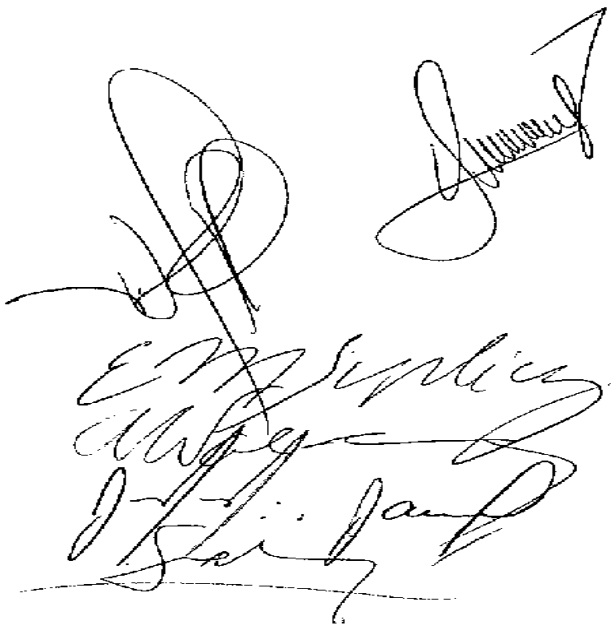
Justificação

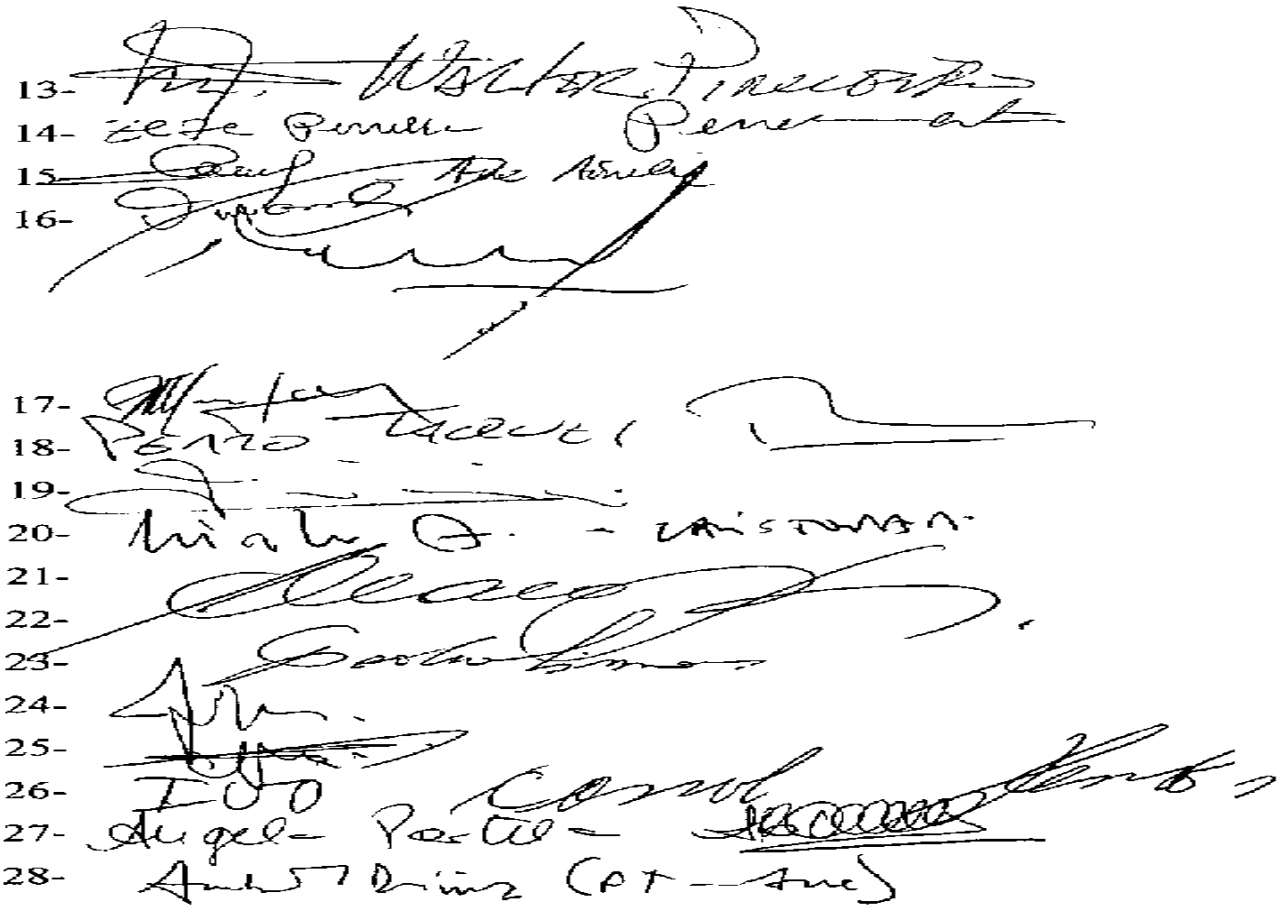
A presente Proposta de Emenda à Constituição tem a finalidade de promover a isonomia entre os Policiais Militares dos ex-Territórios Federais do Amapá, de Roraima e de Rondônia que integram quadro em extinção do serviço público federal, com aqueles que atuam no Distrito Federal e, por força constitucional, são remunerados pela União.

Busca-se, assim, evitar a disparidade de vencimentos entre servidores que efetuam exatamente as mesmas funções e possuem a mesma fonte remuneratória.

Sala das Sessões, – Senador **Randolfe Rodrigues**.







LEGISLAÇÃO CITADA

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19,
DE 4 DE JUNHO DE 1998

Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam esta Emenda ao texto constitucional:

(...)

Art. 31. Os servidores públicos federais da administração direta e indireta, os servidores municipais e os integrantes da carreira policial militar dos ex-Territórios Federais do Amapá e de Roraima, que comprovadamente encontravam-se no exercício regular de suas funções prestando serviços àqueles ex-Territórios na data em que foram transformados em Estados; os policiais militares que tenham sido admitidos por força de lei federal, custeados pela União; e, ainda, os servidores civis nesses Estados com vínculo funcional já reconhecido pela União, constituirão quadro em extinção da administração federal, assegurados os direitos e vantagens inerentes aos seus servidores, vedado o pagamento, a qualquer título, de diferenças remuneratórias.

§ 1º Os servidores da carreira policial militar continuarão prestando serviços aos respectivos Estados,

na condição de cedidos, submetidos às disposições legais e regulamentares a que estão sujeitas as corporações das respectivas Polícias Militares, observadas as atribuições de função compatíveis com seu grau hierárquico.

§ 2º Os servidores civis continuarão prestando serviços aos respectivos Estados, na condição de cedidos, até seu aproveitamento em órgão da administração federal.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – As propostas de emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 87, DE 2013

Altera o Código Penal para prever causa de aumento de pena para a hipótese de o agente cometer crime no interior de estabelecimento hospitalar ou congênere contra pessoa dependente do sistema de saúde pública para favorecer paciente com plano de saúde privado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Capítulo III do Título I do Código Penal passa a viger acrescido do seguinte artigo:

"Disposição comum

Art. 136-A. Nos crimes previstos nos Capítulos I a III deste Título, a pena é aumentada de um terço se o agente cometeu o crime no interior de estabelecimento hospitalar ou congênere contra pessoa dependente do sistema de saúde pública para favorecer paciente com plano de saúde privado, quando essa circunstância não qualifica o crime."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Brasil ficou estarrecido com a notícia de que uma médica, em um hospital de Curitiba, tirava a vida dos pacientes internados na unidade de tratamento intensivo (UTI) dependentes do sistema de saúde pública (SUS), para abrir vaga para pacientes de planos privados.

Apesar de o Código Penal já prever agravante genérica e qualificadora (no caso de homicídio) para o motivo torpe, convém prever expressamente o agravamento da pena para essa hipótese nos capítulos que tratam dos crimes contra a vida, de lesões corporais e de periclitação da vida e da saúde, valendo-nos da força pedagógica do direito penal.

É com essa preocupação que apresentamos a presente proposta.

Sala das Sessões, – Senador **Vital do Rêgo.**

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Texto compilado
Vide Lei nº 12.737, de 2012

Código Penal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

PARTE GERAL

TÍTULO I
Da Aplicação da Lei Penal
(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

.....

Maus-tratos

Art. 136 – Expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina:

Pena – detenção, de dois meses a um ano, ou multa.

§ 1º Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena – reclusão, de um a quatro anos.

§ 2º Se resulta a morte:

Pena – reclusão, de quatro a doze anos.

§ 3º Aumenta-se a pena de um terço, se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (catorze) anos. (Incluído pela Lei nº 8.069, de 1990)

.....

(À Comissão destinada a proferir parecer sobre o Projeto de Lei do Senado n° 236, de 2012 -Reforma do Código Penal.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, DE 2013

Acrescenta § 5º ao art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a negociação do banco de horas com a categoria profissional preponderante e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

"Art. 59. **.....**

§ 5º As empresas que contratam empregados de diferentes categorias profissionais poderão firmar contratos ou acordos coletivos de trabalho, válidos para todos os seus empregados, para compensação de jornadas, com dispensa de acréscimo de salário, diretamente com o sindicato da categoria preponderante em seu quadro, ficando prejudicadas cláusulas semelhantes de outros instrumentos de negociação coletiva, eventualmente aplicáveis às relações de trabalho daquela empresa. (NR)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estabelece, em seu art. 59, que acordos e convenções coletivas de trabalho poderão dispensar o acréscimo de salário relativo a horas extras, quando o excesso de horas num dia for compensado pela diminuição na jornada de outro dia de trabalho. É o denominado "Banco de Horas", que representa inegável avanço da legislação trabalhista introduzido pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001.

As negociações relativas aos bancos de horas, entretanto, nem sempre são realizadas com segurança jurídica, mormente em empresas que possuem empregados pertencentes a diversas categorias profissionais. Os interesses podem ser diversos e as exigências, em termos de jornada, podem variar em função das atribuições de cada profissional. Encontrar um consenso, com tantos interlocutores e reivindicações diferentes, acaba sendo um processo penoso e complexo. E os resultados nem sempre são satisfatórios.

A estipulação de regras diferentes, para diferentes profissionais, em certos aspectos é positiva, na medida em que as normas podem ser adequadas ao perfil do profissional. Via de regra, no entanto, isso gera problemas na organização do trabalho. Afinal, a atividade de um empregado pode estar diretamente associada à de outro. Fica difícil, então, conciliar parâmetros diferentes para a compensação de jornadas. Em última instância, pode ficar frustrada a tentativa de um acordo ou convenção coletiva.

Em nosso entendimento, é no âmbito das empresas que a solução para esses problemas deve ser buscada. É preciso maximizar os benefícios do banco de horas. E isso deve ser feito em benefício de empregados e empregadores, evitando que interesses minoritários ou distantes do âmbito da empresa acabem sendo excessivamente relevantes no momento das negociações coletivas. Os acordos ou contratos coletivos realizados com a categoria preponderante dentro da empresa são, nesse sentido, mais democráticos, tecnicamente justificáveis e refletem melhor os objetivos dos interessados.

Nossa proposta pretende, então, que a compensação de jornadas seja ajustada com a categoria preponderante dentro da empresa. Evita-se, dessa forma, que grupos minoritários venham a dificultar ou tumultuar o processo de negociação, em benefício próprio. Assim, contamos com o apoio dos nossos eminentes Pares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, – Senador **Vital do Rêgo.**

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Texto compilado
Vide Decreto-Lei nº 127, de 1967 (Vide Lei nº 12.619. de 2012)

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

Vigência

Art. 59. A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de 2 (duas), mediante acordo escrito entre empregador e empregado, ou mediante contrato coletivo de trabalho.

§ 1º – Do acordo ou do contrato coletivo de trabalho deverá constar, obrigatoriamente, a importância da remuneração da hora suplementar, que será, pelo menos, 20% (vinte por cento) superior à da hora normal. Atenção: **(Vide CF, art. 7º inciso XVI)**

~~§ 2º Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou contrato coletivo, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda o horário normal da semana nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.~~

~~§ 2º Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de cento e vinte dias, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias. (Redação dada pela Lei nº 9.601, de 21.1.1998)~~

§ 2º Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

§ 3º Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, na forma do parágrafo anterior, fará o trabalhador jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão. (Incluído pela Lei nº 9.601, de 21.1.1998)

§ 4º Os empregados sob o regime de tempo parcial não poderão prestar horas extras. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

.....

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – O Senado Federal recebeu as seguintes Mensagens da Senhora Presidente da República:

– **Nº 17, de 2013** (nº 92/2013, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor DOUGLAS WANDERLEY DE VASCONCELLOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação de São Cristóvão e Névis;

– **Nº 18, de 2013** (nº 93/2013, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor EDUARDO BOTELHO BARBOSA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argelina Democrática e Popular;

– **Nº 19, de 2013** (nº 94/2013, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel; e

– **Nº 20, de 2013** (nº 95/2013, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor DEMÉTRIO BUENO CARVALHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão, e, cumulativamente, junto à República do Turcomenistão e à República Quirguiz.

São as seguintes as Mensagens:

MENSAGEM
Nº 17, DE 2013
(nº 92/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor DOUGLAS WANDERLEY DE VASCONCELLOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação de São Cristóvão e Névis.

Os méritos do Senhor Douglas Wanderley de Vasconcellos que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de março de 2013.

EM nº 00032/2013 MRE

Brasília, 15 de Fevereiro de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **DOUGLAS WANDERLEY DE VASCONCELLOS**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação de São Cristóvão e Névis.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **DOUGLAS WANDERLEY DE VASCONCELLOS** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00032 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 15 de fevereiro de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **DOUGLAS WANDERLEY DE VASCONCELLOS**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação de São Cristóvão e Névis.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **DOUGLAS WANDERLEY DE VASCONCELLOS** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

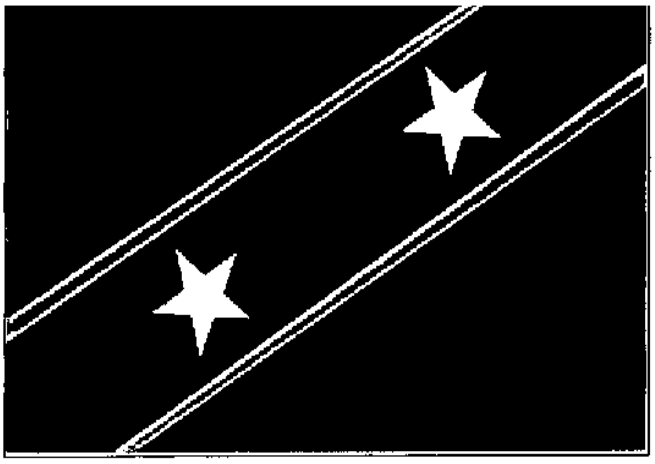
MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *DOUGLAS WANDERLEY DE VASCONCELLOS*
CPF.: 210.349.311-72
ID.: 7755 MRE

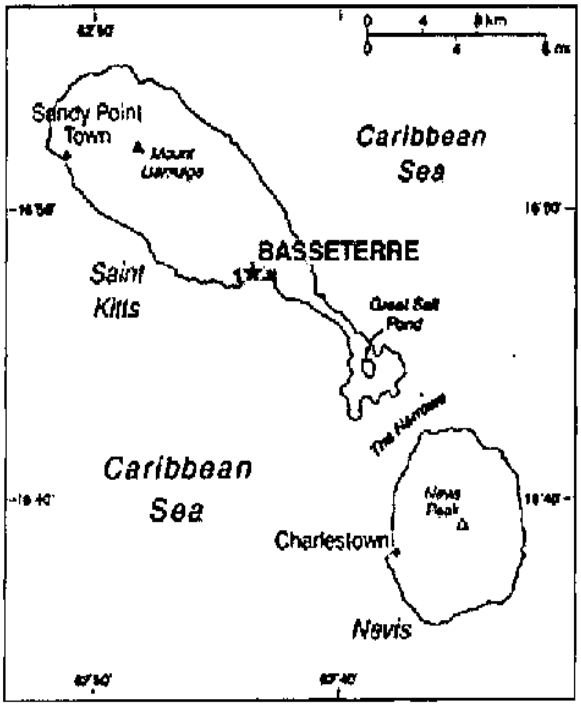
1955	Filho de José de Vasconcellos e Arlette Wanderley de Vasconcellos, nasce em 14 de dezembro, no Manaus/AM
Dados Acadêmicos:	
1979	CPCD – IRBr
1979	Relações Internacionais pela Universidade de Brasília/DF
2005	CAE - IRBr, O Esporte e as Relações Internacionais. Negócios, Negociações e Projeção de Imagem Externa via Manifestações Esportivas.
Cargos:	
1980	Terceiro Secretário em 2 de setembro
1982	Segundo Secretário, por merecimento, em 22 de dezembro
1986	CAD - IRBr
1989	Primeiro Secretário, por merecimento, em 30 de junho
1997	Conselheiro, por merecimento, em 18 de junho
2005	Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 30 de dezembro
Funções:	
1980	Divisão Latino-americana de Livre Comércio, Assistente
1981	Divisão da Organizacão dos Estados Americanos, Assistente
1982	Consulado-Geral em Hong Kong, Cônsul-Adjunto
1984	Divisão de Feiras e Turismo, Assistente
1987	Departamento de Promoção Comercial, Assessor
1987	Divisão de Feiras e Turismo, Chefe, substituto e Assessor
1991	Embaixada em Buenos Aires, Primeiro Secretário
1994	Divisão de Informação Comercial, Assistente
1995	Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, Assessor Especial
1995	Secretaria Nacional de Turismo e Serviços, Coordenador-Geral de Relações Internacionais
1996	Divisão da Organização dos Estados Americanos, Chefe, substituto, e Chefe
1999	Consulado em Rivera, Cônsul
2004	Divisão Jurídica, Chefe
2007	Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Diretor do Departamento de Estrangeiros
2010	Escritório de Representação na Região Nordeste, com exercício na cidade de Salvador/BA
Condecorações:	
2010	Ordem do Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
Publicações:	
2008	Livro Esporte, Poder e Relações Internacionais, 1ª Edição, Editora FUNAG/MRE

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

Ministério das Relações Exteriores

SÃO CRISTÓVÃO E NÉVIS





Informação ao Senado Federal
OSTENSIVO
Fevereiro de 2013

Dados Básicos	
NOME OFICIAL	Federação de São Cristóvão e Névis
CAPITAL	Basseterre
ÁREA	261 km^2
POPULAÇÃO	50.726
IDIOMA OFICIAL	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Anglicanos, outros protestantes e católicos
SISTEMA POLÍTICO	Democracia parlamentarista / membro da *Commonwealth*
PODER LEGISLATIVO	Parlamento bicameral (Senado e Assembleia Legislativa)
CHEFE DE ESTADO	Rainha Elizabeth II, representada pelo Governador-Geral Sir Edmund Lawrence (desde janeiro de 2013)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Denzil Douglas (desde julho de 1995)
CHANCELER	Patrice Nisbett (desde janeiro de 2013)
PIB REAL (2011)	US$ 703,6 milhões
PIB PPP (2011)	US$ 875 milhões
PIB *PER CAPITA* (2011)	US$ 13.972
PIB PPP *PER CAPITA* (2011)	US$ 15.600
VARIAÇÃO DO PIB (2011)	-2%
IDH 2011 – ÍNDICE DE DESENV. HUMANO	0,735 (71° entre 186 países; Brasil é o 84°, com 0,718)
EXPECTATIVA DE VIDA	74,84 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	97,8%
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar do Caribe Oriental (XCD)
COMUNIDADE BRASILEIRA	5 brasileiros

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US$ milhões, FOB)

Fonte: MDIC

Brasil → São Cristóvão e Névis	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Intercâmbio	**0,357**	**0,415**	**0,537**	**1,479**	**1,132**	**0,938**	**1,139**	**5,546**	**3,020**	**3,12**
Exportações	0,344	0,415	0,488	1,438	0,985	0,938	1,095	3,921	1,625	2,53
Importações	0,013	--	0,049	0,041	0,147	--	0,044	1,625	1,395	0,59
Saldo	0,331	0,415	0,439	1,397	0,838	0,938	1,051	2,296	0,230	1,94

Perfis Biográficos

SIR EDMUND LAWRENCE
Governador-Geral

Nasceu em 1935, na ilha de São Cristóvão.

Economista, formou-se em instituições em São Cristóvão e Névis e na Inglaterra.

Nos anos 1970, estabeleceu o Banco Nacional de São Cristóvão e Névis e Anguilla (*Saint Kitts-Nevis-Anguilla National Bank Limitedi*). Também foi consultor em outros bancos comerciais caribenhos.

Em 2010, foi nomeado cavaleiro pela Rainha Elizabeth II por seus serviços ao sistema bancário e financeiro.

Em janeiro de 2013, foi nomeado Governador-Geral de São Cristóvão e Névis. O Governador-Geral é o representante da Rainha Elizabeth II no país, e exerce a função de Chefe de Estado *de facto*.

DENZIL LLEWELLYN DOUGLAS
Primeiro-Ministro

Nascido na cidade de St. Pauls em 1953, graduou-se em Ciências em 1977, e em Medicina em 1984.

No final da década de 1980, tornou-se Presidente da Associação Médica de São Cristóvão e Névis.

Foi Ministro das Finanças e do Desenvolvimento Sustentável. Nas eleições gerais de 1995, foi eleito Primeiro-Ministro. Foi reeleito nas eleições de 2000, 2004 e 2010.

PATRICE NISBETT
Ministro da Justiça e Assuntos Legais, dos Negócios Estrangeiros, e do Comércio Internacional, Indústria, Comércio e Consumo

Nascido na ilha de Névis, em 1971.

Graduou-se em 1990, pela Sixth Form College (instituição educacional presente em vários países da *Commonwealth*) e se formou em Direito em 1993 pela University of West Indies, Cave Hill Campus, Barbados. Em Trinidad e Tobago, na Hugh Wooding Law School, concluiu seus estudos.

Tornou-se advogado em 1995 e atuou nas áreas civil e criminal, em Névis.

Em 2000, foi eleito pela primeira vez como Parlamentar, pelas paróquias de St. James Windward e St. Thomas Lowland.

Tornou-se Presidente do Conselho da Juventude de Névis em 2001.

Foi reeleito para a Assembleia Nacional em 2004 e 2010. Neste ano, foi nomeado Procurador-Geral e Ministro da Justiça de São Cristóvão e Névis.

Em janeiro de 2013, o cargo de Ministro da Justiça foi dissociado do cargo de Procurador-Geral. Patrice Nisbett manteve-se como Ministro da Justiça e Assuntos Legais e passou a acumular também os cargos de Ministro dos Negócios Estrangeiros, Comércio Internacional, Indústria, Comércio e Consumo.

Relações Bilaterais

As relações bilaterais têm como marco o estabelecimento da Embaixada do Brasil em São Cristóvão e Névis, cumulativa com a Embaixada em Kingston (Jamaica), em 1985. A Embaixada residente do Brasil em Basseterre foi criada em 18 de fevereiro de 2009.

Em abril de 2010, o Primeiro-Ministro Denzil Douglas visitou o Brasil, por ocasião da I Cúpula entre o Brasil e a CARICOM (Comunidade do Caribe), realizada em Brasília. Durante a Cúpula, foram firmados três acordos bilaterais: Acordo de Cooperação Educacional; Acordo de Cooperação Cultural; e Acordo sobre a Isenção de Visto em Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço.

Anteriormente, em 2005, o Primeiro-Ministro Douglas havia visitado Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro em missão de observação da CARICOM, que resultou em projetos de cooperação na área de prevenção, assistência e tratamento de HIV/AIDS.

Em 2012, o Primeiro-Ministro Douglas veio ao Rio de Janeiro para chefiar a delegação de São Cristóvão e Névis na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável ("Rio+20").

Relações Econômicas

O comércio bilateral ainda é de pequena expressão. Ainda que o intercâmbio tenha se mantido no mesmo patamar de US$ 3 milhões entre 2011 e 2012, as importações brasileiras sofreram redução pela metade no último ano. O Brasil exporta preparados alimentícios, madeira e cerâmicas, enquanto a pauta de importação é composta por materiais elétricos. Não há empresas brasileiras atuando no país.

Em maio de 2012, foi assinado o documento de adesão de São Cristóvão e Névis ao "Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica nº 38 Brasil-Guiana", da ALADI, que visa a promover o incremento dos fluxos de comércio bilaterais, por meio do intercâmbio de preferências tarifárias entre as Partes, da cooperação em temas de comércio e da participação crescente do setor privado. Para São Cristóvão e Névis, é a primeira vez que um acordo de abertura comercial é negociado fora do âmbito da CARICOM (Comunidade do Caribe). Na ocasião, foi aventada a possibilidade de se realizar cursos nos países caribenhos, que já contam com um estudo da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX) sobre "oportunidades para exportações da CARICOM para o mercado brasileiro".

Cooperação Técnica

Está em negociação o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação de São Cristóvão e Névis, que tem por objetivo desenvolver a cooperação técnica entre ambos os países. A minuta do referido Acordo está em tramitação na Chancelaria de São Cristóvão e Névis.

Para 2011, havia sido planejada missão multidisciplinar pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) a Basseterre, ainda não realizada, para a prospecção e elaboração de projetos de cooperação técnica nas áreas consideradas de maior relevância para o Governo de São Cristóvão e Névis: formação profissional; HIV (DST/AIDS); esportes; produção de hortaliças e fruticultura e produção de etanol.

Cooperação Esportiva

Com o apoio da Coordenação-Geral de Intercâmbio e Cooperação Esportiva do Itamaraty e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), foram convidados a enviar um participante cada um dos 22 países da América Central e do Caribe, a Mauritânia, o Mali e a Albânia, para o Curso Internacional de Treinadores promovido pelo Sindicato de Treinadores Profissionais de Futebol do Estado de São Paulo. Para o curso, a Federação de Futebol de São Cristóvão e Névis indicou o Senhor Clinton Percival, técnico da seleção de futebol deste país.

Durante o curso, os treinadores estrangeiros assistiram a diversas palestras de profissionais renomados como Muricy Ramalho, Carlos Alberto Parreira, René Simões e Paulo César de Oliveira (técnico da seleção brasileira de futebol de salão), entre outros. Também foram realizadas aulas práticas nos campos da Sociedade Esportiva Palmeiras, e visita ao Museu do Futebol.

A ABC também promoveu curso de um mês em São Cristóvão e Névis, em outubro e novembro de 2011, do técnico Antônio Goldberger Gomes Nogueira, que auxiliou na capacitação da seleção local.

Assuntos Consulares

A comunidade brasileira residente em São Cristóvão e Névis é pequena: há, no momento, registro de cinco brasileiros no país. Os assuntos consulares cabem à Embaixada do Brasil em Basseterre.

São Cristóvão e Névis conta com consulado honorário em São Paulo.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais do Brasil a São Cristóvão e Névis.

Política Interna

O país é composto por duas ilhas, unidas por uma federação: a ilha de São Cristóvão (mais conhecida, em inglês, pelo "apelido" *St. Kitts*) e a ilha de Névis (cujo nome atual é uma adaptação anglicizada do nome originalmente dado por Cristóvão Colombo, "Nossa Senhora das Neves").

A Federação de São Cristóvão e Névis tornou-se independente em 1983 e organiza-se de acordo com o modelo de democracia parlamentarista, membro da *Commonwealth*.

O Poder Executivo reside na Chefe de Estado da *Commonwealth*, a Rainha Elizabeth II, mas quem o exerce de fato é o Governador-Geral – oficialmente por ela apontado. O Chefe de Governo é o Primeiro-Ministro. O Vice-Primeiro-Ministro é nomeado pelo Governador-Geral.

Como nos demais regimes parlamentaristas, a escolha do Primeiro-Ministro recai sobre o partido ou a coalizão vencedora das eleições legislativas.

O Poder Legislativo (Assembleia Nacional) é unicameral, composto por 14 membros (11 eleitos e três apontados pelo Governo).

As eleições ocorrem com periodicidade de 5 anos, podendo ser convocadas em intervalo menor caso o partido do Governo perca a maioria parlamentar. As últimas eleições foram realizadas em 2010. Atualmente, o partido do Governo é o "*Labour Party*" (Partido Trabalhista), e o principal partido de oposição é o "*People's Action Movement*" (Movemento de Ação Popular).

O atual Primeiro-Ministro Denzil Douglas destaca-se como um dos líderes mais politicamente longevos do Caribe anglófono, tendo sido eleito para o cargo sucessivamente desde 1995.

A ilha de Névis dispõe de considerável grau de autonomia, com uma Assembleia separada, composta por cinco membros, e o direito constitucional de sucessão.

Na agenda política de São Cristóvão e Névis, destacam-se a promoção do turismo, o combate à violência urbana e a preocupação com os preços dos produtos básicos, como alimentos, combustível e energia elétrica.

Em dezembro de 2012, a oposição apresentou Moção de Censura contra o Primeiro-Ministro Douglas, aproveitando o momento de estremecimento das relações políticas entre este, de um lado, e seus correligionários, sobretudo o então Chanceler e Vice-Primeiro-Ministro Sam Condor e o então Ministro de Comércio Internacional e Agricultura, Timothy Harris. Além disso, parte da população manifesta-se contrária a duas recentes medidas do Governo: a troca de terras do Governo por redução da dívida pública junto ao National Bank e o aumento das tarifas de eletricidade.

Com a recente vitória da oposição em Névis e a dissidência dentro do Partido do Governo, existe grande possibilidade de convocação de novas eleições parlamentares. Em 25 de janeiro de 2013, o Primeiro-Ministro Douglas convocou seu então Chanceler Sam Condor e o então Ministro Harris a "renunciarem a seus cargos ou serem demitidos". O Ministro Harris foi demitido em 28 de janeiro. O Chanceler Condor apresentou sua renúncia em 31 de janeiro.

Política Externa

São Cristóvão e Névis é membro da Comunidade do Caribe (CARICOM) e da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECO).

Quatro países têm Embaixadas residentes em Basseterre: Brasil, Taiwan, Cuba e Venezuela.

O país foi alvo dos esforços de Taiwan para obter reconhecimento dos países caribenhos; em 2007, São Cristóvão e Névis estabeleceu laços diplomáticos com a ilha de Taiwan, em detrimento do relacionamento com a China.

O país é membro da Petrocaribe, iniciativa pela qual a Venezuela fornece petróleo a países caribenhos a preços e condições vantajosas. Como parte da iniciativa, a Venezuela tem desenvolvido projetos voltados à melhoria da infraestrutura energética de São Cristóvão e Névis, como a construção de estações de armazenamento de combustível.

Recentemente, os EUA doaram duas lanchas armadas que se destinam a melhorar o patrulhamento das costas das duas ilhas, o que demonstra a importância atribuída pelo Governo norte-americano à repressão ao tráfico de drogas e armas na bacia caribenha.

Em seu último discurso perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, o Primeiro-Ministro Douglas abordou os temas de maior interesse da política externa de São Cristóvão e Névis: (i) a renegociação da dívida de pequenas economias; (ii) crítica aos grandes poluidores; (iii) suporte a pesquisas e tratamento do HIV/AIDS, bem como o combate ao preconceito contra soropositivos; (iv) pedido de prioridade para a negociação e assinatura de um tratado sobre tráfico ilegal de armas; (v) pedido de aceitação da presença de Taiwan nos organismos internacionais; (vi) crítica ao embargo norte-americano a Cuba.

Economia, Comércio e Investimentos

Nos últimos anos, tem havido diversificação da economia de São Cristóvão e Névis, com o aumento da participação do turismo, serviços financeiros e indústrias leves na formação do PIB. Com PIB nominal de aproximadamente US$ 708 milhões em 2012, segundo estimativa da Economist Intelligence Unit e do Fundo Monetário Internacional, São Cristóvão e Névis é a 177ª economia do mundo. O setor de serviços (principalmente o turismo) é o principal ramo de atividade e respondeu, em 2011, por 82% do PIB, seguido da indústria, com 16%, e agricultura, com 2%. Há, também, crescente setor financeiro "offshore", sobretudo em Névis.

O Governo tem encorajado o desenvolvimento de tecnologia de telemarketing e informação. Há cinco escolas de medicina, enfermagem e veterinária, responsáveis por contribuição substancial para a economia, dentre as quais a mais conhecida é a Escola de Medicina Veterinária de Ross. Névis está investindo em programa de energia geotérmica, o primeiro do Caribe Oriental.

Destaca-se a aprovação pelo FMI, em 2009, de pedido de US$ 3,4 milhões de dólares em Assistência Emergencial para Desastres Naturais, para ajudar na reconstrução de São Cristóvão e Névis após a passagem do furacão "Omar". A passagem da tempestade, em outubro de 2008, causou sérios danos materiais, como a destruição do "Four Seasons Resort" em Névis (maior hotel do país).

São Cristóvão e Névis concluiu 2012 com mais um ano de retração da economia (-9% em 2009, - 3% em 2010, -2% em 2011 e -0,7% em 2012). A retração econômica em 2012 deveu-se à queda no turismo no terceiro quadrimestre do ano. Em 2013, o FMI espera uma recuperação da atividade econômica, com crescimento em torno de 2% do PIB.

O acordo "stand-by" com o FMI vem sendo cumprido, segundo declarações do Fundo. O acordo, no valor de US$80,7 milhões (590% da quota deste país no FMI), introduziu o imposto sobre valor agregado (VAT, de 17%), e elevou substancialmente as tarifas de eletricidade, combustível e internet. A missão do Fundo em janeiro de 2013 realizou a quinta revisão do programa estabelecido no acordo, e elogiou os esforços governamentais na reestruturação da dívida oficial, redução de gastos com o funcionalismo público e na "racionalização" dos subsídios oferecidos na aquisição/construção de imóveis e nos preços de botijões de gás para cozinha.

O dado alarmante é a dívida pública, que, alcançando quase 200% do PIB do país, é, proporcionalmente, uma das mais altas do mundo, e demanda cerca de 25% da receita orçamentária para cobrir juros. Comparativamente, na OECO, as duas situações mais graves, após São

Cristóvão e Névis, na relação entre estoque e serviço anual da dívida pública em relação ao PIB são: Granada, com 119% e 12%; e Antígua e Barbuda, com 117% e 20%, respectivamente. As reservas internacionais do país são de 251 milhões de dólares.

Recentemente, foi anunciada lei para pagamento das dívidas do Governo perante o National Bank, mediante a troca ("swap") de cerca de 10% do território da ilha de São Cristóvão pela quitação da dívida. Se, por um lado, a medida encontrou oposição popular e dentro do próprio Governo do *Labour Party*, por outro, muitos duvidam da rentabilidade do negócio para os acionistas do banco, dadas as condições deprimidas do mercado imobiliário, fortemente dependente de investidores europeus e norte-americanos.

Comércio

País de economia aberta, o comércio exterior de São Cristóvão e Névis apresentou aumento, em 2011, de 118% em relação a 2007, com um incremento de 18% nas exportações e de 135% nas importações. Em valores, o comércio exterior do país passou de US$ 563 milhões para US$ 1,2 bilhão em 2011. Em 2012, o país exportou cerca de US$ 82 milhões, enquanto importou US$ 907 milhões.

As exportações de São Cristóvão e Névis são direcionadas em grande parte aos Estados Unidos, que absorveram 52,7% do total em 2012. No mesmo ano, o Brasil foi o 7º destino das exportações daquele país, com participação de 0,5% do total, o que representa uma redução dos 1,4% em 2011. A pauta de exportações de São Cristóvão é concentrada em máquinas elétricas (aparelhos de telefonia celular, resistências elétricas, transformadores e conversores elétricos). Em 2011, as máquinas elétricas somaram 58% do total. Seguiram-se: livros, brochuras e impressos semelhantes (17%); automóveis, principalmente carroçarias para os veículos automóveis (9%); e bebidas, principalmente águas, minerais e gaseificadas, e cervejas de malte (7%).

A Argélia é o principal fornecedor de bens a São Cristóvão e Névis, e respondeu por 60% do total importado pelo país em 2012. O Brasil foi o 29º fornecedor, com 0,2% da demanda importadora do país. A pauta de importação de são Cristóvão e Névis é diversificada em produtos, porém concentrada em bens de alto valor agregado. As máquinas (elétricas e mecânicas) representaram 22% do total, em 2011. Destacaram-se, também, obras de ferro ou aço (5%) e automóveis (5%).

As exportações brasileiras para São Cristóvão e Névis, em 2012, foram compostas em sua maior parte por produtos básicos (carnes) e manufaturados (máquinas elétricas, madeira e ladrilhos). Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados predominaram, representando a totalidade da pauta em 2012, destacando-se aparelhos de telefonia celular e ladrilhos.

Anexos

Cronologia Histórica

1493 – Em sua segunda viagem para a América, Cristóvão Colombo passa pelas ilhas que hoje compõem São Cristóvão e Névis. O navegador dá à maior das duas ilhas o nome de "*San Cristóbal*" e, à segunda, o nome de "*Nuestra Señora de las Nieves*".
1623 – Início da ocupação britânica, liderada por Sir Thomas Warner, sua família e mais quatorze membros.
1624 – Colonos franceses liderados por Pierre Belain d'Esnambue, após serem atacados por galeões espanhóis, pedem refúgio na ilha. Inicialmente convivendo pacificamente entre si, os britânicos e os franceses dizimaram a população indígena local e estabeleceram uma próspera produção de cana-de-açúcar.
1628 – A ilha de Névis recebe seus primeiros colonos.
Século XVIII – As ilhas são objeto de disputa entre franceses e ingleses. Em 1782 os ingleses obtêm uma vitória decisiva sobre os franceses na Colina Brimstone.
1783 – As ilhas passam definitivamente para o controle britânico, com o Tratado de Versalhes. Juntamente com o território de Anguilla, as ilhas são unidas em 1882.
1958 – As ilhas passam a integrar a Federação das Índias Ocidentais, na qual permanecem até a sua dissolução em 1962.
1967 – São Cristóvão-Névis-Anguilla tornou-se um estado associado do Reino Unido.
1971 – Dois anos após a revolta de 1969, Anguilla é autorizada a separar-se das demais ilhas (o que é formalizado em 1980), permanecendo desde então como território britânico ultramarino.
1983 – Independência de São Cristóvão e Névis.
1992 – O então Primeiro-Ministro de Névis, Vance Amori, anunciou a decisão de cortar os laços federativos com São Cristóvão em 1992. Contudo, uma eleição local no mesmo ano optou por postergar a ideia. Em agosto de 1998, 62% da população votou pela secessão de Névis, não tendo sido alcançados os dois terços necessários para a aprovação da medida.
1995 – Vitória do Partido Trabalhista sobre o Movimento de Ação Popular. Seu líder, Denzil Douglas, torna-se Primeiro-Ministro. Douglas e os Trabalhistas tornaram a vencer as eleições em 2000, 2004 e 2010.

Cronologia Recente das Relações Bilaterais

25/10/1985: Criação da Embaixada do Brasil em São Cristóvão e Névis, cumulativa com a Embaixada em Kingston (Jamaica)
10/05/2004: Cumulatividade da Embaixada em São Cristóvão e Névis transferida para a Embaixada do Brasil em Bridgetown (Barbados)
2005: Primeiro-Ministro Douglas havia visitado Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro em missão de observação da CARICOM, que resultou em projetos de cooperação na área de prevenção, assistência e tratamento de HIV/AIDS
13/06/2007: Criação do Consulado Honorário do Brasil em Basseterre (capital de São Cristóvão e Névis), com jurisdição sobre todo o país
12/2008: Primeiro-Ministro de São Cristóvão e Névis participa da Cúpula das Américas (CALC), realizada na Bahia
18/02/2009: Criação da Embaixada residente do Brasil em Basseterre
26/04/2010: O Primeiro-Ministro Denzil Douglas representa São Cristóvão e Névis na I Cúpula Brasil-CARICOM, realizada em Brasília
05/2012: Assinatura do Protocolo de Adesão de São Cristóvão e Névis ao "Acordo de Alcance Parcial nº 38 Brasil-Guiana", que visa a promover o incremento dos fluxos de comércio bilaterais
06/2012: O Primeiro-Ministro Denzil Douglas representa São Cristóvão e Névis na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro

Atos Bilaterais

Título	Data de Celebração
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação de São Cristóvão e Névis	26/04/2010
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação de São Cristóvão e Névis	26/04/2010
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação de São Cristóvão e Névis Sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	26/04/2010

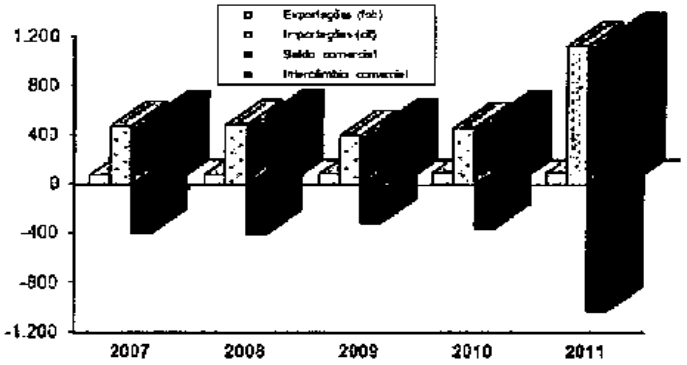
Dados econômico-comerciais

SÃO CRISTÓVÃO E NÉVIS: COMÉRCIO EXTERIOR

US$ milhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-set)	2012 (jan-set)
Exportações (fob)	83,6	84,5	90,3	103,2	98,7	72,6	82,1
Importações (cif)	479,0	489,0	405,8	462,9	1.125,8	827,2	907,0
Saldo comercial	-395,4	-404,5	-315,5	-359,7	-1.027,1	-754,6	-824,9
Intercâmbio comercial	562,6	573,5	496,1	566,1	1.224,6	899,8	989,1

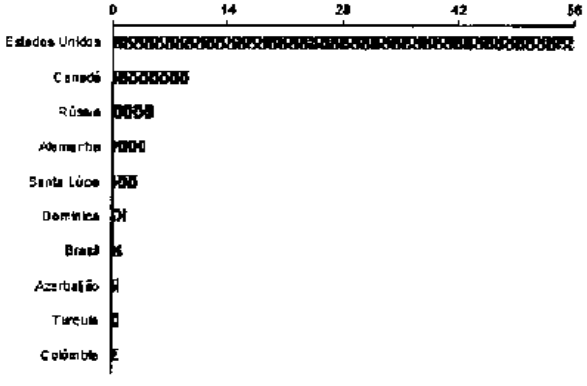
Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2013.



SÃO CRISTÓVÃO E NÉVIS: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US$ milhões

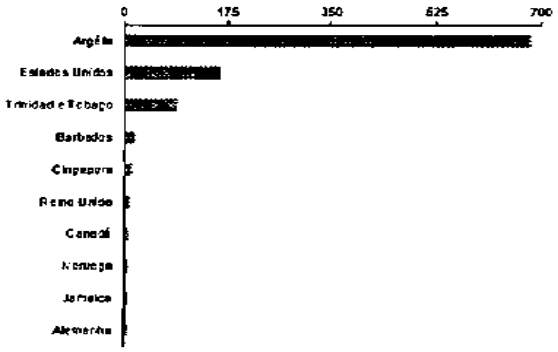
DESCRIÇÃO	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
Estados Unidos	55,9	56,6%	43,3	52,7%
Canadá	9,5	9,6%	7,0	8,5%
Rússia	5,0	5,1%	5,7	7,0%
Alemanha	4,1	4,1%	2,4	2,9%
Santa Lúcia	3,3	3,3%	2,5	3,0%
Dominica	1,8	1,8%	1,5	1,8%
Brasil	***1,42***	***1,4%***	***0,44***	***0,5%***
Azerbaijão	1,1	1,1%	0,9	1,1%
Turquia	1,1	1,1%	0,4	0,5%
Colômbia	1,0	1,0%	0,8	1,0%
Subtotal	**84,1**	**85,2%**	**65,0**	**79,2%**
Outros países	**14,6**	**14,8%**	**17,1**	**20,8%**
Total	**98,7**	**100,0%**	**82,1**	**100,0%**



Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2013.

SÃO CRISTÓVÃO E NÉVIS: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US$ milhões

DESCRIÇÃO	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
Argélia	683,1	60,7%	549,4	60,5%
Estados Unidos	161,7	14,4%	100,4	11,1%
Trinidad e Tobago	88,6	7,9%	76,4	8,4%
Barbados	20,9	1,9%	18,1	2,0%
Cingapura	14,6	1,3%	6,4	0,7%
Reino Unido	10,8	1,0%	9,6	1,1%
Canadá	9,3	0,8%	5,5	0,6%
Noruega	9,3	0,8%	0,3	0,0%
Jamaica	7,9	0,7%	7,1	0,8%
Alemanha	7,3	0,6%	12,8	1,4%
...				
Brasil	*2,11*	*0,19%*	*2,16*	*0,24%*
Subtotal	1.015,5	90,2%	788,2	86,9%
Outros países	110,4	9,8%	118,8	13,1%
Total	1.125,8	100,0%	907,0	100,0%



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do FMI Directions of Trade Statistics January 2013

BRASIL-SÃO CRISTÓVÃO E NÉVIS: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações brasileiras	**938**	**1.096**	**3.921**	**1.626**	**2.534**
Variação em relação ao ano anterior	-4,8%	16,9%	257,8%	-58,5%	55,9%
Importações brasileiras	**0**	**44**	**1.626**	**1.395**	**593**
Intercâmbio Comercial	**938**	**1.140**	**5.547**	**3.021**	**3.127**
Saldo Comercial	**938**	**1.051**	**2.295**	**231**	**1.941**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC/SECEX Alicesweb

BRASIL-SÃO CRISTÓVÃO E NÉVIS: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US$ mil, fob - 2012

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	1.400	55,2%	0	0,0%
Semimanufaturados	0	0,0%	0	0,0%
Manufaturados	1.135	44,8%	593	100,0%
Transações especiais	0	0,0%	---	---
Total	2.534	100,0%	593	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC

Aviso nº 185 - C. Civil. Em 14 de março de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor DOUGLAS WANDERLEY DE VASCONCELLOS Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação de São Cristóvão e Névis.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 18, DE 2013
(nº 93/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006 submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor EDUARDO BOTELHO BARBOSA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argelina Democrática e Popular.

Os méritos do Senhor Eduardo Botelho Barbosa que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de março de 2013.

EM nº 00036/2013 MRE

Brasília, 18 de Fevereiro de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **EDUARDO BOTELHO BARBOSA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argelina Democrática e Popular.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **EDUARDO BOTELHO BARBOSA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00036 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 18 de fevereiro de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **EDUARDO BOTELHO BARBOSA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argelina Democrática e Popular.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **EDUARDO BOTELHO BARBOSA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

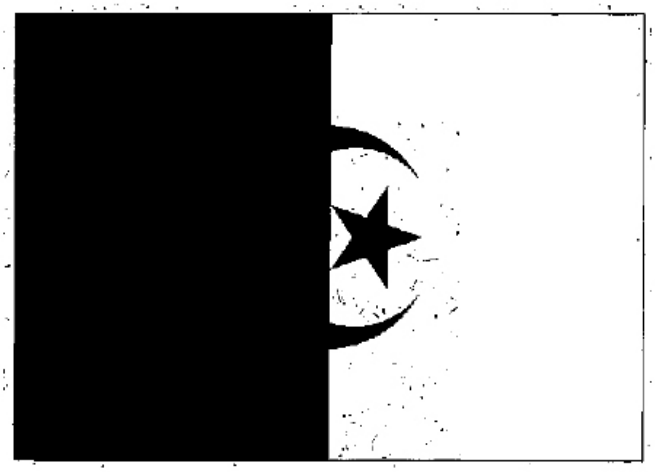
MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *EDUARDO BOTELHO BARBOSA*
CPF.: 491.956.207-10
ID.: 7484 MRE

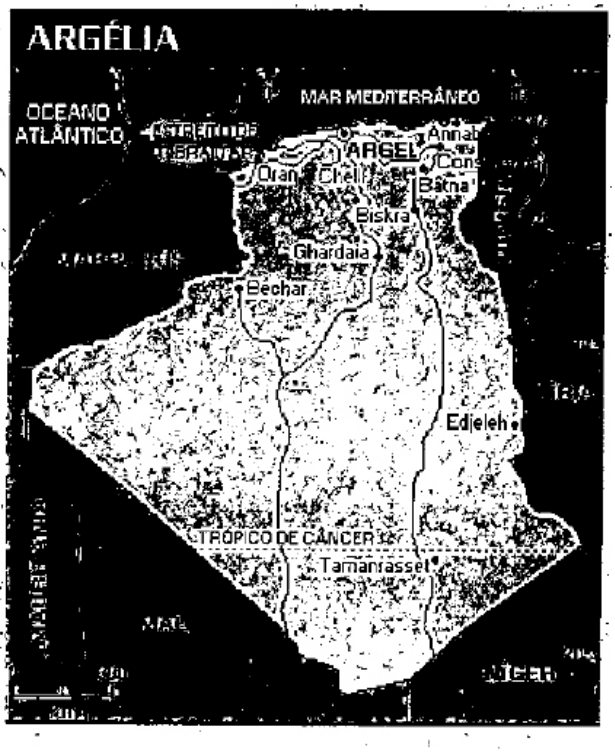
1952	Filho de Braulino Botelho Barbosa e Jandacy Leal Botelho Barbosa, nasce em 12 de maio, em Glasgow, Reino Unido (brasileiro de acordo com o artigo 129, inciso II da Constituição de 1946)
Dados Acadêmicos:	
1976	Ingénieur Comercial, pela Solvay, da Université Libre de Bruxelles, Bélgica
1983	CAD - IRBr
1993	Mestrado em International Public Policy, pela Johns Hopkins University, School of Advanced International Studies, Washington-DC/EUA
2001	CAE - IRBr, Promoção comercial: considerações gerais, Canadá, e reflexões sobre o caso brasileiro
Cargos:	
1977	Terceiro Secretário
1980	Segundo Secretário
1986	Primeiro Secretário
1997	Conselheiro
2004	Ministro de Segunda Classe
2010	Ministro de Primeira Classe
Funções:	
1977	Divisão de Estudos e Pesquisas de Mercado, Assistente e Chefe, substituto
1982	Consulado-Geral em Nova York, Segundo-Secretário
1986	Embaixada em La Paz, Segundo e Primeiro-Secretario
1988	Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, assessor
1988	Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Assessor Diplomático
1990	Embaixada em Washington, Primeiro-Secretário
1997	Divisão de Pagamentos e Benefícios de Pessoal, Assessor e Chefe
1998	Consulado-Geral em Toronto, Cônsul-Geral Adjunto
2001	Embaixada em Londres, Conselheiro e Ministro
2005	Embaixada em Moscou, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios
2007	Ministério da Saúde, Assessor Especial do Ministro da Saúde
2010	Ministro de Primeira Classe
Condecorações:	
1988	Ordem Condor de Los Andes, Bolívia, Oficial
2010	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ARGÉLIA





Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Fevereiro de 2013

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Argelina Democrática e Popular
CAPITAL	Argel
ÁREA	2.381.741 km² (aproximadamente duas vezes a área do estado do Pará)
POPULAÇÃO (CIA, 2012 est)	37,4 milhões (aproximadamente a soma da população dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro)
IDIOMAS OFICIAIS	Árabe (oficial), francês e tamazight
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islamismo (99%)
SISTEMA DE GOVERNO	Presidencialismo, com chefias de Estado e de Governo distintas
PODER LEGISLATIVO	Parlamento bicameral (Conselho da Nação e Assembleia Nacional Popular)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Abdelaziz Bouteflika (desde 1999)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Abdelmalek Sellal (desde 2012)
CHANCELER	Mourad Medelci (desde 2007)
PIB (Banco Mundial, 2011)	US$ 188,7 bilhões (Brasil: US$ 2,5 tri)
PIB PPP (Banco Mundial, 2011)	US$ 313,5 bilhões (Brasil: US$ 2,3 tri)
VARIAÇÃO DO PIB (Banco Mundial, 2011)	2% (2011); 3% (2010); 5% (2009); 2% (2008); 3% (2007); 2% (2006); 2% (2005).
PIB *PER CAPITA* (BANCO MUNDIAL, 2011)	US$ 5.244 (Brasil: US$ 12.594)
PIB *PER CAPITA* PPP (BANCO MUNDIAL, 2011)	US$ 8.712 (Brasil: US$ 11.846)
UNIDADE MONETÁRIA	Dinar argelino (77,80 por US$ 1,00)
IDH (PNUD, 2011)	0,698 (Brasil: 0,718)
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2011)	73,1 (Brasil: 73,5)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (CIA, 2012 est.)	69,9%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (CIA, 2012 est.)	10,2%
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Djamel Eddine Bennaoum
EMBAIXADOR EM ARGEL	Henrique da Silveira Sardinha Pinto
COMUNIDADE BRASILEIRA (est.)	Cerca de 60 brasileiros residem no país

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões F.O.B) – Fonte: *MDIC*

BRASIL → ARGÉLIA	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Intercâmbio	3215,51	2427,42	2737,66	3133,9	2095,83	3200,16	4630,73	4367,37
Exportações	384,34	456,72	501,24	632,48	714,19	838,75	1493,76	1169,51
Importações	2831,17	1970,7	2236,41	2501,41	1381,64	2361,41	3136,97	3197,86
Saldo	-2446,82	-1513,97	-1735,16	-1868,92	-667,45	-1522,66	-1643,21	-2028,35

PERFIS BIOGRÁFICOS

ABDELAZIZ BOUTEFLIKA
Presidente da República

Abdelaziz Bouteflika nasceu em 1937, em Oudja, no Marrocos, originário de uma família da cidade argelina de Tlemcen. Ao terminar seus estudos secundários, ingressou na Frente de Libertação Nacional (FLN), tendo ocupado postos de relevância no comando da luta armada e na organização política do movimento. Sua rápida ascensão dentro da FLN fez com que ele fosse nomeado Ministro já no primeiro governo independente, ocupando a pasta da Juventude, Esporte e Turismo, em 1962.

No ano seguinte, passou a comandar a pasta das Relações Exteriores, na qual se manteve por 16 anos. Sua gestão como chefe da política externa argelina foi extremamente ativa, buscando imprimir uma personalidade terceiro-mundista ao país.

Íntimo do presidente Boumediène, acabou perdendo força com a morte deste, em 1979. Ao afastar-se do poder, Bouteflika partiu em exílio aos Emirados Árabes, retornando em 1987. Em 1998, decidiu por sua candidatura à Presidência da República, amalgamando em torno de si uma forte coalizão de partidos, encabeçada pela FLN.

Seu Governo, iniciado em 1999 (e posteriormente prolongado com as reeleições de 2004 e 2009), marcou-se pela acentuada abertura econômica, que mantém um papel de grande proeminência para o Estado argelino, e pela busca da pacificação do violento conflito que tomou a Argélia nos anos 1990. Para tanto, Bouteflika procedeu a uma política de anistia (Lei da Concordância Civil, 1999-2000). E ao mesmo tempo em que manteve a proscrição do partido islâmico radical, adotou série de medidas de valorização do Islã, pretendendo neutralizar os extremistas.

Após a eclosão da chamada "Primavera Árabe" na região, Bouteflika iniciou programa de reformas políticas, que vem sendo conduzido com grande prudência e moderação. No bojo dessas reformas, prevê-se, entre outras medidas, a abertura do setor de telecomunicações a redes privadas de rádio e televisão.

ABDELKADER BENSALAH
Presidente do Conselho da Nação

Abdelkader Bensalah nasceu em 24 de novembro de 1941, na cidade de Fellaoucene, no oeste da Argélia. É Bacharel em Direito.

Em fins dos anos 1950, Bensalah participou ativamente da luta pela independência argelina, tendo combatido ao lado do Exército Nacional Popular. Em 1967, iniciou sua carreira profissional como jornalista do diário El Chaab. De 1968 a 1974, foi correspondente dos periódicos El Moudjahid e El Djoumhouria, de circulação em todo o Oriente Médio. Em 1977, ingressou na vida política como Representante da Assembleia Nacional Popular, cargo para o qual seria reeleito por duas vezes consecutivas.

De 1989 a 1993, foi Embaixador da Argélia junto ao Reino da Arábia Saudita e à Conferência da Organização Islâmica. Em 1993, foi Diretor de Informação e Porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Argélia.

Desempenhou importante papel como negociador durante o período de instabilidade política na década de 1990. Tornou-se membro da Comissão do Diálogo Nacional, em 1993. Foi eleito, em 1994, Presidente do Conselho Nacional de Transição, espécie de assembleia nacional provisória. Permaneceu no cargo até 1997, ano em que fundou o Movimento Nacional Democrático, partido do qual seria eleito Presidente. No mesmo ano, foi novamente eleito membro da Assembleia Nacional e seu Porta-Voz.

Bensalah é, desde 2002, Presidente do Conselho da Nação (Câmara Alta), cargo para o qual foi reeleito, em 2007. Segundo a Constituição argelina, o Presidente do Conselho da Nação é a segunda mais alta autoridade do país. Bensalah foi o Enviado Especial do Presidente Bouteflika, por ocasião da cerimônia de posse da Presidente eleita Dilma Roussef. Foi, também, representante do Presidente Bouteflika por ocasião da Rio+20, quando se encontrou brevemente com a Presidenta Dilma Rousseff, a quem fez entrega de mensagem pessoal do Chefe de Estado argelino.

ABDELMALEK SELLAL
Primeiro-Ministro

Abdelmalek Sellal nasceu em 1º de agosto de 1948, em Constantine. Formou-se em 1974, com especialização em Diplomacia, na Escola Nacional de Administração (ENA) de Argel.

Sellal foi Chefe da *Daïra* ("Prefeitura") de Tamanrasset em 1977. Entre 1984 e 1989 exerceu, sucessivamente, o cargo de *Wali* ("Governador") de Adrar, Bourmedès, Laghouat e Sidi Bel Abbes. Em 1989, recebeu função no Gabinete do Ministério do Interior. Após curta carreira no Ministério dos Negócios Estrangeiros, quando foi Chefe de Gabinete do Ministro (1995), e Embaixador em Budapeste (1996), foi nomeado, em 1998, Ministro do Interior, das Coletividades e do Meio Ambiente.

Desde o primeiro Governo Bouteflika (1999), com quem possui fortes vínculos políticos e pessoais, assumiu diversas pastas ministeriais: Ministro da Juventude e Esportes (1999-2001); Ministro de Obras Públicas (2001-2002); Ministro dos Transportes (2002-2004); e Ministro dos Recursos Hídricos (2004).

Em setembro de 2012, Sellal foi nomeado Primeiro-Ministro da Argélia pelo Presidente Bouteflika. É considerado administrador eficiente, pragmático e com bom trânsito em diferentes esferas políticas.

O novo Primeiro-Ministro conhece bem o Brasil e tem grande admiração pelo País. Seu filho, vítima de grave acidente, recebeu tratamento no Brasil, tendo sido operado duas vezes pelo cirurgião plástico Ivo Pitanguy.

MOURAD MEDELCI
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nomeado, em 2007, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mourad Medelci nasceu em Tlemcen em 30 de abril de 1943.

Formado em Economia pela Universidade de Argel, iniciou sua carreira na divisão financeira da empresa estatal de eletricidade e gás, SONELGAZ, em 1970. Entre 1970 e 1980, sua experiência profissional concentrou-se no setor privado, tendo sido Presidente Diretor-Geral da empresa argelino-suíça de estudos e de realizações industriais (SOMERI), e Diretor-Geral da Empresa Nacional de Tabacos (SNTA).

De 1980 a 1988, Medelci foi Secretário-Geral do Ministério do Comércio. Em 1988, foi nomeado Ministro do Comércio. Entre 1990 e 1999, foi Ministro delegado para o Orçamento. Voltou ao Ministério do Comércio em 1999, e assumiu o Ministério das Finanças de 2001 a 2002. Em 2002, foi nomeado Conselheiro do Presidente da República. Em 2005, voltou a assumir o Ministério das Finanças, onde permaneceu até 2007, quando foi nomeado Chanceler.

O cargo de Chanceler é um dos postos de maior prestígio e visibilidade no Governo Bouteflika, já que o Presidente, tendo exercido a função por 15 anos, busca um papel de grande ativismo na área diplomática. A recondução de Medelci no momento da reeleição presidencial em 2009 demonstrou o desejo de manutenção das principais linhas de atuação argelina: o multilateralismo, e o apego a instâncias como União Africana, Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), e o Movimento dos Países Não-Alinhados, além da vertente econômico-comercial da política externa. Medelci foi também confirmado no cargo nas reformas ministeriais de 28 de maio de 2010 e de setembro de 2012.

Mourad Medelci visitou o Brasil em julho de 2010, quando copresidiu a IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Argélia.

RELAÇÕES BILATERAIS

A Argélia constitui importante parceiro do Brasil. As relações Brasil-Argélia destacam-se não apenas pela ênfase que os dois países têm atribuído ao relacionamento político bilateral e pela sintonia que mantêm no tratamento dos grandes temas da agenda internacional, mas também pelo significativo intercâmbio comercial (a Argélia é o segundo maior parceiro comercial do Brasil no continente africano), bem como pela amplitude da cooperação técnica bilateral.

Após a pacificação interna e a estabilização político-institucional da Argélia, na virada da década de 1990 para os anos 2000, os dois países colocaram em marcha adensamento sem precedentes das relações bilaterais. Em 2006, retomou-se o mecanismo da Comissão Bilateral Mista (Comista) e, desde 2010, os dois países contam com Mecanismo de Diálogo Estratégico. Até recentemente, além da Argélia, o Brasil possuía esse tipo de mecanismo no continente apenas com o Egito.

Contexto de adensamento das relações bilaterais

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a Argélia em 1962, e abriu Embaixada residente em Argel no mesmo ano. Apesar de sempre terem sido fluidas, as relações bilaterais tomaram renovado ímpeto a partir do início dos anos 2000, com incremento contínuo dos fluxos comerciais; expansão paulatina dos domínios de cooperação, intensificação das visitas de alto nível e elevação do patamar do diálogo político bilateral.

Constitui importante marco do relacionamento a visita do Presidente argelino, Abdelaziz Bouteflika, a Brasília, em 2005. Nessa ocasião, Brasil e Argélia copresidiram a I Cúpula América do Sul - Países Árabes (ASPA). O Presidente Bouteflika manteve encontro bilateral com o Presidente Lula, visitou o Senado Federal, a Câmara de Deputados e o Superior Tribunal Federal, e teve encontros com o então Ministro da Defesa Nelson Jobim e com o Procurador-Geral da República. Na ocasião, houve reunião de Ministros de Educação e de Ciência e Tecnologia, do lado brasileiro, e de Minas e Energia, do lado argelino, no Palácio do Planalto. Ademais, o Brasil manifestou apoio à admissão da Argélia na Organização Mundial de Comércio (OMC), bem como foram assinados três acordos bilaterais (nas áreas de proteção vegetal; de cooperação sanitária veterinária; e de isenção de vistos para pessoal diplomático e funcionários em serviço).

Em retribuição à visita do Presidente Bouteflika a Brasília, já em 2006, o Presidente Lula realizou visita de Estado a Argel. Na ocasião, foram assinados acordos nas áreas comercial, de transporte e navegação marítima, de cooperação agrícola e de segurança sanitária. Desde então, os dois Presidentes mantiveram encontros bilaterais em três outras oportunidades: em Abuja, em paralelo à I Cúpula África - América do Sul (AFRAS, hoje ASA - novembro/06); em Berlim, à

margem da Cúpula do G-8 (junho/07); e em Pequim, por ocasião da abertura das Olimpíadas (agosto/08).

No nível ministerial, também se registra aumento no número de encontros e visitas bilaterais. Criado em 1981, o mecanismo da Comissão Bilateral Mista (Comista), reunira-se, até então, apenas uma vez, em 1987. Após a visita do Presidente Lula a Argel, o mecanismo foi retomado, com a realização da II Comista, em 2006, por ocasião da visita ao Brasil do então Chanceler argelino, Mohamed Bedjaoui. Registre-se, ainda, que, desde 2005, o ex-Chanceler Celso Amorim esteve em Argel em quatro oportunidades: périplo de preparação da Cúpula ASPA (2005); Cúpula LEA (2005); visita presidencial (2006); e visita ministerial (2008).

Realizaram-se, ademais, dois encontros ministeriais, em Nova York, à margem da reunião anual da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU): em 2007, com o ex-Chanceler Celso Amorim; e, em 2011, com o Chanceler Antonio Patriota. Ainda no plano de encontros ministeriais, ressalte-se que a então Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, realizou visita a Argel, em 2003, ocasião em que deu impulso às negociações para a instalação do Conselho Empresarial Brasil-Argélia. São também dignas de nota a missão econômico-comercial e empresarial chefiada pelos Ministros Furlan e Rondeau, em novembro de 2005, e a visita do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, a Argel, em janeiro de 2009, acompanhado de delegação empresarial de 96 membros, representando diversos setores.

Durante a realização da III Comista, em Argel, em junho de 2008, Brasil e Argélia exprimiram sua disposição em transitar de um quadro de cooperação frutífera para uma parceria estratégica reforçada. Foram também assinados seis acordos de cooperação, nos domínios de agricultura, tecnologia da saúde, proteção do meio ambiente e cooperação técnica para produção de artesanato.

Diálogo Estratégico e convergências no relacionamento

Em julho de 2010, realizou-se, em Brasília, a IV Comista, na qual foi estabelecido o Mecanismo de Diálogo Estratégico com a Argélia. Há expectativas de que o novo mecanismo seja inaugurado por ocasião de próxima visita à Argélia do Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota. O Mecanismo de Diálogo Estratégico abrirá novas oportunidades de cooperação para Brasil e Argélia, uma vez que permitirá acompanhamento e apreciação abrangente das relações bilaterais, bem como troca aprofundada de impressões sobre temas regionais e internacionais de relevo.

Brasil e Argélia partilham posições e interesses em questões internacionais de grande importância, como o fortalecimento do multilateralismo, a priorização do diálogo político e da solução pacífica de controvérsias e o fomento ao desenvolvimento social como forma de promoção da paz e da segurança internacionais. Os dois países enfrentam desafios semelhantes, havendo múltiplas áreas em que podem desenvolver cooperação mutuamente vantajosa. É interesse de

ambos aprofundar crescentemente um modelo de cooperação Sul-Sul equilibrado, que traga vantagens para ambas as partes, sem as assimetrias que costumam caracterizar o relacionamento de países do Sul com países desenvolvidos.

Do ponto de vista econômico, nota-se complementaridade entre as duas economias. Vale lembrar que a Argélia é importante fornecedora de hidrocarbonetos ao Brasil, que, por sua vez, exporta para o mercado argelino majoritariamente produtos semimanufaturados, em especial açúcar. Devido ao marcado superávit comercial argelino – o que torna o país tradicional importador de bens de consumo –, há espaço para ampliação da exportação de produtos brasileiros para o país. Argel tem reiteradamente manifestado interesse no aumento da presença de empresas brasileiras na Argélia. A Andrade Gutierrez já opera no país desde 2007, com obras de infraestrutura em várias regiões argelinas, nas quais emprega cerca de 1.800 pessoas, das quais 85% são de origem local. Também cabe registrar que, em 2007, por ocasião da visita do Presidente da Petrobrás à Argélia, foi assinado Memorandum de Entendimento entre a estatal brasileira e a empresa argelina Sonatrach.

As sociedades brasileira e argelina compartilham, por sua vez, interesses e afinidades. Vale lembrar, nesse contexto, que o Brasil abriga a maior comunidade de ascendência árabe do mundo, estimada em 12 milhões de pessoas, o que contribui para a aproximação entre Brasil e Argélia. É também digno de nota o projeto de Acordo de Irmanação entre a cidade de Recife e a *wilaya* de Argel. No que diz respeito a pontos que unem os dois países, registre-se, ainda, que a Argélia acolheu, em seu território, exilados brasileiros durante o Regime Militar. Deve-se recordar, por fim, que, na esteira do movimento de intensificação de laços entre Brasil e Argélia, impulsionado pela visita do Presidente Bouteflika a Brasília, foi criado o Grupo Parlamentar Brasil-Argélia, em dezembro de 2005, com a vocação de promover o debate de temas de interesse em comum, e a cooperação entre os Parlamentos dos dois países.

Cooperação técnica

A Argélia situa-se entre os principais recipiendários da cooperação técnica brasileira na África (o maior, após os países de língua oficial portuguesa). Ao longo dos últimos anos, verificou-se notável incremento de intercâmbio de missões de cooperação entre os dois países e, em 2012, o Programa de Cooperação Técnica Brasil-Argélia contava com seis projetos em execução. A pauta de projetos abrange as áreas de agropecuária, meio ambiente, saúde (cirurgia cardíaca pediátrica) e formação profissional em artesanato mineral e lapidação de gemas e joias.

As mais recentes atividades de cooperação realizadas foram aquelas que deram início ao projeto "Fortalecimento da Pecuária Leiteira na Argélia", cujo Ajuste Complementar foi assinado por ocasião da Comissão Mista Brasil-Argélia, ocorrida em julho de 2010, a saber: as capacitações em manejo e alimentação do rebanho bovino leiteiro e seu melhoramento genético, realizadas em outubro de

2012; bem como as capacitações em qualidade, processamento e subprodutos do leite e em uso de software para produção e controle zootécnico e reprodutivo, realizadas em novembro de 2012.

Em outubro de 2012, foi realizada missão de monitoramento dos projetos "Gestão e Monitoramento de Ecossistemas Florestais" e "Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Touil", bem como de avaliação do projeto "Conservação de Recursos Hídricos e Solos em Zonas Úmidas do Rio Tell Oriental", ambos executados pela Universidade Federal de Viçosa. As partes argelinas concernentes manifestaram satisfação com a qualidade dos cursos realizados e com o nível e profissionalismo dos professores e instrutores brasileiros.

Entre as iniciativas exitosas da cooperação bilateral, sobressai, ademais, o projeto de cirurgias cardíacas pediátricas, implementado em parceria com o Ministério da Saúde da Argélia. Do lado brasileiro, a principal instituição executora é o Instituto Nacional do Coração (INC). O projeto, cujo objetivo é o fortalecimento do conhecimento dos médicos argelinos em cirurgias cardíacas pediátricas e em seus procedimentos pré-operatórios e pós-operatórios, permitiu operar, até hoje, mais de 140 crianças sem nenhum registro de óbito. Em face dos resultados alcançados pelo projeto, o Ministério do Trabalho e da Previdência Social solicitou a inclusão de seu hospital, a "Clínica Médico-cirúrgica infantil (CMCI) MOUHAMED TOLBA", no projeto em execução. Nesse sentido, missão exploratória foi realizada pela Associação Brasileira de Cooperação (ABC) e pelo INC, em outubro de 2011. A equipe da TV Globo News acompanhou, em junho de 2012, a última missão dos cirurgiões do INC, e realizou série de reportagens sobre o país.

No que diz respeito ao projeto "Transferência de Conhecimento para a Produção de Gemas Lapidadas, Joias e Artesanato Mineral", implementado pela Associação Brasileira dos Pequenos e Médios Produtores de Gemas e Joias e Similares: Mineradores e Garimpeiros (ABRAGEM), os equipamentos necessários à realização das atividades foram adquiridos pela ABC, conforme previsto pelo projeto. Especialistas brasileiros realizarão a primeira missão de capacitação na Argélia proximamente.

As atividades previstas para 2013 permitirão dar seguimento aos projetos em execução, a saber: cursos de capacitação nas áreas de pecuária leiteira, gestão de florestas, manejo e tratamento das águas residuais e cirurgia cardíaca pediátrica. Ademais, serão realizados os primeiros cursos de capacitação do projeto de lapidação de joias e artesanato mineral.

O Governo brasileiro avalia a cooperação técnica com a Argélia como particularmente positiva, em vista do interesse e da boa capacidade do país em absorver a capacitação prestada. A Argélia, por sua vez, identifica no Brasil parceiro relevante, capaz de contribuir para o fortalecimento e expansão do conhecimento em diversas áreas-chave para o desenvolvimento socioeconômico argelino, como saúde, meio ambiente, agricultura e formação profissional, entre

outras. A Argélia não descarta manter com o Brasil, inclusive, ações de capacitação em bases comerciais no futuro.

Cooperação humanitária

O Brasil tem participado do esforço internacional humanitário de apoio às operações das agências das Nações Unidas no campo de refugiados do Saara Ocidental, em Tindouf, Argélia. Em 2010, o Governo brasileiro efetuou doação de US$ 300 mil ao Programa Mundial de Alimentos (PMA), para a aquisição de alimentos (sobretudo açúcar) e, em 2012, de US$ 120 mil ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), para a aquisição de material escolar para crianças refugiadas.

Cooperação nas áreas de segurança e defesa

Brasil e Argélia têm desafios semelhantes nas áreas de vigilância e defesa do território: vastas extensões escassamente povoadas; fronteiras distantes e porosas; e ameaças de ação de grupos ilegais. Há oportunidades de cooperação em tais campos, bem como perspectivas de vantagens comerciais e de aquisição de conhecimento para ambas as partes. Nesse contexto, os países têm negociado acordo de cooperação em matéria de defesa, bem como troca de visitas técnicas de representantes de burocracias de segurança de cada país.

Como resultado da visita do Presidente Lula à Argélia e dos esforços que foram feitos para promover a parceria nessa área, o Ministério da Defesa argelino enviou, em setembro de 2006, missão para avaliar com o lado brasileiro as possibilidades de cooperação bilateral na área militar, e visitar diversas empresas e entidades brasileiras na área de Defesa. Em julho de 2007, foi apresentado, pela parte brasileira, projeto de acordo de cooperação na área. Em março de 2008, realizou visita ao Brasil o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas argelinas ("Armée Nationale Populaire"), máxima autoridade militar do país, ocasião em que manteve reunião institucional com o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, e visitou diversas instituições e empresas da área de defesa. Os anos seguintes registraram troca de impressões sobre as cláusulas do acordo, o qual deverá envolver a troca de missões técnicas, o envio de observadores militares para manobras e exercícios nacionais, e promoção e desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica de defesa.

Com a eclosão dos eventos no Norte da África que se convencionaram chamar de "Primavera Árabe", em janeiro de 2011, a solução de tensões regionais ganhou prioridade na agenda política argelina. Nesse contexto, a Argélia tem buscado ampliar seus parceiros de cooperação também na área de segurança. Em outubro de 2011, o Subsecretário para Assuntos Políticos III do Itamaraty, Embaixador Paulo Cordeiro, realizou visita à Argélia, ocasião em que foram avaliadas perspectivas do relacionamento bilateral, bem como discutidos temas sensíveis para a segurança regional no Norte da África e no Sahel. Nessa visita, iniciaram-se também discussões para a possível realização de missões de

exploração, de lado a lado, para prospectar áreas de cooperação e de troca de informações para o combate ao terrorismo internacional.

Cúpulas ASA e ASPA

O relacionamento bilateral com a Argélia vê-se reforçado por meio de mecanismos birregionais de cooperação. A Argélia tem-se mostrado especialmente ativa nas Cúpulas América do Sul - África (ASA) e América do Sul - Países Árabes (ASPA), havendo copresidido com o Brasil a reunião de lançamento da I Cúpula ASPA, realizada em 2005, em Brasília.

O país ofereceu-se, ademais, para financiar e construir, em Argel, sede para a Biblioteca e Centro de Pesquisa Árabe - Sul-Americano (BibliASPA). Com a abertura de processo internacional de licitação de obras, iniciou-se, em março de 2012, a construção do prédio que sediará a Biblioteca. O projeto arquitetônico foi entregue ao Escritório Oscar Niemeyer, também em homenagem ao elevado prestígio do arquiteto na Argélia, onde participou da idealização de importantes projetos, com destaque para o da Universidade de Constantine.

Com sede atualmente em São Paulo, a BibliASPA organizou, em cooperação com o Itamaraty, três edições do Festival Sul-Americano de Cultura Árabe. A Biblioteca disponibiliza, em seu endereço eletrônico (www.bibliaspa.com.br), conteúdo multimídia e literário para consulta, e publicou, nos idiomas dos países da ASPA, livros de literatura, a "Revista Fikr de estudos árabes e sul-americanos" e a "Gramática Árabe para Estudantes Sul-Americanos". A BibliASPA é ainda depositária do "Plano de Ação de Cooperação Cultural da ASPA" e, nessa qualidade, assinou Memorandos de Entendimento com a Biblioteca Nacional do Catar, com a UNESCO e com a "Qatar Foundation", para a promoção conjunta de atividades culturais e cursos de idioma árabe em países sul-americanos.

ASSUNTOS CONSULARES

Há cerca de 60 brasileiros na Argélia, segundo as mais recentes estimativas. A maioria é de funcionários de empresas multinacionais com contrato de curta e média duração (entre 6 meses e 2 anos), bem como de seus cônjuges e dependentes. Cerca de 10 brasileiros residem na Argélia com expectativa de permanecer por mais de 2 anos, de acordo com estimativa da Embaixada em Argel.

Devido à diminuta comunidade brasileira, não há Conselho de Cidadãos/Cidadania estabelecido no país.

A comunidade brasileira é atendida pelo Setor Consular da Embaixada em Argel. Não há consulados honorários.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessão de crédito oficial brasileiro a tomador soberano da Argélia.

POLÍTICA INTERNA

Histórico

Após sua independência, em 1962, a Argélia adotou regime de orientação socialista, dominado por partido único, a Frente de Libertação Nacional (FLN). O modelo socialista passou a apresentar sinais de esgotamento no final da década de 1980, o que resultou na eclosão de manifestações populares, que demandavam maior abertura política, em outubro de 1988. Em 1989, foi adotado regime multipartidário no país. Os eventos contestatórios e a abertura política observada no país ao final dos anos 1980 se convencionaram chamar de "Primavera Democrática" argelina. A crise institucional e as dificuldades econômicas enfrentadas pela Argélia ao longo da década de 1980 contribuíram, por outro lado, para o fortalecimento do fundamentalismo islâmico. Com a abolição da exclusividade da FLN como partido político, 20 novos partidos foram fundados, entre os quais a Frente Islâmica de Salvação (FIS), de orientação fundamentalista. A FIS venceria as eleições locais de 1990 (com 55% dos votos), bem como o primeiro turno das eleições para o Parlamento, em 1991. Frente às vitórias políticas da FIS, o então Presidente Chadli Bendjedid, pressionado pelas lideranças militares, dissolveu a Assembleia e, em seguida, renunciou (janeiro de 1992), passando o poder a um Alto Conselho de Estado, presidido por Mohamed Boudiaf. Teve início, então, um período de repressão à FIS, cassada pelas altas autoridades do Governo. O assassinato de Boudiaf, em junho de 1992, marcou o início de um ciclo de violência terrorista que dominaria a vida política argelina pelo restante dos anos 1990. O chamado "Decênio Negro" ("décennie noire") vitimaria entre 100 e 200 mil argelinos.

Esse conturbado período ameaçou gravemente o Estado argelino, e compeliu o país a adotar postura tímida no cenário internacional. As Forças Armadas, tradicional sustentáculo institucional do país, assumiram o comando de um processo de pacificação que foi acusado de sérios abusos contra os Direitos Humanos, mas que, por fim, acabou sendo eficiente no combate ao terrorismo no plano doméstico. Ao mesmo tempo, o Governo argelino procedeu à reinstitucionalização da vida política: após eleições presidenciais em 1995, aprovou nova reforma constitucional por referendo, em 1996 (por 85% dos votos); promulgou anistia parcial; e realizou novas eleições, em 1999, vencidas por Abdelaziz Bouteflika.

O Governo Bouteflika logrou promover o alívio da situação de emergência política, social e econômica em que se encontrava o país desde 1988, colocando-o em uma via de relativa normalidade dentro de um contexto de mudança. Bouteflika venceu a guerra interna e promoveu a "reconciliação nacional", pedra angular de sua obra política: reintegrou correntes islamistas moderadas ao jogo político, incorporando-as, inclusive, à coalizão de governo, e decretou uma anistia parcial, negociada secretamente com a insurgência e muito contestada pelas correntes liberais no país, mas que se demonstrou essencial à pacificação nacional. Em

decorrência da estabilização política, Bouteflika seria reeleito em 2004 (com 85% dos votos) e em 2009 (90% dos votos), após o estabelecimento de Emenda Constitucional que eliminou o limite de dois mandatos presidenciais. A pacificação alcançada pelo Governo deu espaço ao ressurgimento internacional da Argélia, após praticamente uma década de virtual retração em face das ameaças que pesavam contra o Estado.

Primavera Árabe - manifestações populares

A Argélia foi o segundo país, após a Tunísia, no mundo árabe, a experimentar manifestações populares, já nos primeiros dias de janeiro de 2011. A oposição, contudo, não logrou mobilizar as massas, como no Egito, na Líbia e na Tunísia, frente: à ação repressiva do aparato estatal (sem grande recurso à violência em comparação aos demais países da "Primavera Árabe"); ao anúncio de subsídios a produtos da cesta básica e estímulos à geração de emprego; bem como às divisões no próprio seio da oposição. Analistas estimam, ademais, que, em decorrência da penosa memória do "Decênio Negro", haveria consenso entre os grupos políticos mais expressivos no país acerca da via pacífica para transformações. Outros fatores relevantes foram a imagem pública positiva do Presidente Bouteflika nesse cenário e a relativa inclusão e reconciliação política alcançada no país a partir de sua pacificação.

Passado o sobressalto inicial para o Governo, o regime deu início a seu próprio movimento em direção à abertura ainda maior do sistema político. O "estado de emergência" que vigorava no país desde 1992 foi levantado em fevereiro de 2011. Novas leis facilitaram a criação de partidos, estabeleceram percentuais mínimos de mulheres no Parlamento e aumentaram a sua composição. O programa de reformas políticas se concluirá em 2013 com reforma constitucional, a ser enviada ao Legislativo, cujos contornos ainda não são conhecidos.

Apesar do descontentamento popular com as condições econômicas e políticas, o controle estatal sobre os aparatos de segurança, o cansaço da população com a história recente de conflito e violência civil, e as medidas de liberalização política poderão evitar os levantes revolucionários observados em outros países árabes.

Eleições legislativas

Conforme o calendário eleitoral vigente, ocorreram eleições parlamentares em maio de 2012. O pleito realizou-se sob a vigência de nova lei eleitoral, cujas inovações conferiram legitimidade interna e reconhecimento internacional ao processo de transformação da política argelina: aumento do número de cadeiras no Parlamento; estabelecimento de um número mínimo de mulheres nas listas eleitorais; supervisão das eleições por uma lista de magistrados (e não mais pelo Ministério do Interior); e convite a organizações internacionais para o envio de observadores (Liga dos Estados Árabes, ONU, UE). De fato, missão de

observadores eleitorais da UE fez avaliação geral positiva do pleito na Argélia, considerado livre e transparente. A comunidade internacional também elogiou as medidas introduzidas na legislação, que permitiram um aumento significativo no número de mulheres no Parlamento: de 31 entre 389 assentos (8%) para 145 entre 462 assentos (31%). A Argélia teria avançado, segundo dados divulgados pela mídia local, do 122º para o 26º lugar no ranking de países cujos Parlamentos contam com maior presença de mulheres, nível equiparado ao da Alemanha.

Houve pequena alteração na distribuição de cadeiras, que acabou por aumentar a vantagem dos principais partidos governistas, a saber, o FLN e o "Rassemblement National Démocratique" (RND, centro-direita), que obtiveram 291 cadeiras de um total de 462. A Aliança Argélia Verde (AAV), coalizão que reúne três partidos islamistas moderados ("Mouvement de la Société pour la Paix"/MSP – que rompeu com o Governo em 2012 –, o "Ennahda" e o "El Islah"), perdeu uma cadeira, passando de 48 a 47.

O baixo número de representantes de partidos islamistas eleitos, contrariando expectativas de analistas e do próprio Governo, parece corroborar a tese defendida pelo regime argelino sobre a particularidade da Argélia em relação aos países atingidos pela "Primavera Árabe". A Argélia, afirma-se, já teria passado por sua "primavera" democrática com as manifestações de outubro de 1988, que levaram ao fim do regime de partido único no país, à adoção de nova Constituição em 1989 e a subsequente conflito civil, seguido de reconciliação nacional.

Não obstante a avaliação positiva dos observadores internacionais, tão logo divulgados os resultados pelo Ministério do Interior, a AAV denunciou uma "grande manipulação" e um "exagero ilógico dos resultados em favor dos partidos da administração". A AAV não conseguiu esclarecer, contudo, em que etapa do processo teria ocorrido a fraude, limitando-se a responsabilizar o Presidente da República pelo fato.

Para o regime, os resultados eleitorais e o relativo enfraquecimento da corrente islamista, além de confirmar a particularidade argelina em relação a seus vizinhos magrebinos (onde partidos islamistas obtiveram bons resultados), representaram importante vitória política do Presidente Bouteflika. Pelo apoio a sua coalizão de governo e pela contenção da tão temida "onda verde", Bouteflika poderá ter maior tranquilidade e autoridade renovada para orientar as reformas constitucionais que julgar necessárias e, ao mesmo tempo, conduzir sua própria sucessão. Aos 75 anos, o Presidente Bouteflika encerrará seu terceiro mandato em abril de 2014.

Reformulação do Gabinete

Como reflexo dos resultados eleitorais, o Governo nomeou novo Gabinete em setembro de 2012. Foram confirmados os titulares de Pastas importantes, como Defesa, Interior, Energia e Finanças, bem como o Ministro de Relações Exteriores,

Mourad Medelci. Abdelmalek Sellal, ex-Ministro de Recursos Hídricos (desde 2004), sem filiação partidária, porém com fortes vínculos políticos e pessoais com Bouteflika, foi nomeado Primeiro-Ministro (o sexto ocupante do cargo desde que Bouteflika assumiu o poder, em 1999).

Constam do programa de Sellal a continuação das reformas políticas, o aprofundamento das medidas em favor da reconciliação nacional, a luta contra o terrorismo, o combate à corrupção, e a melhora na prestação de serviços públicos. No plano econômico, busca-se reforçar as grandes obras de infraestrutura, com ênfase em programa habitacional.

Após a reformulação do Gabinete, a coalizão governista ampliou-se. Além da corrente islamista Movimento pela Sociedade e a Paz (MSP, conhecido pelo seu antigo acrônimo Hamas), que ocupará três Pastas, passaram a integrar a coalizão de Governo três partidos, com uma Pasta cada: o Partido Liberdade e Justiça (PLJ, islamista moderado), o Movimento Popular Argelino (MPA, partido liberal), e a Aliança Nacional Republicana (ANR, nacionalista).

Sucessão presidencial

No contexto da reformulação do Gabinete, cumpre destacar o afastamento do então Secretário-Geral da FLN, Abdelaziz Belkhadem, do posto de Ministro de Estado representante pessoal do Presidente no Gabinete. Belkhadem, assim como o antigo Primeiro-Ministro Ahmed Ouyahia, eram potenciais candidatos governistas à sucessão de Bouteflika. Ambos não permaneceram na Direção Geral de seus respectivos partidos: Ouyahia, enfraquecido internamente, demitiu-se da Secretaria-Geral do RND em janeiro de 2013, enquanto Belkhadem foi destituído pelo Comitê Central da FLN no início de fevereiro de 2013.

As grandes mudanças na liderança dos dois principais partidos argelinos parecem ter enterrado, assim, as ambições presidenciais de Belkhadem e Ouyahia, com importantes reflexos sobre o processo sucessório. O atual Primeiro-Ministro tem sido apontado como possível sucessor de Bouteflika. As primeiras avaliações do desempenho de Sellal no Governo têm sido positivas, por imprimir maior transparência a sua gestão, seja no contato direto com a população, seja por sua grande abertura aos meios de comunicação. Há ainda figuras históricas que, longe do debate público, se movem no interior do regime e são vistas como politicamente viáveis, como o ex-Primeiro Ministro Mouloud Hamrouche (1989-1991), responsável por conduzir, na época, importantes reformas políticas de matiz liberal.

Resta saber qual a real intenção de Bouteflika em permanecer no poder. Após manifestar-se de maneira clara, quando do lançamento das reformas políticas (início de 2011), de que era chegado o momento de renovar a direção do país, Bouteflika não tem sinalizado nova disposição em deixar de apresentar-se para um quarto mandato.

Por ocasião das eleições regionais e municipais de novembro de 2012, foi confirmada a vitória dos principais partidos da coalizão governamental (FLN e

RND), e a perda substancial de apoio da coalizão islamista moderada (AAV). Vale destacar, ainda, o surgimento do Movimento Popular Argelino (MPA), novo partido liberal liderado pelo Ministro do Meio Ambiente, Amara Benyounès, que despontou como terceira força política do país, embora ainda distante da FLN e do RND. Após essas eleições, a Argélia passa por período de intensa movimentação política no nível das "wilayas" (províncias) e comunas (municípios), para formação das maiorias parlamentares regionais e a eleição dos Presidentes das Assembleias Populares. A movimentação tem grande importância para a preparação e o posicionamento dos partidos políticos para o embate presidencial de abril de 2014.

PODER LEGISLATIVO

O Poder Legislativo argelino é bicameral, composto por uma Câmara Baixa (Assembleia Popular Nacional, APN), com 462 membros, e pelo Conselho da Nação (Senado, CN), com 144 membros.

No Conselho da Nação, os representantes assumem mandatos de seis anos, sendo um terço escolhido pelo Presidente, e o restante, eleito pelas assembleias comunais por voto indireto. As últimas eleições ocorreram em dezembro de 2012. Para a Assembleia Nacional Popular, em que os representantes são eleitos por voto universal direto para mandatos de cinco anos, houve importante eleição em maio de 2012. O CN é instância revisora das decisões da APN.

O Parlamento não detém impacto significativo na formulação de políticas: a APN tem pouca iniciativa legislativa, e a quase totalidade das leis aprovadas são de iniciativa do Governo.

A Constituição concede ao Chefe de Estado um papel central na gestão dos assuntos do país. O Presidente é o Comandante Supremo das Forças Armadas e Ministro da Defesa.

POLÍTICA EXTERNA

A Argélia tem-se tradicionalmente apresentado no plano externo como país não-alinhado, com histórico de defesa do multilateralismo e de protagonismo diplomático em prol dos países em desenvolvimento.

Após sua pacificação interna e estabilização político-institucional, a Argélia tem realizado grande esforço para posicionar-se como ator internacional de relevo. Em consonância com seus esforços para promover maior abertura econômico-comercial, tem sido intensa a movimentação argelina em favor de sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC). O país exerce, ademais, diplomacia atuante em relação aos países árabes, e procura participar com visibilidade dos foros e iniciativas árabes ou islâmicas. No âmbito da segurança regional, a Argélia mostra-se comprometida com o combate ao terrorismo internacional, ao mesmo

tempo em que aponta para as consequências desestabilizadoras da intervenção externa na Líbia.

Oposição a intervenções internacionais

Durante a "Primavera Árabe", a Argélia adotou postura rigorosa de não-ingerência nos negócios internos de seus vizinhos. Ao condenar a intervenção militar na Líbia, assim como os chamamentos a uma ação similar na Síria – posições promovidas, no âmbito da Liga de Estados Árabes (LEA), pelos países do Golfo, tendo o Catar na vanguarda –, a Argélia coloca-se em posição minoritária no Mundo Árabe. Cumpre destacar que a Constituição argelina veda a participação de suas Forças Armadas em operações no exterior.

No caso sírio, Argel tem defendido o tratamento da questão no âmbito da LEA, mas tem criticado a atuação da entidade, que vem pedindo a saída de Bashar Al-Assad. Setores da opinião pública argelina e analistas argelinos consideram que, em sua atuação, a LEA tem defendido os interesses das monarquias do Golfo e de países ocidentais.

Cenário de segurança no Sahel e o conflito malinês

Argel identifica como efeitos colaterais da operação na Líbia: a desestabilização do Sahel africano; a radicalização do processo político na Tunísia, com a atuação violenta de grupos salafistas; a tentativa de desestabilização dos campos de refugiados do Saara Ocidental em Tindouf (Argélia); e o recrudescimento da ação terrorista do Boko Haram na Nigéria. Considera ainda que será longo e penoso o processo de estabilização da Líbia.

No que tange ao conflito malinês, a Argélia argumenta que a ação internacional na Líbia levou à ocupação da parte norte do Mali por grupos terroristas e por rebeldes tuaregues, nacionalistas e islamistas, boa parte deles oriundos das milícias kadhafistas derrotadas; bem como provocou a circulação indiscriminada de armas, inclusive mísseis terra-ar, procedentes dos arsenais do antigo regime líbio.

Ao defender a necessidade de soluções negociadas para esse conflito, a Argélia busca distinguir os diferentes grupos atuando no norte do Mali, opondo-se à leitura que considera todos os movimentos na região como grupos terroristas. Argel argumenta, assim, que apenas a Al-Qaeda do Magrebe Islâmico (AQMI) atua com base no jihadismo terrorista, sendo o Movimento Unicidade e Jihad na África do Oeste (MUJAO) um grupo criminoso. Nesse sentido, na visão argelina seria imperativo cooptar, no processo de transição nacional malinês, o grupo salafista Ansar Eddine (Defensores da Religião) e tuaregues nacionalistas, como o Movimento Nacionalista para Libertação de Azawad (MNLA). Por dispor de importante minoria tuaregue no sul e compartilhar extensa fronteira comum (1.300km), a Argélia intermediou, em diferentes ocasiões, acordos nacionais no Mali entre o Governo de Bamako e lideranças da etnia tuaregue. No contexto atual, a Argélia tem contribuído para trazer à mesa de negociações o Ansar Eddine.

Apesar de sua posição de princípio em favor de soluções políticas, a Argélia consentiu em autorizar o sobrevoo de seu território, no contexto da decisão francesa de intervir militarmente no Mali. A Argélia está disposta, ainda, a colaborar com o esforço de restauração da ordem no norte do Mali, compartilhando inteligência e reforçando suas fronteiras (já deslocou mais de 30 mil homens para a região sul). O Governo argelino mantém-se determinado, contudo, a não participar da operação militar em curso no país vizinho, o que responde também à vedação contida na Constituição da Argélia quanto ao envio de suas Forças Armadas ao exterior.

Combate ao terrorismo internacional

A Argélia assumiu, nos últimos anos, papel relevante no combate ao terrorismo internacional no norte da África, cooperando crescentemente com as potências ocidentais, em particular com os EUA e o Reino Unido, mas também com a França. Em articulação com Mali, Mauritânia e Níger, a Argélia formou o Comitê de Estados-Maiores Conjuntos (CEMOC) e a Unidade de Fusão e de Ligação (UFL), instituições voltadas à coordenação de políticas e à troca de informações para o combate às redes terroristas e ao crime transnacional na região.

O ataque terrorista à base de exploração de gás em In Aménas (região argelina próxima à fronteira com a Líbia), em 16/1/2013, reivindicado por grupo ligado à AQMI, parece confirmar a percepção sobre o fortalecimento de grupos terroristas na região do Sahel a partir do conflito líbio. De acordo com o Primeiro-Ministro argelino, o Governo inicialmente tentou negociar com os terroristas, mas, diante da natureza das reivindicações, consideradas inaceitáveis, e da iminência de execução de reféns, decidiu pela intervenção das unidades de elite do Exército, que libertaram grande parte dos reféns, mas que ao mesmo tempo ocasionaram 37 vítimas fatais entre os mesmos.

Uma vez que a pacificação da Argélia e a reversão da situação de violência que marcou os anos 1990 no país constitui um dos principais legados políticos do Governo Bouteflika, é compreensível que o atual regime confira prioridade máxima ao tema da segurança do país e de seu entorno.

Relações com o Marrocos e a questão do Saara Ocidental

Nos últimos meses, por iniciativa do Presidente da Tunísia, Moncef Marzouki, voltou-se a propugnar, na região, pela retomada da implantação da União do Magrebe Árabe (UMA), mecanismo regional de integração política e econômica. Criada em 1989, a UMA sofreu, desde seu início, dificuldades relacionadas a divergências entre seus membros (Argélia, Líbia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia), em especial entre Argélia e Marrocos. Permanecem como pontos de maior sensibilidade no relacionamento bilateral a questão do Saara Ocidental e o fechamento das fronteiras terrestres entre os dois países desde 1994.

A principal causa de tensão no relacionamento entre Argel e Rabat são as posições antagônicas desposadas por ambos os países em relação ao Saara

Ocidental. Enquanto o Marrocos propugna autonomia relativa sobre a região, sem abrir mão de sua soberania sobre o território, Argel é fervorosa defensora do direito à autodeterminação do povo saarauí. O governo argelino reconhece e apoia, inclusive financeiramente, a República Árabe Saarauí Democrática (RASD), cujas instituições operam nos campos de refugiados de Tindouf, no extremo sudoeste da Argélia, e nos chamados "territórios liberados" do Saara Ocidental, sob controle da Frente Polisário. Argel considera, contudo, as instâncias multilaterais, em particular o Conselho de Segurança das Nações Unidas, como os foros mais apropriados para a discussão do pleito saarauí, inclusive apoiando os bons ofícios do Secretário-Geral da ONU, por meio de seu Enviado Pessoal, Christopher Ross.

Ainda que o tratamento multilateral da questão do Saara Ocidental pouco tenha avançado nos últimos anos, a despeito de rodadas de conversações patrocinadas pelas Nações Unidas, alguns analistas políticos afirmam que o processo de aperfeiçoamento democrático em curso no norte da África, com sistemas políticos crescentemente inclusivos, poderá, a médio-prazo, dar novo alento às negociações sobre o tema. Ainda no contexto da chamada "Primavera Árabe", os recentes esforços de retomada do processo de integração regional consubstanciados na UMA constituem mais um elemento que poderá contribuir, a seu tempo, para a criação de condições para uma solução negociada sobre o status do território em disputa.

Sinal de distensão entre Argel e Rabat diante desse novo quadro é a reintensificação do relacionamento bilateral, com o aumento na regularidade de troca de visitas de Ministros "técnicos". Em janeiro de 2012, realizou-se histórica visita do chanceler marroquino Saad-Edine El Othmani a Argel, evento que constituiu marco entre os dois países, uma vez que não se realizava visita de um Chefe da diplomacia marroquina à Argélia desde 2003. A visita transcorreu em clima de relativa harmonia, tendo havido, inclusive, audiência privada entre o chanceler marroquino e o Presidente Bouteflika.

Relação com outros parceiros relevantes

O relacionamento com os **Estados Unidos**, tênue até o final dos anos 1990, intensificou-se com a estabilização política e relativa abertura econômica do país do início dos anos 2000. A Argélia tem gozado de grande superávit comercial com os EUA, país que, sendo o principal destino bilateral das exportações argelinas, está pouco à frente do Brasil na lista de origens de importação. O combate ao terrorismo internacional também é importante eixo do relacionamento bilateral. Ao aumentar o rigor de suas medidas de segurança em aeroportos, Washington chegou a estender medidas especiais a cidadãos argelinos; contudo, devido ao comprometimento de Argel com o enfrentamento a grupos terroristas no Sahel, o país tem recebido crescente reconhecimento por parte da comunidade internacional, inclusive dos EUA.

As relações bilaterais com a **Europa** deverão permanecer prioritárias, tendo em vista o empenho argelino por buscar atrair investimentos e projetos de formação para a diversificação de sua economia, na qual o setor de hidrocarbonetos desempenha papel hipertrofiado (cerca de 30% do PIB). Em suas relações mediterrâneas, a Argélia debate com parceiros europeus quatro temas prioritários: migrações (é grande o número de argelinos em diáspora, vivendo principalmente na França); segurança, em função da cooperação para combate ao terrorismo internacional; energia, já que a Argélia se consolida como um dos grandes fornecedores de petróleo e, sobretudo, gás à Europa; e comércio e investimentos (a União Europeia ainda é, de longe, o principal parceiro econômico da Argélia). Em abril de 2002, a Argélia assinou com a UE um Acordo de Associação, no quadro da Parceria Euro-Mediterrânea. Em vigor desde setembro de 2005, o Acordo estabelece parceria política e cooperação privilegiada em vários campos, e possibilitará ao país, ao cabo de um período de transição, estabelecer área de livre comércio com a Europa.

No contexto europeu, sobressaem-se as relações da Argélia com a **França**, as quais são intensas e complexas. Há fortes vínculos históricos entre os dois países e as duas sociedades estão profundamente imbricadas – estima-se em 900.000 o número de cidadãos franceses vivendo na Argélia, e em cerca de 1,5 milhão o número de argelinos e descendentes na França. Além de contribuir com a maior parte dos investimentos estrangeiros diretos na Argélia, a ex-metrópole é seu principal parceiro em cooperação bilateral, estruturada em torno dos setores produtivos, de infraestrutura, de ordenamento do território e de ensino superior. O conturbado passado colonial é visto pelos argelinos, contudo, como "página virada, mas não rasgada". A ascensão de François Hollande, que reconheceu, em visita a Argel (dezembro de 2012), "os sofrimentos que a colonização infligiu ao povo argelino", e adotou discurso menos hostil à imigração magrebina, lançou expectativa de um novo impulso para as relações bilaterais.

Com relação aos países emergentes, a China tornou-se, em 2007, o segundo maior fornecedor comercial da Argélia, e passou a ser importante consumidora de insumos energéticos argelinos. A Rússia, por sua vez, é grande fornecedora de material bélico a Argel. Na América do Sul, a Argentina desponta, ao lado do Brasil, entre os dez maiores exportadores para a Argélia.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTO

A economia argelina apresenta histórica dependência da exploração de hidrocarbonetos, que representou, em 2012, mais de 30% do PIB, e mais de 95% das exportações. Preocupada com a flutuação do preço internacional do petróleo, a Argélia planeja instituir um fundo de estabilização para a *commodity*.

A receita fiscal auferida com hidrocarbonetos resulta, por um lado, em condição macroeconômica saudável, mas, por outro lado, em elevado peso do setor público na economia. O país detém nível confortável de reservas internacionais (cerca de US$ 200 bilhões), cuja gestão tem sido elogiada por autoridades monetárias internacionais. A Argélia possui dívida externa diminuta, pouco acima de US$ 4 bilhões, e finanças públicas equilibradas.

Com relação aos fluxos de investimentos, o país tem buscado parceiros externos para investir em sua economia. A imposição legal da fórmula 49/51%, segundo a qual investidores estrangeiros devem associar-se minoritariamente (máximo de 49%) a empresas locais, tem tido, no entanto, efeito negativo na captação de investimentos externos diretos.

Para o ano de 2013, ao mesmo tempo em que planeja adotar política fiscal restritiva, o Governo argelino visa a diversificar a produção doméstica, programando investimentos em infraestrutura (sobretudo em habitação e transportes) e em formação de capital, conforme seu atual plano quinquenal de desenvolvimento (2010-2014). Essas medidas também visam a reduzir o nível de desemprego no país, estimado em 10,2%, o qual permanece particularmente elevado entre as mulheres (17%) e, principalmente, entre os jovens (21,5%).

No que concerne ao desempenho da produção, registra-se que os resultados para variação do PIB argelino foram estimados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em 2,5%, em 2012; e 3,4%, em 2013.

No relacionamento com o exterior, a União Europeia constitui o maior parceiro comercial argelino. As divisas geradas com a exportação de hidrocarbonetos transformam a Argélia em importador histórico de bens de consumo, sobretudo equipamentos industrializados (34,55% da pauta de importações em 2011); produtos semimanufaturados (23%) e alimentos (21,2 %).

Os grandes fornecedores da Argélia em 2011 foram França (15,13% do volume de bens importados pela Argélia); Itália (9,93%), China (9,86%) e Espanha (7,15%). O Brasil figurou em oitavo lugar entre os fornecedores argelinos em 2011, com 3,79 % do volume importado pela Argélia, correspondendo a US$ 1,49 bilhão de dólares.

Os principais compradores da Argélia em 2011 foram Estados Unidos (20,46%), Itália (14,2%), e Espanha (8,86%). O Brasil figura em sétimo lugar entre os importadores da Argélia, respondendo por 4,4% da pauta de exportações argelinas.

Com a elevação, nos últimos anos, do preço internacional de alimentos, a Argélia passou a enfrentar pressões inflacionárias, que o Governo buscou combater mediante concessão de subsídios específicos ao consumo. Segundo análise do FMI, a taxa de inflação anual argelina tende a reduzir-se de 8,4%, em 2012, para 5%, em 2013.

Comércio e fluxos de investimentos bilaterais

Embora tradicionalmente deficitário para o Brasil, em função da importação de hidrocarbonetos (naftas para petroquímica e óleos brutos de petróleo), o comércio bilateral tem demonstrado bom desempenho nos últimos anos. Há alguns anos, a Argélia consolidou-se como o 2º maior parceiro comercial brasileiro no Mundo Árabe (após a Arábia Saudita), e também 2º maior parceiro comercial do Brasil na África (após a Nigéria).

Desde a crise econômica mundial de 2008, os resultados anuais do intercâmbio comercial vinham apresentando crescente expansão, com valor recorde na corrente de comércio bilateral de US$ 4,6 bilhões, em 2011. Entre 2008 e 2012, em contexto de crise econômica internacional, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu cerca de 39%, sendo considerável o aumento de 85% nas exportações e de 28% nas importações.

Em 2012, contudo, o comércio Brasil-Argélia apresentou leve redução global (nos dois sentidos) de 5,7%, tendo atingido US$ 4,3 bilhões. Esse resultado reflete ainda um crescimento de 23,5% no déficit comercial do Brasil com a Argélia, que chegou a US$ 2 bilhões. O aumento no déficit comercial se justifica, sobretudo, à queda superior a 21% das exportações brasileiras para a Argélia.

As exportações brasileiras para a Argélia são compostas, em sua maior parte, por produtos semimanufaturados, que representaram 78,3% das vendas em 2012, com destaque para o açúcar (67%). Em seguida estão os bens básicos (sobretudo cereais), com 15,5%, e os manufaturados, com 6,2%.

As importações brasileiras originárias da Argélia apresentam alto grau de concentração. Combustíveis - naftas para petroquímica, outros propanos liquefeitos e óleos brutos de petróleo - somam quase que a totalidade das compras. Em 2012, como nos últimos anos, esse grupo representou 99% das compras brasileiras.

Nos últimos anos, empresas brasileiras ampliaram sua participação em licitações públicas e na formação de parcerias com empresas locais ou de terceiros países atuando na Argélia. Destaca-se a associação entre a Randon e o grupo argelino Cevital, responsável por parcela substancial das importações de açúcar e óleo de soja do Brasil. A mesma empresa firmou parceria com a brasileira NEOBUS, para a montagem local de carrocerias (em regime de CKD).

No momento, a Argélia busca implementar seu segundo plano quinquenal de desenvolvimento, no qual atenção prioritária é dada à construção da infraestrutura: estradas, portos, metrô, habitação popular, barragens, gasodutos. Apenas uma empresa brasileira – a Andrade Gutierrez – está instalada na Argélia, empenhada na construção de viaduto (Constantine), porto (Jijel), metrô (Argel), reforma de aeroporto (Oran), aterro sanitário (Corso), barragens e gasodutos. Em sua atuação no país, a empresa emprega cerca de 85% de mão de obra local.

ANEXOS

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1830: Invasão francesa; assinada Convenção que cede a Argélia à França
1832: Início da resistência à colonização francesa, sob a liderança de Al-Kader, entre outros
1848: Argélia é proclamada parte integrante da França, na Constituição da II República
1914: Argélia fornece contingentes de soldados para combater na Europa até 1918
1928: Primeiras grandes medidas para restringir a imigração argelina em direção à França
1942: II Guerra Mundial; desembarque aliado na Argélia
1943: Ida do General De Gaulle a Argel, com promessa de reformas
1945: Violenta repressão francesa contra manifestantes nacionalistas argelinos
1946: Cresce movimento nacionalista; fundação de partidos independentistas moderados
1947: Criação do primeiro braço armado para a luta anticolonialista
1954: Início da revolução de independência com marcada atuação da Frente de Libertação Nacional (FLN) e seu exército
1955: François Mitterrand dá impulso à Guerra da Argélia
1960: Reconhecimento pela ONU do direito argelino à independência
1962: Assinatura dos Acordos de Evian, com cessar-fogo
1962: Referendo aprova a independência da Argélia; Ahmed Ben Bella é eleito Presidente
1962: Violência contra argelinos de origem francesa e início da emigração em massa
1965: Ben Bella é deposto, em golpe de Houari Boumediène
1968: Nacionalizações; Argélia adota regime socialista de economia planificada
1969: Adesão à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)
1976: Rompimento de relações com o Marrocos pela questão do Saara Ocidental (até 1988)
1976: Constituição argelina aprovada por referendum, com 99% de votos afirmativos
1978: Morte do Presidente Boumediène, sucedido dias depois por Chadli Bedjedid
1986: Primeira reforma constitucional e flexibilização do sistema de partido único
1990: Frente Islâmica de Salvação ganha eleições municipais e, em 1991, legislativas
1992: Golpe militar anula eleições; onda de violência e terrorismo fundamentalista
1992: O intelectual no exílio M. Boudiaf, chamado para a Presidência, é assassinado
1999: Primeira eleição de Abdelaziz Bouteflika como Presidente

2004: Reeleição de Abdelaziz Bouteflika para segundo mandato
2005: Aprovação em referendo da Carta de Reconciliação Nacional
2007: Atentados suicidas em Argel e no interior por grupo ligado à Al Qaeda (também em 2008)
2008: Reforma constitucional suprime limite à reeleição do Presidente.
2009: Abdelaziz Bouteflika reeleito para terceiro mandato
2011: No contexto da "Primavera Árabe", o Governo argelino adota série de medidas para reforma político-institucional, entre as quais a suspensão do estado de emergência, em vigor no país havia 19 anos
2012: Realização de eleições legislativas para a Assembleia Popular Nacional. O Presidente Bouteflika nomeia Abdelmalek Sellal como novo Primeiro-Ministro da Argélia. Realização de eleições regionais e municipais. Atentado terrorista à base de exploração de gás na cidade de In Aménas

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1962: Estabelecimento de relações diplomáticas
1962: Abertura de Embaixada em Argel
1983: Visita do Presidente João Figueiredo à Argélia
1985: Visita do Presidente Chadli Bendjedid ao Brasil
1987: I Reunião da Comissão Bilateral Mista (Comista)
2003: Ministra das Minas e Energias Dilma Rousseff visita Argel
2004: Criação do Conselho Empresarial bilateral
2005/Fev: Chanceler Celso Amorim visita Argel
2005/Mai: Visita do Presidente Abdelaziz Bouteflika ao Brasil
2005/Nov: Visita do Ministro de Desenvolvimento Indústria e Comércio, Luiz Fernando Furlan, e do Ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, à Argélia
2006/Fev: Visita do Presidente Lula da Silva à Argélia
2006/Abr: II Reunião da Comista, em Brasília
2006/Abr: Chanceler Mohamed Bedjaoui visita o Brasil
2006/Nov: Encontro dos Presidentes Lula da Silva e Bouteflika, em Abuja, à margem da Cúpula América do Sul-África (ASA)
2007/Mai: Assinatura de MdE entre as empresas Sonatrach e Petrobas na área de energia, no contexto de visita do presidente da Petrobrás à Argélia
2007/Jun: Encontro dos Presidentes Lula da Silva e Bouteflika, em Berlin, à margem de reunião de cúpula do G-8
2008/Mar: Visita ao Brasil do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Argelinas, General Gaid Salah
2008/Jun: III Reunião da Comista, em Argel
2008/Ago: Encontro dos Presidentes Lula da Silva e Bouteflika, em Pequim, durante os Jogos Olímpicos

2008/Dez: Encontro do Chanceler Celso Amorim com seu homólogo argelino em Doha, à margem da conferência sobre o financiamento do desenvolvimento
2009/Jan: Visita do Ministro do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio, Miguel Jorge, a Argel
2009: Reunião de seguimento da III Comista em Brasília
2010/Jun: Missão da ABC visita Argel para analisar cooperação em desertificação e cítricos
2010/Jul: IV Reunião da Comista, em Brasília
2010/Set: Visita do Ministro do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio, Miguel Jorge, a Argel
2011/Set: Visita ao Rio de Janeiro do Ministro de Energia e Minas da Argélia, Youcef Yousfi, para participar do Fórum "World Energy Leaders Summit"
2011/Set: Encontro do Chanceler Antonio Patriota com seu homólogo argelino, Mourad Medelci, à margem do Debate Geral da 66a AGNU
2011/Out: Visita do Subsecretário-Geral Político para a África e Oriente do Itamaraty, Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, a Argel
2012/Jun: Vinda ao Brasil do Presidente do Conselho da Nação (Câmara Alta) argelino, Abdelkader Bensalah, no contexto da Rio+20

ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo sobre Transporte e Navegação Marítima	13/04/1976	01/09/1977
Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica	03/06/1981	20/11/1983
Acordo para Criação de uma Comissão Mista Brasileiro-Argelina para a Cooperação Econômica, Comercial, Científica, Tecnológica, Técnica e Cultural	03/06/1981	20/11/1983
Acordo de Cooperação Econômica	20/09/1987	21/12/1989
Acordo de Cooperação no Campo da Proteção dos Vegetais e da Quarentena Vegetal	12/05/2005	28/10/2008
Acordo de Cooperação em Matéria Sanitária Veterinária	12/05/2005	28/10/2008
Acordo sobre isenção de Vistos em favor de Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos ou de Serviço	12/05/2005	02/05/2006
Acordo Comercial	08/02/2006	02/02/2010
Acordo sobre Transporte e Navegação Marítima	08/02/2006	19/03/2010

Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular	21/05/2009	Acordo aprovado pelo Senado Federal em dezembro de 2012 (Decreto Legislativo 588/12). Aguarda-se ratificação pelo Legislativo argelino.

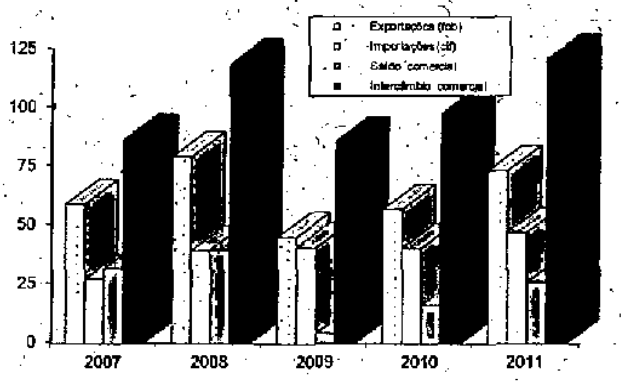
DADOS ECONOMICO-COMERCIAIS

ARGÉLIA: COMÉRCIO EXTERIOR

US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-set)	2012 (jan-set)
Exportações (fob)	59,2	79,3	45,2	57,1	73,5	55,2	43,4
Importações (cif)	27,3	39,4	40,7	40,5	47,2	35,1	37,2
Saldo comercial	31,9	39,9	4,5	16,6	26,3	20,0	6,1
Intercâmbio comercial	86,5	118,6	85,9	97,6	120,7	90,3	80,6

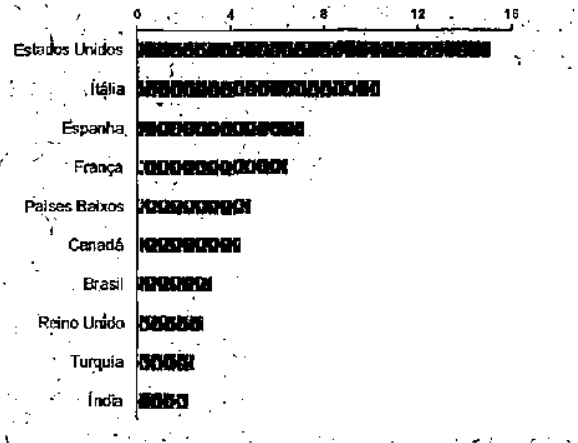
Elaborado pelo MRE/DFR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013



O comércio exterior argelino apresentou, em 2011, variação de 39% em relação a 2007, passando de US$ 86,5 bilhões para US$ 120,7 bilhões. No ranking do FMI, a Argélia figurou como o 47º mercado mundial, sendo o 47º principal exportador e o 52º importador.

ARGÉLIA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US$ bilhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
Estados Unidos	15,1	20,6%	7,5	17,3%
Itália	10,4	14,2%	1,5	3,5%
Espanha	7,2	9,8%	6,0	13,7%
França	6,5	8,9%	2,9	6,7%
Países Baixos	4,9	6,7%	3,6	8,3%
Canadá	4,5	6,1%	4,4	10,1%
Brasil	***3,23***	***4,4%***	***2,62***	***6,0%***
Reino Unido	2,9	3,9%	2,2	5,1%
Turquia	2,5	3,4%	0,6	1,4%
Índia	2,2	3,0%	0,8	2,0%
Subtotal	**59,5**	**81%**	**32,1**	**74%**
Outros países	**14,0**	**19%**	**11,2**	**26%**
Total	**73,5**	**100%**	**43,4**	**100%**

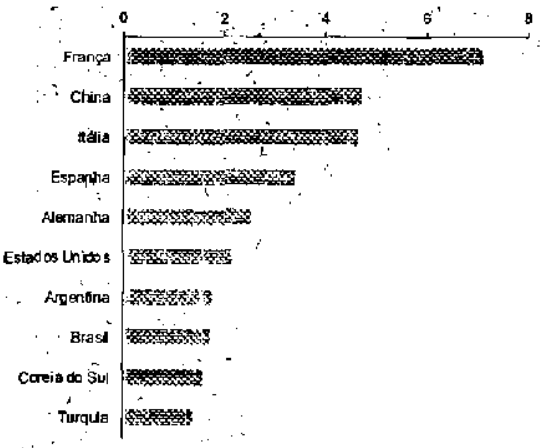


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

As exportações da Argélia foram destinadas, em sua grande maioria, aos países desenvolvidos. Os Estados Unidos representaram cerca de 1/5 das exportações. Na sequência apresentaram-se: Itália (14%); Espanha (10%); França (9%) e Países Baixos (7%). O Brasil obteve o 7º lugar entre os principais destinos em 2011, participando com 4,4% do total.

ARGÉLIA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US$ bilhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
França	7,1	15,1%	6,3	16,9%
China	4,7	10,0%	4,7	12,6%
Itália	4,7	9,9%	3,2	8,6%
Espanha	3,4	7,3%	3,3	9,0%
Alemanha	2,6	5,4%	1,7	4,7%
Estados Unidos	2,2	4,6%	1,2	3,1%
Argentina	1,8	3,8%	1,6	4,2%
Brasil	***1,76***	***3,7%***	***0,91***	***2,5%***
Coreia do Sul	1,6	3,4%	0,9	2,5%
Turquia	1,4	3,0%	1,4	3,8%
Subtotal	**31,2**	**66%**	**25,2**	**68%**
Outros países	**16,0**	**34%**	**12,0**	**32%**
Total	**47,2**	**100%**	**37,2**	**100%**



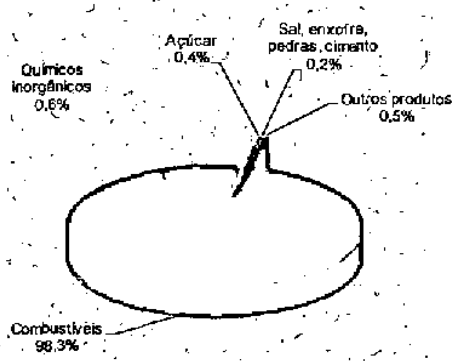
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

A pauta de importações argentinas apresentaram em 2011 participação majoritária da Europa e da China. França (15% do total); China (10%); Itália (10%) e Espanha (7%) são os principais fornecedores de bens a Argélia. O Brasil posicionou-se no 8º lugar, com participação de 3,7% da demanda importadora do país.

ARGÉLIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2011 - Em %

Descrição	% no total
Combustíveis	98,3%
Químicos inorgânicos	0,6%
Açúcar	0,4%
Sal, enxofre, pedras, cimento	0,2%
Subtotal	**99,5%**
Outros produtos	**0,5%**
Total	**100,0%**



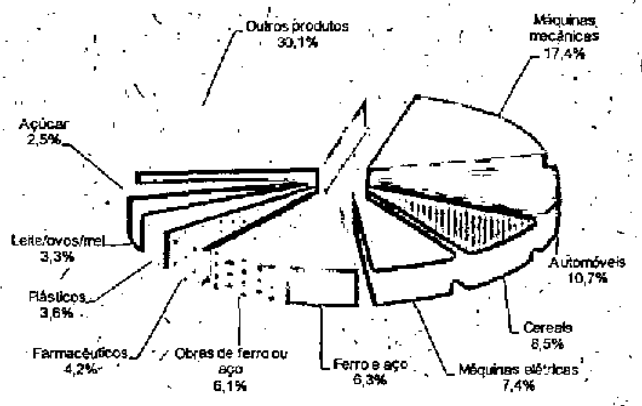
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC (Trademap)

As exportações da Argélia são compostas basicamente por hidrocarbonetos,sobretudo, o petróleo em bruto e gás proveniente do mesmo. Em seguida com menor destaque apresentaram-se a venda de produtos químicos inorgânicos; açucar e sal.

ARGÉLIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

2011 - Em %

Descrição	% no total
Máquinas mecânicas	17,4%
Automóveis	10,7%
Cereais	8,5%
Máquinas elétricas	7,4%
Ferro e aço	6,3%
Obras de ferro ou aço	6,1%
Farmacêuticos	4,2%
Plásticos	3,6%
Leite/ovos/mel	3,3%
Açúcar	2,5%
Subtotal	**69,9%**
Outros produtos	**30,1%**
Total	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC (Trademap)

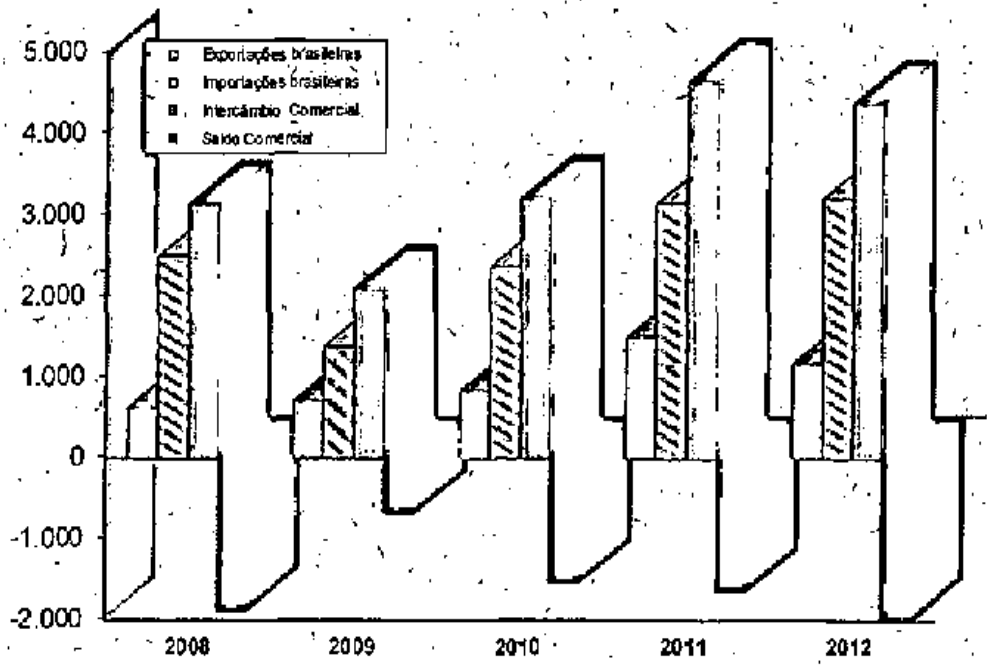
Os produtos manufaturados com alta agregação de valor predominam na pauta de importações argelina. Em seguida os produtos básicos de gêneros alimentícios são os principais produtos comprados pelo país para atender a demanda doméstica. As máquinas - mecânicas e elétricas (25% do total); automóveis (11%) e cereais (9%) são os produtos mais significativos na composição das importações.

BRASIL-ARGÉLIA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações brasileiras	**632**	**714**	**839**	**1.494**	**1.170**
Variação em relação ao ano anterior	26,2%	12,9%	17,4%	78,1%	-21,7%
Importações brasileiras	**2.501**	**1.382**	**2.361**	**3.137**	**3.198**
Variação em relação ao ano anterior	11,8%	-44,8%	70,9%	32,8%	1,9%
Intercâmbio Comercial	**3.134**	**2.096**	**3.200**	**4.631**	**4.367**
Variação em relação ao ano anterior	29,1%	-33,1%	52,7%	44,7%	-5,7%
Saldo Comercial	**-1.869**	**-668**	**-1.523**	**-1.643**	**-2.028**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Alicestel

No ranking do comércio exterior brasileiro, a Argélia figurou como o 25º parceiro comercial. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu cerca de 39%, sendo considerável aumento de 85% nas exportações e de 28% nas importações. Em valores, o intercâmbio comercial entre os dois países passou de US$ 3,13 bilhões em 2008 para US$ 4,36 bilhões em 2012. O saldo da balança comercial foi deficitário em todo período analisado, registrando déficit de US$ 2,02 bilhões em 2012.

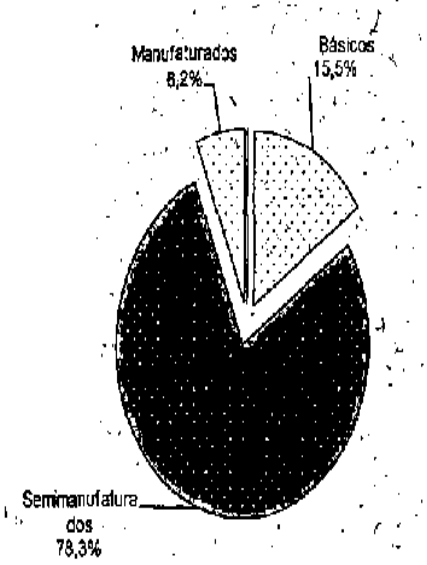


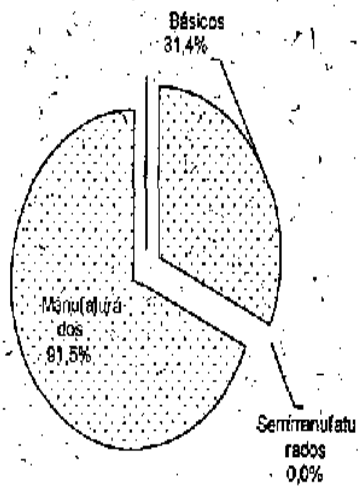
BRASIL-ARGÉLIA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇOES, POR FATOR AGREGADO
US$ milhões, fob - 2012

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	181	15,5%	1.003	31,4%
Semimanufaturados	915	78,3%	0	0,0%
Manufaturados	73	6,2%	2.194	68,6%
Transações especiais	0	0,0%	—	—
Total	**1.170**	**100,0%**	**3.198**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC

As exportações brasileiras para Argélia são compostas em sua maior parte por produtos semimanufaturados, que representaram 78,3% das vendas em 2012, com destaque para açúcar. Em seguida estão os bens básicos, com 15,5% e os manufaturados com 6,2%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram 68,6% do total em 2012, com destaque para o grupo de combustíveis, que também representou 31,4% dos itens básicos.

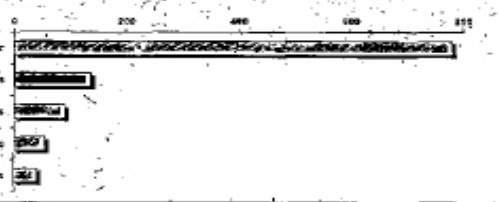




BRASIL-ARGÉLIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Açúcar	511	777	781	66,8%
Gorduras/óleos	76	167	136	11,6%
Cereais	64	399	92	7,8%
Carnes	102	38	56	4,8%
Máquinas mecânicas	26	49	42	3,6%
Subtotal	**780**	**1.430**	**1.106**	**94,6%**
Outros produtos	**59**	**64**	**63**	**5,4%**
Total	**839**	**1.494**	**1.170**	**100,0%**

Exportações brasileiras para Argélia, 2012



Elaborado pela APEX/BRASIL/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

Açúcar - açúcar de cana em bruto - gorduras/óleos - óleo de soja e óleo de milho foram os principais itens brasileiros exportados para a Argélia. Juntos representaram 78,4% do total da pauta em 2012. Em seguida destacaram-se: cereais - milho em grão (exceto para semeadura), trigo (exceto para semeadura) com 7,8%; e carnes (4,8%).

BRASIL-ARGÉLIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Combustíveis	2.323	3.118	3.175	99,3%
Sal/pedras/cimento	37	19	22	0,7%
Subtotal	**2.361**	**3.137**	**3.198**	**100,0%**
Outros produtos	**1**	**0**	**0**	**0,0%**
Total	**2.361**	**3.137**	**3.198**	**100,0%**

Importações brasileiras originárias de Argélia, 2012

Elaborado pela APEX/BRASIL/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

As importações brasileiras originárias da Argélia apresentam alto grau de concentração. Combustíveis - naftas para petroquímica, outros propanos liquefeitos e óleos brutos de petróleo - somam quase que a totalidade das compras. Em 2012, como nos últimos anos, esse grupo representou 99% das compras brasileiras.

Aviso nº 186 - C. Civil.

Em 14 de março de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor EDUARDO BOTELHO BARBOSA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argelina Democrática e Popular.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 19, DE 2013
(nº 94/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006 submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel.

Os méritos do Senhor Henrique da Silveira Sardinha Pinto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de março de 2013.

EM nº 00039/2013 MRE

Brasília, 19 de Fevereiro de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00039 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 19 de fevereiro de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO*
CPF.: 251.592.166-34
ID.: 7548 MRE

1956	Filho de Geraldo Sardinha Pinto e Déa Lúcia da Silveira Pinto, nasce em 19 de abril, em Belo Horizonte/MG

Dados Acadêmicos:

1978	CPCD - IRBr
1981	Direito pela Universidade do Distrito Federal
1983	CAD - IRBr
1998	CAE - IRBr, O Escritório Financeiro em Nova York e seu Papel na Execução Orçamentária e Financeira do Itamaraty no Exterior

Cargos:

1979	Terceiro-Secretário.
1981	Segundo-Secretário
1987	Primeiro-Secretário, por merecimento
1994	Conselheiro, por merecimento
2000	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2009	Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1979	Divisão da América Central e Setentrional, assistente
1982	Embaixada em Roma, Segundo-Secretário
1983	Representação Permanente junto à FAO, Roma, Segundo-Secretário
1984	XVIII Sessão do Grupo Intergovernamental de Sementes Oleaginosas, Óleos e Gorduras, FAO, Roma, Chefe de delegação
1984	XV Sessão do Subgrupo de Estatística, FAO, Roma, Chefe de delegação
1984	Reunião de Peritos sobre Preços Indicativos de Fibras Duras, FAO, Roma, Chefe de delegação
1984	XIX Sessão do Grupo Intergovernamental sobre Fibras Duras, FAO, Roma, Chefe de delegação
1984	XXII Sessão do Grupo Intergovernamental sobre Grãos, FAO, Roma, Chefe de delegação
1985	XI Sessão do Grupo Intergovernamental sobre Carnes, FAO, Roma, Chefe de delegação
1986	Embaixada em La Paz, Segundo e Primeiro-Secretário
1988	Embaixada em Manágua, Conselheiro comissionado
1990	Divisão de Pagamentos e Benefícios de Pessoal, assessor

1991	Secretaria-Geral de Controle, Coordenador-Executivo, substituto
1991	Secretaria-Geral Executiva, Coordenador-Executivo, substituto e Chefe de Gabinete, substituto
1992	Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Chefe de Gabinete
1993	Divisão de Pagamentos do Pessoal, Chefe substituto e Chefe
1994	Escritório Financeiro em Nova York, Conselheiro
1997	Embaixada em Ottawa, Conselheiro
1999	Divisão de Acompanhamento e Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior, Chefe
2002	Escritório Financeiro em Nova York, Ministro-Conselheiro
2005	Subsecretaria-Geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior, Chefe de Gabinete
2006	Departamento de Promoção Comercial, Diretor
2009	Embaixada em Argel, Embaixador

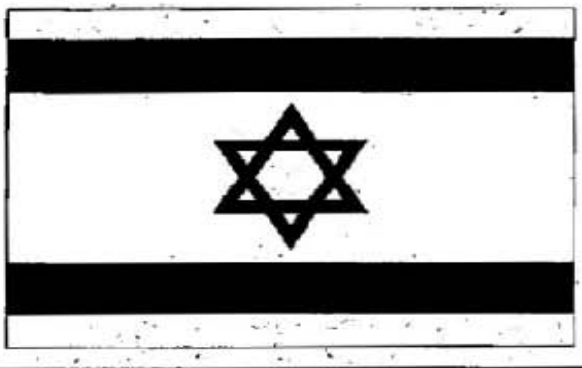
Condecorações:

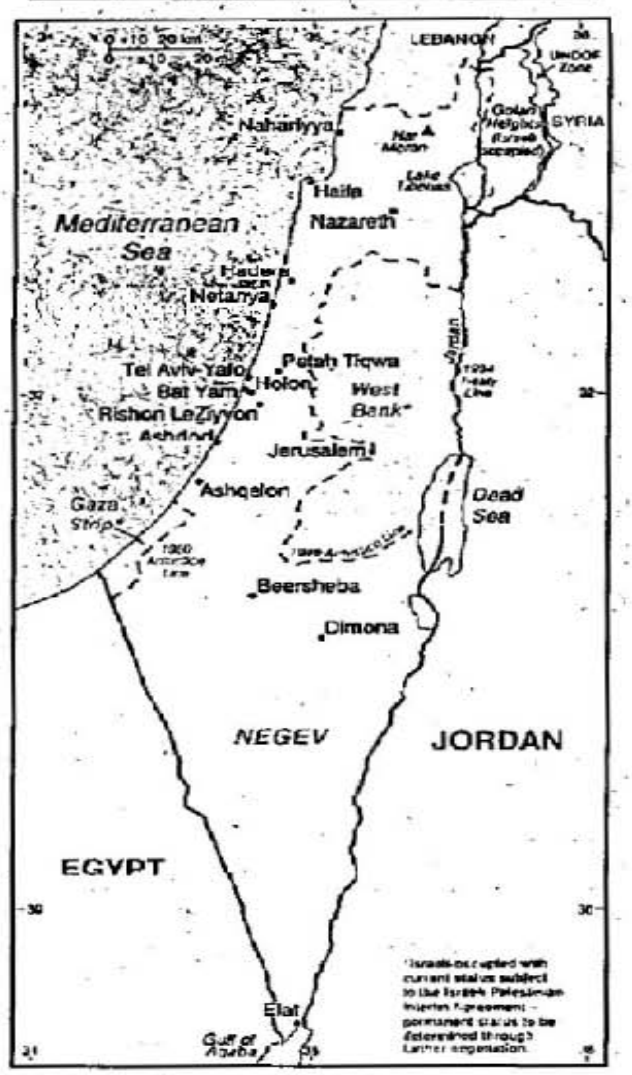
1982	Ordem da Águia Azteca, México, Insígnia
1985	Ordem ao Mérito da República Italiana, Itália, Cavaleiro
1988	Ordem Nacional do Condor dos Andes, Bolívia, Oficial
1992	Medalha de Honra da Inconfidência, Minas Gerais, Brasil
1994	Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
1994	Ordem do Mérito Forças Armadas, Brasil, Cavaleiro
2007	Real Ordem ao Mérito, Noruega, Grande Oficial
2008	Ordem de Orange-Nassau, Países Baixos, Comendador

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ISRAEL





Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Fevereiro de 2013

I. DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Estado de Israel (*Medinat Israel*)
CAPITAL	Israel considera Jerusalém sua capital. O Brasil mantém sua Embaixada em Tel Aviv, em conformidade com a Resolução 478 (1980) do Conselho de Segurança das Nações Unidas.
ÁREA	20.770 km² (pouco menor do que o Estado de Sergipe), desconsiderados os territórios árabes ocupados (Cisjordânia, 5.640 km²; Faixa de Gaza, 360 km²; Jerusalém Oriental, 70 km² e Golã sírio, 1.250 km²), cuja área combinada totaliza 7.320 km².
POPULAÇÃO (2011)	7,76 milhões (equivalente à população do Estado do Pará)
IDIOMAS OFICIAIS	Hebraico e árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES	76,4% judeus; 16% muçulmanos; 2,1% cristãos; 1,6% drusos e 3,9% outros
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento unicameral (*Knesset*)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Shimon Peres (15/7/2007)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu (desde 31/3/2009)
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (INTERINO)	Benjamin Netanyahu (desde 18/12/2012)
PIB NOMINAL (2011)	US$ 243 bilhões (Brasil: US$ 2,5 trilhões)
PIB PPP (2011)	US$ 211 bilhões (Brasil: US$ 2,3 trilhões)
PIB NOMINAL PER CAPITA (2011)	US$ 31.282 (Brasil: US$ 12.788)
PIB PPP PER CAPITA (2011)	US$ 27.110 (Brasil: US$ 11.769)
VARIAÇÃO DO PIB	3% (est. 2013); 2,4% (est. 2012); 4,8% (2011); 4,8% (2010); 0,8% (2009); 4% (2008)
IDH (2011)	0,888 – 16ª posição (Brasil: 0,718 – 84ª posição)
EXPECTATIVA DE VIDA (2011)	81,6 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2008)	100%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2011)	5,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Novo shekel (NIS)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	Aproximadamente 10.000 (a maioria também com cidadania israelense)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões F.O.B) - Fonte: *MDIC*

BRASIL → ISRAEL	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Intercâmbio	715.632	731.466	746,273	1.032,388	1.619,885	922,058	1.352,177	1.402,612	1.519,607
Exportações	213.848	262.963	272,531	355,751	398,566	270,503	339,539	498,524	376,063
Importações	501.784	468.502	473,742	676.637	1.221,319	651,555	1.012,638	904,088	1.143,543
Saldo	-287.936	-205.539	-201.21	-320.886	-822.753	-381.052	-673.099	-405,564	-767,480

2. PERFIS BIOGRÁFICOS

Shimon Peres
Presidente

Nasceu em Vishniev, atual Belarus, em 1923, e emigrou para Israel em 1934. Após formar-se pela Escola de Agricultura Ben Shemen, trabalhou como agricultor e pastor em *kibbutzim*. Politicamente ativo desde a idade de dezesseis anos, Shimon Peres foi eleito Secretário do Movimento Juvenil do Partido Trabalhista, em 1943. No ano seguinte, voltou a trabalhar em um *kibbutz* na Galileia.

Em 1947, integrou-se às forças de defesa da comunidade judaica (Haganá) e foi encarregado de cuidar dos recursos humanos e armamentos das tropas israelenses, atividade que cumpriu até o início do conflito de 1948. Ao final da guerra (1949), assumiu a posição de Diretor da delegação do Ministério da Defesa nos Estados Unidos. Durante esse período, estudou na New York School for Social Research e em Harvard.

Entre 1953 e 1959, atuou como Diretor Geral do Ministério da Defesa. Em 1959, foi eleito para o parlamento. Atuou como Ministro de Estado pela primeira vez em 1969, à frente do Ministério da Absorção de Imigrantes, também encarregado do desenvolvimento dos territórios ocupados. Em 1974, foi nomeado Ministro da Defesa, cargo que ocupou até 1977, quando deixou o Governo e tornou-se presidente do Partido Trabalhista.

Após as eleições de 1984, Peres propôs o estabelecimento de um Governo de União Nacional e, baseado num sistema de rodízio acordado com líder do Likud, ocupou o cargo de Primeiro-Ministro até 1986. Com a vitória trabalhista nas eleições de 1992, Peres foi nomeado Ministro das Relações Exteriores. Participou ativamente dos Acordos de Oslo de 1993 e 1994, o que lhe permitiu ser agraciado com o Prêmio Nobel da Paz, junto com Yitzhak Rabin e Yasser Arafat. Seu segundo mandato como Primeiro-Ministro seguiu-se ao assassinato de Yitzhak Rabin, em 1995 e durou até 1996.

Foi, ainda, Ministro da Cooperação Nacional de 1999 a 2001 e Ministro das Relações Exteriores no Governo de União Nacional liderado por Ariel Sharon de 2001 a 2002. Em 2005, Peres tornou-se Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Integração e, em 2007, assumiu a Presidência da República, para mandato de sete anos.

Benjamin Netanyahu
Primeiro-Ministro e Ministro, interino, dos Negócios Estrangeiros

Nascido em Tel Aviv, em 1949, Benjamin Netanyahu passou a adolescência nos EUA. Retornou a Israel em 1967, quando se engajou em tropa de elite das Forças de Defesa de Israel (FDI) até 1973, ano em que encerrou seu serviço com a patente de capitão. Retornou aos EUA, onde se graduou em arquitetura e obteve mestrado em Administração de Empresas pelo *Massachusetts Institute of Technology* (M.I.T.). Estudou, também, ciência política nessa mesma instituição e em Harvard.

Após breve carreira na iniciativa privada, Netanyahu foi nomeado assistente do Embaixador de Israel em Washington, em 1982. Dois anos depois, tornou-se Embaixador de Israel junto às Nações Unidas, cargo que ocupou até 1988. Membro do partido Likud ("União", em hebraico), Netanyahu foi eleito para o Parlamento israelense em 1988 e, em 1993, passou a ocupar a liderança do partido.

Em 1996, nas eleições diretas para Primeiro-Ministro, Netanyahu tornou-se o mais jovem Chefe de Governo de Israel. Comandou o país por três anos. Sua atuação como Primeiro-Ministro é lembrada pelos resultados que obteve na economia israelense, que saneou por meio de privatizações e da desregulamentação. Na esfera política, fez avanços muito limitados no processo de paz com os palestinos.

Foi derrotado por Ehud Barak, do Partido Trabalhista, nas eleições de 1999. Após afastar-se temporariamente da vida política, foi nomeado Ministro das Finanças em 2003, cargo ao qual renunciou quando o então Primeiro-Ministro Ariel Sharon decidiu promover a retirada israelense de Gaza, em 2005. Com a saída de Sharon do Likud no mesmo ano, Netanyahu reassumiu a liderança do partido.

Em fevereiro de 2009, o Likud obteve o segundo maior número de cadeiras do Parlamento (27). Netanyahu conseguiu formar a maioria parlamentar, o que lhe permitiu assumir a Chefia de Governo, em março do mesmo ano. Sua política para o conflito israelo-palestino encontra forte oposição da comunidade internacional. Seu Governo caracteriza-se pela construção de assentamentos na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental, pelo impasse no processo de paz e pela afirmação de que o Irã constituiria uma "ameaça existencial" a Israel.

Desde dezembro de 2012, o Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu acumula a função de Ministro das Relações Exteriores de Israel.

3. RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre Brasil e Israel são tradicionalmente marcadas pela cordialidade e pelos esforços para estabelecer uma agenda bilateral positiva. A atuação decisiva do diplomata brasileiro Oswaldo Aranha na sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) que aprovou o plano de partilha da Palestina, em 1947, que propiciou a criação do Estado de Israel no ano seguinte, ainda é lembrada por Israel. A presença de significativa comunidade judaica no Brasil (cerca de 107 mil pessoas, segundo o IBGE), faz do Brasil um país relevante para Israel.

Nos últimos anos, têm-se multiplicado as visitas bilaterais de alto nível. Em novembro de 2009, o Presidente Shimon Peres veio ao Brasil, após mais de quatro décadas sem que houvesse viagem presidencial de parte a parte (o Presidente Zalman Shazar havia visitado o Brasil em 1966). A viagem do Presidente Lula a Israel, em março de 2010, representou um marco na história das relações bilaterais: tratou-se da primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro àquele país. O ex-Chanceler Celso Amorim, por sua vez, visitou Israel cinco vezes entre 2005 e 2010 – a primeira delas, em maio de 2005, tendo tido lugar após hiato de dez anos sem visitas de Chanceler brasileiro ao país.

Nos últimos anos, tem-se observado intensa troca de visitas de Ministros de outras pastas a Israel. Visitaram Israel os Ministros da Educação, Fernando Haddad; do Meio Ambiente, Marina Silva; da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima; da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéia Freira; da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger; da Defesa, Nelson Jobim; do Turismo, Luiz Eduardo Barretto; do Gabinete de Segurança Institucional, Jorge Armando Félix; e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Miguel Jorge.

Em 2011, três ministros israelenses visitaram o Brasil: a Ministra da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Israel, Orit Noked (abril), o Ministro da Indústria, Comércio e Trabalho de Israel, Deputado Shalom Simhon (maio) e o Vice-Primeiro Ministro e Ministro de Assuntos Estratégicos Moshe Ya'alon (agosto). No mesmo ano, esteve em Israel o Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra (outubro). Em agosto de 2012, veio ao Brasil o Ministro da Ciência e Tecnologia de Israel, Daniel Hershkowitz, quando manteve encontros com os Ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Educação.

O Ministro da Energia e Recursos Hídricos de Israel, Uzi Landau, manifestou interesse em realizar visita oficial ao Brasil, a fim de conhecer os projetos brasileiros na área de exploração de gás e petróleo, especialmente poços profundos, bem como no campo das fontes alternativas de energia, como biomassa e etanol. Para 2013, está previsto o início da exploração do campo de Tamar, no Mar Mediterrâneo, com reservas de 247 bilhões de metros cúbicos de gás natural.

Nos últimos anos, algumas posições do Brasil deram margem a questionamentos da parte israelense: a) o lançamento da iniciativa América do Sul-Países Árabes (ASPA), em 2005; b) o reconhecimento de Jerusalém Oriental como capital palestina, em 2010; c) Acordo Tripartite Brasil-Turquia-Irã, de 2010, que visava a trocar urânio enriquecido no Irã por combustível; d) o reconhecimento do Estado palestino, em 2010; e) o voto favorável à admissão da Palestina como membro-pleno na UNESCO, em outubro de 2011; f) e o voto favorável ao reconhecimento da Palestina como Estado observador nas Nações Unidas, em novembro de 2012. Israel, porém, tem enfatizado seu interesse de não vincular as relações bilaterais ao tratamento da questão palestina.

Posição do Brasil sobre o conflito israelo-palestino

O Brasil, desde a década de 1940, apoiou a criação de dois Estados na Palestina, então sob mandato britânico. O Brasil opõe-se à ocupação dos territórios palestinos por Israel, tendo votado a favor da Resolução 242 (1967) do Conselho de Segurança, que determina a desocupação de Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Oriental, e das inúmeras resoluções da Assembleia Geral da ONU (AGNU) sobre o tema.

Em dezembro de 2010, o Brasil reconheceu diplomaticamente a Palestina como um Estado, dentro das fronteiras de 1967. A decisão brasileira veio a ser seguida por quase todos os países sul-americanos – dos doze países da América do Sul, apenas a Colômbia não reconheceu a Palestina.

Em função do reconhecimento diplomático por parte do Governo brasileiro, a Delegação Especial palestina em Brasília passou, em janeiro de 2011, a denominar-se Embaixada da Palestina.

O Brasil defende a consolidação de um Estado palestino viável, vivendo lado a lado e em paz com Israel, que tenha como base territorial as fronteiras anteriores à Guerra de 1967 e com Jerusalém Oriental como capital. Coerente com esse princípio e com o reconhecimento do Estado palestino, o país tem-se posicionado favoravelmente à entrada da Palestina em organismos multilaterais, tanto no âmbito das Nações Unidas, quanto no de suas Agências.

Para o Brasil, as negociações diretas entre as partes são essenciais e devem ser retomadas prontamente. No momento, os assentamentos israelenses representam um dos maiores obstáculos à paz e sua construção deve cessar incondicionalmente. É necessário também abrir espaço para que novos atores contribuam para o processo, com maior participação da comunidade internacional, de forma a equilibrar as negociações.

O Brasil tem criticado a inoperância do Quarteto Diplomático (EUA, União Europeia, Rússia e Nações Unidas) e solicitado que o grupo apresente relatórios ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), para que a comunidade internacional possa avaliar a falta de progresso obtido.

Posição do Brasil sobre o pleito palestino nas Nações Unidas

O Brasil é favorável à admissão da Palestina em organismos multilaterais, tanto no âmbito das Nações Unidas, quanto no de suas Agências (o Brasil foi um dos 107 países a votar favoravelmente à admissão da Palestina como membro pleno na UNESCO em outubro de 2011). O Brasil apoiou, copatrocinou e fez campanha a favor da Resolução 67/19, que elevou o *status* da Palestina a Estado Observador não-membro das Nações Unidas. Tratou-se de iniciativa coerente com o reconhecimento do Estado palestino, com as resoluções das Nações Unidas e com o direito inalienável do povo palestino à autodeterminação. Para o Brasil, não procede o argumento de que o recurso palestino à AGNU representou gesto unilateral, contrário às negociações diretas. Constituiu, na verdade, expressão do multilateralismo, amparada na legitimidade e representatividade da Assembleia, que, em sua grande maioria, apoiou a Resolução. Em 29/11/2012, por meio de Nota à Imprensa, o Governo brasileiro congratulou a Palestina pela elevação de seu *status* nas Nações Unidas e reiterou o apoio à retomada imediata de negociações com Israel.

Conforme discursou a Senhora Presidenta da República na abertura do Debate Geral da 66ª AGNU, "o reconhecimento ao direito legítimo do povo palestino à soberania e à autodeterminação amplia as possibilidades de uma paz duradoura no Oriente Médio. Apenas uma Palestina livre e soberana poderá atender aos legítimos anseios de Israel por paz com seus vizinhos, segurança em suas fronteiras e estabilidade política em seu entorno regional".

Visita do Ministro Antonio Patriota ao Oriente Médio – outubro de 2012

Em outubro de 2012, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Patriota, realizou visita a Israel, seguida de visita a Palestina e Jordânia. Em Israel, encontrou-se com o Presidente Shimon Peres, o Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu, o Vice-Primeiro-Ministro Dan Meridor, o então Chanceler Avigdor Lieberman e o Ministro da Ciência e Tecnologia Daniel Hershkowitz. Manifestou às autoridades

israelenses a disposição do Brasil a ajudar na construção do diálogo com base na confiança mútua. Expressou, igualmente, a frustração do Brasil com a paralisia do processo de paz e reiterou o apoio brasileiro ao pleito da Palestina pela obtenção de *status* de Estado Observador não-membro das Nações Unidas. Ressaltou que a criação de um Estado palestino viável constitui a única solução viável para o conflito israelo-palestino e não põe em risco a segurança do Estado israelense, pelo contrário, assentaria as bases para a paz e à cooperação duradoura na região. Manteve ainda encontros com lideranças da sociedade civil, como Yossi Beilin, ex-parlamentar reconhecido por sua contribuição para os Acordos de Oslo e para a Iniciativa de Genebra. Sobre a questão nuclear iraniana, manifestou a preocupação brasileira com a possibilidade de ação militar israelense, a importância concedida ao Brasil ao mecanismo P5+1 (China, EUA, França, Reino Unido Rússia e Alemanha) especialmente criado para negociações referentes ao programa nuclear iraniano. Com o Ministro da Ciência e Tecnologia, tratou de cooperação bilateral e trilateral (em favor de países de menor desenvolvimento relativo) em setores como indústria farmacêutica e espacial, medicina, educação e agroindústria.

Cooperação Técnica

Brasil e Israel assinaram o Acordo Básico de Cooperação Técnica em 1962. Atualmente não há projetos bilaterais em execução. O Brasil pode beneficiar-se do alto grau de desenvolvimento tecnológico israelense em áreas como saúde, agropecuária, ciência e educação, já respaldadas por acordos bilaterais. Israel, por sua vez, pode beneficiar-se de cooperação em áreas em que o Brasil detém renomada expertise, como agricultura e biocombustíveis, por exemplo. No que concerne à cooperação trilateral, está em vigor o Memorando de Entendimento para a Promoção de Ações Conjuntas em Benefício de Terceiros Países, assinado em novembro de 2009.

Cooperação em ciência e tecnologia

Israel tem interesse em desenvolver cooperação em ciência e tecnologia, o que já se traduz em investimentos em indústrias de alta tecnologia, a exemplo da parceria entre a empresa israelense Elbit Systems e sua subsidiária brasileira Aeroeletrônica AEL. Há também interesse israelense em investimentos em pesquisas no setor de biocombustíveis, manifestado pela empresa EVOGENE, que busca potenciais parceiros para estabelecer projeto de desenvolvimento da cultura da mamona como fonte de produção de biodiesel. Universidades israelenses têm demonstrado grande interesse em cooperar com o Brasil por meio do programa Ciência sem Fronteiras. Durante a visita do Senhor Ministro de Estado a Israel em

outubro de 2012, o Ministro da Ciência e Tecnologia, Daniel Hershkowitz, reiterou a disposição israelense para cooperação científica com o Brasil, e informou que Israel já tem projetos dessa natureza com a Alemanha em terceiros países.

Em 27 de fevereiro de 2007, foi assinado Memorando de Entendimento entre os Governos do Brasil e de Israel sobre Cooperação Bilateral em Pesquisa e Desenvolvimento Industrial no Setor Privado, cuja implementação é de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e do Ministério da Indústria, Comércio e Trabalho de Israel (MOITAL). Em 25 de maio de 2010, foi lançado edital para a seleção de propostas de projetos conjuntos entre empresas dos dois países. Em 5 de novembro de 2012, em reunião na sede do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), foi lançado o Segundo Edital de Chamada para apresentação de propostas de cooperação tecnológica entre os dois países. O novo edital prevê que as propostas de programas e projetos de cooperação bilateral estejam compreendidas nas áreas de tecnologias da informação e das comunicações (TICs), saúde e defesa. Esses projetos deverão ser financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), pelo lado brasileiro, e pela MATIMOP, agência israelense de fomento à inovação, vinculada ao MOITAL. As instituições serão convidadas a elaborar propostas de cooperação em pesquisa e desenvolvimento (P&D) que resultem no desenvolvimento de novos produtos, processos ou serviços de aplicação industrial. As empresas interessadas em participar contarão com assistência permanente no processo de busca de parceiros. Uma agenda de encontros, missões e conferências setoriais deverá ser promovida com vistas a estimular empresários brasileiros e israelenses a encontrarem seus potenciais parceiros. O prazo final para o envio da proposta no Formulário de Cooperação será até 22 de abril de 2013.

Cooperação educacional

Em 6 de agosto de 2008, Brasil e Israel assinaram o Acordo-Quadro de Cooperação no Campo Educacional, em vigor desde janeiro de 2012. Há proposta de Memorando de Entendimento entre o "*Council for Higher Education*" e a CAPES, para o incremento do Programa Ciência sem Fronteiras em Israel, principalmente ao nível de Pós-Graduação.

Comércio bilateral

O intercâmbio comercial entre Brasil e Israel cresceu significativamente ao longo da última década. Nesse período, o volume de comércio mais do que triplicou: de US$ 400 milhões em 2000 para o

recorde de US$ 1,619 bilhão em 2008. Após retração sofrida em 2009 (US$ 922 milhões), em função da crise financeira mundial, o fluxo de comércio voltou a crescer, atingindo quase US$ 1,52 bilhão em 2012.

Há, ainda, significativo potencial a ser explorado nas relações comerciais entre os dois países, levando-se em conta as exportações do Brasil para outros países da região e o poder de compra do mercado israelense. Israel é o único país do Oriente Médio, além da Arábia Saudita, com o qual o Brasil tem uma balança de comércio deficitária – em 2012, o déficit foi de US$ 767 milhões, um crescimento de cerca de 90% em relação ao déficit de 2011. Mesmo se comparado a outros países emergentes, o Brasil encontra-se em desvantagem no comércio bilateral: Israel tem déficit considerável no comércio com China e Turquia, que em 2010 exportaram ao país US$ 4,7 bilhões (déficit de quase US$ 3 bilhões) e US$ 1,8 bilhão (déficit de US$ 500 milhões), respectivamente.

O mercado israelense tem sido pouco explorado pelos exportadores brasileiros e há espaço para desenvolvimento de novas estratégias de promoção do produto brasileiro. Diversas empresas brasileiras deixam de exportar para Israel para dar preferência ao mercado dos países árabes. Entre os setores que podem ser explorados, em função do interesse brasileiro e da capacidade israelense, estão os de turismo, infraestrutura, tecnologia da informação e biotecnologia.

Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Israel

O Acordo de Livre Comércio (ALC) Mercosul-Israel, primeiro do bloco com um país não-membro da ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), foi assinado em Montevidéu, em 18/12/2007, e entrou em vigor, em caráter bilateral para Brasil e Israel, no dia 3/4/2010. Desde 9/9/2011, início de sua vigência entre Argentina e Israel, o acordo encontra-se em vigor para todas as Partes Signatárias. Na avaliação das câmaras de comércio bilaterais, o acordo, que desgravará a quase totalidade dos itens do comércio bilateral nos próximos anos, ainda precisa de maior divulgação no Brasil.

Investimentos Bilaterais

O fluxo de investimentos entre Brasil e Israel é crescente. Os investimentos estão concentrados nos setores de alta tecnologia, telecomunicações, defesa e fármacos. Destacam-se as seguintes empresas israelenses presentes no Brasil: no setor de telecomunicações, a GVT, a ECI Telecom e a MILENIA (que pertence à israelense MACHTESHIM HAGAN); no setor de defesa, a ELBIT por meio de sua subsidiária gaúcha, a AEROELETRÔNICA (AEL); no setor farmacêutico, a gigante dos genéricos TEVA; e no setor agrícola, destaca-se a presença da NETAFIM

BRASIL, empresa israelense de tecnologia de irrigação com fábrica no Brasil.

No primeiro semestre de 2012, foi realizado o Seminário "*Brazil, news, tips and real experiencies in a promising business environment*", promovido pela Câmara Israel-Brasil de Comércio e Indústria com o apoio da Federação das Câmaras de Comércio de Israel. O evento propiciou aos mais de 100 empresários israelenses presentes a oportunidade de conhecer alguns dos aspectos mais importantes a serem considerados em sua entrada no mercado brasileiro, desde questões de ordem trabalhista e tributária, até características da cultura de negócios no Brasil.

Quanto à presença de empresas brasileiras em Israel, destacam-se a CONSIST SOFTWARE, empresa de tecnologia da informação que atua no setor corporativo e público com sistemas de *software* e consultoria, e a H. STERN, empresa brasileira do ramo de joias, que atua no mercado israelense, especialmente no comércio de diamantes. As principais oportunidades para empresas brasileiras em Israel estariam concentradas na área de serviços, principalmente em obras de infra-estrutura, para as quais o Governo israelense tem aberto grandes licitações internacionais. A área de automação bancária, na qual o Brasil dispõe de elevado *know-how*, e Israel ainda apresenta consideráveis deficiências, também possui bom potencial.

De acordo com o Banco Central, os investimentos diretos israelenses no Brasil entre 2001 e 2009 somaram cerca de US$ 71 milhões. Apenas em 2010 e 2011, os investimentos israelenses somaram, respectivamente, US$ 63 milhões e US$ 69 milhões. Em 2012, no período de janeiro a agosto, foram investidos U$ 32 milhões. Por sua vez, os investimentos brasileiros em Israel, entre 2007 e 2011, somaram cerca de US$ 5 milhões.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de créditos oficiais brasileiros para tomador, soberano ou não, de Israel

Assuntos Consulares

Estima-se a comunidade brasileira em Israel em cerca de 10 mil pessoas. O número de brasileiros indocumentados no país é muito reduzido, e a comunidade, em sua grande parte, é marcada pelo ânimo de instalar-se definitivamente no país. É visível um crescente interesse na aquisição de nacionalidade brasileira por descendentes de imigrantes, em parte para a obtenção de passaporte que, ao contrário do israelense, não sofre restrições em muitos Estados.

4. POLÍTICA INTERNA

O Estado de Israel é uma república parlamentarista unicameral. A "*Knesset*" (Assembleia) é composta por 120 deputados, com mandato de quatro anos, eleitos em uma única circunscrição eleitoral, em sistema de lista fechada. O Presidente, cuja função é eminentemente protocolar, é eleito pelos membros da Knesset para mandato de sete anos. O Primeiro-Ministro, que desempenha a função de Chefe de Governo, é indicado pelo partido majoritário nas eleições legislativas ou pela coalizão que agrupa o maior número de assentos no Parlamento.

A política israelense caracterizou-se, nas três primeiras décadas de existência do país, pela hegemonia da principal agremiação de esquerda, inicialmente o Mapai, do qual surgiria o atual Partido Trabalhista (Avodá). Nas décadas seguintes, o poder alternou-se entre os trabalhistas e o Likud, partido formado na década de 1970 pelas principais forças da direita israelense.

A partir de 2005, o surgimento de novos partidos alterou o tradicional jogo bipartidário da política israelense, caracterizado pela polarização entre o Likud e o Avodá. Merecem destaque o Kadima, agremiação de centro-direita fundada em 2005 pelo então Primeiro-Ministro Ariel Sharon, em busca de sustentação política para a retirada israelense de Gaza, e o Yisrael Beitenu, nacionalista, apoiado principalmente por imigrantes das antigas repúblicas soviéticas, fundado pelo ex-Chanceler Avigdor Lieberman, que obteve a terceira maior bancada na eleição de 2009, atrás do Kadima e do Likud. A cada campanha eleitoral surgem novos partidos, normalmente de vida curta e êxito eleitoral limitado.

Nas eleições gerais de fevereiro de 2009, Kadima (28), Likud (27), Yisrael Beitenu (15) e Partido Trabalhista (13), nessa ordem, foram os partidos mais votados. O Kadima, embora houvesse sido o partido mais votado (28 assentos), não conseguiu forjar maioria na Knesset que lhe permitisse governar o país e passou a liderar a oposição.

Eleições gerais de janeiro de 2013

As eleições gerais de 22 de janeiro de 2013 resultaram na seguinte composição de forças na Knesset, em ordem decrescente de cadeiras (de um total de 120):

1. Likud-Beiteinu, 31 (direita);
2. Yesh Atid, 19; (centro)
3. Avodá , 15 (esquerda/trabalhista);
4. Habait Haychudí, 11 (direita);

5. Shas, 11;
6. Torá-Judaísmo Unido, 7;
7. Meretz, 6 (esquerda);
8. Hatnuah, 6;
9. Lista Árabe Unida, 5;
10. Hadash (Partido Comunista), 4 (inclui árabes e judeus);
11. Balad, 3 (partido árabe);
12. Kadima, 2.

Os números finais definiram pequena vantagem numérica de 61 assentos para a direita e partidos religiosos, contra 59 para a centro-esquerda e partidos árabes. O Likud-Beitenu forma a maior bancada, mas perdeu 11 em relação às 42 de que dispunham, somados, Likud e Yisrael Beitenu em 2009 (em outubro de 2012, o Likud e o Yisrael Beitenu fundiram-se em um único partido com o objetivo de ampliar seu número de cadeiras).

A grande surpresa foi o Yesh Atid ("Há Futuro"), liderado pelo jornalista Yair Lapid, cuja campanha se centrou em temas sociais e econômicos. Em 2 de fevereiro, o Presidente Shimon Peres incumbiu o PM de formar Governo, tarefa para a qual dispõe de 28 dias. Especula-se que o PM Netanyahu convidará o Yesh Atid e o Habait Hayehudí para integrarem a coalizão, que talvez inclua também Hatnuah e Kadima.

Os resultados sugerem um futuro governo mais para o centro. A conformação do novo governo poderá influenciar na postura negociadora de Israel no processo de paz com a Palestina.

Principais temas da política israelense

Atualmente, os pontos mais controversos da política interna israelense são a crise econômica e os privilégios de que desfrutam os grupos ortodoxos. O ano de 2011 foi marcado por protestos sociais, sobretudo de jovens de classe média das grandes cidades, contra o aumento do custo de vida. O Governo tomou medidas de criação de empregos e promoção da concorrência, que não satisfizeram, contudo, os líderes dos protestos. Em 2012, o movimento não continuou com a mesma intensidade mas resultou em apoio ao Yesh Atid.

A controvérsia a respeito do papel da religião no Estado tem constituído outro foco de tensão no país. A atuação religiosa nos diversos aspectos do quotidiano desagrada à parcela secular da população, que também discorda dos privilégios concedidos aos ortodoxos, dentre os quais subvenções financeiras e inexigibilidade de serviço militar. Ademais, partidos ortodoxos controlam há décadas setores da burocracia como o Ministério da Educação, o Rabinato e o licenciamento de produtos

alimentícios. Recentemente, reemergiu a controvérsia sobre a isenção de que desfrutam os jovens ortodoxos de servirem às Forças Armadas. A Suprema Corte julgou inconstitucional a Lei "Tal", que impunha prestação alternativa aos ortodoxos, mas a Knesset foi incapaz de decidir sobre nova legislação. Em 31/7, expirou a validade da lei sem que houvesse decisão sobre o tema e sem que o Governo tenha conseguido propor um projeto de lei alternativo. Enquanto não houver consenso sobre a questão, o Ministério da Defesa decidirá sobre o alistamento de ortodoxos.

5. POLÍTICA EXTERNA

Cenário atual do processo de paz israelo-palestino

As negociações de paz entre Israel e Palestina encontram-se paralisadas desde o fracasso do relançamento do diálogo direto entre as partes, em agosto/setembro de 2010, encorajado pelos EUA. Desde então, não têm sido positivas as perspectivas quanto aos rumos do processo de paz. Desde outubro de 2010, Israel não tem restringido a construção de assentamentos e tem legalizado postos avançados. Foram sem êxito os contatos diretos promovidos pela Jordânia entre janeiro e abril de 2012, visto que Israel não apresentou contrapropostas às sugestões palestinas.

Em abril de 2012, o Presidente Abbas tentou romper o impasse ao enviar carta ao Primeiro-Ministro Netanyahu, pela qual propunha a retomada do processo de paz e algumas medidas de construção da confiança entre as partes. A principal delas seria a suspensão das demolições de casas palestinas e da construção de assentamentos na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental. Em resposta, o PM israelense enviou comunicação ao Presidente Abbas, em 17 de abril. A carta conteria, pela primeira vez em um documento oficial israelense, o compromisso de estabelecer um Estado palestino desmilitarizado, dentro do princípio do *two state solution*. Segundo a parte palestina, a carta deixou a desejar por não fazer qualquer referência a três pontos fundamentais: o congelamento das construções em assentamentos; o reconhecimento das fronteiras de 1967 como base negociadora; e a libertação de prisioneiros pré-Oslo.

Israel e Palestina assinaram, em agosto de 2012, acordos financeiros e tributários, que Israel considera como avanço nas relações. Os palestinos reconhecem a importância dos acordos, mas argumentam que não contribuem para a solução definitiva do conflito.

Em seu discurso no Debate Geral da 67ª Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2012, o Presidente Abbas retomou as denúncias sobre a política de ocupação israelense, atribuiu a Israel a responsabilidade pela paralisia no processo de paz, referiu-se à violência dos colonos israelenses, à expansão dos assentamentos, à política de "judaização" de Jerusalém, aos presos palestinos em Israel e ao sistema de "apartheid" e à "limpeza étnica" promovida por Israel nos territórios ocupados. Recordou as conversações preliminares promovidas pela Jordânia em 2012, sem êxito, e afirmou que as ações do Governo israelense levam à conclusão de que Israel busca esvaziar os Acordos de Oslo de seu significado e rejeita a solução de dois Estados. Netanyahu quase nada falou sobre o processo de paz em seu discurso durante o Debate Geral da 67ª AGNU, mas classificou como difamatório o discurso de Abbas e repetiu que é preciso "sentar

juntos, negociar e atingir um compromisso mútuo, no qual um Estado palestino desmilitarizado reconheça o primeiro e único Estado judeu".

Hostilidades em Gaza

Em 10/11/2012, iniciou-se uma nova escalada entre Israel e os grupos palestinos em Gaza, sobretudo o HAMAS, mas também a Jihad Islâmica. Em 14/11, Israel, dando início à "Operação Coluna de Nuvem", vitimou Ahmad al-Jaabari, que exercia funções de Chefe do Estado-Maior do HAMAS. A morte de al-Jaabari escalou a situação, com promessas do HAMAS e de outros grupos de intensificarem os bombardeios e iniciarem onda de atentados terroristas. Em 16/11, o Gabinete israelense autorizou a convocação de até 75.000 reservistas, sinalizando que estaria se preparando para ofensiva terrestre à Faixa, a primeira desde a invasão de dezembro de 2008/janeiro de 2009. Em 21/11, após decisiva mediação egípcia com apoio dos EUA, Israel e Hamas concordaram em estabelecer cessar-fogo. De acordo com o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários, até as 13h00 de 20 novembro, 105 palestinos haviam morrido, dos quais 70 civis, 23 mulheres e 12 crianças. Seis israelenses morreram (4 civis e dois militares).

"Primavera Árabe" da perspectiva israelense

O Governo israelense vê com apreensão os desdobramentos da "Primavera Árabe", em face da incerteza do cenário atual. Em pronunciamento na Knesset, o Primeiro-Ministro Netanyahu frisou que, apesar das esperanças, o movimento estaria evoluindo para a consolidação de "novos Governos islamistas, com discurso antissemita e antissionista". Como resultado, "o Oriente Médio estaria mais instável e propenso a sofrer influência de regimes como o de Teerã".

Crise síria

A evolução da crise na Síria e o enfraquecimento do regime de Bashar Assad tem forçado Israel a uma reavaliação de sua estratégia regional. Há, em Tel Aviv, percepção de que os efeitos da crise síria estão chegando cada vez mais perto de Israel. O regime de Assad sempre foi sinônimo de fronteira estável na complexa equação do Oriente Médio, que começa a mudar.

O Governo israelense, as Forças de Defesa de Israel (FDI) e os órgãos de segurança, estão crescentemente preocupados com a possibilidade de que arsenais químicos em poder do regime de Damasco possam parar nas mãos de grupos hostis a Israel. Outro temor é o de que ondas de refugiados venham a ameaçar uma fronteira até então estável, e que o Golã sírio possa transformar-se em uma região sem controle.

Irã

As autoridades israelenses vêm tentando, ao longo dos últimos anos, fazer da "ameaça iraniana" o principal assunto de seus encontros com lideranças da comunidade internacional. Figuram entre as principais preocupações israelenses: a) a retórica iraniana (ameaças de "riscar a entidade sionista do mapa" e negação do Holocausto); b) as dúvidas a respeito do caráter militar do programa nuclear iraniano; c) a relação Irã-Síria e d) o alegado apoio bélico e financeiro do Irã ao Hamas e ao Hezbollah. Em agosto de 2012, o Governo de Israel voltou a fazer declarações incisivas sobre o Irã, sinalizando a possibilidade de um ataque para retardar o programa nuclear iraniano.

6. ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia israelense funda-se, hoje, no setor de serviços e nas indústrias de alta tecnologia. Na origem do país, o setor primário era predominante, caracterizado por propriedades comunais ou com graus variados de coletivização (*kibbutzim* e *moshavim*), dedicadas à agricultura e às pequenas criações. A partir da década de 1970, na esteira de grandes investimentos em educação e pesquisa, o país desenvolveu avançadas indústrias militar, de engenharia, de biotecnologia e de *softwares*. Atualmente Israel é o segundo colocado em empresas listadas na Nasdaq, razão pela qual ficou conhecido como *start-up country*.

Na década de 1990, Israel adotou plano de controle da inflação, corte de gastos públicos, com privatizações nas áreas de energia, telecomunicações, correios, bancos, indústria bélica e transportes e liberalização do comércio exterior (o país tem hoje acordos de livre comércio com Estados Unidos, União Europeia, Turquia e Canadá, além do MERCOSUL). As reformas econômicas transformaram o país em polo atrativo de investimentos internacionais. Multinacionais como a General Electric, a Cisco e a Motorola instaláram centros de pesquisa em Israel e constituíram o chamado "Vale do Silício israelense", conglomerado de companhias de alta tecnologia localizado nas cercanias de Tel Aviv, que reúne mais de 4500 empresas.

Com PIB Nominal estimado em US$ 243 bilhões, Israel posicionou-se como a 41ª economia mundial em 2011, a despeito do seu pequeno território, menor do que o estado de Sergipe. O setor de serviços é o principal ramo de atividade e respondeu por 82% do PIB, seguido do industrial com 16% e agrícola com 2%. A renda *per capita* no país é de US$ 31 mil e o índice de desemprego, em 2011, foi de 5,6%.

Em 2011, o intercâmbio comercial de Israel atingiu US$ 141 bilhões (expansão de 20% em relação a 2010). As exportações de Israel somaram US$ 67 bilhões (aumento de 16% em relação a 2010); as importações cresceram 25% em relação a 2010 e atingiram US$ 74 bilhões. Os cinco principais destinos das exportações israelenses foram: EUA (29% do valor das exportações israelenses), Hong Kong, Bélgica, Reino Unido e Índia. O Brasil foi o 16º maior importador de Israel. A pauta de exportações israelense é concentrada em bens com alto valor agregado. Os diamantes são, em valor, os principais produtos exportados e representaram 31% do total em 2011. Máquinas elétricas (aparelhos telefônicos, circuitos integrados eletrônicos, circuitos impressos etc.) representaram 12% do total vendido pelo país. Mostraram também destaque os farmacêuticos (11%); diversos das indústrias químicas (6%), e equipamentos médicos (6%).

Os principais fornecedores de Israel foram EUA, China, Alemanha, Bélgica e Suíça. Os cinco principais produtos importados foram máquinas mecânicas e elétricas, combustíveis, ouro e pedras preciosas, automóveis e plásticos. Na pauta de importações israelenses os combustíveis (óleos brutos de petróleo, óleos de petróleo, hulhas etc.) e as pedras preciosas (diamantes) são os principais grupos de produtos importados. Em 2011, juntos, representaram 1/3 das compras do país. As máquinas também se destacaram, sendo 11% as mecânicas e 10% as elétricas. Automóveis foram responsáveis por 7% do total.

No setor energético, as recentes descobertas de gás natural sob o Mar Mediterrâneo têm reduzido a dependência israelense em relação às importações de energia do país (o país produz menos de 2% do petróleo consumido internamente). O início das operações no campo de Tamar, com reservas de 247 bilhões de metros cúbicos de gás natural, pode tornar o país autossuficiente. Descoberto em 2009, o campo está localizado em águas profundas, a 80 km da cidade de Haifa. O gás natural equivalia a 20% da oferta primária de energia em Israel em 2010, enquanto as energias renováveis respondiam por cerca de 4,9% do total.

A possibilidade de que a Bacia do Levante possua importante depósito de gás natural tem chamado a atenção dos países da região, em especial do Líbano, de Chipre e de Israel. Existe tensão na área em vista da ausência de fronteira marítima demarcada.

O mercado de energias renováveis em Israel ganhou impulso em 2002, quando o Governo estabeleceu a meta de atingir, em 2016, a parcela de 5% da produção de eletricidade a partir de recursos energéticos renováveis. Em 2009, o Governo revisou as metas e estabeleceu o objetivo de produzir 10% da eletricidade a partir de energias renováveis até 2020.

Em maio de 2010, Israel foi aceito na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da qual fazia parte como observador desde 1994. Além de importante conquista política, o acesso israelense à organização realça os avanços obtidos na economia do país e representa fator adicional de atração de investimentos. Apesar disso, o país ingressa na OCDE como o membro que apresenta maiores diferenças sociais.

Israel sofreu impacto limitado da crise financeira e econômica iniciada em 2008. Apesar dos protestos sociais de 2011 (causados, em parte, pela carestia de alimentos e habitação), o Governo seguidamente afirmou serem sólidas as bases do desenvolvimento israelense. Em 2012, o crescimento do PIB (estimado em 2,4%) foi inferior aos esperados 3%, e a inflação (estimada em 3,4%), acima da meta de 2,5%. O Primeiro-Ministro Netanyahu tem preferência por política econômica ortodoxa. Restrições políticas, regulatórias e fiscais, bem como a pressão pública, no entanto,

obrigaram o Governo a aumentar gastos sociais. Diante de rápida expansão no déficit orçamentário, o Governo foi forçado a anunciar aumentos de impostos em julho de 2012 – o imposto sobre o valor agregado aumentou de 16% para 17%.

7. ANEXOS

Anexo I – Cronologia histórica

1947 – Resolução 181 (II) da Assembleia Geral das Nações Unidas pela partilha da Palestina sob mandato britânico (29 de novembro);
1948 – Declaração de Independência (14 de maio);
1949 – Armistício com os países árabes (abril); Israel é admitido nas Nações Unidas;
1956 – Campanha do Sinai;
1967 – Guerra dos Seis Dias (ocupação do Sinai, de Gaza, da Cisjordânia, do Golan e de Jerusalém Oriental);
1970 – Guerra de atrito com a Jordânia;
1973 – Guerra do Yom Kippur;
1977 – Primeiro governo do Likud, após trinta anos de hegemonia trabalhista;
1979 – Acordo de paz com o Egito;
1982 – Primeira Guerra do Líbano;
1987 – Primeira Intifada;
1991 – Conferência de Madri;
1993 – Acordos de Oslo I;
1994 – Acordo de paz com a Jordânia;
1995 – Acordos de Oslo II; Assassinato do Primeiro-Ministro Yitzhak Rabin;
2000 – Retirada de tropas do sul do Líbano; Início da Segunda Intifada;
2002 – Início da construção do muro de separação;
2005 – Retirada de Israel de Gaza (setembro);
2006 – Segunda Guerra do Líbano;
2007 – Conferência de Annapolis (novembro);
2008 – Guerra em Gaza (dezembro a janeiro de 2009);
2009 – Benjamin Netanyahu toma posse como Primeiro-Ministro (31 de março).

Anexo II – Cronologia das Relações Bilaterais

1947 – Oswaldo Aranha preside a segunda Sessão Ordinária da AGNU, que aprovou a Resolução 181 (II) sobre a partilha da Palestina. Brasil votou favoravelmente (29 de novembro);

1948 – Declaração de Independência do Estado de Israel;

1949 – Admissão de Israel nas Nações Unidas; estabelecimento das relações bilaterais;

1950 – Vice-Presidente Café Filho visita Israel;

1952 – Criação da Legação do Brasil em Tel Aviv;

1956 – Crise de Suez; Brasil participa da Força de Emergência das Nações Unidas com um batalhão (até 1967);

1958 – Elevação da Legação à categoria de Embaixada; abertura da Embaixada de Israel no Brasil;

1959 – Visita da Ministra dos Negócios Estrangeiros, Golda Meir, ao Brasil;

1962 – Visita do Ministro das Relações Exteriores, Santiago Dantas, a Israel;

1966 – Visita do Presidente de Israel Zalman Shazar;

1970 – Visita do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mário Gibson Barbosa, a Israel;

1973 – Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Abba Eban, ao Brasil;

1987 – Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Shimon Peres, ao Brasil;

1995 – Visita do Ministro das Relações Exteriores, Emb. Luis Felipe Lampreia, a Israel;

2005 – Visita do Ministro das Relações Exteriores, Emb. Celso Amorim, a Israel (maio);

2005 – I Reunião do Mecanismo de Consultas políticas, em Brasília, (dezembro);

2006 – II Reunião do Mecanismo de Consultas políticas, em Jerusalém, (novembro);

2007 – III Reunião do Mecanismo de Consultas políticas, em Brasília, (dezembro);

2008 – Visita do Ministro das Relações Exteriores, Emb. Celso Amorim, a Israel (fevereiro);

IV Reunião do Mecanismo de Consultas políticas, em Jerusalém, (dezembro);

2009 – Visita do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, a Israel (janeiro) e do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Avigdor Lieberman, ao Brasil (julho);

Visita do Presidente Shimon Peres ao Brasil (novembro);

2010 – Visita do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, a Israel (janeiro);

2010 – Visita do Presidente Lula a Israel (março);

2010 – Visita do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, a Israel (julho);

2010 – Visita do Ministro do Turismo do Brasil, Luís Eduardo Barretto, a Israel (setembro);

2010 – Visita do Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General Jorge Armando Félix, a Israel (novembro),

2011 – Visita da Ministra da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Israel, Deputada Orit Noked (abril),

2011 – Visita do Ministro da Indústria, Comércio e Trabalho de Israel, Deputado Shalom Simhon (maio);

2011 – Visita do Vice-Primeiro-Ministro e Ministro de Assuntos Estratégicos Moshe Ya'alon (agosto),

Visita do Ministro da Integração Nacional do Brasil, Fernando Bezerra, a Israel (outubro);

2012 – Visita do Ministro da Ciência e Tecnologia de Israel, Daniel Hershkowitz (agosto).

Anexo III – Atos Bilaterais

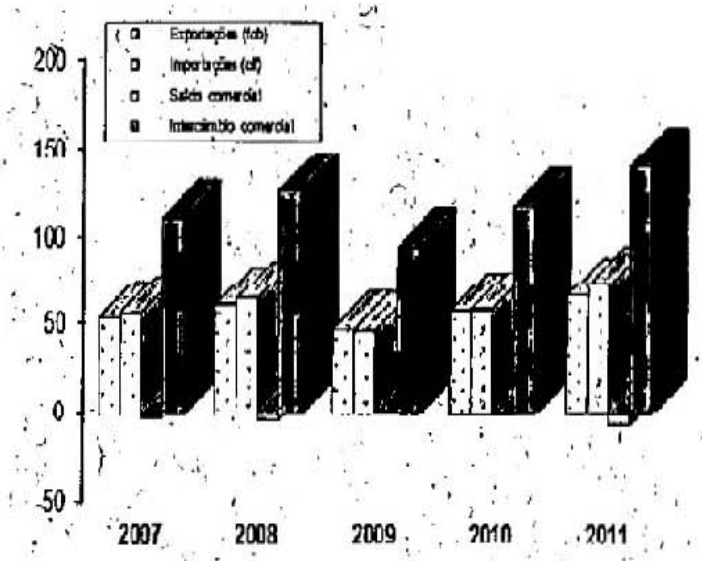
TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR
Convênio de Intercâmbio Cultural	24/6/1959	6/4/1964
Acordo Básico de Cooperação Técnica	12/3/1962	10/8/1964
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Especiais	6/3/1964	6/6/1964
Convênio sobre a Utilização da Energia Nuclear para Fins Pacíficos, Primeiro Convênio Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 12 de março de 1962	11/5/1966	11/5/1966
Acordo sobre Isenção de Vistos para Titulares de Passaportes Nacionais Válidos	1/9/1999	30/6/2000
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação ao Imposto sobre a Renda	12/12/2002	21/9/2005
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	12/12/2002	9/6/2006
Acordo de Assistência Mútua Administrativa para a Correta Aplicação da Legislação Aduaneira e a Prevenção, Investigação e Combate a Infrações Aduaneiras	19/6/2006	11/12/2009
Acordo sobre Cooperação nos Campos da Saúde e de Medicamentos	19/6/2006	5/6/2009
Acordo sobre Cooperação no Campo da Agropecuária	4/12/2007	27/1/2010
Acordo Quadro de Cooperação no Campo Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel	6/8/2008	11/1/2012
Acordo Bilateral sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel	22/7/2009	14/6/2011
Acordo de Coprodução Cinematográfica	11/11/2009	Não está em vigor; em tramitação na Casa Civil
Tratado de Extradição entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel	11/11/2009	Tratado aprovado pelo Senado Federal em 2012; aguarda-se aprovação pelo Legislativo israelense
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel na Área de Turismo	11/11/2009	7/7/2011
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre Proteção de Informação Classificada e Materiais	24/11/2010	Não está em vigor; em tramitação na Casa Civil

Anexo IV – Dados Econômico-Comerciais

ISRAEL: COMÉRCIO EXTERIOR
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-ago)	2012 (jan-ago)
Exportações (fob)	54,1	61,4	47,7	58,4	67,3	46,2	42,9
Importações (cif)	56,6	65,2	47,4	59,2	73,5	49,9	50,7
Saldo comercial	-2,5	-3,8	0,3	-0,8	-6,3	-3,7	-7,0
Intercâmbio comercial	110,6	126,5	95,1	117,6	140,8	96,1	93,6

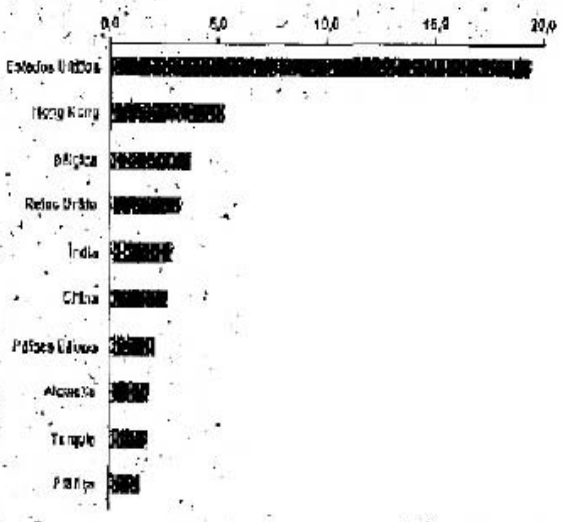
Elaborado pelo MF/SDP/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do FIW, Direction of Trade Statistics, January 2013



ISRAEL: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US$ bilhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-ago)	% no total
Estados Unidos	19,4	28,8%	12,2	28,4%
Hong Kong	5,3	7,9%	3,3	7,7%
Bélgica	3,8	5,6%	2,0	4,6%
Reino Unido	3,4	5,0%	2,1	4,8%
Índia	3,0	4,5%	1,7	3,9%
China	2,7	4,0%	2,0	4,8%
Países Baixos	2,1	3,2%	1,5	3,6%
Alemanha	1,9	2,9%	1,1	2,6%
Turquia	1,9	2,8%	1,0	2,3%
França	1,5	2,3%	1,0	2,3%
...				
Brasil	*0,9*	*1,3%*	*0,6*	*1,4%*
Subtotal	45,9	68,2%	28,5	66,5%
Outros países	21,4	31,8%	14,4	33,5%
Total	67,3	100,0%	42,9	100,0%

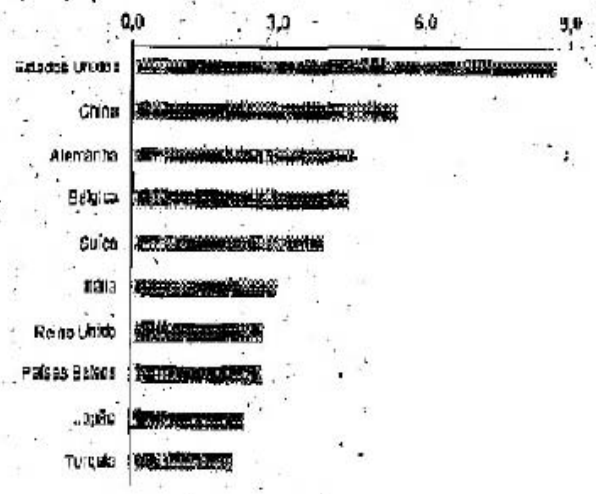


Elaborado pelo MRE/DPR/DIAI - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados da FIAT, Direction of Trade Statistics, January 2013

ISRAEL: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US$ bilhões

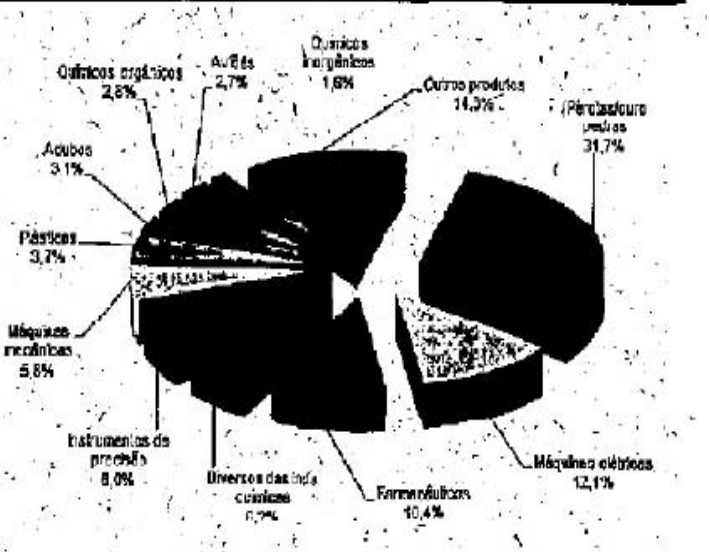
Descrição	2011	% no total	2012 (jan-ago)	% no total
Estados Unidos	8,7	11,8%	5,3	12,3%
China	5,5	7,4%	3,7	7,3%
Alemanha	4,6	6,2%	3,2	6,2%
Bélgica	4,5	6,1%	2,4	4,7%
Suíça	4,0	5,4%	2,8	5,5%
Itália	3,1	4,2%	1,9	3,7%
Reino Unido	2,8	3,6%	1,8	3,5%
Países Baixos	2,8	3,8%	1,9	3,8%
Japão	2,4	3,3%	1,3	2,6%
Turquia	2,2	3,0%	1,5	2,9%
...				
Brasil	*0,230*	*0,3%*	*0,094*	*0,2%*
Subtotal	40,6	55,1%	26,8	52,8%
Outros países	33,0	44,9%	23,8	47,2%
Total	73,5	100,0%	50,7	100,0%



Elaborado pelo MRE/DPR/DIAI - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados da FIAT, Direction of Trade Statistics, January 2013

ISRAEL: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
2011 - US$ bilhões

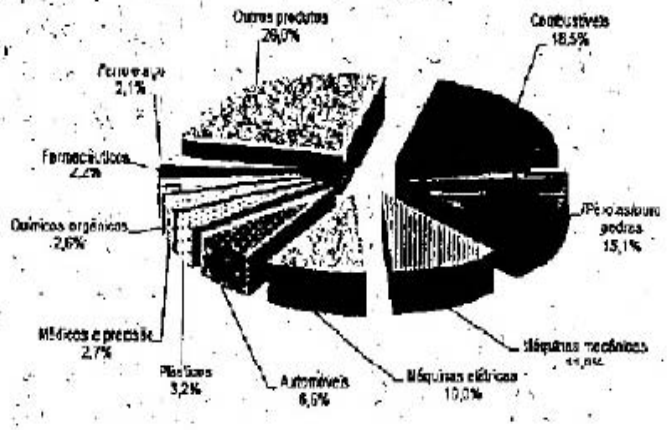
Descrição	2011	% no total
Pérolas/ouro/pedras	21,2	31,2%
Máquinas elétricas	8,2	12,1%
Farmacêuticos	7,0	10,4%
Diversos das inds químicas	4,2	6,2%
Instrumentos de precisão	4,0	6,0%
Máquinas mecânicas	3,9	5,8%
Plásticos	2,5	3,7%
Adubos	2,1	3,1%
Químicos orgânicos	1,9	2,8%
Aviões	1,9	2,7%
Químicos inorgânicos	1,1	1,6%
Subtotal	**58,1**	**85,7%**
Outros produtos	**9,7**	**14,3%**
Total	**67,8**	**100,0%**



Elaborado pelo MDIC/SECEX - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap

ISRAEL: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
2011 - US$ bilhões

Descrição	2011	% no total
Combustíveis	13,6	18,5%
Pérolas/ouro/pedras	11,1	15,1%
Máquinas mecânicas	8,1	11,0%
Máquinas elétricas	7,4	10,0%
Automóveis	4,9	6,6%
Plásticos	2,4	3,2%
Médicos e precisão	2,0	2,7%
Químicos orgânicos	1,9	2,6%
Farmacêuticos	1,6	2,2%
Ferro e aço	1,5	2,1%
Subtotal	**54,4**	**74,0%**
Outros produtos	**19,1**	**26,0%**
Total	**73,5**	**100,0%**



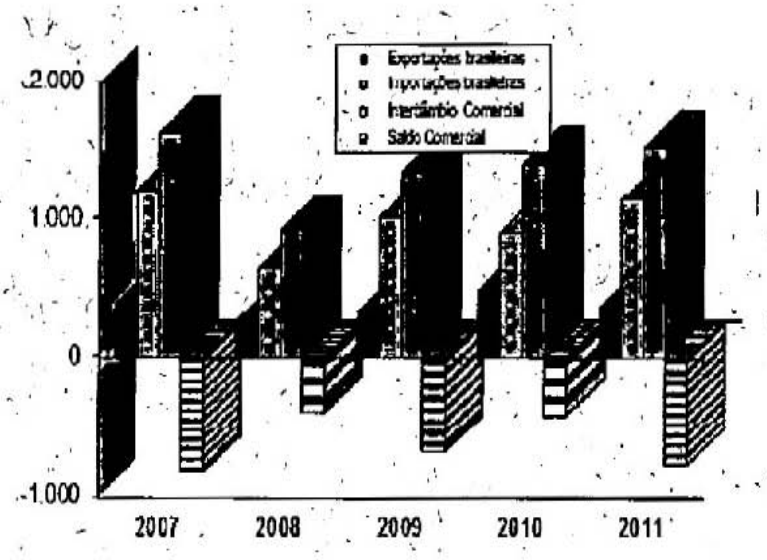
Elaborado pelo MDIC/SECEX - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap

BRASIL-ISRAEL: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações brasileiras	**398,6**	**270,5**	**339,5**	**498,5**	**376,1**
Variação em relação ao ano anterior	12,0%	-32,1%	25,5%	46,8%	-24,6%
Importações brasileiras	**1.221,3**	**651,6**	**1.012,5**	**904,5**	**1.143,5**
Variação em relação ao ano anterior	80,5%	-46,7%	55,4%	-10,7%	26,4%
Intercâmbio Comercial	**1.619,9**	**922,1**	**1.352,1**	**1.403,0**	**1.519,6**
Variação em relação ao ano anterior	56,9%	-43,1%	46,6%	3,8%	8,3%
Saldo Comercial	**-822,8**	**-381,1**	**-673,0**	**-405,9**	**-767,5**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

Israel foi o 47º parceiro comercial brasileiro e absorveu 0,33% das trocas comerciais brasileiras em 2012. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país decresceu cerca de 6%, passando de US$ 1,6 bilhão para US$ 1,5 bilhão. Seguindo a mesma tendência as exportações e as importações recuaram cerca de 6%. O saldo da balança comercial, desfavorável ao Brasil em todo o intervalo, totalizou déficit de US$ 768 milhões em 2012.



Brasil-Israel: exportações e importações, por fator agregado

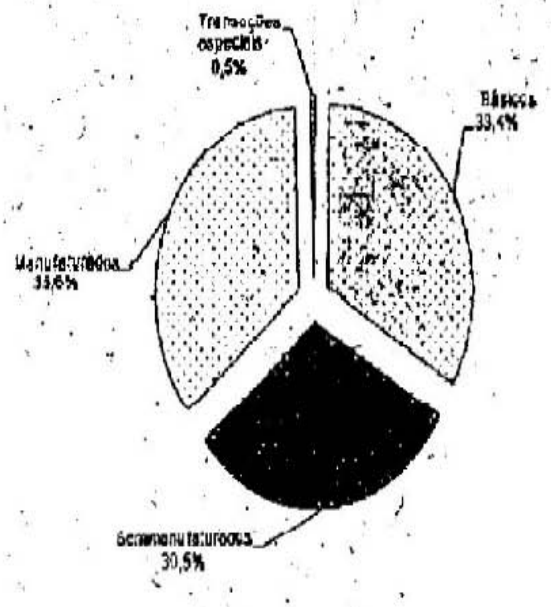
US$ milhões, fob (2011)[1]

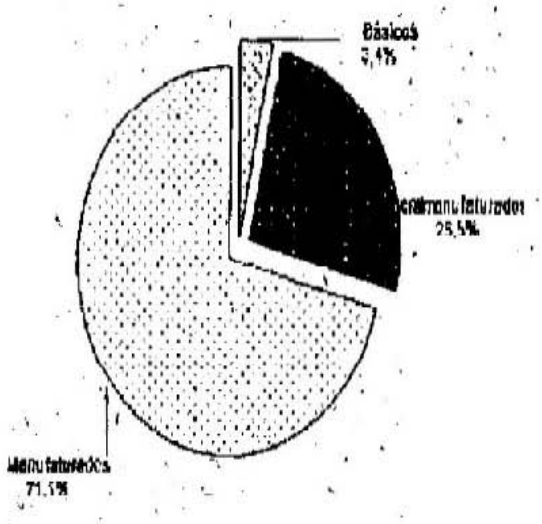
DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	166,5	33,4%	31,1	3,4%
Semimanufaturados	152,2	30,5%	230,4	25,5%
Manufaturados	177,3	35,6%	642,6	71,1%
Transações especiais	2,5	0,5%	0,0	0,0%
Total	**498,5**	**100,0%**	**904,5**	**100,0%**

Elaborado pela MREC/PTVD-C - Divisão de Indicações e Comercial com base em dados do MDIC

(1) - Última posição disponível em 17/01/2012.

As exportações brasileiras para Israel são bem distribuídas entre produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados. Em 2011, os manufaturados responderam por 36% do total, seguidos dos produtos básicos, com 33%, e semimanufaturados, com 31%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram 71% do total em 2012. Seguiram-se os semimanufaturados com 26% e os básicos com 3%.

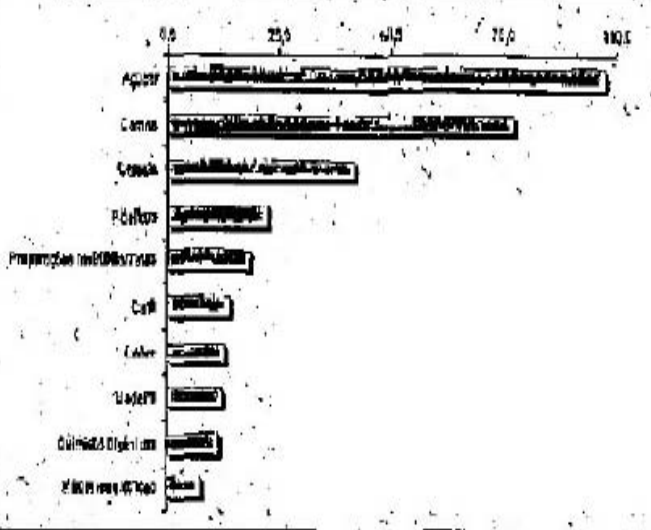




BRASIL ISRAEL: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Açúcar	75,4	175,9	97,4	25,9%
Carnes	105,7	83,3	77,3	20,5%
Cereais	10,2	13,7	41,9	11,2%
Plásticos	11,7	30,0	22,7	6,0%
Preparações hortícolas/fruta	5,6	14,4	18,6	4,9%
Café	17,0	13,0	13,9	3,7%
Cobre	8,7	17,4	13,0	3,5%
Madeira	19,5	17,8	12,4	3,3%
Químicos orgânicos	13,0	14,7	11,7	3,1%
Máquinas elétricas	5,8	3,7	7,8	2,1%
Subtotal	273	386	317	84,2%
Outros produtos	67	114	60	15,8%
Total	340	488	376	100,0%

Exportações brasileiras para Israel, 2012

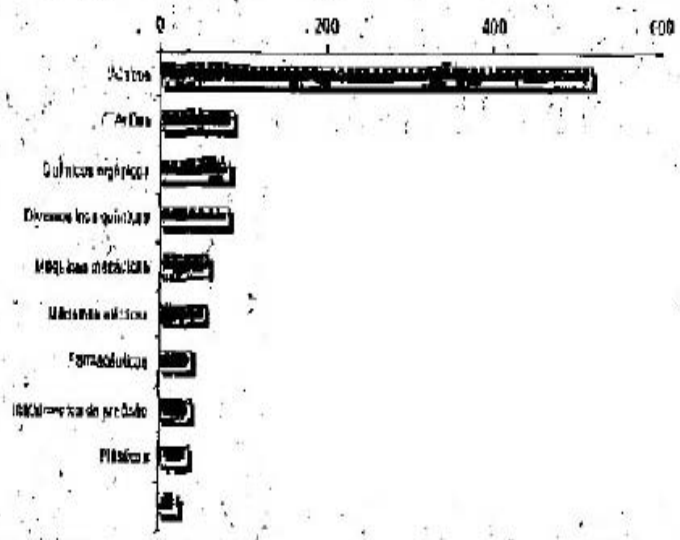


Elaborado pelo FIEDERIO - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

BRASIL-ISRAEL: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ bilhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Adubos	488	385	517	45,2%
Aviões	31	41	89	7,8%
Químicos orgânicos	94	85	85	7,5%
Diversos inds químicas	38	42	83	7,2%
Máquinas mecânicas	61	57	60	5,3%
Máquinas elétricas	68	74	56	4,9%
Farmacêuticos	52	24	40	3,5%
Instrumentos de precisão	54	41	38	3,4%
Plásticos	12	15	36	3,2%
Combustíveis	30	39	25	2,2%
Subtotal	927	782	1.031	90,2%
Outros produtos	86	122	113	9,8%
Total	1.013	904	1.144	100,0%

Importações brasileiras originárias de Israel, 2012



Elaborado pelo FIEDERIO - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

Aviso nº 187 - C. Civil. Em 14 de março de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 20, DE 2013
(nº 95/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor DEMÉTRIO BUENO CARVALHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão, e, cumulativamente, junto à República do Turcomenistão e à República Quirguiz.

Os méritos do Senhor Demétrio Bueno Carvalho que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de março de 2013.

EM nº 00059/2013 MRE

Brasília, 1 de Março de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **DEMÉTRIO BUENO CARVALHO**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador junto à República do Cazaquistão, e, cumulativamente, junto à República do Turcomenistão e à República Quirguiz.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre os países e *curriculum vitae* de **DEMÉTRIO BUENO CARVALHO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00059 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 1º de março de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **DEMÉTRIO BUENO CARVALHO**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador junto à República do Cazaquistão, e, cumulativamente, junto à República do Turcomenistão e à República Quirguiz.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre os países e *curriculum vitae* de **DEMÉTRIO BUENO CARVALHO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *DEMÉTRIO BUENO CARVALHO*
CPF.: 239.970.601-34
ID.: 8610 MRE

1959	Filho de Heron Ramos Carvalho e Elizabeth Bueno Carvalho, nasce em 12 de julho em São Jerônimo/RS
Dados Acadêmicos:	
1982	Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1983	CPCD - IRBr
1993	CAD - IRBr
2006	CAE - IRBr - O Brasil e o Protocolo de Quioto: Eqüidade e Parceria no Regime Multilateral de Mudança do Clima
Cargos:	
1984	Terceiro-Secretário
1989	Segundo-Secretário
1996	Primeiro-Secretário
2003	Conselheiro
2007	Ministro de Segunda Classe
Funções:	
1985	Divisão Especial de Acompanhamento Orçamentário e Financeiro, assistente
1986	Divisão das Nações Unidas, assessor
1987	Departamento de Organismos Internacionais, assistente
1989	Missão junto à Onu, Nova York, Terceiro e Segundo-Secretário
1992	Embaixada em Moscou, Segundo-Secretário
1995	Divisão de Meio Ambiente, assessor e Subchefe
1998	Embaixada em Bonn, Primeiro-Secretário
2000	Embaixada no México, Primeiro-Secretário
2002	Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, assessor
2003	Presidência da República, Assessoria Especial, assessor
2005	Embaixada em Londres, Conselheiro e Ministro de Segunda Classe
2008	Embaixada em Paris, Ministro-Conselheiro

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DO CAZAQUISTÃO

Informação para o Senado Federal

OSTENSIVO
Fevereiro de 2013
DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Cazaquistão
CAPITAL	Astana
ÁREA	2.717.300 km² (pouco menos que as áreas dos Estados do Amazonas e Pará juntos)
POPULAÇÃO (2011)	16,2 milhões (equivalente à população do Estado do Rio de Janeiro)
IDIOMAS OFICIAIS	Cazaque e russo
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Muçulmanos (70,2%), cristãos ortodoxos (26,6%), budistas, judeus e outras (3,6%)
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral: Senado e "*Majilis*" (Conselho)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Nursultan Nazarbayev (desde 1991)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Serik Akhmetov (desde 2012)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Erlan Idrissov (desde 2012)
PIB NOMINAL (2011)	US$ 188,050 bilhões (Brasil: US$ 2,785 trilhões)
PIB PPP (2011)	US$ 216,907 bilhões (Brasil: US$ 2,289 trilhões)
PIB NOMINAL PER CAPITA (2011)	US$ 11.357 (Brasil: US$ 12.594)
PIB PPP PER CAPITA (2011)	US$ 13.099 (Brasil: US$ 51.760)
VARIAÇÃO DO PIB	7,5% (2011); 7,3% (2010); 1,2% (2009); 3,3% (2008)
IDH (2011)	0,745 (67º lugar entre 187 países; Brasil é o 84º)
EXPECTATIVA DE VIDA	67,0 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	99,7%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	5,2%
UNIDADE MONETÁRIA	Tenge
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	39 indivíduos

Fontes: Banco Mundial e PNUD

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões fob) - *Fonte: MDIC*

BRASIL→ CAZAQUISTÃO	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**
Intercâmbio	10,5	18,4	40,3	75,2	52,6	57,8	37,8	87,4	190,3	200,2
Exportações	7,4	13,3	31,8	40,1	41,2	45,6	25,8	88,3	112,7	120,1
Importações	3,1	5,1	8,5	35,1	11,4	12,2	11,8	89,1	77,6	80,1
Saldo	4,3	8,2	23,3	5	29,8	33,4	14	9,2	35,1	40

PERFIS BIOGRÁFICOS

Nursultan Nazarbayev
Presidente da República

Nasceu em 1940, na vila de Chemolgan, no Cazaquistão. Graduou-se na escola técnica do complexo industrial metalúrgico de Karaganda. É doutor em Ciências Econômicas.

Em 1984, tornou-se Presidente do Conselho de Ministros (Chefe de Governo) da República Soviética do Cazaquistão. Em 1989, foi indicado Primeiro-Secretário do Partido Comunista da República Soviética do Cazaquistão pelo então Presidente da União Soviética, Mikhail Gorbachev.

Em 1990, assumiu a Presidência do Soviete Supremo da República Soviética do Cazaquistão e, em 1991, foi eleito Presidente da República do Cazaquistão. Em 1995, teve o mandato presidencial estendido até 2000, por meio de referendo popular. Foi reeleito presidente em 1999, 2005 e 2011.

Serik Akhmetov
Primeiro-Ministro

Nasceu em 1958, em Temirtau, Cazaquistão. Graduou-se na Academia de Gestão da Indústria Metalúrgica de Karaganda. É doutor em Ciências Econômicas.

Trabalhou na administração da Província de Karaganda e na Presidência da República. Foi Prefeito de Temirtau e Vice-Prefeito de Astana. Também foi Presidente da associação nacional de empresários Atameken.

Em 2006, foi nomeado Ministro dos Transportes e Comunicações. Em 2009, tornou-se Vice-Primeiro-Ministro e, em 2012, foi nomeado Primeiro-Ministro pelo Presidente Nazarbayev.

Erlan Idrissov
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nasceu em 1959, em Karkaralinsk, Cazaquistão. Estudou Relações Econômicas Internacionais no Instituto de Relações Internacionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros da União Soviética (1976-1981), e Relações Internacionais na Academia Diplomática da União Soviética (1990-1992).

Trabalhou no Comitê de Cooperação Econômica da União Soviética (1981-1985), sediado no Paquistão, e no Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Soviética do Cazaquistão (1985-1990). Após a independência de seu país, foi Primeiro Secretário na Missão do Cazaquistão na ONU (1992-1995), Diretor do Departamento das Américas no Ministério dos Negócios Estrangeiros (1995-1996), Assessor para Assuntos Internacionais do Presidente do Cazaquistão (1996-1997) e Vice-Primeiro-Ministro de Negócios Estrangeiros (1997-1999).

Foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros em 1999, cargo que exerceu até 2002. Posteriormente, foi Embaixador do Cazaquistão no Reino Unido (2002-2007) e nos Estados Unidos (2007-2012). Em setembro de 2012, foi novamente nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil e o Cazaquistão estabeleceram relações diplomáticas em 1993. Em 2006, o Brasil abriu Embaixada residente em Astana, capital cazaque.

O decreto de abertura da Embaixada do Cazaquistão em Brasília, a primeira do país na América Latina, foi publicado em 2012, e o Embaixador do Cazaquistão no Brasil, Bakhytzhan Ordabayev, apresentou suas cartas credenciais à Presidenta Dilma Rousseff em 23 de janeiro de 2013. A cerimônia oficial de inauguração da Embaixada do Cazaquistão em Brasília deverá ter lugar em setembro de 2013, quando o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Cazaquistão, Erlan Idrissov, deverá visitar o Brasil.

O Presidente do Cazaquistão, Nursultan Nazarbayev, visitou Brasília, em 2007. Por ocasião da visita, foram assinados: Acordo de Cooperação Econômica e de Comércio; Acordo de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais; e Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica em Agricultura e Pecuária.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou Astana em 2009.

O Brasil e o Cazaquistão mantêm reuniões regulares de consultas políticas, a última das quais ocorreu em Brasília, no dia 13 de abril de 2012. A próxima reunião está prevista para realizar-se em abril do ano corrente, em Astana.

Há iniciativas em curso em áreas como: cooperação técnica em agricultura (está em negociação Acordo Básico de Cooperação Técnica, cuja assinatura viabilizaria iniciativas como a implementação de Memorando de Entendimento assinado entre a Embrapa e a empresa agrícola cazaque KazAgroInnovation); extração mineral (a VALE possui escritório de representação na cidade cazaque de Almaty); e esportes – o clube de futebol Olé Brasil Futebol Clube assinou Protocolo de Entendimento com o Ministério do Esporte e Turismo do Cazaquistão para treinamento, no Brasil (Ribeirão Preto/SP), de jovens atletas e treinadores cazaques (o projeto já está na segunda fase de implementação). Há também potencial de cooperação em setores como construção civil e energias renováveis.

O fluxo comercial bilateral tem crescido significativamente nos últimos anos. O intercâmbio comercial atingiu o pico histórico em 2012, no valor de US$ 200,2 milhões. O Brasil teve superávit de US$ 40,1 milhões. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram aeronaves da Embraer (79,0% da pauta de exportações), carnes (12,8%) e fumo (1,4%). Os principais produtos importados pelo Brasil foram enxofre (70,0% da pauta de importações), chumbo (6,6%) e trióxido de cromo (2,2%).

Há grande potencial para aumento da exportação brasileira de carne e café.

A empresa catarinense WEG, que atua nas áreas de motores, automação, energia e tintas, analisa a possibilidade de instalar fábrica no Cazaquistão, de onde produziria e exportaria motores elétricos para toda a Comunidade dos Estados Independentes (CEI – grupamento formado por países da ex-União Soviética).

A Andrade Gutierrez, por sua vez, tem interesse em explorar o mercado cazaque de construção civil por meio de sua filial em Portugal, a Zagope. O Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty realizou missão empresarial exploratória ao Cazaquistão em 2005, e está organizando nova missão ao país, prevista para realizar-se no corrente ano. O Itamaraty também enviará representante para o VI Fórum Econômico de Astana, que acontecerá em maio deste ano.

A sintonia de opiniões em fóruns multilaterais é significativa, especialmente em temas como meio ambiente, desarmamento e não proliferação. Além disso, o Cazaquistão manifestou expressamente, em 2007, apoio ao pleito brasileiro a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Assuntos consulares

Há registro de 39 cidadãos brasileiros que residem atualmente no Cazaquistão. Dez desses brasileiros trabalham em clubes de futebol.

Ademais do setor consular da Embaixada do Brasil em Astana, brasileiros no Cazaquistão contam com assistência de um Consulado Honorário em Almaty (maior cidade do país).

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de concessões de créditos oficiais a tomador soberano do Cazaquistão.

POLÍTICA INTERNA

O Cazaquistão foi a ex-república soviética que melhor lidou com os desafios políticos e econômicos após a independência, em 1991, e goza de sistema político estável. O Cazaquistão evoluiu de uma república soviética atrasada, palco de testes nucleares e desastres ambientais, ao país mais próspero e mais bem-sucedido da Ásia Central.

As transformações positivas vividas pelo Cazaquistão podem ser creditadas, em certa medida, à liderança do Presidente Nazarbayev, que soube modernizar a economia cazaque, construindo uma base jurídica e legal capaz de atrair vultosos investimentos estrangeiros. Uma política econômica liberal e bons fundamentos macroeconômicos foram o diferencial que permitiu ao Cazaquistão – diferentemente do Turcomenistão e do Uzbequistão – converter suas grandes reservas de petróleo, gás e urânio em vetores de desenvolvimento econômico.

Em setembro de 2012, o Presidente Nazarbayev implementou reforma política, com a designação de um novo Primeiro-Ministro e nomeação de novo Conselho de Ministros. Pode-se depreender que a reforma é consequência da crescente preocupação do Presidente em equilibrar o crescimento econômico – até então a preocupação quase única do Governo – com políticas sociais que venham a diminuir a insatisfação de determinadas camadas populares e regiões do país, as quais se consideram excluídas das riquezas que vêm sendo geradas pela economia cazaque com o "boom" petrolífero. O "efeito Zhanaozen", referência aos distúrbios populares que eclodiram naquela cidade, em dezembro de 2011, e que foram seguidos de greves em uma série de empresas estatais e multinacionais no começo de 2012, impactou profundamente o Presidente e seus aliados, antes seguros da popularidade do regime.

Inovação da reforma ministerial foi a recente nomeação de Ministros jovens, que iniciaram suas carreiras após a independência do país, em 1991, e que, portanto, estariam livres do conservadorismo de quadros mais antigos, ainda muito influenciados pela herança soviética. No Cazaquistão, tem-se chamado "geração *Bolashak*" ("futuro") a esses novos políticos, essencialmente tecnocratas educados no exterior, que seriam supostamente mais capazes do que a velha burocracia de dirigir o país na globalizada economia mundial.

O Parlamento cazaque é dividido em duas casas, o Senado (Câmara alta) e o "Majilis" ("Conselho", a Câmara baixa).

O Senado possui 47 membros, assim eleitos: de cada uma das 14 regiões ("oblasts") do país, bem como de Astana e Almaty, as maiores e mais importantes cidades, são escolhidos dois Senadores, por votação indireta, com mandatos de seis anos. Os outros 15 Senadores são designados pelo Presidente, de modo a garantir a representação de interesses nacionais e culturais da sociedade.

Noventa e oito Deputados do Majilis são eleitos por voto popular. Os nove Deputados restantes são eleitos pela Assembleia do Povo do Cazaquistão – órgão consultivo, subordinado ao Presidente da República, e que representa numerosas nacionalidades do país. O mandato dos Deputados é de cinco anos.

POLÍTICA EXTERNA

As duas linhas mestras da política externa cazaque são: tornar o Cazaquistão uma das 50 maiores economias do mundo até 2015, e consolidar sua "política multivetorial", cujo objetivo é usar a aproximação com os Estados Unidos e com a União Europeia para contrabalançar o peso dos dois vizinhos gigantes, Rússia e China.

O Cazaquistão foi a última das ex-repúblicas soviéticas a declarar sua independência em relação à União Soviética, em 16 de dezembro de 1991.

A Rússia continua a ser o principal parceiro econômico do país. Em 1996, Cazaquistão, Rússia e Belarus deram início a projeto de União Aduaneira, consolidado em 2010. Ademais da livre circulação de pessoas entre os três países, foram extintas todas as barreiras aduaneiras ou alfandegárias no interior do Mercado Comum (razão pela qual os gráficos econômico-comerciais, ao final, não contemplam a participação de Rússia ou Belarus nas exportações e importações do Cazaquistão).

O Cazaquistão depende quase inteiramente de oleodutos russos para exportar seu petróleo ao exterior. Para a Rússia, o Cazaquistão é um parceiro vital, pois hospeda cinco milhões de habitantes russos e sua principal base de lançamentos espaciais (Baikonur). Da mesma maneira, o Cazaquistão representa um lucrativo mercado consumidor de bens industriais russos, e coopera estreitamente com o país em temas militares e estratégicos.

Para o Cazaquistão, quase tão importante quanto a Rússia é a China, país que vem aumentando rapidamente sua penetração econômica e geopolítica na Ásia Central. O interesse da China se dirige principalmente ao potencial econômico-comercial do Cazaquistão, em especial o suprimento de recursos energéticos, substituindo fornecedores menos confiáveis do Oriente Médio. Para o Cazaquistão, em contrapartida, a China representa não apenas uma fonte inesgotável de recursos para investimento em sua economia petrolífera, mas, sobretudo, um mercado alternativo que lhe permite diminuir sua dependência de rotas russas para a exportação de petróleo.

Do ponto de vista cazaque, as relações com os Estados Unidos e a União Europeia servem para contrabalançar o peso econômico e político da Rússia e da China. Neste ponto, o interesse cazaque se coaduna perfeitamente com os interesses dos norte-americanos e europeus, que buscam ocupar espaços na economia cazaque e tentam convencer o Cazaquistão (assim como o Azerbaijão e o Turcomenistão) a aderir a um projeto turco-europeu de estabelecer uma rota via Cáucaso, para o petróleo originário do Mar Cáspio chegar ao Ocidente sem transitar por território russo. A solução preferida por europeus e americanos é, assim, um gasoduto transcaspiano ligando o Turcomenistão ao Azerbaijão e à Turquia. Consciente da oposição russa ao projeto, o Cazaquistão hesita em

apoiá-lo abertamente, embora tenha até mais interesse do que os europeus em diminuir sua dependência da Rússia.

Decidido também a impulsionar a presença internacional do país, o Presidente Nazarbayev vem se dedicando a diversificar as relações do país. De um lado, tomou a decisão de abrir diversas Embaixadas em 2012, uma das quais no Brasil (outras foram criadas no Sudeste Asiático e uma na Finlândia). De outro, vem patrocinando iniciativas multilaterais de impacto. A primeira delas é a defesa do desarmamento e não proliferação nucleares, originária do prestígio conquistado pelo fato de o país ter renunciado à manutenção do arsenal herdado da União Soviética. Nesse esforço, o Cazaquistão alterna posições ao gosto das grandes potências – como a defesa do Protocolo Adicional ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) e sua disposição de sediar um banco de combustível nuclear disponível para os signatários do TNP – e posturas com as quais a Rússia e Estados Unidos divergem (a formação de uma zona livre de armas nucleares na Ásia Central e a campanha em favor de uma declaração favorável ao fim das armas nucleares).

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A independência do Cazaquistão foi seguida de grande crise econômica no país. Para fazer frente ao desafio de reerguer a economia cazaque, o Governo empreendeu uma década de penosas, porém bem sucedidas, reformas econômicas inspiradas em modelos ocidentais (ao contrário do Uzbequistão, que adotou política econômica autárquica e pouco dependente de investimentos externos).

As reformas resultaram em um "boom" de investimentos estrangeiros ao longo da década de 2000 (US$ 100 bilhões), boa parte dos quais se dirigiu ao setor de petróleo e gás, viabilizando o início da exploração de grandes reservas de petróleo, como Kashagan (9 bilhões de barris), Tingis (7 bilhões) e Karagachanak (8 bilhões). Quando esses grandes depósitos estiverem em plena produção, sobretudo Kashagan, o que deverá ocorrer entre 2015 e 2020, espera-se que o país esteja entre os cinco maiores exportadores mundiais de petróleo. Não obstante esse sucesso econômico, o Cazaquistão conta com indústria e agricultura pouco diversificadas, o que exige importações de ampla gama de produtos, muitos dos quais poderiam ser fornecidos pelo Brasil.

A decisão do Cazaquistão de aderir à União Aduaneira Rússia-Belarus é compreensível à luz da vulnerabilidade histórica do país em relação à Rússia. Afinal, as autoridades cazaques são profundamente

conscientes do fato de que a quase totalidade de suas exportações e importações depende de direitos de trânsito sobre território russo, que poderiam ser interrompidos no caso de uma confrontação bilateral. Contudo, em consonância com a concomitante aproximação com o Ocidente, o Cazaquistão também está em processo de adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC).

O Governo cazaque lançou, em 14/12/2012, novo e ambicioso plano de desenvolvimento econômico e social para o Cazaquistão, denominado "Estratégia 2050". O novo plano sucederá o anterior, denominado "Estratégia 2030", o qual foi adotado em 1997, quando o país ainda sofria para reerguer-se após a dissolução da União Soviética, e cujas principais metas já estariam praticamente alcançadas. A Estratégia 2050, comparativamente à sua antecessora, é consideravelmente mais ambiciosa. Enquanto a Estratégia 2030 buscava promover uma economia estável com padrões médios de consumo e produção, a Estratégia 2050 busca transformar o Cazaquistão em uma economia altamente desenvolvida até 2050, perspectiva inimaginável em 1997.

Para tanto, o documento propõe construir uma grande e moderna indústria manufatureira, por meio da expansão da infraestrutura energética e de transportes, e com base no mercado consumidor de 200 milhões de pessoas ao qual o país passou a ter acesso com sua participação na União Aduaneira com Rússia e Belarus. Preconiza o documento também a diversificação das exportações do país (atualmente fortemente concentradas em petróleo e gás), promoção da inovação tecnológica, incentivo a políticas ecologicamente sustentáveis e o desenvolvimento da agricultura, inclusive por meio do abastecimento adequado de água. Finalmente, o novo plano prevê elevar o país ao rol das 30 maiores e mais desenvolvidas economias do planeta até 2050. O foco da "Estratégia 2050" não se restringe, entretanto, a metas econômicas, estendendo-se à área social (saúde e educação), que ganhou especial importância após as manifestações anti-Governo de dezembro de 2011, as quais evidenciaram haver setores sociais fortemente insatisfeitos com a distribuição da riqueza nacional e com a pobreza que persiste fora dos grandes centros populacionais.

ANEXOS

Cronologia histórica

1991	Com o colapso da União Soviética, o Cazaquistão ganha independência. Nursultán Nazarbayev é eleito Presidente da República.
1995	Aprovada nova Constituição do Cazaquistão. Mandato presidencial é estendido por meio de referendo popular.
1996	Iniciados trâmites para o estabelecimento de União Aduaneira entre Cazaquistão, Rússia e Belarus.
1997	Astana torna-se a capital do Cazaquistão.
1999	Nazarbayev é reeleito Presidente.
2000	Criada a Comunidade Econômica Eurasiática, também integrada por Tadjiquistão e Quirguistão, com livre circulação de pessoas entre os cinco países membros.
2006	Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão assinam Tratado que proíbe a seus membros a elaboração, posse ou aquisição de armas nucleares ("Tratado de Semipalatinsk").
2009	Entrada em vigor do Tratado de Semipalatinsk, que estabelece uma "zona livre de armas nucleares" na Ásia Central.
2010	Estabelecida a União Aduaneira entre Cazaquistão, Rússia e Belarus, com vistas ao estabelecimento de um Mercado Comum.
2010	Cazaquistão assume a Presidência da Organização para a Cooperação e a Segurança na Europa (OCSE).
2011	Nazarbayev é novamente reeleito Presidente. O Cazaquistão assume a Presidência do Conselho de Chanceleres da Organização da Conferência Islâmica (OIC).

Cronologia das relações bilaterais

1993	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Cazaquistão.
1995	Visita ao Brasil do Chanceler Kassym-Jomart Tokayev para assistir à posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso.
1998	Missão do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos do Itamaraty ao Cazaquistão.
2005	Missão empresarial brasileira ao Cazaquistão.
2006	Missão do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos do Itamaraty
	ao Cazaquistão; visita do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros do Cazaquistão ao Brasil; abertura da Embaixada residente do Brasil em Astana.
2007	Visita do Presidente Nursultan Nazarbayev ao Brasil.

2009	Visita do Presidente Lula ao Cazaquistão.
2011	Visita da Subsecretária-Geral de Assuntos Políticos do Itamaraty ao Cazaquistão.
2012	Visita de dois Vice-Ministros de Negócios Estrangeiros do Cazaquistão ao Brasil. Abertura da Embaixada do Cazaquistão em Brasília.

Atos bilaterais

Título	Data de Celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais	27/09/2007	06/09/2008	05/09/2008
Acordo de Cooperação Econômica e de Comércio	27/09/2007	01/10/2009	06/02/2013

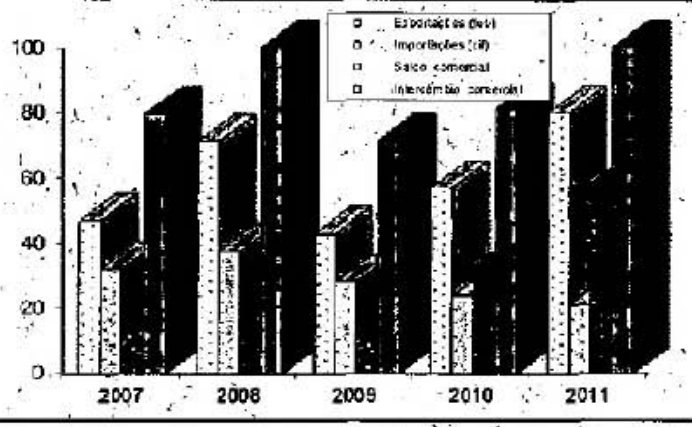
Dados econômico-comerciais

CAZAQUISTÃO: COMÉRCIO EXTERIOR

US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-set)	2012 (jan-set)
Exportações (fob)	47,0	71,2	43,2	57,2	80,2	60,2	43,8
Importações (cif)	32,6	37,8	28,4	24,0	21,4	15,5	28,4
Saldo comercial	14,4	33,4	14,8	33,2	58,8	44,7	15,4
Intercâmbio comercial	79,6	109,0	71,5	81,3	101,6	75,7	72,2

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI Direction of Trade Statistics, February 2012.

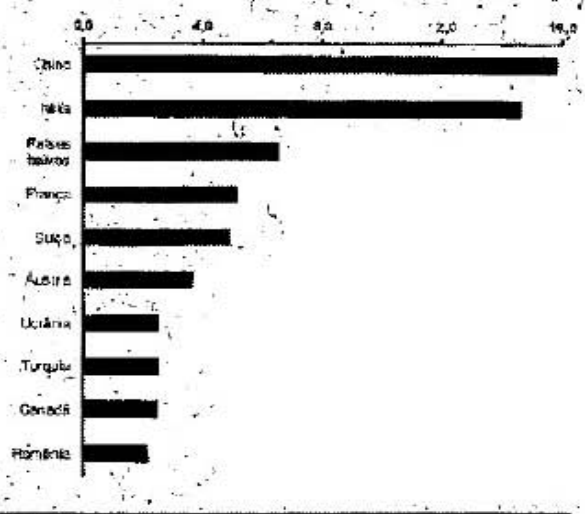


O comércio exterior do Cazaquistão apresentou, em 2011, variação de 27,6% em relação a 2007 de US$ 79,6 bilhões para US$ 101,6 bilhões. No ranking do FMI, o Cazaquistão figurou como o 57º mercado mundial, sendo o 60º principal exportador e o 56º importador.

CAZAQUISTÃO: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US$ bilhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
China	15,9	19,8%	9,0	20,7%
Itália	14,7	18,3%	2,4	5,4%
Países baixos	6,6	8,2%	1,6	3,7%
França	5,2	6,5%	4,3	9,9%
Suíça	5,0	6,2%	0,4	0,9%
Áustria	3,8	4,7%	1,3	3,0%
Ucrânia	2,6	3,2%	2,0	4,5%
Turquia	2,6	3,2%	1,4	3,1%
Canadá	2,5	3,2%	2,2	5,1%
Romênia	2,3	2,8%	1,9	4,4%
Brasil	*0,05*	*0,1%*	*0,05*	*0,1%*
Subtotal	**61,1**	**76,2%**	**26,7**	**61,0%**
Outros países	**19,1**	**23,8%**	**17,1**	**39,0%**
Total	**80,2**	**100,0%**	**43,8**	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DEPROC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

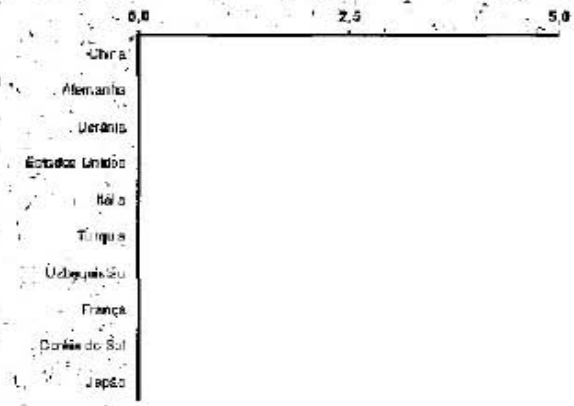
Aproximadamente 1/5 das exportações do Cazaquistão são destinados à China. Em 2011, as importações chinesas somaram 19,8% do total, seguida de Itália (18,3%); Países Baixos (8,2%); França (6,5%); e Suíça (6,2%). O Brasil obteve o 44º lugar entre os destinos do país em 2011, absorvendo 0,1% da oferta exportadora do Cazaquistão.

(Rússia e Belarus, por integrarem União Aduaneira com o Cazaquistão, não aparecem na tabela de exportações)

CAZAQUISTÃO: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US$ bilhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
China	5,0	23,4%	8,3	29,4%
Alemanha	2,2	10,3%	1,8	6,5%
Ucrânia	1,8	8,2%	1,4	4,8%
Estados Unidos	1,6	7,6%	0,8	2,6%
Itália	1,2	5,4%	0,9	3,0%
Turquia	0,8	3,5%	0,9	3,1%
Uzbequistão	0,8	3,5%	0,6	2,3%
França	0,7	3,3%	0,3	1,1%
Coréia do Sul	0,6	3,0%	0,7	2,5%
Japão	0,6	3,0%	0,5	1,5%
Brasil	*0,3*	*1,6%*	*0,1*	*0,3%*
Subtotal	**15,6**	**72,9%**	**15,3**	**57,4%**
Outros países	**5,8**	**27,1%**	**12,1**	**42,6%**
Total	**21,4**	**100,0%**	**28,4**	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DEPROC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

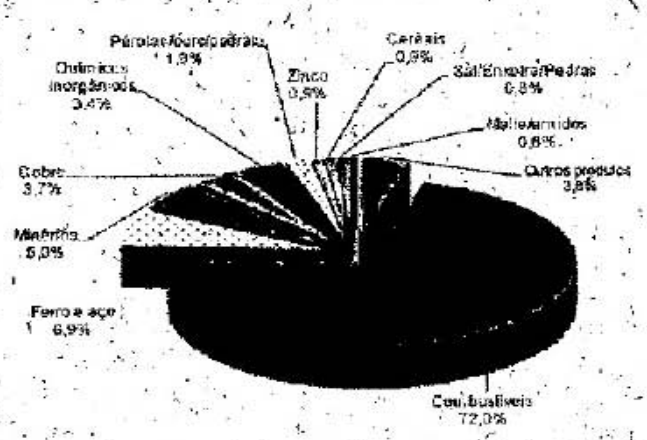
A China destaca-se como a principal fornecedora de bens ao Cazaquistão. Em 2011 respondeu com 23,4% do total, seguido da Alemanha (10,3%); Ucrânia (8,2%); e Itália (5,4%). O Brasil posicionou-se no 19º lugar, detendo 1,6% da demanda importadora do país.

(Rússia e Belarus, por integrarem União Aduaneira com o Cazaquistão, não aparecem na tabela de importações)

CAZAQUISTÃO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2011 - Em %

Descrição	% no total
Combustíveis	72,0%
Ferro e aço	6,9%
Minérios	5,0%
Cobre	3,7%
Químicos inorgânicos	3,4%
Pérolas/ouro/pedras	1,9%
Zinco	0,9%
Cereais	0,9%
Sal/Enxofre/Pedras	0,8%
Malte/amidos	0,6%
Subtotal	**96,2%**
Outros produtos	**3,8%**
Total	**100,0%**



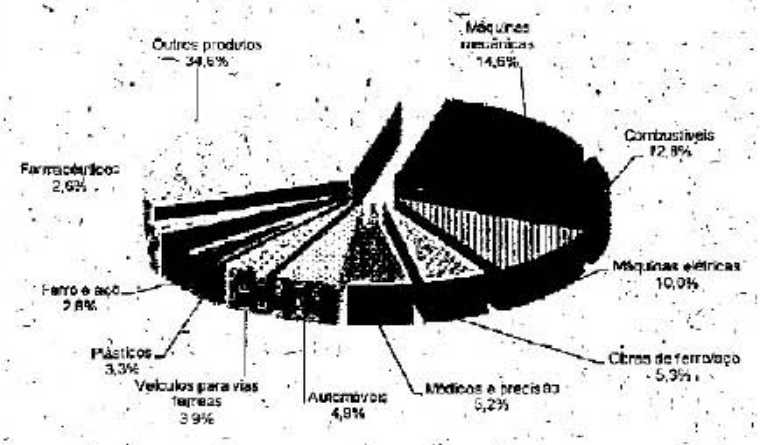
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

A pauta de exportações do Cazaquistão é bastante concentrada. Combustíveis - sobretudo óleos brutos de petróleo - foram responsáveis por mais de 70% do total em 2011. Em seguida destacaram-se: ferro e aço (7%); minérios (5%) e cobre (4%).

CAZAQUISTÃO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

2011 - Em %

Descrição	% no total
Máquinas mecânicas	14,6%
Combustíveis	12,8%
Máquinas elétricas	10,0%
Obras de ferro/aço	5,3%
Médicos e precisão	5,2%
Automóveis	4,9%
Veículos para vias férreas	3,9%
Plásticos	3,3%
Ferro e aço	2,8%
Farmacêuticos	2,6%
Subtotal	**65,4%**
Outros produtos	**34,6%**
Total	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap

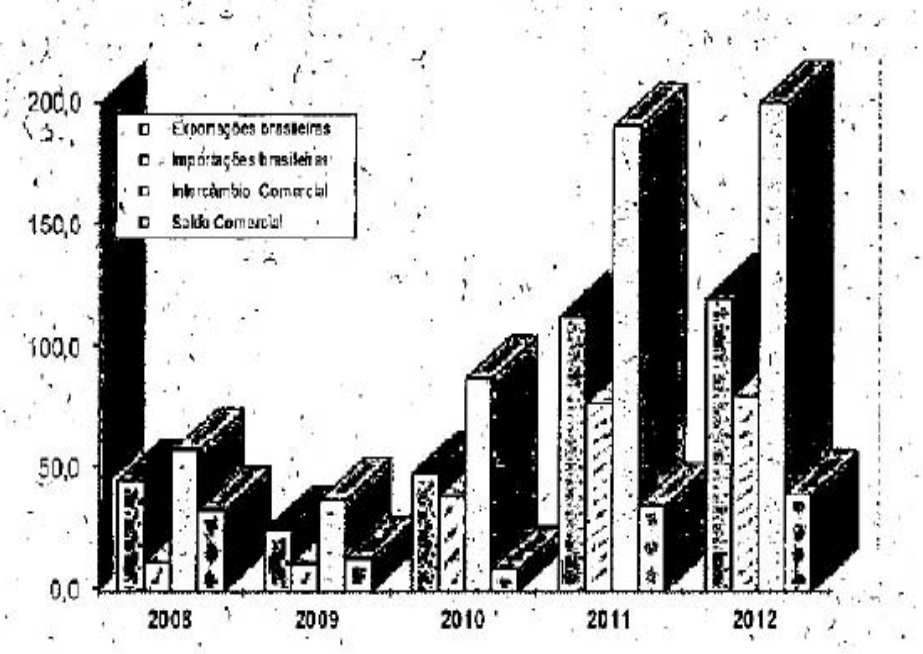
A pauta de importação do Cazaquistão é concentrada em produtos com alto valor agregado. As máquinas representaram 25% do total, seguidas de combustíveis (13%); obras de ferro e aço (5,3%); médicos e precisão (5,2%); e automóveis (4,9%).

BRASIL-CAZAQUISTÃO: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações brasileiras	45,6	25,5	48,4	112,8	120,2
Variação em relação ao ano anterior	10,6%	-44,1%	89,9%	133,0%	6,5%
Importações brasileiras	12,2	11,8	39,1	77,7	80,1
Variação em relação ao ano anterior	7,1%	-3,0%	230,2%	98,5%	3,1%
Intercâmbio Comercial	57,8	37,3	87,5	190,4	200,2
Variação em relação ao ano anterior	9,8%	-35,4%	134,4%	117,6%	5,2%
Saldo Comercial	33,4	13,6	9,3	35,1	40,1

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

O Cazaquistão foi o 93º parceiro no comércio exterior brasileiro de 2012, com 0,04% de participação. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 246%, de US$ 57,8 milhões, para US$ 200,2 milhões, sendo 163% nas exportações e 556% nas importações (aumento dos desembarques de enxofre a granel nos últimos dois anos). O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o quinquênio, totalizou US$ 40 milhões em 2012.

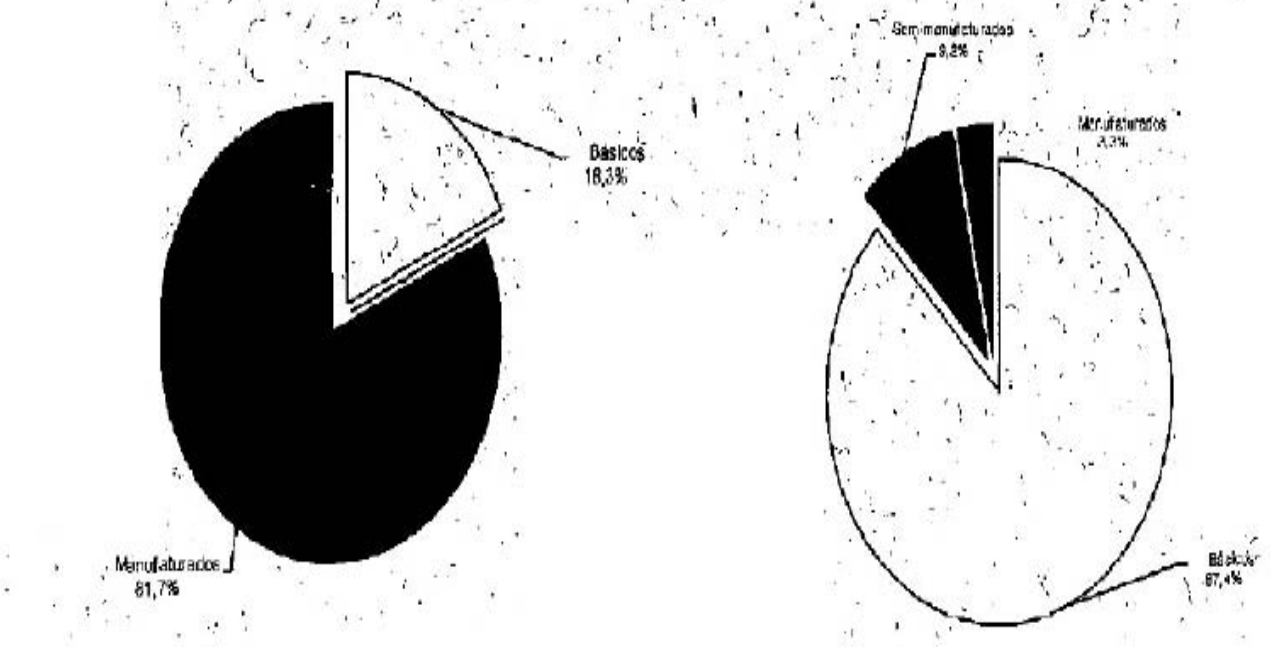


BRASIL-CAZAQUISTÃO: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US$ milhões, fob - 2012

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	22,0	18,3%	70,0	87,4%
Semimanufaturados	0,0	0,0%	7,4	9,2%
Manufaturados	98,1	81,7%	2,7	3,3%
Total	120,2	100,0%	80,1	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC

As exportações brasileiras para o Cazaquistão são compostas, em sua maior parte, por produtos manufaturados, que representaram 81,7% das vendas em 2012, com destaque para aviões, seguidos pelos produtos básicos (18%). Pelo lado das importações, os produtos básicos representaram 87,4% do total em 2012, com destaque para enxofre a granel, seguidos dos semimanufaturados (9%) e dos manufaturados (3%).

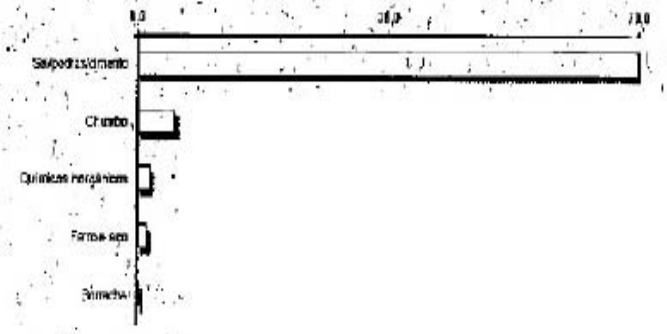


BRASIL-CAZAQUISTÃO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS

US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Sal/pedras/cimento	27,3	57,2	70,0	87,4%
Chumbo	8,0	7,1	5,3	6,6%
Químicos inorgânicos	0,5	1,1	1,8	2,3%
Ferro e aço	1,5	2,6	1,4	1,7%
Borracha	0,0	0,0	0,3	0,4%
Subtotal	**37,3**	**68,0**	**78,8**	**98,3%**
Outros produtos	**1,8**	**9,7**	**1,3**	**1,7%**
Total	**39,1**	**77,7**	**80,1**	**100,0%**

Importações brasileiras originárias do Cazaquistão, 2012



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicenet

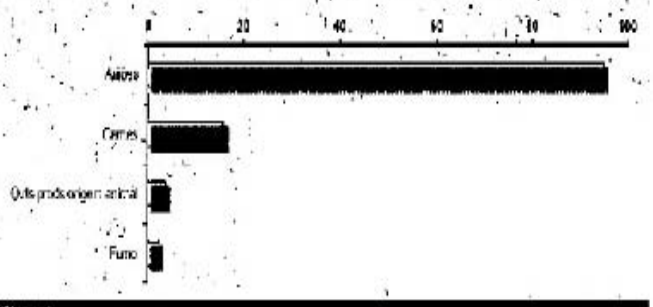
As importações brasileiras originárias do Cazaquistão apresentaram alto grau de concentração. Enxofre a granel foi o principal item da pauta em 2012, respondendo por 87,4% do total, seguido por chumbo (6,6%); produtos químicos inorgânicos (2,3%); e ferro e aço (1,7%).

BRASIL-CAZAQUISTÃO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Aviões	0	95	95	79,0%
Carnes	31	8	16	13,3%
Outs prods origem animal	0	0	4	3,0%
Fumo	7	5	2	2,0%
Subtotal	**37,9**	**108,2**	**116,9**	**97,3%**
Outros produtos	**10,5**	**4,6**	**3,3**	**2,7%**
Total	**48,4**	**112,8**	**120,2**	**100,0%**

Exportações brasileiras para o Cazaquistão, 2012

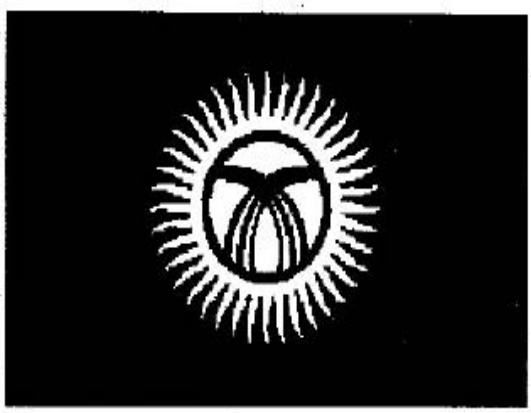


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicenet

Os aviões com peso superior a 15 mil Kg foram o principal item da pauta de exportação brasileira para o Cazaquistão. Em 2012 respondeu por cerca de 80% do total, seguido de carnes (13,3%) e outros produtos de origem animal (3%).

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA QUIRGUIZ



Informação para o Senado Federal

OSTENSIVO
Fevereiro de 2012
DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Quirguiz
CAPITAL	Bishkek
ÁREA	198.500 km² (quase igual ao Estado do Paraná)
POPULAÇÃO (2011)	5,5 milhões de habitantes (metade do Estado do Paraná)
IDIOMAS OFICIAIS	Quirguiz e russo
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Muçulmana (80%), cristã ortodoxa (17%) e outras (3%)
SISTEMA POLÍTICO	Parlamentarismo
PODER LEGISLATIVO	Unicameral – Conselho Supremo
CHEFE DE ESTADO	Presidente Almazbek Atambayev (desde 2011)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Zhantoro Satybaldiyev (desde 2012)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Abdyldaev Bekeshovich
PIB nominal (2011)	US$ 5,929 bilhões (Brasil: US$ 2,587 trilhões)
PIB PPP (2011)	US$ 13,212 bilhões (Brasil: US$ 2,399 trilhões)
PIB nominal *per capita* (2011)	US$ 1.075 (Brasil: US$ 12.594)
PIB PPP *per capita* (2011)	US$ 2.399 (Brasil: US$ 11.640)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	5,7% (2011); - 0,5% (2010); 2,9% (2009); 8,4% (2008)
IDH (2011)	0,615 (125º lugar)
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER (2011)	67,7 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	99,2%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	8,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Som (1,00 USD = 46,95 KGS)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	7

Fontes: Banco Mundial e PNUD

INTERCÂMBIO COMERCIAL
(US$ milhões fob) - *Fonte: MDIC*

BRASIL → REPÚBLICA QUIRGUIZ	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**
Intercâmbio	**0,2**	**0,7**	**2,3**	**1,7**	**2,5**	**1,7**	**6,3**	**2,2**	**7,0**	**4,8**
Exportações	0,2	0,7	2,3	1,4	2,1	1,4	6,3	2,0	6,8	4,8

INTERCÂMBIO COMERCIAL
(US$ milhões fob) - *Fonte: MDIC*

BRASIL → REPÚBLICA QUIRGUIZ	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Intercâmbio	0,2	0,7	2,3	1,7	2,5	1,7	6,3	2,2	7,0	4,8
Exportações	0,2	0,7	2,3	1,4	2,1	1,4	6,3	2,0	6,8	4,8
Importações	0,01	-	-	0,3	0,3	0,2	0,02	0,2	0,2	0,003
Saldo	0,1	0,7	2,3	1,0	1,8	1,1	6,3	1,8	6,6	4,8

PERFIS BIOGRÁFICOS

Almazbek Atambayev

Presidente

Nasceu em 1956 na região de Chui, República Quirguiz. Formou-se em Ciências Econômicas no Instituto de Administração de Moscou. Entre 1983 e 1987, foi Assessor do Conselho Supremo da República Soviética Socialista do Quirguistão. Em 1993, foi um dos fundadores do Partido Social Democrático do Quirguistão.

Com a queda do Presidente Askar Akayev, durante a chamada Revolução das Tulipas, e a chegada ao poder de Kurmanbek Bakiyev, em 2005, Atambayev inicialmente aliou-se àquele novo Governo, servindo como Ministro da Indústria e Comércio de 2005 a 2006, quando se demitiu do cargo. Em novembro de 2006, tornou-se um dos líderes dos protestos antigoverno ocorridos em Bishkek. Após a queda do Primeiro-Ministro Azim Isabekov, em 2007, Atambayev foi nomeado Primeiro-Ministro provisório. Porém, no mesmo ano, Atambayev deixou o cargo e, em abril de 2009, disputou as eleições presidenciais contra Bakiyev, mas retirou-se do pleito no próprio dia da eleição, em protesto contra supostas fraudes eleitorais.

Após a queda de Bakiyev, em 2010, voltou à política, apoiando o Governo provisório de Roza Otunbayeva. Naquele ano, após as eleições parlamentares, foi escolhido Primeiro-Ministro. Em 2011, venceu as eleições presidenciais, e tomou posse em dezembro.

Zhantoro Satybaldiyev

Primeiro-Ministro

Nasceu em 1956, na região sul de Osh, República Quirguiz. Graduou-se no Departamento de Engenharia e Construção do Instituto Politécnico Frunzé, em 1979. Iniciou sua carreira trabalhando na reconstrução da estrada Alai, onde permaneceu por 12 anos (1980-1992) e foi promovido a Chefe de Gestão. Posteriormente, tornou-se Vice-Ministro e Ministro dos Transportes e Comunicações.

Um ano após a Revolução das Tulipas, Satybaldiyev liderou o grupo parlamentar El Menen ("Com as Pessoas"). Em março de 2006, foi nomeado Governador da região de Osh pelo Presidente Bakiyev. No entanto, em novembro de 2007, foi destituído do cargo devido à acusações de abuso de poder.

Em 2010, tornou-se Presidente da agência estatal encarregada de reconstruir Osh e Jalalabad, após os conflitos étnicos naquelas cidades. Em 2012, foi nomeado Primeiro-Ministro após a destituição de seu antecessor, Omurbek Babanov, o qual foi acusado de corrupção.

Abdyldaev Bekeshovich

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nasceu em 1966 e graduou-se no Instituto de Relações Internacionais de Moscou em 1989. No mesmo ano, tornou-se Assistente do Departamento de Países Socialistas da Ásia do Ministério dos Negócios Estrangeiros da União Soviética.

Entre 1989 e 1994, foi Secretário da Embaixada da então União Soviética na China. De 1994 a 1997, foi consultor do Departamento Internacional da Presidência da República Quirguiz. No Ministério dos Negócios Estrangeiros, foi Vice-Diretor de Departamento e Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros (1997-2001).

De 2001 a 2005, foi Embaixador da República Quirguiz em Pequim. Em 2007, tornou-se Diretor do Instituto de Guerra e Paz de seu país. Em setembro de 2012, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

O estabelecimento de relações bilaterais entre o Brasil e a República Quirguiz ocorreu em 1993. O Brasil foi um dos primeiros Estados a reconhecer a independência do país, ocorrida em 1991.

Em setembro de 2007, o então Assessor Especial para a Ásia do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Embaixador João Gualberto Márques Porto, esteve em Bishkek e manteve encontros no Ministério dos Negócios Estrangeiros, no Ministério do Trabalho e Desenvolvimento Social e no Ministério da Indústria, Energia e Combustíveis. Na ocasião, o Assessor Especial do MRE afirmou a intenção brasileira de aprofundar as relações, por meio de consultas rotineiras de alto nível que possibilitassem o aumento do conhecimento mútuo entre os dois países.

Após o apoio quirguiz à vitoriosa candidatura do Professor José Graziano da Silva à Direção-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), tem crescido o interesse em cooperação técnica, como se depreende da participação quirguiz em cursos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e de solicitações de apoio a projetos agrícolas.

A cooperação humanitária também tem crescido nos últimos anos. Em 2010, o Governo brasileiro doou US$ 300 mil à República Quirguiz, em resposta ao apelo do Governo quirguiz por assistência humanitária após os conflitos étnicos em Osh e Jalalabad. Em janeiro de 2013, o Governo brasileiro doou US$ 50 mil ao Governo quirgúiz por meio do Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), para apoiar atividades em favor de refugiados, deslocados internos e pessoas em situação de vulnerabilidade.

O Vice-Primeiro-Ministro da República Quirguiz, Sr. Djoomart Otorbaev, visitou o Brasil em junho de 2012, representando o Presidente Almazbek Atambayev na Conferência Rio+20. Em encontro com a Subsecretária-Geral de Política do MRE, Embaixadora Maria Edileuza Reis, à margem da Rio+20, o Vice-Primeiro-Ministro quirguiz expressou especial interesse em obter maiores informações sobre a experiência brasileira na área da hidroeletricidade, e sobre a possibilidade de que empresas brasileiras venham a realizar investimentos nessa área em seu país. Referiu-se, ainda, ao potencial verificado no agronegócio e no turismo. Em fevereiro do ano corrente, o Embaixador não-residente do Brasil na República Quirguiz realizará visita a Bishkek, para dar seguimento a discussões sobre cooperação bilateral em áreas como pecuária e bioeletricidade, realizadas em 2011, no âmbito da apresentação de suas cartas credenciais ao Governo quirguiz.

O comércio bilateral ainda é diminuto, em razão do desconhecimento mútuo e da falta de contatos empresariais. Em 2012, o comércio totalizou US$ 4,8 milhões, uma queda de mais de US$ 2 milhões em relação a 2011. O valor total desse intercâmbio constitui-se quase que inteiramente de exportações brasileiras. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram carnes (97,15% da pauta de exportações), desperdícios de fumo (1,67%) e produtos de confeitaria (0,93%). Os principais produtos importados pelo Brasil foram propilparabeno (63,62% da pauta de importações), borrachas (30,28%) e licores (4,38%).

Assuntos consulares

Há registro de 7 brasileiros residentes na República Quirguiz, mas não há informações específicas sobre o perfil desses cidadãos. Em 2011, o Sr. Salymbekov Askar Maatkabylovich foi nomeado para exercer a função de Cônsul Honorário em Bishkek, subordinado à Embaixada do Brasil em Astana.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de concessões de créditos oficiais a tomador soberano do Cazaquistão.

POLÍTICA INTERNA

Diferentemente dos Presidentes dos outros países centro-asiáticos, o primeiro governante pós-soviético da República Quirguiz, Askar Akayev (1991-2005), não foi líder do Partido Comunista ou do Governo regional, tendo sido eleito por sua reputação como cientista proeminente, e por ter sido Presidente da Academia de Ciências da República. Isso explica em parte por que a República Quirguiz não se enquadrou de imediato no modelo autoritário frequente na região. O país também alcançou, no Ocidente, a qualificação de "vitrine da democracia na Ásia Central", em razão da adoção do regime parlamentarista.

Akayev realizou reformas com base nas recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Empresas públicas foram privatizadas, e as minas de ouro, principal produto de exportação do país, passaram a ser controladas por investidores estrangeiros. A inflação caiu, o PIB começou a crescer e o país logrou ser o primeiro no espaço pós-

soviético a ingressar na Organização Mundial do Comércio (OMC). Entretanto, ao final dos anos 1990, a situação econômica deteriorou-se, em razão dos problemas sociais que surgiram no processo das reformas, tais como o empobrecimento da população (segundo estimativas do Banco Mundial e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), cerca de 40% dos quirguizes passaram a viver abaixo da linha da pobreza, percentual que atingiria - ou mesmo ultrapassaria - 50% nas zonas rurais, principalmente no sul do país), o recrudescimento do radicalismo islâmico e do nacionalismo exacerbado, bem como os conflitos étnicos com uzbeques e tadjiques.

Acuado pela oposição e pelas disputas com o Poder Legislativo, que obstruía suas reformas sociais, Akayev foi, aos poucos, abandonando os ideais de democracia multipartidária que permearam o início de seu Governo, e assumindo a posição autoritária comum nos demais países da Ásia Central. O Presidente aproximou-se de Moscou e passou a aplicar "métodos duros" em relação aos oposicionistas. O resultado não foi, no entanto, sustentável, e Akayev renunciou em meio a protestos populares contra irregularidades na eleição de 2005, movimento conhecido como "Revolução das Tulipas".

Após a queda de Akayev, Kurmanbek Bakiyev foi conduzido à Presidência de um Governo interino até a fixação de novas eleições parlamentares. A agitação política, no entanto, não diminuiu, pois os grupos de oposição seguiram realizando diversos protestos. Em uma tentativa de dividir e desestabilizar a oposição, o Presidente Bakiyev substituiu o Primeiro-Ministro Isabekov por Almazbek Atambayev, até então uma figura chave do movimento de oposição "Pelas Reformas". A nomeação de Atambayev serviu para aprofundar a divisão entre a ala moderada e a ala radical do movimento oposicionista. Em crise interna, o "Pelas Reformas" viu vários de seus líderes migrarem para o "Frente Unida". O próprio Atambayev anunciou, em 28 de março, que iria, juntamente com outras antigas lideranças do "Pelas Reformas", formar um novo bloco, intitulado "Por uma República Quirguiz Unida".

Após a realização de reforma constitucional aprovada em plebiscito, ainda em 2007, o Presidente Bakiyev dissolveu o Parlamento, gesto autoritário que contradizia as aspirações da Revolução das Tulipas. Quase dois anos depois, em julho de 2009, ocorreram eleições presidenciais, inicialmente previstas para 2010, mas antecipadas pelo Parlamento, controlado pelo partido governista. A antecipação do pleito foi vista por analistas independentes como manobra que visava a favorecer a reeleição do Presidente Bakiyev, antes que eventual aprofundamento da crise

corroesse sua base de apoio. Atambayev, principal candidato oposicionista, declarou não reconhecer os resultados das eleições, deturpados pela longa série de ilegalidades praticadas pelos apoiadores do Presidente eleito. O recrudescimento da oposição nos meses seguintes levou Bakiyev a renunciar ao cargo em 2010, assumindo Roza Otunbayeva a Presidência interina. Com isso, diminuíram os temores de irrupção de guerra civil entre o norte e o sul da República Quirguiz.

Apesar de receios de instabilidades políticas, foram realizadas eleições parlamentares ainda em 2010, e eleições presidenciais no final de 2011, nas quais Atambayev alcançou vitória tranquila. Ex-Primeiro-Ministro, com reputação de bom administrador, próximo ao governo, Atambayev representava, aos olhos do povo, não apenas uma força política moderna, mas praticamente a única garantia de estabilidade política para a Quirguízia. Entretanto, passados poucos meses após sua posse, o Governo de coalizão estabelecido no início de 2012 entrou em colapso, motivado pela retirada do Governo dos partidos Ar-Namys e Ata-Meken, deixando os demais partidos da coalizão - Social-Democrático e Respublika - sem maioria parlamentar. Acuado, o Chefe do partido Respublika, Omurbek Babanov, viu-se obrigado, em 01/09/2012, a renunciar ao cargo de Primeiro-Ministro. Os ataques a Babanov pelos partidos Ar-Namys e Ata-Meken foram motivados, segundo líderes daqueles partidos, pelo envolvimento do Primeiro-Ministro em episódios de corrupção. Seu substituto foi Zhantoro Satybaldiev, até então Chefe da Administração presidencial.

O Poder Legislativo é unicameral, denominado Conselho Supremo ou Jogorku Kengesh, e possui 120 membros, eleitos por voto popular para exercer um mandato de sete anos.

POLÍTICA EXTERNA

Por ser um país pequeno e empobrecido, com pouco a oferecer além da localização estratégica, a República Quirguiz acabou forçada a adotar uma política externa que mescla o inevitável alinhamento com a Rússia com ensaios de aproximação com o Ocidente (Estados Unidos) e, de maneira crescente, com a China.

O Presidente Atambayev afirmou que a Rússia é o principal parceiro estratégico da República Quirguiz. Nesse sentido, o país já pleiteou oficialmente aderir à União Aduaneira Belarus-Cazaquistão-Rússia. Pragmático, Atambaev vê a integração da economia quirguiz às economias da Rússia e Cazaquistão como a única forma de impulsionar o desenvolvimento econômico de seu país.

No campo político-militar, a República Quirguiz concedeu à Rússia em 2003, "para uso eterno", uma base militar a apenas 20 km da capital Bishkek. Nela estão aquarteladas tropas russas para dar apoio aéreo a 5.000 militares da "Força de Reação Rápida" da Organização do Tratado da Segurança Coletiva (OTSC), organização militar composta pelos membros da Comunidade Econômica Eurasiática (CEEA) e pela Armênia. Em 2009, o Governo quirguiz firmou com a Rússia acordo para criação de uma nova base militar russa no Vale do Fergana, na fronteira com o Uzbequistão, região marcada por instabilidade política e atividades de extremismo religioso. Em seguida ao anúncio, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Uzbequistão declarou profunda insatisfação com a medida, pois a nova base poderia causar o incremento da militarização na região e dos confrontos étnicos, e ameaçou cortar o suprimento de gás para a República Quirguiz.

Durante a campanha norte-americana no Afeganistão, o Governo quirguiz firmou um acordo para instalação de base militar provisória dos Estados Unidos em seu território (Manas). Contudo, atendendo a uma antiga reivindicação russa, Atambayev confirmou que seu Governo fechará a base militar dos Estados Unidos em Manas, tão logo termine o acordo bilateral de "leasing" em 2014. Em encontro no início de 2012 com Robert Blake, Subsecretário para Ásia Central e Meridional do Governo norte-americano, Atambayev confirmou-lhe essa decisão, comentando que os US$ 150 milhões que Bishkek recebe anualmente dos Estados Unidos a título de aluguel "não compensariam os riscos" associados à localização da base militar norte-americana ao lado do principal aeroporto civil do país. Atambayev, justificando sua decisão ao público interno, declarou temer que, à luz dos conflitos militares dos Estados Unidos no Iraque e Afeganistão e da deterioração das relações Estados Unidos - Irã, o aeroporto de Manas poderia eventualmente sofrer ataque, caso a base continue em mãos dos Estados Unidos. Como solução de compromisso, Atambayev estaria oferecendo aos Estados Unidos a possibilidade de utilizar uma instalação civil em conjunto com a Rússia após 2014, para apoiar seus contingentes militares no Afeganistão.

No contexto da crescente aproximação da China com os países da Ásia Central, o Governo chinês trabalha na construção de ferrovia que deverá conectar China, República Quirguiz e Uzbequistão, e estuda iniciativas para viabilizar a importação de energia hidrelétrica da República Quirguiz.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Nos anos 1990, a República Quirgúiz foi considerada exemplar entre as ex-repúblicas soviéticas quanto ao cumprimento das recomendações do FMI na realização de "reformas de mercado", especialmente na privatização do setor estatal. Além disso, foi o primeiro país da Comunidade dos Estados Independentes (CEI) a ingressar na OMC. Entretanto, as reformas, apoiadas pelos organismos financeiros internacionais, não resolveram os problemas de empobrecimento da população. O índice de desemprego é elevado, e a migração da mão-de-obra da República Quirguiz para o Cazaquistão e a Rússia mantém-se expressiva (cerca de 10% da população quirguiz trabalha nos setores agrícola e de construção civil daqueles países, frequentemente sem registro oficial e em condições discriminatórias).

Em relação ao crescimento do PIB, a República Quirguiz possui o pior desempenho entre os países da Ásia Central. Em 2012 houve retração de 0,9%, conforme informações da Divisão de Inteligência Comercial do MRE. O setor agrícola é predominante na economia do país e os principais produtos são algodão, fumo, lã e carne. Os principais produtos de exportação são o ouro, pérolas, pedras preciosas, combustíveis e artigos de vestuário.

O país é pobre em combustíveis fósseis, e dependente da importação de petróleo e gás natural. A população enfrenta cortes de eletricidade no inverno, e o racionamento de energia atingiu até mesmo a capital. Desta maneira, o Governo quirguiz busca atrair capitais externos para investimentos em energia hidroelétrica, por meio de parcerias público-privadas, aproveitando o fato de o país ser detentor de 40% de todas as reservas de água da Ásia Central. A República Quirguiz poderá, caso esse programa seja bem conduzido, simultaneamente industrializar-se e obter divisas estrangeiras via exportação de energia elétrica.

O Governo quirguiz também trabalha para estabelecer rotas de transportes que possibilitem a integração do país à economia mundial. Para avançar nesses objetivos, o Presidente Atambayev buscou empréstimos do exterior (que tiveram como garantias a participação estatal na mina de ouro "Kumptor", avaliada em US$ 1,5 bilhão).

ANEXOS

Cronologia histórica

1991	Independência do país.
1998	Acessão à OMC.
2005	O Presidente Askar Akayev renuncia ao cargo após os protestos populares da Revolução das Tulipas. Kurmanbek Bakiyev assume a Presidência interina. Almazbek Atambayev torna-se Primeiro-Ministro.
2007	O Presidente Bakiyev dissolve o Parlamento.
2009	Bakiyev é reeleito Presidente, em eleições antecipadas pelo Parlamento.
2010	Bakiyev renuncia ao cargo após pressão da oposição. Roza Otunbayeva assume a Presidência interina; Conflitos entre quirguizes e uzbeques nas cidades de Osh e Jalalabad deixam quase 500 mortos e centenas de feridos.
2011	Almazbek Atambayev é eleito Presidente.
2012	O Primeiro-Ministro Omurbek Babanov renuncia ao cargo; Zhantoro Satybaldiyev torna-se Primeiro-Ministro.

Cronologia das relações bilaterais

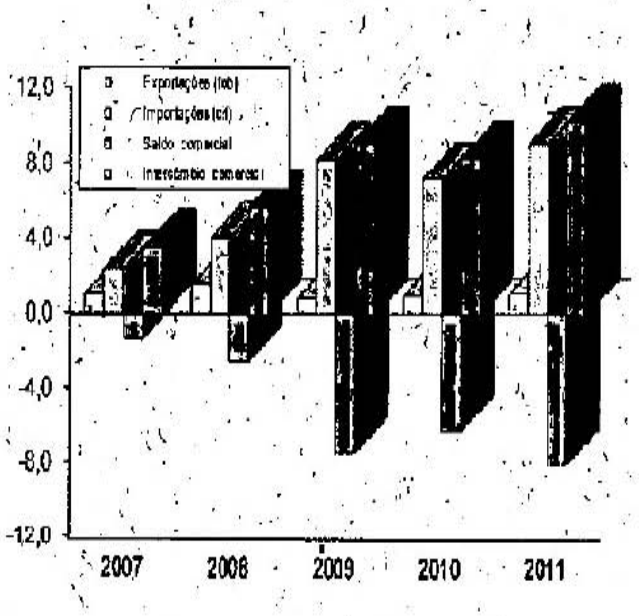
1993	Estabelecimento das relações diplomáticas.
2007	Missão à República Quirguiz do Assessor Especial para a Ásia do MRE.
2010	O Governo brasileiro doa US$ 300 mil em auxílio às vítimas dos conflitos em Osh e Jalalabad.
2012	O Vice-Primeiro-Ministro Djoomart Otorbaev visita o Brasil para participar da Conferência Rio+20 e encontra-se com a Subsecretária-Geral de Política do MRE à margem do evento.

Dados econômico-comerciais

REPÚBLICA QUIRGUIZ: COMÉRCIO EXTERIOR
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-set)	2012 (jan-set)
Exportações (fob)	1,1	1,6	0,9	1,0	1,1	0,8	0,9
Importações (cif)	2,4	4,1	8,2	7,2	9,1	6,5	7,0
Saldo comercial	-1,3	-2,5	-7,3	-6,2	-7,9	-5,7	-6,1
Intercâmbio comercial	3,5	5,7	9,1	8,3	10,2	7,4	7,9

Elaborado pelo MDIC/SECEX - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013.

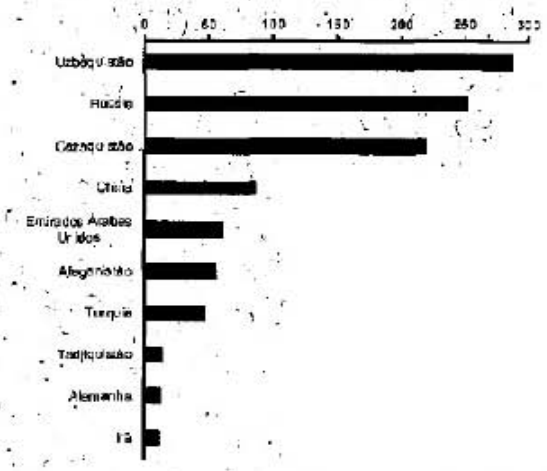


O comércio exterior da República Quirguiz apresentou, em 2011, variação de 188% em relação a 2007, passando de US$ 3,5 bilhões para US$ 10,2 bilhões. Esse resultado deveu-se, sobretudo, ao aumento das importações, que cresceram em 276% entre 2007 e 2011. No ranking do FMI de 2011, a República do Quirguiz figurou como o 140º mercado mundial, sendo o 140º exportador e o 103º importador.

REPÚBLICA QUIRGUIZ: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US$ milhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
Uzbequistão	289	25,4%	235	26,7%
Rússia	253	22,3%	167	19,1%
Cazaquistão	220	19,4%	190	21,6%
China	89	7,8%	58	6,6%
Emirados Árabes Unidos	63	5,5%	51	5,8%
Afeganistão	57	5,0%	46	5,3%
Turquia	47	4,2%	32	3,6%
Tadjiquistão	16	1,4%	14	1,5%
Alemanha	14	1,2%	12	1,4%
Irã	13	1,1%	11	1,3%
...				
Brasil	*0,2*	*0,02%*	*0,0*	*0,00%*
Subtotal	**1.060**	**93,4%**	**816**	**92,9%**
Outros países	**75**	**6,6%**	**62**	**7,1%**
Total	**1.135**	**100,0%**	**878**	**100,0%**



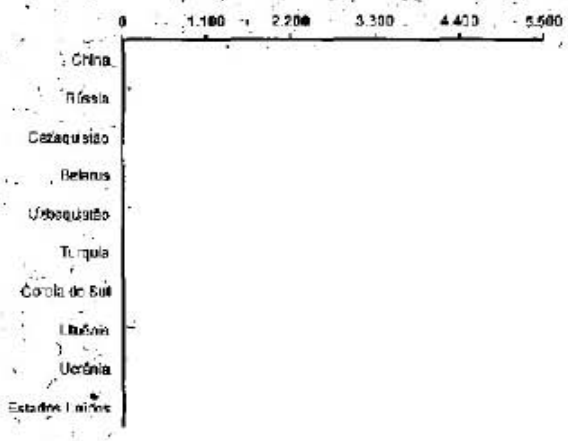
Elaborado pela APEX-PRODIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

As vendas da República Quirguiz são direcionadas em grande parte aos países europeus, que responderam por 77% das vendas em 2011. Individualmente, o Uzbequistão foi o principal parceiro, com 25,4% do total, seguido da Rússia (22,3%); Cazaquistão (19,4%); China (7,8%); Emirados Árabes Unidos (5,6%); Afeganistão (5%); e Turquia (4%). O Brasil obteve o 45º lugar entre os destinos em 2011.

REPÚBLICA QUIRGUIZ: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US$ milhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
China	5.366	59,1%	3.994	57,1%
Rússia	1.248	13,7%	1.070	15,3%
Cazaquistão	558	6,1%	481	6,9%
Belarus	240	2,6%	103	1,5%
Uzbequistão	199	2,2%	163	2,3%
Turquia	198	2,2%	210	3,0%
Coreia do Sul	156	1,7%	137	2,0%
Lituânia	127	1,4%	60	0,9%
Ucrânia	122	1,3%	97	1,4%
Estados Unidos	113	1,2%	114	1,6%
...				
Brasil	***7,5***	***0,1%***	***4,2***	***0,1%***
Subtotal	**8.335**	**91,8%**	**6.433**	**92,0%**
Outros países	**744**	**8,2%**	**557**	**8,0%**
Total	**9.078**	**100,0%**	**6.990**	**100,0%**



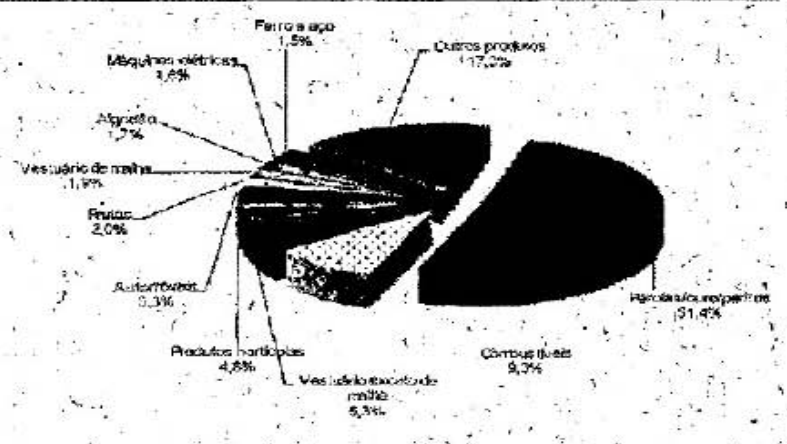
Elaborado pela APEX-PRODIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

A importação da República Quirguiz origina-se principalmente dos países em desenvolvimento da Ásia, sendo a China o principal parceiro, fornecendo 59,1% do total importado em 2011. Em seguida, destacaram-se: Rússia (13,7%); Cazaquistão (6,1%); Belarus (2,6%); Uzbequistão (2,2%); e Turquia (2,2%). O Brasil obteve o 34º lugar entre os principais vendedores para país em 2011, com 0,1% do total.

REPÚBLICA QUIRGUIZ: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2011 - Em %

Descrição	% no total
Pérolas/ouro/pedras	51,4%
Combustíveis	9,3%
Vestuário exceto de malha	5,3%
Produtos hortícolas	4,8%
Automóveis	3,3%
Frutas	2,0%
Vestuário de malha	1,9%
Algodão	1,7%
Máquinas elétricas	1,6%
Ferro e aço	1,5%
Subtotal	**82,7%**
Outros produtos	**17,3%**
Total	**100,0%**



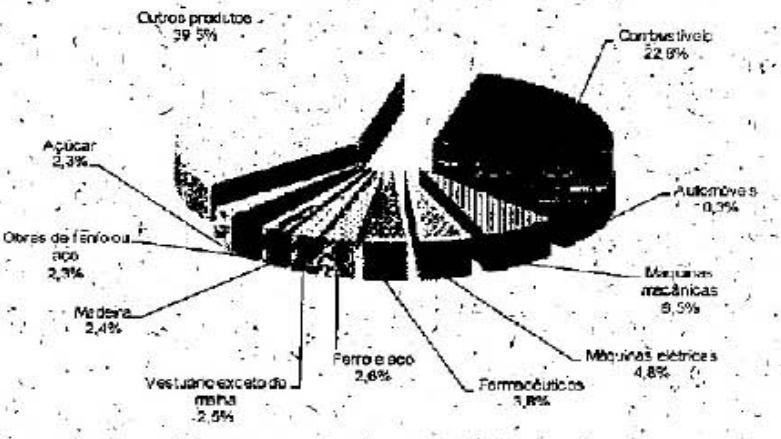
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap

A pauta de exportações da República Quirguiz é concentrada em pérolas/ouro/pedras (principalmente ouro em bruto), que representaram 51,4% do total exportado em 2011. Seguiram-se: combustíveis (9,3%); vestuário exceto de malha (5,3%); produtos hortícolas (4,8%); e automóveis (3,3%).

REPÚBLICA QUIRGUIZ: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

2011 - Em %

Descrição	% no total
Combustíveis	22,8%
Automóveis	10,3%
Máquinas mecânicas	6,5%
Máquinas elétricas	4,8%
Farmacêuticos	3,8%
Ferro e aço	2,6%
Vestuário exceto de malha	2,5%
Madeira	2,4%
Obras de ferro ou aço	2,3%
Açúcar	2,3%
Subtotal	**60,5%**
Outros produtos	**39,5%**
Total	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

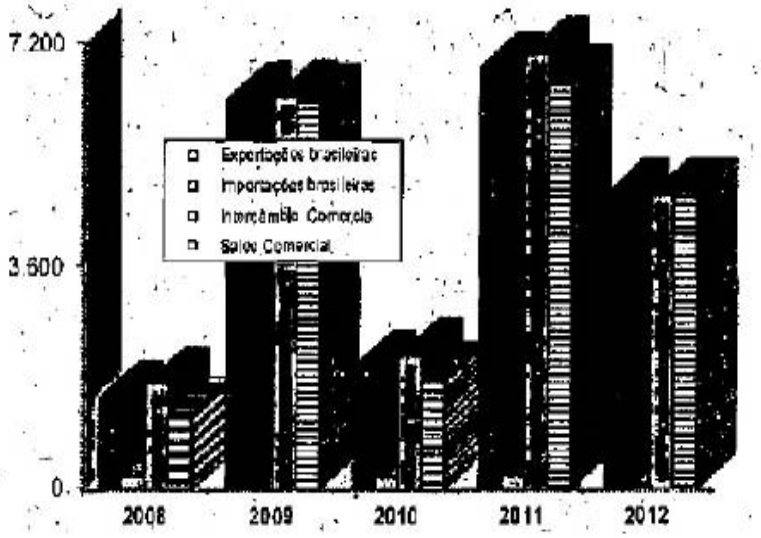
A pauta de importações da República Quirguiz é concentrada em bens com alto valor agregado. Em 2011, os combustíveis, automóveis, máquinas e produtos farmacêuticos representaram 48,3% do total. Seguiram-se: ferro e aço (2,6%); vestuário exceto de malha (2,5%); madeira (2,4%); obras de ferro ou aço (2,3%); açúcar (2,3%).

BRASIL-REPÚBLICA QUIRGUIZ: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações brasileiras	**1.491**	**6.323**	**2.003**	**6.807**	**4.777**
Variação em relação ao ano anterior	-30,6%	324,1%	-68,3%	239,8%	-29,8%
Importações brasileiras	**240**	**21**	**205**	**225**	**3**
Variação em relação ao ano anterior	-24,5%	-91,3%	876,2%	9,8%	-98,5%
Intercâmbio Comercial	**1.731**	**6.344**	**2.208**	**7.032**	**4.780**
Variação em relação ao ano anterior	-29,8%	266,5%	-65,2%	218,5%	-32,0%
Saldo Comercial	**1.261**	**6.302**	**1.798**	**6.582**	**4.774**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb

No ranking do comércio brasileiro em 2012, a República Quirguiz posicionou-se como 174º parceiro comercial, sendo o 161º na exportação e o 211º na importação. Entre 2008 e 2011, o intercâmbio comercial entre os dois países cresceu 176%, passando de US$ 1,7 milhão para US$ 4,8 milhões. Nesse período as exportações cresceram 220% e as importações caíram em 99%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o intervalo, apresentou superávit de US$ 4,8 milhões.

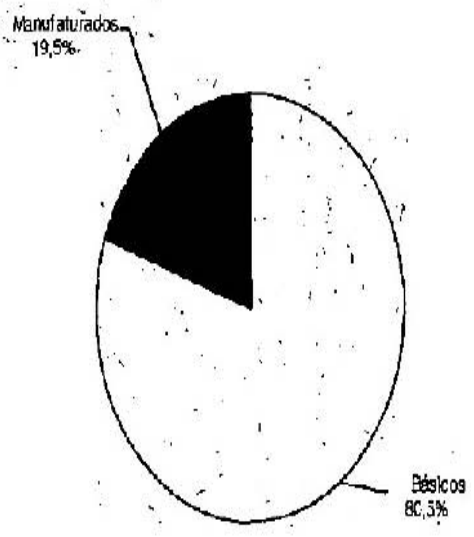


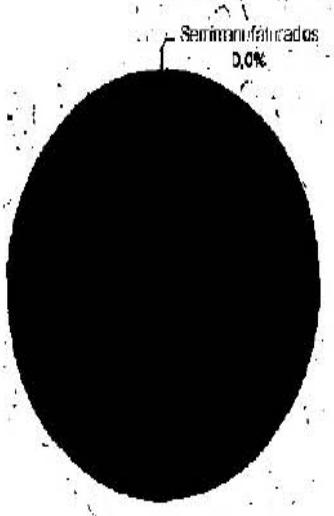
BRASIL-REPÚBLICA QUIRGUIZ: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US$ mil, fob (2012)

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	3.844	80,5%	0	0,0%
Semimanufaturados	0	0,0%	0	0,0%
Manufaturados	933	19,5%	3	100,0%
Transações especiais	0	0,0%	0	0,0%
Total	**4.777**	**100,0%**	**3,4**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

As exportações brasileiras para a República Quirguiz são compostas em sua maior parte por produtos básicos, que representaram 80,5% das vendas em 2012 (com destaque para carnes de frango e suína), seguidos dos manufaturados com 19,5%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram a totalidade da pauta em 2012, com destaque para outros metais comuns e logo após os manufaturados com 37%, com destaque para produtos químicos e borracha.





BRASIL-REPÚBLICA QUIRGUIZ: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ mil, fob

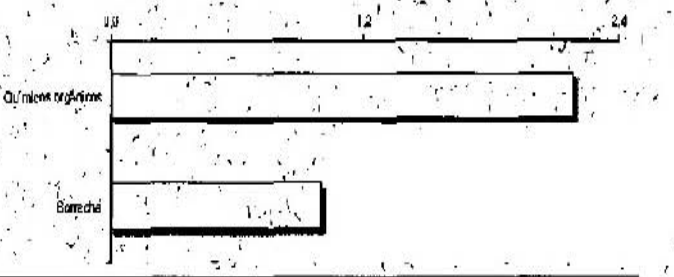
DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Carnes	563	3.938	3.764	78,8%
Preparações de carnes	191	241	857	17,9%
Fumo	1.244	1.770	80	1,7%
Subtotal	**2.003**	**5.949**	**4.701**	**98,4%**
Outros produtos	**0**	**858**	**76**	**1,6%**
Total	**2.003**	**6.807**	**4.777**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

A pauta de exportações brasileiras para a República Quirguiz é concentrada em carnes, sobretudo carne de frango e suína. Em 2012, as carnes "in natura" representaram 78,8% do total, seguidas das preparações de carnes (17,9%) e fumo (1,7%).

BRASIL-REPÚBLICA QUIRGUIZ: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Químicos orgânicos	0,0	0,0	2,2	64,1%
Borracha	1,5	82,6	1,0	29,4%
Outros metais comuns	0,0	142,0	0,0	0,0%
Subtotal	**1,5**	**224,6**	**3,2**	**93,5%**
Outros produtos	**203,5**	**0,4**	**0,2**	**6,5%**
Total	**205,0**	**225,0**	**3,4**	**100,0%**

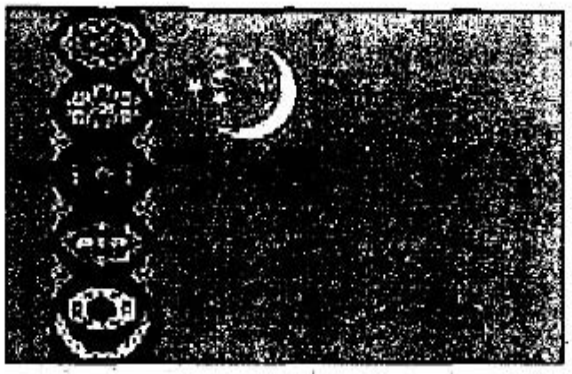


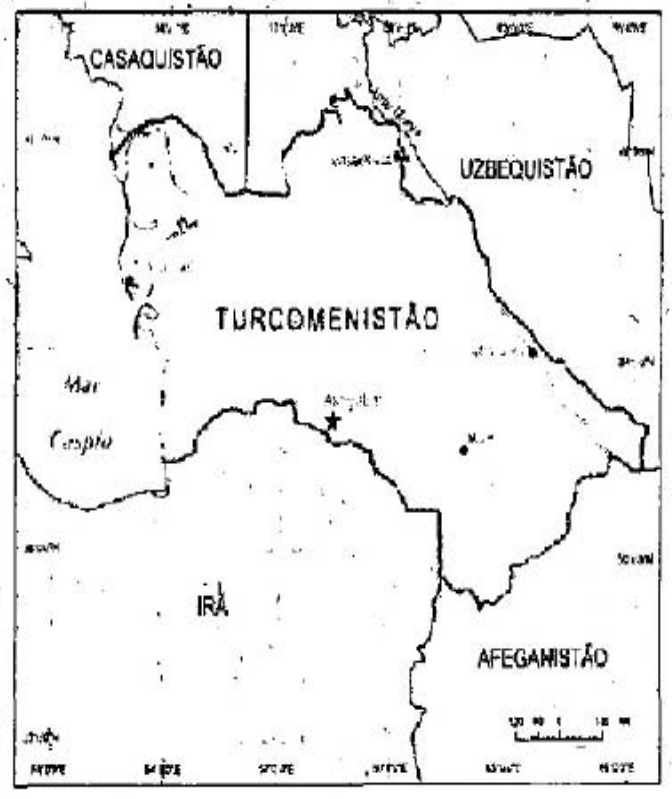
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

A pauta de importações brasileiras originárias da República Quirguiz foi composta basicamente por dois grupos de produtos em 2012: químicos orgânicos (propilparabeno) (64,1%); e borracha (29,4%).

MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DO TURCOMENISTÃO





Informação para o Senado Federal

OSTENSIVO
Fevereiro de 2012

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Turcomenistão
CAPITAL	Ashgabat
ÁREA	488.100 km² (aproximadamente duas vezes o Estado de São Paulo)
POPULAÇÃO (2011)	5,1 milhões de habitantes (pouco menos que metade do Estado do Paraná)
IDIOMA OFICIAL	Turcomeno
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Muçulmana (89%), cristã ortodoxa (9%) e outras (2%)
SISTEMA POLÍTICO	Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO	Unicameral – Assembleia Nacional
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Gurbanguly Berdimuhamedov (desde 2006)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Rashid Meredov (desde 2007)
PIB nominal (2011)	US$ 28,062 bilhões (Brasil: US$ 2,587 trilhões)
PIB PPP (2011)	US$ 48,093 bilhões (Brasil: US$ 2,399 trilhões)
PIB nominal *per capita* (2011)	US$ 9.420 (Brasil: US$ 12.594)
PIB PPP *per capita* (2011)	US$ 9.420 (Brasil: US$ 11.640)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	14,7% (2011); 9,2% (2010); 4,8% (2009); 8,4% (2008)
IDH (2011)	0,686 (101º lugar)
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER (2011)	65,0 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2009)	99,6%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	2,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Manat Turcomeno (1,00 USD = 2,85 TMT)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	Não há estimativa

.Fontes: Banco Mundial e PNUD

INTERCÂMBIO COMERCIAL
(US$ milhões fob) - *Fonte: MDIC*

BRASIL→ TURCOMENISTÃO	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**
Intercâmbio	**15,1**	**9,9**	**6,9**	**8,1**	**13,3**	**13,8**	**5,5**	**4,0**	**7,5**	**3,41**
Exportações	7,4	8,0	3,5	7,5	12,6	12,3	5,1	3,6	7,2	3,4
Importações	7,7	1,9	3,4	0,6	0,7	1,5	0,4	0,4	0,3	0,01
Saldo	0,3	6,1	0,1	6,9	11,9	10,8	4,7	3,2	6,9	3,39

PERFIS BIOGRÁFICOS

Gurbanguly Berdimuhamedov

Presidente

Nasceu em 1957, em Babarat, próxima à capital do Turcomenistão, Ashgabat. Formou-se em Odontologia no Instituto Estatal Médico Turcomeno em 1979, e especializou-se em Ciências Médicas em Moscou.

Em 1992, tornou-se parte do corpo docente do Instituto Médico Estatal e, em 1995, foi nomeado Chefe do Centro Odontológico do Ministério da Saúde e Indústria Médica.

Sua carreira política iniciou-se em 1997, quando foi escolhido Ministro da Saúde e Indústria Médica. Em 2001, foi designado Vice-Primeiro-Ministro. Em 21 de dezembro de 2006, com a morte do Presidente Saparmurat Niyazov, foi designado Presidente provisório, até ser eleito em fevereiro de 2007. Foi reeleito em 2012.

Rashid Meredov

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nasceu em Ashgabat, em 1960. De 1990 a 1991, foi Consultor-Chefe do Ministério da Justiça do Turcomenistão e, de 1991 a 1993, Chefe do Departamento de Direito da Presidência. Em 1994 tornou-se Presidente do Comitê de Direito da Assembleia Turcomena e, em 1996, Vice-Diretor do Instituto Nacional de Democracia e Direitos Humanos do Turcomenistão.

Em 1999, foi nomeado Vice-Primeiro-Ministro das Relações Exteriores. Ainda em 1999, tornou-se Vice Presidente da Assembleia do Turcomenistão e, em 2001, foi eleito Presidente da Assembleia. Naquele mesmo ano, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Em agosto de 2001, tornou-se Diretor do Instituto Nacional de Democracia e Direitos Humanos do Turcomenistão e, de 2003 a 2005, Vice-Presidente do Gabinete dos Ministros. Em 2007, foi nomeado novamente Ministro dos Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

O estabelecimento de relações bilaterais entre o Brasil e o Turcomenistão ocorreu em 1996. As relações permaneceram protocolares até 2006, quando a abertura de Embaixada residente do Brasil em Astana viabilizou contatos mais regulares entre autoridades dos dois países.

Em maio de 2007, o então Assessor Especial para a Ásia do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Embaixador João Gualberto Marques Porto, esteve em Ashgabat no âmbito de missão a países da região, e foi recebido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Rashid Meredov. Na ocasião, foi manifestado à parte turcomena o desejo brasileiro de dar um passo qualitativo nas relações bilaterais, buscar maior conhecimento mútuo e trocar informações sobre as agendas bilateral e multilateral. O Assessor Especial para a Ásia do MRE também manifestou satisfação pelo fato de que Brasil e Turcomenistão compartilham vários pontos de vista sobre temas gerais da agenda internacional.

Em 2010, o então Embaixador do Brasil em Astana, Frederico Meyer, visitou Ashgabat, ocasião em que manteve contatos exploratórios sobre cooperação agrícola com o Presidente da Empresa Estatal de Recursos da Terra, Sr. Veli Mamedov, em especial na esfera do algodão. Na ocasião, também foi assinado Memorando de Entendimento entre o clube de futebol brasileiro "Olé Brasil Futebol Clube" e as autoridades turcomenas, para o treinamento de jogadores turcomenos em Ribeirão Preto.

No âmbito do esforço turcomeno de expandir a presença diplomática do país no mundo, o Presidente Berdimuhamedov afirmou, em dezembro de 2010, que "é chegada a hora de fortalecer os laços com a América Latina, uma das áreas mais dinâmicas do mundo em desenvolvimento", e fez menção ao Brasil como um dos países da região onde "se deve pensar em designar Embaixador". Nesse sentido, o Governo turcomeno designou a Senhora Aksoltan Toreevna Ataeva, representante do país na ONU, como Embaixadora não-residente no Brasil.

Em 2011, o então Encarregado de Negócios da Embaixada do Brasil em Astana visitou o Turcomenistão, para solicitar o apoio turcomeno à vitoriosa candidatura do Professor José Gaziano da Silva à Direção-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Nesta ocasião, o Chanceler turcomeno transmitiu-lhe o interesse de seu Governo em poder contar com a presença da Petrobrás nas atividades de extração de gás e petróleo no Turcomenistão, mormente no setor "off-shore" no Mar Cáspio.

Em 2011, por ocasião de entrega de credenciais do atual Embaixador brasileiro junto ao Governo turcomeno, Oswaldo Biato Jr., foi transmitido convite do Ministro das Relações Exteriores para que o Chanceler Rashid

Meredov visitasse o Brasil, como parte do processo de aprofundamento das relações bilaterais. Na ocasião, o Chanceler turcomeno agradeceu o convite e propôs que, como passo inicial preparatório, fosse constituído mecanismo bilateral regular de consultas políticas. Durante a mesma visita, foi mencionado pelo Ministro da Agricultura do país o interesse turcomeno em importar carne brasileira, que poderia chegar ao país através do Irã, para o qual o Brasil já exporta montantes consideráveis do produto.

A Embaixadora não-residente no Brasil, Aksoltan Ataeva, fez entrega da cópia de suas credenciais à Chefe do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores (MRE) em 14/05/2012. Após o referido ato, manteve encontros com a área política do Itamaraty, tendo reconhecido que a falta de conhecimento mútuo deve ser superada. Indicou a intenção de acercar-se da Embrapa, da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), de setores relacionados a energia, carne, "alimentos em geral", além de algodão, seda e têxteis. Consultou, ainda, sobre como fazer uma eventual nomeação de um cônsul honorário no Rio de Janeiro, até que houvesse uma decisão sobre a abertura de uma Embaixada residente de seu país.

A vinda do Presidente Gurbanguly Berdimuhamedov ao Brasil, em junho de 2012, para chefiar a delegação turcomena à Conferência Rio+20 foi a primeira visita de grande relevância política bilateral. Está prevista, para abril do corrente ano, visita ao Turcomenistão da Subsecretária-Geral de Política do MRE, Embaixadora Maria Edileuza Reis.

A Embaixada do Brasil em Astana indicou que haveria oportunidades para empresas brasileiras atuarem no Turcomenistão nos setores de aviação, petróleo e gás, construção civil e alimentação. Na área de aviação civil, a Embraer está ciente das oportunidades no país, cuja linha aérea estatal, "Turkmenhowayollary" (Turkmenistan Airlines), pretende substituir seus velhos e desatualizados Boeing 717, até 2014, por aviões mais modernos, com características semelhantes aos dos E-jets da Embraer. Em maio de 2010, delegação da Embraer visitou Ashgabat e convidou altos funcionários da "Turkmenhowayollary" para realizar visita ao Brasil, o que acabou ocorrendo no contexto de missão precursora enviada pelo Governo turcomeno para preparar a vinda do Presidente Berdimuhamedov à Rio+20.

Na área de construção civil, o Turcomenistão possui metas ambiciosas para expandir e reconstruir diversas cidades, dentro de um estilo peculiar associado ao país, a começar por Ashgabat, a capital. Contando com os recursos gerados pelas exportações de gás, e sem maiores planos de industrialização ou investimentos em educação, o Governo do Presidente Berdimuhamedov destina a maior parte de suas verbas à construção de moradias, palácios e praças monumentais. Tais obras são

entregues, em geral, a construtoras turcas, que faturam US$ 4 bilhões por ano no país, ou à empresa "Bouygues", que se especializou em erguer os principais prédios oficiais do Governo.

O comércio bilateral ainda é pouco significativo, tendo totalizado US$ 3,4 milhões em 2012, o valor mais baixo desde 2002. Quase todo o valor do intercâmbio provém de exportações brasileiras, cujos principais produtos exportados no ano passado foram carnes (93,20% do total da pauta), niveladores (4,51%) e preparações capilares (1,41%). Os principais produtos importados foram camisetas (44,52%), microprocessadores (30,14%) e negros de carbono (25,34%). Entretanto, afiguram-se oportunidades em comércio, como a exportação brasileira de colheitadeiras, que já ocorreu em anos anteriores, e de aviões da Embraer, que poderia impulsionar as cifras comerciais.

Assuntos consulares

Não há informação sobre brasileiros vivendo no Turcomenistão, e tampouco há consulados honorários brasileiros no país.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de concessões de créditos oficiais a tomador soberano do Turcomenistão.

POLÍTICA INTERNA

O primeiro Presidente do Turcomenistão, Saparmurat Niyazov, ou *Turkmenbashi* ("pai dos turcomenos", título que outorgou a si mesmo oficialmente), governou o Turcomenistão desde que se tornou Secretário-Geral do Partido Comunista em 1985. Criou o "Partido Democrático", único partido legal do país, para dar sustentação política ao Governo. Acumulava o cargo de Presidente (vitalício, a partir de 1999) com o de Primeiro-Ministro e de Comandante Supremo das Forças Armadas (a Constituição de 1992 facultava-lhe escolher um Primeiro-Ministro, o que não ocorreu). Firmou-se no poder suprimindo a oposição, restringindo a liberdade de expressão e impondo um controle férreo sobre todos os órgãos do Governo.

O dirigente, falecido em 2006, gozava de popularidade, moldada pelo onipresente culto à personalidade e pelo controle absoluto dos meios de comunicação, e à custa de benefícios como emprego garantido, moradia e seguridade social para todos, além de água, luz e gás gratuitos, tudo possibilitado pela renda auferida das exportações de gás natural. Após a morte de Niyazov, o Vice-Primeiro-Ministro Gurbanguly Berdimuhamedov assumiu interinamente o Governo. Foram convocadas eleições pelo Khalk Maslahaty ("Conselho do Povo"), que referendaram seu nome no cargo de Presidente da República.

Em janeiro de 2012, foi aprovada pelo legislativo turcomeno a criação de um novo partido político, representando os interesses da "União de Industriais e Empreendedores do Turcomenistão". O novo partido, embora alinhado ao Governo, pôs fim ao regime de "partido único" que vigorava desde 1991. A iniciativa de propor a criação do novo partido coube ao próprio Presidente, que já em 2010 anunciava sua intenção de pôr fim ao unipartidarismo.

Apesar de Berdimuhamedov ter eliminado os excessos do Governo Niyazov, o país ainda é fortemente autocrático e a sociedade turcomena é reclusa e avessa ao contato com o estrangeiro. Não existe separação de poderes, nem uma economia de mercado, na medida em que órgãos estatais controlam todos os aspectos da vida do país. Por esse motivo, o Turcomenistão é objeto regular de avaliações negativas por parte da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) no que tange aos Direitos Humanos. Não obstante a falta de liberdade democrática, a maior parte dos analistas considera que, devido à disponibilidade de serviços sociais e públicos altamente subsidiados para a população, não há instabilidade no plano interno. Nesse sentido, cabe observar a ausência no Turcomenistão de movimentos islâmicos extremistas, apesar de quase 90% da população professar a fé muçulmana (sunita).

O Parlamento é unicameral e denominado Assembleia Nacional, ou Mejlis. Há 125 membros eleitos por voto popular para um mandato de cinco anos, mas todos são pré-aprovados pelo Presidente da República.

POLÍTICA EXTERNA

Desde 1991, a política externa do Turcomenistão tem sido orientada pelo princípio constitucional da "neutralidade permanente". Porém, contrariamente ao seu antecessor, que intencionalmente isolou o país dos seus vizinhos e da comunidade internacional, o Presidente Berdimuhamedov tem procurado elevar o perfil do Turcomenistão no exterior. Assim, logrou que as Nações Unidas aceitassem estabelecer, em Ashgabat, a sede do Centro Regional de Diplomacia Preventiva para a Ásia Central em 2007, aberto com o apoio de todas as repúblicas centro-asiáticas, e cujo foco é o tratamento de problemas transfronteiriços críticos na Ásia Central, como ameaças à segurança, compartilhamento de recursos hídricos e o desastre ambiental do Mar de Aral.

Além disso, em 2012, o Presidente Berdimuhamedov realizou duas visitas internacionais não dirigidas a parceiros bilaterais, as quais são pouco frequentes na diplomacia do país. Além de comparecer à Rio+20, o Presidente turcomeno esteve, no final de agosto, na 17ª Cúpula do Movimento de Países Não-Alinhados, em Teerã. Berdimuhamedov evitou envolver seu país nos acalorados debates sobre a crise síria, mas aproveitou a ocasião para oferecer Ashgabat como sede da Conferência dos Países-Não-Alinhados em 2015, dedicada ao fortalecimento do "diálogo global para a paz e segurança". Berdimuhamedov vê o Movimento-Não-Alinhado, para o qual seu país acedeu logo após a independência, como um foro valioso para aumentar o perfil internacional do Turcomenistão. Entretanto, o Turcomenistão não participa de mecanismos regionais, como a Organização de Cooperação de Xangai (OCX).

De qualquer modo, o relacionamento externo do país ainda é pautado, em sua maior parte, pelas questões energéticas. No tocante à Rússia, tradicional aliado, a relação sofreu desgaste após a interrupção unilateral da importação do gás turcomeno em 2009. A China aproveitou-se dessa oportunidade para oferecer-se como parceiro confiável, construindo, naquele mesmo ano, gasoduto que liga o Turcomenistão à China através do Uzbequistão e do Cazaquistão. Além disso, o Governo chinês ofereceu um total de US$ 13 bilhões em empréstimos a Ashgabat entre 2009 e 2011.

A União Europeia, por sua vez, vem apoiando o chamado consórcio Nabucco - projeto que prevê um gasoduto conectando a região do Mar Cáspio, o Oriente Médio e o Egito com os mercados da Europa Ocidental e Central - o qual necessita do gás turcomeno para ser viabilizado. No entanto, defendendo seus interesses, Rússia e China se posicionaram contra a construção do referido gasoduto. Em julho e setembro de 2012, a nova Representante Especial da União Europeia para a Ásia Central, Sra.

Patrícia Flor, e o Comissário de Energia da União Europeia, Günter Oettinger, visitaram o Turcomenistão com a missão de convencer Ashgabat a engajar-se na construção do projeto.

O Turcomenistão também tem atraído, recentemente, a atenção das potências ocidentais, por sua posição estratégica vizinha ao Afeganistão e ao Irã, além de ser um aliado comum na luta contra o terrorismo islâmico. Assim, o Turcomenistão coopera com as forças da OTAN no Afeganistão, permitindo a entrega de suprimentos não-letais através de seu território e espaço aéreo, e procura apoiar o atual Governo afegão. Em 2007, assinou com Cabul um Acordo de Cooperação que abrange temas como a construção do gasoduto TAPI (Turcomenistão-Afeganistão-Paquistão-Índia), fornecimento de energia e realização de esforços conjuntos para o combate ao narcotráfico.

As relações com o Azerbaijão são marcadas por disputas de soberania do Mar Cáspio, zona rica em recursos energéticos. Em julho de 2012, aflorou novamente a disputa entre Ashgabat e Baku em torno do controle do campo de petróleo Serdar/Kyapaz, depois que o Turcomenistão anunciou planos para realizar estudos geológicos nessa área. Um barco de prospecção turcomeno, que realizaria levantamento científico no campo, foi detido por unidade naval azeri, motivando protestos do Governo turcomeno. O Azerbaijão, por sua vez, afirmou que o levantamento geológico turcomeno violaria entendimento bilateral de 2008, pelo qual ambos os países se comprometeram a não realizar estudos ou explorar petróleo em áreas litigiosas. Após ameaças, com o Azerbaijão reservando-se o direito de tomar medidas para defender seus direitos de soberania no Mar Cáspio, e o Turcomenistão aventando levar a questão à arbitragem internacional, as autoridades dos dois países concordaram em reiniciar negociações bilaterais sobre a posse de Serdar/Kyapaz.

Assim como o Uzbequistão, o Turcomenistão preocupa-se com o gerenciamento da água na Ásia Central, quase toda oriunda do Tadjiquistão e da República Quirguiz, países pobres em recursos energéticos, porém ricos em recursos hídricos. Os planos destes países para construir barragens põem em risco a capacidade do Turcomenistão e do Uzbequistão de irrigar suas vastas plantações de algodão.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTO

Por ser país majoritariamente constituído por desertos, que ocupam 80% de sua área, o Turcomenistão depende primordialmente de seus enormes recursos de gás natural e petróleo para a sua sobrevivência econômica. O gás é o carro-chefe da economia, totalizando cerca de 80% das exportações, seguido por petróleo, petroquímicos, têxteis e algodão.

O Ministro do Petróleo e Gás do Turcomenistão, Kakageldy Abdullayev, anunciou, em 2012, durante "Conferência de Petróleo e Gás do Turcomenistão", que o país possui reservas de 20,8 bilhões de toneladas de petróleo e 50,8 trilhões de m³ de gás. Na mesma oportunidade, o Ministro anunciou que o Turcomenistão, que hoje produz 75 bilhões de m³ por ano, iria aumentar a sua produção para 250 bilhões de m³ em 2030. Naturalmente, esses planos dependerão não apenas da capacidade do país de explorar campos hoje intocados, por meio de investimentos externos, como também da criação de novos meios de escoamento do gás para o exterior, especialmente por meio dos gasodutos Trans-Cáspio e TAPI.

Ambos os gasodutos têm ocupado a atenção das autoridades turcomenas recentemente. Apesar do forte interesse da União Europeia no Trans-Cáspio, o aumento das tensões bilaterais com o Azerbaijão dificulta o processo de incorporação dos azeris no empreendimento, a rigor mais interessante para europeus e turcomenos do que para o Azerbaijão. Na ausência de uma solução que permita expandir consideravelmente as exportações de gás turcomeno para a Europa, o principal beneficiado é mesmo a China, que continua a fortalecer seu relacionamento energético com o Turcomenistão. Assim, ao cabo de importantes negociações bilaterais em julho último, o Turcomenistão e China acordaram aumentar o volume de gás turcomeno a ser exportado à China de 30 para 65 bilhões de m³ por ano. A esse entendimento seguiu-se a assinatura de Acordo de Cooperação Bilateral que prevê a concessão de empréstimos subsidiados chineses para o Turcomenistão, a serem utilizados na aquisição de equipamentos para desenvolver o maior campo de gás do país, Galkynysh.

As dificuldades relacionadas à construção do gasoduto Trans-Cáspio, bem como a preocupação do Turcomenistão em não reeditar com a China sua antiga dependência com a Rússia, levou o Governo turcomeno a, mais uma vez, priorizar o projetado gasoduto Turcomenistão-Afeganistão-Pakistão-Índia (TAPI). Com 1.800 km de extensão, o TAPI ligaria os depósitos de gás no centro-sul do Turcomenistão ao grande mercado consumidor da Índia. Embora sejam muitos os obstáculos à construção do TAPI - o maior deles a relutância da Índia em aceitar receber gás turcomeno via território paquistanês - o Turcomenistão continua

empenhado no projeto, sobretudo após a vitória expressiva que representou a assinatura, em maio último, do acordo constitutivo do TAPI, após mais de vinte anos de negociações.

A despeito da insistência com a qual as autoridades turcomenas transmitem a mensagem de que o país é imune à crise econômica mundial, crescem os indícios de dificuldades econômicas que atingem não apenas cidadãos, mas também empresas estatais de grande porte. Assim, em 2012, ocorreu um choque de preços de alimentos básicos. O preço do trigo aumentou entre 200 e 300%, aparentemente como resultado da má colheita. O preço da carne igualmente sofreu aumento significativo, levando as autoridades a impor controle de preços, o que só favoreceu o crescimento do mercado negro. Finalmente, os preços médios dos voos internacionais operados pela companhia aérea nacional "Turkmenhowayollary" duplicaram, enquanto os preços dos voos internos sofreram aumento de 12%.

ANEXOS

Cronologia histórica

1991	Independência do país.
1992	Saparmurat Niyazov é eleito Presidente por voto popular, em eleição sem outros candidatos.
1994	O mandato presidencial é estendido até 2002 por meio de referendo popular.
1999	Por meio de voto da Assembleia Nacional, Niyazov é declarado Presidente vitalício.
2006	O Presidente Niyazov falece após sofrer enfarto. Gurbanguly Berdimuhamedov assume a Presidência interina.
2007	Berdimuhamedov é eleito Presidente em eleição sem outros candidatos.
2012	Berdimuhamedov é reeleito Presidente concorrendo com outros candidatos.

Cronologia das relações bilaterais

1996	Estabelecimento das relações diplomáticas.
2007	Missão ao Turcomenistão do Assessor Especial para a Ásia do MRE.
2012	Visita ao Brasil do Presidente Gurbanguly Berdimuhamedov para participar da Conferência Rio +20.

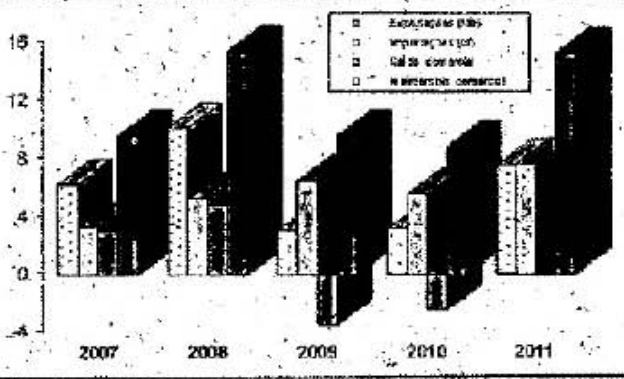
Dados econômico-comerciais

TURCOMENISTÃO: COMÉRCIO EXTERIOR

US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-set)	2012 (jan-set)
Exportações (fob)	6,3	10,1	3,1	3,2	7,6	5,3	7,8
Importações (cif)	3,3	5,3	6,5	5,6	7,7	5,6	7,1
Saldo comercial	3,0	4,8	-3,5	-2,4	-0,1	-0,5	0,6
Intercâmbio comercial	9,6	15,4	9,6	8,9	15,3	11,1	14,9

Elaborado pelo MRE/DEPROC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

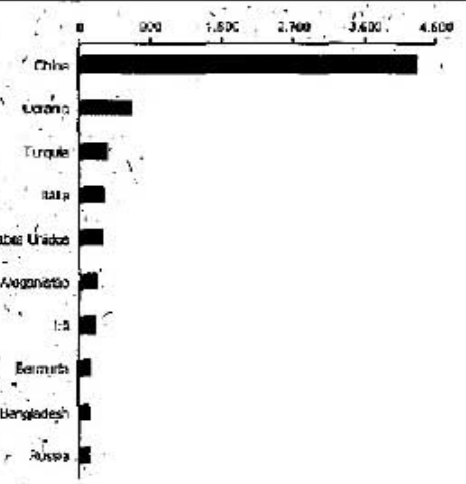


O comércio exterior do Turcomenistão apresentou, em 2011, variação de 59% em relação a 2007, passando de US$ 9,6 bilhões para US$ 15,3 bilhões. No ranking do FMI de 2011, o Turcomenistão figurou como o 95º mercado mundial, sendo 95º na exportação e 111º na importação.

TURCOMENISTÃO: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US$ milhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
China	4.267	56,2%	5.093	65,6%
Ucrânia	668	8,8%	443	5,7%
Turquia	357	4,7%	205	2,6%
Itália	335	4,4%	352	4,5%
Emirados Árabes Unidos	309	4,1%	239	3,1%
Afeganistão	241	3,2%	208	2,7%
Irã	206	2,7%	159	2,0%
Bermuda	138	1,8%	119	1,5%
Bangladesh	131	1,7%	82	1,1%
Rússia	130	1,7%	118	1,5%
Brasil	*0,34*	*0,0%*	*0,01*	*0,0%*
Subtotal	6.782	89,4%	7.017	90,3%
Outros países	804	10,6%	753	9,7%
Total	7.586	100,0%	7.770	100,0%



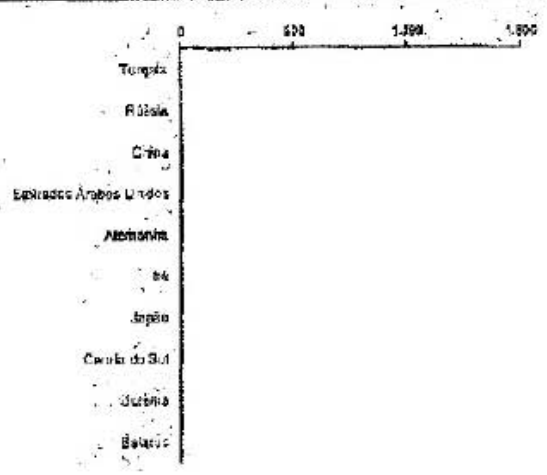
Elaborado pelo MRE/DEPROC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

As exportações do país são destinadas em grande parte aos países em desenvolvimento, que corresponderam a 90% do total exportado em 2011, dos quais 61% das vendas foram destinadas aos vizinhos asiáticos em desenvolvimento. As economias avançadas foram destino de apenas 7% do total em 2011. A China destacou-se com 56,2% da pauta. O Brasil obteve o 48º lugar entre os compradores em 2011.

TURCOMENISTÃO: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US$ bilhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
Turquia	1.642	21,4%	1.213	17,0%
Rússia	1.093	14,2%	979	13,7%
China	864	11,2%	1.515	21,2%
Emirados Árabes Unidos	619	8,1%	478	6,7%
Alemanha	454	5,9%	311	4,4%
Irã	303	3,9%	234	3,3%
Japão	297	3,9%	97	1,4%
Coreia do Sul	267	3,5%	187	2,6%
Ucrânia	265	3,5%	196	2,7%
Belarus	253	3,3%	181	2,5%
Brasil	*7,88*	*0,1%*	*3,48*	*0,0%*
Subtotal	**6.066**	**78,9%**	**5.398**	**75,5%**
Outros países	**1.618**	**21,1%**	**1.750**	**24,5%**
Total	**7.684**	**100,0%**	**7.148**	**100,0%**



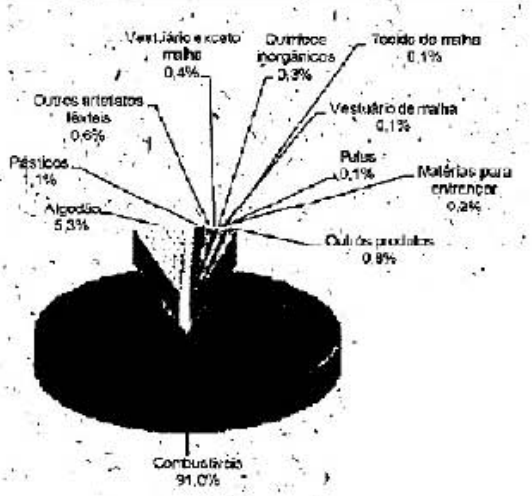
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

Em 2011, Turquia, Rússia, China e Emirados Árabes Unidos foram os principais fornecedores de produtos para o Turcomenistão e corresponderam a 55% das necessidades de importação do país. Destacaram-se também a Alemanha (5,9%); Irã (3,9%); Japão (3,9%); Coreia do Sul (3,5%); Ucrânia (3,5%) e Belarus (3,3%). O Brasil obteve o 37º lugar entre os vendedores em 2011.

TURCOMENISTÃO[1]: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2011 - em %

Descrição	% no total
Combustíveis	91,0%
Algodão	5,3%
Plásticos	1,1%
Outros artefatos têxteis	0,6%
Vestuário exceto malha	0,4%
Químicos inorgânicos	0,3%
Matérias para entrançar	0,2%
Vestuário de malha	0,1%
Peles	0,1%
Tecido de malha	0,1%
Subtotal	**99,2%**
Outros produtos	**0,8%**
Total	**100,0%**



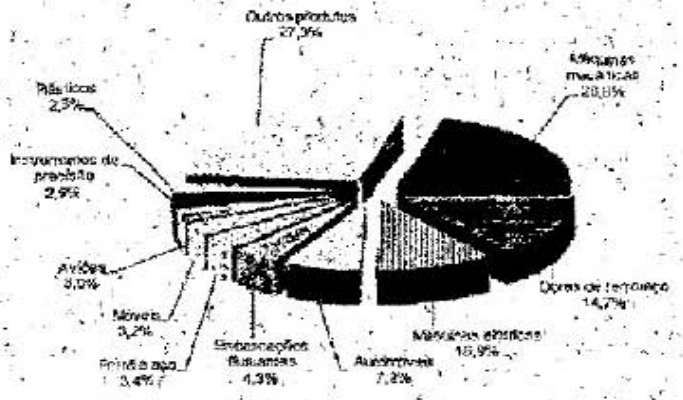
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

(1) O Turcomenistão não informou os dados à Tradelmap, portanto são dados dos parceiros comerciais.

Combustíveis (gás de petróleo e outros hidrocarbonetos gasosos e óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos) representam o principal produto da pauta de exportação com aproximadamente 91% do total em 2011. Em seguida destacaram-se algodão (5%) e plásticos (1%).

TURCOMENISTÃO[1]: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
2011 - em %

Descrição	% no total
Máquinas mecânicas	20,8%
Obras de ferro/aço	14,7%
Máquinas elétricas	10,9%
Automóveis	7,2%
Embarcações flutuantes	4,3%
Ferro e aço	3,4%
Móveis	3,2%
Aviões	3,0%
Instrumentos de precisão	2,9%
Plásticos	2,3%
Subtotal	**72,7%**
Outros produtos	**27,3%**
Total	**100,0%**



Elaborado pelo MREAD/PR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/WTO/Trademap

(1) O Turcomenistão não informou os dados ao Trademap, portanto não constam dos parceiros comerciais.

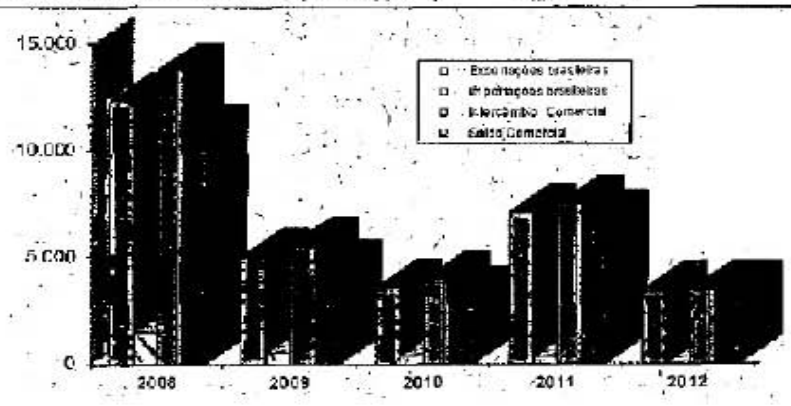
Máquinas mecânicas, obras de ferro/aço e máquinas elétricas totalizaram 46% da pauta de importações do Turcomenistão. Destacaram-se, também, automóveis (7%); embarcações flutuantes (4%); ferro e aço (3%); e móveis (3%).

BRASIL-TURCOMENISTÃO: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações brasileiras	**12.276**	**5.080**	**3.607**	**7.165**	**3.438**
Variação em relação ao ano anterior	-2,3%	-58,6%	-29,0%	98,6%	-52,0%
Importações brasileiras	**1.462**	**534**	**382**	**339**	**11**
Variação em relação ao ano anterior	120,0%	-63,5%	-28,5%	-11,1%	-96,8%
Intercâmbio Comercial	**13.739**	**5.614**	**3.989**	**7.505**	**3.449**
Variação em relação ao ano anterior	3,9%	-59,1%	-28,9%	88,1%	-54,0%
Saldo Comercial	**10.814**	**4.546**	**3.226**	**6.826**	**3.427**

Elaborado pelo MREAD/PR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicewb.

No ranking do comércio exterior brasileiro, o Turcomenistão figurou como o 178º parceiro comercial. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país apresentou decréscimo em todo o quinquênio analisado, passando de US$13, 7 milhões em 2008 para US$ 3,5 milhões em 2012.

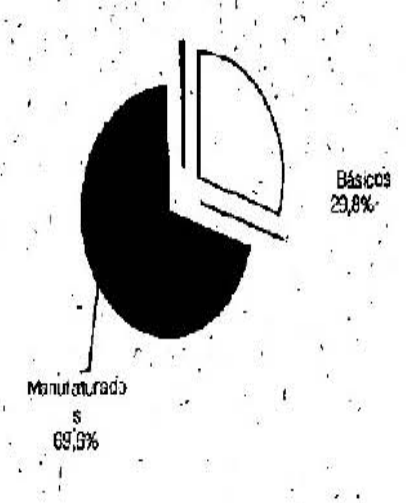


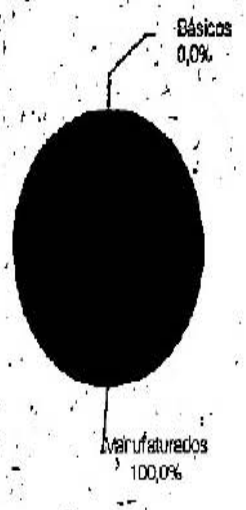
BRASIL-TURCOMENISTÃO: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US$ mil, fob - 2012

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	1.025,6	29,8%	0,0	0,0%
Semimanufaturados	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Manufaturados	2.393,1	69,6%	10,9	100,0%
Transações especiais	19,3	0,6%	---	---
Total	**3.438,0**	**100,0%**	**10,9**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC

As exportações brasileiras para o Turcomenistão são compostas por produtos manufaturados sendo a maior parte representada por preparações de conservas de bovinos, no ano de 2012. Carnes de frango representaram 29,8% dos produtos básicos exportados para o país em 2012. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados totalizam a pauta em 2012, quais sejam: camisetas de malha, microprocessadores e negros de carbono.





BRASIL-TURCOMENISTÃO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Preparações de carne	1.470	427	2.179	63,4%
Carnes	0	0	1.026	29,8%
Máquinas mecânicas	1.071	6.640	155	4,5%
Perfumaria	63	52	48	1,4%
Subtotal	**2.604**	**7.118**	**3.408**	**99,1%**
Outros produtos	**1.004**	**47**	**30**	**0,9%**
Total	**3.607**	**7.165**	**3.438**	**100,0%**

Exportações brasileiras para o Turcomenistão, 2012

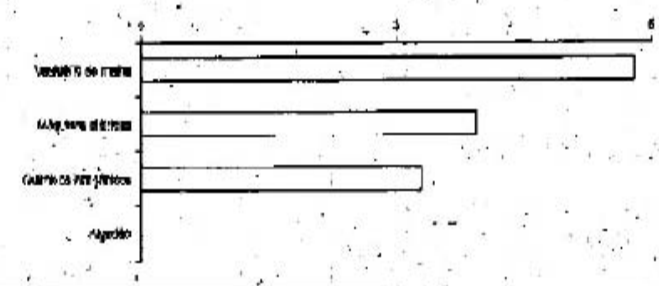
Elaborado pela ABEL/APEX - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da SECEX/MDIC

A pauta de exportação brasileira para o Turcomenistão é concentrada. Preparações de carne, principalmente preparações alimentícias e conservas de bovinos, representaram 63,4% do total. Carnes, principalmente carnes de frango congeladas, representaram 29,8%. Seguiram-se máquinas mecânicas com 4,5% e perfumaria 1,4%.

BRASIL-TURCOMENISTÃO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Vestuário de malha	0,0	0,0	4,8	44,5%
Máquinas elétricas	0,0	1,3	3,3	30,1%
Químicos inorgânicos	0,0	0,0	2,8	25,3%
Algodão	242,8	337,6	0,0	0,0%
Subtotal	**242,8**	**338,9**	**10,9**	**100,0%**
Outros produtos	**139,1**	**0,5**	**0,0**	**0,0%**
Total	**381,9**	**339,4**	**10,9**	**100,0%**

Importações brasileiras originárias do Turcomenistão, 2012



Elaborado pela ABEL/APEX - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da SECEX/MDIC

As importações brasileiras originárias do Turcomenistão apresentaram alto grau de concentração. Apenas três produtos totalizaram a pauta em 2012: camisetas "T-Shirts" de malha de algodão representaram 44,5% do total, microprocessadores com 30,1% e naços de carbono com 25,3%.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DO CAZAQUISTÃO

Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Fevereiro de 2013

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Cazaquistão
CAPITAL	Astana
ÁREA	2.717.300 km² (pouco menos que as áreas dos Estados do Amazonas e Pará juntos)
POPULAÇÃO (2011)	16,2 milhões (equivalente à população do Estado do Rio de Janeiro)
IDIOMAS OFICIAIS	Cazaque e russo
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Muçulmanos (70,2%), cristãos ortodoxos (26,6%), budistas, judeus e outras (3,6%)
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral: Senado e "*Majilis*" (Conselho)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Nursultan Nazarbayev (desde 1991)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Serik Akhmetov (desde 2012)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Erlan Idrissov (desde 2012)
PIB NOMINAL (2011)	US$ 188,050 bilhões (Brasil: US$ 2,785 trilhões)
PIB PPP (2011)	US$ 216,907 bilhões (Brasil: US$ 2,289 trilhões)
PIB NOMINAL PER CAPITA (2011)	US$ 11.357 (Brasil: US$ 12,594)
PIB PPP PER CAPITA (2011)	US$ 13.099 (Brasil: US$ 51.760)
VARIAÇÃO DO PIB	7,5% (2011); 7,3% (2010); 1,2% (2009); 3,3% (2008)
IDH (2011)	0,745 (67º lugar entre 187 países; Brasil é o 84º)
EXPECTATIVA DE VIDA	67,0 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	99,7%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	5,2%
UNIDADE MONETÁRIA	Tenge
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	39 indivíduos

Fontes: Banco Mundial e PNUD

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões fob) - *Fonte: MDIC*

BRASIL→ CAZAQUISTÃO	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**
Intercâmbio	**10,5**	**18,4**	**40,3**	**75,2**	**52,6**	**57,8**	**37,6**	**87,4**	**190,3**	**200,2**
Exportações	7,4	13,3	31,8	40,1	41,2	45,6	25,8	48,3	112,7	120,1
Importações	3,1	5,1	8,5	35,1	11,4	12,2	11,8	39,1	77,6	80,1
Saldo	4,3	8,2	23,3	5	29,8	33,4	14	9,2	35,1	40

PERFIS BIOGRÁFICOS

Nursultan Nazarbayev
Presidente da República

Nasceu em 1940, na vila de Chemolgan, no Cazaquistão. Graduou-se na escola técnica do complexo industrial metalúrgico de Karaganda. É doutor em Ciências Econômicas.

Em 1984, tornou-se Presidente do Conselho de Ministros (Chefe de Governo) da República Soviética do Cazaquistão. Em 1989, foi indicado Primeiro-Secretário do Partido Comunista da República Soviética do Cazaquistão pelo então Presidente da União Soviética, Mikhail Gorbachev.

Em 1990, assumiu a Presidência do Soviete Supremo da República Soviética do Cazaquistão e, em 1991, foi eleito Presidente da República do Cazaquistão. Em 1995, teve o mandato presidencial estendido até 2000, por meio de referendo popular. Foi reeleito presidente em 1999, 2005 e 2011.

Serik Akhmetov
Primeiro-Ministro

Nasceu em 1958, em Temirtau, Cazaquistão. Graduou-se na Academia de Gestão da Indústria Metalúrgica de Karaganda. É doutor em Ciências Econômicas.

Trabalhou na administração da Província de Karaganda e na Presidência da República. Foi Prefeito de Temirtau e Vice-Prefeito de Astana. Também foi Presidente da associação nacional de empresários Atameken.

Em 2006, foi nomeado Ministro dos Transportes e Comunicações. Em 2009, tornou-se Vice-Primeiro-Ministro e, em 2012, foi nomeado Primeiro-Ministro pelo Presidente Nazarbayev.

Erlan Idrissov
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nasceu em 1959, em Karkaralinsk, Cazaquistão. Estudou Relações Econômicas Internacionais no Instituto de Relações Internacionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros da União Soviética (1976-1981), e Relações Internacionais na Academia Diplomática da União Soviética (1990-1992).

Trabalhou no Comitê de Cooperação Econômica da União Soviética (1981-1985), sediado no Paquistão, e no Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Soviética do Cazaquistão (1985-1990). Após a independência de seu país, foi Primeiro Secretário na Missão do Cazaquistão na ONU (1992-1995), Diretor do Departamento das Américas no Ministério dos Negócios Estrangeiros (1995-1996), Assessor para Assuntos Internacionais do Presidente do Cazaquistão (1996-1997) e Vice-Primeiro-Ministro de Negócios Estrangeiros (1997-1999).

Foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros em 1999, cargo que exerceu até 2002. Posteriormente, foi Embaixador do Cazaquistão no Reino Unido (2002-2007) e nos Estados Unidos (2007-2012). Em setembro de 2012, foi novamente nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil e o Cazaquistão estabeleceram relações diplomáticas em 1993. Em 2006, o Brasil abriu Embaixada residente em Astana, capital cazaque.

O decreto de abertura da Embaixada do Cazaquistão em Brasília, a primeira do país na América Latina, foi publicado em 2012, e o Embaixador do Cazaquistão no Brasil, Bakhytzhan Ordabayev, apresentou suas cartas credenciais à Presidenta Dilma Rousseff em 23 de janeiro de 2013. A cerimônia oficial de inauguração da Embaixada do Cazaquistão em Brasília deverá ter lugar em setembro de 2013, quando o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Cazaquistão, Erlan Idrissov, deverá visitar o Brasil.

O Presidente do Cazaquistão, Nursultan Nazarbayev, visitou Brasília, em 2007. Por ocasião da visita, foram assinados: Acordo de Cooperação Econômica e de Comércio; Acordo de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais; e Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica em Agricultura e Pecuária.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou Astana em 2009.

O Brasil e o Cazaquistão mantêm reuniões regulares de consultas políticas, a última das quais ocorreu em Brasília, no dia 13 de abril de 2012. A próxima reunião está prevista para realizar-se em abril do ano corrente, em Astana.

Há iniciativas em curso em áreas como: cooperação técnica em agricultura (está em negociação Acordo Básico de Cooperação Técnica, cuja assinatura viabilizaria iniciativas como a implementação de Memorando de Entendimento assinado entre a Embrapa e a empresa agrícola cazaque KazAgroInnovation); extração mineral (a VALE possui escritório de representação na cidade cazaque de Almaty); e esportes – o clube de futebol Olé Brasil Futebol Clube assinou Protocolo de Entendimento com o Ministério do Esporte e Turismo do Cazaquistão para treinamento, no Brasil (Ribeirão Preto/SP), de jovens atletas e treinadores cazaques (o projeto já está na segunda fase de implementação). Há também potencial de cooperação em setores como construção civil e energias renováveis.

O fluxo comercial bilateral tem crescido significativamente nos últimos anos. O intercâmbio comercial atingiu o pico histórico em 2012, no valor de US$ 200,2 milhões. O Brasil teve superávit de US$ 40,1 milhões. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram aeronaves da Embraer (79,0% da pauta de exportações), carnes (12,8%) e fumo (1,4%). Os principais produtos importados pelo Brasil foram enxofre (70,0% da pauta de importações), chumbo (6,6%) e trióxido de cromo (2,2%).

Há grande potencial para aumento da exportação brasileira de carne e café.

A empresa catarinense WEG, que atua nas áreas de motores, automação, energia e tintas, analisa a possibilidade de instalar fábrica no Cazaquistão, de onde produziria e exportaria motores elétricos para toda a Comunidade dos Estados Independentes (CEI – grupamento formado por países da ex-União Soviética).

A Andrade Gutierrez, por sua vez, tem interesse em explorar o mercado cazaque de construção civil por meio de sua filial em Portugal, a Zagope. O Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty realizou missão empresarial exploratória ao Cazaquistão em 2005, e está organizando nova missão ao país, prevista para realizar-se no corrente ano. O Itamaraty também enviará representante para o VI Fórum Econômico de Astana, que acontecerá em maio deste ano.

A sintonia de opiniões em fóruns multilaterais é significativa, especialmente em temas como meio ambiente, desarmamento e não proliferação. Além disso, o Cazaquistão manifestou expressamente, em 2007, apoio ao pleito brasileiro a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Assuntos consulares

Há registro de 39 cidadãos brasileiros que residem atualmente no Cazaquistão. Dez desses brasileiros trabalham em clubes de futebol.

Ademais do setor consular da Embaixada do Brasil em Astana, brasileiros no Cazaquistão contam com assistência de um Consulado Honorário em Almaty (maior cidade do país).

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de concessões de créditos oficiais a tomador soberano do Cazaquistão.

POLÍTICA INTERNA

O Cazaquistão foi a ex-república soviética que melhor lidou com os desafios políticos e econômicos após a independência, em 1991, e goza de sistema político estável. O Cazaquistão evoluiu de uma república soviética atrasada, palco de testes nucleares e desastres ambientais, ao país mais próspero e mais bem-sucedido da Ásia Central.

As transformações positivas vividas pelo Cazaquistão podem ser creditadas, em certa medida, à liderança do Presidente Nazarbayev, que soube modernizar a economia cazaque, construindo uma base jurídica e legal capaz de atrair vultosos investimentos estrangeiros. Uma política econômica liberal e bons fundamentos macroeconômicos foram o diferencial que permitiu ao Cazaquistão – diferentemente do Turcomenistão e do Uzbequistão – converter suas grandes reservas de petróleo, gás e urânio em vetores de desenvolvimento econômico.

Em setembro de 2012, o Presidente Nazarbayev implementou reforma política, com a designação de um novo Primeiro-Ministro e nomeação de novo Conselho de Ministros. Pode-se depreender que a reforma é consequência da crescente preocupação do Presidente em equilibrar o crescimento econômico – até então a preocupação quase única do Governo – com políticas sociais que venham a diminuir a insatisfação de determinadas camadas populares e regiões do país, as quais se consideram excluídas das riquezas que vêm sendo geradas pela economia cazaque com o "boom" petrolífero. O "efeito Zhanaozen", referência aos distúrbios populares que eclodiram naquela cidade, em dezembro de 2011, e que foram seguidos de greves em uma série de empresas estatais e multinacionais no começo de 2012, impactou profundamente o Presidente e seus aliados, antes seguros da popularidade do regime.

Inovação da reforma ministerial foi a recente nomeação de Ministros jovens, que iniciaram suas carreiras após a independência do país, em 1991, e que, portanto, estariam livres do conservadorismo de quadros mais antigos, ainda muito influenciados pela herança soviética. No Cazaquistão, tem-se chamado "geração *Bolashak*" ("futuro") a esses novos políticos, essencialmente tecnocratas educados no exterior, que seriam supostamente mais capazes do que a velha burocracia de dirigir o país na globalizada economia mundial.

O Parlamento cazaque é dividido em duas casas, o Senado (Câmara alta) e o "Majilis" ("Conselho", a Câmara baixa).

O Senado possui 47 membros, assim eleitos: de cada uma das 14 regiões ("oblasts") do país, bem como de Astana e Almaty, as maiores e mais importantes cidades, são escolhidos dois Senadores, por votação indireta, com mandatos de seis anos. Os outros 15 Senadores são designados pelo Presidente, de modo a garantir a representação de interesses nacionais e culturais da sociedade.

Noventa e oito Deputados do Majilis são eleitos por voto popular. Os nove Deputados restantes são eleitos pela Assembleia do Povo do Cazaquistão – órgão consultivo, subordinado ao Presidente da República, e que representa numerosas nacionalidades do país. O mandato dos Deputados é de cinco anos.

POLÍTICA EXTERNA

As duas linhas mestras da política externa cazaque são: tornar o Cazaquistão uma das 50 maiores economias do mundo até 2015, e consolidar sua "política multivetorial", cujo objetivo é usar a aproximação com os Estados Unidos e com a União Europeia para contrabalançar o peso dos dois vizinhos gigantes, Rússia e China.

O Cazaquistão foi a última das ex-repúblicas soviéticas a declarar sua independência em relação à União Soviética, em 16 de dezembro de 1991.

A Rússia continua a ser o principal parceiro econômico do país. Em 1996, Cazaquistão, Rússia e Belarus deram início a projeto de União Aduaneira, consolidado em 2010. Ademais da livre circulação de pessoas entre os três países, foram extintas todas as barreiras aduaneiras ou alfandegárias no interior do Mercado Comum (razão pela qual os gráficos econômico-comerciais, ao final, não contemplam a participação de Rússia ou Belarus nas exportações e importações do Cazaquistão).

O Cazaquistão depende quase inteiramente de oleodutos russos para exportar seu petróleo ao exterior. Para a Rússia, o Cazaquistão é um parceiro vital, pois hospeda cinco milhões de habitantes russos e sua principal base de lançamentos espaciais (Baikonur). Da mesma maneira, o Cazaquistão representa um lucrativo mercado consumidor de bens industriais russos, e coopera estreitamente com o país em temas militares e estratégicos.

Para o Cazaquistão, quase tão importante quanto a Rússia é a China, país que vem aumentando rapidamente sua penetração econômica e geopolítica na Ásia Central. O interesse da China se dirige principalmente ao potencial econômico-comercial do Cazaquistão, em especial o suprimento de recursos energéticos, substituindo fornecedores menos confiáveis do Oriente Médio. Para o Cazaquistão, em contrapartida, a China representa não apenas uma fonte inesgotável de recursos para investimento em sua economia petrolífera, mas, sobretudo, um mercado alternativo que lhe permite diminuir sua dependência de rotas russas para a exportação de petróleo.

Do ponto de vista cazaque, as relações com os Estados Unidos e a União Europeia servem para contrabalançar o peso econômico e político da Rússia e da China. Neste ponto, o interesse cazaque se coaduna perfeitamente com os interesses dos norte-americanos e europeus, que

buscam ocupar espaços na economia cazaque e tentam convencer o Cazaquistão (assim como o Azerbaijão e o Turcomenistão) a aderir a um projeto turco-europeu de estabelecer uma rota via Cáucaso, para o petróleo originário do Mar Cáspio chegar ao Ocidente sem transitar por território russo. A solução preferida por europeus e americanos é, assim, um gasoduto transcaspiano ligando o Turcomenistão ao Azerbaijão e à Turquia. Consciente da oposição russa ao projeto, o Cazaquistão hesita em apoiá-lo abertamente, embora tenha até mais interesse do que os europeus em diminuir sua dependência da Rússia.

Decidido também a impulsionar a presença internacional do país, o Presidente Nazarbayev vem se dedicando a diversificar as relações do país. De um lado, tomou a decisão de abrir diversas Embaixadas em 2012, uma das quais no Brasil (outras foram criadas no Sudeste Asiático e uma na Finlândia). De outro, vem patrocinando iniciativas multilaterais de impacto. A primeira delas é a defesa do desarmamento e não proliferação nucleares, originária do prestígio conquistado pelo fato de o país ter renunciado à manutenção do arsenal herdado da União Soviética. Nesse esforço, o Cazaquistão alterna posições ao gosto das grandes potências – como a defesa do Protocolo Adicional ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) e sua disposição de sediar um banco de combustível nuclear disponível para os signatários do TNP – e posturas com as quais a Rússia e Estados Unidos divergem (a formação de uma zona livre de armas nucleares na Ásia Central e a campanha em favor de uma declaração favorável ao fim das armas nucleares).

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A independência do Cazaquistão foi seguida de grande crise econômica no país. Para fazer frente ao desafio de reerguer a economia cazaque, o Governo empreendeu uma década de penosas, porém bem sucedidas, reformas econômicas inspiradas em modelos ocidentais (ao contrário do Uzbequistão, que adotou política econômica autárquica e pouco dependente de investimentos externos).

As reformas resultaram em um "boom" de investimentos estrangeiros ao longo da década de 2000 (US$ 100 bilhões), boa parte dos quais se dirigiu ao setor de petróleo e gás, viabilizando o início da exploração de grandes reservas de petróleo, como Kashagan (9 bilhões de barris), Tingis (7 bilhões) e Karagachanak (8 bilhões). Quando esses grandes depósitos estiverem em plena produção, sobretudo Kashagan, o que deverá ocorrer entre 2015 e 2020, espera-se que o país esteja entre os cinco maiores exportadores mundiais de petróleo. Não obstante esse

sucesso econômico, o Cazaquistão conta com indústria e agricultura pouco diversificadas, o que exige importações de ampla gama de produtos, muitos dos quais poderiam ser fornecidos pelo Brasil.

A decisão do Cazaquistão de aderir à União Aduaneira Rússia-Belarus é compreensível à luz da vulnerabilidade histórica do país em relação à Rússia. Afinal, as autoridades cazaques são profundamente conscientes do fato de que a quase totalidade de suas exportações e importações depende de direitos de trânsito sobre território russo, que poderiam ser interrompidos no caso de uma confrontação bilateral. Contudo, em consonância com a concomitante aproximação com o Ocidente, o Cazaquistão também está em processo de adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC).

O Governo cazaque lançou, em 14/12/2012, novo e ambicioso plano de desenvolvimento econômico e social para o Cazaquistão, denominado "Estratégia 2050". O novo plano sucederá o anterior, denominado "Estratégia 2030", o qual foi adotado em 1997, quando o país ainda sofria para reerguer-se após a dissolução da União Soviética, e cujas principais metas já estariam praticamente alcançadas. A Estratégia 2050, comparativamente à sua antecessora, é consideravelmente mais ambiciosa. Enquanto a Estratégia 2030 buscava promover uma economia estável com padrões médios de consumo e produção, a Estratégia 2050 busca transformar o Cazaquistão em uma economia altamente desenvolvida até 2050, perspectiva inimaginável em 1997.

Para tanto, o documento propõe construir uma grande e moderna indústria manufatureira, por meio da expansão da infraestrutura energética e de transportes, e com base no mercado consumidor de 200 milhões de pessoas ao qual o país passou a ter acesso com sua participação na União Aduaneira com Rússia e Belarus. Preconiza o documento também a diversificação das exportações do país (atualmente fortemente concentradas em petróleo e gás), promoção da inovação tecnológica, incentivo a políticas ecologicamente sustentáveis e o desenvolvimento da agricultura, inclusive por meio do abastecimento adequado de água. Finalmente, o novo plano prevê elevar o país ao rol das 30 maiores e mais desenvolvidas economias do planeta até 2050. O foco da "Estratégia 2050" não se restringe, entretanto, a metas econômicas, estendendo-se à área social (saúde e educação), que ganhou especial importância após as manifestações anti-Governo de dezembro de 2011, as quais evidenciaram haver setores sociais fortemente insatisfeitos com a distribuição da riqueza nacional e com a pobreza que persiste fora dos grandes centros populacionais.

ANEXOS

Cronologia histórica

1991	Com o colapso da União Soviética, o Cazaquistão ganha independência. Nursultan Nazarbayev é eleito Presidente da República.
1995	Aprovada nova Constituição do Cazaquistão. Mandato presidencial é estendido por meio de referendo popular.
1996	Iniciados trâmites para o estabelecimento de União Aduaneira entre Cazaquistão, Rússia e Belarus.
1997	Astana torna-se a capital do Cazaquistão.
1999	Nazarbayev é reeleito Presidente.
2000	Criada a Comunidade Econômica Eurasiática, também integrada por Tadjiquistão e Quirguistão, com livre circulação de pessoas entre os cinco países membros.
2006	Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão assinam Tratado que proíbe a seus membros a elaboração, posse ou aquisição de armas nucleares ("Tratado de Semipalatinsk").
2009	Entrada em vigor do Tratado de Semipalatinsk, que estabelece uma "zona livre de armas nucleares" na Ásia Central.
2010	Estabelecida a União Aduaneira entre Cazaquistão, Rússia e Belarus, com vistas ao estabelecimento de um Mercado Comum.
2010	Cazaquistão assume a Presidência da Organização para a Cooperação e à Segurança na Europa (OCSE).
2011	Nazarbayev é novamente reeleito Presidente. O Cazaquistão assume a Presidência do Conselho de Chanceleres da Organização da Conferência Islâmica (OIC).

Cronologia das relações bilaterais

1993	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Cazaquistão.
1995	Visita ao Brasil do Chanceler Kassym-Jomart Tokayev para assistir à posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso.
1998	Missão do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos do Itamaraty ao Cazaquistão.
2005	Missão empresarial brasileira ao Cazaquistão.
2006	Missão do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos do Itamaraty

	ao Cazaquistão; visita do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros do Cazaquistão ao Brasil; abertura da Embaixada residente do Brasil em Astana.
2007	Visita do Presidente Nursultan Nazarbayev ao Brasil.
2009	Visita do Presidente Lula ao Cazaquistão.
2011	Visita da Subsecretária-Geral de Assuntos Políticos do Itamaraty ao Cazaquistão.
2012	Visita de dois Vice-Ministros de Negócios Estrangeiros do Cazaquistão ao Brasil. Abertura da Embaixada do Cazaquistão em Brasília.

Atos bilaterais

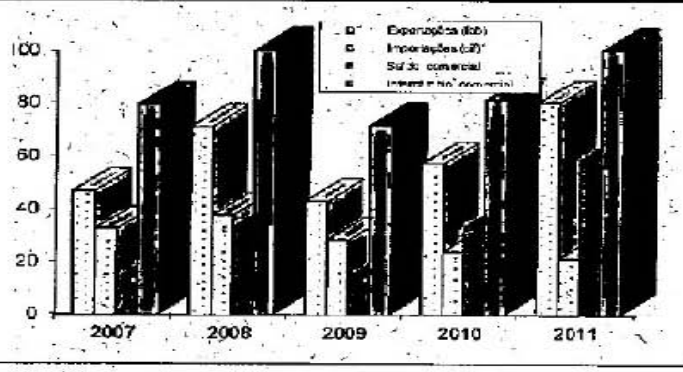
Título	Data de Celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais	27/09/2007	06/09/2008	05/09/2008
Acordo de Cooperação Econômica e de Comércio	27/09/2007	01/10/2009	06/02/2013

Dados econômico-comerciais

CAZAQUISTÃO: COMÉRCIO EXTERIOR
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-set)	2012 (jan-set)
Exportações (fob)	47,0	71,2	43,2	57,2	80,2	60,2	43,8
Importações (cif)	32,6	37,8	28,4	24,0	21,4	15,5	28,4
Saldo comercial	14,4	33,4	14,8	33,2	58,8	44,7	15,4
Intercâmbio comercial	79,6	109,0	71,5	81,3	101,6	75,7	72,2

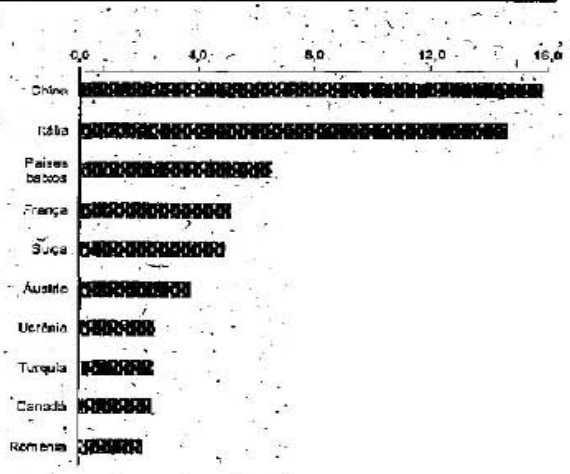
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013



O comércio exterior do Cazaquistão apresentou, em 2011, variação de 27,6% em relação a 2007, de US$ 79,6 bilhões para US$ 101,6 bilhões. No ranking do FMI, o Cazaquistão figurou como o 57º mercado mundial, sendo o 60º principal exportador e o 56º importador.

CAZAQUISTÃO: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US$ bilhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
China	15,9	19,8%	9,0	20,7%
Itália	14,7	18,3%	2,4	5,4%
Países baixos	6,6	8,2%	1,6	3,7%
França	5,2	6,5%	4,3	9,9%
Suíça	5,0	6,2%	0,4	0,9%
Áustria	3,8	4,7%	1,3	3,0%
Ucrânia	2,6	3,2%	2,0	4,5%
Turquia	2,6	3,2%	1,4	3,1%
Canadá	2,5	3,2%	2,2	5,1%
Romênia	2,3	2,8%	1,9	4,4%
...				
Brasil	*0,05*	*0,1%*	*0,05*	*0,1%*
Subtotal	61,1	76,2%	26,7	61,0%
Outros países	19,1	23,8%	17,1	39,0%
Total	80,2	100,0%	43,8	100,0%



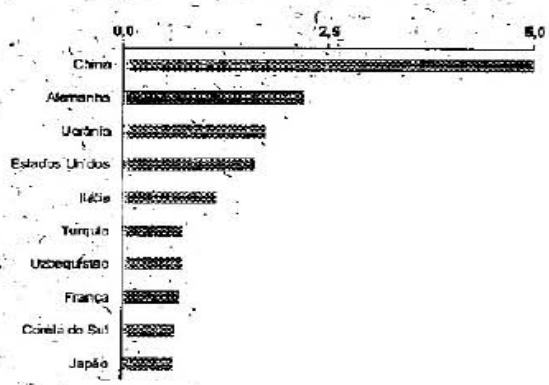
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

Aproximadamente 1/5 das exportações do Cazaquistão são destinados à China. Em 2011, as importações chinesas somaram 19,8% do total, seguida de Itália (18,3%); Países Baixos (8,2%); França (6,5%); e Suiça (6,2%). O Brasil obteve o 44º lugar entre os destinos do país em 2011, absorvendo 0,1% da oferta exportadora do Cazaquistão.

(Rússia e Belarus, por integrarem União Aduaneira com o Cazaquistão, não aparecem na tabela de exportações)

CAZAQUISTÃO: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US$ bilhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
China	5,0	23,4%	8,3	29,4%
Alemanha	2,2	10,3%	1,8	6,5%
Ucrânia	1,8	8,2%	1,4	4,8%
Estados Unidos	1,6	7,6%	0,8	2,6%
Itália	1,2	5,4%	0,9	3,0%
Turquia	0,8	3,5%	0,9	3,1%
Uzbequistão	0,8	3,5%	0,6	2,3%
França	0,7	3,3%	0,3	1,1%
Coréia do Sul	0,6	3,0%	0,7	2,5%
Japão	0,6	3,0%	0,5	1,6%
...				
Brasil	*0,3*	*1,6%*	*0,1*	*0,3%*
Subtotal	15,6	72,9%	16,3	57,4%
Outros países	5,8	27,1%	12,1	42,6%
Total	21,4	100,0%	28,4	100,0%



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

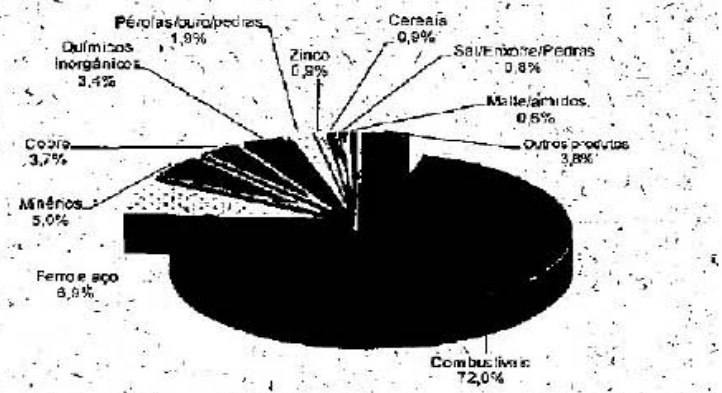
A China destaca-se como a principal fornecedora de bens ao Cazaquistão. Em 2011 respondeu com 23,4% do total, seguido da Alemanha (10,3%); Ucrânia (8,2%); e Itália (5,4%). O Brasil posicionou-se no 13º lugar, detendo 1,6% da demanda importadora do país.

(Rússia e Belarus, por integrarem União Aduaneira com o Cazaquistão, não aparecem na tabela de importações)

CAZAQUISTÃO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2011 - Em %

Descrição	% no total
Combustíveis	72,0%
Ferro e aço	6,9%
Minérios	5,0%
Cobre	3,7%
Químicos inorgânicos	3,4%
Pérolas/ouro/pedras	1,9%
Zinco	0,9%
Cereais	0,9%
Sal/Enxofre/Pedras	0,8%
Malte/amidos	0,6%
Subtotal	**96,2%**
Outros produtos	**3,8%**
Total	**100,0%**



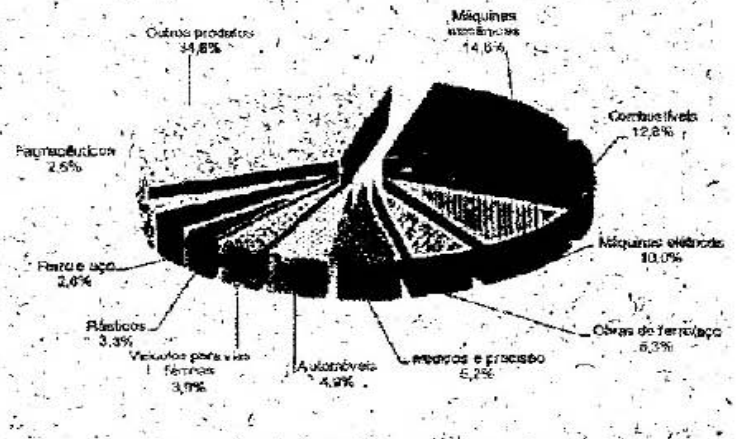
Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

A pauta de exportações do Cazaquistão é bastante concentrada. Combustíveis - sobretudo óleos brutos de petróleo - foram responsáveis por mais de 70% do total em 2011. Em seguida destacaram-se: ferro e aço (7%), minérios (5%) e cobre (4%).

CAZAQUISTÃO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

2011 - Em %

Descrição	% no total
Máquinas mecânicas	14,6%
Combustíveis	12,8%
Máquinas elétricas	10,0%
Obras de ferro/aço	5,3%
Médicos e precisão	5,2%
Automóveis	4,9%
Veículos para vias férreas	3,9%
Plásticos	3,3%
Ferro e aço	2,8%
Farmacêuticos	2,6%
Subtotal	**65,4%**
Outros produtos	**34,6%**
Total	**100,0%**



Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap

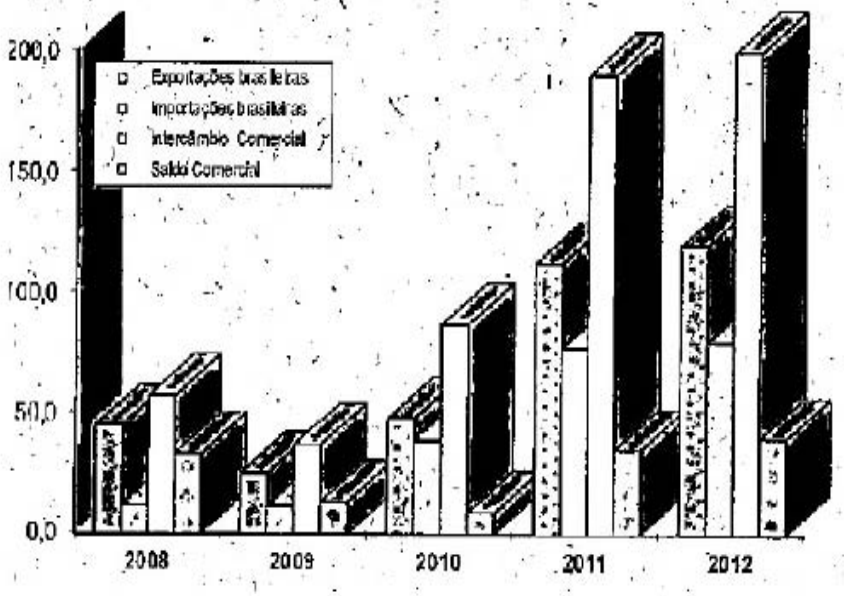
A pauta de importação do Cazaquistão é concentrada em produtos com alto valor agregado. As máquinas representaram 25% do total, seguidas de combustíveis (13%); obras de ferro e aço (5,3%); médicos e precisão (5,2%); e automóveis (4,9%).

BRASIL-CAZAQUISTÃO: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações brasileiras	**45,6**	**25,5**	**48,4**	**112,8**	**120,2**
Variação em relação ao ano anterior	10,6%	-44,1%	89,9%	33,0%	6,5%
Importações brasileiras	**12,2**	**11,8**	**39,1**	**77,7**	**80,1**
Variação em relação ao ano anterior	7,1%	-3,0%	230,2%	98,5%	3,1%
Intercâmbio Comercial	**57,8**	**37,3**	**87,5**	**190,4**	**200,2**
Variação em relação ao ano anterior	9,8%	-35,4%	134,4%	117,6%	5,2%
Saldo Comercial	**33,4**	**13,6**	**9,3**	**35,1**	**40,1**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Alicewe

O Cazaquistão foi o 93º parceiro no comércio exterior brasileiro de 2012, com 0,04% de participação. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 246%, de US$ 57,8 milhões, para US$ 200,2 milhões, sendo 163% nas exportações e 566% nas importações (aumento dos desembarques de enxofre a granel nos últimos dois anos). O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o quinquênio, totalizou US$ 40 milhões em 2012.

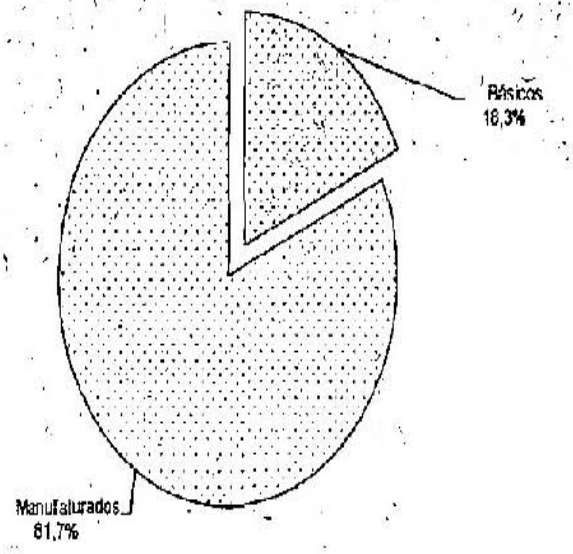


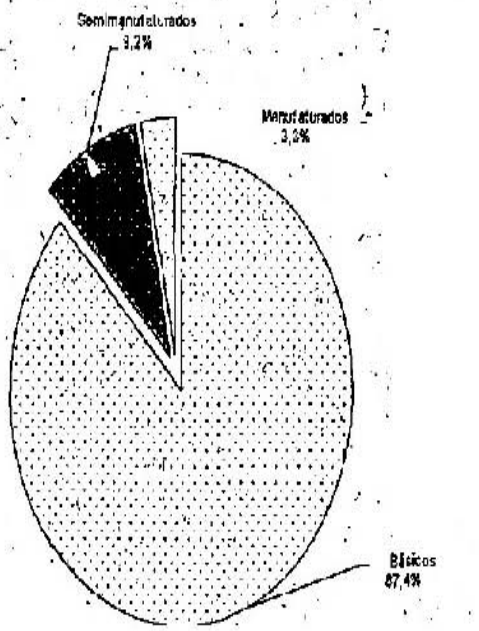
BRASIL-CAZAQUISTÃO: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US$ milhões, fob - 2012

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	22,0	18,3%	70,0	87,4%
Semimanufaturados	0,0	0,0%	7,4	9,2%
Manufaturados	98,1	81,7%	2,7	3,3%
Total	**120,2**	**100,0%**	**80,1**	**100,0%**

Elaborado pelo MP/ENPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC

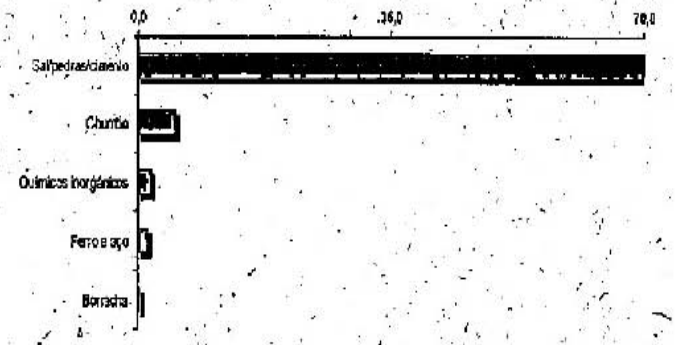
As exportações brasileiras para o Cazaquistão são compostas, em sua maior parte, por produtos manufaturados, que representaram 81,7% das vendas em 2012, com destaque para aviões, seguidos pelos produtos básicos (18%). Pelo lado das importações, os produtos básicos representaram 87,4% do total em 2012, com destaque para enxofre a granel, seguidos dos semimanufaturados (9%) e dos manufaturados (3%).





BRASIL-CAZAQUISTÃO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Salpecras/cimento	27,3	57,2	70,0	87,4%
Chumbo	8,0	7,1	5,3	6,6%
Químicos inorgânicos	0,5	1,1	1,8	2,3%
Ferro e aço	1,5	2,6	1,4	1,7%
Borracha	0,0	0,0	0,3	0,4%
Subtotal	37,3	68,0	78,8	98,3%
Outros produtos	1,8	9,7	1,3	1,7%
Total	39,1	77,7	80,1	100,0%

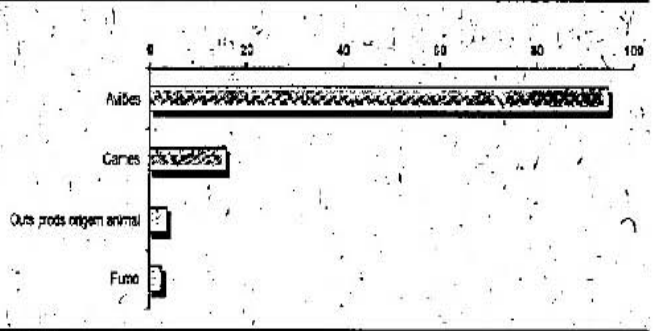


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb

As importações brasileiras originárias do Cazaquistão apresentaram alto grau de concentração. Enxofre a granel foi o principal item da pauta em 2012, respondendo por 87,4% do total, seguido por chumbo (6,6%); produtos químicos inorgânicos (2,3%); e ferro e aço (1,7%).

BRASIL-CAZAQUISTÃO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Aviões	0	95	95	79,0%
Carnes	31	8	16	13,3%
Outs prods origem animal	0	0	4	3,0%
Fumo	7	5	2	2,0%
Subtotal	37,9	108,2	116,9	97,3%
Outros produtos	10,5	4,6	3,3	2,7%
Total	48,4	112,8	120,2	100,0%

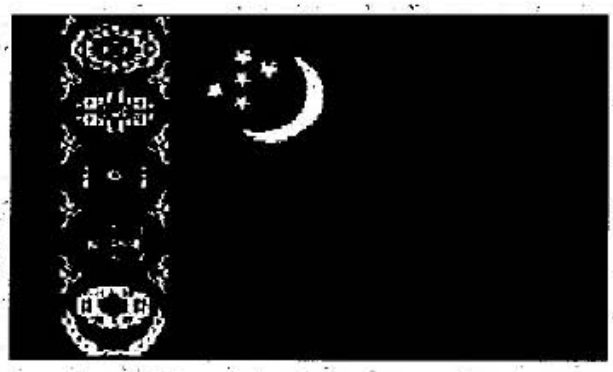


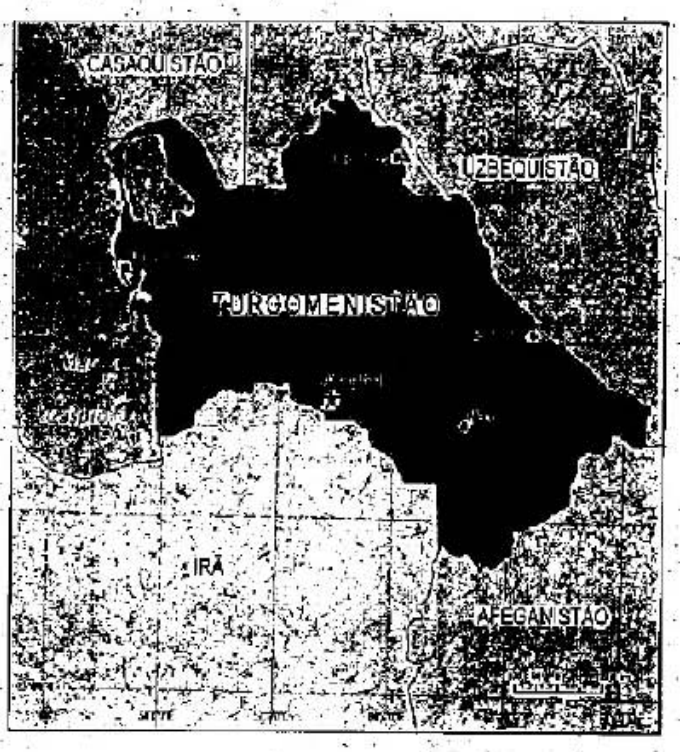
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Os aviões com peso superior a 15 mil Kg foram o principal item da pauta de exportação brasileira para o Cazaquistão. Em 2012 respondeu por cerca de 80% do total, seguido de carnes (13,3%) e outros produtos de origem animal (3%).

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DO TURCOMENISTÃO





Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Fevereiro de 2012

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Turcomenistão
CAPITAL	Ashgabat
ÁREA	488.100 km² (aproximadamente duas vezes o Estado de São Paulo)
POPULAÇÃO (2011)	5,1 milhões de habitantes (pouco menos que metade do Estado do Paraná)
IDIOMA OFICIAL	Turcomeno
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Muçulmana (89%), cristã ortodoxa (9%) e outras (2%)
SISTEMA POLÍTICO	Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO	Unicameral – Assembleia Nacional
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Gurbanguly Berdimuhamedov (desde 2006)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Rashid Meredov (desde 2007)
PIB nominal (2011)	US$ 28,062 bilhões (Brasil: US$ 2,587 trilhões)
PIB PPP (2011)	US$ 48,093 bilhões (Brasil: US$ 2,399 trilhões)
PIB nominal *per capita* (2011)	US$ 9.420 (Brasil: US$ 12,594)
PIB PPP *per capita* (2011)	US$ 9.420 (Brasil: US$ 11.640)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	14,7% (2011); 9,2% (2010); - 4,8% (2009); 8,4% (2008)
IDH (2011)	0,686 (101° lugar)
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER (2011)	65,0 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2009)	99,6%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	2,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Manat Turcomeno (1,00 USD = 2,85 TMT)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	Não há estimativa.

Fontes: Banco Mundial e PNUD

INTERCÂMBIO COMERCIAL
(US$ milhões fob) - *Fonte: MDIC*

BRASIL→ TURCOMENISTÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Intercâmbio	15,1	9,9	6,9	8,1	13,3	13,8	5,5	4,0	7,5	3,41
Exportações	7,4	8,0	3,5	7,5	12,6	12,3	5,1	3,6	7,2	3,4
Importações	7,7	1,9	3,4	0,6	0,7	1,5	0,4	0,4	0,3	0,01
Saldo	-0,3	6,1	0,1	6,9	11,9	10,8	4,7	3,2	6,9	3,39

PERFIS BIOGRÁFICOS

Gurbanguly Berdimuhamedov

Presidente

Nasceu em 1957, em Babarat, próxima à capital do Turcomenistão, Ashgabat. Formou-se em Odontologia no Instituto Estatal Médico Turcomeno em 1979, e especializou-se em Ciências Médicas em Moscou.

Em 1992, tornou-se parte do corpo docente do Instituto Médico Estatal e, em 1995, foi nomeado Chefe do Centro Odontológico do Ministério da Saúde e Indústria Médica.

Sua carreira política iniciou-se em 1997, quando foi escolhido Ministro da Saúde e Indústria Médica. Em 2001, foi designado Vice-Primeiro-Ministro. Em 21 de dezembro de 2006, com a morte do Presidente Saparmurat Niyazov, foi designado Presidente provisório, até ser eleito em fevereiro de 2007. Foi reeleito em 2012.

Rashid Meredov

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nasceu em Ashgabat, em 1960. De 1990 a 1991, foi Consultor-Chefe do Ministério da Justiça do Turcomenistão e, de 1991 a 1993, Chefe do Departamento de Direito da Presidência. Em 1994 tornou-se Presidente do Comitê de Direito da Assembleia Turcomena e, em 1996, Vice-Diretor do Instituto Nacional de Democracia e Direitos Humanos do Turcomenistão.

Em 1999, foi nomeado Vice-Primeiro-Ministro das Relações Exteriores. Ainda em 1999, tornou-se Vice Presidente da Assembleia do Turcomenistão e, em 2001, foi eleito Presidente da Assembleia. Naquele mesmo ano, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Em agosto de 2001, tornou-se Diretor do Instituto Nacional de Democracia e Direitos Humanos do Turcomenistão e, de 2003 a 2005, Vice-Presidente do Gabinete dos Ministros. Em 2007, foi nomeado novamente Ministro dos Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

O estabelecimento de relações bilaterais entre o Brasil e o Turcomenistão ocorreu em 1996. As relações permaneceram protocolares até 2006, quando a abertura de Embaixada residente do Brasil em Astana viabilizou contatos mais regulares entre autoridades dos dois países.

Em maio de 2007, o então Assessor Especial para a Ásia do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Embaixador João Gualberto Marques Porto, esteve em Ashgabat no âmbito de missão a países da região, e foi recebido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Rashid Meredov. Na ocasião, foi manifestado à parte turcomena o desejo brasileiro de dar um passo qualitativo nas relações bilaterais, buscar maior conhecimento mútuo e trocar informações sobre as agendas bilateral e multilateral. O Assessor Especial para a Ásia do MRE também manifestou satisfação pelo fato de que Brasil e Turcomenistão compartilham vários pontos de vista sobre temas gerais da agenda internacional.

Em 2010, o então Embaixador do Brasil em Astana, Frederico Meyer, visitou Ashgabat, ocasião em que manteve contatos exploratórios sobre cooperação agrícola com o Presidente da Empresa Estatal de Recursos da Terra, Sr. Veli Mamedov, em especial na esfera do algodão. Na ocasião, também foi assinado Memorando de Entendimento entre o clube de futebol brasileiro "Olé Brasil Futebol Clube" e as autoridades turcomenas, para o treinamento de jogadores turcomenos em Ribeirão Preto.

No âmbito do esforço turcomeno de expandir a presença diplomática do país no mundo, o Presidente Berdimuhamedov afirmou, em dezembro de 2010, que "é chegada a hora de fortalecer os laços com a América Latina, uma das áreas mais dinâmicas do mundo em desenvolvimento", e fez menção ao Brasil como um dos países da região onde "se deve pensar em designar Embaixador". Nesse sentido, o Governo turcomeno designou a Senhora Aksoltan Toreevna Ataeva, representante do país na ONU, como Embaixadora não-residente no Brasil.

Em 2011, o então Encarregado de Negócios da Embaixada do Brasil em Astana visitou o Turcomenistão, para solicitar o apoio turcomeno à vitoriosa candidatura do Professor José Gaziano da Silva à Direção-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Nesta ocasião, o Chanceler turcomeno transmitiu-lhe o interesse de seu Governo em poder contar com a presença da Petrobrás nas atividades de extração de gás e petróleo no Turcomenistão, mormente no setor "off-shore" no Mar Cáspio.

Em 2011, por ocasião de entrega de credenciais do atual Embaixador brasileiro junto ao Governo turcomeno, Oswaldo Biato Jr., foi transmitido convite do Ministro das Relações Exteriores para que o Chanceler Rashid Meredov visitasse o Brasil, como parte do processo de aprofundamento das relações bilaterais. Na ocasião, o Chanceler turcomeno agradeceu o convite e propôs que, como passo inicial preparatório, fosse constituído mecanismo bilateral regular de consultas políticas. Durante a mesma visita, foi mencionado pelo Ministro da Agricultura do país o interesse turcomeno em importar carne brasileira, que poderia chegar ao país através do Irã, para o qual o Brasil já exporta montantes consideráveis do produto.

A Embaixadora não-residente no Brasil, Aksoltan Ataeva, fez entrega da cópia de suas credenciais à Chefe do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores (MRE) em 14/05/2012. Após o referido ato, manteve encontros com a área política do Itamaraty, tendo reconhecido que a falta de conhecimento mútuo deve ser superada. Indicou a intenção de acercar-se da Embrapa, da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), de setores relacionados a energia, carne, "alimentos em geral", além de algodão, seda e têxteis. Consultou, ainda, sobre como fazer uma eventual nomeação de um cônsul honorário no Rio de Janeiro, até que houvesse uma decisão sobre a abertura de uma Embaixada residente de seu país.

A vinda do Presidente Gurbanguly Berdimuhamedov ao Brasil, em junho de 2012, para chefiar a delegação turcomena à Conferência Rio+20 foi a primeira visita de grande relevância política bilateral. Está prevista, para abril do corrente ano, visita ao Turcomenistão da Subsecretária-Geral de Política do MRE, Embaixadora Maria Edileuza Reis.

A Embaixada do Brasil em Astana indicou que haveria oportunidades para empresas brasileiras atuarem no Turcomenistão nos setores de aviação, petróleo e gás, construção civil e alimentação. Na área de aviação civil, a Embraer está ciente das oportunidades no país, cuja linha aérea estatal, "Turkmenhowayollary" (Turkmenistan Airlines), pretende substituir seus velhos e desatualizados Boeing 717, até 2014, por aviões mais modernos, com características semelhantes aos dos E-jets da Embraer. Em maio de 2010, delegação da Embraer visitou Ashgabat e convidou altos funcionários da "Turkmenhowayollary" para realizar visita ao Brasil, o que acabou ocorrendo no contexto de missão precursora enviada pelo Governo turcomeno para preparar a vinda do Presidente Berdimuhamedov à Rio+20.

Na área de construção civil, o Turcomenistão possui metas ambiciosas para expandir e reconstruir diversas cidades, dentro de um estilo peculiar associado ao país, a começar por Ashgabat, a capital. Contando com os recursos gerados pelas exportações de gás, e sem maiores

planos de industrialização ou investimentos em educação, o Governo do Presidente Berdimuhamedov destina a maior parte de suas verbas à construção de moradias, palácios e praças monumentais. Tais obras são entregues, em geral, a construtoras turcas, que faturam US$ 4 bilhões por ano no país, ou à empresa "Bouygues", que se especializou em erguer os principais prédios oficiais do Governo.

O comércio bilateral ainda é pouco significativo, tendo totalizado US$ 3,4 milhões em 2012, o valor mais baixo desde 2002. Quase todo o valor do intercâmbio provém de exportações brasileiras, cujos principais produtos exportados no ano passado foram carnes (93,20% do total da pauta), niveladores (4,51%) e preparações capilares (1,41%). Os principais produtos importados foram camisetas (44,52%), microprocessadores (30,14%) e negros de carbono (25,34%). Entretanto, afiguram-se oportunidades em comércio, como a exportação brasileira de colheitadeiras, que já ocorreu em anos anteriores, e de aviões da Embraer, que poderia impulsionar as cifras comerciais.

Assuntos consulares

Não há informação sobre brasileiros vivendo no Turcomenistão, e tampouco há consulados honorários brasileiros no país.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de concessões de créditos oficiais a tomador soberano do Turcomenistão.

POLÍTICA INTERNA

O primeiro Presidente do Turcomenistão, Saparmurat Niyazov, ou *Turkmenbashi* ("pai dos turcomenos", título que outorgou a si mesmo oficialmente), governou o Turcomenistão desde que se tornou Secretário-Geral do Partido Comunista em 1985. Criou o "Partido Democrático", único partido legal do país, para dar sustentação política ao Governo. Acumulava o cargo de Presidente (vitalício, a partir de 1999) com o de Primeiro-Ministro e de Comandante Supremo das Forças Armadas (a Constituição de 1992 facultava-lhe escolher um Primeiro-Ministro, o que não ocorreu). Firmou-se no poder suprimindo a oposição, restringindo a

liberdade de expressão e impondo um controle férreo sobre todos os órgãos do Governo.

O dirigente, falecido em 2006, gozava de popularidade, moldada pelo onipresente culto à personalidade e pelo controle absoluto dos meios de comunicação, e à custa de benefícios como emprego garantido, moradia e seguridade social para todos, além de água, luz e gás gratuitos, tudo possibilitado pela renda auferida das exportações de gás natural. Após a morte de Niyazov, o Vice-Primeiro-Ministro Gurbanguly Berdimuhamedov assumiu interinamente o Governo. Foram convocadas eleições pelo Khalk Maslahaty ("Conselho do Povo"), que referendaram seu nome no cargo de Presidente da República.

Em janeiro de 2012, foi aprovada pelo legislativo turcomeno a criação de um novo partido político, representando os interesses da "União de Industriais e Empreendedores do Turcomenistão". O novo partido, embora alinhado ao Governo, pôs fim ao regime de "partido único" que vigorava desde 1991. A iniciativa de propor a criação do novo partido coube ao próprio Presidente, que já em 2010 anunciava sua intenção de pôr fim ao unipartidarismo.

Apesar de Berdimuhamedov ter eliminado os excessos do Governo Niyazov, o país ainda é fortemente autocrático e a sociedade turcomena é reclusa e avessa ao contato com o estrangeiro. Não existe separação de poderes, nem uma economia de mercado, na medida em que órgãos estatais controlam todos os aspectos da vida do país. Por esse motivo, o Turcomenistão é objeto regular de avaliações negativas por parte da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) no que tange aos Direitos Humanos. Não obstante a falta de liberdade democrática, a maior parte dos analistas considera que, devido à disponibilidade de serviços sociais e públicos altamente subsidiados para a população, não há instabilidade no plano interno. Nesse sentido, cabe observar a ausência no Turcomenistão de movimentos islâmicos extremistas, apesar de quase 90% da população professar a fé muçulmana (sunita).

O Parlamento é unicameral e denominado Assembleia Nacional, ou Mejlis. Há 125 membros eleitos por voto popular para um mandato de cinco anos, mas todos são pré-aprovados pelo Presidente da República.

POLÍTICA EXTERNA

Desde 1991, a política externa do Turcomenistão tem sido orientada pelo princípio constitucional da "neutralidade permanente". Porém, contrariamente ao seu antecessor, que intencionalmente isolou o país dos seus vizinhos e da comunidade internacional, o Presidente Berdimuhamedov tem procurado elevar o perfil do Turcomenistão no exterior. Assim, logrou que as Nações Unidas aceitassem estabelecer, em Ashgabat, a sede do Centro Regional de Diplomacia Preventiva para a Ásia Central em 2007, aberto com o apoio de todas as repúblicas centro-asiáticas, e cujo foco é o tratamento de problemas transfronteiriços críticos na Ásia Central, como ameaças à segurança, compartilhamento de recursos hídricos e o desastre ambiental do Mar de Aral.

Além disso, em 2012, o Presidente Berdimuhamedov realizou duas visitas internacionais não dirigidas a parceiros bilaterais, as quais são pouco frequentes na diplomacia do país. Além de comparecer à Rio+20, o Presidente turcomeno esteve, no final de agosto, na 17ª Cúpula do Movimento de Países Não-Alinhados, em Teerã. Berdimuhamedov evitou envolver seu país nos acalorados debates sobre a crise síria, mas aproveitou a ocasião para oferecer Ashgabat como sede da Conferência dos Países-Não-Alinhados em 2015, dedicada ao fortalecimento do "diálogo global para a paz e segurança". Berdimuhamedov vê o Movimento-Não-Alinhado, para o qual seu país acedeu logo após a independência, como um foro valioso para aumentar o perfil internacional do Turcomenistão. Entretanto, o Turcomenistão não participa de mecanismos regionais, como a Organização de Cooperação de Xangai (OCX).

De qualquer modo, o relacionamento externo do país ainda é pautado, em sua maior parte, pelas questões energéticas. No tocante à Rússia, tradicional aliado, a relação sofreu desgaste após a interrupção unilateral da importação do gás turcomeno em 2009. A China aproveitou-se dessa oportunidade para oferecer-se como parceiro confiável, construindo, naquele mesmo ano, gasoduto que liga o Turcomenistão à China através do Uzbequistão e do Cazaquistão. Além disso, o Governo chinês ofereceu um total de US$ 13 bilhões em empréstimos a Ashgabat entre 2009 e 2011.

A União Europeia, por sua vez, vem apoiando o chamado consórcio Nabucco - projeto que prevê um gasoduto conectando a região do Mar

Cáspio, o Oriente Médio e o Egito com os mercados da Europa Ocidental e Central - o qual necessita do gás turcomeno para ser viabilizado. No entanto, defendendo seus interesses, Rússia e China se posicionaram contra a construção do referido gasoduto. Em julho e setembro de 2012, a nova Representante Especial da União Européia para a Ásia Central, Sra. Patrícia Flor, e o Comissário de Energia da União Europeia, Günter Oettinger, visitaram o Turcomenistão com a missão de convencer Ashgabat a engajar-se na construção do projeto.

O Turcomenistão também tem atraído, recentemente, a atenção das potências ocidentais, por sua posição estratégica vizinha ao Afegânistão e ao Irã, além de ser um aliado comum na luta contra o terrorismo islâmico. Assim, o Turcomenistão coopera com as forças da OTAN no Afeganistão, permitindo a entrega de suprimentos não-letais através de seu território e espaço aéreo, e procura apoiar o atual Governo afegão. Em 2007, assinou com Cabul um Acordo de Cooperação que abrange temas como a construção do gasoduto TAPI (Turcomenistão-Afeganistão-Paquistão-Índia), fornecimento de energia e realização de esforços conjuntos para o combate ao narcotráfico.

As relações com o Azerbaijão são marcadas por disputas de soberania do Mar Cáspio, zona rica em recursos energéticos. Em julho de 2012, aflorou novamente a disputa entre Ashgabat e Baku em torno do controle do campo de petróleo Serdar/Kyapaz, depois que o Turcomenistão anunciou planos para realizar estudos geológicos nessa área. Um barco de prospecção turcomeno, que realizaria levantamento científico no campo, foi detido por unidade naval azeri, motivando protestos do Governo turcomeno. O Azerbaijão, por sua vez, afirmou que o levantamento geológico turcomeno violaria entendimento bilateral de 2008, pelo qual ambos os países se comprometeram a não realizar estudos ou explorar petróleo em áreas litigiosas. Após ameaças, com o Azerbaijão reservando-se o direito de tomar medidas para defender seus direitos de soberania no Mar Cáspio, e o Turcomenistão aventando levar a questão à arbitragem internacional, as autoridades dos dois países concordaram em reiniciar negociações bilaterais sobre a posse de Serdar/Kyapaz.

Assim como o Uzbequistão, o Turcomenistão preocupa-se com o gerenciamento da água na Ásia Central, quase toda oriunda do Tadjiquistão e da República Quirguiz, países pobres em recursos energéticos, porém ricos em recursos hídricos. Os planos destes países para construir barragens põem em risco a capacidade do Turcomenistão e do Uzbequistão de irrigar suas vastas plantações de algodão.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTO

Por ser país majoritariamente constituído por desertos, que ocupam 80% de sua área, o Turcomenistão depende primordialmente de seus enormes recursos de gás natural e petróleo para a sua sobrevivência econômica. O gás é o carro-chefe da economia, totalizando cerca de 80% das exportações, seguido por petróleo, petroquímicos, têxteis e algodão.

O Ministro do Petróleo e Gás do Turcomenistão, Kakageldy Abdullayev, anunciou, em 2012, durante "Conferência de Petróleo e Gás do Turcomenistão", que o país possui reservas de 20,8 bilhões de toneladas de petróleo e 50,8 trilhões de m³ de gás. Na mesma oportunidade, o Ministro anunciou que o Turcomenistão, que hoje produz 75 bilhões de m³ por ano, iria aumentar a sua produção para 250 bilhões de m³ em 2030. Naturalmente, esses planos dependerão não apenas da capacidade do país de explorar campos hoje intocados, por meio de investimentos externos, como também da criação de novos meios de escoamento do gás para o exterior, especialmente por meio dos gasodutos Trans-Cáspio e TAPI.

Ambos os gasodutos têm ocupado a atenção das autoridades turcomenas recentemente. Apesar do forte interesse da União Europeia no Trans-Cáspio, o aumento das tensões bilaterais com o Azerbaijão dificulta o processo de incorporação dos azeris no empreendimento, a rigor mais interessante para europeus e turcomenos do que para o Azerbaijão. Na ausência de uma solução que permita expandir consideravelmente as exportações de gás turcomeno para a Europa, o principal beneficiado é mesmo a China, que continua a fortalecer seu relacionamento energético com o Turcomenistão. Assim, ao cabo de importantes negociações bilaterais em julho último, o Turcomenistão e China acordaram aumentar o volume de gás turcomeno a ser exportado à China de 30 para 65 bilhões de m³ por ano. A esse entendimento seguiu-se a assinatura de Acordo de Cooperação Bilateral que prevê a concessão de empréstimos subsidiados chineses para o Turcomenistão, a serem utilizados na aquisição de equipamentos para desenvolver o maior campo de gás do país, Galkynysh.

As dificuldades relacionadas à construção do gasoduto Trans-Cáspio, bem como a preocupação do Turcomenistão em não reeditar com a China sua antiga dependência com a Rússia, levou o Governo turcomeno a, mais

uma vez, priorizar o projetado gasoduto Turcomenistão-Afeganistão-Pakistão-Índia (TAPI). Com 1.800 km de extensão, o TAPI ligaria os depósitos de gás no centro-sul do Turcomenistão ao grande mercado consumidor da Índia. Embora sejam muitos os obstáculos à construção do TAPI - o maior deles a relutância da Índia em aceitar receber gás turcomeno via território paquistanês - o Turcomenistão continua empenhado no projeto, sobretudo após a vitória expressiva que representou a assinatura, em maio último, do acordo constitutivo do TAPI, após mais de vinte anos de negociações.

A despeito da insistência com a qual as autoridades turcomenas transmitem a mensagem de que o país é imune à crise econômica mundial, crescem os indícios de dificuldades econômicas que atingem não apenas cidadãos, mas também empresas estatais de grande porte. Assim, em 2012, ocorreu um choque de preços de alimentos básicos. O preço do trigo aumentou entre 200 e 300%, aparentemente como resultado da má colheita. O preço da carne igualmente sofreu aumento significativo, levando as autoridades a impor controle de preços, o que só favoreceu o crescimento do mercado negro. Finalmente, os preços médios dos voos internacionais operados pela companhia aérea nacional "Turkmenhowayollary" duplicaram, enquanto os preços dos voos internos sofreram aumento de 12%.

ANEXOS

Cronologia histórica

1991	Independência do país.
1992	Saparmurat Niyazov é eleito Presidente por voto popular, em eleição sem outros candidatos.
1994	O mandato presidencial é estendido até 2002 por meio de referendo popular.
1999	Por meio de voto da Assembleia Nacional, Niyazov é declarado Presidente vitalício.
2006	O Presidente Niyazov falece após sofrer enfarto. Gurbanguly Berdimuhamedov assume a Presidência interina.
2007	Berdimuhamedov é eleito Presidente em eleição sem outros candidatos.
2012	Berdimuhamedov é reeleito Presidente concorrendo com outros candidatos.

Cronologia das relações bilaterais

1996	Estabelecimento das relações diplomáticas.
2007	Missão ao Turcomenistão do Assessor Especial para a Ásia do MRE.
2012	Visita ao Brasil do Presidente Gurbanguly Berdimuhamedov para participar da Conferência Rio +20.

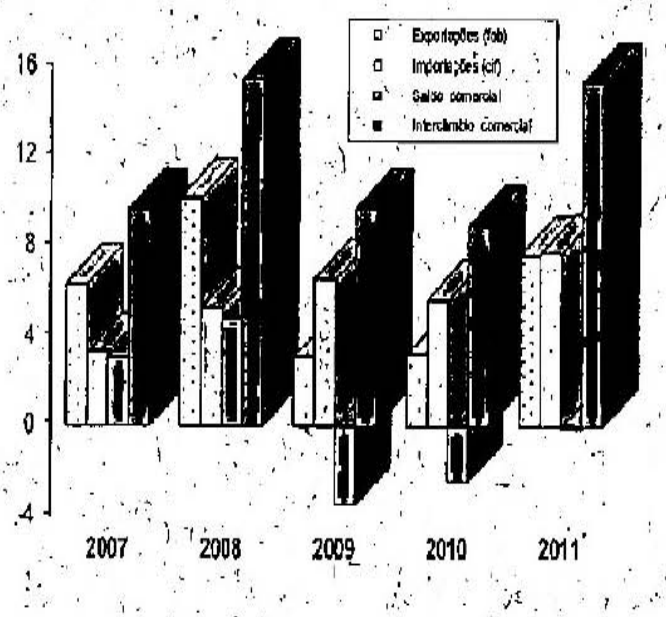
Dados econômico-comerciais

TURCOMENISTÃO: COMÉRCIO EXTERIOR

US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-set)	2012 (jan-set)
Exportações (fob)	6,3	10,1	3,1	3,2	7,6	5,3	7,8
Importações (cif)	3,3	5,3	6,5	5,5	7,7	5,8	7,1
Saldo comercial	3,0	4,8	-3,5	2,4	-0,1	-0,5	0,6
Intercâmbio comercial	9,6	15,4	9,6	8,9	15,3	11,1	14,9

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do FMI Direction of Trade Statistics February 2013

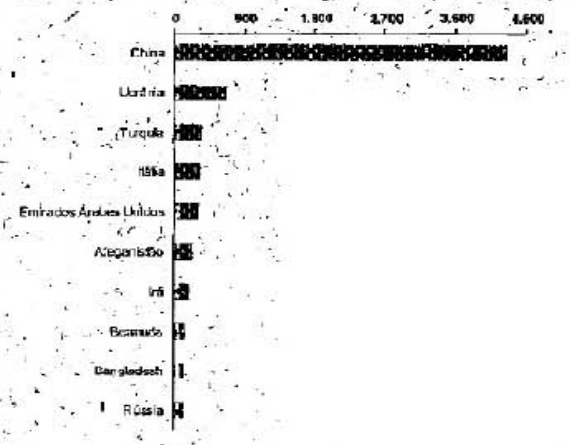


O comércio exterior do Turcomenistão apresentou, em 2011, variação de 59% em relação a 2007, passando de US$ 9,6 bilhões para US$ 15,3 bilhões. No ranking do FMI de 2011, o Turcomenistão figurou como o 95º mercado mundial, sendo 95º na exportação e 111º na importação.

TURCOMENISTÃO: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US$ milhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
China	4.267	56,2%	5.093	65,6%
Ucrânia	669	8,8%	443	5,7%
Turquia	357	4,7%	205	2,6%
Itália	335	4,4%	352	4,5%
Emirados Árabes Unidos	309	4,1%	239	3,1%
Afeganistão	241	3,2%	208	2,7%
Irã	206	2,7%	159	2,0%
Bermuda	138	1,8%	119	1,5%
Bangladesh	131	1,7%	82	1,1%
Rússia	130	1,7%	118	1,5%
Brasil	*0,34*	*0,0%*	*0,01*	*0,0%*
Subtotal	**6.782**	**89,4%**	**7.017**	**90,3%**
Outros países	**804**	**10,6%**	**753**	**9,7%**
Total	**7.586**	**100,0%**	**7.770**	**100,0%**



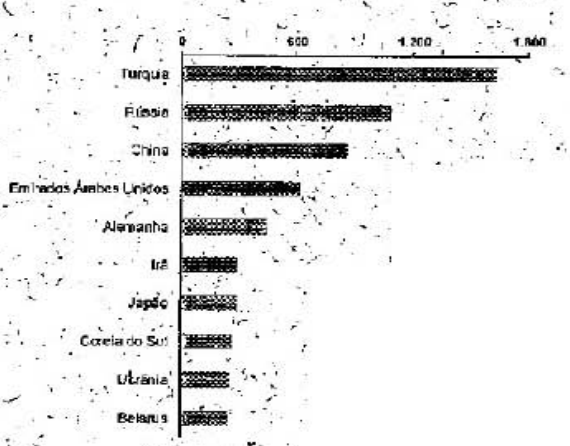
Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

As exportações do país são destinadas em grande parte aos países em desenvolvimento, que corresponderam a 90% do total exportado em 2011, dos quais 61% das vendas foram destinadas aos vizinhos asiáticos em desenvolvimento. As economias avançadas foram destino de apenas 7% do total em 2011. A China destacou-se com 56,2% da pauta. O Brasil obteve o 48º lugar entre os compradores em 2011.

TURCOMENISTÃO: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US$ bilhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
Turquia	1.642	21,4%	1.213	17,0%
Rússia	1.093	14,2%	979	13,7%
China	864	11,2%	1.518	21,2%
Emirados Árabes Unidos	619	8,1%	478	6,7%
Alemanha	464	6,0%	311	4,4%
Irã	303	3,9%	234	3,3%
Japão	297	3,9%	97	1,4%
Coreia do Sul	267	3,5%	187	2,6%
Ucrânia	266	3,5%	196	2,7%
Belarus	253	3,3%	181	2,5%
Brasil	*7,88*	*0,1%*	*3,48*	*0,0%*
Subtotal	**6.066**	**78,9%**	**5.398**	**75,5%**
Outros países	**1.618**	**21,1%**	**1.750**	**24,5%**
Total	**7.684**	**100,0%**	**7.148**	**100,0%**

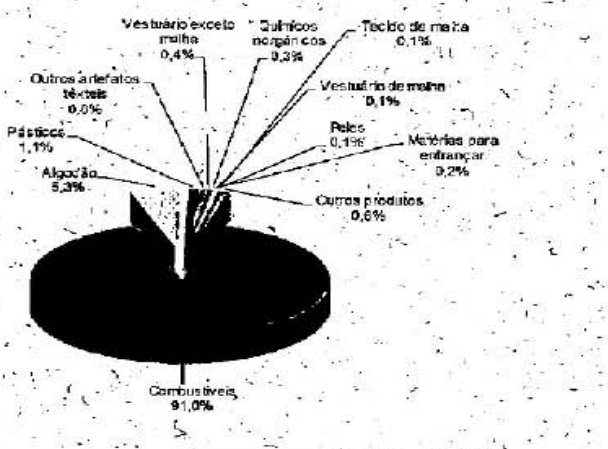


Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

Em 2011, Turquia, Rússia, China e Emirados Árabes Unidos foram os principais fornecedores de produtos para o Turcomenistão e corresponderam a 55% das necessidades de importação do país. Destacaram-se também a Alemanha (5,9%); Irã (3,9%); Japão (3,9%); Coreia do Sul (3,5%); Ucrânia (3,5%) e Belarus (3,3%). O Brasil obteve o 37º lugar entre os vendedores em 2011.

TURCOMENISTÃO[(1)]: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
2011 - em %

Descrição	% no total
Combustíveis	91,0%
Algodão	5,3%
Plásticos	1,1%
Outros artefatos têxteis	0,6%
Vestuário exceto malha	0,4%
Químicos inorgânicos	0,3%
Matérias para entrançar	0,2%
Vestuário de malha	0,1%
Peles	0,1%
Tecido de malha	0,1%
Subtotal	**99,2%**
Outros produtos	**0,8%**
Total	**100,0%**



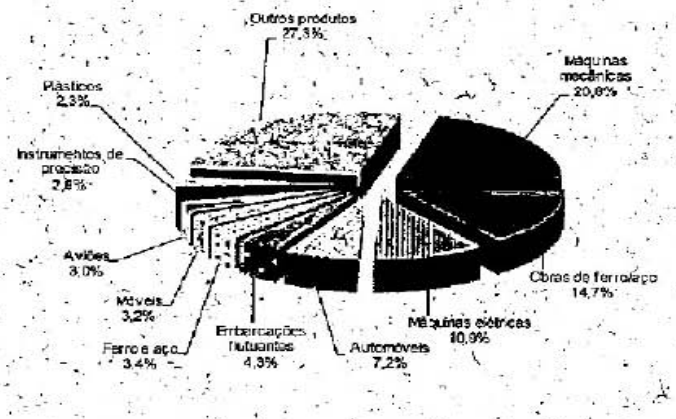
Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

(1) O Turcomenistão não informou os dados ao TradeMap, portanto são dados dos parceiros comerciais.

Combustíveis (gás de petróleo e outros hidrocarbonetos gasosos e óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos) representam o principal produto da pauta de exportação com aproximadamente 91% do total em 2011. Em seguida destacaram-se algodão (5%) e plásticos (1%).

TURCOMENISTÃO[(1)]: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
2011 - em %

Descrição	% no total
Máquinas mecânicas	20,8%
Obras de ferro/aço	14,7%
Máquinas elétricas	10,9%
Automóveis	7,2%
Embarcações flutuantes	4,3%
Ferro e aço	3,4%
Móveis	3,2%
Aviões	3,0%
Instrumentos de precisão	2,9%
Plásticos	2,3%
Subtotal	**72,7%**
Outros produtos	**27,3%**
Total	**100,0%**



Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap

(1) O Turcomenistão não informou os dados ao TradeMap, portanto são dados dos parceiros comerciais.

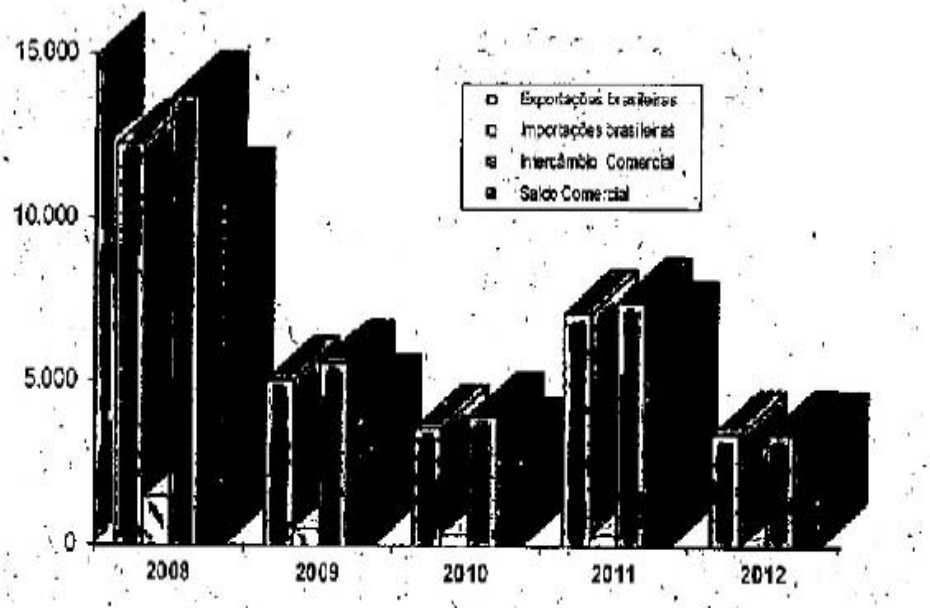
Máquinas mecânicas, obras de ferro/aço e máquinas elétricas totalizaram 46% da pauta de importações do Turcomenistão. Destacaram-se, também, automóveis (7%); embarcações flutuantes (4%); ferro e aço (3%); e móveis (3%).

BRASIL-TURCOMENISTÃO: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações brasileiras	**12.276**	**5.080**	**3.607**	**7.165**	**3.438**
Variação em relação ao ano anterior	-2,3%	-58,6%	-29,0%	98,6%	-52,0%
Importações brasileiras	**1.462**	**534**	**382**	**339**	**11**
Variação em relação ao ano anterior	120,0%	-63,5%	-28,5%	-11,1%	-96,8%
Intercâmbio Comercial	**13.739**	**5.614**	**3.989**	**7.505**	**3.449**
Variação em relação ao ano anterior	3,9%	-59,1%	-28,9%	88,1%	-54,0%
Saldo Comercial	**10.814**	**4.546**	**3.226**	**6.826**	**3.427**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

No ranking do comércio exterior brasileiro, o Turcomenistão figurou como o 178º parceiro comercial. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país apresentou decréscimo em todo o quinquênio analisado, passando de US$13, 7 milhões em 2008 para US$ 3,5 milhões em 2012.

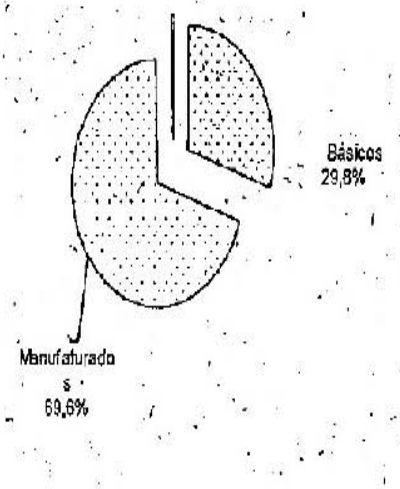


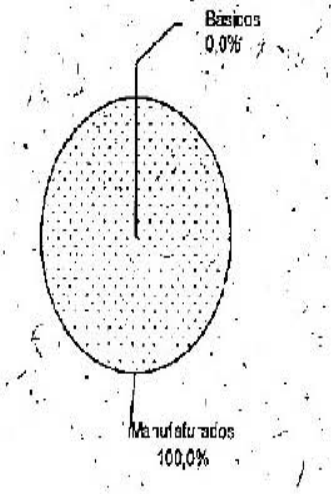
BRASIL-TURCOMENISTÃO: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US$ mil, fob - 2012

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	1.025,6	29,8%	0,0	0,0%
Semimanufaturados	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Manufaturados	2.393,1	69,6%	10,9	100,0%
Transações especiais	19,3	0,6%	—	—
Total	**3.438,0**	**100,0%**	**10,9**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC.

As exportações brasileiras para o Turcomenistão são compostas por produtos manufaturados sendo a maior parte representada por preparações de conservas de bovinos, no ano de 2012. Carnes de frango representaram 29,8% dos produtos básicos exportados para o país em 2012. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados totalizam a pauta em 2012, quais sejam: camisetas de malha, microprocessadores e negros de carbono.

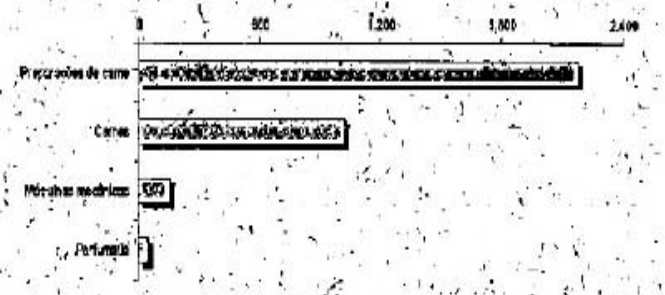




BRASIL-TURCOMENISTÃO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Preparações de carne	1.470	427	2.179	63,4%
Carnes	0	0	1.026	29,8%
Máquinas mecânicas	1.071	6.640	155	4,5%
Perfumaria	83	52	48	1,4%
Subtotal	2.604	7.119	3.408	99,1%
Outros produtos	1.004	47	30	0,9%
Total	3.607	7.165	3.438	100,0%

Exportações brasileiras para o Turcomenistão, 2012



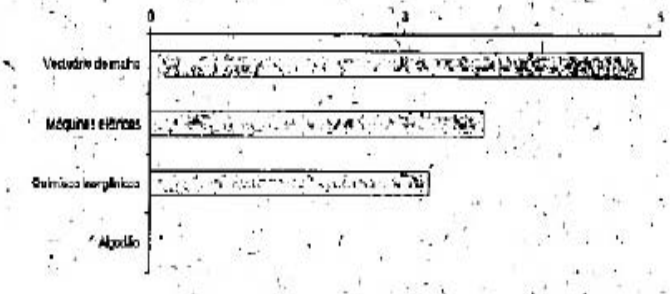
Elaborado pela ÁREDFRADIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb

A pauta de exportação brasileira para o Turcomenistão é concentrada. Preparações de carne, principalmente preparações alimentícias e conservas de bovinos, representaram 63,4% do total. Carnes, principalmente carnes de frango congeladas, representaram 29,8%. Seguiram-se máquinas mecânicas com 4,5% e perfumaria 1,4%.

BRASIL-TURCOMENISTÃO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Vestuário de malha	0,0	0,0	4,8	44,5%
Máquinas elétricas	0,0	1,3	3,3	30,1%
Químicos inorgânicos	0,0	0,0	2,8	25,3%
Algodão	242,8	337,6	0,0	0,0%
Subtotal	242,8	338,9	10,9	100,0%
Outros produtos	139,1	0,5	0,0	0,0%
Total	381,9	339,4	10,9	100,0%

Importações bras.originárias do Turcomenistão, 2012

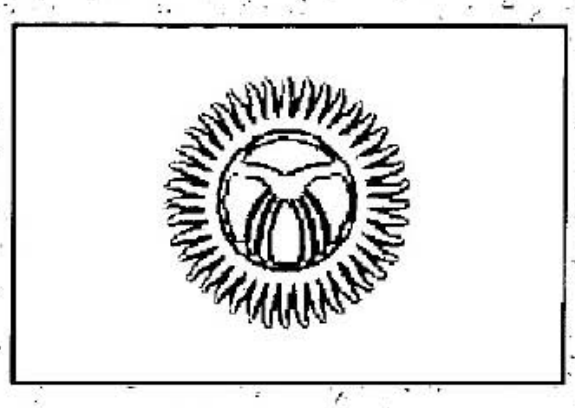


Elaborado pela ÁREDFRADIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb

As importações brasileiras originárias do Turcomenistão apresentaram alto grau de concentração. Apenas três produtos totalizaram a pauta em 2012: camisetas "T Shirts" de malha de algodão representaram 44,5% do total, microprocessadores com 30,1% e negros de carbono com 25,3%.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA QUIRGUIZ



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Fevereiro de 2012

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Quirguiz
CAPITAL	Bishkek
ÁREA	198.500 km² (quase igual ao Estado do Paraná)
POPULAÇÃO (2011)	5,5 milhões de habitantes (metade do Estado do Paraná)
IDIOMAS OFICIAIS	Quirguiz e russo
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Muçulmana (80%), cristã ortodoxa (17%) e outras (3%)
SISTEMA POLÍTICO	Parlamentarismo
PODER LEGISLATIVO	Unicameral – Conselho Supremo
CHEFE DE ESTADO	Presidente Almazbek Atambayev (desde 2011)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Zhantoro Satybaldiyev (desde 2012)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Abdyldaev Bekeshovich
PIB nominal (2011)	US$ 5,929 bilhões (Brasil: US$ 2,587 trilhões)
PIB PPP (2011)	US$ 13,212 bilhões (Brasil: US$ 2,399 trilhões)
PIB nominal *per capita* (2011)	US$ 1.075 (Brasil: US$ 12.594)
PIB PPP *per capita* (2011)	US$ 2.399 (Brasil: US$ 11.640)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	5,7% (2011); - 0,5% (2010); 2,9% (2009); 8,4% (2008)
IDH (2011)	0,615 (125º lugar)
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER (2011)	67,7 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	99,2%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	8,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Som (1,00 USD = 46,95 KGS)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	7

Fontes: Banco Mundial e PNUD

INTERCÂMBIO COMERCIAL
(US$ milhões fob) - *Fonte: MDIC*

BRASIL – REPÚBLICA QUIRGUIZ	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Intercâmbio	0,2	0,7	2,3	1,7	2,5	1,7	6,3	2,2	7,0	4,8
Exportações	0,2	0,7	2,3	1,4	2,1	1,4	6,3	2,0	6,8	4,8
Importações	0,01	-	-	0,3	0,3	0,2	0,02	0,2	0,2	0,003
Saldo	0,1	0,7	2,3	1,0	1,8	1,1	6,3	1,8	6,6	4,8

PERFIS BIOGRÁFICOS

Almazbek Atambayev

Presidente

Nasceu em 1956 na região de Chui, República Quirguiz. Formou-se em Ciências Econômicas no Instituto de Administração de Moscou. Entre 1983 e 1987, foi Assessor do Conselho Supremo da República Soviética Socialista do Quirguistão. Em 1993, foi um dos fundadores do Partido Social Democrático do Quirguistão.

Com a queda do Presidente Askar Akayev, durante a chamada Revolução das Tulipas, e a chegada ao poder de Kurmanbek Bakiyev, em 2005, Atambayev inicialmente aliou-se àquele novo Governo, servindo como Ministro da Indústria e Comércio de 2005 a 2006, quando se demitiu do cargo. Em novembro de 2006, tornou-se um dos líderes dos protestos antigoverno ocorridos em Bishkek. Após a queda do Primeiro-Ministro Azim Isabekov, em 2007, Atambayev foi nomeado Primeiro-Ministro provisório. Porém, no mesmo ano, Atambayev deixou o cargo e, em abril de 2009, disputou as eleições presidenciais contra Bakiyev, mas retirou-se do pleito no próprio dia da eleição, em protesto contra supostas fraudes eleitorais.

Após a queda de Bakiyev, em 2010, voltou à política, apoiando o Governo provisório de Roza Otunbayeva. Naquele ano, após as eleições parlamentares, foi escolhido Primeiro-Ministro. Em 2011, venceu as eleições presidenciais, e tomou posse em dezembro.

Zhantoro Satybaldiyev

Primeiro-Ministro

Nasceu em 1956, na região sul de Osh, República Quirguiz. Graduou-se no Departamento de Engenharia e Construção do Instituto Politécnico Frunze, em 1979. Iniciou sua carreira trabalhando na reconstrução da estrada Alai, onde permaneceu por 12 anos (1980-1992) e foi promovido a Chefe de Gestão. Posteriormente, tornou-se Vice-Ministro e Ministro dos Transportes e Comunicações.

Um ano após a Revolução das Tulipas, Satybaldiyev liderou o grupo parlamentar El-Menen ("Com as Pessoas"). Em março de 2006, foi nomeado Governador da região de Osh pelo Presidente Bakiyev. No entanto, em novembro de 2007, foi destituído do cargo devido a acusações de abuso de poder.

Em 2010, tornou-se Presidente da agência estatal encarregada de reconstruir Osh e Jalalabad, após os conflitos étnicos naquelas cidades. Em 2012, foi nomeado Primeiro-Ministro após a destituição de seu antecessor, Omurbek Babanov, o qual foi acusado de corrupção.

Abdyldaev Bekeshovich

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nasceu em 1966 e graduou-se no Instituto de Relações Internacionais de Moscou em 1989. No mesmo ano, tornou-se Assistente do Departamento de Países Socialistas da Ásia do Ministério dos Negócios Estrangeiros da União Soviética.

Entre 1989 e 1994, foi Secretário da Embaixada da então União Soviética na China. De 1994 a 1997, foi consultor do Departamento Internacional da Presidência da República Quirguiz. No Ministério dos Negócios Estrangeiros, foi Vice-Diretor de Departamento e Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros (1997-2001).

De 2001 a 2005, foi Embaixador da República Quirguiz em Pequim. Em 2007, tornou-se Diretor do Instituto de Guerra e Paz de seu país. Em setembro de 2012, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

O estabelecimento de relações bilaterais entre o Brasil e a República Quirguiz ocorreu em 1993. O Brasil foi um dos primeiros Estados a reconhecer a independência do país, ocorrida em 1991.

Em setembro de 2007, o então Assessor Especial para a Ásia do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Embaixador João Gualberto Marques Porto, esteve em Bishkek e manteve encontros no Ministério dos Negócios Estrangeiros, no Ministério do Trabalho e Desenvolvimento Social e no Ministério da Indústria, Energia e Combustíveis. Na ocasião, o Assessor Especial do MRE afirmou a intenção brasileira de aprofundar as relações, por meio de consultas rotineiras de alto nível que possibilitassem o aumento do conhecimento mútuo entre os dois países.

Após o apoio quirguiz à vitoriosa candidatura do Professor José Graziano da Silva à Direção-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), tem crescido o interesse em cooperação técnica, como se depreende da participação quirguiz em cursos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e de solicitações de apoio a projetos agrícolas.

A cooperação humanitária também tem crescido nos últimos anos. Em 2010, o Governo brasileiro doou US$ 300 mil à República Quirguiz, em resposta ao apelo do Governo quirguiz por assistência humanitária após os conflitos étnicos em Osh e Jalalabad. Em janeiro de 2013, o Governo brasileiro doou US$ 50 mil ao Governo quirguiz por meio do Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), para apoiar atividades em favor de refugiados, deslocados internos e pessoas em situação de vulnerabilidade.

O Vice-Primeiro-Ministro da República Quirguiz, Sr. Djoomart Otorbaev, visitou o Brasil em junho de 2012, representando o Presidente Almazbek Atambayev na Conferência Rio+20. Em encontro com a Subsecretária-Geral de Política do MRE, Embaixadora Maria Edileuza Reis, à margem da Rio+20, o Vice-Primeiro-Ministro quirguiz expressou especial interesse em obter maiores informações sobre a experiência brasileira na área da hidroeletricidade, e sobre a possibilidade de que

empresas brasileiras venham a realizar investimentos nessa área em seu país. Referiu-se, ainda, ao potencial verificado no agronegócio e no turismo. Em fevereiro do ano corrente, o Embaixador não-residente do Brasil na República Quirguiz realizará visita a Bishkek, para dar seguimento a discussões sobre cooperação bilateral em áreas como pecuária e bioeletricidade, realizadas em 2011, no âmbito da apresentação de suas cartas credenciais ao Governo quirguiz.

O comércio bilateral ainda é diminuto, em razão do desconhecimento mútuo e da falta de contatos empresariais. Em 2012, o comércio totalizou US$ 4,8 milhões, uma queda de mais de US$ 2 milhões em relação a 2011. O valor total desse intercâmbio constitui-se quase que inteiramente de exportações brasileiras. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram carnes (97,15% da pauta de exportações), desperdícios de fumo (1,67%) e produtos de confeitaria (0,93%). Os principais produtos importados pelo Brasil foram propilparabeno (63,62% da pauta de importações), borrachas (30,28%) e licores (4,38%).

Assuntos consulares

Há registro de 7 brasileiros residentes na República Quirguiz, mas não há informações específicas sobre o perfil desses cidadãos. Em 2011, o Sr. Salymbekov Askar Maatkabylovich foi nomeado para exercer a função de Cônsul Honorário em Bishkek, subordinado à Embaixada do Brasil em Astana.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de concessões de créditos oficiais a tomador soberano do Cazaquistão.

POLÍTICA INTERNA

Diferentemente dos Presidentes dos outros países centro-asiáticos, o primeiro governante pós-soviético da República Quirguiz, Askar Akayev (1991-2005), não foi líder do Partido Comunista ou do Governo regional, tendo sido eleito por sua reputação como cientista proeminente, e por ter sido Presidente da Academia de Ciências da República. Isso explica em parte por que a República Quirguiz não se enquadrou de imediato no modelo autoritário frequente na região. O país também alcançou, no Ocidente, a qualificação de "vitrine da democracia na Ásia Central", em razão da adoção do regime parlamentarista.

Akayev realizou reformas com base nas recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Empresas públicas foram privatizadas, e as minas de ouro, principal produto de exportação do país, passaram a ser controladas por investidores estrangeiros. A inflação caiu, o PIB começou a crescer e o país logrou ser o primeiro no espaço pós-soviético a ingressar na Organização Mundial do Comércio (OMC). Entretanto, ao final dos anos 1990, a situação econômica deteriorou-se, em razão dos problemas sociais que surgiram no processo das reformas, tais como o empobrecimento da população (segundo estimativas do Banco Mundial e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), cerca de 40% dos quirguizes passaram a viver abaixo da linha da pobreza, percentual que atingiria - ou mesmo ultrapassaria - 50% nas zonas rurais, principalmente no sul do país), o recrudescimento do radicalismo islâmico e do nacionalismo exacerbado, bem como os conflitos étnicos com uzbeques e tadjiques.

Acuado pela oposição e pelas disputas com o Poder Legislativo, que obstruía suas reformas sociais, Akayev foi, aos poucos, abandonando os ideais de democracia multipartidária que permearam o início de seu Governo, e assumindo a posição autoritária comum nos demais países da Ásia Central. O Presidente aproximou-se de Moscou e passou a aplicar "métodos duros" em relação aos oposicionistas. O resultado não foi, no entanto, sustentável, e Akayev renunciou em meio a protestos populares contra irregularidades na eleição de 2005, movimento conhecido como "Revolução das Tulipas".

Após a queda de Akayev, Kurmanbek Bakiyev foi conduzido à Presidência de um Governo interino até a fixação de novas eleições parlamentares. A agitação política, no entanto, não diminuiu, pois os grupos de oposição seguiram realizando diversos protestos. Em uma tentativa de dividir e desestabilizar a oposição, o Presidente Bakiyev substituiu o Primeiro-Ministro Isabekov por Almazbek Atambayev, até então uma figura chave do movimento de oposição "Pelas Reformas". A nomeação de Atambayev serviu para aprofundar a divisão entre a ala moderada e a ala radical do movimento oposicionista. Em crise interna, o "Pelas Reformas" viu vários de seus líderes migrarem para o "Frente Unida". O próprio Atambayev anunciou, em 28 de março, que iria, juntamente com outras antigas lideranças do "Pelas Reformas", formar um novo bloco, intitulado "Por uma República Quirguiz Unida".

Após a realização de reforma constitucional aprovada em plebiscito, ainda em 2007, o Presidente Bakiyev dissolveu o Parlamento, gesto autoritário que contradizia as aspirações da Revolução das Tulipas. Quase dois anos depois, em julho de 2009, ocorreram eleições presidenciais, inicialmente previstas para 2010, mas antecipadas pelo Parlamento, controlado pelo partido governista. A antecipação do pleito foi vista por analistas independentes como manobra que visava a favorecer a reeleição do Presidente Bakiyev, antes que eventual aprofundamento da crise corroesse sua base de apoio. Atambayev, principal candidato oposicionista, declarou não reconhecer os resultados das eleições, deturpados pela longa série de ilegalidades praticadas pelos apoiadores do Presidente eleito. O recrudescimento da oposição nos meses seguintes levou Bakiyev a renunciar ao cargo em 2010, assumindo Roza Otunbayeva a Presidência interina. Com isso, diminuíram os temores de irrupção de guerra civil entre o norte e o sul da República Quirguiz.

Apesar de receios de instabilidades políticas, foram realizadas eleições parlamentares ainda em 2010, e eleições presidenciais no final de 2011, nas quais Atambayev alcançou vitória tranquila. Ex-Primeiro-Ministro, com reputação de bom administrador, próximo ao governo, Atambayev representava, aos olhos do povo, não apenas uma força política moderna, mas praticamente a única garantia de estabilidade política para a Quirguízia. Entretanto, passados poucos meses após sua posse, o Governo de coalizão estabelecido no início de 2012 entrou em colapso, motivado pela retirada do Governo dos partidos Ar-Namys e Ata-Meken, deixando os demais partidos da coalizão - Social-Democrático e Respublika - sem

maioria parlamentar. Acuado, o Chefe do partido Respublika, Omurbek Babanov, viu-se obrigado, em 01/09/2012, a renunciar ao cargo de Primeiro-Ministro. Os ataques a Babanov pelos partidos Ar-Namys e Ata-Meken foram motivados, segundo líderes daqueles partidos, pelo envolvimento do Primeiro-Ministro em episódios de corrupção. Seu substituto foi Zhantoro Satybaldiev, até então Chefe da Administração presidencial.

O Poder Legislativo é unicameral, denominado Conselho Supremo ou Jogorku Kengesh, e possui 120 membros, eleitos por voto popular para exercer um mandato de sete anos.

POLÍTICA EXTERNA

Por ser um país pequeno e empobrecido, com pouco a oferecer além da localização estratégica, a República Quirguiz acabou forçada a adotar uma política externa que mescla o inevitável alinhamento com a Rússia com ensaios de aproximação com o Ocidente (Estados Unidos) e, de maneira crescente, com a China.

O Presidente Atambayev afirmou que a Rússia é o principal parceiro estratégico da República Quirguiz. Nesse sentido, o país já pleiteou oficialmente aderir à União Aduaneira Belarus-Cazaquistão-Rússia. Pragmático, Atambaev vê a integração da economia quirguiz às economias da Rússia e Cazaquistão como a única forma de impulsionar o desenvolvimento econômico de seu país.

No campo político-militar, a República Quirguiz concedeu à Rússia em 2003, "para uso eterno", uma base militar a apenas 20 km da capital Bishkek. Nela estão aquarteladas tropas russas para dar apoio aéreo a 5.000 militares da "Força de Reação Rápida" da Organização do Tratado da Segurança Coletiva (OTSC), organização militar composta pelos membros da Comunidade Econômica Eurasiática (CEEA) e pela Armênia. Em 2009, o Governo quirguiz firmou com a Rússia acordo para criação de uma nova base militar russa no Vale do Fergana, na fronteira com o Uzbequistão, região marcada por instabilidade política e atividades de extremismo religioso. Em seguida ao anúncio, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Uzbequistão declarou profunda insatisfação com a medida, pois a nova

base poderia causar o incremento da militarização na região e dos confrontos étnicos, e ameaçou cortar o suprimento de gás para a República Quirguiz.

Durante a campanha norte-americana no Afeganistão, o Governo quirguiz firmou um acordo para instalação de base militar provisória dos Estados Unidos em seu território (Manas). Contudo, atendendo a uma antiga reivindicação russa, Atambayev confirmou que seu Governo fechará a base militar dos Estados Unidos em Manas, tão logo termine o acordo bilateral de "leasing" em 2014. Em encontro no início de 2012 com Robert Blake, Subsecretário para Ásia Central e Meridional do Governo norte-americano, Atambayev confirmou-lhe essa decisão, comentando que os US$ 150 milhões que Bishkek recebe anualmente dos Estados Unidos a título de aluguel "não compensariam os riscos" associados à localização da base militar norte-americana ao lado do principal aeroporto civil do país. Atambayev, justificando sua decisão ao público interno, declarou temer que, à luz dos conflitos militares dos Estados Unidos no Iraque e Afeganistão e da deterioração das relações Estados Unidos - Irã, o aeroporto de Manas poderia eventualmente sofrer ataque, caso a base continue em mãos dos Estados Unidos. Como solução de compromisso, Atambayev estaria oferecendo aos Estados Unidos a possibilidade de utilizar uma instalação civil em conjunto com a Rússia após 2014, para apoiar seus contingentes militares no Afeganistão.

No contexto da crescente aproximação da China com os países da Ásia Central, o Governo chinês trabalha na construção de ferrovia que deverá conectar China, República Quirguiz e Uzbequistão, e estuda iniciativas para viabilizar a importação de energia hidrelétrica da República Quirguiz.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Nos anos 1990, a República Quirguiz foi considerada exemplar entre as ex-repúblicas soviéticas quanto ao cumprimento das recomendações do FMI na realização de "reformas" de mercado", especialmente na privatização do setor estatal. Além disso, foi o primeiro país da Comunidade dos Estados Independentes (CEI) a ingressar na OMC. Entretanto, as reformas, apoiadas pelos organismos financeiros

internacionais, não resolveram os problemas de empobrecimento da população. O índice de desemprego é elevado, e a migração da mão-de-obra da República Quirguiz para o Cazaquistão e a Rússia mantém-se expressiva (cerca de 10% da população quirguiz trabalha nos setores agrícola e de construção civil daqueles países, frequentemente sem registro oficial e em condições discriminatórias).

Em relação ao crescimento do PIB, a República Quirguiz possui o pior desempenho entre os países da Ásia Central. Em 2012 houve retração de 0,9%, conforme informações da Divisão de Inteligência Comercial do MRE. O setor agrícola é predominante na economia do país e os principais produtos são algodão, fumo, lã e carne. Os principais produtos de exportação são o ouro, pérolas, pedras preciosas, combustíveis e artigos de vestuário.

O país é pobre em combustíveis fósseis, e dependente da importação de petróleo e gás natural. A população enfrenta cortes de eletricidade no inverno, e o racionamento de energia atingiu até mesmo a capital. Desta maneira, o Governo quirguiz busca atrair capitais externos para investimentos em energia hidroelétrica, por meio de parcerias público-privadas, aproveitando o fato de o país ser detentor de 40% de todas as reservas de água da Ásia Central. A República Quirguiz poderá, caso esse programa seja bem conduzido, simultaneamente industrializar-se e obter divisas estrangeiras via exportação de energia elétrica.

O Governo quirguiz também trabalha para estabelecer rotas de transportes que possibilitem a integração do país à economia mundial. Para avançar nesses objetivos, o Presidente Atambayev buscou empréstimos do exterior (que tiveram como garantias a participação estatal na mina de ouro "Kumptor", avaliada em US$ 1,5 bilhão).

ANEXOS

Cronologia histórica

1991	Independência do país.
1998	Acessão à OMC.
2005	O Presidente Askar Akayev renuncia ao cargo após os protestos populares da Revolução das Tulipas. Kurmanbek Bakiyev assume a Presidência interina. Almazbek Atambayev torna-se Primeiro-Ministro.
2007	O Presidente Bakiyev dissolve o Parlamento.
2009	Bakiyev é reeleito Presidente, em eleições antecipadas pelo Parlamento.
2010	Bakiyev renuncia ao cargo após pressão da oposição. Roza Otunbayeva assume a Presidência interina; Conflitos entre quirguizes e uzbeques nas cidades de Osh e Jalalabad deixam quase 500 mortos e centenas de feridos.
2011	Almazbek Atambayev é eleito Presidente.
2012	O Primeiro-Ministro Omurbek Babanov renuncia ao cargo; Zhantoro Satybaldiyev torna-se Primeiro-Ministro.

Cronologia das relações bilaterais

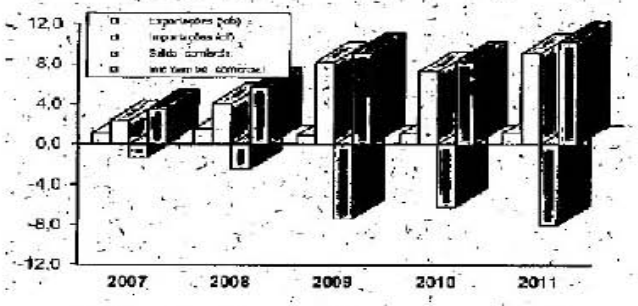
1993	Estabelecimento das relações diplomáticas.
2007	Missão à República Quirguiz do Assessor Especial para a Ásia do MRE.
2010	O Governo brasileiro doa US$ 300 mil em auxílio às vítimas dos conflitos em Osh e Jalalabad.
2012	O Vice-Primeiro-Ministro Djoomart Otorbaev visita o Brasil para participar da Conferência Rio+20 e encontra-se com a Subsecretária-Geral de Política do MRE à margem do evento.

Dados econômico-comerciais

REPÚBLICA QUIRGUIZ: COMÉRCIO EXTERIOR
US$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-set)	2012 (jan-set)
Exportações (fob)	1,1	1,6	0,9	1,0	1,1	0,8	0,9
Importações (cif)	2,4	4,1	8,2	7,2	9,1	6,5	7,0
Saldo comercial	-1,3	-2,5	-7,3	-6,2	-7,9	-5,7	-6,1
Intercâmbio comercial	3,5	5,7	9,1	8,3	10,2	7,4	7,9

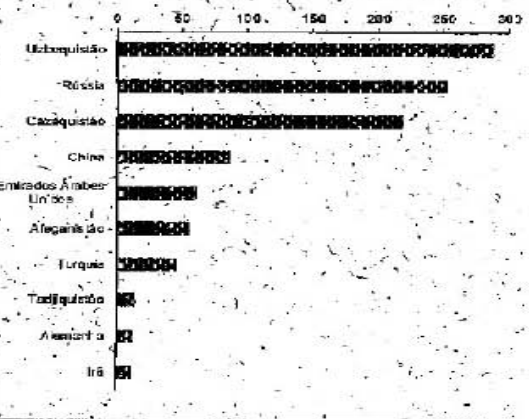
Elaborado pelo MRE/DEPROM - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013



O comércio exterior da República Quirguiz apresentou, em 2011, variação de 188% em relação a 2007, passando de US$ 3,5 bilhões para US$ 10,2 bilhões. Esse resultado deveu-se, sobretudo, ao aumento das importações, que cresceram em 279% entre 2007 e 2011. No ranking do FMI de 2011, a República do Quirguiz figurou como o 140º mercado mundial, sendo o 140º exportador e o 103º importador.

REPÚBLICA QUIRGUIZ: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US$ milhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
Uzbequistão	289	25,4%	235	26,7%
Rússia	253	22,3%	167	19,1%
Cazaquistão	220	19,4%	190	21,6%
China	89	7,8%	58	6,6%
Emirados Árabes Unidos	63	5,5%	51	5,8%
Afeganistão	57	5,0%	46	5,3%
Turquia	47	4,2%	32	3,6%
Tadjiquistão	16	1,4%	14	1,5%
Alemanha	14	1,2%	12	1,4%
Irã	13	1,1%	11	1,3%
...				
Brasil	*0,2*	*0,02%*	*0,0*	*0,00%*
Subtotal	1.060	93,4%	816	92,9%
Outros países	75	6,6%	62	7,1%
Total	1.135	100,0%	878	100,0%



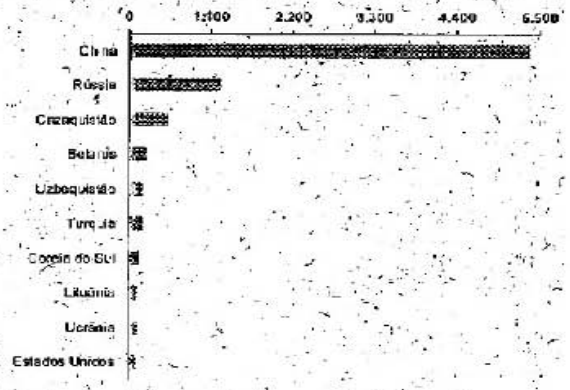
Elaborado pelo MRE/DEPROM - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, February 2013

As vendas da República Quirguiz são direcionadas em grande parte aos países europeus, que responderam por 77% das vendas em 2011. Individualmente, o Uzbequistão foi o principal parceiro, com 25,4% do total, seguido da Rússia (22,3%); Cazaquistão (19,4%); China (7,8%); Emirados Árabes Unidos (5,8%); Afeganistão (5%); e Turquia (5%). O Brasil obteve o 45º lugar entre os destinos em 2011.

REPÚBLICA QUIRGUIZ: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US$ milhões

Descrição	2011	% no total	2012 (jan-set)	% no total
China	5.366	59,1%	3.994	57,1%
Rússia	1.248	13,7%	1.070	15,3%
Cazaquistão	558	6,1%	481	6,9%
Belarus	240	2,6%	103	1,5%
Uzbequistão	199	2,2%	163	2,3%
Turquia	198	2,2%	210	3,0%
Coreia do Sul	156	1,7%	137	2,0%
Lituânia	127	1,4%	60	0,9%
Ucrânia	122	1,3%	97	1,4%
Estados Unidos	113	1,2%	114	1,6%
Brasil	*7,5*	*0,1%*	*4,2*	*0,1%*
Subtotal	8.335	91,8%	6.433	92,0%
Outros países	744	8,2%	557	8,0%
Total	9.078	100,0%	6.990	100,0%



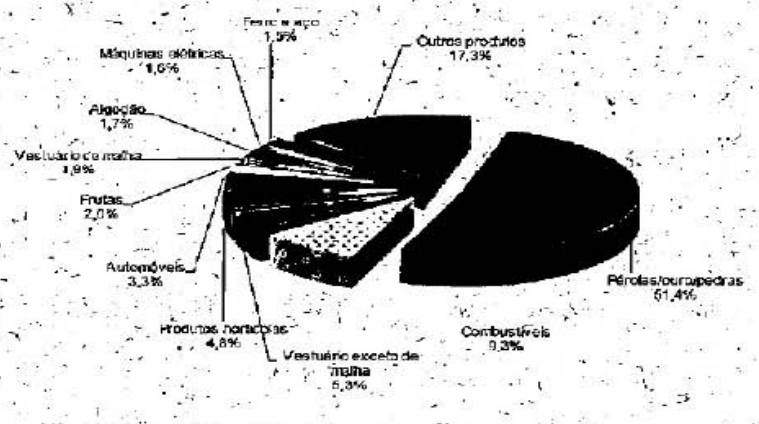
Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do Fed. Direction of Trade Statistics, February 2013

A importação da República Quirguiz origina-se principalmente dos países em desenvolvimento da Ásia, sendo a China o principal parceiro, fornecendo 59,1% do total importado em 2011. Em seguida, destacaram-se: Rússia (13,7%); Cazaquistão (6,1%); Belarus (2,6%); Uzbequistão (2,2%); e Turquia (2,2%). O Brasil obteve o 34º lugar entre os principais vendedores para país em 2011, com 0,1% do total.

REPÚBLICA QUIRGUIZ: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2011 - Em %

Descrição	% no total
Pérolas/ouro/pedras	51,4%
Combustíveis	9,3%
Vestuário exceto de malha	5,3%
Produtos hortícolas	4,8%
Automóveis	3,3%
Frutas	2,0%
Vestuário de malha	1,9%
Algodão	1,7%
Máquinas elétricas	1,6%
Ferro e aço	1,5%
Subtotal	**82,7%**
Outros produtos	**17,3%**
Total	**100,0%**



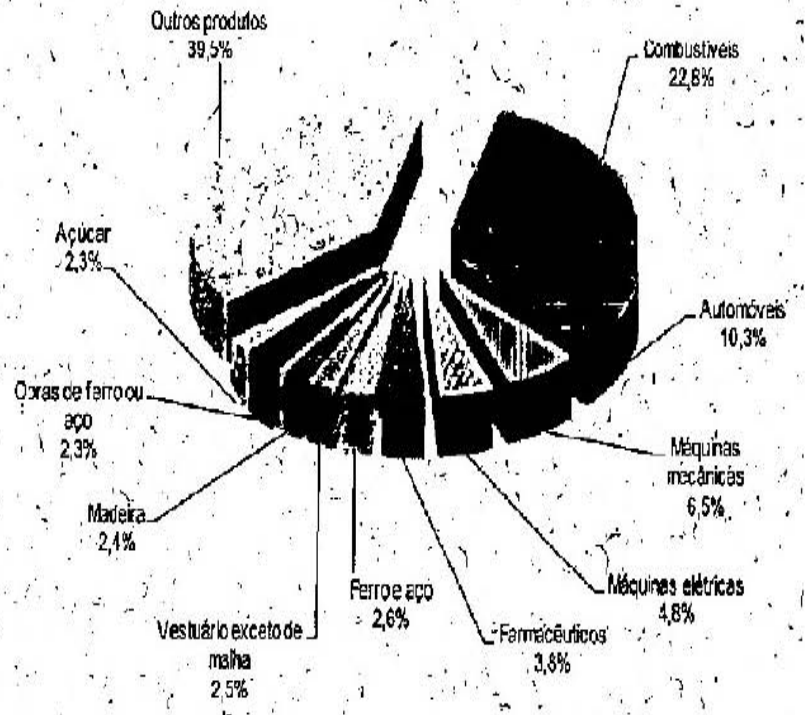
Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados da UNCTADATC/Trademap.

A pauta de exportações da República Quirguiz é concentrada em pérolas/ouro/pedras (principalmente ouro em bruto), que representaram 51,4% do total exportado em 2011. Seguiram-se: combustíveis (9,3%); vestuário exceto de malha (5,3%); produtos hortícolas (4,8%) e automóveis (3,3%).

REPÚBLICA QUIRGUIZ: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

2011 - Em %

Descrição	% no total
Combustíveis	22,8%
Automóveis	10,3%
Máquinas mecânicas	6,5%
Máquinas elétricas	4,8%
Farmacêuticos	3,8%
Ferro e aço	2,6%
Vestuário exceto de malha	2,5%
Madeira	2,4%
Obras de ferro ou aço	2,3%
Açúcar	2,3%
Subtotal	**60,5%**
Outros produtos	**39,5%**
Total	**100,0%**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

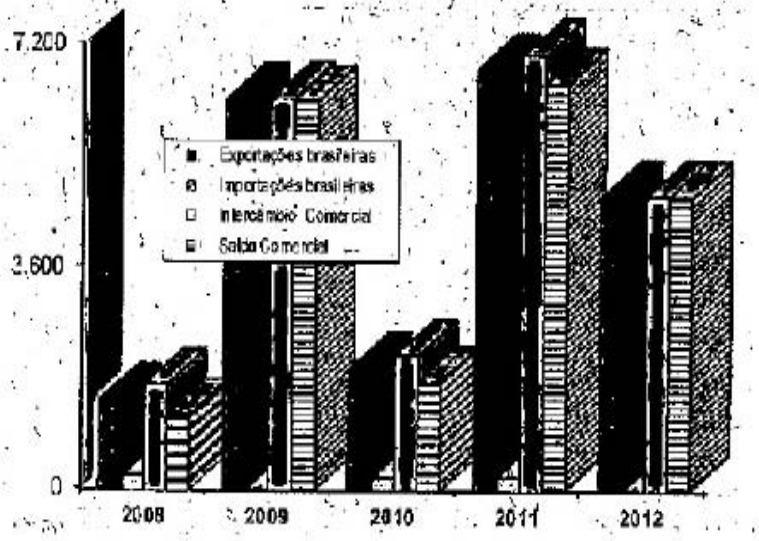
A pauta de importações da República Quirguiz é concentrada em bens com alto valor agregado. Em 2011, os combustíveis, automóveis, máquinas e produtos farmacêuticos representaram 48,3% do total. Seguiram-se: ferro e aço (2,6%); vestuário exceto de malha (2,5%); madeira (2,4%); obras de ferro ou aço (2,3%); açúcar (2,3%).

BRASIL-REPÚBLICA QUIRGUIZ: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações brasileiras	**1.491**	**6.323**	**2.003**	**6.807**	**4.777**
Variação em relação ao ano anterior	-30,6%	324,1%	-68,3%	239,8%	-29,8%
Importações brasileiras	**240**	**21**	**205**	**225**	**3**
Variação em relação ao ano anterior	-24,5%	-91,3%	876,2%	9,8%	-98,5%
Intercâmbio Comercial	**1.731**	**6.344**	**2.208**	**7.032**	**4.780**
Variação em relação ao ano anterior	-29,8%	266,5%	-65,2%	218,5%	-32,0%
Saldo Comercial	**1.251**	**6.302**	**1.798**	**6.582**	**4.774**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb

No ranking do comércio brasileiro em 2012, a República Quirguiz posicionou-se como 174º parceiro comercial, sendo o 161º na exportação e o 211º na importação. Entre 2008 e 2011, o intercâmbio comercial entre os dois países cresceu 176%, passando de US$ 1,7 milhão para US$ 4,8 milhões. Nesse período as exportações cresceram 220% e as importações caíram em 99%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o intervalo, apresentou superávit de US$ 4,8 milhões.

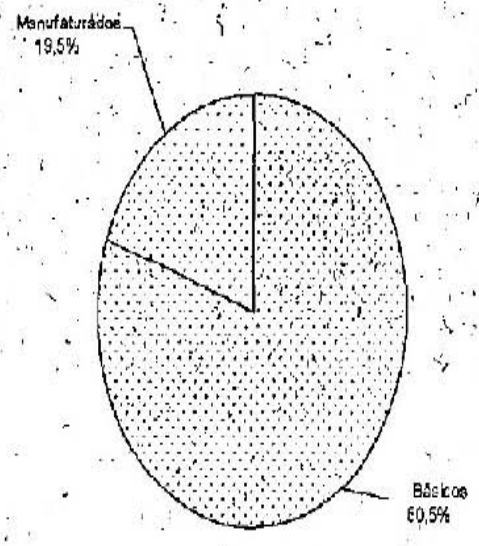


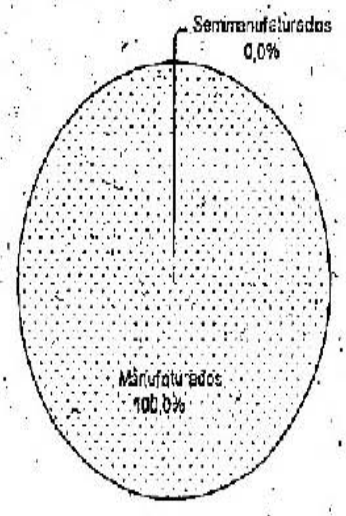
BRASIL-REPÚBLICA QUIRGUIZ: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US$ mil, fob (2012)

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	3.844	80,5%	0	0,0%
Semimanufaturados	0	0,0%	0	0,0%
Manufaturados	933	19,5%	3	100,0%
Transações especiais	0	0,0%	0	0,0%
Total	**4.777**	**100,0%**	**3,4**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

As exportações brasileiras para a República Quirguiz são compostas em sua maior parte por produtos básicos, que representaram 80,5% das vendas em 2012 (com destaque para carnes de frango e suína), seguidos dos manufaturados com 19,5%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram a totalidade da pauta em 2012, com destaque para outros metais comuns e logo após os manufaturados com 37%, com destaque para produtos químicos e borracha.

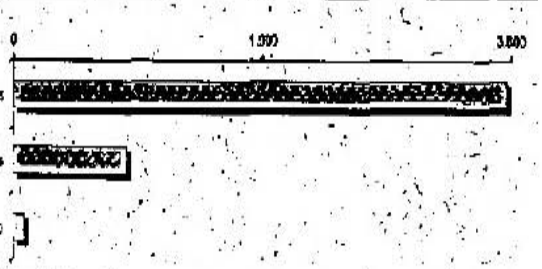




BRASIL-REPÚBLICA QUIRGUIZ: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Carnes	568	3.938	3.764	78,8%
Preparações de carnes	191	241	857	17,9%
Fumo	1.244	1.770	80	1,7%
Subtotal	**2.003**	**5.949**	**4.701**	**98,4%**
Outros produtos	**0**	**858**	**76**	**1,6%**
Total	**2.003**	**6.807**	**4.777**	**100,0%**

Exportações brasileiras para a Rep. Quirguiz, 2012



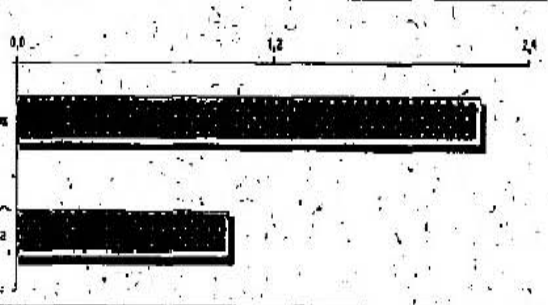
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb

A pauta de exportações brasileiras para a República Quirguiz é concentrada em carnes, sobretudo carne de frango e suína. Em 2012, as carnes "in natura" representaram 78,8% do total, seguidas das preparações de carnes (17,9%); e fumo (1,7%).

BRASIL-REPÚBLICA QUIRGUIZ: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012 Valor	2012 % no total
Químicos orgânicos	0,0	0,0	2,2	64,1%
Borracha	1,5	82,6	1,0	29,4%
Outros metais comuns	0,0	142,0	0,0	0,0%
Subtotal	**1,5**	**224,6**	**3,2**	**93,5%**
Outros produtos	**203,5**	**0,4**	**0,2**	**6,5%**
Total	**205,0**	**225,0**	**3,4**	**100,0%**

Importações brasileiras originárias da Rep. Quirguiz, 2012



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

A pauta de importações brasileiras originárias da República Quirguiz foi composta basicamente por dois grupos de produtos em 2012: químicos orgânicos (propilparabeno) (64,1%); e borracha (29,4%).

Aviso nº 188 - C. Civil.

Em 14 de março de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor DEMÉTRIO BUENO CARVALHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão, e, cumulativamente, junto à República do Turcomenistão e à República Quirguiz.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos.

São lidos os seguintes:

Of. nº 52/2013/CMA

Brasília, 19 de março de 2013

Assunto: Composições

Senhor Presidente,

Informo que os Excelentíssimos Senhores Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e João Vicente Claudino não compõem mais os quadros da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Desta forma, solicito alteração das composições da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Execução das Obras da Usina de Belo Monte – CMABMONTE, da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 – CMACOPOLIM, e da Subcomissão Permanente de Água – CMAGUA, deixando vagas as posições ocupadas pelos Senadores supracitados nessas Subcomissões.

Aproveito para indicar o Excelentíssimo Senhor Senador Eduardo Amorim para ocupar a vaga de titular na Subcomissão Permanente de Água – CMAGUA, e a vaga de suplente na Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 – CMACOPOLIM, no Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC ,PPL, PR).

Respeitosamente, _ Senador **Blairo Maggi**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Ofício GSINAR nº 62/2013

Brasília, 19 de março de 2013

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, em razão da realização da 4ª Sessão Conjunta do Congresso Nacional, no último dia 6, quando da apreciação do Veto Parcial nº 38/2012 ao Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2011 (nº 565/2011, na Câmara dos Deputados), relativo à distribuição dos **royalties** pela exploração de petróleo – matéria de singular importância para meu Estado, comunico a Vossa Excelência a impossibilidade de minha participação na Missão Oficial do Grupo Parlamentar Brasil-Suíça, cuja visita ocorreu no período de 3 a 8 do corrente mês.

Outrossim, faz mister ratificar minha contínua disposição em participar das próximas missões a esse país.

Atenciosamente, – Senador **Inácio Arruda**.

Ofício nº 66/2013-BLUFOR

Brasília, 19 de março de 2013

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que o Senador Eduardo Amorim passa a não integrar a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH – desta Casa.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim**, Líder do Bloco Parlamentar União Força PTB/PR/PSC/PPL.

Ofício nº 97/13-GLPSDB

Brasília, de março de 2013

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a V. Exª que a partir desta data o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar, como titular, a Comissão de Assuntos Sociais.

Na oportunidade, renovo protesto de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Aloysio Nunes Ferreira,** Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Queria cumprimentar todos que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado e convidar, para fazer uso da palavra, o Senador Eduardo Suplicy, que faz aqui uma permuta com o Senador inscrito Cristovam Buarque.

V. Exª dispõe do tempo regimental de 10 minutos, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, no último sábado, nós tivemos um acontecimento de grande relevância para o propósito da Renda Básica de Cidadania, quando artistas, cantores, compositores, Racionais MC's, Brothers of Brazil, Chambinho do Acordeon, Chico César, Banda Vento Verde, do Branco, de Santo Antônio do Pinhal, e ainda o Grupo de Jovens de Caconde, dirigidos por Asdrúbal Serrano, apresentaram-se em Santo Antônio do Pinhal, no festival m benefício da Renda Básica de Cidadania.

Em que pese uma chuva torrencial das quatro da tarde até quinze para as dez da noite, quando en-

tão os Racionais, Mano Brown e seus companheiros cantaram, houve um ânimo extraordinário e foi bem-sucedido o evento.

Quero agradecer a todos aqueles que apoiaram e estiveram lá presentes, em especial os artistas. Gostaria de agradecer a todos os patrocinadores, que serão devidamente comunicados a respeito dos resultados do evento.

Ainda no domingo, tive um diálogo com o ex-Prefeito José Augusto Guarnieri Pereira e com o Prefeito atual, Clodomiro Júnior, sobre a preocupação deles a respeito da decisão do Supremo Tribunal Federal na quinta-feira da semana passada.

Inclusive, ontem, conversei com o Presidente João Carlos Coser, da Frente Nacional de Prefeitos, que me encaminhou um manifesto de grande relevância.

A respeito desse assunto, ainda hoje o Governador do Rio Grande do Sul, Tasso Genro, na Comissão de Assuntos Econômicos, chamou-nos a atenção, nos fez um alerta a respeito da importância de se modificar o teor da decisão do Supremo Tribunal Federal. Também o próprio Governador Geraldo Alckmin, ainda há pouco, pessoalmente, me disse que se trata de uma decisão que precisa ser modificada.

Vou aqui ler o manifesto do Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, João Carlos Coser, que, inclusive, solicitará audiência junto ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, e aos demais Ministros, para ponderar o que está neste manifesto de 19 de março de 2013, denominado Precatórios e o Interesse Público. Assim diz este manifesto:

> *O Supremo Tribunal Federal, acolhendo a proposta da Ordem dos Advogados do Brasil, julgou inconstitucionais os principais pontos da Emenda Constitucional n° 62, que estabelecia regras especiais para o pagamento de condenações judiciais proferidas contra as fazendas públicas, os precatórios judiciais.*
>
> *A emenda foi construída com intensa participação dos representantes dos Municípios e dos Estados, além de ter acolhido sugestões de ministros do próprio Supremo Tribunal Federal, como o Ex-Presidente Nelson Jobim, diretamente coordenando as discussões, e o Ministro Gilmar Mendes, partícipe de audiência pública no Senado Federal em 13 de dezembro de 2006. Naquela ocasião, o Exmo Ministro Gilmar destacou: "Por outro lado, percebe-se também, e isto foi objeto, pelo menos de alguma discussão, quando do debate da intervenção referida, da Intervenção Federal n° 2195, que o instituto da Intervenção Federal é inadequado para resolver esse quadro de crise já apresentado, uma vez que, se o Estado demonstra que está fazendo todo o Esforço no sentido do pagamento, a intervenção federal resultará praticamente inútil, inócua. (...) Nós vimos também que pela quantidade de créditos acumulados, nos estudos feitos na Assessoria do Supremo Tribunal Federal, assinalava-se que, creio que em 2003, nos Estados e Municípios havia um montante equivalente a R$61 bilhões. Portanto, é uma quantia extremamente significativa. E se nós fôssemos exigir o pagamento, pelo menos tendo em vista o estudo de caso de São Paulo, de imediato, desses créditos, não haveria recursos para praticamente as atividades básicas de custeio.Ou seja, a Emenda Constitucional foi fruto de amplo debate entre a sociedade – a Ordem dos Advogados do Brasil também compareceu às audiências públicas no Senado – e buscou conferir concretude ao princípio da reserva do financeiramente possível, dotando o Estado brasileiro de capacidade de negociação com seus credores decorrentes de ações judiciais transitadas em julgado, como é dado a qualquer pessoa, física ou jurídica, proceder. A quem interessa inviabilizar os acordos para pagamento de débitos judiciais, ao fechar a porta para parcelamentos e descontos concedidos voluntariamente pelos credores? O orçamento público encontra limite na capacidade do povo brasileiro em pagar impostos, capacidade que se encontra esgotada, como se vê diariamente. A declaração da inconstitucionalidade da emenda, ao argumento de que é dever do Estado cumprir com as obrigações judiciais, encontra limite na reduzida capacidade de pagamento dos orçamentos públicos. Recobre-se o Ministro Gilmar Mendes, ao afirmar que o Estado de São Paulo ficará sem recursos para custeio de suas atividades mais básicas. Isso interessa ao Brasil e aos brasileiros? Atende ao interesse público? É evidente que se deseja um Estado cumpridor de decisões judiciais, sobretudo as destinadas a repararem injustiças cometidas pela violação a direitos – e devidamente reconhecidas pelo Poder Judiciário em suas decisões transitadas em julgado –, mas também é evidente que o Estado tem o dever legal de prover outros tantos serviços públicos de relevância ímpar, como saúde, educação, infraestrutura. É pela compatibilização entre esses valores que se resolve o conflito de prioridades. E a Emenda nº 62 justamente previa essa compatibilização, ao conferir mecanismos para o Estado nego-*

ciar com seus credores formas de pagamento que se mostrem possíveis diante da realidade financeira atual. O Erário não é infinito. Muito menos o da União. Anteveem-se especulações sobre a federalização dessa dívida, como realizado, anos atrás, previamente à implantação do Plano Real. Em momento de grave crise na economia mundial, não parece ser a solução para o País destinar recursos que faltam à infraestrutura, à saúde e à educação para saldar essas dívidas. A solução de criatividade, que estava contemplada na Emenda n° 62, vinha possibilitando a efetiva adimplência de Estados e Municípios, tanto o é que o estoque da dívida com precatórios vinha diminuindo. A quem interessam o colapso e a confusão sobre esse tema? Por que o Estado brasileiro não pode, como qualquer outra pessoa física e jurídica, contar com a possibilidade de negociar – e se entender – com seus credores para quitar suas dívidas, ainda que oriundas de decisões judiciais, de modo transparente e com as regras claras? Ainconstitucionalidade da Emenda n° 62 retroagiu as discussões sobre o tema para 1988, pois prevaleceu a redação original da Carta. Não se pode imaginar que seja possível a quitação integral de todos os débitos com precatórios – estoque de décadas – em apenas um ano. Essa seria a conclusão do julgamento da maioria dos ministros do STF. E se faltarem recursos? Serão decretadas intervenções nos Estados e Municípios inadimplentes? Os interventores terão a capacidade de fazer brotar recursos nos respectivos orçamentos? Trata-se de problema de solução um pouco mais complexa que o singelo "pague-se" determinado pelo Supremo, a pedido da OAB. E a Emenda n° 62 procurava contemplar as especificidades desse problema, de modo a compatibilizar os limites do orçamento com outras obrigações públicas. É preciso retomar o debate de forma a definir normas objetivas exequíveis e que interessem à União, Estados e Municípios e aos credores.

Assim conclui João Carlos Coser, o Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, que foi Prefeito de Vitória.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu quero aqui assinalar que o próprio Governador Geraldo Alckmin, ainda há pouco, ressaltou a importância de se chegar a outra solução que não esta definida pelo Supremo Tribunal Federal nesta última quinta-feira. E o próprio Governador Tarso Genro chamou-nos a atenção em termos semelhantes aos que aqui expôs João Carlos Coser, com o qual eu me solidarizo.

Agradeço, Presidente, Senador Jorge Viana, PT do Acre, pela sua tolerância. Muito obrigado.

Espero que o Presidente do Supremo Tribunal Federal logo possa receber todos os prefeitos, representados pela Frente Nacional de Prefeitos, e os governadores, que estão preocupados com essa (*Fora do microfone.*) decisão do Supremo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento V. Exª, Senador e colega Eduardo Suplicy, pelo pronunciamento.

Convido para fazer uso da palavra, como orador inscrito, o grande Senador Luiz Henrique.

V. Exª dispõe do tempo regimental de dez minutos, Senador.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, assunto da maior relevância está em debate nesta Casa: é o estabelecimento dos critérios para a distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal.

É assunto relevante, porque, através da distribuição desse Fundo, pode-se estabelecer um caminho para combate aos desníveis regionais; para fazer com que o Brasil seja menos desigual e com que haja menos brasis diferentes, diversos – uns mais ricos, outros mais pobres; uns mais desenvolvidos, outros menos desenvolvidos; uns mais avançados, outros menos avançados. E o Brasil, lamentavelmente, configura esse painel indesejável de diferenças regionais entre os Estados.

Apresentei, Sr Presidente, Srªs e Srs. Senadores, uma emenda ao Projeto de Lei do Senado nº 192, de 2011 (Projeto de Lei Complementar), buscando oferecer um critério de distribuição justo, que permeie essa busca pela redução dos desníveis regionais.

O Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal representa um instrumento de apoio ao orçamento de todos os Estados e de suporte para reduzir a distância da capacidade fiscal daquelas unidades da federação menos desenvolvidas em relação à média do País. Com amparo constitucional o Fundo de Participação dos Estados tem a sua distribuição definida em lei complementar ilustrando o reconhecimento da sua importância.

Ocorre que em 2010 o egrégio Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade da fórmula vigente de distribuição, que fora instituída pela Lei Complementar nº 62, de 1989. O Supremo determinou a fixação de novos critérios, cujos efeitos deveriam ser sentidos a partir de janeiro de 2013. De fato, sendo o objetivo do FPE promover o equilíbrio socioeconômico entre os Estados, o critério de distribuição deve ser

dinâmico e não estático como o disposto na Lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Tendo em vista essas circunstâncias que demandam soluções a serem encaminhadas no âmbito do Congresso Nacional, o projeto inspira-se na experiência histórica da Federação brasileira para esse fundo, consubstanciada nos arts. 88 a 90 do Código Tributário Nacional. O Código Tributário Nacional é a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Propõe a adoção de uma regra simples e transparente: considerar a área territorial, a população, o inverso da renda *per capita* estadual como variáveis para o cálculo dos coeficientes de participação do Fundo. Trata-se do modelo originalmente definido naquele Código e posto em prática por considerável período, situação singular que o recomenda como tecnicamente adequado e politicamente consistente, atributos necessários e suficientes para superar o impasse na definição da matéria. Assim, quanto maior a área geográfica do Estado, maior a dificuldade para prover a infraestrutura e alcançar os cidadãos. Quanto maior a população, maior a necessidade de recursos para prestar serviços públicos. Quanto menor a renda *per capita*, menor a capacidade de autofinanciamento do respectivo Estado. Essa é a lógica que respalda a escolha das variáveis que irão orientar a distribuição dos recursos do FPE.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a simplicidade e a transparência, Senador Jorge Viana, por sua vez tão desejáveis em um arranjo dessa natureza, decorrem da utilização de um pequeno e incontroverso conjunto de variáveis de alto poder de descrição da realidade econômico-social, com apuração frequente, metodologia conhecida e prestígio absorvido da instituição oficial, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que responde pela qualidade dos dados envolvidos.

Não se pretende, porém, que a solução conceitualmente satisfatória esbarre em dificuldades de ordem prática, decorrentes elas da relativa rigidez dos orçamentos públicos. As distorções inevitáveis, após 20 anos de aplicação de coeficientes estáticos, recomendam a adoção de um critério de transição que permita a acomodação dos orçamentos estaduais.

O projeto contempla, portanto, o objetivo de preservar os valores nominais do Fundo de Participação dos Estados, distribuídos em 2012, dentro de uma transição sem atropelos, até a aplicação exclusiva dos novos critérios. Para tanto, o projeto prevê a convivência de dois componentes assim definidos: para o montante de recursos igual aos valores coerentes do fundo, a distribuição aos Estados segue os atuais coeficientes do fundo participatório; a adoção dos coeficientes resultantes da aplicação do modelo proposto fica na dependência de um gatilho.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Já vou encerrar, Sr. Presidente.

Apenas quando houver um montante adicional de recursos decorrente do crescimento da arrecadação dos impostos federais que alimentam o FPE essa parcela adicional passa a ser distribuída de acordo com os critérios do modelo proposto, segundo uma base sempre atualizada de dados de população e renda estadual.

Essa regra de transição evita qualquer problema na administração orçamentária dos Estados. Por exemplo, admitindo-se um crescimento nominal do FPE de 10% ao ano, ao final de sete anos, ainda seria maior a parte do fundo comandada pelos coeficientes atuais, em relação à parcela distribuída de acordo com o novo critério proposto, como pode ser observado no gráfico.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – E é isso que nos propusemos na nossa emenda ao PLS 192 para contemplar os Estados com uma regra de transição e assim permitir que se saia dessa situação de disputa, dessa situação de dissenso para um grande consenso nacional, que beneficie todos os Estados, mas que, principalmente, reduza, combata, minimize os desníveis regionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento o Senador Luiz Henrique.

Pela ordem, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Queria solicitar minha inscrição para falar no período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu convido, para fazer uso da palavra, como orador inscrito, o Senador Vital do Rêgo.

Senador Vital do Rêgo, ilustre Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, V. Exª tem a palavra por dez minutos, mas, obviamente, presidindo a Comissão que V. Exª preside, a tolerância será a necessária e a requisitada.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço, Senador Jorge Viana. Certamente, mesmo com a tolerância de V. Exª, sempre muito parcimoniosa com os colegas da Casa, com a grandeza do seu espírito, eu haverei de seguir à risca o tempo, em respeito aos

oradores, como a Senadora Vanessa, que haverá de seguir com esta sessão com importantes pronunciamentos.

A desoneração, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, a desoneração dos tributos incidentes sobre os produtos que compõem a cesta básica representa uma das melhores iniciativas do Governo Federal em favor dos menos favorecidos.

A cesta básica reúne os produtos necessários para garantir a alimentação, higiene e limpeza de uma família brasileira durante um mês.

A essencialidade dos produtos que compõem a cesta básica faz da desoneração vislumbrada pelo Governo Federal medida de enorme importância para a sociedade, caminho que promove, em nosso País, fator benigno da justiça fiscal em nosso sistema tributário.

Com o objetivo de bem dimensionar os reflexos da diminuição da carga tributária propiciada pelo Governo à família brasileira, o jornal *Valor Econômico* fez publicar matéria de título autoexplicativo, segundo a qual "Sem impostos, preço da cesta básica cairia 6,5%". Segundo o periódico:

> *A desoneração da cesta básica terá um impacto de até R$3,6 bilhões na arrecadação federal em um ano e poderá reduzir o preço desses alimentos em 6,5% em média. O elevado custo fiscal é um dos motivos que explicam porque a medida ainda não foi oficializada. Dados mais consistentes sobre o comportamento da Inflação e o desempenho da economia vão guiar a decisão do governo [que a Presidente Dilma tmou recentemente]. O objetivo é não deixar que o Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), índice usado como meta para a inflação, ultrapasse o teto de 6,5% no ano" [nosso teto previsto].*

Srªs e Srs. Senadores, o Direito Administrativo apresenta como uma de suas mais importantes premissas o princípio aristotélico da isonomia.

Para o admirável Aristóteles, o núcleo duro da justiça em tudo se baseia na iniciativa de se "tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades".

Os melhores governantes da *polis* grega ou dos modernos Estados necessitam levar a sério o aconselhamento do antigo pensador, sobretudo no que diz respeito à tributação dos cidadãos e das forças produtivas.

Os critérios de justiça fiscal conduzem os mais avançados países a desonerar produtos essenciais e a elevar a carga tributária de bens suntuários, de artigos de luxo ou mesmo daqueles bens de consumo que, por vezes, de saúde pública e de segurança da sociedade merecem ter o seu consumo desestimulado.

Os objetivos laterais na oneração ou desoneração adotadas pelo sistema tributário motivam-se por critérios de parafiscalidade.

A esse respeito, cumpre relembrar que o *slogan* do Governo Dilma Rousseff – "país rico é país sem pobreza" – delineia o foco central da ação estatal, no curso dos últimos anos, qual seja, a elevação de toda a sociedade brasileira a padrões dignos de vida e de acesso à riqueza nacional.

Após o ingresso de cerca de 40 – quarenta! – milhões de brasileiros na classe média baixa, parece-nos essencial concentrarmos os nossos esforços na melhoria de vida dos concidadãos que enfrentam, cotidianamente, a insegurança alimentar no plano pessoal e no plano familiar.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Brasil tem pressa em figurar, definitivamente, entre os países desenvolvidos com estabilidade, patamar que só atingiremos pela elevação consciente e constante dos padrões de vida da sociedade brasileira. Para tanto, consideraremos imperativa a participação de todos, sobretudo dos que mais têm a oferecer por essa causa comum. Por isso, rogamos aos empresários da indústria, aos comerciantes de nosso País, no sentido de trabalhar para que essa desoneração possa, realmente, refletir na mesa da família brasileira.

Essa, Sr. Presidente, é a primeira reflexão que faço no dia de hoje sobre esse tento de grande valia do Governo Federal, que buscou viabilizar, com esse ato, a desoneração dos tributos na cesta básica.

Outro ponto que trago à reflexão dos senhores: ontem, o Senador Capiberibe falou sobre a escalada da criminalidade, da insegurança nacional que toma conta de todo o País. Estamos vendo, de forma lamentável, essa crise, que não é de um Estado, mas do conjunto da Federação.

Alguns Estados, como o meu, já têm clara a sua incompetência no enfrentamento dessa crise. E hoje li, quando analisava uma entrevista do Secretário de Segurança Pública da Paraíba, na primeira página do jornal do nosso Estado, o *Jornal da Paraíba*: a Paraíba soma 3,2 mil crimes violentes, em apenas dois anos. Diz o Secretário: "Nós temos a consciência de que a situação não está sob controle, mas estamos progredindo".

O Brasil está vivendo este momento delicadíssimo.

Rogo que haja, por parte dos governos estaduais, uma tomada de posição clara, no sentido de oferecer aos brasileiros o mínimo indispensável à proteção do seu bem mais valioso que é a vida.

Dados referentes aos últimos dois anos: somente no ano passado foram registrados 1.553 crimes violentos, letais, no Estado. Nos últimos dois anos, 3.222 pessoas morreram de maneira violenta na Paraíba,

conforme dados levantados pela própria Secretária de Segurança do Estado e Defesa Social.

Somente em 2012, foram 1.542. A curva de crimes mostra que, entre 2010 e 2011,...

(Soa a campainha.)

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – ... quando foi iniciada essa gestão do atual governo, foi verificado um crescimento de 7,48% das mortes violentas em nosso Estado, com a própria confissão de culpa estatal do Secretário de Segurança Pública, dizendo que tem a consciência de que a situação não está sob controle.

E, para cumprir com zelo o compromisso com V. Exª, peço que estejam estas palavras inscritas nos Anais da Casa, um pronunciamento que trago à reflexão de V. Exªs sobre a incidência de criminalidade no País, e a assustadora e tenebrosa incidência na Paraíba, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR VITAL DO RÊGO

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, venho mais uma vez a tribuna para expressar a minha indignação de cidadão paraibano com a violência no Estado.

É inadmissível que a violência tenha chegado aos níveis atuais.

Segundo notícia veiculada no Jornal da Paraíba de hoje, nos últimos dois anos, 3 mil 222 pessoas foram mortas de maneira violenta no Estado. A matéria jornalística informa, ainda, que pelo Mapa da Violência, lançado pelo Centro de Estudos Latino-Americanos e pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, a Paraíba ocupa, pelos dados mais recentes, a 5º posição entre os estados brasileiros com mais mortes por 100 mil habitantes.

Se considerada apenas a população negra, o índice é ainda pior: para esse segmento, a Paraíba é, em termos proporcionais, o 2o pior lugar.

Além disso, há uma concentração das vítimas no grupo de pessoas entre 20 e 29 anos de idade, que representa 39% de todas as vítimas de agressão por crimes violentos.

Segundo o Mapa da Violência a situação do Estado claramente desordenou-se nos últimos anos.

De acordo com o estudo, nossas taxas sempre tinham estado abaixo das médias nacionais, se configurando numa região tranquila em relação ao restante do país.

Nos últimos tempos, no entanto, há uma mudança para pior.

Hoje, a Paraíba se encontra no grupo das unidades da federação de elevada violência, com 38,6 homicídios por 100 mil habitantes.

Na região metropolitana, é ainda pior. A taxa de João Pessoa, nossa capital, é de 80,3 homicídios por 100 mil habitantes, o que a coloca como a 2a pior capital, entre as 27 da Federação.

Para efeitos de comparação, considerando o Brasil como um todo, a taxa é de 26,2 homicídios por 100 mil habitantes.

Na cidade do Rio de Janeiro, a taxa é de 24,3 e, em São Paulo, de 13 por 100 mil habitantes.

Até no Iraque – país arrasado por guerras e conflitos externos – a taxa é menor do que em João Pessoa, com 64 mortos por 100 mil habitantes!

Outro estudo, conduzido pelo Conselho Cidadão para a Segurança Pública e Justiça Penal, entidade de pesquisa mexicana, indica que João Pessoa é hoje a 29a cidade mais violenta do mundo!

A situação no Estado é de quase completo caos. Em termos de sistema penitenciário, repito a informação trazida outro dia que faltam quase 3 mil vagas nos presídios estaduais.

Além disso, o Estado vive uma epidemia de ações criminosas que envolvem arrombamentos, assaltos e explosões de caixas eletrônicos, que, de acordo com a imprensa estadual, tornaram-se corriqueiros.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trouxe dados de instituições de pesquisas sérias que confirmam que a situação da segurança pública na Paraíba – e especialmente em João Pessoa – é tenebrosa e assustadora, particularmente para os jovens, pobres e negros.

Preocupantes, ainda, são as afirmações do Secretário de Estado de Segurança Pública a respeito da situação.

Segundo ele, em entrevista concedida em 17 de março último ao Jornal da Paraíba, "o desafio é muito grande, falta muita coisa" e "nós temos consciência de que não está sob controle, de que a situação não está boa".

Causa espécie, o Secretário de Segurança afirmar que a grande vitória é que a situação está estável.

Estavelmente ruim, é bom dizer.

A situação, repito, é caótica. Creio que é o momento em que se deve pensar seriamente na ação do Governo Federal, em especial para investigar o narcotráfico, bem como combater o crime organizado no Estado.

O Governo Estadual, infelizmente, tem dado mostras da sua incapacidade de conduzir o combate à violência.

Com certeza, a Paraíba não merece isso.

A Paraíba merece voltar a ser o Estado pacífico que sempre foi, seguro para seus cidadãos.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR VITAL DO RÊGO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

EXEMPLAR DO ASSINANTE

Jornal da Paraíba

R$ 1,30

TERÇA PARAÍBA, 19, MARÇO, 2013 ANO 42 • Nº 11.930 jornaldaparaiba.com.br

PB soma 3,2 mil crimes violentos em dois anos

Houve queda de 1,34% no índice de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI). Segurança não divulgou números deste ano *Página 8*

EM JP E PATOS

Duas mulheres são assassinadas em menos de 24h

Maria das Dores, 58, foi morta no bairro Nova Mangabeira, com dois tiros. Brenda Estefany, 18, foi assassinada a facadas *Cidades 4*

ASSALTO EM HOSPITAL

Dupla aterroriza funcionários e pacientes na capital

Dois homens armados renderam pacientes e funcionários no Hospital Santa Filomena, na noite de domingo *Cidades 4*

NOVA DIVISÃO

Supremo defere liminar e suspende Lei dos Royalties

Lei que muda a distribuição dos royalties do petróleo tem eficácia suspensa até julgamento do mérito pelo STF *Página 5*

Vida & Arte

CHEFE DE FAMÍLIA

Luiz Carlos vive mestre-pescador em Flor do Caribe

Ator paraibano fala sobre conflitos entre pai e filho vividos por seu personagem na novela das seis *Página 1*

"Nós temos a consciência de que a situação não está sob controle, mas está progredindo"

Polícia registra 32 ataques a bancos

Em menos de uma semana, três caixas eletrônicos são arrombados em JP. Banco de Remígio é assaltado *Cidades 5*

DOS 121 MONITORADOS PELA AESA

Estado tem 71 açudes em situação crítica

Atualmente, os mananciais da Paraíba estão com déficit de 63% da capacidade total de água, segundo informações do gerente regional da Bacia Hidrográfica da Aesa e coordenador do programa Água Doce da Paraíba, Ismaldo Cândido da Costa. Em 16 municípios paraibanos, já existe racionamento de água. O caso mais grave é na região do Brejo, onde há 13 cidades e quatro distritos em situação crítica no abastecimento *Cidades 3 e 7*

CASOS DE DENGUE AUMENTAM 48,4%

Secretaria de Saúde registra 1.248 notificações da doença de 1º de janeiro a 14 deste mês. No mesmo período do ano passado, houve 604 casos

Cidades 3

HABITAÇÃO POPULAR

Banco do Brasil briga por clientes do 'Minha Casa'

Instituição aposta na agilidade de financiamento de imóveis do principal programa habitacional do país e vai disputar clientes com a CEF *Economia 2*

PB tem 3,2 mil mortes violentas

Dados são referentes aos últimos dois anos. Somente no ano passado foram registrados 1.553 crimes violentos letais no Estado

Nos últimos dois anos, 3.209 pessoas morreram de maneira violenta no Paraíba. Os dados foram tabulados pela Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social (Seds) em relatório sobre Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI).

A curva de crimes mostra que entre 2010 e 2011, quando foi concluída a gestão do governador Ricardo Coutinho, foi verificado um crescimento de 7,4%; nos anos em que Cássio governou o Estado, entre 2011 e 2012, houve queda de 8,1%, com 338 casos a menos, segundo dados da Seds. Já em comparação com o ano de 2010, quando foram registrados 1.553 crimes violentos, em 2012 houve uma queda de apenas 0,4%.

Ainda de acordo com o levantamento, o índice de assassinatos no ano passado ficou registrado em 1.207 homicídios por armas de fogo. Este número se aproxima do total dos 1.235 mortes desse mesmo ano atribuídas em 2011 no Paraíba, quando o Estado ocupava a 3ª colocação do país no índice de mortes a cada 100 mil habitantes, confirmando apenas o Mapa da Violência 2013 – 3 mortes matadas por armas de fogo, baseado em dados pelo Centro de Estudos Latino-Americanos e pela Flacso Brasil (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais).

Segundo a pesquisa, houve um crescimento de 2,09% no número de mortes por armas de fogo em uma década no Paraíba (entre 2000 e 2010). Dez municípios foram responsáveis por 50% dessas mortes em 2010: os três maiores do Estado – João Pessoa (138,5), Santa Rita (70,1) e Cabedelo (55,6) por 100 mil habitantes.

Apesar da queda alardeada em anos anteriores, o titular da Seds, delegado Cláudio Lima, afirmou, por meio de nota enviada pela assessoria de imprensa da secretaria, que o trabalho realizado pela atual gestão continuará buscando a redução dos índices de violência. "Temos uma série de ações que pretendemos levar até o final do ano, como a implantação do Centro Integrado de Comando e Controle, que vai integrar todas as forças de segurança do Estado e a inauguração da Academia Integrada de Segurança Pública, que vai qualificar os profissionais da área", disse.

Ainda segundo o delegado, a situação está preocupante para uma redução. "Nós temos a consciência de que a situação não está sob controle, de que a criminalidade está alta hoje, mas também temos a consciência de que depois de 12 anos a melhor notícia que se obtém é a segurança", declarou o secretário na nota. Procurado pelo JORNAL DA PARAÍBA, para fornecer detalhes do índice apresentado, Lima não se pronunciou sobre o assunto.

NOS DISTRITOS DE JOÃO

Transporte escolar será regularizado

Tatiana Brandão

O Ministério Público da Paraíba conquistou na Justiça uma liminar que obriga a Secretaria de Educação do Estado a regularizar as situações de estudantes que a Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG) para transportá-los de ônibus para o transporte escolar nos distritos de São José da Mata e Galante de Boa Vista.

De acordo com informações do MPPB, pelo fato de a Secretaria de Educação do Estado não ter celebrado convênio com o município de Campina Grande, ao qual passou para a responsabilidade do Estado quanto aos recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate), houve uma paralisação dos serviços, o que gerou, inclusive, ações na Justiça de autoria.

A Secretaria optou por celebrar novos convênios diretamente com os conselhos escolares de algumas escolas da rede estadual localizadas distritos. Conforme o Ministério Público, nesses convênios foram incluídas escolas que recebiam o repasse e as que recebiam deixaram de ser beneficiadas. Entre as escolas que o transporte escolar na localidade funcionasse de modo precário e irregular.

A Justiça deu um prazo de cinco dias para a secretaria regularizar a situação. Em caso de descumprimento total da decisão, fica imposta multa diária no valor de R$ 2 mil para a secretária de Educação do Estado. Em contato com a reportagem do Jornal da Paraíba, a gerente de Transporte escolar da Seds, Alexandra Lacerda, afirmou que o governo estadual não celebrou convênio com a PMCG no ano passado porque teria havido recusa da gestão municipal em deixar que o Estado não poderia obrigar a prefeitura a celebrar o convênio.

Ela informou ainda que este ano a prefeitura já demonstrou interesse na celebração do convênio e o Estado já está tratando com o município os termos do mesmo, que deve ser formalizado nos próximos dias.

CASAS POPULARES

Estado entrega 410 moradias no Conjunto Colinas do Sul, em JP

Nathielly Ferreira

Após quatro anos desde o início da construção, 410 casas populares foram entregues nesta quinta-feira no Conjunto Colinas do Sul, em João Pessoa. As moradias foram construídas pelo Governo do Estado, que participou com a Caixa Econômica Federal (CEF). Ao todo, foram investidos mais de R$ 12 milhões e deverão ser beneficiadas cerca de duas mil pessoas.

Deste valor, R$ 3,5 milhões foram oriundos do financiamento feito ao longo de quatro anos, e o restante, dos cofres estaduais. A entrega das chaves e do Termo de Cessão de Posse ocorreu na tarde de ontem, durante solenidade, com a presença de autoridades políticas e religiosas.

Conclusão e entrega das habitações ocorreu 9 anos após a elaboração do projeto de construção

Segundo a presidente da Companhia de Habitação Popular (Cehap), Emília Correia, as casas foram entregues gratuitamente e os beneficiados estão proibidos de vendê-las. Ela destacou que o projeto foi elaborado em 2004 e, apesar dos atrasos, a obra foi concluída pela CEF, e os trabalhos foram paralisados por quase cinco anos.

"Quando recebi o projeto, os cálculos mostravam que seriam necessários R$ 8 mil para cada casa. Quando fomos construir, esse valor já estava em R$ 12 mil. Tivemos que buscar mais recursos para a construção de cada vez de maior e do calçamento das ruas, o que não estava previsto no projeto inicial", disse.

Das 410 casas contempladas, 340 possuem estrutura convencional. 32 são adaptadas para idosos e outras 18 para pessoas com deficiência física. Os imóveis possuem dois quartos, sala, cozinha e banheiro.

O governador Ricardo Coutinho (PSB) afirmou que, até o final de 2013, o número de unidades habitacionais construídas pelo Estado, nos últimos 24 meses, chegará a 1.500. Outras 1.500 estão em construção e os projetos para a criação de mais 12 mil moradias já foram enviados para a CEF, onde serão analisados.

"Já entregamos e hoje estamos entregando 410 mil casas e estamos construindo mais 1.500. Queremos chegar a marca de 15 mil moradias entregues no nosso governo e esses números mostram que estamos no caminho certo", disse Coutinho.

Para o presidente Lucélio Cartaxo, a luta por moradia, assim como a luta por saúde, educação e segurança, é uma luta de todos. "Temos muito de ter uma vida digna. Tivemos muitos avanços em Cehap, em governo e outras mobilizações. Hoje, famílias de alegria", declarou.

A dona de casa Josefina Ferreira, 61 anos, foi uma das beneficiadas. Com renda de R$ 700, ela precisava de um bolsa R$ 300 só para pagar aluguel. "Hoje não preciso mais. Essa casa é muito bonita e aqui tem muita coisa boa para morar", destacou.

REVISTA ÍNTIMA

Direitos Humanos denunciam humilhação a padres em presídio

Nicolle Soares

A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) foi notificada pelo Ministério Público para apurar denúncia de que dois padres teriam sido obrigados a passar por revista íntima para poder entrar no presídio em que estavam presos. Um deles, um idoso, teria sido obrigado a ficar nu. Segundo a denúncia, o fato ocorreu na Penitenciária Dr. Romeu Gonçalves de Abrantes, no Roger, em João Pessoa.

Conforme a Comissão Estadual de Direitos Humanos (CEDH), a situação teria ocorrido com os padres José Bonifácio Coutinho Antunes e José Benedito Gomes. A medida teria sido tomada após a realização da Semana que caracterizou a entrada de familiares de detentos em estabelecimentos penais por ocasião de visitas.

"O que notadamente, segundo o diretor de segurança, é que um padre idoso, literalmente, teve que ficar nu", disse o presidente da CEDH, padre João Roberto Fernandes, revelando que os dois religiosos foram cumprimentar o Governador e posteriormente iriam fazer uma oração no presídio.

"Como os fiscais suspeitos de transportar em suas partes íntimas drogas ilícitas e objetos proibidos, o padre teve que ficar nu", relatou o presidente. O padre ainda disse que a prática é humilhante e desumana.

Segundo a CEDH, o diretor geral da Seap, Walber Virgulino, informou que o padre foi revistado e não foi submetido a nenhum tipo de constrangimento. "O que notadamente, segundo o diretor de segurança, é que um padre idoso, literalmente, teve que ficar nu", disse o presidente da CEDH.

Para o CEDH, o diretor geral da Seap, Walber Virgulino, informou que o padre foi revistado e não foi submetido a nenhum tipo de constrangimento. "O que notadamente, segundo o diretor de segurança, é que um padre idoso, literalmente, teve que ficar nu", disse o presidente da CEDH.

EM ESCOLAS DE CAMPINA

Greve pode adiar campanha de saúde

Isabela Alencar

A Campanha Nacional contra Hanseníase e Geohelmintíase (verminoses) que deveria ocorrer nas escolas públicas de todo o país este semestre, poderá ser transferida, com outra data em Campina Grande, em razão de greve na rede municipal de ensino. Segundo a coordenadora do Programa de Controle de Tuberculose e Hanseníase, Jane Elen de Araújo, a decisão é da Secretaria Municipal de Saúde, depois que a greve for finalizada, disse.

A Secretaria Estadual de Saúde (SES) foi procurada e disse estar em contato com a Secretaria Municipal de Saúde, informando a suspensão de Campina.

A campanha deveria ocorrer em todo o país, mas a greve dos professores da rede municipal de Campina Grande, que já dura mais de 40 dias, pode fazer com que a ação seja adiada. Segundo a coordenadora do Programa de Controle de Tuberculose e Hanseníase, Jane Elen de Araújo, a decisão é da Secretaria Municipal de Saúde, depois que a greve for finalizada, disse.

A Secretaria Estadual de Saúde (SES) foi procurada e disse estar em contato com a Secretaria Municipal de Saúde, informando a suspensão de Campina.

TRE derruba liminar e mantém Dunga na AL

Corte cassa decisão monocrática de Accioly que suspendia posse de deputado na PB

Lenilson Guedes

O Pleno do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE) cassou ontem, por unanimidade, a decisão monocrática do juiz Márcio Accioly, que na última sexta-feira suspendeu a posse de Carlos Dunga (PTB) na Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB). Os membros da Corte analisaram um mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado pela defesa de Dunga, questionando o ato de Accioly.

O relator do processo, juiz Miguel de Britto Lyra, disse que o magistrado não poderia ter passado por cima de uma decisão colegiada do TRE, já que a posse foi realizada em cumprimento a uma determinação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que mandou recontar de forma imediata os votos de deputado estadual nas eleições de 2010.

A recontagem deixou o deputado Genival Matias (PTdoB) fora da Assembleia Legislativa. Inconformado, ele ingressou com um mandado de segurança contra a posse de Carlos Dunga, alegando que a Corte do TRE não observou os prazos previstos em lei no tocante à retotalização dos votos. A nova decisão mantém Dunga no cargo de deputado estadual.

Na sessão de ontem os membros do TRE criticaram a decisão monocrática do juiz Márcio Accioly. O desembargador Saulo Benevides disse que ele criou um tumulto jurídico ao acatar o pedido de Genival Matias para derrubar a decisão da Corte. "Nós tivemos uma decisão colegiada, da qual todos participamos, inclusive ele [Accioly]", afirmou Saulo, que presidia a Comissão Totalizadora.

Após o julgamento, o advogado Valberto Azevedo, que atua em favor de Genival Matias, anunciou que vai recorrer ao TSE, por entender que o TRE não cumpriu com os prazos. "O que nós estamos discutindo não é o mérito da decisão do Tribunal Superior Eleitoral, mas a forma do seu cumprimento. Há uma resolução que estabelece a forma como deve ser feita a retotalização dos votos e nesse procedimento há necessidade de se abrir três dias para verificação dos interessados, o que não foi cumprido pelo tribunal", afirmou.

Já a defesa de Carlos Dunga comemorou a decisão, que garante a sua permanência na Assembleia Legislativa. "Nós já esperávamos por essa decisão. Foi feita justiça hoje. Finalmente a vontade democrática do povo paraibano vai prevalecer", disse o advogado Paulo Ítalo Vilar. Ele explicou que o mandado de segurança foi impetrado no sentido de obrigar o TRE a dar cumprimento ao que o TSE decidiu. "A própria presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia, determinou que se fizesse imediatamente a retotalização".

EM TEMPO REAL

TC disponibilizará dados de prefeituras

Angélica Nunes

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE) deve, ainda este ano, disponibilizar em tempo real para acesso público, todas as informações das 223 prefeituras municipais da Paraíba constantes no Sistema de Acompanhamento e Gestão (Sagres). A previsão do presidente do TCE, Fábio Nogueira, é que gradativamente o tempo entre o repasse da informação à Corte e a disponibilização no sistema seja reduzido. "É um projeto antigo do TCE e esperamos colocá-lo em prática em breve, ainda este ano", afirmou.

O presidente Fábio Nogueira disse que o que ainda impede a concretização do projeto é a dificuldade de adequar a atual plataforma utilizada como banco de dados e as necessidades surgidas com a demanda. "Tivemos uma reunião na semana passada com nossa equipe de informática e eles nos mostraram as dificuldades. A maior delas diz respeito à transição dos modelos de banco de dados, mas acredito que iremos encontrar uma solução, ainda que de forma gradativa", disse.

As ferramentas adotadas pelo TCE, para receber as informações dos gestores, como o Sagres-PB, foram temas do primeiro dia do Encontro com Novos Gestores Públicos Municipais. O conselheiro Fábio Túlio Nogueira disse que a finalidade é orientar os gestores sobre as melhores práticas de gestão e aplicação dos recursos públicos.

Para que o evento alcance seus objetivos, o TCE subdividiu a Paraíba em polos municipais.

O prefeito de Salgado de São Félix, Adriano Almeida (DEM), disse que o encontro é bastante proveitoso para os gestores que têm a preocupação de cumprir à risca a legislação. "Nós que viemos de iniciativa privada entendemos a importância da fiscalização. A maioria das cidades pequenas não dispõem de mão de obra especializada para prestar contas dentro do rigor que todas as regras da transparência exigem, mas cabe ao gestor usar de sua criatividade para que atendamos às necessidades que os programas exigem", afirmou.

Já o prefeito de Itabaiana, Antônio Carlos (PMDB), acredita que as ferramentas são de grande importância para o andamento administrativo das prefeituras. "Estamos sempre recorrendo de toda a parte estrutural", disse.

As ferramentas adotadas pelo TCE foram tema do primeiro dia do Encontro com os Novos Gestores Públicos Municipais

PARTICIPATIVO

Cartaxo lança Ciclo do Orçamento de JP

Angélica Nunes

O Plano Plurianual (PPA) 2014/2017 da prefeitura de João Pessoa deverá ser formulado com a inclusão das demandas eleitas no Ciclo do Orçamento Participativo (OP) para o ano de 2013, lançado ontem pelo prefeito Luciano Cartaxo (PT), e previsto para iniciar no dia 25 de março, a partir das 19h. As propostas, que serão debatidas no Congresso do Orçamento Participativo, em julho e agosto deste ano, após as plenárias a serem realizadas nos 64 bairros da capital, entretanto, ainda terão que ser avaliadas pela equipe de auxiliares do prefeito para que sejam executadas. "Teremos que limitar porque o orçamento é limitado e temos que priorizar o que é mais importante na área da saúde, educação, esporte. Precisamos ouvir a população para que seja conduzido da melhor maneira possível", justificou.

Luciano Cartaxo explicou que o ciclo de 2012, do antigo Orçamento Democrático (OD), levantou 150 demandas prioritárias e garantiu que todas serão cumpridas dentro do que permite o orçamento municipal. "Ano passado, ainda na gestão do ex-prefeito Luciano Agra (sem partido), cerca de 90% das demandas do OD foram executadas pela prefeitura. "Estamos pontuando as reivindicações e agora vamos preparar o de 2014 em 2013. O que sair de decisão e for referendado no Orçamento Participativo nós vamos executar", afirmou.

Paralelo ao Ciclo 2013, a Secretaria Executiva do OP colocará em prática o Orçamento Criança e Adolescente (OPCA) nas escolas públicas. O projeto tem por objetivo oportunizar a crianças e adolescentes refletir, opinar, elaborar e votar propostas para garantir a melhoria da qualidade do ambiente escolar e da comunidade.

O secretário executivo do OP de João Pessoa, Hildevânio Macedo, destacou as melhorias que foram implementadas no programa neste ciclo. "Não queremos que o OP funcione apenas como uma oportunidade da população solicitar obras. Queremos que cada morador passe a discutir os temas da sociedade junto à administração. Essa foi a orientação dada pelo prefeito Luciano Cartaxo", disse. A prefeitura também vai implantar o projeto OP Digital, possibilitando que a população escolha três demandas pela internet.

VIOLÊNCIA DEVE SER MENTIRA

Ainda bem que a violência na Paraíba acabou nos seus primeiros meses do atual governo, conforme prometera Ricardo Coutinho na campanha de 2010. Deve ser obra mentira, então, o assalto praticado na noite de domingo – com violência incomum – contra pacientes e funcionários do Hospital Samaritano, de João Pessoa.

Ainda bem que as estatísticas do governo mostram drástica redução nos índices de violência desde a coroação do Ricardus I, em 1º de janeiro de 2011. Deve ser mentira, então, o assalto a banco – o assalto do dia – realizado ontem à tarde em Remígio, dessa vez contra mais uma agência do Banco do Brasil.

Mas, ainda bem, Ricardo Coutinho está equipando a força pública como nunca dantes... Graças a tanto armamento, a PM pode servir de escolta a famílias que desejem abandonar suas próprias casas, a exemplo de uma metralhada ontem à tarde no Alto do Mateus, Capital, que escapou da morte, mas agora será obrigada a viver escondida.

A realidade comete crimes de lesa-majestade ao afrontar a verdade de Ricardo Coutinho

Ainda bem, também, que jamais a Polícia do Estado foi tão bem remunerada. Com o seu pessoal altamente motivado, Ugerinho descobrirá e prenderá os matadores da moto preta que foram domingo à Nova Mangabeira, em João Pessoa, para transformar em tragédia uma serenata que acabou com uma mulher morta, uma criança ferida de raspão e dois rapazes baleados.

Se não for invenção da oposição todos esses crimes, então terá alguma chance de ser verdade que uma churrascaria na Torre e um supermercado no Epitácio Pessoa foram arrombados e saqueados por ladrões na madrugada de ontem na mesma João Pessoa que, segundo o governador, ficou muito violenta, mas só até ele assumir o trono.

Agora, para sabermos se os últimos assaltos aconteceram ou não, temos que aguardar o dono da verdade se pronunciar. Não dá pra dizer se houve ou não sem que o governador permita que esses crimes façam parte das estatísticas na "Nova Paraíba".

Nesse caso, vou esperar autorização para acreditar que Estefany Nascimento, de apenas 18 anos, foi assassinada a golpes de faca na noite desse domingo na frente da Igreja Nossa Senhora da Conceição, em Patos. Será mesmo que a jovem Estefany teve o mesmo fim terrível de Rafael, 20 anos, que, dizem, foi morto a tiros perto da Pousada Santa Rosa, no Varadouro, Capital, 48 horas antes do homicídio em Patos?

As respostas a perguntas desse gênero dependem, lógico, da verdade e da vontade do governador. Ainda bem, pois não é admissível deixar a realidade correr frouxa assim. Sem mais nem menos, cometendo impunemente crimes de lesa-majestade. Principalmente agora, que o soberano começou a embalar a campanha da reeleição!

SACERDOTES HUMILHADOS

Sob esse título, o Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH) emitiu anteontem à noite nota de repúdio à humilhante revista a que foram submetidos dois padres católicos que foram celebrar missa no presídio do Roger, de João Pessoa, domingo retrasado. O Conselho mostra ter sido pior do que pensei e revelei há uma semana (coluna "Padres humilhados", do último dia 12).

Um trecho da nota: "Os sacerdotes Júlio Massom e José Ronaldo Gomes de Brito, o primeiro pessoa de avançada idade, foram submetidos à mais descabida, vexatória, humilhação imposta por servidores daquela casa de detenção [...] Foram tratados de forma jocosa e aviltante, uma vez que foram coagidos a se despirem e inteiramente nus fazerem movimentos de agachamento, como se fossem suspeitos de transportar em suas partes mais pudendas substâncias proibidas e ilegais".

O suplício infligido aos padres Massom e Zé Ronaldo dá uma boa ideia do respeito aos direitos humanos nos presídios estaduais e do modo 'republicano' de tratar essa questão pelo atual governo. Além disso, induz pensar que a violência contra os padres é represália às constantes denúncias da Pastoral Carcerária e do CEDH sobre maus tratos os mais severos e cruéis contra apenados sob a 'Nova Paraíba'.

PM REVERENCIA CAVEIRA

Conforme relato enviado à coluna – não desmentido pelo Comando Geral da PM, ao qual solicitei esclarecimentos – na última quinta (14), durante comemorações do aniversário do Batalhão Especial conhecido como Bope, o Comandante Geral Euller Chaves participou vestindo uniforme preto do "grupo de elite" onde se destaca o símbolo da caveira (semelhante à famosa Totenkopf, insígnia de crânio humano adotada pela SS na Alemanha nazista dos anos 30). O ato foi marcado ainda pelo hasteamento das bandeiras do Brasil e da Paraíba ao lado de uma bandeira preta que traz a caveira como "brasão". "Tudo isso em frente ao Comando Geral da PM na Praça Pedro Américo, Capital", ressalta membro do CEDH que juntamente com outros conselheiros tentou convencer o comandante a abolir o uso da caveira como símbolo. Inclusive porque contraria a Resolução nº 8/2012 do Conselho de Direitos da Pessoa Humana, vinculado ao Ministério da Justiça, e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Mas o Coronel Euller lembrou ao pessoal que resolução não tem força de lei.

Tem razão o comandante. Além do mais, para um governo frequentemente acusado de escolher que lei cumprir, que valor teria uma resolução como aquela, hem?

O POETA NO SENADO

Sem mudança

O governador Ricardo Coutinho disse ontem em João Pessoa que "nesse momento, na minha cabeça, não passa nenhuma mudança" no secretariado, apesar das especulações nesse sentido.

Trio

No final de semana, RC recebeu a adesão de mais três prefeitos: de Nova Palmeira, José Félix de Lima Filho (PR); de São José de Princesa, Luiz Matara (PMDB); e a prefeita de Santo André, Silvana Marinho (PR do B). Todos tinham votado em José Maranhão em 2010.

IPVA

A arrecadação dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal com o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores aumentou 82,6% entre 2007 e 2012.

O montante de recursos que chegou aos cofres públicos passou de R$ 14,7 bilhões para R$ 26,8 bilhões, conforme a Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais.

O detalhe

De acordo com o jornal Correio Braziliense, entre 2007 e 2012 a frota de veículos cresceu 47,4% no país.

O número de unidades saltou de 49,5 milhões para 73,2 milhões.

Pendências

A Secretaria de Educação de Campina está encontrando dificuldades para encaminhar ao governo federal prestações de contas relativas à merenda escolar dos anos de 2008 e 2011.

SUS

O Senado instalou uma comissão temporária para discutir o financiamento do Sistema Único de Saúde.

A presidência ficou com o senador Vital do Rêgo (PMDB) e relatoria do senador Humberto Costa (PT-PE).

Precipitação

O prefeito pessoense Luciano Cartaxo (PT) comentou ontem que os procedimentos para a eleição antecipada da mesa diretora da Câmara para o biênio 2015/2016 "não foram os mais transparentes possíveis, e nem dialogados o suficiente".

Insatisfações

"Houve muitas divergências em torno dessa decisão, coisa que é ruim para a imagem da Câmara. Muita gente ficou insatisfeita", emendou o petista.

Liminar abaixo

De maneira unânime, o Pleno do TRE-PB derrubou ontem, por 5 votos a zero, a decisão do juiz Márcio Accioly que havia sustado os efeitos da posse de Carlos Dunga (PTB) como deputado estadual, sexta-feira última.

Pensando bem

Algumas liminares concedidas pela Justiça Eleitoral mereceriam um crivo mais apurado do Conselho Nacional de Justiça.

Garimpo

Em função do noticiário político nacional estar orbitando em torno do governador Eduardo Campos (PSB-PE), provável candidato à Presidência da República no próximo ano, com desdobramentos inevitáveis nas composições regionais, vale a pena reproduzir algumas frases de seu recente encontro com 60 empresários paulistas.

"Pré-Lula"

"O Brasil não começou ontem. Não começou com o partido A, B ou C.

Sensação

"Há, nesse instante, nas elites, grande preocupação com o futuro. Há o sentimento de que as coisas podem piorar.

Baixo nível

"Nós tivemos uma campanha (em 2010) das mais pobres do ponto de vista do conteúdo. Acusação de 13, defesa de 45. Acusação de 45, defesa de 13.

Debate

"Este é o momento para que o Brasil aprenda a viver com diversidade. Fazer crítica não é ser contra, não é ser inimigo.

Renovação

"Dá para ser melhor. E não é uma ofensa para quem tá aí você dizer que dá para ser melhor. Nós queremos mais [...] Dá pra fazer muito mais. E isso não vai ser feito se a gente não renovar a política. O pacto político que hoje está no centro do governo que eu defendo, que ajudei a eleger, a meu ver, não terá a condição de fazer esse passo adiante. Não vai fazer.

Exemplo

"As últimas eleições no parlamento brasileiro (em que Renan Calheiros foi eleito presidente do Senado com o apoio de Dilma e do PT) são uma indicação. É ficar de costas para tudo isso."

Poeta

Foi simples, mas bonita e emocionante a sessão especial que o Senado promoveu ontem para homenagear o inesquecível Ronaldo Cunha Lima, que se vivo estivesse faria 77 anos.

BIOGRAFIA SINGULAR

Por questão de tempo, adianto apenas a saudação feita pelo ex-prefeito e tribuno Félix Araújo Filho: "Cada filho de Campina e da Paraíba tem a sua própria biografia de Ronaldo. Isso porque Ronaldo é interminável na sua genialidade".

Félix encaminhou o término de sua intervenção observando que "a terra (Campina) ciumentamente o acolheu, até para depositá-lo em seu ventre".

"A minha alma tem a transparência dos cristais..." (Ronaldo)...

Ministério prevê investir R$ 8 bilhões na Paraíba

Pasta das Cidades destinará recursos à habitação, saneamento e mobilidade urbana

Josusmar Barbosa

O Ministério das Cidades quer concluir os quatro anos do governo Dilma Rousseff com R$ 8,0 bilhões de investimentos no Estado da Paraíba. Os recursos são destinados para obras nas áreas de habitação, saneamento e mobilidade urbana, informou o ministro Aguinaldo Ribeiro, deputado federal licenciado (PP).

A pasta já investiu nos últimos dois anos, na Paraíba, R$ 4,189 bilhões. Do total, foram destinados R$ 2,1 bilhões para o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV). O montante inclui unidades contratadas (49.701), concluídas (23.541) e entregues (27.332).

Em relação ao programa específico para cidades com até 50 mil habitantes, o ministério liberou recursos para contratação de 7.425 unidades para 190 municípios paraibanos, totalizando investimentos de mais R$ 185,6 milhões. Para a reurbanização de Favelas e Habitação de Interesse Social, os investimentos são de R$ 278,1 milhões em 132 municípios, beneficiando 36.347 famílias.

Ainda de acordo com o ministro Aguinaldo Ribeiro, estão sendo investidos cerca de R$ 700 milhões em 59 obras concluídas de saneamento.

Quanto à mobilidade urbana, estão em execução R$ 127 milhões com R$ 35,6 mil de contrapartida dos municípios. Os recursos são de emendas parlamentares ao Orçamento Geral da União.

Do Plano de Aceleração do Crescimento – Grandes Cidades (PAC 2), estão investidos R$ 320 milhões, sendo R$ 168 milhões de recursos da União mais R$ 172 milhões de financiamento para construção do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) de João Pessoa.

BIÊNIO

Para 2013 e 2014 na área de habitação, a meta é a contratação de mais 23 mil unidades habitacionais para o Estado, com investimentos de aproximadamente R$ 2 bilhões.

Quanto ao saneamento, serão obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário na Paraíba no valor de R$ 135 milhões.

Na área de mobilidade, está em fase de contratação, sob responsabilidade da prefeitura de João Pessoa, R$ 188 milhões.

Do PAC 2 – Médias Cidades, foi selecionado projeto de Campina Grande para construção do Segundo Anel Viário, no valor de R$ 130 milhões. Para pavimentação urbana, a seleção abrange propostas selecionadas nos municípios de João Pessoa, Patos, Pombal e São Bento.

Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), do Ministério das Cidades, prevê investimentos de R$ 420 milhões até 2030

É preciso gestão e eficiência para universalizar saneamento

O ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, disse que para avançar na universalização do saneamento básico é fundamental gestão e eficiência por parte dos prestadores desse serviço. Ele debateu o tema na primeira reunião do Grupo Temático "Infraestrutura para o Desenvolvimento" do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. "Há uma evidente necessidade de investimento, mas o investimento, por si só, não será resolutivo se não tiver ao seu lado o acompanhamento de uma gestão que resulte em eficiência", afirmou.

O Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), segundo o ministro, está na fase final da consulta pública e prevê investimentos de R$ 420 milhões até 2030. O plano foi elaborado com a participação de representantes do setor e pela sociedade, para ser o instrumento do Estado de condução da política pública de saneamento básico. Além disso, define metas e estratégias de governo para o setor, nos próximos 20 anos, para universalizar o acesso aos serviços de saneamento.

O ministro informou que até o final do ano encaminhará o Plansab para aprovação da presidente Dilma Rousseff. "Concluímos a primeira etapa de audiência e consulta pública e a sociedade já nos trouxe novos elementos. Até o final de abril, começo de maio, concluiremos esse novo relatório para que possamos enviar aos diversos conselhos", observou.

Aguinaldo Ribeiro informou que um dos instrumentos do governo federal utilizado para agilizar a execução das obras tem sido o Regime Diferenciado de Contratação (RDC). "É um instrumento novo, mas que já tem sido utilizado para se alavancar e avançar no calendário de investimento no nosso país", destacou.

INTEGRAÇÃO NACIONAL

Fernando Bezerra vai apresentar obras da Transposição na Paraíba

Josusmar Barbosa

Praticamente um mês após visitar São José de Piranhas, no Sertão, o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, estará no município de Monteiro, no Cariri, no dia 5 de abril, onde vai apresentar o cronograma das obras de transposição do rio São Francisco para o Estado da Paraíba. O ministro será acompanhado por uma comissão de senadores.

O vice-prefeito de Monteiro, Cajó Menezes, anunciou que o poder público municipal vai realizar um trabalho de articulação junto aos presidentes de associações comunitárias, lideranças religiosas, entidades governamentais e não governamentais, e a comunidade local, para que seja elaborado um documento conjunto, reivindicando recursos para atender os agricultores que estão sofrendo durante esse período de estiagem na região. Monteiro será uma das cidades da Paraíba a ser beneficiada pela transposição, através do Eixo Leste.

ANDAMENTO

As obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco estão em andamento e apresentam 43% de execução. Atualmente, mais de 4 mil trabalhadores estão empregados e até junho serão contratados 4 mil novas pessoas.

Dos 16 lotes de obras, um já está concluído, o Canal de Aproximação do Eixo Norte, e 11 estão em atividades: Lote 1, em Cabrobó (PE); 2 e 8, em Salgueiro (PE); 5, em Brejo Santo (CE); 11, em Custódia (PE); 12, em Sertânia (PE); 13, em Floresta (PE); 14, em São José de Piranhas (PB); 3, em Salgueiro; 4, em Verdejante e o canal de aproximação do Eixo Leste. Dois trechos do Eixo Norte já contam com trabalhos noturnos: o Lote 3, em Salgueiro (PE), e o Lote 14, em São José de Piranhas (PB).

O Projeto São Francisco trata-se do maior empreendimento de infraestrutura hídrica já realizado no Brasil. Mais de 12 milhões de pessoas serão beneficiadas pelo projeto nos Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

STF suspende lei dos royalties

Ministra Cármen Lúcia defere liminar em favor do Estado do Rio de Janeiro, que alegou perdas anuais de R$ 4 bilhões

Da Agência Senado

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu ontem uma liminar a favor do Rio de Janeiro suspendendo a eficácia da lei dos royalties do petróleo até o julgamento de mérito pelo Supremo. O pedido de suspensão foi feito pelo Estado, maior produtor de petróleo do País. O argumento dos fluminenses é que só neste ano o Estado e seus municípios perderiam R$ 4 bilhões em arrecadação.

A decisão da ministra suspende integralmente a lei, tanto para os campos já em fase de produção quanto para os que ainda não foram licitados. "Pelo exposto, na esteira dos precedentes, em face da urgência qualificada comprovada no caso, dos riscos objetivamente demonstrados da eficácia dos dispositivos e dos seus efeitos, de difícil desfazimento, defiro a medida cautelar", diz Cármen Lúcia.

Redistribuição de royalties do petróleo está suspensa até julgamento do mérito da ação pelo Supremo Tribunal Federal

A mudança na distribuição dos royalties do petróleo foi aprovada pela Câmara no ano passado. A presidente Dilma Rousseff vetou a mudança realizada que afetava campos já licitados, mas o Congresso Nacional derrubou esse veto no início deste mês.

A decisão final do Legislativo foi promulgada na sexta-feira e no mesmo dia os produtores de petróleo pediram ao STF a suspensão dos efeitos da decisão por meio de liminar e a declaração de inconstitucionalidade da nova divisão.

DEFESA

O presidente do Senado, Renan Calheiros, observou que o plenário do STF ainda deverá julgar o mérito da ação. Renan informou que a Advocacia do Senado prestará todas as informações necessárias no prazo determinado pelo STF. "O Congresso fez a sua parte ao apreciar o veto. É dever constitucional do Congresso analisar os vetos. O processo legislativo só se conclui pela apreciação dos vetos. Nós vamos prestar as informações sempre na linha da defesa da maioria do Congresso Nacional", afirmou Renan.

Senado vota nova partilha do FPE hoje

Da Agência

O Plenário do Senado deve votar hoje uma nova lei complementar para disciplinar o rateio de mais de R$ 70 bilhões entre os estados e o Distrito Federal. Os novos critérios do Fundo de Participação dos Estados (FPE), com validade até 2017, deverão assegurar a cada unidade federativa um piso igual aos valores atualmente distribuídos.

Eventual sobra de recursos, depois de feita a distribuição com base no piso, poderá ser repartida conforme dois critérios: população e renda per capita domiciliar.

O problema começou em 2010, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucionais os coeficientes fixos de rateio do FPE contidos na Lei Complementar 62/1989 e estabeleceu o prazo de 31 de dezembro de 2012 para o Congresso Nacional elaborar uma nova norma legal. Mesmo com 19 projetos sobre o assunto em tramitação no Senado e na Câmara, a matéria não foi votada no prazo.

NO SENADO

Emoção marca homenagem à carreira política de Ronaldo

Josuemar Barbosa

A emoção marcou ontem a sessão do Senado Federal proposta pelo senador Cícero Lucena (PSDB) e subscrita pelo senador Vital do Rêgo Filho (PMDB) em homenagem à memória intelectual e à carreira política de Ronaldo Cunha Lima, que, se vivo estivesse, completaria 77 anos.

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, felicitou familiares e amigos que lotaram o plenário do senado. Personalidade multifacetada, se quiserem homenagear a vida política — vereador, prefeito, deputado estadual, federal, senador, governador, lembrou a luta de Ronaldo no Senado Federal pela Transposição e o seu trabalho em favor das pessoas com necessidades especiais, tendo sido inclusive de iniciativa de Ronaldo a legislação que fez publicar em Braille a Constituição Federal.

O poeta Luiz Vieira e os cantores Agnaldo Timóteo e Genival Lacerda foram alguns dos artistas presentes na homenagem ao poeta. O jornalista José Nêumanne Pinto, amigo de Ronaldo, também esteve presente e lembrou diversos causos da vida de Ronaldo.

Os senadores Vital do Rêgo Filho, Cícero Lucena, José Agripino, Ciro Miranda, Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Suplicy e Lindbergh Farias falaram em homenagem a Ronaldo. Os ex-senadores Milton Cabral, Marcondes Gadelha, Raimundo Lira e Ivandro Cunha Lima também marcaram presença. O ex-prefeito de Campina Grande Félix Araújo fez uma saudação em nome dos amigos. Luiz Nunes falou em nome da Academia Paraibana de Letras. Diógenes Cunha Lima e José Nêumanne Pinto Pedro Cunha Lima, neto de Ronaldo, também falaram sobre o poeta.

Familiares comandados por dona Glória Cunha Lima estiveram na homenagem a exemplo de dezenas de amigos e admiradores de Ronaldo estiveram presentes na Sessão em homenagem a Ronaldo, como o prefeito de Campina Grande, Romero Rodrigues, o vice governador Rômulo Gouveia, representando o governador Ricardo Coutinho, os ex-parlamentares Marcondes Gadelha, Milton Cabral, Raymundo Lira. Os deputados estaduais João Gonçalves e Lindolfo Pires, representando a Assembleia Legislativa da Paraíba. A sessão foi encerrada pelo senador Cássio Cunha Lima que agradeceu aos presentes e também prestou homenagem ao seu pai, Ronaldo Cunha Lima.

Após a sessão, livro é relançado

Logo após a sessão no Plenário do Senado Federal, foi lançada mais uma edição do livro "Eu e Outras Poesias", do escritor paraibano Augusto dos Anjos. A edição do livro foi possível graças à iniciativa do senador Cássio Cunha Lima, que propôs a edição ao Conselho Editorial do Senado. A edição do livro, aliás, foi especialmente preparada pela Academia Paraibana de Letras.

ADMIRADOR

A homenagem, na mesma data, ao poeta Ronaldo e ao centenário do livro de Augusto não é por acaso. Ronaldo Cunha Lima era um grande admirador daquele poeta paraibano e ganhou prêmios respondendo de improviso — e em versos! — sobre a vida e a obra de Augusto dos Anjos, através de programas televisivos tais como "O Céu é o Limite", apresentado por José Silvestre na década de 70 (na extinta TV Tupi) e, depois, em 1989, no programa "Sem Limite" (na Rede Manchete), apresentado por Luiz Armando Queiroz.

Durante vários anos, o jornal da Paraíba publicou sonetos exclusivos de autoria de Ronaldo Cunha Lima.

Procuradores contestam lei que afasta investigado

A Associação Nacional dos Procuradores da República ingressou com ação de inconstitucionalidade contra dispositivo (artigo 17-D) da nova Lei de Combate à Lavagem de Dinheiro, que prevê o afastamento cautelar do agente público indiciado pela prática do crime de lavagem de dinheiro. Os procuradores contestam o que os juristas consideram um dos maiores avanços no combate à corrupção e à impunidade.

É o que importa

Os procuradores alegam, na ação, que a nova lei afastando o servidor investigado "usurpa funções" do ministério público e do Judiciário.

Deixa estar

A associação de procuradores defende que o afastamento de servidor investigado só pode ser feito após o processo transitado em julgado.

Privilégio

Procuradores estão entre os servidores que, se condenados, recebem como "punição" máxima a aposentadoria, sem prejuízo dos salários.

FIM DA LINHA

Ex-ministro e sete vezes deputado federal pela antiga Arena, Prisco Viana, 77, foi interditado judicialmente pelo filho por doença senil.

PODER SEM PUDOR

RETAGUARDA ABERTA

A obsessiva segurança de Fidel Castro vivia mudando o percurso do chefe, em terra e no ar, como numa guerra. O então ministro da Educação, Cristovam Buarque, seus familiares e o assessor Paulo Renato Souza aguardavam no gabinete o início da solene transmissão de cargo quando souberam que Fidel já subia no elevador. Cristovam e Paulo Renato logo se deslocaram para o corredor a fim de esperar o visitante, mas eis que o presidente cubano apareceu em outra porta, flagrando os anfitriões pelas costas:

– Amigos! Sorprendi a todos por la retaguardia!

DILMA PREFERE UM HOTEL DE LUXO À BELA EMBAIXADA

Hospedada desde domingo (17) no cinco estrelas The Westin Excelsior em Roma, para ver o Papa, Dilma e comitiva poderiam ter optado pela orientação de Francisco e economizado na ostentação dos cofres públicos, hospedando-se na magnífica embaixada do Brasil em Roma, o palácio Doria Pamphilj, do século XV. A diária na suíte mais simples, no Westin Excelsior, "hotel das celebridades", custa cerca de R$ 6 mil.

Má logística

Da embaixada na Piazza Navona ao Vaticano são 10 minutos de carro. Do hotel são 15, sem parar nas inúmeras lojas e restaurantes chiques.

Habemus propaganda

A agenda também não justifica o luxo: Dilma só se encontrará com o Papa por cortesia de Sua Santidade. Assim mesmo por alguns minutos.

Bolsa Papal

Aviso aos demagogos latinos: o papa Francisco privilegia atenção aos pobres, mas descarta instrumentalização da pobreza para fins políticos.

Fuga do ninho

Pelo menos quinze deputados devem deixar o PSDB para juntar-se a José Serra na candidatura ao governo paulista em nova sigla. Gilberto Kassab combinou fazer "ninho", mas deverá aderir. O governador Geraldo Alckmin vai fazer uma "limpa" de serristas no secretariado.

Papo de mineiro

O deputado Marcus Pestana (PSDB-MG) conta que Aécio Neves tem tido as mesmas conversas políticas que Eduardo Campos (PSB): "A diferença é que as conversas do Aécio não acabam nos jornais..."

Sirenes obsoletas

O governo do Rio deveria dar aos moradores da região serrana acesso ao respeitado canal americano Weather Channel: há uma semana o aviso é de tempestade no Estado, com velocidade e direção do vento.

Moka 2014

O senador Waldemir Moka (PMDB) anda tirando o sono do colega Delcídio Amaral (PT), com sua candidatura ao governo do Mato Grosso do Sul.

Moka teria o apoio do presidenciável Eduardo Campos (PSB).

"O problema é que muitas vezes as pessoas não querem sair, né?"

Pérola da Dilma, cuidando as vítimas em Petrópolis e pedindo "medidas drásticas"

Bolo mais fatiado

Depois da desoneração tributária dos produtos da cesta básica alimentar – medida que ainda não se fez sentir nada sensível com a feira livre ou o supermercado – chegou a vez de as escolas privadas de ensino básico perseguirem idêntico benefício.

Pelo visto, noticia-se que esses estabelecimentos iniciaram negociações, neste sentido, com o Governo Federal, em busca de um marco legal, a exemplo daquele que já discussão no Congresso com as instituições particulares de ensino superior.

A Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep) acena com a possibilidade de redução de 45% no valor das mensalidades cobradas em todos os pontos do território nacional por suas filiadas. O que se tenta é o percurso a caminho da Medida Provisória 582/12, aquela que permite a alguns setores da economia a substituição da contribuição previdenciária (20% da folha salarial) por alíquotas brutas de 1% a 2% da receita bruta de 2013 a 2017. Ampliadora da desoneração MP 601/12 e estendeu aos setores do varejo e da construção civil.

Por que não, também, às escolas privadas de ensino superior e básico? A resposta está com a Comissão Mista do Congresso Nacional que até agora não se reuniu para discutir a questão. A julgar pelo que promete a Fenep, a providência pode acarretar não somente a redução das mensalidades escolares, mas, ainda, aumentos salariais para funcionários e professores, posto que as escolas têm na folha de pagamento 70% de seus custos operacionais.

O noticiário também dá conta de que mesmo no setor educacional há propostas sobre restrições. É o caso daquelas oferecidas pela representação das instituições de ensino superior, as primeiras a entrar nessa fila. Tememos, porém, [illegible] com mais um participante dessa festa, a Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Educação Superior (Abmes) recomenda tratamentos distintos para a mesma matéria. No dizer do presidente da Abmes, as necessidades são diferentes e diferentes devem ser o tratamento para o ensino básico e o superior.

Discussões à parte, o fato é que a escola privada, em qualquer dos seus níveis, sobrevive da falência do sistema público, notadamente quando voltada para o ensino fundamental e básico. Ou alguém tem alguma dúvida?

Braulio **Tavares**

braulio.tavares@jornaldaparaiba.com.br

Romance e futebol

Um espectro que nunca deixou de assombrar a crítica literária brasileira foi: Por que motivo não existe entre nós uma grande literatura de ficção (romances, contos) voltada para o futebol? Pode-se argumentar que há bons livros sobre o tema (Marcelo Mirando, Edilberto Coutinho, etc.), mas o seu "corpus" será desproporcional em relação à importância que o futebol tem em nosso país. Num post de 2010 em seu blog Todoprosa, Sérgio Rodrigues afirma: "Bem entendido com pena. Nada de elevação ou [illegible] da arte brasileira. Aposto que o Grande Romance do Futebol Brasileiro está escondido no mesmo limbo em que dormem, ao lado, os escritores e tomos do Grande Romance do Basquete Americano, do Grande Romance da Fórmula 1 Italiana, do Grande Romance do Pingue-Pongue Chinês e do Grande Romance do Curling Escocês".

Ou seja: é uma falácia esse raciocínio de que se um país tem um esporte ele deve ter uma literatura de ficção voltada para esse esporte. Não é uma relação assim tão mecânica. No Brasil, o que temos de alto nível é a crônica futebolística, o que me parece lógico. Temos clubes de verdade, craques de verdade, espetáculos épicos de verdade. Quem gosta de futebol gosta da adrenalina produzida pela disputa esportiva de verdade, entre grandes times. (Ou entre times pequenos, desde que o contexto emocional ou social dê a esse confronto uma dimensão épica qualquer.) E o que cresceu aqui no Brasil foi a literatura de não-ficção em torno desse universo real. Da crônica, que vem desde os irmãos Mário Filho e Nelson Rodrigues até os cronistas mais recentes, não temos do que nos queixar. Nossa crônica tem um alto nível literário.

O problema do romance e do conto talvez seja o mesmo do cinema. Ninguém gosta de ver num filme um jogo de futebol inventado, encenado por atores. A falsidade é evidente. Ninguém se emociona, mesmo quando um atacante dribla cinco e entra com bola e tudo. Qualquer espectador sabe que a jogada foi ensaiada, encenada e dirigida para acontecer daquele jeito, então qual é o mérito? O mérito do futebol é ser imprevisível, improvisado, sujeito a reviravoltas que não são determinadas por uma equipe roteirizadora. Numa história de ficção é [illegible] transmitir essa impressão de imprevisibilidade, de chances totalmente abertas. O futebol é familiar demais aos torcedores para que um jogo claramente escrito e coreografado possa se fazer passar pela coisa de verdade. Até um VT de qualquer dos times pelos quais o espectador não torce é melhor, porque sabe-se que, no momento da gravação, tudo aquilo estava acontecendo de verdade, tudo podia acontecer, e essa é a emoção principal do esporte.

José **MáriodaSilva**

[illegible]@jornaldaparaiba.com.br

Francisco de Carvalho

Tomo conhecimento por intermédio do escritor-amigo Hildeberto Barbosa Filho, da morte do extraordinário poeta cearense Francisco Carvalho, uma das expressões mais vigorosas da lírica brasileira da atualidade. Aos noventa e seis de idade, por falência múltipla de órgãos, foi, o emérito criador de O Romance do Nuvem Pássaro a misteriosa e inadiável viagem que o transportou do tempo para a eternidade. Funcionário público aposentado da Universidade Federal do Ceará, Francisco Carvalho, ao longo da publicação de aproximadamente trinta livros, todos ancorados no território do universo poético, constituiu-se, no âmbito da Literatura Brasileira, em um dos casos mais consistentes de amor entre um homem e uma região indizível dessa chamada poesia, à qual ele se devotou com comovente fidelidade e unção religiosa tingida de alento [illegible].

Como todo grande artista da palavra, Francisco Carvalho jamais foi prisioneiro de temáticas homogêneas e unidimensionais, autor, foi autor de uma poesia que, estribada em sólida elaboração formal, cantou, com belezas incomuns, as mais variadas conexões humanas, [illegible], [illegible] e [illegible] bem definidos, de modo a [illegible], [illegible], com todas as vãs tentativas que uma crítica literária menos perspicaz finda esboçando em direção às autênticas criações do espírito.

Telúrico, Francisco Carvalho cantou o "Alpendre e [illegible] onde [illegible] celebrou a liturgia das povoações". Sensualista, sentenciou que "A vida é uma finalidade sem acanhada pela cio de uma labareda". Existencialista até nos limites da corrosão melancólica, quase repleta do niilismo mais doloroso, como na que "Viver é [illegible] que tudo é [illegible]/Que nunca não acabe no engano/vencido pela mal[illegible]", versos escatológicos, em cuja totalidade desolada figura-se, indiscutivelmente, o eco arte-textual de um Augusto dos Anjos e de um Mauro Mota, que quais, como bem pontuou a argúcia ensaística de José Guilherme Merquior, acolá, sem concessões, a poética da "sensação da angústia".

Passando toda a existência em sua geografia natal, Fortaleza, a despeito da [illegible] qualidade da poesia que produziu, Francisco Carvalho ainda é um poeta pouco conhecido do grande público, principalmente do que, empalhado por questões de política literária, somente consegue exibir olhos para o que se cartografa no eixo sul/sudeste do país, ignorando que o Brasil é um país continental e que, no reino da poesia, "o vento sopra onde quer", tanto na metrópole mais rica, quanto no lugarejo mais anônimo e aparentemente desimportante. Poeta de vida e de ato, Francisco Carvalho, à ula Guimarães Rosa, não morreu, mas encantou-se, no fogo mágico das palavras.

(O colunista Gonzaga Rodrigues está de férias.)

A POLÍTICA E O FUTEBOL

Por que tudo na Paraíba tem que se tirar proveito político? Refiro-me a eventos que nada têm a ver com o governo ou com a política, mas que são usados de forma oportunista por políticos. Com tantas responsabilidades de Estado, por que tinha o governador Ricardo Coutinho (PSB) que ser anunciado na final da Copa do Nordeste, no último domingo? Naturalmente ele tinha todo o direito de assistir o Campinense conquistar a taça em cima do ASA. Mas precisava ser anunciado nos alto-falantes? Aliás, [illegible] para o governador paraibano, até por questão de segurança, do jeito que está a Paraíba... Por outro lado, o episódio lembrou a polêmica aparição do socialista em uma das apresentações do circo Tihany, onde inventaram de anunciá-lo e as más línguas dizem que ele também foi vaiado.

Só sondagem

O deputado federal Ruy Carneiro (PSDB) negou ontem qualquer possibilidade de vir a ser secretário no governo Ricardo Coutinho (PSB). Foi só sondagem. Aliás, ele esclareceu que não houve proposta recente a esse respeito. Houve um diálogo no passado para ele assumir uma pasta na administração estadual, mas não prosperou.

Engoli

Quem engoliu o que disse e está quase "fechando" com o governador é a ex-vereadora Sandra Marrocos (PSB), que recebeu um convite para integrar o governo do Estado uma semana depois de divulgar carta se queixando da falta de diálogo do socialista.

Homenagens ao poeta

O senador Cássio Cunha Lima fez questão de receber pessoalmente em seu gabinete todos os convidados que compareceram à homenagem ao seu pai, o poeta Ronaldo Cunha Lima. Senadores e deputados conterrâneos de Ronaldo marcaram presença. Foi um evento muito nobre.

Correição do MPF

A Corregedoria do Ministério Público Federal (MPF) começou ontem a correição nas unidades do MPF na Paraíba. Os trabalhos seguem até 22 de março de 2013, em João Pessoa, Campina Grande e Sousa.

Reprodução

O DONO DO APITO

O paraibano Alcedo Medeiros, idealizador do Pedhua, um apito indígena que se pretende transformar no "som oficial da Copa de 2014", aproveitou que o Campinense conquistou a Copa do Nordeste sobre o ASA, para entregar a camisa do time ao ministro dos Esportes, Aldo Rebelo.

Contradição

O secretário Cláudio Lima perdeu a compostura ao tentar desacreditar o JORNAL DA PARAÍBA desmentindo a si próprio. Ora, foram 3,2 mil mortes violentas nos últimos dois anos, e o crescimento foi de 7,48% em 2010 e 2011.

Da boca de ...

"Eu não sabia em 2008 que havia outro quadro político além do [José] Serra e da Dilma [Rousseff] para conseguir quase 20% dos votos do Brasil."

Marina Silva - ex-senadora (Ao comentar sobre o resultado das eleições do ano de 2008)

"Eu tenho, sim, o sonho de jogar na Europa. Quem não gostaria de jogar ao lado do Messi, do Iniesta, do Xavi? São grandes jogadores!"

Neymar - Jogador de futebol (Ao afirmar que tem pretensão em jogar em algum time europeu)

@ Do Leitor

Linha direta com a coluna
[illegible]@jornaldaparaiba.com.br

Transporte coletivo

"Muitas pessoas que precisavam ir [illegible] para o Amigão domingo, no Estádio onde aconteceu o jogo do Campinense, enfrentaram muita espera. É preciso que a STTP elabore um plano especial para os dias de jogos, para que a população possa se deslocar de forma mais rápida."

[illegible] Silva | Campina Grande

Saúde

"É um absurdo que as autoridades não invistam o necessário para garantir uma saúde pública de qualidade. Um exemplo é a falta de leitos hospitalares no estado que já chega a mais de 50%. A população precisa cobrar mais daqueles que representam o povo."

[illegible] | João Pessoa

Papa celebra missa inaugural

Hoje, Francisco será oficialmente entronizado como o 266º papa. Delegações de mais de 130 países estarão no ritual

Da Agência Estado

Delegações de mais de 130 países estarão presentes à missa solene que marcará hoje o início do pontificado de Francisco.

O Vaticano se prepara para a celebração dos festejos a São José com a chegada de mais de 30 chefes de Estado, além de representantes de outras nações, confissões e personalidades.

Por se tratar do primeiro papa latino-americano da história, haverá uma grande presença de líderes da região. Além de Cristina Kirchner, presidente da Argentina, estarão presentes a presidente brasileira, Dilma Rousseff, o mexicano, Enrique Peña Nieto, e o chileno, Sebastián Piñera, entre outros chefes de Estado e de governo latino-americanos.

Antes da cerimônia, o papa passeará a bordo do jipe móvel pela Praça São Pedro para saudar dezenas de milhares de fiéis esperados para a missa.

A cerimônia propriamente dita, no entanto, terá início com Francisco e os patriarcas católicos do oriente rezando perante a tumba do apóstolo Pedro, situada sob o altar-mor da Basílica de São Pedro.

A seguir, eles sairão em procissão pela praça. Francisco receberá então o Anel do Pescador, símbolo do papado que levará no dedo anular da mão direita. Também será depositado sobre os ombros do novo pontífice o pálio branco com cinco cruzes vermelhas feito de lã de cordeiro.

Finalizado o ritual, Francisco estará oficialmente entronizado como o 266º papa da Igreja Católica e dará início à celebração litúrgica.

ENCONTRO

A presidente Cristina Kirchner pediu ontem ao papa Francisco que a ajude no longo disputa entre Argentina e Reino Unido a respeito das Ilhas Malvinas, chamadas de Falklands pelos britânicos.

Cristina reuniu-se com o pontífice ontem e, depois do encontro, disse a jornalistas que pediu sua "intervenção para "facilitar o diálogo" entre o arquipélago, do qual os britânicos expulsaram os argentinos em 1833.

Na semana passada, o primeiro-ministro britânico, David Cameron, disse que não concorda com a opinião de Francisco sobre as ilhas. Quando o papa, que nasceu na Argentina, ainda era arcebispo de Buenos Aires, ele foi citado dizendo que o Reino Unido "usurpou" as ilhas.

Argentina e Reino Unido travaram uma guerra em 1982 por causa das Malvinas. No início deste mês, os moradores locais, conhecidos como kelpers, participaram de um referendo no qual a maioria (99,8%) decidiu que o arquipélago deve permanecer como um território britânico ultramarino.

Não se sabe como o papa respondeu ao pedido de Kirchner. As informações são da Associated Press.

DILMA

A presidente Dilma Rousseff disse ontem que pretende conversar com o papa Francisco sobre o combate à pobreza e à fome no mundo. O encontro de Dilma com o papa está previsto para hoje, após a missa que marca o começo do pontificado de Francisco. As informações são da Agência Brasil.

Para ela, o papa tem papel relevante nos esforços para melhorar a qualidade de vida no mundo. "Acho que [Francisco] é um papa preocupado com a questão dos pobres no mundo. O papa tem um papel especial, e eu acho que ele cumpre, vamos dizer assim, os princípios básicos que inspiraram o cristianismo e que inspiraram Cristo", declarou.

Anvisa suspende venda de sucos da marca Ades

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou, ontem, a suspensão da fabricação, distribuição, comercialização e consumo, em todo o território nacional, de todos os lotes dos produtos alimentícios à base de soja da marca Ades, fabricados pela linha de produção TBA3G da empresa Unilever Brasil, localizada em Pouso Alegre, Minas Gerais. A Agência justifica em resolução publicada ontem no Diário Oficial da União (DOU) que a proibição dos produtos se deve "por suspeita de não atenderem às exigências legais e regulamentares" do órgão. Os problemas estariam relacionados à presença de produtos químicos em algumas embalagens de suco de maçã.

A suspensão abrange todos os lotes dos produtos com os sabores de abacaxi, abacaxi com hortelã, cereais com mel, para frapê de coco, chá verde com tangerina, zero laranja, chá verde com limão, zero maçã, chocolate clássico, zero original, chocolate com coco, zero pêssego, frapê de coco, zero tangerina, banana, laranja, zero uva, maçã, laranja, manga, maracujá, melão, morango, uva, original, pêssego, chocolate e morango. Alguns sabores tiveram suspensão em mais de um tipo de embalagem.

Conforme a gerente de Alimentos da Agência Estadual de Vigilância Sanitária da Paraíba (Agevisa-PB), Raquel Araújo, a Anvisa já havia enviado o alerta para a Vigilância Estadual. "Já encaminhamos um alerta para que todos os municípios intensifiquem as ações nos supermercados. Além disso, estamos nos articulando com a Associação dos Supermercados para não permitir que os lotes proibidos cheguem às prateleiras dos estabelecimentos na Paraíba", ressaltou. (Com informações da Agência Estado)

TRAGÉDIA

Temporal deixa 16 mortos na região serrana do Rio

Agência Estado

O temporal que começou na noite de domingo e continuou durante todo o dia de ontem em Petrópolis, na região serrana do Rio de Janeiro, matou 16 pessoas, deixou 340 desalojados (temporariamente fora de suas casas) e 33 feridos. Quatro moradores estavam desaparecidos no fim da noite. Na localidade de Vila São João, no bairro Quitandinha, região central da cidade, uma encosta desabou e soterrou um número ainda não conhecido de pessoas. Segundo moradores, três casas foram destruídas. Duas meninas, de 12 e 15 anos, foram resgatadas com vida. Não foi divulgado o número de desabrigados (os que perderam suas casas).

Em janeiro de 2011, na pior tragédia de causa natural do país, 71 pessoas morreram em consequência das chuvas em Petrópolis. Outros 7 mil moradores ficaram desalojados e [illegible] desabrigados.

Entre a noite de domingo e a manhã de ontem, choveu 358 milímetros em Petrópolis, mais do que a previsão para todo o mês de março (257 milímetros), segundo o Climatempo. Ao longo do dia, várias autoridades pediram a moradores de áreas de risco que deixassem suas casas. O governador Sérgio Cabral visitou a cidade ontem e anunciou a liberação de R$ 3 milhões para o socorro às vítimas.

TENSÃO COM COREIA DO NORTE

EUA dá proteção a sul-coreanos

Os EUA afirmaram ontem que a Coreia do Sul está protegida por seu "escudo nuclear" em resposta às recentes ameaças da Coreia do Norte de lançar um ataque nuclear preventivo contra uma possível invasão. A afirmação foi feita pelo subsecretário de Defesa dos EUA, Ashton Carter, que classificou a Coreia do Sul como aliado e colocou o arsenal norte-americano à disposição de Seul. As informações são da Agência Brasil.

A declaração de Carter, que visita Seul como parte de sua viagem asiática, se produz em um momento de elevada tensão, depois que Pyongyang lançou repetidas ameaças de guerra contra Seul e Washington na última semana.

EDITAL Nº 02/2013

A Associação dos Servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba – ASSETJEPB, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca nos termos do caput do art. 15, inciso I, c/c dos artigos 23 e 24 do Estatuto Social, em primeira convocação, todos os associados quites desta entidade a participarem da ASSEMBLEIA GERAL, [illegible] no dia 22 de MARÇO DE 2013, às 12h00, no Auditório da OAB-PB – Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraíba, localizado na Rua Rodrigues de Aquino, nº 37, Centro, João Pessoa-PB. [illegible] ainda, que não obtendo o quórum necessário em primeira convocação, a Assembleia [illegible] às 13h00 em 2ª convocação, nos termos do art. 15 do Estatuto Social, [illegible] Assembleia [illegible]:

1. [illegible] Diretoria Executiva

2. Eleição [illegible] Conselho Fiscal

João Pessoa, 19 de março de 2013.

[illegible]
Presidente da ASSETJEPB

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

[illegible]

ORDEM DO DIA

[illegible]

SENAI

ESTÃO REABERTAS AS INSCRIÇÕES PARA O CARGO ABAIXO

AVISO DE RECRUTAMENTO SENAI [illegible]

[illegible]

MISSA DE 7º DIA

MARISTELA AGRA DE SOUZA ARRUDA

"Saudade, uma dor que não cessa, um amor que não finda."

Eduardo (esposo), Ivanilda (mãe), Marcos, Marcelo, Mércia e Márcia (irmãos) e demais parentes, com imensa saudade convidam os amigos de nossa inesquecível e amada

MARISTELA AGRA DE SOUZA ARRUDA

para a missa de 7º dia, que será celebrada em sua memória no dia 19/03/13 (terça-feira), às 17:30h na Catedral.

A família agradece a todos que compareceram neste momento de fé e profunda dor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento V. Exª, Senador Vital do Rêgo, pelo pronunciamento, e queria convidar para fazer uso da palavra, para uma comunicação inadiável, a Senadora Vanessa Grazziotin.

Informo que, tendo em vista que Cícero Lucena não está no plenário, o próximo orador é o Senador Alvaro Dias.

Peço licença só à oradora para ler dois Expedientes sobre a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu da Senhora Presidente da República a **Mensagem nº 97, de 2013**, na origem, que comunica, com a restituição do respectivo autógrafo, a promulgação, nos termos do §5º do art. 66 da Constituição Federal, das partes vetadas do Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2011 (nº 2.565, de 2011, na Câmara dos Deputados), que *modifica as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar novas regras de distribuição, entre os entes da Federação, dos royalties e da participação especial devidos em função da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, e para aprimorar o marco regulatório sobre a exploração desses recursos no regime de partilha*, que havia sido sancionado e transformado na Lei nº 12.734, de 2012.

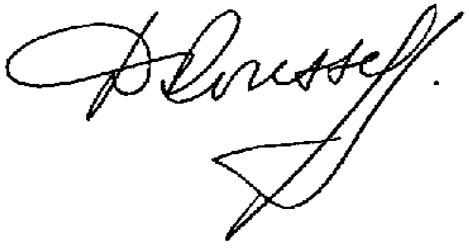
É a seguinte a mensagem:

Mensagem nº 97

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, em face da rejeição pelo Congresso Nacional do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.565, de 2011 (nº 448/11 no Senado Federal), transformado na Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012, que "Modifica as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos royalties e da participação especial devidos em função da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, e para aprimorar o marco regulatório sobre a exploração desses recursos no regime de partilha", acabo de promulgá-lo, nos termos do parágrafo 5º do art. 66 da Constituição Federal.

Brasília, 14 de março de 2013.



LEI Nº 12.734, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012.

Modifica as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos **royalties** e da participação especial devidos em função da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, e para aprimorar o marco regulatório sobre a exploração desses recursos no regime de partilha.

A P R E S I D E N T A D A R E P Ú B L I C A

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do parágrafo 5º do art. 66 da Constituição Federal, as seguintes partes vetadas da Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012:

.....

"Art. 2º .....

.....

'Art. 42-B. .....

I - .....

.....

d) .....

1. os recursos serão distribuídos somente para os Estados e, se for o caso, o Distrito Federal, que não tenham recebido recursos em decorrência do disposto na alínea "a" deste inciso, na alínea "a" do inciso II deste artigo, na alínea "a" do inciso II dos arts. 48 e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no inciso II do § 2º do art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997;

.....

3. o percentual que o FPE destina aos Estados e ao Distrito Federal, se for o caso, que serão excluídos do rateio dos recursos do fundo especial em decorrência do disposto no item 1 será redistribuído entre os demais Estados e o Distrito Federal, se for o caso, proporcionalmente às suas participações no FPE;

4. o Estado produtor ou confrontante, e o Distrito Federal, se for produtor, poderá optar por receber os recursos do fundo especial de que trata esta alínea, desde que não

receba recursos em decorrência do disposto na alínea "a" deste inciso, na alínea "a" do inciso II deste artigo, na alínea "a" do inciso II dos arts. 48 e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no inciso II do § 2º do art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997;

5. os recursos que Estados produtores ou confrontantes, ou que o Distrito Federal, se for o caso, tenham deixado de arrecadar em função da opção prevista no item 4 serão adicionados aos recursos do fundo especial de que trata esta alínea;

e) .....

1. os recursos serão distribuídos somente para os Municípios que não tenham recebido recursos em decorrência do disposto nas alíneas "b" e "c" deste inciso e do inciso II deste artigo, nas alíneas "b" e "c" do inciso II dos arts. 48 e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no inciso III do § 2º do art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997;

.....

3. o percentual que o FPM destina aos Municípios que serão excluídos do rateio dos recursos do fundo especial em decorrência do disposto no item 1 será redistribuído entre Municípios proporcionalmente às suas participações no FPM;

4. o Município produtor ou confrontante poderá optar por receber os recursos do fundo especial de que trata esta alínea, desde que não receba recursos em decorrência do disposto nas alíneas "b" e "c" deste inciso e do inciso II deste artigo, nas alíneas "b" e "c" do inciso II dos arts. 48 e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no inciso III do § 2º do art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997;

5. os recursos que Municípios produtores ou confrontantes tenham deixado de arrecadar em função da opção prevista no item 4 serão adicionados aos recursos do fundo especial de que trata esta alínea;

.....

II - .....

.....

d) .....

1. os recursos serão distribuídos somente para os Estados e, se for o caso, o Distrito Federal, que não tenham recebido recursos em decorrência do disposto na alínea "a" do inciso I e deste inciso II, na alínea "a" do inciso II dos arts. 48 e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no inciso II do § 2º do art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997;

.....

3. o percentual que o FPE destina aos Estados e ao Distrito Federal, se for o caso, que serão excluídos do rateio dos recursos do fundo especial em decorrência do disposto

no item 1 será redistribuído entre os demais Estados e o Distrito Federal, se for o caso, proporcionalmente às suas participações no FPE;

4. o Estado produtor ou confrontante, e o Distrito Federal, se for produtor, poderá optar por receber os recursos do fundo especial de que trata esta alínea, desde que não receba recursos em decorrência do disposto na alínea "a" do inciso I e deste inciso II, na alínea "a" do inciso II dos arts. 48 e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no inciso II do § 2º do art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997;

5. os recursos que Estados produtores ou confrontantes, ou que o Distrito Federal, se for o caso, tenham deixado de arrecadar em função da opção prevista no item 4 serão adicionados aos recursos do fundo especial de que trata esta alínea;

e) .....

1. os recursos serão distribuídos somente para os Municípios que não tenham recebido recursos em decorrência do disposto nas alíneas "b" e "c" do inciso I e deste inciso II, nas alíneas "b" e "c" do inciso II dos arts. 48 e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no inciso III do § 2º do art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997;

.....

3. o percentual que o FPM destina aos Municípios que serão excluídos do rateio dos recursos do fundo especial em decorrência do disposto no item 1 será redistribuído entre Municípios proporcionalmente às suas participações no FPM;

4. o Município produtor ou confrontante poderá optar por receber os recursos do fundo especial de que trata esta alínea, desde que não receba recursos em decorrência do disposto nas alíneas "b" e "c" do inciso I e deste inciso II, nas alíneas "b" e "c" do inciso II dos arts. 48 e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no inciso III do § 2º do art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997;

5. os recursos que Municípios produtores ou confrontantes tenham deixado de arrecadar em função da opção prevista no item 4 serão adicionados aos recursos do fundo especial de que trata esta alínea;

.....

§ 1º A soma dos valores referentes aos **royalties** devidos aos Municípios nos termos das alíneas "b" e "c" dos incisos I e II deste artigo, com os **royalties** devidos nos termos das alíneas "b" e "c" dos incisos I e II dos arts. 48 e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com a participação especial devida nos termos do inciso III do § 2º do art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, ficarão limitados ao maior dos seguintes valores:

I - os valores que o Município recebeu a título de **royalties** e participação especial em 2011;

II - 2 (duas) vezes o valor **per capita** distribuído pelo FPM, calculado em nível nacional, multiplicado pela população do Município.

§ 2º A parcela dos **royalties** de que trata este artigo que contribuiu para o valor que exceder o limite de pagamentos aos Municípios em decorrência do disposto no § 1º será transferida para o fundo especial de que trata a alínea "e" dos incisos I e II.

§ 3º Os pontos de entrega às concessionárias de gás natural produzido no País serão considerados instalações de embarque e desembarque, para fins de pagamento de **royalties** aos Municípios afetados por essas operações, em razão do disposto na alínea "c" dos incisos I e II.

§ 4º A opção dos Estados, Distrito Federal e Municípios de que trata o item 4 das alíneas "d" e "e" dos incisos I e II poderá ser feita após conhecido o valor dos **royalties** e da participação especial a serem distribuídos, nos termos do regulamento.'

'Art. 42-C. Os recursos do fundo especial de que tratam os incisos I e II do **caput** do art. 42-B terão a destinação prevista no art. 50-E da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.'"

"Art. 3º A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com as seguintes novas redações para os arts. 48, 49 e 50, e com os seguintes novos arts. 49-A, 49-B, 49-C, 50-A, 50-B, 50-C, 50-D, 50-E e 50-F:

'Art. 48. A parcela do valor dos **royalties**, previstos no contrato de concessão, que representar 5% (cinco por cento) da produção, correspondente ao montante mínimo referido no § 1º do art. 47, será distribuída segundo os seguintes critérios:

I - quando a lavra ocorrer em terra ou em lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres:

a) 70% (setenta por cento) aos Estados onde ocorrer a produção;

b) 20% (vinte por cento) aos Municípios onde ocorrer a produção; e

c) 10% (dez por cento) aos Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, na forma e critérios estabelecidos pela ANP;

II - quando a lavra ocorrer na plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva:

a) 20% (vinte por cento) para os Estados confrontantes;

b) 17% (dezessete por cento) para os Municípios confrontantes e respectivas áreas geoeconômicas, conforme definido nos arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 7.525, de 22 de julho de 1986;

c) 3% (três por cento) para os Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, na forma e critério estabelecidos pela ANP;

d) 20% (vinte por cento) para constituição de fundo especial, a ser distribuído entre Estados e o Distrito Federal, se for o caso, de acordo com os seguintes critérios:

1. os recursos serão distribuídos somente para os Estados e, se for o caso, o Distrito Federal, que não tenham recebido recursos em decorrência do disposto na alínea "a" dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, na alínea "a" deste inciso e do inciso II do art. 49 desta Lei e no inciso II do § 2º do art. 50 desta Lei;

2. o rateio dos recursos do fundo especial obedecerá às mesmas regras do rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), de que trata o art. 159 da Constituição;

3. o percentual que o FPE destina aos Estados e ao Distrito Federal, se for o caso, que serão excluídos do rateio dos recursos do fundo especial em decorrência do disposto no item 1 será redistribuído entre os demais Estados e o Distrito Federal, se for o caso, proporcionalmente às suas participações no FPE;

4. o Estado produtor ou confrontante, e o Distrito Federal, se for produtor, poderá optar por receber os recursos do fundo especial de que trata esta alínea, desde que não receba recursos em decorrência do disposto na alínea "a" dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, na alínea "a" deste inciso e do inciso II do art. 49 desta Lei e no inciso II do § 2º do art. 50 desta Lei;

5. os recursos que Estados produtores ou confrontantes, ou que o Distrito Federal, se for o caso, tenham deixado de arrecadar em função da opção prevista no item 4 serão adicionados aos recursos do fundo especial de que trata esta alínea;

e) 20% (vinte por cento) para constituição de fundo especial, a ser distribuído entre os Municípios de acordo com os seguintes critérios:

1. os recursos serão distribuídos somente para os Municípios que não tenham recebido recursos em decorrência do disposto nas alíneas "b" e "c" dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, nas alíneas "b" e "c" deste inciso e do inciso II do art. 49 desta Lei e no inciso III do § 2º do art. 50 desta Lei;

2. o rateio dos recursos do fundo especial obedecerá às mesmas regras do rateio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), de que trata o art. 159 da Constituição;

3. o percentual que o FPM destina aos Municípios que serão excluídos do rateio dos recursos do fundo especial em decorrência do disposto no item 1 será redistribuído entre Municípios proporcionalmente às suas participações no FPM;

4. o Município produtor ou confrontante poderá optar por receber os recursos do fundo especial de que trata esta alínea, desde que não receba recursos em decorrência do disposto nas alíneas "b" e "c" dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, nas alíneas "b" e "c" deste inciso e do inciso II do art. 49 desta Lei e no inciso III do § 2º do art. 50 desta Lei;

5. os recursos que Municípios produtores ou confrontantes tenham deixado de arrecadar em função da opção prevista no item 4 serão adicionados aos recursos do fundo especial de que trata esta alínea;

f) 20% (vinte por cento) para a União, a ser destinado ao Fundo Social, instituído por esta Lei, deduzidas as parcelas destinadas aos órgãos específicos da Administração Direta da União, nos termos do regulamento do Poder Executivo.

§ 1º A soma dos valores referentes aos **royalties** devidos aos Municípios nos termos das alíneas "b" e "c" dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, com os **royalties** devidos nos termos das alíneas "b" e "c" dos incisos I e II deste art. 48 e do art. 49 desta Lei, com a participação especial devida nos termos do inciso III do § 2º do art. 50 desta Lei, ficarão limitados ao maior dos seguintes valores:

I - os valores que o Município recebeu a título de **royalties** e participação especial em 2011;

II - 2 (duas) vezes o valor **per capita** distribuído pelo FPM, calculado em nível nacional, multiplicado pela população do Município.

§ 2º A parcela dos **royalties** de que trata este artigo que contribuir para o que exceder o limite de pagamentos aos Municípios em decorrência do disposto no § 1º será transferida para o fundo especial de que trata a alínea "e" do inciso II.

§ 3º Os pontos de entrega às concessionárias de gás natural produzido no País serão considerados instalações de embarque e desembarque, para fins de pagamento de **royalties** aos Municípios afetados por essas operações, em razão do disposto na alínea "c" dos incisos I e II.

§ 4º A opção dos Estados, Distrito Federal e Municípios de que trata o item 4 das alíneas "d" e "e" do inciso II poderá ser feita após conhecido o valor dos **royalties** e da participação especial a serem distribuídos, nos termos do regulamento.' (NR)

'Art. 49. .....

I - .....

.....

d) 25% (vinte e cinco por cento) para a União, a ser destinado ao Fundo Social, instituído por esta Lei, deduzidas as parcelas destinadas aos órgãos específicos da Administração Direta da União, nos termos do regulamento do Poder Executivo;

II - .....

a) 20% (vinte por cento) para os Estados confrontantes;

b) 17% (dezessete por cento) para os Municípios confrontantes e respectivas áreas geoeconômicas, conforme definido nos arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 7.525, de 22 de julho de 1986;

c) 3% (três por cento) para os Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, na forma e critério estabelecidos pela ANP;

d) 20% (vinte por cento) para constituição de fundo especial, a ser distribuído entre Estados e o Distrito Federal, se for o caso, de acordo com os seguintes critérios:

1. os recursos serão distribuídos somente para os Estados e, se for o caso, o Distrito Federal, que não tenham recebido recursos em decorrência do disposto na alínea "a" dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, na alínea "a" deste inciso e do inciso II do art. 48 desta Lei e no inciso II do § 2º do art. 50 desta Lei;

2. o rateio dos recursos do fundo especial obedecerá às mesmas regras do rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), de que trata o art. 159 da Constituição;

3. o percentual que o FPE destina aos Estados e ao Distrito Federal, se for o caso, que serão excluídos do rateio dos recursos do fundo especial em decorrência do disposto no item 1 será redistribuído entre os demais Estados e o Distrito Federal, se for o caso, proporcionalmente às suas participações no FPE;

4. o Estado produtor ou confrontante, e o Distrito Federal, se for produtor, poderá optar por receber os recursos do fundo especial de que trata esta alínea, desde que não receba os recursos referidos no item 1;

5. os recursos que Estados produtores ou confrontantes, ou que o Distrito Federal, se for o caso, tenham deixado de arrecadar em função da opção prevista no item 4 serão adicionados aos recursos do fundo especial de que trata esta alínea;

e) 20% (vinte por cento) para constituição de fundo especial, a ser distribuído entre os Municípios de acordo com os seguintes critérios:

1. os recursos serão distribuídos somente para os Municípios que não tenham recebido recursos em decorrência do disposto nas alíneas "b" e "c" dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, nas alíneas "b" e "c" deste inciso e do inciso II do art. 48 desta Lei e no inciso III do § 2º do art. 50 desta Lei;

2. o rateio dos recursos do fundo especial obedecerá às mesmas regras do rateio do FPM, de que trata o art. 159 da Constituição;

3. o percentual que o FPM destina aos Municípios que serão excluídos do rateio dos recursos do fundo especial em decorrência do disposto no item 1 será redistribuído entre Municípios proporcionalmente às suas participações no FPM;

4. o Município produtor ou confrontante poderá optar por receber os recursos do fundo especial de que trata esta alínea, desde que não receba os recursos referidos no item 1;

5. os recursos que Municípios produtores ou confrontantes tenham deixado de arrecadar em função da opção prevista no item 4 serão adicionados aos recursos do fundo especial de que trata esta alínea;

f) 20% (vinte por cento) para a União, a ser destinado ao Fundo Social, instituído por esta Lei, deduzidas as parcelas destinadas aos órgãos específicos da Administração Direta da União, nos termos do regulamento do Poder Executivo.

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado).

§ 3º (Revogado).

§ 4º A soma dos valores referentes aos **royalties** devidos aos Municípios nos termos das alíneas "b" e "c" dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, com os **royalties** devidos nos termos das alíneas "b" e "c" dos incisos I e II deste artigo e do art. 48 desta Lei, com a participação especial devida nos termos do inciso III do § 2º do art. 50 desta Lei, ficarão limitados ao maior dos seguintes valores:

I - os valores que o Município recebeu a título de **royalties** e participação especial em 2011;

II - 2 (duas) vezes o valor **per capita** distribuído pelo FPM, calculado em nível nacional, multiplicado pela população do Município.

§ 5º A parcela dos **royalties** de que trata este artigo que contribuir para o valor que exceder o limite de pagamentos aos Municípios em decorrência do disposto no § 4º será transferida para o fundo especial de que trata a alínea "e" do inciso II.

§ 6º A opção dos Estados, Distrito Federal e Municípios de que trata o item 4 das alíneas "d" e "e" do inciso II poderá ser feita após conhecido o valor dos **royalties** e da participação especial a serem distribuídos, nos termos do regulamento.

§ 7º Os pontos de entrega às concessionárias de gás natural produzido no País serão considerados instalações de embarque e desembarque, para fins de pagamento de **royalties** aos Municípios afetados por essas operações, em razão do disposto na alínea "c" dos incisos I e II.' (NR)

'Art. 49-A. Os percentuais de distribuição a que se referem a alínea "b" do inciso II do art. 48 e a alínea "b" do inciso II do art. 49 serão reduzidos:

I - em 2 (dois) pontos percentuais em 2013 e em cada ano subsequente até 2018, quando alcançará 5% (cinco por cento);

II - em 1 (um) ponto percentual em 2019, quando alcançará o mínimo de 4% (quatro por cento).

Parágrafo único. A partir de 2019, o percentual de distribuição a que se refere este artigo será de 4% (quatro por cento).'

'Art. 49-B. Os percentuais de distribuição a que se referem a alínea "d" do inciso II do art. 48 e a alínea "d" do inciso II do art. 49 serão acrescidos:

I - em 1 (um) ponto percentual em 2013 e em cada ano subsequente até atingir 24% (vinte e quatro por cento) em 2016;

II - em 1,5 (um inteiro e cinco décimos) de ponto percentual em 2017, quando atingirá 25,5% (vinte e cinco inteiros e cinco décimos por cento);

III - em 1 (um) ponto percentual em 2018, quando atingirá 26,5% (vinte e seis inteiros e cinco décimos por cento);

IV - em 0,5 (cinco décimos) de ponto percentual em 2019, quando atingirá o máximo de 27% (vinte e sete por cento).

Parágrafo único. A partir de 2019, o percentual de distribuição a que se refere este artigo será de 27% (vinte e sete por cento).'

'Art. 49-C. Os percentuais de distribuição a que se referem a alínea "e" do inciso II do art. 48 e a alínea "e" do inciso II do art. 49 serão acrescidos:

I - em 1 (um) ponto percentual em 2013 e em cada ano subsequente até atingir 24% (vinte e quatro por cento) em 2016;

II - em 1,5 (um inteiro e cinco décimos) de ponto percentual em 2017, quando atingirá 25,5% (vinte e cinco inteiros e cinco décimos por cento);

III - em 1 (um) ponto percentual em 2018, quando atingirá 26,5% (vinte e seis inteiros e cinco décimos por cento);

IV - em 0,5 (cinco décimos) de ponto percentual em 2019, quando atingirá o máximo de 27% (vinte e sete por cento).

Parágrafo único. A partir de 2019, o percentual de distribuição a que se refere este artigo será de 27% (vinte e sete por cento).'

'Art. 50. .....

.....

§ 2º .....

I - 42% (quarenta e dois por cento) à União, a ser destinado ao Fundo Social, instituído pela Lei nº 12.351, de 2010, deduzidas as parcelas destinadas aos órgãos específicos da Administração Direta da União, nos termos do regulamento do Poder Executivo;

II - 34% (trinta e quatro por cento) para o Estado onde ocorrer a produção em terra, ou confrontante com a plataforma continental onde se realizar a produção;

III - 5% (cinco por cento) para o Município onde ocorrer a produção em terra, ou confrontante com a plataforma continental onde se realizar a produção;

IV - 9,5% (nove inteiros e cinco décimos por cento) para constituição de fundo especial, a ser distribuído entre Estados e o Distrito Federal, se for o caso, de acordo com os seguintes critérios:

a) os recursos serão distribuídos somente para os Estados e, se for o caso, o Distrito Federal, que não tenham recebido recursos em decorrência do disposto na alínea "a" dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, na alínea "a" do inciso II dos arts. 48 e 49 desta Lei e no inciso II do § 2º deste artigo;

b) o rateio dos recursos do fundo especial obedecerá às mesmas regras do rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), de que trata o art. 159 da Constituição;

c) o percentual que o FPE destina aos Estados e ao Distrito Federal, se for o caso, que serão excluídos do rateio dos recursos do fundo especial em decorrência do disposto na alínea "a" será redistribuído entre os demais Estados e o Distrito Federal, se for o caso, proporcionalmente às suas participações no FPE;

d) o Estado produtor ou confrontante, e o Distrito Federal, se for produtor, poderá optar por receber os recursos do fundo especial de que trata este inciso, desde que não receba recursos em decorrência do disposto na alínea "a" dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, na alínea "a" do inciso II dos arts. 48 e 49 desta Lei e no inciso II do § 2º deste artigo;

e) os recursos que Estados produtores ou confrontantes, ou que o Distrito Federal, se for o caso, tenham deixado de arrecadar em função da opção prevista na alínea "d" serão adicionados aos recursos do fundo especial de que trata este inciso;

V - 9,5% (nove inteiros e cinco décimos por cento) para constituição de fundo especial, a ser distribuído entre os Municípios de acordo com os seguintes critérios:

a) os recursos serão distribuídos somente para os Municípios que não tenham recebido recursos em decorrência do disposto nas alíneas "b" e "c" dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, nas alíneas "b" e "c" do inciso II dos arts. 48 e 49 desta Lei e no inciso III do § 2º deste artigo;

b) o rateio dos recursos do fundo especial obedecerá às mesmas regras do rateio do FPM, de que trata o art. 159 da Constituição;

c) o percentual que o FPM destina aos Municípios que serão excluídos do rateio dos recursos do fundo especial em decorrência do disposto na alínea "a" será redistribuído entre Municípios proporcionalmente às suas participações no FPM;

d) o Município produtor ou confrontante poderá optar por receber os recursos do fundo especial de que trata este inciso, desde que não receba recursos em decorrência do disposto nas alíneas "b" e "c" dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de

dezembro de 2010, nas alíneas "b" e "c" do inciso II dos arts. 48 e 49 desta Lei e no inciso III do § 2º deste artigo;

e) os recursos que Municípios produtores ou confrontantes tenham deixado de arrecadar em função da opção prevista na alínea "d" serão adicionados aos recursos do fundo especial de que trata este inciso.

§ 3º .....

§ 4º (Revogado).

§ 5º A soma dos valores referentes aos **royalties** devidos aos Municípios nos termos das alíneas "b" e "c" dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, com os **royalties** devidos nos termos das alíneas "b" e "c" dos incisos I e II dos arts. 48 e 49 desta Lei, com a participação especial devida nos termos do inciso III do § 2º deste artigo, ficarão limitados ao maior dos seguintes valores:

I - os valores que o Município recebeu a título de **royalties** e participação especial em 2011;

II - 2 (duas) vezes o valor **per capita** distribuído pelo FPM, calculado em nível nacional, multiplicado pela população do Município.

§ 6º A opção dos Estados, Distrito Federal e Municípios de que trata a alínea "d" dos incisos IV e V poderá ser feita após conhecido o valor dos **royalties** e da participação especial a serem distribuídos, nos termos do regulamento.

§ 7º A parcela da participação especial que contribuir para o valor que exceder o limite de pagamentos aos Municípios em decorrência do disposto no § 5º será transferida para o fundo especial de que trata o inciso V do § 2º.' (NR)

'Art. 50-A. O percentual de distribuição a que se refere o inciso I do § 2º do art. 50 será acrescido de 1 (um) ponto percentual em 2013 e em cada ano subsequente até 2016, quando alcançará 46% (quarenta e seis por cento)'.

Parágrafo único. A partir de 2016, o percentual de distribuição a que se refere este artigo será de 46% (quarenta e seis por cento).

'Art. 50-B. O percentual de distribuição a que se refere o inciso II do § 2º do art. 50 será reduzido:

I - em 2 (dois) pontos percentuais em 2013, quando atingirá 32% (trinta e dois por cento);

II - em 3 (três) pontos percentuais em 2014 e em 2015, quando atingirá 26% (vinte e seis por cento);

III - em 2 (dois) pontos percentuais em 2016, em 2017 e em 2018, quando atingirá 20% (vinte por cento).

Parágrafo único. A partir de 2018, o percentual de distribuição a que se refere este artigo será de 20% (vinte por cento).'

'Art. 50-C. O percentual de distribuição a que se refere o inciso III do § 2º do art. 50 será reduzido em 1 (um) ponto percentual em 2019, quando atingirá 4% (quatro por cento).

Parágrafo único. A partir de 2019, o percentual de distribuição a que se refere este artigo será de 4% (quatro por cento).'

'Art. 50-D. O percentual de distribuição a que se refere o inciso IV do § 2º do art. 50 será acrescido:

I - em 0,5 (cinco décimos) de ponto percentual em 2013, quando atingirá 10% (dez por cento);

II - em 1 (um) ponto percentual em 2014 e em 2015, quando atingirá 12% (doze por cento);

III - em 0,5 (cinco décimos) de ponto percentual em 2016, quando atingirá 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento);

IV - em 1 (um) ponto percentual em 2017 e em 2018, quando atingirá 14,5% (quatorze inteiros e cinco décimos por cento);

V - em 0,5 (cinco décimos) de ponto percentual em 2019, quando atingirá 15% (quinze por cento).

Parágrafo único. A partir de 2019, o percentual de distribuição a que se refere este artigo será de 15% (quinze por cento).'

'Art. 50-E. O percentual de distribuição a que se refere o inciso V do § 2º do art. 50 será acrescido:

I - em 0,5 (cinco décimos) de ponto percentual em 2013, quando atingirá 10% (dez por cento);

II - em 1 (um) ponto percentual em 2014 e em 2015, quando atingirá 12% (doze por cento);

III - em 0,5 (cinco décimos) de ponto percentual em 2016, quando atingirá 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento);

IV - em 1 (um) ponto percentual em 2017 e em 2018, quando atingirá 14,5% (quatorze inteiros e cinco décimos por cento);

V - em 0,5 (cinco décimos) de ponto percentual em 2019, quando atingirá 15% (quinze por cento).

Parágrafo único. A partir de 2019, o percentual de distribuição a que se refere este artigo será de 15% (quinze por cento).'

'Art. 50-F. O fundo especial de que tratam as alíneas "d" e "e" do inciso II dos arts. 48 e 49 desta Lei, os incisos IV e V do § 2º do art. 50 desta Lei e as alíneas "d" e "e" dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, serão destinados para as áreas de educação, infraestrutura social e econômica, saúde, segurança, programas de erradicação da miséria e da pobreza, cultura, esporte, pesquisa, ciência e tecnologia, defesa civil, meio ambiente, em programas voltados para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, e para o tratamento e reinserção social dos dependentes químicos.

Parágrafo único. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios encaminharão anexo contendo a previsão para a aplicação dos recursos de que trata o **caput** junto aos respectivos planos plurianuais, leis de diretrizes orçamentárias e leis do orçamento anual.'"

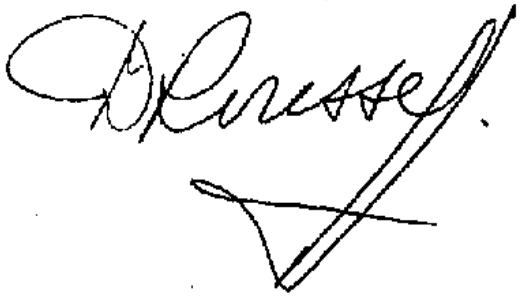
"Art. 4º Revogam-se:

I - os §§ 1º, 2º e 3º do art. 49 e o § 4º do art. 50, todos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e

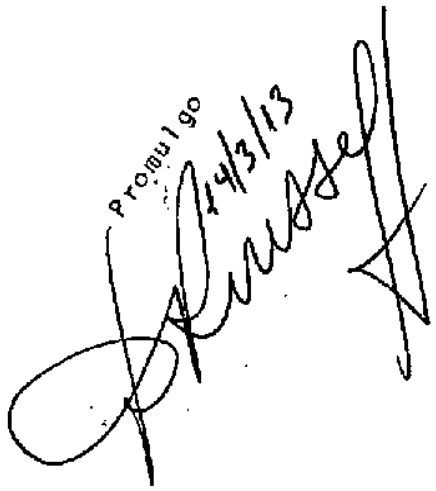
II - o inciso IV e o § 1º do art. 49 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010."

.....

Brasília, 14 de março de 2013; 192º da Independência e 125º da República.



LEI Nº 12.734, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012



Partes vetadas pela Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional do projeto que se transformou na Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012, que "modifica as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos royalties e da participação especial devidos em função da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, e para aprimorar o marco regulatório sobre a exploração desses recursos no regime de partilha".

.....

"Art. 2º .....

.....

'Art. 42-B. .....

I – .....

.....

d) .....

1. os recursos serão distribuídos somente para os Estados e, se for o caso, o Distrito Federal, que não tenham recebido recursos em decorrência do disposto na alínea "a" deste inciso, na alínea "a" do inciso II deste artigo, na alínea "a" do inciso II dos arts. 48 e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no inciso II do § 2º do art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997;

.....

3. o percentual que o FPE destina aos Estados e ao Distrito Federal, se for o caso, que serão excluídos do rateio dos recursos do fundo especial em decorrência do disposto no item 1 será redistribuído entre os demais Estados e o Distrito Federal, se for o caso, proporcionalmente às suas participações no FPE;

4. o Estado produtor ou confrontante, e o Distrito Federal, se for produtor, poderá optar por receber os recursos do fundo especial de que trata esta alínea, desde que não receba recursos em decorrência do disposto na alínea "a" deste inciso, na alínea "a" do inciso II deste artigo,

na alínea "a" do inciso II dos arts. 48 e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no inciso II do § 2º do art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997;

5. os recursos que Estados produtores ou confrontantes, ou que o Distrito Federal, se for o caso, tenham deixado de arrecadar em função da opção prevista no item 4 serão adicionados aos recursos do fundo especial de que trata esta alínea;

e) .....

1. os recursos serão distribuídos somente para os Municípios que não tenham recebido recursos em decorrência do disposto nas alíneas "b" e "c" deste inciso e do inciso II deste artigo, nas alíneas "b" e "c" do inciso II dos arts. 48 e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no inciso III do § 2º do art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997;

.....

3. o percentual que o FPM destina aos Municípios que serão excluídos do rateio dos recursos do fundo especial em decorrência do disposto no item 1 será redistribuído entre Municípios proporcionalmente às suas participações no FPM;

4. o Município produtor ou confrontante poderá optar por receber os recursos do fundo especial de que trata esta alínea, desde que não receba recursos em decorrência do disposto nas alíneas "b" e "c" deste inciso e do inciso II deste artigo, nas alíneas "b" e "c" do inciso II dos arts. 48 e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no inciso III do § 2º do art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997;

5. os recursos que Municípios produtores ou confrontantes tenham deixado de arrecadar em função da opção prevista no item 4 serão adicionados aos recursos do fundo especial de que trata esta alínea;

.....

II – .....

.....

d) .....

1. os recursos serão distribuídos somente para os Estados e, se for o caso, o Distrito Federal, que não tenham recebido recursos em decorrência do disposto na alínea "a" do inciso I e deste inciso II, na alínea "a" do inciso II dos arts. 48 e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no inciso II do § 2º do art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997;

.....

3. o percentual que o FPE destina aos Estados e ao Distrito Federal, se for o caso, que serão excluídos do rateio dos recursos do fundo especial em decorrência do disposto no item 1 será redistribuído entre os demais

Estados e o Distrito Federal, se for o caso, proporcionalmente às suas participações no FPE;

4. o Estado produtor ou confrontante, e o Distrito Federal, se for produtor, poderá optar por receber os recursos do fundo especial de que trata esta alínea, desde que não receba recursos em decorrência do disposto na alínea "a" do inciso I e deste inciso II, na alínea "a" do inciso II dos arts. 48 e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no inciso II do § 2º do art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997;

5. os recursos que Estados produtores ou confrontantes, ou que o Distrito Federal, se for o caso, tenham deixado de arrecadar em função da opção prevista no item 4 serão adicionados aos recursos do fundo especial de que trata esta alínea;

e) .....

1. os recursos serão distribuídos somente para os Municípios que não tenham recebido recursos em decorrência do disposto nas alíneas "b" e "c" do inciso I e deste inciso II, nas alíneas "b" e "c" do inciso II dos arts. 48 e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no inciso III do § 2º do art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997;

.....

3. o percentual que o FPM destina aos Municípios que serão excluídos do rateio dos recursos do fundo especial em decorrência do disposto no item 1 será redistribuído entre Municípios proporcionalmente às suas participações no FPM;

4. o Município produtor ou confrontante poderá optar por receber os recursos do fundo especial de que trata esta alínea, desde que não receba recursos em decorrência do disposto nas alíneas "b" e "c" do inciso I e deste inciso II, nas alíneas "b" e "c" do inciso II dos arts. 48 e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no inciso III do § 2º do art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997;

5. os recursos que Municípios produtores ou confrontantes tenham deixado de arrecadar em função da opção prevista no item 4 serão adicionados aos recursos do fundo especial de que trata esta alínea;

.....

§ 1º A soma dos valores referentes aos **royalties** devidos aos Municípios nos termos das alíneas "b" e "c" dos incisos I e II deste artigo, com os **royalties** devidos nos termos das alíneas "b" e "c" dos incisos I e II dos arts. 48 e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com a participação especial devida nos termos do inciso III do § 2º do art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, ficarão limitados ao maior dos seguintes valores:

I – os valores que o Município recebeu a título de **royalties** e participação especial em 2011;

II – 2 (duas) vezes o valor **per capita** distribuído pelo FPM, calculado em nível nacional, multiplicado pela população do Município.

§ 2º A parcela dos **royalties** de que trata este artigo que contribuiu para o valor que exceder o limite de pagamentos aos Municípios em decorrência do disposto no § 1º será transferida para o fundo especial de que trata a alínea "e" dos incisos I e II.

§ 3º Os pontos de entrega às concessionárias de gás natural produzido no País serão considerados instalações de embarque e desembarque, para fins de pagamento de **royalties** aos Municípios afetados por essas operações, em razão do disposto na alínea "c" dos incisos I e II.

§ 4º A opção dos Estados, Distrito Federal e Municípios de que trata o item 4 das alíneas "d" e "e" dos incisos I e II poderá ser feita após conhecido o valor dos **royalties** e da participação especial a serem distribuídos, nos termos do regulamento.'

'Art. 42-C. Os recursos do fundo especial de que tratam os incisos I e II do **caput** do art. 42-B terão a destinação prevista no art. 50-E da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.'"

"**Art. 3º** A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com as seguintes novas redações para os arts. 48, 49 e 50, e com os seguintes novos arts. 49-A, 49-B, 49-C, 50-A, 50-B, 50-C, 50-D , 50-E e 50-F:

'Art. 48. A parcela do valor dos **royalties**, previstos no contrato de concessão, que representar 5% (cinco por cento) da produção, correspondente ao montante mínimo referido no § 1º do art. 47, será distribuída segundo os seguintes critérios:

I – quando a lavra ocorrer em terra ou em lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres:

a) 70% (setenta por cento) aos Estados onde ocorrer a produção;

b) 20% (vinte por cento) aos Municípios onde ocorrer a produção; e

c) 10% (dez por cento) aos Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, na forma e critérios estabelecidos pela ANP;

II – quando a lavra ocorrer na plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva:

a) 20% (vinte por cento) para os Estados confrontantes;

b) 17% (dezessete por cento) para os Municípios confrontantes e respectivas áreas geoeconômicas, conforme definido nos arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 7.525, de 22 de julho de 1986;

c) 3% (três por cento) para os Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, na forma e critério estabelecidos pela ANP;

d) 20% (vinte por cento) para constituição de fundo especial, a ser distribuído entre Estados e o Distrito Federal, se for o caso, de acordo com os seguintes critérios:

1. os recursos serão distribuídos somente para os Estados e, se for o caso, o Distrito Federal, que não tenham recebido recursos em decorrência do disposto na alínea "a" dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, na alínea "a" deste inciso e do inciso II do art. 49 desta Lei e no inciso II do § 2º do art. 50 desta Lei;

2. o rateio dos recursos do fundo especial obedecerá às mesmas regras do rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), de que trata o art. 159 da Constituição;

3. o percentual que o FPE destina aos Estados e ao Distrito Federal, se for o caso, que serão excluídos do rateio dos recursos do fundo especial em decorrência do disposto no item 1 será redistribuído entre os demais Estados e o Distrito Federal, se for o caso, proporcionalmente às suas participações no FPE;

4. o Estado produtor ou confrontante, e o Distrito Federal, se for produtor, poderá optar por receber os recursos do fundo especial de que trata esta alínea, desde que não receba recursos em decorrência do disposto na alínea "a" dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, na alínea "a" deste inciso e do inciso II do art. 49 desta Lei e no inciso II do § 2º do art. 50 desta Lei;

5. os recursos que Estados produtores ou confrontantes, ou que o Distrito Federal, se for o caso, tenham deixado de arrecadar em função da opção prevista no item 4 serão adicionados aos recursos do fundo especial de que trata esta alínea;

e) 20% (vinte por cento) para constituição de fundo especial, a ser distribuído entre os Municípios de acordo com os seguintes critérios:

1. os recursos serão distribuídos somente para os Municípios que não tenham recebido recursos em decorrência do disposto nas alíneas "b" e "c" dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, nas alíneas "b" e "c" deste inciso e do inciso II do art. 49 desta Lei e no inciso III do § 2º do art. 50 desta Lei;

2. o rateio dos recursos do fundo especial obedecerá às mesmas regras do rateio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), de que trata o art. 159 da Constituição;

3. o percentual que o FPM destina aos Municípios que serão excluídos do rateio dos recursos do fundo especial em decorrência do disposto no item 1 será redistribuído entre Municípios proporcionalmente às suas participações no FPM;

4. o Município produtor ou confrontante poderá optar por receber os recursos do fundo especial de que trata esta alínea, desde que não receba

recursos em decorrência do disposto nas alíneas "b" e "c" dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, nas alíneas "b" e "c" deste inciso e do inciso II do art. 49 desta Lei e no inciso III do § 2º do art. 50 desta Lei;

5. os recursos que Municípios produtores ou confrontantes tenham deixado de arrecadar em função da opção prevista no item 4 serão adicionados aos recursos do fundo especial de que trata esta alínea;

f) 20% (vinte por cento) para a União, a ser destinado ao Fundo Social, instituído por esta Lei, deduzidas as parcelas destinadas aos órgãos específicos da Administração Direta da União, nos termos do regulamento do Poder Executivo.

§ 1º A soma dos valores referentes aos **royalties** devidos aos Municípios nos termos das alíneas "b" e "c" dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, com os **royalties** devidos nos termos das alíneas "b" e "c" dos incisos I e II deste art. 48 e do art. 49 desta Lei, com a participação especial devida nos termos do inciso III do § 2º do art. 50 desta Lei, ficarão limitados ao maior dos seguintes valores:

I – os valores que o Município recebeu a título de **royalties** e participação especial em 2011;

II – 2 (duas) vezes o valor **per capita** distribuído pelo FPM, calculado em nível nacional, multiplicado pela população do Município.

§ 2º A parcela dos **royalties** de que trata este artigo que contribuir para o que exceder o limite de pagamentos aos Municípios em decorrência do disposto no § 1º será transferida para o fundo especial de que trata a alínea "e" do inciso II.

§ 3º Os pontos de entrega às concessionárias de gás natural produzido no País serão considerados instalações de embarque e desembarque, para fins de pagamento de **royalties** aos Municípios afetados por essas operações, em razão do disposto na alínea "c" dos incisos I e II.

§ 4º A opção dos Estados, Distrito Federal e Municípios de que trata o item 4 das alíneas "d" e "e" do inciso II poderá ser feita após conhecido o valor dos **royalties** e da participação especial a serem distribuídos, nos termos do regulamento.' (NR)

'Art. 49. .....

I – .....

.....

d) 25% (vinte e cinco por cento) para a União, a ser destinado ao Fundo Social, instituído por esta Lei, deduzidas as parcelas destinadas aos órgãos específicos da Administração Direta da União, nos termos do regulamento do Poder Executivo;

II – .....

a) 20% (vinte por cento) para os Estados confrontantes;

b) 17% (dezessete por cento) para os Municípios confrontantes e respectivas áreas geoeconômicas, conforme definido nos arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 7.525, de 22 de julho de 1986;

c) 3% (três por cento) para os Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembárque de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, na forma e critério estabelecidos pela ANP;

d) 20% (vinte por cento) para constituição de fundo especial, a ser distribuído entre Estados e o Distrito Federal, se for o caso, de acordo com os seguintes critérios:

1. os recursos serão distribuídos somente para os Estados e, se for o caso, o Distrito Federal, que não tenham recebido recursos em decorrência do disposto na alínea "a" dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, na alínea "a" deste inciso e do inciso II do art. 48 desta Lei e no inciso II do § 2º do art. 50 desta Lei;

2. o rateio dos recursos do fundo especial obedecerá às mesmas regras do rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), de que trata o art. 159 da Constituição;

3. o percentual que o FPE destina aos Estados e ao Distrito Federal, se for o caso, que serão excluídos do rateio dos recursos do fundo especial em decorrência do disposto no item 1 será redistribuído entre os demais Estados e o Distrito Federal, se for o caso, proporcionalmente às suas participações no FPE;

4. o Estado produtor ou confrontante, e o Distrito Federal, se for produtor, poderá optar por receber os recursos do fundo especial de que trata esta alínea, desde que não receba os recursos referidos no item 1;

5. os recursos que Estados produtores ou confrontantes, ou que o Distrito Federal, se for o caso, tenham deixado de arrecadar em função da opção prevista no item 4 serão adicionados aos recursos do fundo especial de que trata esta alínea;

e) 20% (vinte por cento) para constituição de fundo especial, a ser distribuído entre os Municípios de acordo com os seguintes critérios:

1. os recursos serão distribuidos somente para os Municípios que não tenham recebido recursos em decorrência do disposto nas alíncas "b" e "c" dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, nas alíneas "b" e "c" deste inciso e do inciso II do art. 48 desta Lei e no inciso III do § 2º do art. 50 desta Lei;

2. o rateio dos recursos do fundo especial obedecerá às mesmas regras do rateio do FPM, de que trata o art. 159 da Constituição;

3. o percentual que o FPM destina aos Municípios que serão excluídos do rateio dos recursos do fundo especial em decorrência do disposto no

item 1 será redistribuído entre Municípios proporcionalmente às suas participações no FPM;

4. o Município produtor ou confrontante poderá optar por receber os recursos do fundo especial de que trata esta alínea, desde que não receba os recursos referidos no item 1;

5. os recursos que Municípios produtores ou confrontantes tenham deixado de arrecadar em função da opção prevista no item 4 serão adicionados aos recursos do fundo especial de que trata esta alínea;

f) 20% (vinte por cento) para a União, a ser destinado ao Fundo Social, instituído por esta Lei, deduzidas as parcelas destinadas aos órgãos específicos da Administração Direta da União, nos termos do regulamento do Poder Executivo.

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado).

§ 3º (Revogado).

§ 4º A soma dos valores referentes aos **royalties** devidos aos Municípios nos termos das alíneas "b" e "c" dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, com os **royalties** devidos nos termos das alíneas "b" e "c" dos incisos I e II deste artigo c do art. 48 desta Lei, com a participação especial devida nos termos do inciso III do § 2º do art. 50 desta Lei, ficarão limitados ao maior dos seguintes valores:

I – os valores que o Município recebeu a título de **royalties** e participação especial em 2011;

II – 2 (duas) vezes o valor **per capita** distribuído pelo FPM, calculado em nível nacional, multiplicado pela população do Município.

§ 5º A parcela dos **royalties** de que trata este artigo que contribuir para o valor que exceder o limite de pagamentos aos Municípios em decorrência do disposto no § 4º será transferida para o fundo especial de que trata a alínea "e" do inciso II.

§ 6º A opção dos Estados, Distrito Federal e Municípios de que trata o item 4 das alíneas "d" e "e" do inciso II poderá ser feita após conhecido o valor dos **royalties** e da participação especial a serem distribuídos, nos termos do regulamento.

§ 7º Os pontos de entrega às concessionárias de gás natural produzido no País serão considerados instalações de embarque e desembarque, para fins de pagamento de **royalties** aos Municípios afetados por essas operações, em razão do disposto na alínea "c" dos incisos I e II.' (NR)

'Art. 49-A. Os percentuais de distribuição a que se referem a alínea "b" do inciso II do art. 48 e a alínea "b" do inciso II do art. 49 serão reduzidos:

I – em 2 (dois) pontos percentuais em 2013 e em cada ano subsequente até 2018, quando alcançará 5% (cinco por cento);

II – em 1 (um) ponto percentual em 2019, quando alcançará o mínimo de 4% (quatro por cento).

Parágrafo único. A partir de 2019, o percentual de distribuição a que se refere este artigo será de 4% (quatro por cento).'

'Art. 49-B. Os percentuais de distribuição a que se referem a alínea "d" do inciso II do art. 48 e a alínea "d" do inciso II do art. 49 serão acrescidos:

I – em 1 (um) ponto percentual em 2013 e em cada ano subsequente até atingir 24% (vinte e quatro por cento) em 2016;

II – em 1,5 (um inteiro e cinco décimos) de ponto percentual em 2017, quando atingirá 25,5% (vinte e cinco inteiros e cinco décimos por cento);

III – em 1 (um) ponto percentual em 2018, quando atingirá 26,5% (vinte e seis inteiros e cinco décimos por cento);

IV – em 0,5 (cinco décimos) de ponto percentual em 2019, quando atingirá o máximo de 27% (vinte e sete por cento).

Parágrafo único. A partir de 2019, o percentual de distribuição a que se refere este artigo será de 27% (vinte e sete por cento).'

'Art. 49-C. Os percentuais de distribuição a que se referem a alínea "e" do inciso II do art. 48 e a alínea "e" do inciso II do art. 49 serão acrescidos:

I – em 1 (um) ponto percentual em 2013 e em cada ano subsequente até atingir 24% (vinte e quatro por cento) em 2016;

II – em 1,5 (um inteiro e cinco décimos) de ponto percentual em 2017, quando atingirá 25,5% (vinte e cinco inteiros e cinco décimos por cento);

III – em 1 (um) ponto percentual em 2018, quando atingirá 26,5% (vinte e seis inteiros e cinco décimos por cento);

IV – em 0,5 (cinco décimos) de ponto percentual em 2019, quando atingirá o máximo de 27% (vinte e sete por cento).

Parágrafo único. A partir de 2019, o percentual de distribuição a que se refere este artigo será de 27% (vinte e sete por cento).'

'Art. 50. .....

.....

§ 2º .....

I – 42% (quarenta e dois por cento) à União, a ser destinado ao Fundo Social, instituído pela Lei nº 12.351, de 2010, deduzidas as parcelas destinadas aos órgãos específicos da Administração Direta da União, nos termos do regulamento do Poder Executivo;

II – 34% (trinta e quatro por cento) para o Estado onde ocorrer a produção em terra, ou confrontante com a plataforma continental onde se realizar a produção;

III – 5% (cinco por cento) para o Município onde ocorrer a produção em terra, ou confrontante com a plataforma continental onde se realizar a produção;

IV – 9,5% (nove inteiros e cinco décimos por cento) para constituição de fundo especial, a ser distribuído entre Estados e o Distrito Federal, se for o caso, de acordo com os seguintes critérios:

a) os recursos serão distribuídos somente para os Estados e, se for o caso, o Distrito Federal, que não tenham recebido recursos em decorrência do disposto na alínea "a" dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, na alínea "a" do inciso II dos arts. 48 e 49 desta Lei e no inciso II do § 2º deste artigo;

b) o rateio dos recursos do fundo especial obedecerá às mesmas regras do rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), de que trata o art. 159 da Constituição;

c) o percentual que o FPE destina aos Estados e ao Distrito Federal, se for o caso, que serão excluídos do rateio dos recursos do fundo especial em decorrência do disposto na alínea "a" será redistribuído entre os demais Estados e o Distrito Federal, se for o caso, proporcionalmente às suas participações no FPE;

d) o Estado produtor ou confrontante, e o Distrito Federal, se for produtor, poderá optar por receber os recursos do fundo especial de que trata este inciso, desde que não receba recursos em decorrência do disposto na alínea "a" dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, na alínea "a" do inciso II dos arts. 48 e 49 desta Lei e no inciso II do § 2º deste artigo;

e) os recursos que Estados produtores ou confrontantes, ou que o Distrito Federal, se for o caso, tenham deixado de arrecadar em função da opção prevista na alínea "d" serão adicionados aos recursos do fundo especial de que trata este inciso;

V – 9,5% (nove inteiros e cinco décimos por cento) para constituição de fundo especial, a ser distribuído entre os Municípios de acordo com os seguintes critérios:

a) os recursos serão distribuídos somente para os Municípios que não tenham recebido recursos em decorrência do disposto nas alíneas "b" e "c" dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, nas alíneas "b" e "c" do inciso II dos arts. 48 e 49 desta Lei e no inciso III do § 2º deste artigo;

b) o rateio dos recursos do fundo especial obedecerá às mesmas regras do rateio do FPM, de que trata o art. 159 da Constituição;

c) o percentual que o FPM destina aos Municípios que serão excluídos do rateio dos recursos do fundo especial em decorrência do disposto na

alínea "a" será redistribuído entre Municípios proporcionalmente às suas participações no FPM;

d) o Município produtor ou confrontante poderá optar por receber os recursos do fundo especial de que trata este inciso, desde que não receba recursos em decorrência do disposto nas alíneas "b" e "c" dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, nas alíneas "b" e "c" do inciso II dos arts. 48 e 49 desta Lei e no inciso III do § 2º deste artigo;

e) os recursos que Municípios produtores ou confrontantes tenham deixado de arrecadar em função da opção prevista na alínea "d" serão adicionados aos recursos do fundo especial de que trata este inciso.

§ 3º .....

§ 4º (Revogado).

§ 5º A soma dos valores referentes aos **royalties** devidos aos Municípios nos termos das alíneas "b" e "c" dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, com os **royalties** devidos nos termos das alíneas "b" e "c" dos incisos I e II dos arts. 48 e 49 desta Lei, com a participação especial devida nos termos do inciso III do § 2º deste artigo, ficarão limitados ao maior dos seguintes valores:

I – os valores que o Município recebeu a título de **royalties** e participação especial em 2011;

II – 2 (duas) vezes o valor **per capita** distribuído pelo FPM, calculado em nível nacional, multiplicado pela população do Município.

§ 6º A opção dos Estados, Distrito Federal e Municípios de que trata a alínea "d" dos incisos IV e V poderá ser feita após conhecido o valor dos **royalties** e da participação especial a serem distribuídos, nos termos do regulamento.

§ 7º A parcela da participação especial que contribuir para o valor que exceder o limite de pagamentos aos Municípios em decorrência do disposto no § 5º será transferida para o fundo especial de que trata o inciso V do § 2º.' (NR)

'Art. 50-A. O percentual de distribuição a que se refere o inciso I do § 2º do art. 50 será acrescido de 1 (um) ponto percentual em 2013 e em cada ano subsequente até 2016, quando alcançará 46% (quarenta e seis por cento).

Parágrafo único. A partir de 2016, o percentual de distribuição a que se refere este artigo será de 46% (quarenta e seis por cento).'

'Art. 50-B. O percentual de distribuição a que se refere o inciso II do § 2º do art. 50 será reduzido:

I – em 2 (dois) pontos percentuais em 2013, quando atingirá 32% (trinta e dois por cento);

II – em 3 (três) pontos percentuais em 2014 e em 2015, quando atingirá 26% (vinte e seis por cento);

III – em 2 (dois) pontos percentuais em 2016, em 2017 e em 2018, quando atingirá 20% (vinte por cento).

Parágrafo único. A partir de 2018, o percentual de distribuição a que se refere este artigo será de 20% (vinte por cento).'

'Art. 50-C. O percentual de distribuição a que se refere o inciso III do § 2º do art. 50 será reduzido em 1 (um) ponto percentual em 2019, quando atingirá 4% (quatro por cento).

Parágrafo único. A partir de 2019, o percentual de distribuição a que se refere este artigo será de 4% (quatro por cento).'

'Art. 50-D. O percentual de distribuição a que se refere o inciso IV do § 2º do art. 50 será acrescido:

I – em 0,5 (cinco décimos) de ponto percentual em 2013, quando atingirá 10% (dez por cento);

II – em 1 (um) ponto percentual em 2014 e em 2015, quando atingirá 12% (doze por cento);

III – em 0,5 (cinco décimos) de ponto percentual em 2016, quando atingirá 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento);

IV – em 1 (um) ponto percentual em 2017 e em 2018, quando atingirá 14,5% (quatorze inteiros e cinco décimos por cento);

V – em 0,5 (cinco décimos) de ponto percentual em 2019, quando atingirá 15% (quinze por cento).

Parágrafo único. A partir de 2019, o percentual de distribuição a que se refere este artigo será de 15% (quinze por cento).'

'Art. 50-E. O percentual de distribuição a que se refere o inciso V do § 2º do art. 50 será acrescido:

I – em 0,5 (cinco décimos) de ponto percentual em 2013, quando atingirá 10% (dez por cento);

II – em 1 (um) ponto percentual em 2014 e em 2015, quando atingirá 12% (doze por cento);

III – em 0,5 (cinco décimos) de ponto percentual em 2016, quando atingirá 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento);

IV – em 1 (um) ponto percentual em 2017 e em 2018, quando atingirá 14,5% (quatorze inteiros e cinco décimos por cento);

V – em 0,5 (cinco décimos) de ponto percentual em 2019, quando atingirá 15% (quinze por cento).

Parágrafo único. A partir de 2019, o percentual de distribuição a que se refere este artigo será de 15% (quinze por cento).'

'Art. 50-F. O fundo especial de que tratam as alíneas "d" e "e" do inciso II dos arts. 48 e 49 desta Lei, os incisos IV e V do § 2º do art. 50 desta Lei e as alíneas "d" e "e" dos incisos I e II do art. 42-B da Lei

nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, serão destinados para as áreas de educação, infraestrutura social e econômica, saúde, segurança, programas de erradicação da miséria e da pobreza, cultura, esporte, pesquisa, ciência e tecnologia, defesa civil, meio ambiente, em programas voltados para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, e para o tratamento e reinserção social dos dependentes químicos.

Parágrafo único. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios encaminharão anexo contendo a previsão para a aplicação dos recursos de que trata o **caput** junto aos respectivos planos plurianuais, leis de diretrizes orçamentárias e leis do orçamento anual.'"

"**Art. 4º** Revogam-se:

I – os §§ 1º, 2º e 3º do art. 49 e o § 4º do art. 50, todos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e

II – o inciso IV e o § 1º do art. 49 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010."

.....

Senado Federal, em 14 de março de 2013.

Senador Renan Calheiros
Presidente

Aviso nº 190 - C. Civil.

Em 14 de março de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Promulgação.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República na qual comunica que promulgou as partes vetadas do Projeto de Lei nº 2.565, de 2011 (nº 448/11 no Senado Federal), transformado na Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012, restituindo dois autógrafos.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Encaminhe-se à Câmara dos Deputados um exemplar do autógrafo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Pedindo mais a compreensão da oradora que está na tribuna, querida Senadora Vanessa, leio mais um expediente:

A Presidência comunica ao Plenário que encaminhou à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, nos termos do parágrafo único do art. 20 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, que *cria o Programa Senado Jovem Brasileiro, no âmbito do Senado Federal*, as Sugestões de nºs 1 a 6, de 2013, resultantes dos **Projetos de Lei do Senado Jovem nºs 1 a 6, de 2012**.

As matérias serão apreciadas conforme o disposto no inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Senadora Vanessa, V. Exª está com a palavra, para uma comunicaçao inadiável, pelo tempo de 5 minutos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, Srs. Senadores, companheiros e companheiras, hoje, pela manhã, na Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa, a CAE, presidida pelo Senador Lindbergh Farias, tivemos uma audiência pública que considero das mais importantes: a participação de Governadores de oito Estados brasileiros, Sr. Presidente. Lá estavam o Vice-Governador, Governador em exercício do Estado do Pará; o Governador Puccinelli, do Estado do Mato Grosso do Sul; o Governador Wilson Martins, do Piauí; o Governador Tarso Genro, do Rio Grande do Sul; o Governador Alckmin, de São Paulo; o Governador Perillo, do Estado de Goiás, Estado do Senador Cyro, que aqui está, Presidente da Comissão de Educação, e o Governador do Espírito Santo, Governador Casagrande, além do Governador Omar Aziz, do meu querido Estado do Amazonas.

Sr. Presidente, o debate centrou-se no Projeto de Resolução nº 1, de 2013, assim como na Medida Provisória nº 599, de dezembro de 2012. Tanto o projeto de resolução quanto a medida provisória – e a medida provisória está vinculada à aprovação do Projeto de Resolução nº 1, de 2013 – tratam da mudança nas regras do maior tributo estadual, que é o ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

Esse não é um debate novo no Congresso Nacional. É um debate que se trava há muito tempo. Entretanto, agora ele aparece de uma forma mais clara, de uma forma mais lúcida.

Creio que a urgência no debate dessa matéria deve-se ao fato de que a guerra fiscal estabelecida no Brasil, cujo principal instrumento é o ICMS, já foi julgada inúmeras vezes pelo Supremo Tribunal Federal, órgão que decidiu pela publicação de uma súmula vinculante que considera inconstitucional – como de fato são – todos os incentivos fiscais concedidos pelos Estados brasileiros.

E inconstitucional, Sr. Presidente, porque, de acordo com a legislação brasileira, para que esses incentivos fiscais concedidos com tributos estaduais vigorem e sejam considerados legais, têm necessariamente que ter a aprovação do Confaz, que é o Conselho Fazendário que reúne todas as Secretarias de Fazenda de todos os Estados brasileiros. E, na sua grande maioria, senão na sua totalidade, todos esses incentivos ocorrem à margem da lei.

Em decorrência disso é que se criou no Brasil, também nesse aspecto, uma insegurança jurídica muito grande, a ponto de que ou nós mudamos as regras do ICMS ou o Supremo Tribunal Federal colocará, como já tem feito, fim, de uma vez por todas, à guerra fiscal estabelecida no Brasil.

Entretanto, debater a matéria não é um assunto simples, nem é um assunto fácil, porque coloca os interesses de todos os Estados sobre a mesa, e, quando alguns ganham, obviamente esses ganhos representam, naturalmente, a perda de outros.

Então, daí, Sr. Presidente, é que nós precisamos discutir de onde, quando e por que veio a guerra fiscal e por que hoje ela vigora de uma forma que é adotada por quase todas as unidades da nossa Federação brasileira. Porque tem sido...

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – ...a guerra fiscal, por mais incrível que isso possa parecer, o instrumento mais efetivo de desenvolvimento regional.

Foi dessa forma que se desconcentraram investimentos em nosso País, que, no geral, não saíam das Regiões Sudeste e Sul do Brasil.

Então, Governadores do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste passaram a lançar mão desse mecanismo também para atrair incentivos para os seus Estados e, de fato, isso vem ocorrendo nos últimos tempos. E, com o fim dessa guerra fiscal, que é necessário, eu considero isso como necessário também, precisamos discutir uma nova legislação que não apenas garanta a perda, a reposição de uma perda de arrecadação que possa vir a ocorrer em algumas unidades da Federação, mas há que se pensar também na continuidade do processo de desenvolvimento econômico e social

dessas unidades mais pobres da Federação, e, assim, seguir trabalhando pela construção de um Brasil mais igual, sem tantas diferenças regionais, que é o que nos marca hoje.

Pensando nisso, o projeto de lei já embute em si uma exceção para a Zona Franca de Manaus, assim como para a comercialização de gás natural. E, em relação à Zona Franca de Manaus, a exceção é porque nós, efetivamente, somos a única exceção do Brasil. O Brasil tem uma Zona Franca, e essa é a Zona Franca de Manaus, que só alcançou o desenvolvimento atingido graças aos incentivos fiscais a ela concedidos, ou seja, à capacidade de ela conceder os incentivos fiscais.

Então, o projeto de resolução prevê e a medida provisória...

(Soa a campainha.)

A SRA VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – ...apenas repete isto, um percentual de ICMS diferenciado para o Amazonas. E a participação do Governador hoje foi muito importante, porque tem alguns que tratam a Zona Franca de uma forma pejorativa e mostrando não só discordância, mas um desconhecimento completo.

Primeiro, a Zona Franca não é um galpão de montagem. A Zona Franca tem indústrias que efetivam o processo produtivo e de inovação já. Segundo, Sr. Presidente, esses incentivos fiscais garantem não apenas o desenvolvimento àqueles que têm um emprego direto nas fábricas, mas de toda uma região, da Amazônia Ocidental e parte do Estado do Amapá. E tem sido o mecanismo principal de defesa do meio ambiente, Senador Jorge, e aí falo para o nosso Presidente, que, hoje Senador, mas que já dirigiu...

(Soa a campainha.)

A SRA VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – ...o Estado vizinho do Acre, por dois mandatos, por oito anos, e sabe o Senador Jorge Viana da importância da Zona Franca. E nós sabemos como cada um dos Estados do Norte – Acre, Pará, Rondônia – gostariam de sediar no seu território, também, um modelo semelhante à Zona Franca de Manaus.

Então, quero dizer que a exposição do Governador deixou claro isto: como um modelo é importante não só para o Amazonas e não só para a região, mas para o Brasil inteiro.

E não há de ter oposição a Zona Franca de Manaus, porque nós não ameaçamos ninguém, nem o Sudeste, nem o Sul, nem o Nordeste. A Zona Franca não é ameaça a ninguém. Apesar de ter quase 20% do território brasileiro, é o maior Estado do Brasil, representa um pouco mais de 1%, em torno de 1,6%, do PIB brasileiro.

E quero dizer, Sr. Presidente, que, para que esse projeto – talvez em um minuto eu consiga concluir, se V. Exª gentilmente...

(Interrupção do som.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – ...que o que precisamos fazer, porque o projeto prevê que, até 2025, haverá uma diferença entre Estados da Região Norte, Nordeste, Centro-Oeste e mais Espírito Santo, em relação ao Sul e ao Sudeste. E que, a partir do ano de 2026, essa diferença acabará.

Eu penso, Sr. Presidente, que, mesmo no ano de 2025, nós não poderemos acabar com as diferenças, porque são regiões efetivamente diferentes. E, para que construamos um Brasil igual, temos de, em primeiro lugar, tratar de forma desigual aquelas desigualdades que se apresentam diante de nós.

Então, acho que, a partir de uma construção mais ou menos nesse caminho e da exceção da Zona Franca de Manaus, conseguiremos construir condições políticas para aprovar um projeto tão importante para todo o Brasil, levando em consideração, repito, a necessidade do desenvolvimento regional das...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT– AC) – Cumprimento a querida Senadora Vanessa Grazziotin.

Por permuta com o Senador Cícero Lucena, quarto orador inscrito, o Senador Cyro Miranda, nosso querido amigo Senador, do Estado de Goiás.

V. Exª dispõe do tempo regimental de 10 minutos, caro Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana, que preside esta sessão.

Srªs e Srs. Senadores, Rádio Senado, TV Senado, Agência Senado, senhoras e senhores, sem memória nacional, não há nação! Sem memória nacional não há povo, nem cidadania!

A Nação, o povo e a cidadania consolidam-se em torno da história que determinado grupo humano, unido por valores comuns, constrói ao longo dos séculos.

Por isso, Sr. Presidente, é extremamente grave o que se revela em matéria publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, sob o título "Memória em risco".

É difícil aceitar que um temporal que atingiu a cidade do Rio de Janeiro tenha danificado parte dos documentos do Arquivo Nacional.

O Arquivo Nacional, que deveria ser exemplo para as demais instituições dessa natureza, lamentavelmente, não o é. Ao que parece, conta com a sorte, mais que com o planejamento estratégico, para preservar o acervo.

Foram atingidos documentos originais do Tribunal de Segurança Nacional do governo de Getúlio Vargas, de 1930 a 1945. Foram danificados, também, papéis do Serviço de Informação do Ministério da Justiça com registro do regime militar e documentos sobre os negócios da época do reinado de D. João VI, além de registros do Marquês de Barbacena. Os documentos da Lei Áurea só não foram atingidos porque estavam em exposição numa sala a salvo do alagamento.

O patrimônio cultural de um povo, Senadora Grazziotin, e de uma nação não se reduz, é claro, aos fatos e acontecimentos de governo, tampouco aos feitos dos heróis nacionais.

A historiografia contemporânea, baseada na etnologia e na etnografia, é muito mais abrangente. Ao historiador moderno importam os hábitos e os costumes comezinhos. Estes são capazes de retratar os pormenores da vida cotidiana de nosso povo e de nossa gente; dão um colorido e traçam um cenário mais próximo da realidade do passado.

Mas a maior fonte desse passado, que nos faz povo, Nação e cidadãos, é, sem qualquer sombra de dúvida, a documentação: os registros guardados em arquivos e museus.

Preservados na integridade, os documentos permitem um constante revisitar do passado para compreendê-lo nas minúcias dos acontecimentos.

Quando se fala em documentação, não se pode ter um olhar restrito aos acordos e tratados, aos planos e projetos. A memória de um povo escreve-se e descreve-se, também, nas linhas e entrelinhas de certidões de nascimento, casamento e óbito, nos contratos de compra e venda e numa infinidade de fontes.

Basta ver o quão importante se mostrou o trabalho de Alcântara Machado ao mergulhar no detido exame de documentos cartoriais, reveladores de hábitos, costumes e crenças da sociedade de São Paulo, do século XVI ao século XVIII.

O fato lamentável, nesse episódio do Arquivo Nacional, é que não há uma política pública bem definida e eficaz no sentido de preservar o acervo documental existente nos arquivos públicos e museus.

Parece-nos evidente que documentos da importância dos que foram atingidos no Arquivo Nacional devessem estar a salvo de toda e qualquer intempérie.

Quando se perde uma peça do passado, perde-se também uma memória, uma passagem, um fato ou um feito, por mais restrito que seja.

Um prédio que abriga a Memória Nacional precisa ser corretamente mantido para que não se coloque em risco um patrimônio de valor inestimável, que, quando perdido, causa um dano irreparável.

De acordo com depoimentos de servidores, o que se viu no Arquivo Nacional, Srªs e Srs. Senadores, foi uma cachoeira descendo do teto. E isso tem ocorrido há muito tempo!

Uma bela construção do século XIX, o Arquivo Nacional tem apresentado problemas estruturais importantes que requerem atenção constante e permanente. Mas a lógica aqui é a mesma de sempre: emenda aqui, emenda aqui, remenda acolá e vai-se rezando para São Pedro ajudar.

As inundações do prédio têm se repetido ao longo dos anos e, a cada novo temporal, há um novo prejuízo. Ora, sabemos que, todos os anos, nós estamos sujeitos a essas intempéries.

A direção do Arquivo Nacional, como outras autoridades de governo, já se acostumou a encontrar desculpas. Dizem que foi pedido um milhão e seiscentos mil reais ao Ministério da Justiça, que é responsável pelo Arquivo, para as obras emergenciais. Mas o pedido ainda não foi atendido.

E aqui abro parênteses para dizer que estamos convidando o Ministro da Justiça para, na Comissão de Educação, prestar esses esclarecimentos.

No ano passado, foi a vez da Biblioteca Nacional, que, em razão da ruptura de um duto de ar condicionado, teve atingidos exemplares de jornais e obras antigas.

Esses lamentáveis episódios revelam que o Governo não tem o devido zelo na preservação da memória nacional. Há uma preponderante cultura de improviso e remendos. É como se tudo seguisse essa ótica reativa da equipe econômica, que, sem rumo e planejamento, tenta controlar a inflação com a retirada de um imposto aqui e um incentivo acolá.

Esta forma caótica de gerir a economia do Brasil poderá ser corrigida por governos centrados na gestão por resultados. Mas o estrago feito pelo descaso na preservação da memória nacional é irreparável. Não tem volta!

Srªs e Srs. Senadores, perder um documento de qualquer momento da história brasileira cria uma fissura na reconstrução do passado.

Os historiadores, que se debruçam sobre a nossa memória, munidos da lente clínica voltada à observação dos detalhes de cada episódio, sabem como a perda de um documento pode colocar em risco todo um trabalho de entender a história da sociedade de cada período.

Um documento perdido pode quebrar o elo de uma cadeia de acontecimentos que jamais poderá ser reconstituída.

Por isso, queremos e devemos deixar aqui o nosso protesto contra a forma como a memória nacional tem sido preservada como legado às futuras gerações.

O Brasil moderno e contemporâneo não pode prescindir de qualquer documento que lhe delineie a história, os fatos, os feitos e os costumes dos diversos momentos da historiografia nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento V. Exª, Senador Cyro Miranda pelo seu pronunciamento.

Convido para fazer uso da palavra, como orador inscrito, o Senador Alvaro Dias.

Dispõe V. Exª do tempo regimental de dez minutos Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Sempre Líder do PSDB nesta Casa.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, Srªs e Srs. Senadoras, o governo lançou, na última quinta-feira, seguindo o ritual de festividade regado a pompa e circunstância, mais um pacote bilionário de incentivos. Dessa vez o mote foi o Plano Inova Empresa, cujo objetivo anunciado é tornar as nossas indústrias mais competitivas no mercado global por intermédio da inovação tecnológica e aumento da produtividade.

A profusão de pacotes lançados nos remete a uma corrida de 100 metros rasos – modalidade olímpica do atletismo, considerada a principal prova das corridas de velocidade. Conforme detalhou Sua Excelência a Presidente Dilma, os recursos alcançam R$32,9 bilhões e serão direcionados às empresas de todos os portes dos setores industrial, agrícola e de serviços.

O governo mantém a conhecida estrategia: lançamentos espetaculosos que depois frustram ou caem no esquecimento da sociedade brasilseira pela ausencia de resultados concretos. Eu repito o que tenho dito inúmeras vezes nestes anos: o Governo é muito bom de anúncio, mas é péssimos de execução.

Nós vamos verificar no texto desse discurso a opinião de especialistas a respeito desse novo evento administrativo que faz parte do *marketing* oficial que leva a Presidente, nos últimos dias, a adotar uma postura mais ousada em matéria de publicidade, obviamente já na esteira do projeto de poder, tendo em vista estarmos nos aproximando do pleito eleitoral de 2014.

A gênese do conceito de inovação nos foi legada por Joseph Schumpeter. Inovar é "produzir outras coisas, ou as mesmas coisas de outra maneira, combinar diferentemente materiais e forças, enfim, realizar novas combinações". Com o passar do tempo, o referido economista aprofundou sua análise das fontes de inovação.

Em nossos dias, como destacam os professores doutores Marcos Paulo Fuck e Anapatrícia Morales Vilha, das universidades federais do Paraná e do ABC, "(...) inovação, especialmente a inovação tecnológica, é tida atualmente como essencial nas estratégias de diferenciação, competitividade e crescimento em um número cada vez maior de negócios".

O lançamento de um pacote de R$32,9 bilhões para a inovação no País – Plano Inova Empresa – mereceu esmerada análise de Rafael Levy, engenheiro elétrico graduado pela Unicamp, com especialização em telecomunicações pelo Instituto Nacional de Ciências Aplicadas de Lyon, na França, pós-graduação em administração de empresas pela FGV/SP, com especialização em Inovação e formação em *Open Innovation* na Universidade da Califórnia-Berkeley.

Segundo Rafael Levy, ao comentar o lançamento do pacote de inovação, a "alta cifra levanta questionamentos sobre o estado da inovação no Brasil e os caminhos que o poder público tem encontrado para fomentá-la".

Como tão bem identifica o especialista, o Plano Inova Empresa, "que seria uma oportunidade para propor uma reforma ampla de gestão, basicamente se resume a injetar um volume maior de recursos nas linhas de trabalho já existentes" – ou seja, sem inovação alguma.

O aporte de R$32,9 bilhões não é a solução mágica que o fomento à inovação necessita.

Diz Rafael Levy:

> *O lançamento do pacote pelo Governo Federal nesse contexto torna ainda mais relevante a reflexão sobre se a medida será capaz de aperfeiçoar o modelo brasileiro de incentivo à inovação ou se irá se restringir a aumentar o volume de recursos, sobrecarregando a capacidade operacional das agências. Esse aspecto torna-se crítico, uma vez que boa parte das iniciativas bilionárias iá criadas anteriormente tiveram falhas na implementação, não atingindo as expectativas e apresentando resultados questionáveis.*

Vejamos alguns exemplos citados pelo especialista:

> *Em 2009, foi anunciado R$1,4 bilhão para o Primeira Empresa Inovadora (Prime) com objetivo de investir em novos negócios inovadores. Na prática, a execução orçamentaria do programa não chegou a 12% do esperado, ficando em cerca de R$160 milhões e o programa foi extinto logo em seu primeiro ano.*

Já o programa de subvenção económica, que desde 2006 vinha oferecendo anualmente de R$400 a R$500 milhões de recursos não-reembolsáveis diretamente para as empresas, foi descontinuado em 2012. A iniciativa atingiu recordes de demanda por parte das grandes empresas, mas parece ter sido totalmente extinto, estando limitado agora ao Tecnova, cujo foco é apenas nas pequenas empresas.

Também no que se refere a incentivos fiscais, pode-se ver uma estagnação na evolução do programa. O valor total de investimentos em P&D incentivados caiu 20%, entre 2010 e 2011, e não cresce mais desde 2008. Além desse problema, o programa tem encontrado dificuldades em se adequar a formas diferentes de inovar além do P&D industrial. No último relatório de uso dos incentivos fiscais da Lei do Bem, nenhuma operadora de telecomunicações teve sua prestação de contas aprovada, mostrando que o Governo ainda não reconhece os esforços do setor de serviços.

Bem, conclusão, pelos precedentes, este é mais um anúncio que gera uma falsa expectativa e cujo resultado final, lastimavelmente, deve ser a frustração. Certamente daqui a alguns anos, daqui a dois anos, ao final do Governo Dilma, poderemos voltar à tribuna e afirmar que, dos R$32 bilhões anunciados, apenas – apenas! – alguns milhões de reais foram investidos, como ocorreu com o programa de R$1,4 bilhão que aplicou apenas R$160 milhões. Os precedentes estão aí para serem verificados, como um alerta para que não se gere a falsa expectativa.

O Governo alimenta-se dos anúncios mirabolantes, conquista popularidade ao anunciar e aposta na ausência de memória dos brasileiros. Espera que a cobrança não ocorra ou até seja encaminhada para endereço errado. E, assim, o Governo vai preservando a sua popularidade, com a propaganda fraudulenta que utiliza com recursos públicos.

Em que pese ser louvável que o Inova Empresa se proponha a integrar os mecanismos para simplificar o acesso da empresa à inovação, mantém, por outro lado, as mesmas estruturas de programas anteriores: crédito, parceria com universidades e subvenção para contratação de pesquisadores. Ou seja, não inova em nada. Nas palavras de Levy, "(...) acaba não criando mudanças substanciais; apenas aumenta o volume de recursos" – ou o anúncio do aumento de recursos.

Para concluir, Sr. Presidente, reproduzo o pensamento dos professores Marcos Paulo e Anapatrícia, já citados: "(...) Para a maioria dos países emergentes, como o Brasil, o crescimento sustentado empresarial através da inovação tecnológica ainda é considerado um grande desafio". E ficamos a dever.

O desafio está posto, mas até agora o Governo não demonstra aptidão e capacidade para enfrentá-lo com resultados. Os desafios que estão postos ao sistema de inovação em nosso País são inúmeros e exigem o fortalecimento das articulações e parcerias entre os atores públicos e privados atuantes no processo de inovação. Do Governo esperamos menos *marketing* e ostentação, mais competência na execução, um mínimo de reflexão e algum planejamento estratégico.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu cumprimento V. Exª, Senador Alvaro Dias.

Pela ordem, Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, requeiro a minha inscrição como Líder, para falar no começo da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – V. Exª será atendido nos termos do Regimento, Senador Capiberibe.

Convido para fazer uso da palavra, em permuta com a Senadora Ana Amélia, o Senador Anibal Diniz. Com a palavra V. Exª, pelo tempo regimental de dez minutos, Senador.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, Srs. Senadores, telespectadores da TV, ouvintes da Rádio Senado, ocupo a tribuna hoje para prestar contas da agenda muito produtiva que cumprimos no Estado do Acre no último final de semana, desde a quinta-feira, sexta, sábado, domingo e segunda.

Juntamente com o Governador Tião Viana, pudemos visitar três Municípios no Vale do Juruá. Estivemos no Município de Cruzeiro do Sul, no Município de Mâncio Lima e no Município de Rodrigues Alves. Pudemos nos reunir com essas comunidades e fazer a apresentação do plano estratégico do Governo para esses Municípios, no que diz respeito aos investimentos que vão acontecer em 2013 e em 2014 nesses Municípios. São os investimentos que cabem ao Governo do Estado, logicamente trabalhando em parceria com as prefeituras.

É muito importante ressaltar que o Governador Tião Viana, em todos os Municípios, tem feito a apresentação do plano estratégico e tem levado todas as secretarias mais estratégicas do Governo para apresentar o seu plano de ação e, ao mesmo tempo, dividir as responsabilidades com as prefeituras. Assim tem sido feito em todas as prefeituras, independentemente dos partidos aos quais os prefeitos pertencem. Dessa maneira, tem-se estabelecido uma prática republicana,

democrática e muito respeitosa por parte do Governador Tião Viana.

Só no Vale do Juruá, foram anunciados recursos aproximados de 500 milhões em investimentos como fruto dos financiamentos obtidos pelo Governo do Estado junto ao BNDES, junto ao Banco Mundial e junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Esses recursos, como fruto de financiamentos, permitiram que o Governo do Estado antecipasse as ações todas que vão ocorrer na área de saneamento, de água e esgoto, de pavimentação de ruas e, principalmente, na área de investimento da produção sustentável, também nas áreas urbanas. E, a partir da Secretaria de Pequenos Negócios, os investimentos que estão sendo feitos na área dos pequenos negócios também.

E na área industrial, um passo muito importante que tem sido dado é o investimento na piscicultura, que tem um tratamento todo especial do Governo com o complexo da piscicultura, que está se instalando no Estado do Acre.

Mas, Sr. Presidente, eu gostaria de dedicar um tempo especial ao que aconteceu na última segunda-feira, ontem pela manhã, quando o Governador Tião Viana fez a assinatura dos contratos com 13 empresas para o início das obras da Cidade do Povo; um ato que contou também com a presença do Senador Jorge Viana. Tivemos a presença de um grande público. Muitas pessoas estiveram presentes no km 5 da BR-364, onde aconteceu a assinatura do contrato com as 13 empresas que vão tocar essa obra.

Então, participei, nesta segunda-feira, em Rio Branco, de um dos momentos mais marcantes e esperados pelo povo do Acre, que foi a assinatura dos contratos de serviços entre o Governo do Estado e as 13 empresas acrianas para o início da primeira fase das obras da Cidade do Povo. A solenidade foi realizada no km 5 da BR-364, onde será o novo endereço de 50 a 60 mil pessoas quando o projeto for totalmente concluído.

Nesta fase inicial, o Governo do Estado se comprometeu em entregar até março do ano que vem 3.348 unidades habitacionais. E o Governador Tião Viana está empenhado para que essas unidades habitacionais possam ser entregues ainda este ano, até o Natal. Mas, no total, está prevista a construção de 10.518 unidades habitacionais, o que vai dar uma grande contribuição para o Acre superar o seu déficit habitacional.

Com o programa Cidade do Povo, o Governador Tião Viana dá respostas muito eficientes em vários aspectos, Sr. Presidente.

Primeiro, no aspecto social, ao permitir moradia para pessoas que vivem em situação de risco e vulnerabilidade social. São as famílias inscritas no cadastro de necessidade de habitação e famílias atingidas pelas enchentes do Rio Acre e seus afluentes e que, portanto, moram em áreas de risco.

Essas áreas alagadiças, de acordo com o projeto, não serão mais ocupadas e vão ser transformadas em parques de proteçao ambiental, assim que as famílias que moram nessas localidades forem contempladas com as moradias da Cidade do Povo.

Servidores da Secretaria de Habitação já realizaram um pré-cadastro das famílias que serão beneficiadas. A classificação é definida pela formação de um perfil socioeconômico. E nesse perfil socioeconomico é muito importante ressaltar aquelas famílias que têm maior número de pessoas, que têm pessoas idosas, que têm pessoas cadeirantes ou então mulheres que são responsáveis pela casa com filhos, elas passam a ter prioridade. A classificação é denifida pela formação de um perfil socioeconomico como disse. Mais de três mil unidades habitacionais terão subsídio total por parte do Governo e serão oferecidas sem nenhum custo a famílias de baixa renda ou que moram em áreas de risco em Rio Branco.

Nesta primeira fase serão contempladas as famílias com renda de até três salários mínimos. Trata-se também de um programa que dá uma ousada resposta econômica. É a maior obra de engenharia do atual Governo, com investimento aproximado de R$1,1 bilhão. Por isso, o evento de ontem foi também um dos momentos mais esperados pelo setor produtivo local.

Antes mesmo que as unidades habitacionais estejam prontas e sejam entregues aos moradores, a obra já está trazendo benefícios para o Estado. O setor da construção civil está abrindo milhares de oportunidade de emprego.

Estima-se algo em torno de 15 a 16 mil trabalhadores no ápice da obra, o equivalente a uma mão de obra superior à que foi empregada no auge da construção das gigantescas usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, em Rondônia.

O Governo ousa ainda mais quando decide que as empresas e a mão de obra contratadas devem ser priorizadas àquelas que já prestam serviço no Estado do Ace. Isso é algo extraordinário, porque envolve toda a cadeia da indústria da construção civil local, fortalecendo ainda as relações institucionais, uma vez que a Federação das Indústrias do Estado do Acre (FIEAC) foi diretamente envolvida na mobilização das empresas para atender a esta demanda.

Trata-se de um projeto que envolve toda a cadeia da indústria da construção civil, absorvendo matérias-primas como o tijolo, cimento, areia, brita. Esses insumos também têm sua cadeia de produção.

Falava há pouco com o Secretário de Obras, Wolvenar Camargo, e ele mostrava a diferença dessas unidades habitacionais. Serão casas que terão de 39 m2 a até 50m2, dependendo do perfil, porque há público de zero a três salários mínimos, público de três a seis salários mínimos e acima de seis salários mínimos. E elas serão feitas em tecnologia pré-moldada, algumas com tijolos, outras com blocos de concreto e outras com blocos cerâmicos. Então, na realidade, haverá uma infinidade de insumos utilizados na construção dessas casas.

A indústria moveleira e a madeireira também serão envolvidas. O Governador Tião Viana conseguiu mudar as regras no Ministério das Cidades e inseriu nesse projeto que as portas e janelas serão em madeira, e não em aço, como se previa inicialmente. Serão necessárias mais de 80 mil portas e mais de 12 mil metros quadrados de janelas, além de outros 39 mil, 40 mil metros de madeira para caixaria e outras demandas. Vale a pena ressaltar, Sr. Presidente, apenas para exemplificar, que isso vai mobilizar marceneiros de todo o Estado do Acre para produzir esses insumos para a Cidade do Povo. Na Vila de Caquetá, no Município de Porto Acre, onde 18 marcenarias locais têm uma grande produção de portas, os marceneiros estão completamente mobilizados para atender ao chamamento da produção de portas e janelas para o programa Cidade do Povo.

Então, Sr. Presidente, gostaria aqui de finalizar este reconhecimento a esse grande ato que foi a assinatura do contrato com as 13 empresas para o início do programa Cidade do Povo, a gente teve mais uma vez a solidariedade da Presidenta Dilma. A Presidenta Dilma Rousseff, nesse seu esforço do Programa Minha Casa, Minha Vida, que já elevou para 3 milhões a meta de moradias a serem construídas e entregues até 2014, teve uma participação decisiva, porque foi ela, através do Ministério do Planejamento de Orçamento, quem autorizou essa contratação junto ao Ministério das Cidades. A gente teve essa atenção especial, mais uma vez, da Presidenta Dilma. Já com o Presidente Lula, a gente teve uma atenção especial com o Governador Binho, que deu início a um programa de habitação que também deu uma resposta muito importante para o problema da moradia no Acre, e agora, com o Governador Tião Viana, a gente tem o aprofundamento desse desafio...

(*Soa a campainha.)*

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – ...com uma intenção de ir muito além. O Governador Tião Viana adotou uma estratégia diferente. Se com o Governador Binho ele aproveitou os espaços urbanos que permitiam a construção de casas de maneira isolada, em pequenos grupos de moradia, com o Governador Tião Viana, ele adotou a estratégia de construir uma cidade, com todas essas 10.518 casas e, ao mesmo tempo, com todos os equipamentos sociais necessários para uma vida saudável, uma vida harmoniosa dessas famílias que vão morar nessa Cidade do Povo.

Então, é uma estratégia diferenciada que merece todo o nosso respeito, porque levou em consideração, primeiro, as condições próprias da Amazônia. Então, vai ser uma cidade ambientalmente adequada, vai ter todos os equipamentos, como centro de saúde, escolas, áreas de lazer, praças, *playgrounds*, ambientes para socialização das crianças. Tudo isso vai acontecer na Cidade do Povo, tanto que a Ministra Miriam Belchior, ao comentar sobre os programas habitacionais que estão sendo financiados pelo Governo Federal neste momento, colocou a Cidade do Povo como um exemplo a ser seguido, como um modelo a ser utilizado pelos demais programas que ainda estão em fase de elaboração, em fase de projeção.

Nesse sentido, eu quero aqui parabenizar toda a equipe do Governador Tião Viana. Quero parabenizar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – ... o Secretário de Obras, Wolvenar Camargo, e a sua equipe. Quero cumprimentar também os nossos Deputados Estaduais, por terem aprovado esse projeto na Assembleia, e a nossa Bancada federal, que tem também contribuído, na medida do possível, para garantir as condições de governabilidade e as condições para que o Governador Tião Viana faça um governo de sucesso, em benefício do povo acriano.

Dessa forma, nós acreditamos que estamos cumprindo com o nosso papel institucional e contribuindo para melhorar, cada vez mais, a vida do povo acriano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu cumprimento V. Exª , Senador Anibal Diniz, e convido para fazer uso da palavra, pela Liderança, o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Em seguida, como orador inscrito, o Senador Cícero Lucena, que já está presente no plenário.

Senador Aloysio Nunes, Líder do PSDB, nesta Casa, V. Exª dispõe do tempo regimental de cinco minutos, mas, obviamente, estamos aqui para acompanhá-lo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr.

Presidente, Srs. Senadores, dois assuntos me trazem à tribuna. Em primeiro lugar, eu gostaria de comunicar a V. Exª e à Casa que estou protocolando, agora, requerimento de informações visando a obter pormenores a respeito dos gastos de publicidade da Presidência da República no meio Internet. São gastos que passaram por um processo de incremento enorme, 483%, passando de R$15 milhões, em 2000, para R$90 milhões, em 2011.

Creio ser útil conhecermos como se desdobra esse gasto, porque muitos dos dados que temos hoje disponíveis não são suficientemente pormenorizados, de tal maneira que não é possível saber o que é gasto nas empresas que concorrem no mercado, o que é gasto por cada veículo, a avaliação das campanhas. Creio que é útil, para a transparência do Governo, que essas respostas sejam encaminhadas, ouvida a Mesa, para o conhecimento da Casa.

O segundo tema, Sr. Presidente, é tema delicado e triste. Ouvi agora nos jornais televisivos da hora do almoço que o número de mortos na região serrana do Rio de Janeiro já chegou a 21. Ontem, eram 17 e hoje já são 21, inclusive 3 crianças desaparecidas entre os escombros.

A Presidente da República fez declaração a respeito, cautelosa, mas, digamos, não seria necessário ser presidente da república para concluir que, quando chove muito, as águas correm pelas ribanceiras e casas em áreas de risco tendem a desabar. Diz Sua Excelência que temos sistema de prevenção, mas o fato é que as pessoas não saem, relutam em sair dos lugares onde estão morando.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, não é segredo para ninguém que em março chove muito. Quem conhece a música de Antonio Carlos Jobim, magnificamente interpretada por Elis Regina e também pelo baiano João Gilberto, sabe que em março chove muito. É bem verdade que este ano choveu mais do que normalmente, mas também é bem verdade que, em 2011, as chuvas foram torrenciais e a tragédia foi imensa, 900 mortos.

As famílias afetadas, que moram em área de risco, relutam em sair. É verdade. Mas é preciso perguntar a essas famílias se lhes foi oferecida alguma alternativa de moradia. Senão, não adiantam sequer medidas coercitivas.

É claro que há leniência das municipalidades, do Governo do Estado, mas é preciso que sejam oferecidas alternativas concretas às pessoas que moram em área de risco. E infelizmente, Sr. Presidente, as promessas de que haverá alternativas não têm sido cumpridas porque, segundo a *Folha de S. Paulo,* nenhuma das casas populares prometidas às pessoas desabrigadas pelas chuvas que atingiram a região serrana em 2011 – nenhuma! – foi entregue.

A responsabilidade é do Governo Federal, toda ela? Não. Ela tem que ser compartilhada com outros entes da Federação, mas também é bem verdade que cabe ao Governo Federal liderar processo de prevenção, processo de reconstrução inclusive com apoio financeiro.

Ora, de acordo com essa mesma fonte, a *Folha de S. Paulo*, apenas seis meses atrás, o Governo Federal liberou os R$545 milhões prometidos para a construção de casas e obras de prevenção em Teresópolis, Petrópolis e Nova Friburgo, ou seja, as cidades que foram atingidas pelos temporais em 2011 – há apenas seis meses. É obvio que não daria tempo para tomar medidas eficazes para prevenir os desastres que acabaram por ocorrer, como era previsível. São R$545 milhões, menos ainda do que o Governo Federal gastou em publicidade no ano de 2011, quando foram despendidos mais de R$570 milhões.

O fato, Sr. Presidente, é que, mesmo quando há orçamento, o Governo Federal não consegue gastá-lo nessa rubrica, como em outras tantas, aliás. O Orçamento da União autorizava, no ano de 2012, R$5,7 bilhões. Sabem os senhores o quanto foi gasto? R$1,8 bilhão.

No Programa Gestão de Riscos e Respostas a Desastres, que foi objeto de medida provisória votada nesta Casa, a grande promessa petista, depois da tragédia de 2011, apenas 23% desses recursos saíram dos cofres federais. Mais ainda: o Governo prefere gastar em reparação a gastar em prevenção, sem se preocupar com as vitimas.

Entre 2004 e 2011, as dotações autorizadas pelo Congresso para prevenção somaram 2,8 bilhões. Entretanto, desse total, apenas 695 milhões foram investidos. Em contrapartida, naqueles 8 anos, o Governo gastou sete vezes mais em resposta, em reconstrução, em acudir os desastres, contrariando a sabedoria popular, que afirma que é melhor prevenir que remediar. No entanto, o Governo prefere remediar. E, ao remediar, pela ação do Ministério da Integração Nacional, dá remédio, em primeiro lugar, aos seus companheiros, aos companheiros do Ministro, utilizando-se de critérios eleitorais para liberação das verbas, como foi amplamente noticiado no ano passado e no ano retrasado em nosso País.

Sr. Presidente, venho à tribuna, neste momento, para expressar minha solidariedade às vítimas dessa tragédia e, ao mesmo tempo, em nome da oposição, e creio que não apenas em nome da oposição, mas de muitos Senadores que representam aqui seus Es-

tados, pedir ao Governo Federal que acorde e acuda as famílias!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento V. Exª.

Senador Aloysio, eu presidi uma comissão, tendo como Relator o nobre Senador Casildo Maldaner, logo que cheguei a esta Casa, e propusemos mudanças na medida provisória, aprovada em dezembro de 2010, depois de ouvirmos prefeitos, governadores. O certo é que, lamentavelmente, as recomendações, inclusive do Senado Federal, ao projeto que elaboramos juntos, aqui na comissão, não foram atendidas, no sentido de priorizar a prevenção. Nós, inclusive, criminalizamos na proposta autoridades, agentes públicos que permitam a ocupação de áreas de risco.

Mas a gente segue, o Brasil segue contando os mortos, e só nos resta aqui ser solidários com as famílias e cobrar das autoridades respeito e uma atitude concreta, para que não se permita a ocupação de áreas de risco, porque a tragédia vem em seguida. É uma questão de tempo e, lamentavelmente, leva à perda de vidas.

Convido para fazer uso da palavra, como orador inscrito, o Senador Cícero Lucena.

V. Exª dispõe do tempo regimental de 10 minutos, Senador Cícero.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, apesar do discurso oficial, o Governo Federal pouco ou nada fez nos últimos 10 anos para superar as desigualdades regionais. Na verdade, as políticas públicas adotadas pelo Governo Federal estão produzindo outro fenômeno, ainda mais perverso, que é o aprofundamento das desigualdades entre os Estados da mesma Região.

Em discursos anteriores, fiz referência sobre o muro imaginário que antes existia entre o Nordeste e as regiões Sudeste e Sul deste País, e também alertava que, hoje, podemos dizer que existe o muro imaginário entre os próprios Estados, no caso específico da Região Nordeste.

Ao longo de 2009 a 2012, o Tribunal de Contas da União realizou um conjunto de auditorias com intuito de avaliar a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Na apreciação das contas da Presidência da República, apresentadas no ano passado, o Tribunal de Contas da União, mais uma vez, elegeu o desenvolvimento regional como um dos temas de maior significância para a sua análise. O resultado das auditorias não poderia ser mais nefasto. Além de diversas irregularidades identificadas na execução dos projetos, o Tribunal constatou o seguinte: ausência de coordenação nacional da política de desenvolvimento regional, inadequação dos normativos, problemas na formulação dos programas do Governo, fragilidades institucionais e até mesmo a completa ausência de planos de desenvolvimento estruturados para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Nesse contexto, o Tribunal de Contas adverte que as políticas e os instrumentos empregados não têm se mostrado capazes de reverter o quadro de desigualdade crítica entre as macrorregiões e sub-regiões brasileiras.

O problema não é só de planejamento, mas também, principalmente, da falta de competência gerencial. No ano de 2011, por exemplo, o volume total de recursos liquidados, referentes aos programas orçamentários do Ministério de Integração Regional, foi de R$81,6 milhões. Repito: para essa política, foram executados R$81,6 milhões, o que representa apenas 5,84% do total alocado para o programa na Lei Orçamentária daquele ano. Praticamente, Senador Aloysio, o que o senhor disse em relação à prevenção à enchente se repete como prática usual do Governo, sinalizada pelo Tribunal de Contas, da incompetência gerencial ou de mero interesses políticos, porque, para a área de desenvolvimento regional, foram aplicados apenas 5,8% do que estava previsto para o desenvolvimento. Há de se perguntar: não se está precisando de desenvolvimento regional? A Paraíba tem um crédito, o Governo tem uma dívida história com o povo da Paraíba para apoiar o seu desenvolvimento.

Com efeito, basta verificar que, enquanto o Distrito Federal apresenta, segundo os dados do IBGE, um PIB *per capita* de R$58.489,46, a média do Nordeste é de apenas R$9.561,00. Ora, não há como competir com o Distrito Federal, que, com uma população de pouco mais de 2,5 milhões de pessoas, possui um orçamento aprovado para 2013 de R$32 bilhões, enquanto no meu Estado – não vou nem fazer referência aos demais –, a minha querida Paraíba, com uma população superior a 3,7 milhões de habitantes, ou seja, em termos de população, uma vez e meia o Distrito Federal, o orçamento de 2013 é de R$10 bilhões, ou seja: uma vez e meia a população tem três vezes menos o orçamento da União em 2013.

Não quero aqui discutir as razões históricas desse descompasso, mas quero reafirmar que o Governo Federal nada tem feito para reduzir as desigualdades regionais, e o que é pior, tem agravado as disparidades microrregionais e entre os Estados da Federação.

A distribuição discriminatória de recursos públicos feitos pela utilização de critérios políticos e apadrinhamentos pouco transparentes explica perfeitamente a razão de o Brasil continuar patinando no enfrentamento do desequilíbrio macro e microrregionais.

Tomarei como exemplo de tais distorções os números divulgados pelo próprio Governo Federal relativos à segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento, o propalado PAC 2.

Pois bem, fiz o seguinte exercício: dividi o total dos investimentos previstos no PAC 2 para alguns dos Estados do Nordeste e dividi pela população dessas respectivas unidades da Federação, criando um índice, podemos assim dizer, o PAC *per capita*.

Comparei os Estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Paraíba. A Bahia, governada pelo PT, tem uma previsão de investimento do PAC 2 da ordem de R$89,63 bilhões; Pernambuco, também governado por um governante da base do Governo, tem previsão orçamentária de R$82,79 bilhões; o Ceará, também da base do Governo, tem R$60,71 bilhões de investimento; e a Paraíba, a pequena Paraíba, não sei se é porque é da base do Governo ou por incompetência do governador, tem apenas R$13 bilhões.

Fiz mais, quando calculamos o investimento previsto *per capita* em Pernambuco, salta para primeiro lugar, com cerca de R$9.400 investidos por habitante, no PAC 2. O Ceará fica com R$7.182 *per capita*; e a Bahia aparece com a média de R$6.400 *per capita* de investimento no PAC. Já o PAC da Paraíba não ultrapassa R$3.490. É quase a metade da Bahia e um terço do Estado de Pernambuco.

Será que nesses Estados habitam cidadãos que não são brasileiros? Será que os paraibanos também não são brasileiros? Eu tenho certeza absoluta de que outros representantes, se não forem da base do Governo, irão também fazer o cálculo em relação aos seus Estados.

Com a adoção deste critério – o de investimentos exclusivos até 2014 –, Pernambuco continua em primeiro lugar; a Bahia passa o Ceará, que fica em terceiro; e a Paraíba novamente aparece em último na proporção dos investimentos projetados por habitante. Nesse caso, a Paraíba, com R$1.226 *per capita*, receberá menos da metade da Bahia e receberá um quinto do que Pernambuco vai receber.

Será que a Paraíba tem menos necessidade de investimento em transporte, em comunicação, em energia, em saneamento? Os cidadãos paraibanos estariam precisando de menos unidades básicas de saúde, de menos UPAs – Unidades de Pronto Atendimento –, de menos medicamento, de menos exames, de menos cirurgias que os irmãos baianos e cearenses ou pernambucanos? E quanto à creche e pré-escola, a carência, por acaso, são menos graves na Paraíba? Essa é a pergunta que nós temos a fazer.

De acordo com a pesquisa divulgada pelo IBGE, de 2002 a 2010 as regiões Nordeste e Centro-Oeste aumentaram a sua participação no PIB brasileiro em pífios 0,5%. O desempenho da região Norte foi um pouco melhor, registrando avanços relativos de 0,6%. Nesse ritmo de crescimento levaremos décadas ou séculos para atingir um patamar mais equilibrado de desenvolvimento socioeconômico entre as regiões brasileiras.

Ao desagregar os dados da pesquisa por Estado, as conclusões se revelam são ainda mais desalentadoras. Os Estados da Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte, Sergipe, Piauí e Bahia, entre 2002 e 2010, mantiveram a sua participação no PIB nacional estacionada.

De fato, no caso da Paraíba, a mesma participação de 0,8% do PIB registrada em 2002 se manteve em 2010, sendo que a sua posição relativa caiu de 18º para a 19ª posição entre os Estados brasileiros.

Conforme demonstrei aqui, no que depender da política de investimento do Governo Federal, de privilegiar os Estados mais ricos e com maior poder de barganha eleitoral, os paraibanos não terão o que comemorar nos próximos anos no que respeita à tão almejada redução das desigualdades regionais.

Quero dizer, também, que estou falando sobre algo que precisa de tempo, de ação e de recursos, mas não deixarei passar em cada pronunciamento meu. Ouvia o Senador Aloysio Nunes clamar por ação do Governo com eficiência, com determinação, com solidariedade e com responsabilidade aos nossos conterrâneos que estão sofrendo com a chuva.

Pois bem, Senador Aloysio Nunes, hoje, quem quiser tem a oportunidade, se não já teve, de ter a tristeza da reportagem do *Jornal Hoje*, da Globo, onde faz uma reportagem na minha Paraíba, em que um grande agricultor, que tinha 1,2 mil vacas, já perdeu 700 e as outras ele não tem mais o que fazer.

Essa é a realidade da seca.

Hoje é dia 19 de março, em algumas cidades do Nordeste choveu, o céu da Paraíba continua sem uma nuvem. E, ontem, hoje, amanhã e sempre, estarei cobrando do Governo Federal a sensibilidade, a responsabilidade. Está sendo anunciado que essa seca será pior do que a que estamos vivendo este ano, porque, se a chuva no Sul e Sudeste não está sendo suficiente nem nos níveis de acumulação de água necessária para gerar energia, no Nordeste, não vamos ter água para beber. Não vai adiantar carro-pipa, porque o carro-pipa não terá onde buscar água.

Por isso o Governo não venha dizer, quando chegar agosto, setembro, se tiver saque no Nordeste, se tiver gente morrendo no Nordeste, que foi algo que não estava previsto. Está sim, Presidente Dilma. E eu espero que a senhora, estando hoje em Roma, assistindo à missa do Papa, que está pregando a solidariedade, o

cuidado do pobre, do mais necessitado, a senhora se sensibilize e cobre do seu Governo a responsabilidade com o povo do Nordeste, com a seca que assola os nossos Estados, em particular a Paraíba.

Meu muito obrigado, e que Deus proteja a todos.

Durante o discurso do Sr. Cícero Lucena, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Senador Paulo Davim, como Líder.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Senado Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria, com a devida vênia de S. Exª e do Senador Aloysio Nunes, solicitar que também pudesse subscrever o requerimento que o Senador acabou de anunciar da tribuna do Senado, que requer informações ao Sr. Ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência da República relativa às informações, meio Internet, constantes da planilha publicada pela Secom, denominada "Investimento e mídia".

Se o nobre Senador me concede a honra de também subscrever esse requerimento, solicito-o para subscrever, porque me parece mais do que pertinente tal requerimento, Senador Aloysio, visto que, repedidas vezes, temos visto meios de comunicação em ataques frontais a políticos que têm posições eu nem diria de oposição, políticos que ousam, às vezes, terem posições mais independentes, que são massacrados, atacados. E não se trata aí de liberdade de comunicação. Não se fala de liberdade de imprensa quando um meio de comunicação é financiado, está a serviço.

Não se pode arguir liberdade quando são utilizados meios e se esses meios de comunicação têm financiamento público para cumprir um papel de se apresentar contra qualquer um que divirja.

Então, eu queria pedir a devida autorização ao Senador Aloysio. Eu quero citar até com exemplo um *site*, se não me engano, dois, quatro, alguma coisa, que repetidas vezes investe contra quem diverge – atacou-nos esta semana, há bem pouco tempo foi o Senador Pedro Taques – e tem o direito de se manifestar. Mas, se se manifesta agressivamente e se recebe verba pública para isso, então, nós começamos a ter uma ameaça à própria democracia, porque nós temos aí um financiamento do achincalhamento público a quem aventa ter algum tipo de posição de divergência.

Então, com a devida vênia do Senador Aloysio, e se V. Exª me permitir, eu gostaria de pedir para subscrever o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza, não vai ter objeção do autor e vai ser acatado por esta Mesa naturalmente, mas com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu compartilho com muita honra desse requerimento com o nobre Senador Randolfe Rodrigues.

Realmente, eu quero saber quem financia alguns *blogs* sujos que são verdadeiros hospedeiros de milícias do ciberespaço, a soldo do grupo que está no poder para atacar os seus adversários ou aqueles que pensam diferente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª será atendido, então, na forma do Regimento.

Senador Paulo Davim, Líder do PV, para uma comunicação inadiável.

Só para informar: em seguida, o Senador Humberto Costa.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós estamos vivenciando no Nordeste uma das piores secas dos últimos 50 anos. Assim dizem os mais experientes agricultores e homens do campo. Para se ter uma ideia, no Rio Grande do Norte, os nossos reservatórios estão com apenas 25% de sua capacidade.

Uma prefeita de um Município pequeno do interior, lá do Seridó, Município de Equador, disse que os carros-pipas lá estão sendo saqueados pela população, por isso mesmo ela tem que colocar uma viatura protegendo o carro-pipa que leva água para instituições públicas, como, por exemplo, hospital, escolas, creches, tamanha é a seca que se vive.

A Diocese de Caicó lançou um movimento chamado "O Campo Grita: temos sede, queremos água! – a água é um direito humano, faça valer seu direito, cobrando ações verdadeiras". Essa campanha, no próprio cartaz, já traz o telefone do Palácio do Planalto, o telefone da Governadoria do Estado do Rio Grande do Norte, o telefone da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, e por aí vai. Realmente, a situação está desesperadora. Mas, o que percebemos é que existe uma desarticulação nas ações de enfrentamento à seca.

A seca existe há milhares de anos – isso é uma mazela histórica, faz parte da História deste País. Entretanto, os governos se sucedem e não conseguem apresentar ações concatenadas, ações com que pos-

sam, a curto, médio e longo prazo, diminuir o sofrimento da população, sobretudo da população nordestina encravada no semiárido.

O exemplo claro é o do Rio Grande do Norte: 6 mil poços perfurados, mas, infelizmente, mais da metade, 3.500 poços, parou de funcionar, por falta de manutenção; e outros mil poços perfurados ainda não foram instalados.

Então, percebe-se que não está havendo ações efetivas, para enfrentar a seca. Evidentemente que não vai ser só com poços, mas, se o básico, que é perfuração de poços, os poços perfurados e os poços em funcionamento, mais da metade pára de funcionar por falta de manutenção, alguma coisa de errado está acontecendo; e outros mil poços que foram perfurados ainda não foram instalados.

Isso potencializa o sofrimento da população do semiárido nordestino, o semiárido potiguar. E, aí, se passa para o atendimento emergencial: no Rio Grande do Norte, 407 carros-pipas tentam atender a população – 51 desses carros são da Defesa Civil, atendendo 40 Municípios; 340, do Exército, atendendo 113 Municípios; e 16 carros, da Companhia de Águas e Esgoto do Rio Grande do Norte.

Ou seja, é um atendimento insuficiente: uma cidade de 8 mil habitantes com apenas 4 carros-pipas para atender as necessidades da população. Então, é uma medida paliativa que, definitivamente, não atende as necessidades das populações que estão submetidas a esta mazela que é a seca no semiárido brasileiro.

Então, o que se pede para o enfrentamento da seca no Nordeste e no Rio Grande do Norte?

– A construção, recuperação e escavação de açudes e barragens;

– Investimento em infraestrutura na região;

– O aumento da cota de distribuição de água por meio de carros-pipas, que atualmente é de 20 litros/dia. Pede-se para passar para 40 litros/dia a oferta desses carros;

– Instalação de poços perfurados e instalação de novos poços, onde necessário for. Como falei há pouco, mais de 3.500 poços pararam de funcionar por manutenção, mil poços foram perfurados, mas não entraram em funcionamento;

– A instalação de dessalinizadores nos poços com água de dureza e salinidade elevada. Existem poços que não estão em funcionamento por falta de dessalinizadores;

– A construção de barragens submersas;

– O aumento da cota de ração para os pequenos e médios agricultores. Lá no nosso Estado o rebanho está praticamente sendo dizimado;

– O aumento da cota de milho junto à Conab;

– Incentivo financeiro aos pequenos produtores rurais, para que esse pequeno produtor possa repor o seu rebanho, porque é daquele rebanho que ele retira o sustento seu e de sua família;

– Incentivo público à agricultura adaptada ao clima e ao solo da região com sistemas de irrigação.

Essas são medidas que, seguramente, diminuiriam e muito...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – ... Sr. Presidente, o sofrimento do povo potiguar, do povo nordestino.

Então, faço aqui esse registro desta campanha da Diocese de Caicó, "O Campo Grita", que chama a atenção das autoridades para o sofrimento do povo potiguar.

Portanto, quero me somar a essa campanha, a esse movimento da Diocese de Caicó, em defesa do homem do campo, em defesa da população carente da população do meu Estado, que sofre as agruras da seca inclemente que se abate em nosso Estado.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Paulo Davim.

Passamos a palavra agora ao Senador Humberto Costa, por permuta feita com o Senador Pedro Taques.

Humberto Costa, com 10 minutos regimentais.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, antes de entrar no meu pronunciamento propriamente dito, quero fazer aqui um registro importante.

Foi divulgada hoje a nova pesquisa CNI/Ibope, que trata da avaliação do Governo Federal, da Presidente Dilma, e, apesar de todo o tiroteio que se tem abatido sobre o nosso Governo por parte da oposição e de alguns críticos neo-oposicionistas, a popularidade do Governo da Presidenta continua em alta, inclusive, para grande satisfação nossa, cresce de forma substantiva na Região Nordeste, dando uma demonstração de que a população procura fazer a sua própria avaliação do Governo, sem se impressionar com discurso da oposição ou dos neo-oposicionistas.

Mas, Sr. Presidente, certamente, amanhã, este assunto será tratado por outros companheiros e companheiras, e eu me fixo aqui no tema que pretendo tratar no dia de hoje.

O Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que vem fazendo um grande trabalho à frente daquele Ministério, demandou ao Presidente desta Casa, ao Senador Renan Calheiros, no último dia 7, um pedido,

ou seja, demandou uma tramitação mais rápida para um projeto que é da maior importância.

Esse projeto trata do combate ao crime organizado, um problema que se manifesta, no nosso País, de diversas formas: tráfico de pessoas, tráfico de drogas, roubo de cargas, inclusive de medicamentos, tráfico de armas, jogos ilegais, roubo de carros e corrupção.

Os governos do ex-Presidente Lula e, agora, da Presidenta Dilma ampliaram substancialmente os investimentos no combate ao crime organizado na construção de presídios e nas operações nas fronteiras. Cito aqui, por exemplo, o Plano Estratégico de Fronteiras, do Governo Federal, que foi lançado em junho de 2011 e que é a principal ação de enfrentamento à criminalidade nas divisas do Brasil com os países vizinhos, ações que são articuladas entre os órgãos de segurança pública e as Forças Armadas nessas áreas.

Só numa única operação, a Operação Sentinela, em 2011, equipes das instituições de segurança pública apreenderam 350 toneladas de drogas. Para se ter uma ideia, a quantidade de apreensão de drogas no período é 329,5% maior do que foi apreendido entre janeiro de 2010 e maio de 2011.

Outro exemplo é que, nesse mesmo período, o volume de dinheiro apreendido aumentou em seis vezes, passando de R$1,7 milhão para R$10,7 milhões. A quantidade de cigarros falsificados apreendidos é 654,8% maior, desde o início do Plano Estratégico de Fronteiras.

Os números são absolutamente expressivos, mas é preciso um aperfeiçoamento da legislação, para garantirmos uma atuação mais forte ainda do Estado em relação ao crime organizado.

Por isso, quero aqui me associar ao pedido do Ministro da Justiça, requerendo a esta Casa celeridade na tramitação do Projeto de Lei nº 6.578, de 2009, originalmente Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2006. Ele tipifica criminalmente as organizações criminosas.

Entre as principais novidades, está a definição de organização criminosa, conforme a legislação internacional, nos termos da legislação da Convenção de Palermo. A nossa legislação ainda hoje carece dessa melhor definição.

Diferentemente das quadrilhas, as organizações criminosas atuam profissionalmente, com seus membros cumprindo funções definidas. E, é claro, ocorre de esses criminosos arquitetarem a infiltração de seus agentes em órgãos do Governo.

Pelo projeto, fica definida como organização criminosa a associação de quatro ou mais pessoas e que tenha essa organização estrutura hierárquica, estabilidade, divisão de tarefas, ainda que informalmente, objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza e a prática de crimes cuja pena máxima seja igual ou superior a quatro anos ou crimes com caráter internacional.

Ouço o nobre Senador Pedro Taques, em seu aparte.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Senador Humberto, apenas para me associar à fala de V. Exª. Temos apoiado esses programas do Governo, do Ministério da Justiça, Ágape e Sentinela. No Estado do Mato Grosso, é muito importante. Temos uma fronteira seca com a Bolívia de 750 quilômetros, inclusive destinei parte da emenda parlamentar individual para esse projeto, que é muito importante para as regiões de fronteira. Parabéns a V. Exª pela fala.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Agradeço a V. Exª e estaremos juntos na defesa da aprovação imediata desse projeto.

Nesse projeto também são caracterizadas como organizações criminosas as organizações terroristas internacionais, reconhecidas segundo as normas de direito internacional. Hoje essas organizações terroristas muitas vezes são tratadas como quadrilhas, o que faz com que seus integrantes sejam condenados a penas mais brandas.

O projeto prevê punições também para o funcionário público envolvido com as organizações criminosas. Se houver a condenação, o funcionário perde o cargo, função, emprego ou cargo eletivo e fica impedido do exercício de função ou cargo público pelo prazo de oito anos subsequentes ao cumprimento da pena.

Caros colegas, caras colegas, outra iniciativa muito importante desse projeto é a criação de instrumentos legais para combate ao crime organizado. Trata-se de normas de investigação, meios de obtenção de provas e procedimentos criminais. Ou seja, a matéria disciplina técnicas especiais de investigação.

São elas:

> – a colaboração premiada, que permite ao juiz conceder, a requerimento das partes, o perdão judicial, reduzir em até dois terços a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restrição de direitos. Mas desde que a contribuição traga alguns resultados importantes para a investigação;
> – a captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos;
> – a ação controlada, que retarda a intervenção policial ou administrativa relativa à ação praticada por organização criminosa ou a ela vinculada;
> – o acesso a registros telefônicos e telemáticos, dados cadastrais constantes de bancos de dados públicos ou privados e a informações eleitorais ou comerciais;

– a interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas;
– o afastamento dos sigilos financeiro, bancário e fiscal;
– a infiltração por policiais em atividade de investigação nesses grupos;
– a cooperação entre instituições e órgãos federais, distritais, estaduais e municipais na busca de provas e informações de interesse da investigação ou instrução criminal.

Essa regulamentação é extremamente importante, não apenas porque vai garantir aos órgãos de investigação, ao Ministério Público, aos órgãos policiais o acesso a esses mecanismos e instrumentos, como vai regulamentá-los para que não haja o uso inadequado, muitas vezes com finalidades outras que não a busca e a obtenção da verdade e a verdadeira investigação sobre esses grupos criminosos.

Pela proposta, o acesso a dados cadastrais de investigados poderá ocorrer independentemente de autorização judicial. Isso valerá inclusive para informações em poder da Justiça Eleitoral, de empresas telefônicas, de instituições financeiras, de provedores de Internet e de administradoras de cartão de crédito.

Enfim, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, esse projeto traz grande contribuição para que o Brasil enfrente de forma mais eficaz as organizações criminosas.

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com a aprovação dessa proposta, certamente nossas instituições de segurança vão ganhar capacidade para lidar com grupos estruturados, que se valem inclusive das mais recentes tecnologias para a prática de atividades ilegais, danosas ao nosso povo, danosas ao nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Registramos o brilhante pronunciamento do Senador Humberto Costa e também destacamos a presença, aqui no plenário, da Senadora Marinor Brito. Seja bem-vinda, Senadora Marinor Brito.

Senador Valdir Raupp. Senador Ataídes Oliveira, que já abriu mão da sua fala neste momento. O Senador Pedro Taques pediu para trocar. Senador Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente e caros colegas, no momento em que venho fazer uso da palavra, vejo na Presidência o Senador Paulo Paim, que, ontem, nos brindou com uma visita a Santa Catarina. No evento, cerca de 200 sindicalistas estiveram reunidos na sede deles, em Itapema, discutindo importantes temas do trabalho no Brasil. E o Senador Paulo Paim nos brindou com a sua vinda, participando ontem, de manhã, esclarecendo, mostrando as lutas que sempre trava aqui, no Senado Federal, no Congresso Nacional, principalmente em relação ao poder aquisitivo dos aposentados e aos direitos dos trabalhadores. Por essa grande luta, o Paim é conhecido no Brasil inteiro; e, ontem, foi a vez de contemplar novamente Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª foi muito aplaudido lá. Eu ia trocar o título para lá, mas não vou mais.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu peguei uma carona com o Senador Paulo Paim. Eu fui o sacristão dele lá. Essa foi a realidade.

Caros colegas, antes de tudo, eu não poderia deixar de fazer o registro de que, na tribuna de honra, encontram-se o Prefeito e o Vice-Prefeito do Município onde sou eleitor, o Município de Modelo: o Ricardo e o Clóvis. São o Prefeito e o Vice-Prefeito da cidade de Modelo, no Oeste catarinense, um pequeno município onde, há meio século, fui eleito, pela primeira vez, vereador. Eu continuo votando lá. É uma honra, então, cumprimentar o Prefeito e o Vice aqui, na tribuna de honra.

Com extremo pesar, retorno a esta tribuna para, mais uma vez, cumprir um ritual que, infelizmente, tem se tornado rotineiro. Neste momento de consternação por uma nova tragédia climática, desta vez na já castigada serra fluminense, mais uma vez, faço o alerta para a necessidade do estabelecimento definitivo de uma política de defesa civil com foco na prevenção. Tenho feito isso constantemente e continuarei a fazê-lo até que o problema se resolva e enquanto Deus me permitir.

O desastre em Petrópolis, que, até agora, vitimou 16 pessoas e deixou mais de 500 desabrigados, é emblemático. Há cerca de dois anos, a cidade enfrentou uma das maiores catástrofes já vistas no País, com cerca de 900 mortes e milhares de desabrigados. Os prejuízos são gigantescos e seus efeitos causam impactos até hoje.

Pois o tempo passou, e as obras e ações preventivas não foram levadas a cabo. Faltaram obras de contenção. Faltaram educação e conscientização direcionadas às comunidades em área de risco e, nos casos necessários, sua remoção para regiões mais seguras. Faltaram sistemas de alerta, enfim. O que resta é apelar para a solidariedade, para a fé inabalável e, acima de tudo, para a paciência do brasileiro na espera da morosa reconstrução.

Não pretendo, neste momento, apontar o dedo e encontrar culpados – ainda que eles existam. Minha intenção é tão somente evidenciar a premente necessidade de uma eficiente política de defesa civil com foco na prevenção, ação descentralizada e, fator crucial, recursos para investimento.

No lugar das obras e ações preventivas, temos priorizado nossos gastos em reconstrução. Trata-se de um vetor importante, sem dúvida, mas com um custo extremamente mais elevado e com uma efetividade restrita. "Resolve-se" a situação, mas fica mantido o risco da tragédia para o ano seguinte.

Empiricamente, sempre afirmamos que apostar na prevenção é, além de tudo, economicamente muito mais barato e eficaz. Estudo da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP) trouxe clareza científica à máxima: enchentes e alagamentos causam à cidade de São Paulo, anualmente, prejuízos que chegam a R$792 milhões.

Presidente Jorge Viana, já cedo.

Ressalto: apenas na cidade de São Paulo!

Enquanto isso, tramitam nesta Casa propostas que poderiam dotar o País de mecanismos eficazes de defesa civil. Essa proposta de novo marco legal, fruto de um longo e frutífero trabalho da Comissão de Defesa Civil do Senado, presidida pelo Senador Jorge Vianna – que aqui se encontra e hoje é nosso Vice-Presidente da Casa –, com nossa relatoria, aponta não apenas as políticas e estratégias a serem adotadas, mas igualmente a dotação orçamentária para tal.

Uma das propostas é a reformulação do Funcap – Fundo Especial para Calamidades Públicas. Da forma como está instituído, o fundo é inócuo, pois seus recursos devem ser utilizados exclusivamente em reconstrução. Acreditando na benevolência climática, os gestores não depositam recursos e não recebem a contrapartida do Governo Federal, porque todo mundo acha que, no seu quintal, não haverá problemas. Assim, ninguém coloca sequer R$1,00, sendo que o Governo colocaria R$3,00, porque é só para reconstrução. Isso não funciona, e nós ficamos ao deus-dará. Portanto, isso precisa ser mudado, tem que andar.

Com muita honra, meu Presidente, Senador Jorge Viana.

O Sr. Jorge Viana (Bloco/PT – AC) – Eu queria, pedindo licença a V. Exª, fazer este aparte. Fiz questão – eu estava presidindo, agora está na Presidência o Senador Paim – de vir cumprimentá-lo. Quando eu cheguei à Casa, V. Exª já estava, Senador Casildo. E eu vim determinado a tentar melhorar a legislação referente a defesa civil no nosso País, e o melhor e maior aliado que eu encontrei nesta Casa foi V. Exª, que construiu comigo uma proposta de fazermos uma comissão temporária. Revisamos a legislação de Defesa Civil, preocupados, chocados com o número de mortes, que se acumulam ano a ano, com famílias destruídas por conta das cheias, dos desmoronamentos, das tragédias, dos desastres naturais. Promovemos seminários, andamos por este País inteiro, recebemos sugestões, identificamos o problema e, mais do isso, identificamos a solução para o problema. Ao se fazer a prevenção, gasta-se menos. V. Exª sabe disso; nós identificamos isso. Com R$1,00 gasto na prevenção, economizam-se R$7,00 – e isso quem diz é a ONU. É preciso envolver os Municípios e os Estados da União Federal na prevenção, porque nenhum Estado tem condição, repito, nenhum Estado tem condição de, sozinho, fazer o reparo dos danos, porque é muito caro, Presidente Paim, muito menos os Municípios. Hoje saiu a notícia de que as casas prometidas para a região de Teresópolis e Petrópolis, que agora vive uma nova tragédia dois anos depois, ainda não foram feitas pela prefeitura, apesar de o Governo Federal entrar como parceiro. A reconstrução é muito complicada, muito difícil e muito cara. Eu só queria dizer que está prevista na nossa proposta, da qual V. Exª foi Relator na Comissão que eu tive a honra de presidir – falo como ex-Prefeito, ex-Governador –, a criminalização, isto é, estabelecemos no Código Penal que, caso o agente público, o prefeito, o secretário de obras, aquele que é responsável por emitir um alvará, permita a ocupação de área de risco, ele tem que responder criminalmente. Essa é a única solução, somada aos outros caminhos que apontamos. O que acontece agora em Petrópolis? Houve 18 mortes. Resta a nós todos nos solidarizarmos com as famílias, mas é gente ocupando área de risco. Então, tirar as pessoas de áreas de risco é prevenção, é salvar vidas, é mais barato do que tentar depois justificar as tragédias. Então cumprimento V. Exª e sei que todos que acompanham, pela TV Senado ou pela Rádio Senado, sabem que aqui nessa Casa V. Exª é um dos líderes dessa busca, à qual eu me somo, de fazer com que o Brasil vire uma referência de política de defesa civil para que a gente pare de chorar nossos mortos. O Brasil não tem um clima extremado como outras nações, que não têm como evitar. Aqui, no Brasil, a prevenção funciona, mas lamentavelmente nós não temos uma política de prevenção e, aí, temos que, ano a ano, contar o tamanho das tragédias, que, lamentavelmente, a cada ano levam mais vidas humanas. Obrigado e parabéns a V. Exª pelo pronunciamento.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Agradeço e recolho as ponderações com pro-

priedade de V. Exª, como Presidente da Comissão, Senador Jorge Viana.

E, na verdade, é isso: precisamos apertar mais. Eu acho que não apenas criminalizar, mas não permitir que se construa em áreas de risco. Esta já é uma prevenção; é uma prevenção sem dúvida alguma. E, aí, nós precisamos instrumentalizar... A legislação federal existe hoje, estabelecendo que, se um Estado colocar um real no orçamento para aplicar em reconstrução, a União colocará três. Contudo, isso é em reconstrução. Temos que mudar a legislação. temos de mudar o Funcap. Tem que ser para prevenção, no mínimo, a maior parte dos recursos. Aí é prevenir. Se nós partirmos para a prevenção, nós não teremos de remediar.

Instrumentalizando os Estados e os Municípios, organizando as Defesas Civis. E, aí, fazendo com que não só esses recursos do Orçamento que o Governo Federal entraria compulsoriamente, mas também a proposta, que agora tramita, de fazer com que os seguros... E, olha, o seguro é uma das grandes saídas.

(Soa a campainha.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Vou concluir, Sr Presidente.

Perdoe-me, Senador Ataídes, mas eu recolho a intenção de V. Exª que é de Tocantins também.

Mas a intenção, com relação aos seguros, é a de se aplicar 1% do seguro em defesa civil no Brasil. Nós estamos, hoje, mais ou menos recolhendo de R$100 bilhões a R$120 bilhões de seguros no Brasil, aí considerados seguros pessoais, de carros, de móveis, utensílios etc. Então, se nós aplicarmos 1% disso para a defesa civil, 1/3 desse dinheiro arrecadado fica para a Defesa Civil nacional, 1/3 vai para a Defesa Civil dos Estados respectivos; e o outro terço, Senador Capiberibe, vai para o Município de origem, onde o seguro foi praticado.

A partir daí, a própria Defesa Civil do Município vai motivar as pessoas a fazerem o seguro: o comércio, as indústrias, o carro. Vai motivar, porque sabe que 1/3 vem para nós compulsoriamente, para aplicar em prevenção, para ter alguma coisa para você remediar, para melhorar. E isso vai fazer com que as companhias de seguro, no médio e longo prazo, não gritem mais que vai custar mais caro. Não! Vai melhorar, porque os incidentes serão menores, e, em sendo menores os acidentes, as companhias terão resultados melhores. E, além disso, as Defesas Civis dos Municípios do Brasil inteiro serão corretores de graça para essas companhias de seguro. De graça, porque vão fomentar. Isso vale a pena! Nós precisamos agir.

O Governo tem uma dívida conosco. A Casa Civil, o Governo e o Líder nosso aqui também, em conjunto, no ano passado, juraram mandar uma proposta de um novo marco regulatório.

(Soa a campainha.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – E nós estamos aguardando. E, enquanto não vem, estão aí as pessoas morrendo, falecendo, viajando, os prejuízos humanos e materiais acontecendo.

Eu quero que V. Exª receba, Sr. Presidente, como lido o meu pronunciamento em função do tempo. Eu quero que conste nos *Anais* da Casa como lido, o que peço a V. Exª. Mas quero continuar martelando essa luta. Nós não podemos parar, Senador Paim. Temos que levar avante isso. Quando tem Natal, ano-novo, toda vez vem chuva, vem isso, vem enchente, e nós temos que ser mais previdentes.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR CASILDO MALDANER

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, com extremo pesar retorno a esta tribuna para, mais uma vez, cumprir um ritual que infelizmente tem se tornado rotineiro. Nesse momento de consternação por uma nova tragédia climática, dessa vez na já castigada Serra Fluminense, mais uma vez faço o alerta para a necessidade do estabelecimento definitivo de uma política de Defesa Civil com foco na prevenção. Tenho feito isso constantemente, e continuarei a fazê-lo, até que o problema se resolva e enquanto Deus me permitir.

O desastre em Petrópolis, que até agora vitimou 16 pessoas e deixou mais de 500 desabrigados, é emblemático. Há cerca de dois anos, a cidade enfrentou umas das maiores catástrofes já vistas no país, com cerca de 900 mortes e milhares de desabrigados. Os prejuízos são gigantescos, e seus efeitos causam impactos até hoje.

Pois o tempo passou, e as obras e ações preventivas não foram levadas a cabo. Faltaram obras de contenção, faltou educação e conscientização direcionada às comunidades em área de risco e, nos casos necessários, sua remoção para regiões mais seguras, faltaram sistemas de alerta, enfim... O que resta é apelar para a solidariedade, para a fé inabalável e, acima de tudo, para a paciência do brasileiro na espera da morosa reconstrução.

Não pretendo, nesse momento, apontar o dedo e encontrar culpados – ainda que eles existam. Minha intenção é tão somente evidenciar a premente necessidade de uma eficiente política de Defesa Civil com foco na prevenção, ação descentralizada e, fator crucial, recursos para investimento.

No lugar das obras e ações preventivas, temos priorizado nossos gastos em reconstrução. Trata-se de um vetor importante, sem dúvida, mas com um custo extremamente mais elevado e com uma efetividade restrita. "Resolve-se", entre aspas, a situação, mas fica mantido o risco da tragédia para o ano seguinte.

Empiricamente, sempre afirmamos que apostar na prevenção é, além de tudo, economicamente muito mais barato e eficaz. Estudo da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, Universidade de São Paulo, trouxe clareza científica à máxima. Enchentes e alagamentos causam à cidade de São Paulo, anualmente, prejuízos que chegam a R$ 792 milhões. Ressalto: apenas na cidade de São Paulo!

Enquanto isso, tramitam nesta Casa propostas que poderiam dotar o país de mecanismos eficazes de Defesa Civil. Essa proposta de novo marco legal, fruto de um longo e frutífero trabalho da Comissão de Defesa Civil do Senado, presidida pelo senador Jorge Vianna, com nossa relatoria, aponta não apenas as políticas e estratégias a serem adotadas, mas igualmente a dotação orçamentária para tal.

Uma das propostas é a reformulação do FUNCAP – Fundo Especial para Calamidades Públicas. Da forma como está instituído, o Fundo é inócuo, pois seus recursos devem ser utilizados exclusivamente em reconstrução – acreditando na benevolência climática, os gestores não depositam recursos e não recebem a contrapartida do governo federal. Propomos a possibilidade de novas fontes de recursos, como uma contribuição advinda dos seguros realizados no país.

Além disso, com a possibilidade de utilização para investimento em prevenção, e a complementação, pela União, na proporção de 3 para cada 1 depositados por Estados e municípios, haverá finalmente a real disponibilidade dos recursos necessários.

Há cerca de um ano, o Governo Federal enviou ao Congresso uma medida provisória que propunha uma nova configuração à Política Nacional de Defesa Civil. As propostas ali contidas eram meritórias, mas careciam de um eixo fundamental para sua execução: a garantia orçamentária.

Diante da promessa do Governo, por intermédio de sua liderança nesta Casa e por seus Ministros, do rápido encaminhamento de uma nova proposta que preenchesse essa lacuna, este plenário aprovou a MP, mesmo sabendo-a incompleta.

Até agora aguardamos.

Isso não significa, obviamente, que não estejam sendo realizadas importantes ações no setor. A Secretaria de Defesa Civil, ligada ao Ministério de Integração Nacional, tem mostrado sensibilidade competência, ao apostar em Centros de Monitoramento Climático, capacitação de equipes e obras em diferentes Estados do país.

Defesa Civil não pode ser, contudo, uma política de governo, mas de Estado, incluída em nosso ordenamento jurídico, garantindo-lhe eficácia perene. Não deve, igualmente, depender da ação do governo federal: é preciso organização local, nos municípios e Estados, de forma descentralizada e independente, mas articulada.

Continuamos aguardando. E cobrando.

Mas não posso deixar de me questionar, e de compartilhar essa dúvida com meus nobres colegas senadores: até quando? Quantas tragédias serão necessárias para tomarmos consciência da urgência do assunto? Quantas vidas serão desperdiçadas?

Também é responsabilidade deste Parlamento dar essa resposta, da forma mais breve possível.

Até lá, que Deus nos projeta e conforte as vítimas da tragédia na Serra Fluminense.

São nossas reflexões, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns pelo pronunciamento de V. Exª, na linha da prevenção.

De imediato, como orador inscrito, também, o Senador Capiberibe, que trocou com a Senadora Vanessa Grazziotin. Em seguida, Ivo Cassol, Angela Portela, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Paulo Bauer, Paulo Paim, Ana Amélia, Jorge Viana, Vanessa e Pedro Taques.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, o assunto que me traz a esta tribuna neste dia de São José, padroeiro da minha cidade, padroeiro da cidade de Macapá, diz respeito a mais uma armação perpetrada contra mim, envolvendo também o Senador Randolfe Rodrigues, armação organizada por políticos adversários que tentam retomar o poder no Amapá a qualquer custo.

Por isso, uso a tribuna para ler uma carta que o Senador Randolfe Rodrigues enviou a cada Senadora e a cada Senador desta Casa, em que desmonta esse dossiê de que, eu tenho certeza, nesta Casa, todos tomaram conhecimento:

> *Prezado Senador,*
>
> Em cumprimento à máxima que dita que à mulher de César não basta ser honesta, deve parecer honesta, venho à sua presença esclarecer os fatos narrados, em absurdo e descabido dossiê, que foi entregue nos gabinetes de cada um dos senhoras e senhores parlamentares desta Casa.

Trata-se de produção de um grupo político amapaense, ligado diretamente aos indiciados na Operação Mãos Limpas, da Polícia Federal, que vem utilizando-se de dados grosseiramente criados e falsificados para divulgar graves calúnias a meu respeito.

Tais calúnias tiveram início durante a campanha eleitoral para a Prefeitura de Macapá, quando este grupo enviou para os principais veículos de comunicação do País recibos forjados que provariam que eu haveria recebido um mensalão quando Deputado Estadual, com a finalidade de votar favoravelmente aos projetos de interesse do Poder Executivo Estadual, à época comandado pelo Senador João Capiberibe.

Como se verifica, tais denúncias não tiveram a repercussão que meus adversários queriam, talvez até mesmo pelo absurdo que significaria o recebimento de propina com recibo assinado pelo corrupto e elaborado pela própria Casa Legislativa. [Seria o primeiro caso de corrupção, não é Senador? Só faltou registrar em cartório.]

No entanto, apesar da pouca repercussão, em virtude da gravidade das falsas denúncias, ingressei com pedido de abertura de inquérito policial junto à Polícia Federal no Amapá para que fosse apurada a falsidade dos documentos apresentados como sendo recibos, bem como a ocorrência dos crimes de calúnia, injúria e difamação.

Além dessa medida, ingressei com pedido de investigação junto ao Ministério Público Federal para que fossem apuradas todas as denúncias que existem contra mim.

Embora acreditasse que diante das medidas tomadas tal grupo encerraria com a tentativa de achincalhe que estava perpetrando contra mim, fui surpreendido com a divulgação do referido dossiê, acompanhado de uma notitia criminis endereçada ao Presidente do Senado Federal e ao Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar dessa Casa acusando a mim e ao Senador João Capibaribe de diversos crimes, todos eles relacionados ao alegado recebimento de dinheiro público para a votação de projetos de interesse do então Governador do Estado do Amapá. [Eu acrescentaria, aqui, a sua carta, Senador, que esse dossiê também foi encaminhado ao Supremo Tribunal Federal.]

Tal documento, todo ele baseado em informações falsificadas e manipuladas, tem a clara finalidade de me causar constrangimento e, sem qualquer sombra de dúvida, está diretamente ligado à disputa política local, já que busca atingir a duas importantes lideranças amapaenses que, nem de longe, foram alvo da Operação Mãos Limpas, numa tentativa de colocá-los no mesmo nível de seus aliados.

Além das medidas acima citadas, protocolizei requerimento de informações na Assembleia Legislativa do Estado do Amapá com base na lei de acesso à informação, solicitando cópias de todos os comprovantes de pagamento em meu nome, bem como de todos os recibos que porventura tenha assinado durante meu mandato como Deputado Estadual.

Da mesma forma, estou providenciando os extratos de minha conta bancária por todo esse período, o que comprovará que recebia da Assembleia Legislativa tão somente meu salário de deputado, sem qualquer tipo de acréscimo ou acordo com o Poder Executivo.

A respeito de meus detratores, cabe salientar que se trata de: [E aí o Senador cita um por um.]

– Fran Soares Júnior: ex-presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, afastado da presidência por corrupção, indiciado na CPI do Narcotráfico da Câmara dos Deputados em 2000 por formação de quadrilha, improbidade administrativa, associação ao narcotráfico, dentre outros delitos.

[E se me permite, gostaria de ler uma declaração registrada em cartório deste Sr. Fran Soares Júnior. Ele declara:]

Pelo presente instrumento público de declaração, no pleno gozo de minhas faculdades mentais, na condição de Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, venho tornar público que, na condução do meu processo de afastamento da Presidência desta Casa de Leis, adotei expedientes não convencionais que consistiram em adulterar documentos contra a pessoa do Deputado Estadual João Jorge Goulart Salomão de Santana, como forma de vinculá-lo a falsos ilícitos relativos ao uso dos recursos desta Casa.

A presente declaração tem por objetivo esclarecer, invalidar ou substituir toda e qualquer documentação que venha a ser apresentada nos termos de que trata a presente declaração, mais especificamente, no que concerne a desmentir toda e qualquer denúncia falsamente proferida contra a pessoa do Deputado João Jorge Goulart Salomão de Santana,

envolvido no afastamento de minha pessoa da Presidência desta Casa.

A presente declaração é verdade e dela dou fé pública, estando apta a produzir seus efeitos legais junto a terceiros e aos Poderes Constituídos.

Macapá, 09 de março de 2000.

Fran Soares do Nascimento Júnior

Presidente da Assembleia Legislativa

O Sr. Jorge Viana (Bloco/PT – AC) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Senador Jorge Viana.

O Sr. Jorge Viana (Bloco/PT – AC) – Eu queria, caro Senador Capiberibe, aqui ao lado do Senador Randolfe, e diante do Presidente Paulo Paim e dos colegas no plenário, queria aqui prestar a minha mais absoluta solidariedade a V. Exª e ao Senador Randolfe. Conheço bem a luta dos senhores, de V. Exªs no Amapá. Conheço bem as vitórias que lá não bastam nas urnas, têm que ser nos tribunais, têm que ser na opinião pública, têm que ser no pós-eleitoral e fiquei estarrecido de ver que, mais uma vez, se levanta contra V. Exª, Senador Capi, um esquema no sentido tentar atingir aquilo que V. Exª tem como poucos homens públicos nesse País, dignidade e princípios éticos. Estendo essas afirmações ao meu colega Randolfe que está aqui. Estão vítimas dessa situação toda. Veja, Sr. Presidente, o Senador Capiberibe e, amigos todos da Imprensa que estão vendo, o Senador Capiberibe acabou de ler um documento assinado pelo então Presidente da Assembleia, o mesmo que tenta forjar uma denúncia contra ele, contra o Senador Randolfe. Ele registra em cartório que ele usou de artifício, de artimanha, de falsidade para incriminar uma pessoa, ele estava ali tirando tudo o que havia dito e que aquilo que ele tinha declarado, que ele tinha falado, não tem validade nenhuma e ele faz um registro em cartório. Agora, ele repete as mesmas denúncias que ele fez, lá atrás, contra o Senador Capiberibe e o Senador Randolde. Eu acho que o lamentável é que por conta de atitudes assim é que o Brasil vai convivendo com situações que tendem a nos levar a um nivelamento por baixo. Eu só faço este aparte aqui porque sei que o povo do Amapá conhece a história de V. Exª, Senador Capi, e a do Senador Randolfe. O Senador Randolfe é um dos mais brilhantes Senadores que esta Casa ganhou. O Senador Randolfe é um lutador aqui pelo povo do Amapá, pela Amazônia, pelo Brasil, pela ética. É uma pessoa honesta, ética e decente. Aí vem político de quinta categoria, comprovadamente corrupto, envolvido em esquemas, sendo braço de crime organizado, atingir a honra de quem tem honra. Quer dizer, pessoas sem honra se utilizam das facilidades que temos hoje de acesso a novas mídias para atingir pessoas que o que tem na vida é a honra. Então, presto minha solidariedade, Senador Capi. Estou certo de que estamos diante de um caso de polícia, não de política. E um cidadão como esse tem de prestar contas à Polícia pela bandidagem que anda fazendo contra pessoas de bem, como é V. Exª, Senador Capi, e o Senador Randolfe.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Capiberibe...

A Srª Lídice da Mata (Bloco/PSB – BA) – Senador Capiberibe...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Capiberibe, a Presidência...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Senador Rollemberg e Senador Randolfe Rodrigues, eu gostaria só de concluir a leitura da carta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Capiberibe, quero dizer que lhe vou dar o tempo necessário e que as palavras do Senador Jorge Viana são também a fala deste Presidente.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Obrigado, Senador Paim.

Obrigado, Senador Jorge Viana.

Eu gostaria só de concluir, porque mais dois nomes foram indicados pelo Senador Randolfe Rodrigues na sua carta:

– Moisés Souza: ex– Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, também afastado da presidência por corrupção, responde na Justiça por formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, peculato, falsidade ideológica, fraude em licitações, corrupção passiva e falsidade documental, dentre outros delitos. Recebeu irregularmente R$139.594,71 em diárias nessa Legislatura.

– Edinho Duarte: Deputado Estadual, assim como Moisés Souza, responde na Justiça por formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, peculato, falsidade ideológica, fraude em licitações, corrupção passiva e falsidade documental, dentre outros delitos. Recebeu irregularmente R$213.149,97 em diárias nessa Legislatura.

Por aí é possível verificar que a intenção dos "denunciantes" é arrastar para a lama onde se encontram seu adversário político e principal denunciador.

Informo, ainda, que todas as medidas judiciais cabíveis estão sendo por mim tomadas em relação àqueles que me caluniam.

Senador Randolfe Rodrigues

Concedo-lhe um aparte, Senador Randolfe.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – Senador Capiberibe, eu queria cumprimentar V. Exª. Eu já tinha utilizado a tribuna na semana passada, mas quero completar as informações de V. Exª, inclusive com a leitura da carta que foi lida por V. Exª neste momento. Na verdade, Senador Capiberibe, trata-se de uma busca de salvo-conduto do crime organizado no Amapá. É isso. Qual o melhor mecanismo de salvo-conduto para eles? Colocar todos na lama emporcalhada que eles frequentam. As acusações não batem com os fatos, pelos depoimentos que existem, inclusive, de parlamentares que eram oposição ao senhor na época. E não batem com os fatos da razão. Eu era, com muito orgulho, base do governo de V. Exª naquele momento. Não há como sustentar isso! O que o denunciante se esquece de falar é que ele foi enfrentado por nós desde o dia em que tomou posse na Presidência da Assembleia Legislativa. O que ele não coloca no dossiê dele são matérias como a do *Jornal do Dia* da época. Na época, foi dito que "Randolfe vence questão judicial contra o aludido denunciante". Na época em que ele disse que nós recebíamos recursos indevidamente, nós íamos à Justiça para garantir o pagamento de salário, que ele se negava a pagar para aqueles parlamentares que eram oposição a ele. Foi devido à atuação do seu governo, Senador Capiberibe, e devido à atuação que tivemos na Assembleia que esse senhor foi indiciado pela CPI do Narcotráfico, por envolvimento com tráfico de drogas. Foi devido à nossa atuação que o senhor e eu, na época, fomos ameaçados de morte e tivemos de andar com segurança, devido ao esquema criminoso orquestrado, naquela época, por esse senhor. Na verdade, o que buscam, repito, é um salvo-conduto, porque o esquema criminoso da época não foi desmontado. Aliás, nos anos seguintes, quando terminou o seu governo, esse esquema se fortaleceu, resultando na Operação Mãos Limpas da Polícia Federal, que levou boa parte deles para as celas penitenciárias da Polícia Federal, para as celas penitenciárias da Papuda, aqui, em Brasília. Esses senhores foram novamente enfrentados por nós agora, recentemente, quando V. Exª e eu apoiamos as ações do Ministério Público Estadual e do Ministério Público Federal para afastar o corrupto Presidente da Assembleia Legislativa, Sr. Moisés Souza. Eles foram enfrentados por nós agora. E eles tentaram caluniar – pasmem! – o Ministério Público. Na verdade, isso está esclarecido. Nós mesmos fomos à Procuradoria Geral da República na semana passada e solicitamos ao Procurador-Geral da República a investigação. Amanhã, eu terei acesso ao meu sigilo bancário, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, que comprova a inexistência de qualquer acusação, e receberemos também os documentos da Assembleia Legislativa. Além disso, solicitei perícia nos documentos. O vagabundo, bandido, caluniador vai responder na Justiça por mais um crime, agora por calúnia e difamação. Pouca diferença fará para ele, visto que alguém que foi indiciado por tráfico de drogas, ameaça à integridade física de pessoas, corrupção ativa, corrupção passiva, peculato e formação de quadrilha pouco vai se preocupar com calúnia, injúria e difamação. De qualquer forma, terá mais um processo para responder. Por fim, Senador Capiberibe, trata-se de uma ofensiva do crime organizado do Amapá. Advirto o crime organizado do Amapá: não passarão, vão perder mais essa e não nos vão levar para chafurdar no esquema emporcalhado da lama da corrupção que eles, lamentavelmente, movimentaram no Amapá durante anos. Que fique claro que o tempo da corrupção, dos desmandos e do comando do crime organizado nas coisas públicas do Amapá acabou!

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Obrigado, Senador Randolfe.

A estratégia dos políticos desonestos é colocar todos na vala comum, para que não haja salvação, para que não haja esperança. Faço este alerta para quem está nos ouvindo, para os aqui presentes: essa é uma estratégia muito comum, colocam todos na podridão, chafurdando na lama, para que não haja nenhuma diferença.

Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Senador Capiberibe, Senador Randolfe, eu quero lhes dizer que V. Exªs nem precisariam perder tempo trazendo explicações sobre essas mentiras que estão sendo reproduzidas em alguns veículos de comunicação. O Senado Federal e o Brasil conhecem V. Exªs, têm acompanhado a trajetória de V. Exªs. Senador Capi, com convicção, sabemos que V. Exª, entre os políticos das últimas gerações, foi o político mais injustiçado deste País. É um homem íntegro, correto, honesto, que fez um grande governo, que iniciou um processo histórico de transparência nas contas públicas e que teve seu mandato cassado porque teve a coragem de enfrentar o crime organizado em seu Estado. Agora, nós todos acompanhamos a trajetória brilhante do Senador Randolfe e compartilhamos dessa mesma opinião, de que é um jovem político correto, honesto, promissor. Já naquela época, eu acompanhava também o desempenho do então Deputado Randolfe, ameaçado de morte, naquela época, pelo enfrentamento ao crime organizado. Mas V. Exªs têm de se acostumar. Efetivamente, isso é o que acontece com aquelas pessoas destemidas que se dispõem a enfrentar o crime organizado. O que

V. Exªs estão fazendo – e fazem muito bem – tem o apreço da população brasileira, a admiração da população brasileira e o reconhecimento da população do Estado do Amapá. Portanto, Capi, nem vou usar a palavra "solidariedade" para me dirigir a V. Exª e ao Senador Randolfe, porque V. Exªs não precisam de solidariedade. Apenas quero registrar aquilo que parte do Brasil já sabe e que o Brasil todo precisa saber: esse é o preço que dois Senadores que combatem o crime organizado pagam pela coragem e pelo destemor de fazê-lo. Portanto, receba aqui a manifestação do nosso apreço, da nossa admiração, tanto V. Exª, que é uma referência dentro do PSB, como também o Senador Randolfe, que tem trilhado um caminho que honra muito o Senado brasileiro.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Obrigado, Senador Rollemberg. Eu queria lembrar que, em 2004, nós tivemos de expulsar um representante do crime organizado que andava de crachá dentro do plenário desta Casa. Tão acintoso era o cerco contra nós, que eles vinham aqui para dentro. Digo isso, para que não nos esqueçamos do que vivemos.

E o Senador Randolfe foi forjado nessa luta, no combate, no confronto com esse tipo de gente. Por isso, está sofrendo os constrangimentos que vive hoje.

Senadora Lídice da Mata, concedo-lhe o aparte.

A Srª Lídice da Mata (Bloco/PSB – BA) – Senador Capiberibe, eu me coloco ao lado de V. Exª e do Senador Randolfe em mais essa batalha. Aliás, eu tive a oportunidade de ir ao Amapá diversas vezes durante o seu governo, para acompanhar sua luta, sua resistência ao crime organizado naquele Estado, sua resistência às práticas de corrupção. Não é à toa que, hoje, nós vemos a reviravolta que está sendo feita na política do Amapá, porque o povo não concorda com a prática dessa gente. Mas o desespero deles, o desespero de saber que não é possível mais fazer o que faziam antes no Amapá, é que justifica essas ações. Portanto, V. Exª nunca deixou de ter ao seu lado a Bahia, o seu Partido na Bahia e também diversos outros partidos progressistas da Bahia, quando, por diversas vezes, estivemos a denunciar as perseguições vividas por V. Exª naquele Estado. Com firmeza de posições políticas e ideológicas, V. Exª sempre as enfrentou. E, agora, a tentativa de colocar nesse mesmo barco de nódoa e de práticas corruptas V. Exª e o Senador Randolfe poderia até ser engraçada, não fosse a tragédia que atinge o povo do Amapá com a presença na política dessas figuras. Muito obrigada.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Obrigado, Senadora Lídice.

Com a palavra, o Senador Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Capiberibe e Senador Randolfe Rodrigues, quero crer que essa campanha difamatória é uma arma utilizada pelos seus adversários na tentativa de contê-los na luta que, juntos, V. Exªs empreendem para alterar os mecanismos de corrupção, de violência e de ameaças utilizados por aqueles que os acusam através de notas falsificadas inseridas nas redes sociais, conforme comprova a carta divulgada pelo Senador Randolfe Rodrigues. Não é de agora que V. Exª, Senador Capiberibe, vem sofrendo em consequência dessa luta. Não desista V. Exª, tampouco Randolfe Rodrigues! Essa é uma luta sã, é uma luta que conta com a sociedade do Amapá e com o beneplácito de todos os Senadores que honram esta Casa. Por isso, a minha solidariedade e o acompanhamento diário desse assunto, porque, se for necessário, instalaremos uma comissão de Senadores para averiguar pessoalmente essas perseguições e essas ameaças de que são vítimas V. Exªs.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Obrigado, Senador Valadares. Muitíssimo obrigado.

Em seguida, falará o Senador Aloysio Nunes.

Passo a palavra ao Senador Paulo Davim.

O Sr. Paulo Davim (Bloco/PV – RN) – Senador Capiberibe e Senador Randolfe, eu não poderia deixar, neste momento, de levar minha palavra de solidariedade aos dois companheiros, aos dois colegas Senadores. V. Exª, Senador Capiberibe, tem uma história que o Brasil inteiro conhece. Nós o conhecemos, conhecemos sua conduta, seu caráter, seu compromisso com a democracia. Fez parte de um momento histórico deste País. Portanto, o Brasil inteiro conhece sobejamente suas ações e seu caráter. Da mesma forma, a história do Senador Randolfe todos nós a conhecemos. Assim, levo aqui minha palavra e minha solidariedade e refuto peremptoriamente qualquer leviandade que, por acaso, estejam levantando contra dois Senadores que são exemplo nesta Casa. Vai aqui a minha solidariedade para V. Exª e para o Senador Randolfe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Muito obrigado, Senador.

Concedo o aparte ao Senador Aloysio.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – Meu caro Senador Capiberibe, quando eu tive conhecimento das torpezas espalhadas contra V. Exª e contra o Senador Randolfe Rodrigues, eu me lembrei de muitos anos atrás, quando V. Exª foi Governador outra vez, e eu trabalhava com o Presidente Fernando Henrique na Secretaria-Geral da Presidência da República. Era o mesmo esquema. Eu sei da luta que V. Exª travou para quebrar um grupo poderoso, um grupo em que se misturavam interesses políticos com

crimes. Eu sei da coragem com que V. Exª o enfrentou. E, agora, eles voltaram à carga. V. Exª pode ficar absolutamente tranquilo. Todos nós sabemos que V. Exª é rigorosamente um homem de bem, assim como essa jovem revelação para nós da política brasileira, que é o nosso querido amigo e companheiro Randolfe Rodrigues. Tenha V. Exª e também o Senador Randolfe Rodrigues a minha total e integral solidariedade para o que der e vier!

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Obrigado, Senador.

Eu vou concluir, Sr. Presidente, mas não quero deixar de dizer que uma das maiores satisfações da minha vida política é ver o Amapá neste momento com três lideranças políticas jovens: o Senador Randolfe Rodrigues, que representa o nosso Estado aqui com brilhantismo; o Governador Camilo Capiberibe; e o Prefeito de Macapá, Clécio Vieira. Os três têm 40 anos, os três foram forjados na luta, os três têm uma história, mesmo sendo tão jovens. Essa é a minha grande satisfação.

Por isso, há essa reação. Eles sabem que esses jovens vão dar continuidade ao modelo novo de fazer política, fazendo as transformações de que a sociedade precisa. E é por isso que eles estão se aglutinando e voltando a atacar. Mas, desta vez, diferentemente daquele período em que me cassaram o mandato, em 2005 – naquela época, eu estava isolado –, hoje nós temos dois Senadores nesta Casa, nós temos o Governador, nós temos vários Deputados Federais. E o Brasil mudou muito, há muito mais transparência hoje.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que há uma coisa que me constrange: ver um lixo como esse dossiê ser encaminhado ao Procurador-Geral da República pelo Presidente do Senado, sem que ao menos o Senador Randolfe Rodrigues e eu tivéssemos conhecimento de que a Casa faria isso. É a primeira vez, na história desta Casa, que se encaminha uma denúncia à Procuradoria Geral da República. É verdade que nós fomos opositores ao Senador Renan Calheiros, mas confesso que jamais me passou pela cabeça que algo assim pudesse ocorrer, havendo nesta Casa uma Corregedoria, onde nós podemos ser ouvidos. Tenho a convicção de que, depois de mostrar uma declaração como essa, em que o signatário desse dossiê se assume como falsário, isso não poderia ir mais longe, teria, sim, de ir para a cesta do lixo. Esse dossiê só merece um lugar: a cesta do lixo. E era o que o Presidente desta Casa deveria ter feito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. João Capiberibe, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento V. Exª, Senador Capiberibe, que tive o privilégio de apartear.

Queria convidar para fazer uso da palavra, já que o Senador Ivo Cassol não está presente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Serei bem breve.

Em relação ao último aspecto aqui destacado pelo Senador Capiberibe, tivemos conhecimento de que o Presidente encaminhou para a Procuradoria-Geral da República. Nós mesmos tínhamos nos antecedido em relação a esses fatos, mas quero exultar, emular, parabenizar o Presidente por esse procedimento no sentido de acreditar que isso passa ser agora um procedimento na Casa.

Acho que nós, como somos homens da República... Há um princípio constitucional que diz que qualquer um é inocente até que se prove o contrário, mas eu sempre digo que esse princípio não vale para homens republicanos. Qualquer acusação sobre nós merece o mais radical esclarecimento por parte das instituições. O Presidente o fez, nós já o tínhamos feito e tenho certeza de que todos esses fatos serão esclarecidos o quanto antes.

Aliás, não vamos alongar isso. Esta semana, esses fatos serão esclarecidos, só que em relação ao procedimento. Espero e quero acreditar que esse seja, a partir de agora, um procedimento a ser adotado uniformemente por parte da Casa.

Obrigado pela condescendência, Presidente Jorge Viana.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu é que agradeço a V. Exª.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Senador Jarbas Vasconcelos.

Peço desculpas à oradora que está na...

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria me incorporar ao pronunciamento do Senador Randolfe, primeiro, por estranhar essa agilidade, a rapidez com que agiu a Presidência da Casa ao encaminhar à Procuradoria – Geral da República (PGR) petição contra os dois Senadores do Amapá:

Senador Randolfe e Senador Capiberibe. Essa prática deve, obrigatoriamente, a partir de agora, se tornar uma rotina da Mesa. Eu confio muito em V. Exª como 1º Vice-Presidente do Senado para que qualquer denúncia que chegar aqui seja encaminhada ao Supremo, à Polícia Federal, ou ao órgão competente, para que sejam adotadas as providências, dentro de 24 horas, como fez o Presidente do Senado, Renan Calheiros. Assim, essa prática hoje inusitada passa a ser regra. O que o Presidente fez com relação aos dois Senadores é uma mudança de comportamento, mas vamos ver se essa mudança perdura ou se ela foi apenas e tão-somente com relação aos dois Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra a Senadora Angela Portela, pelo tempo regimental de 10 minutos.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, também quero aqui demonstrar a minha solidariedade aos dois Senadores do Amapá, Randolfe e João Capiberibe, dois grandes Senadores que muito honram o povo do Amapá e o povo brasileiro.

Saibam, queridos Senadores, que aqui há um reconhecimento do sério trabalho, da conduta digna de cada um de vocês.

Então, quero aqui registrar a nossa solidariedade, o nosso carinho e o nosso respeito à conduta de vocês como Senadores da República do nosso País.

Sr. Presidente, eu queria também aqui falar sobre o plano que foi divulgado, semana passada, pela Presidenta Dilma, no Dia Mundial dos Direitos do Consumidor, o Plano Nacional de Consumo e Cidadania (Plandec), que representa uma nova e moderna política de Estado em defesa do consumidor brasileiro.

Voltado para a regulamentação e modernização das relações de consumo no País, o Plano tem os objetivos de engajar os Ministérios em uma política favorável à defesa do consumidor, fortalecer a legislação, premiar as boas práticas e, primordialmente, punir práticas abusivas de fabricantes, prestadores de serviços, lojas e empresários.

Atento ao setor de telefonia, campeão de reclamações nos Juizados Especiais de todo o País, o Plano também deverá regulamentar as relações entre as operadoras de telefonia e os milhões de consumidores brasileiros. A medida, embora ultranecessária, já passou do tempo de ser adotada. No mês passado, em apenas dez dias, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) multou cinco vezes a operadora Oi por infrações ao Plano Geral de Metas para a Universalização (PGMU).

No despacho da agencia reguladora, o principal motivo é o descumprimento de metas de qualidade na prestação dos serviços, especialmente na telefonia fixa. Somadas, as multas aplicadas pela Anatel às empresas Telemar Norte Leste e Brasil Telecom, integrantes do grupo, chegam a R$96 milhões. As filiais da Telemar Norte Leste punidas foram as dos Estados do Rio de Janeiro, do Amapá e da Bahia. Da Brasil Telecom as filias punidas são as de Santa Catarina, do Mato Grosso, do Distrito Federal e de Goiás.

O Norte do País, onde residem quase 15 milhões de habitantes, é hoje a região que tem a menor densidade de banda larga do Brasil. Naquela região, há Estados que, podemos dizer, vivem uma situação de plena exclusão digital. Cito claramente Roraima, meu Estado, onde os consumidores sofrem com a má qualidade dos serviços de telefonia fixa e móvel prestados à população.

Desde que me tornei Senadora, uma de minhas primeiras providências foi pedir ao Ministério das Comunicações a inclusão dos Estados da Amazônia como prioridade no Plano Nacional de Banda Larga, compromisso que, aliás, foi firmado na mesma Comissão de Ciência e Tecnologia deste Senado pelo Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

Em Roraima, não bastasse a luta que tivemos de travar para conseguir incluir o nosso Estado no Plano Nacional de Banda Larga, a população consumidora dos serviços de telefonia fixa e móvel sofre tanto com a má qualidade dos serviços prestados como com os preços neles praticados.

A Oi, operadora que utiliza a rede de fibras óticas da Eletronorte, entre Santa Elena (Venezuela) e Boa Vista, nossa capital, para ofertar banda larga em nosso Estado, explora o serviço de Internet banda larga em condições de monopólio. Nessa condição, a operadora aplica valores abusivos. Não foi por menos que a Anatel manteve multa de R$10 milhões, aplicada à Oi pela venda casada de planos de Internet com outros serviços de telefonia.

Análise feita pelo Conselheiro Marcelo Bechara e disponível no *site* da Anatel mostra, de forma documentada, que os preços cobrados pela Oi para planos que se limitam à Internet são mais caros que os praticados nos chamados "combos".

Esse, infelizmente, não é um caso isolado no Estado. O Ministério Público Federal em Roraima também ingressou com pedido para que a Justiça Federal reconsiderasse decisão que indeferiu pedido de liminar em uma ação civil pública ajuizada contra a operadora. Conforme constatou o Ministério Público, a precariedade do serviço de banda larga em Roraima deve-se, exclusivamente, a decisões empresariais da Oi.

Todo esse estado de deficiências na expansão do Plano Nacional de Banda Larga, particularmente na Região Norte, é do conhecimento das autoridades que lidam com essa área.

Eu mesma tenho denunciado, nesta tribuna, o sofrimento por que passam milhões de consumidores daquela região, apesar de todas as iniciativas do Governo Federal para implantar esse plano no País.

Essa operadora, que na nossa região cobra tão alto por tão pouco, igualmente não cumpre com contratos assinados e muito menos se mostra preocupada em oferecer um serviço amplo e de melhor qualidade para a população. Em Boa Vista, por exemplo, o pacote de 600kB por segundo custa R$39,90. O de 1MB custa R$54,90, mais caro do que em qualquer Estado do nosso País. Já o de 5MB é R$89,90. Trata-se de um valor bem acima do que foi combinado por meio do Plano Nacional de Banda Larga, que seria de R$35,00, sem isenção do ICMS, por 1MB.

Como já denunciei aqui, objetivando atender o mercado de Manaus, a operadora fez entendimentos com a Eletronorte para usar as fibras óticas da linha de Guri, da Venezuela até Boa Vista. O mesmo não foi feito com relação ao público consumidor de Roraima.

Há algum tempo, embora a Oi tenha anunciado a ampliação dos serviços, com mais estrutura para cobrir os 15 Municípios de Roraima, ainda assim, em todo o Estado, apenas cinco Municípios têm acesso à banda larga, mesmo assim, de forma precária, com preços altos e cobertura deficitária.

Segundo a Telebrás, a previsão do Plano Nacional de Banda Larga para 2012 era a de que apenas a capital seria incluída. E, por meio da Oi, somente os Municípios de Mucajaí e de Caracaraí seriam incluídos. Rorainópolis, o segundo maior Município do Estado, é o único que estava no Plano Nacional de Banda Larga em 2011. E a previsão de meta é de apenas dois Municípios a mais: um pela Telebrás e dois pela Oi.

Em 2009, havia em Roraima 2,4 mil portas de Internet banda larga. Em 2011, esse número passou para 13 mil, e a meta para 2012, muito tímida, era de apenas 7 mil portas de acesso à Internet. Somente na capital, Boa Vista, há 70 mil domicílios localizados em mais de 50 bairros, e, de acordo com a operadora Oi, haveria a expansão de apenas mais 7 mil portas de banda larga, em 2012.

Sr. Presidente, vale destacar que formalizei, junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, pedido de informações acerca dos financiamentos e incentivos recebidos pela Oi, suas subsidiárias e coligadas, diretamente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Com base na Lei da Transparência, o Ministério me encaminhou nota do BNDES que mostra que essa operadora recebeu cerca de R$9,5 bilhões, que garantiam, entre outras, a expansão de infraestrutura de rede e de tecnologia da informação, assim como a expansão e atualização tecnológica da rede de telecomunicações fixa, programadas e, enfim, para melhorar os serviços prestados.

O Procon de Roraima, que diariamente recebe em média 50 reclamações de consumidores, revelou que 30% de todas as reclamações feitas ao órgão estadual referem-se a queixas de consumidores que tiveram problemas com a má prestação de serviços das empresas de telefonia que operam no Estado.

De acordo com a Promotoria do Consumidor de Roraima, as telefônicas também lideram a lista...

(Soa a campainha.)

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – ... de reclamações feitas no Ministério Público.

Tanto no Procon como na Promotoria, as telefônicas são seguidas pelas empresas do sistema financeiro e de cartão de crédito, assim como bancos e financiadoras.

É nesse cenário, Sr. Presidente, de práticas abusivas, que a medida do Governo Federal de criar o Plano Nacional de Defesa do Consumidor poderá servir de alívio à angustia de uma legião de consumidores brasileiros. Estes, como sabemos, sem ter como resolver problemas na compra de produtos e serviços, por meio de órgãos de defesa do consumidor, terminam por recorrer à Justiça.

A decisão de adotar um plano nacional para garantir os direitos dos consumidores é uma das mais importantes iniciativas do Governo, no sentido de proteger a cidadania dos consumidores, melhorando as relações entre o comércio e a clientela.

E olha que essa clientela não é pequena! Estudo do Ipea e do Conselho Nacional de Justiça revelaram que, no ano passado, chegou a 567.487 o total de processos registrados...

(Soa a campainha.)

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – ... somente nos Estados do Rio de Janeiro, Ceará e Amapá por consumidores que recorrem aos Juizados Especiais Cíveis, comumente chamados de Juizado de Pequenas Causas.

Sr. Presidente, queria só mais um tempinho para concluir.

A escolha do estudo por esses três Estados da Federação se deveu ao fato de serem eles os que mostram que a maior parte das ações registradas está relacionada aos direitos do consumidor. Mas, mesmo

muito alto, o número de processos acima referidos não reflete a real demanda dos consumidores brasileiros que são lesados a todo minuto, em seus direitos. Em muitos casos, ainda que a decisão seja favorável aos consumidores, a indenização não cobre os danos emocionais, morais e financeiros sofridos pelos envolvidos.

Fato é que a maioria dos consumidores, em vez de fazer valer seus direitos, acaba sempre por arcar com os prejuízos causados por práticas danosas do comércio. O plano nacional lançado semana passada tem também a relevante iniciativa de reforçar e apoiar estruturas que já atuam na proteção do consumidor, como é o caso dos Procons, que poderão determinar medidas corretivas, restituições de cobranças indevidas e devolução de produtos.

A apresentação, em forma de uma política de Estado, de medidas dirigidas à proteção dos milhares consumidores brasileiros exige uma forte parceria do Poder Executivo com o Legislativo e o Judiciário.

O projeto, Sr. Presidente, tem também a finalidade de reforçar o papel dos quase 700 Procons existentes em 292 Municípios do País, que podem, entre outras sanções, aplicar, de forma tranquila, advertência, cassação da licença, fechamento de estabelecimentos e até multas previstas no Código de Defesa do Consumidor.

O projeto também visa tornar mais rígida a fiscalização sobre as empresas que abusam dos seus clientes e aumentar a multa por desrespeito aos direitos do consumidor.

(Soa a campainha.)

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Concluindo, Sr. Presidente, a intenção do Governo é reduzir significativamente os conflitos no Judiciário e estimular o mercado a melhorar os serviços prestados às clientelas de áreas como a telefonia fixa e móvel, os bancos comerciais, os serviços de cartão de crédito e a área financeiro.

No dia dedicado ao consumidor, a Presidenta Dilma também assinou mais dois decretos: um que cria a Câmara Nacional de Relações de Consumo e outro que regulamenta o comércio eletrônico no Código de Defesa do Consumidor.

Concluindo, faz-se necessário, portanto, que os três Poderes constituídos se unam e priorizem uma pauta que diga respeito à proteção dos direitos de praticamente toda a população brasileira.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento V. Exª, Senadora Angela Portela, e leio o Expediente sobre a mesa.

O próximo orador, para uma comunicação inadiável, é o Senador Eduardo Lopes.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Pois não, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu estava fora do plenário, mas queria me associar às manifestações do Senador Jarbas Vasconcelos, do Senador Aloysio Nunes Ferreira e de outros que fizeram uma manifestação de apoio e solidariedade ao Senador Randolfe Rodrigues e ao Senador Capiberibe. Também, na mesma linha dos Senadores que me antecederam, quero dizer que essa providência tem que ser uma providência rotineira e de tratamento igual para todos nesta Casa. Refiro-me à providência, tomada pelo Presidente, de encaminhar ao foro competente as denúncias recebidas contra os Parlamentares. Quero hipotecar aos dois Senadores a minha total solidariedade porque a questão político-eleitoral, a disputa não pode pressupor o enxovalhamento da moral e do patrimônio pessoal de cada Parlamentar.

Então, eu queria fazer este registro renovando a solidariedade aos dos Senadores e também pedir ao Presidente que tome igual providência em todos os casos análogos que acontecerem.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Pois não. Pela ordem, Senador Pedro Taques, pedindo, mais uma vez, desculpa ao orador que está na tribuna.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu deixo para depois, em homenagem, porque já está na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Não, não. V. Exª está com a palavra. Eu já solicitei.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas para me associar ao que disse a Senadora Ana Amélia e emprestar minha solidariedade ao Senador Randolfe Rodrigues e ao Senador Capi, falando carinhosamente, diante dessas denúncias. Quero dizer que "pau que bate em Chico também bate em Francisco", que essa providência do Presidente do Senado seja em relação a todos os casos, que nós possamos ser useiros e vezeiros, termos isso como uma rotina nesta Casa.

Assim, quero cumprimentar o Presidente e dizer que a rotina é o melhor caminho. Processo, sistema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu cumprimento V. Exª e passo a palavra para o Senador Eduardo Lopes, para uma comunicação inadiável.

V. Exª dispõe do tempo regimental de cinco minutos.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, obrigado.

Eu quero cumprimentar todos que acompanham esta sessão.

Antes de mais nada, eu queria me solidarizar com o povo da cidade de Petrópolis, onde, infelizmente, mais uma vez, tivemos ali uma tragédia devido às chuvas. Infelizmente, por um lado, mas, por outro lado, sempre aqui chamamos a atenção para a prevenção, para a precaução, para que isso não possa acontecer.

Em 2011, a cidade foi palco da maior tragédia brasileira, quando tivemos 916 mortos. Agora, temos notícias de que já chega a 21 o número de mortos dessas últimas chuvas.

Então, solidarizo-me com as famílias. Infelizmente, nada vai trazer os familiares de volta, mas solidarizo-me com as famílias dos mortos da cidade de Teresópolis. Da mesma forma, como fizeram os que me antecederam, solidarizo-me com o Senador Randolfe, com o Senador Capiberibe, quanto à investigação, para que tudo possa ser esclarecido.

Mas, o que me traz aqui, para fazer esta comunicação inadiável, é falar a respeito da decisão que foi tomada pela Ministra Cármen Lúcia, ontem, em relação à distribuição dos *royalties*.

Quero lembrar que, na fábula *A Nova Roupa do Rei*, de Hans Christian Andersen, a vaidade do monarca o leva a contratar falso artesão, que lhe promete uma roupa mágica, linda e, sobretudo, cara, que apenas os mais sábios poderiam ver. O máximo que a cobiça por ostentação poderia oferecer. Colocada a vestimenta, por ninguém vista, pois ela não existia, os elogios foram unânimes, uma vez que aos súditos e muito menos ao rei convinha parecerem pouco inteligentes.

Durante o cortejo que se seguiu, a admiração foi total, mas eis que, do meio da multidão, um jovem grita, inadvertidamente: "O rei está nu." Passado um instante de perplexidade, os ares de erudição são retomados, e a festa prossegue. Ao rei convinha manter a postura de sábio; e aos súditos, colher os frutos disso.

Isso é mais ou menos o que se passa no Congresso Nacional com a imposição de se estender a distribuição dos *royalties* do petróleo aos Estados não produtores.

Para alento das consciências e para dar manto de virtude a uma atrocidade contra os Estados produtores, montou-se um espetáculo no qual os personagens se revezam na afirmação da legalidade e da justiça da medida.

O grito da minoria, em meio à festiva multidão, é ignorado. Mas eis que agora se levanta um brado vigoroso do outro lado da praça, da sede do Supremo Tribunal Federal, a denunciar: "O rei está nu."

O rei está nu, Sr. Presidente!

A lona cai e, diferentemente do que se dá na fábula, espero que, em vez de esta Casa prosseguir sua marcha como se nada ocorresse de anormal, a maioria ceda à necessidade de uma postura política, democrática e sensata, que cubra a nudez constrangida da ganância indisfarçada. Que de agora em diante reine a humildade necessária à admissão do erro, a inteligência e a sabedoria, indispensáveis para encontrarmos, juntos, uma solução reparadora.

Quero também dizer – e faço isto como comunicação inadiável – que, logo após a Ordem do Dia, voltarei aqui, aprofundando mais a respeito desse assunto tão importante, que várias vezes temos defendido na tribuna. Aqui continuaremos sempre na defesa do Estado do Rio de Janeiro e também em favor, é claro, do Estado do Espírito Santo.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento V. Exª, Senador Eduardo Lopes.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminhei à Mesa do Senado, há três semanas, um requerimento solicitando que, nos termos do Regimento, a Comissão de Desenvolvimento Regional pudesse ser ouvida e pudesse deliberar a respeito da Resolução nº 1, de 2013. Essa resolução, Sr. Presidente, trata da redução das alíquotas de ICMS para 4%.

Essa é uma resolução que está tramitando especificamente na Comissão de Assuntos Econômicos. Parece-me absolutamente tempestivo e pertinente que também a Comissão de Desenvolvimento Regional possa deliberar sobre esse tema, pela capacidade que essa matéria terá no desenvolvimento regional dos nossos Estados.

Portanto, apresentei esse requerimento e indago de V. Exª sobre a providência adotada pela Mesa Diretora em relação a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Informo a V. Exª que a Mesa recebeu o requerimento de V. Exª, e, como ocorre normalmente, foi

feito um ofício ao Presidente da Comissão, solicitando o envio do processo. Até agora, a Mesa não recebeu, por parte do Presidente da Comissão, o processo que se junta, como V. Exª requisitou.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu peço à Mesa que diligencie às comissões ou à Comissão, para que todo o processado possa chegar à Mesa, e o Plenário possa deliberar sobre esse tema, porque é um tema que tem impacto nos Estados federados, e não há como a Comissão de Desenvolvimento Regional não deliberar, não opinar sobre um tema de tamanha relevância.

Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – V. Exª tem razão. Vamos atendê-lo, nos termos regimentais.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Pois não. Pela ordem, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já são 5h14 da tarde, e nós estamos sem informação nenhuma sobre a Ordem do Dia.

Há uma série de assuntos importantes na pauta, como a medida provisória que destina recursos para a reciclagem de professores, a PEC das empregadas e dos empregados domésticos e a questão do fundo de participação. Tudo isso está na pauta. São matérias que envolvem longa discussão.

São 5h15 da tarde, e nós estamos sem informação. Eu gostaria que V. Exª se manifestasse sobre a perspectiva da Ordem do Dia de hoje, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Já, já. Pela ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é no mesmo sentido do questionamento feito pelo Senador Agripino, e para perguntar, em especial a V. Exª, sobre a Ordem do Dia, dentre outros assuntos, a votação da nova fórmula de partilha do Fundo de Participação dos Estados.

Há um substitutivo, um relatório final, apresentado – chegou agora às nossas mãos; parece-me, chegou agora às mãos do conjunto dos Senadores –, do Senador Walter Pinheiro. Nós não tivemos, concretamente, o tempo hábil para o debate sobre esse substitutivo e sobre os cálculos finais do substitutivo que, em especial, pelo que está aqui apresentado, se reveste de um prejuízo, notadamente, para os Estados da Amazônia.

Dessa forma, Sr. Presidente, este tema específico, a partilha do FPE, não me parece que nós estamos em condições de votar, no dia de hoje. Primeiro, por uma clara questão regimental. Nós teríamos, Senador Eduardo Braga, que apreciar, primeiro, o procedimento de regime de urgência e, apreciando o regime de urgência, nós precisaríamos de pelo menos 48 horas, conforme prevê o Regimento, para apreciar a matéria.

Por esse conjunto de razões e pela controvérsia que vejo iminente sobre esse relatório que está aqui, que é o que chega agora à nossa mesa, me parece que não é adequado votar a partilha do FPE no dia e no momento de hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência, já, já... Há oradores que pediram pela ordem, como o Senador Pedro Taques, e aí eu tento dar uma satisfação, depois de ouvir a todos que queiram tratar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Só me permita, meu querido Líder Eduardo Braga, só para perguntar a V. Exª se há algum pedido de urgência, em relação a essa matéria, agora, para ser apreciado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas comemorar e lembrar o aniversário da primeira capital do Estado de Mato Grosso: Vila Bela da Santíssima Trindade. Hoje, 261 anos. Foi capital do nosso Estado, da antiga província, por 83 anos. Uma cidade histórica, mas, infelizmente, abandonada pelo atual Governo.

É apenas para cumprimentar a população desse significativo Município do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra, o Senador Eduardo Braga, Líder do Governo nesta Casa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, quero esclarecer ao Plenário, e, com certeza, V. Exª também confirmará logo a seguir, eu fui procurado há cerca de uma hora e meia pelo relator da Medida Provisória do Brasil Carinhoso, a Medida Provisória 586, que se encontra em pauta.

O relator comunicou-me, na qualidade de Líder do Governo, que não se sentiria, hoje, preparado para concluir o relatório conforme estabelece o Regimento, pedindo, portanto, a aquiescência das Lideranças para que pudesse fazê-lo no dia de amanhã ou na próxima semana.

Fiz um apelo a ele para que pudesse ser no dia de amanhã, tendo em vista que esta Casa está com a sua pauta trancada em função dessa medida provisória.

Apenas quero esclarecer à Casa que estamos prontos para votar a PEC conhecida como PEC das

Domésticas, que trata do direito da trabalhadora que apoia e ajuda todas as nossas famílias, em nossos lares, reconhecendo seus direitos trabalhistas, extremamente justa e importante, e, ao mesmo tempo, outras matérias federativas, como é o caso do Fundo de Participação dos Estados.

Com relação ao Fundo de Participação dos Estados, Sr. Presidente, creio que também deverá constar à mesa um requerimento de urgência para que esta Casa possa deliberar. Eu vou apor a minha assinatura e tenho certeza de que outras Lideranças o farão. Inclusive, a Liderança do nosso Partido, com certeza, haverá de se manifestar a respeito.

O Senador Eunício Oliveira reuniu a Bancada do PMDB ainda há pouco, no Senado, e recebeu as delegações da Bancada para que se pudesse manifestar em torno da Bancada.

Portanto, apenas quero dar esses esclarecimentos, em resposta ao Líder Agripino, que, corretamente, questiona V. Exª, e há essas questões de caráter e de ordem regimental com relação ao relator da MP 586, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. *Fora do microfone*.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes, Líder do PSDB na Casa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não tive oportunidade de reunir a Bancada do PSDB para tratar do projeto de lei relativo ao FPE e não o fiz, Sr. Presidente, porque eu não tenho conhecimento do texto final do Relator.

O Senador Walter Pinheiro é um homem diligente, competente, ouviu muitas pessoas, participou e liderou uma audiência pública ainda esta semana, agora, e tive notícias de que o seu parecer, o parecer que ele havia entregue há três semanas, teria já sofrido algumas alterações em função dos diálogos travados por S. Exª. Acontece que eu não tenho o texto. Como é que nós vamos votar um requerimento de urgência sem saber qual é a proposta exata do Relator Walter Pinheiro?

Então, o apelo que faço a V. Exª é que, antes de votarmos a urgência, possamos nós Senadores ter acesso a esse documento. Seguramente, será um documento muito bom porque o autor é muito bom, mas é preciso sempre, em se tratando dessas questões, cautela no exame das entrelinhas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência vai solicitar do nobre Relator Walter Pinheiro que ele possa fazer chegar aos Senadores a última versão do seu relatório sobre essa matéria.

Eu queria dizer aos nobres Senadores e Senadoras que o Relator da Medida Provisória nº 586, Eduardo Amorim, procurou a Presidência e solicitou a compreensão para que a matéria possa ser apreciada no dia de amanhã, tendo em vista que ele precisa concluir e fazer ajustes no seu relatório.

Queria também, respondendo aos Senadores que questionaram sobre a Ordem do Dia, dizer que tive um encontro com o Presidente da Casa. Ainda há pouco, eu estava aqui pronto para fazer a Ordem do Dia, e ele solicitou que pedíssemos ao Plenário, tendo em vista que ele tinha sido chamado para uma audiência na Presidência do Supremo Tribunal Federal, logo voltaria e faria questão de estar aqui, presidindo esta sessão que trata de matérias da maior relevância.

Penso, assim, ter esclarecido os questionamentos do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Leio expediente sobre a mesa.

A Presidência designa o Senador João Vicente Claudino para integrar como suplente a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em substituição ao Senador Antonio Russo, nos termos do **Ofício nº 67, de 2013**, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

A Presidência...

Pois não, Senadora. Só concluindo...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente, diz respeito ainda à matéria do FPE. Estou aqui aguardando para solicitar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – V. Exª com a palavra, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu também penso, conforme já dito por vários Senadores que aqui se manifestaram, que não há mais como votarmos a matéria se nós sequer conhecemos o novo relatório.

Eu participei de parte da audiência pública, na última quinta-feira, e senti não só a preocupação do Senador Walter, mas de vários parlamentares que lá estavam.

Mas, diante disso, Sr. Presidente, eu quero encaminhar à Mesa uma proposta. Eu estou aqui com um requerimento já para colher assinaturas dos meus colegas parlamentares. Entretanto, eu acho que essa iniciativa poderia partir da Mesa Diretora.

Foi publicada no *Diário Oficial* do dia 14 de março – agora, recentemente –, a Resolução nº 3, de 2013, fruto de uma reunião da Mesa Diretora e da aprovação possivelmente deste Plenário, que fala das reuniões temáticas. A Resolução prevê a possibilidade de o Plenário marcar reuniões temáticas inclusive com pauta da Ordem do Dia. E a iniciativa para marcar essas reuniões temáticas pode partir do Presidente da

Casa, dos Srs. Líderes que representem um terço dos Srs. Senadores, ou então da assinatura de um terço dos Srs. Senadores e Srªs Senadoras.

O que eu sugiro, nobre Presidente? V. Exª é Vice-Presidente desta Casa e está na direção neste momento, Senador Jorge Viana. Mas que seja um chamamento da Mesa Diretora para que, no dia em que nós formos votar o FPE, essa seja uma sessão temática, Sr. Presidente, tamanha a relevância e a importância desse assunto. E, para que a gente evite assinaturas de Líderes, assinaturas de parlamentares – e esta ideia foi uma ideia apresentada pelo Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, e teve o apoio de todos –, penso que seria uma grande oportunidade de marcarmos a primeira sessão temática deste Plenário para debater e votar o FPE, Sr. Presidente.

Fica aqui a minha sugestão a V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só subscrevendo a proposta da eminente Senadora Vanessa Grazziotin.

Acho que é o mais adequado, para nós termos o tempo necessário para debater essa complexa temática que envolve toda a Federação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – V. Exªs têm razão, nós ainda temos algo a resolver.

Eu falei com o Presidente Renan para, ouvindo os Líderes, estabelecermos as regras para essas sessões temáticas. Elas precisam também ter regras que estimulem e facilitem o debate, para que não sejam uma repetição do que nós temos nas sessões ordinárias da Casa, inclusive nas deliberativas, como temos hoje.

Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, venho, com fundamento nos arts. 403 a 405 do Regimento Interno do Senado Federal, por força do disposto no art. 58, § 1º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 78 e 79 do Regimento Interno, tendo em vista a resposta da Mesa Diretora do Senado Federal aos Ofícios n°s 25 e 32, de 2013, subscritos pelo Senador Gim Argelo, Líder do Bloco União e Força, assim como em face do que consta da Nota Técnica emitida pela Secretária-Geral da Mesa, Drª Cláudia Lyra, e da decisão desta Presidência anunciada em plenário no dia 12 deste mês de março e publicada no Diário do Senado Federal n° 27, de 13 de março, apresentar a seguinte questão de ordem para indagar a respeito do cumprimento das providências solicitadas aos líderes partidários pela Mesa Diretora do Senado Federal com relação à participação dos Senadores nas comissões temáticas desta Casa e requerer da Presidência do Senado, nesse passo, que sejam oficiados os líderes partidários para que procedam, imediatamente, à indicação dos membros das respectivas comissões, como já feito pelo Bloco União e Força, diante da publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado.

Assina o Senador Antonio Carlos Rodrigues.

Muito obrigado, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Rodrigues, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Quero aproveitar a oportunidade para, respondendo ao Senador Antonio Carlos, esclarecer que a Mesa já determinou que esses critérios sejam levados em consideração. Eles já constam nas publicações do Senado Federal e os Líderes partidários já foram devidamente informados desses novos critérios para a composição das comissões. É fundamental que os Líderes tomem as providências. Ou seja, na prática, encaminho os critérios.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Se os Líderes não tomarem as providências, o Bloco União e Força não tem como assentar seus Senadores nas devidas Comissões. Por exemplo, eu estou designado para duas Comissões, mas, quando eu chego à Comissão, meu nome não consta da lista.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – V. Exª tem razão. Os Líderes que haviam feito as indicações em função dos critérios anteriores não retiraram as indicações, o que devem rapidamente fazer. De modo que a decisão da Mesa e dos Líderes, sobretudo, foi no sentido de acolher esses novos critérios. Só repetindo: alguns Líderes haviam feito as indicações em função dos critérios anteriores e é preciso que haja a retirada desses nomes para que os novos critérios sejam observados em função das novas indicações.

Não sei se V. Exª entendeu.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP. Sem revisão do orador.) – No caso de um Líder não retirar a indicação, os 14 Senadores do Bloco vão ser prejudicados.

Não tenho dúvida de que tem de ser uma decisão da Mesa, porque o caso não é partidário, mas jurídico. São quatro Senadores: três que tiveram seus diplomas cassados e um que renunciou. Não tem cabimento o nosso Bloco não poder indicar – nós indicamos – e não participar das devidas comissões.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Eu concordo com V. Exª mais uma vez. Queria repetir que a Mesa já adotou providências, pôs em prática os critérios, mas é fundamental que os líderes retirem os nomes que foram indicados a mais.

Eu faço um apelo aos líderes partidários que adotaram esse novo critério para que, por favor, facilitem a execução dos critérios novos.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Nós vamos aguardar, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Há um requerimento sobre a mesa.

Peço à Senadora Angela Portela para fazer a leitura do requerimento.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) –

Requeremos, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para os Projetos de Lei do Senado nºs 192, 289, 744 e 761, de 2011, e nºs 35, 89, 100 e 114, de 2012, todos complementares, que tramitam em conjunto e que versam sobre os critérios de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

É o seguinte o Requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 174, DE 2013

Requeremos, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para os Projetos de Lei do Senado nºs 192, 289, 744 e 761, de 2011; 35, 89, 100 e 114, de 2012; todos complementares, que tramitam em conjunto e versam sobre os critérios de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados – FPE.

Sala da Sessão, de de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Não havendo objeção do Plenário, Senador Aloysio, Senador Randolfe...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – ..., a minha ideia, a minha sugestão é deixarmos para votar esse requerimento, como manda o Regimento, logo após a Ordem do Dia e, não havendo objeção, deixarmos a apreciação dessa matéria para amanhã.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, Presidente, permita-me.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Fora do microfone.) – Na semana que vem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – O requerimento será votado hoje.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O requerimento, votado hoje, mas a matéria seria deliberada quando?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Não havendo objeção – e faço um apelo para que isto possa acontecer –, nós poderemos apreciar essa matéria amanhã.

Até faço um apelo, porque essa matéria, como todos sabem, é urgente. Tivemos uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Não foi possível votarmos a mudança de critérios no prazo. Depois, houve uma prorrogação. Então, seria muito importante que votássemos amanhã.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, nós acabamos de conhecer o teor e o conteúdo do relatório do Senador Walter Pinheiro. Acho que a matéria é relevante, a matéria é urgente – V. Exª tem razão –, o Senador Walter Pinheiro, seguramente, fez um trabalho muito esmerado, mas não podemos pecar por excesso de preciosismo em relação ao prazo e não fazermos uma avaliação detalhada em relação a essa matéria, pela capacidade que ela tem de impactar os Estados federados.

Portanto, parece-me não ser razoável nos comprometermos hoje para votarmos a matéria amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Aloysio Nunes Ferreira e Senador Randolfe.

Depois, Senador José Agripino.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, compreendo a urgência, que é objetiva. Não se trata de uma visão de espírito, é objetiva. Louvo até a atitude de V. Exª em marcar uma data, porque, quando não se marca data, as coisas vão sendo levadas, vão sendo postergadas infinitamente.

O meu problema é que não conheço o texto do parecer que será lido em plenário, pois a matéria não tem parecer na Comissão. Eu não poderia, Sr. Presidente, me comprometer a votar amanhã sem ter conhecimento do texto. Sabemos que o Senador Walter

Pinheiro dialogou muito, ouviu muita gente, meditou e tem hoje um texto não sei se ligeiramente ou muito diferente do texto que apresentou algumas semanas atrás.

De modo que eu pediria a V. Exª, eu sugeriria a V. Exª e aos Líderes que se votasse essa matéria depois de amanhã, para termos tempo de dar uma olhada e estudar, consultar as nossas respectivas secretarias de fazenda, as nossas assessorias, para que pudéssemos votar com pleno conhecimento de causa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Randolfe.

Em seguida, Senador José Sarney.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Sem revisão do orador.) – Presidente, tenho três questões. A primeira é a seguinte: estou de pleno acordo com V. Exª no pressuposto. De fato, é uma matéria que teríamos até que ter votado no ano passado, porque o Supremo Tribunal Federal nos concedeu um prazo até 31 de dezembro. Estamos fora dele.

Mas quero apresentar duas questões. A primeira é de mérito, Sr. Presidente. Um debate dessa natureza, um debate delicado – parece-me que, dos três grandes temas da Federação, *royalties*, ICMS e FPE, este é o mais delicado –, precisaríamos, primeiro, ter a presença, aqui, de S. Exª o Senador Walter Pinheiro. Digo isto, Sr. Presidente, porque, no diálogo que tivemos com o Senador Walter Pinheiro e na proposta que chegou agora – reitero: a proposta chegou agora – não está

contemplado o conjunto do que debatemos.

Veja, Sr. Presidente, o princípio do Fundo de Participação dos Estados, conforme a Constituição Federal, é garantir o equilíbrio socioeconômico dos entes federados. A proposta que está aqui, pelo menos a proposta formal que está aqui, contraria esse princípio, porque prejudica em especial os Estados da Amazônia – Amapá, Roraima, Acre, Rondônia –, que são aqueles que, por princípio constitucional, deveriam, inclusive, ser protegidos. Isso é o antônimo do que debatemos com o Senador Walter Pinheiro. Nós gostaríamos de ouvir do Senador Walter Pinheiro uma explicação, gostaríamos de saber se é este o substitutivo final, gostaríamos de saber se serão acatadas emendas de plenário e qual vai ser o procedimento.

Diante disto, Sr. Presidente, ainda não me sinto à vontade sequer para votar o requerimento de urgência. Se for votado, ao final da sessão, o requerimento de urgência – V. Exª sabe muito bem –, reitero os termos do Regimento Interno – art. 345, II –, que prevê que, na segunda sessão deliberativa ordinária... Ou seja, não poderíamos votar essa matéria sequer amanhã, mesmo que apreciássemos o requerimento de urgência sobre o acordo da maioria dos Líderes.

Concluindo, Sr. Presidente, é necessário, então, como primeiro pressuposto, a presença do Relator aqui, o que nós não temos. Em segundo lugar, o substitutivo que temos acabou de chegar às nossas mãos. E, terceiro, para concordar com a forma, temos que ter um esclarecimento sobre o conteúdo.

Nesse sentido, Sr. Presidente, não vejo condições para apreciarmos esta semana a nova fórmula de partilha do FPE.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador José Agripino e Senador José Sarney.

O Senador Benedito de Lira e o Senador Eunício Oliveira pedem a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, acho que há um fato sobre o qual não paira dúvida: no dia 31 de dezembro de 2012, a regra de distribuição do Fundo de Participação se encerrou. O Ministro Lewandowski, excepcionalmente, baixou uma resolução concedendo um prazo de 150 dias, a partir de 31 de dezembro, para que a nova regra fosse definida pelo Congresso Nacional.

Essa história do Fundo de Participação é nitroglicerina pura, mas quem está hoje com a espada de Dâmocles sobre a cabeça é o Congresso Nacional. Esse assunto tem que ser resolvido, e nós sabemos, Sr. Presidente, que esta Casa resolve, e resolve bem, os fatos quando marca data para resolvê-los, porque os entendimentos aí se processam por compulsão, eles passam a ser compulsórios.

Eu assinei o requerimento de urgência por entender que, na hora em que esse requerimento fosse aprovado, V. Exª marcaria uma data para o Relator Walter Pinheiro tirar todas as dúvidas, comparecer ao plenário. E a matéria, assim, passaria a ser a número um da Ordem do Dia, porque ela é de interesse dos Estados, dos Municípios e dos Congressistas e tem data marcada para ser votada. Será votado "sim" ou "não"! Mas a matéria será votada e será aprovada; por um voto, será aprovada.

Então, por essa razão é que eu sou favorável a que o requerimento de urgência seja apreciado, seja aprovado, para que se marque a data e o calendário de votação e para que o Senador Walter Pinheiro compareça, para oferecer seu parecer e sua argumentação e para tirar as dúvidas.

Nós temos um prazo a obedecer: 150 dias. Do contrário, se não se votar, vai haver um buraco negro, e não há regra nenhuma para distribuição de Fundo de Participação nenhum! Isso seria o pior dos mundos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Eu concordo com a sugestão do encaminhamento feita pelo Senador José Agripino.

Senador José Sarney, tem a palavra V. Exª.

O SR. JOSÉ SARNEY (Bloco/PMDB – AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas quero dizer que concordo com o Senador Aloysio Nunes, com o Senador José Agripino e com o Senador Randolfe sobre a necessidade que nós temos de votar com a urgência. Essa matéria é, realmente, como disse o Senador Agripino, extremamente explosiva. Mais do que explosiva, ela diz respeito ao equilíbrio federativo. E o Supremo Tribunal nos deu prazo até 31 de dezembro. Nós não podemos encontrar um acordo de modo a votar novas regras até 31 de dezembro. O Ministro Lewandowski, atendendo a uma solicitação do Senado Federal, estendeu esse prazo por mais cinco meses. Dois meses e meio nós já consumimos sem fazermos nada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Esse prazo vai expirar no dia 27 de junho, Presidente.

O SR. JOSÉ SARNEY (Bloco/PMDB – AP) – Então, nós temos ainda de mandar esse projeto para a Câmara dos Deputados. E a experiência que eu quero invocar é a mesma do Senador José Agripino: nesta Casa, se nós não marcarmos um dia, uma data exata, evidentemente nós não vamos chegar a nenhum acordo, porque sempre é uma matéria de extrema divergência.

Assim, acho que a melhor solução – V. Exª tem o Regimento para seguir – é submeter o requerimento à votação. Se ele for aprovado, nós teremos 48 horas para votá-lo. Nessas 48 horas, evidentemente, o Relator tem de mandar para o plenário, até amanhã, o seu relatório, para conhecimento de todos nós.

Então, nós marcaríamos a quinta-feira e iniciaríamos a discussão na quinta-feira. Se ainda não tivermos número suficiente, não votaremos na quinta-feira, mas já teremos iniciado esse processo, para que isso seja resolvido.

É a minha opinião, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Agradeço a V. Exª.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, os raciocínios desenvolvido pelo Senador Agripino, pelo Senador Sarney são absolutamente verdadeiros. Nós já cometemos um equívoco: durante dois anos esta Casa não tomou conhecimento, não apreciou essa matéria, que é de fundamental importância para os Estados brasileiros. Se nós formos procurar aqui consenso, não haverá nunca, porque quem tem mais quer mais, e quem tem menos quer mais. Então, é muito difícil o consenso.

O Senado terá que se desincumbir dessa tarefa. O regime de urgência não significa dizer que está definido o processo. Votaremos o regime de urgência e, amanhã ou depois de amanhã, poderemos apreciar a matéria.

O nobre Senador Aloysio Nunes e o nobre Senador Randolfe são muito inteligentes e podem absolutamente ver o relatório apresentado pelo Senador Walter Pinheiro. Dentro de uma ou de duas horas, eles terão conhecimento de tudo.

Então, o que precisamos é não cometer mais o equívoco de, com a prorrogação dada pelo Supremo Tribunal... O que podem entender com isso? Se não apreciarmos, o Supremo Federal vai fazê-lo, e depois não podemos reclamar, porque a nossa parte nós não estamos fazendo.

Por isso, Sr. Presidente, como disse o Presidente Sarney, V. Exª tem o Regimento na mão. Votaremos o regime de urgência, e será estabelecido o dia, amanhã ou depois, para que possamos discutir e votar a matéria.

Esse é o caminho, forçosamente, que teremos que encontrar para que tenhamos a necessidade de nos desincumbir dessa tarefa, que é de fundamental importância para a vida dos Estados brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Exª.

Senador Capiberibe e Senador Eunício Oliveira.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é verdade que nós deixamos de fazer o nosso dever de casa. Nós tínhamos um prazo e não cumprimos. Mas é verdade também que nós estamos recebendo o relatório agora, e esse relatório introduziu algumas mudanças. Eu já não sei mais o que está aqui dentro do relatório.

Então, o Relator precisa intensificar a sua articulação com as lideranças, para que, votando o regime de urgência, cheguemos aqui com todos os Senadores.

Se vamos perder ou se vamos ganhar, vamos ter consciência do que está na proposta do Relator.

Era isso.

Eu espero que intensifiquemos e votemos a urgência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Eunício Oliveira. Em seguida, V. Exª.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é para co-

municar a V. Exª que o PMDB concorda em votar o regime de urgência pela relevância dessa matéria, e que cumpramos aqui o Regimento da Casa.

Na quinta feira, nós iniciaremos os debates sobre essa matéria. Se for possível, decorrido o prazo, votaremos na quinta feira.

Se isso não for possível, o PMDB concorda em votar essa matéria, pela relevância que ela tem, na próxima terça-feira.

Acabamos de fazer uma reunião com a Bancada do PMDB, a que o Senador Walter Pinheiro gentilmente compareceu, tirando as dúvidas existentes dentro da nossa Bancada. Fizemos os entendimentos necessários, e o PMDB estará pronto para discutir e votar essa matéria logo após a votação do requerimento de urgência, cumprindo o prazo regimental de 48 horas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, desculpe-me, mas...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Não, com muito prazer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, nós necessitaríamos ter esse mesmo debate que o Senador Eunício anunciou agora, do Senador Walter Pinheiro com a Bancada do PMDB. Precisaríamos desse mesmo debate com a Bancada do Amapá.

Nós não vamos divergir do regime de urgência, Sr. Presidente, contanto que essa votação fique para terça-feira. Aí nós já teríamos uma data marcada para isso.

Mas eu quero advertir que a proposta que está hoje aqui sobre a mesa é uma proposta que prejudica os seguintes Estados da Federação: prejudica o Estado do Acre, que perde 0,23% do seu FPE; prejudica o Estado do Amapá, que perde 0,88%; prejudica o Estado da Bahia; prejudica o Estado do Ceará; prejudica o Estado de Goiás; prejudica o Estado do Mato Grosso, que perde 0,22%; prejudica o Estado do Paraná; prejudica o Estado do Rio de Janeiro, que, se não perdeu muito pelos *royalties*, perde nesta proposta; prejudica o Estado de Rondônia, que perde 0,37%; prejudica o Estado de Roraima; prejudica o Estado do Rio Grande do Sul; prejudica o Estado de Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e Tocantins. E muito prejudica o Estado do Tocantins.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Portanto, essa proposta...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Randolfe, essa tabela certamente é a que foi publicada na semana passada. Já está superada.

O parecer do Senador Walter Pinheiro será publicado amanhã, e ele estabelece critérios neutros. Nós acabamos de ter uma conversa com ele. Não haverá efetivamente perda nenhuma, e haverá, sim, alteração do critério que era levado em consideração, a renda *per capita,* e passará a ser levado em consideração, por ser mais justo, por deformar menos, o critério da renda domiciliar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Permita-me, Sr. Presidente,...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente... Sr. Presidente, só para...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – ... pode ser que tenha outra tabela, mas essa é a tabela decorrente deste substitutivo. Essa é a tabela decorrente deste substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Eunício e Senador José Pimentel.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Só para deixar claro ao Senador Randolfe, que citou aqui o meu Estado do Ceará, não haverá perda para o Estado do Ceará. Eu estou com a tabela na mão, e nós acabamos de discutir essa matéria dentro da Bancada do PMDB. Então, não haverá perda, pelo menos para o Estado do Ceará, e a tabela é neutra. Não haverá perda para nenhum dos Estados brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador José Pimentel, Líder do Governo no Congresso Nacional.

Com a palavra V. Exª.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, a proposta apresentada pelo Senador Walter Pinheiro é uma proposta muito equilibrada. Ele fez, na última quinta-feira, uma audiência pública envolvendo três comissões permanentes do Senado Federal, construiu uma proposta neutra em que todos os Estados têm como piso o valor recebido em 2012.

E a transição passa a ser de cinco anos, exatamente para dar tempo à construção política mais permanente. E o que acrescer a partir de 2013 leva dois critérios de distribuição. Um critério é a população e o outro critério é o que V. Exª externa, que é inversamente proporcional à renda domiciliar.

O que nós queremos fazer hoje é aprovar a urgência e, a partir daí, abrir o grande debate no plenário, porque já esgotamos nas comissões permanentes.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Inácio.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Se há concordância, e tenho a convicção de que, nesta matéria, qualquer Estado prejudicado vai se levantar no plenário, por isso é que precisa da neutralidade. Por exemplo, se prejudicar em um centavo o Ceará, não há concordância nossa. Aí não tem conversa. Se puder, nós obstruímos tudo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Sobre isso não tenha preocupação, porque, pelo que eu vi, o critério que está proposto pelo Senador Walter, Relator da matéria, é neutro.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Não tenho, claro. Claro que ele já tem um novo entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Perfeito.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – E se há entendimento de se votar na terça-feira, se todos concordam, nós aprovamos o requerimento de urgência, de todo mundo. Não vai ter nenhuma divergência.

A única questão é o Senador Walter Pinheiro distribuir aqui a proposta no máximo até amanhã, para todo mundo ficar tranquilo de que não vai ter o seu Estado prejudicado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Acho que, nesse caminho, já saímos desse impasse do requerimento. Já aprovamos o requerimento. Se houver, fazemos a aprovação por aclamação do requerimento de urgência dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Presidente…

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Só uma pergunta. Amanhã vai estar publicada a proposta do Relator?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – A proposta vai estar publicada e nós vamos votar hoje o requerimento de urgência.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Com a publicação, nós vamos ter uma base única de discussão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Quando a Mesa propôs nós votarmos amanhã, eu fiz questão de falar que seria se não houvesse objeção do Plenário. Mas nós votaremos o requerimento e apreciaremos essa matéria na próxima terça-feira.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Terça– feira! Muito bem, Presidente, é isso!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Acho que esse é o melhor encaminhamento, o encaminhamento consciente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Está perfeito, Presidente, é isso! Muito bem!

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Presidente, eu quero, primeiro, parabenizar V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Wellington Dias...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Parabenizar V. Exª porque foi exatamente por conta da apresentação desse calendário de V. Exª, para o dia 19, que as coisas andaram. Aqui, se não temos a definição de uma data, vai-se empurrando com a barriga. Então, eu quero, primeiro, parabenizar.

Segundo, o Senador Walter Pinheiro... O que eu queria propor, como sugere aqui o Senador Sarney, eu acho que na quinta, com a publicação, amanhã, já abrimos a discussão na quinta-feira, para já na terça-feira, não ter argumentação da falta do debate. Eu acho que se abre a discussão na quinta-feira e, na terça-feira, a votação. Então, tirando isso, acho que cabe aqui apreciar o requerimento de urgência.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente ...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Determino à Secretaria-Geral da Mesa que coloque, imediatamente, na Internet, o parecer do Senador Walter Pinheiro.

Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, estou me colocando plenamente favorável ao requerimento de urgência, porque é um assunto que requer total empenho dos Senadores, para termos essa nova regra decidida, porque não podemos ficar pendurados numa resolução do Supremo Tribunal Federal nessa questão da redistribuição do Fundo de Participação dos Estados.

Por outro lado, reafirmo aqui o compromisso assumido pelo Senador Walter Pinheiro no sentido de que nenhum dos Estados será prejudicado. Colocamos diversas vezes a questão da importância dos Estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, que são os mais dependentes dos recursos do Fundo de Participação dos Estados. E o Senador Walter Pinheiro, em todos os momentos, manifestou essa consciência, esse entendimento.

Então, eu quero estar tranquilo e tranquilizar todos os integrantes dos Estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste no sentido de que não vai haver prejuízo para esses Estados.

E é muito boa a sua saída no sentido de que façamos essa votação não amanhã, mas na próxima

terça-feira, de tal maneira que se possa ter um olhar sobre a tabela e a total garantia de que nenhum Estado do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste venha a ser prejudicado nessa redistribuição do Fundo de Participação dos Estados.

É aquele critério, de princípio, de que os Estados menos desenvolvidos, aqueles que mais necessitam, aqueles mais deprimidos em termos de desenvolvimento são os que têm que ter um olhar prioritário nessa redistribuição do Fundo de Participação dos Estados.

Dessa maneira, estou certo de que vamos construir a melhor proposta para favorecer principalmente aqueles que mais dependem do Fundo de Participação dos Estados, que são os Estados mais pobres deste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Pela ordem, o Senador Ricardo Ferraço. Em seguida, ouviremos o Senador Jorge Viana para começarmos a Ordem do Dia.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas para um esclarecimento, Sr. Presidente.

Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Estou ouvindo V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O debate que fizemos aqui tem a ver com o requerimento de urgência para os novos critérios do Fundo de Participação dos Estados. Não há encaminhamento de regime de urgência para a Resolução nº 01/2013, que tem a ver com a redução das alíquotas de ICMS. É isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Exatamente isso, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Esse tema vai seguir naturalmente, nas comissões...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – O requerimento de urgência é para que nós possamos apreciar na terça-feira – desde já fica marcado – os critérios do Fundo de Participação dos Estados.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – FPE.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – E não há requerimento de urgência para que nós possamos apreciar a unificação da alíquota de ICMS interestadual.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – E quero crer que, se houver, não contará com o apoio de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Sem dúvida nenhuma. Contará sempre.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Jorge Viana e Senador Francisco Dornelles.

Vamos, em seguida, começar a Ordem do Dia. Temos três projetos de resolução para votar na Ordem do Dia, dois embaixadores e a PEC dos empregados domésticos, a PEC que estende aos empregados domésticos e às empregadas domésticas os demais direitos trabalhistas.

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta matéria para a qual estamos votando urgência, um requerimento de urgência, é uma matéria sobre a qual o Senado, por deliberação do Supremo, teria de apresentar uma alteração na lei. Esta Casa teve dois anos para apreciar.

Nós estamos aqui com a possibilidade de apreciar esta matéria, nos próximos dias, sem ter o conteúdo daquilo que vamos apreciar. São contas complexas, e a decisão do Supremo foi por conta dos mecanismos adotados. Nos repasses do FPE, não se cumpriu a Constituição.

Na Constituição, está bem claro: é um instrumento de construção da Federação, fazendo com que haja um tratamento diferenciado entre Estados da Federação, para que possa haver uma igualdade, inclusive com a dinâmica. E é exatamente por não haver essa dinâmica, aqueles Estados que alcançaram uma situação econômica vantajosa devem sair daquele critério, para que os recursos diferenciados sigam chegando aos Estados que mais precisam, especialmente os da Região Norte e da Região Nordeste.

Fizemos um apelo e tivemos a palavra do Senador Walter Pinheiro de que o ano-base usado seria 2011. A informação que nos está chegando é de que, na nova proposta, o ano-base é 2012.

De nada vai adiantar querer cumprir uma decisão judicial do Supremo se nós não levarmos em conta que esse é um instrumento dos mais eficientes que o País tem de diminuir as desigualdades regionais entre os entes da Federação, que são os Estados.

Nós queremos colaborar pela deliberação desta matéria, mas precisamos, Sr. Presidente, contar com a compreensão dos demais colegas, representantes dos outros Estados, para que Estados como Acre, Amapá, Roraima não saiam prejudicados, porque isso eles já vêm sendo ao longo de décadas neste País.

Então, peço a V. Exª o tempo necessário para o entendimento, já que dois anos não foram suficientes. Estamos perto de um entendimento, mas, principal-

mente, olhando para os Estados que mais precisam, porque está estabelecido na Constituição que o FPE é um instrumento de fazer o fortalecimento da Federação, e não o enfraquecimento dela. Colocar os Estados menos aquinhoados em uma situação de mais dificuldade é enfraquecer a Federação, e não fortalecê-la.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – O encaminhamento de V. Exª será levado em consideração.

Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria dizer a V. Exª e a esta Casa que quero cumprimentar o Senador Walter Pinheiro pelo grande trabalho que ele está fazendo, procurando o entendimento. Realmente, durante um período que vai até 2016, 2017, 2020, o período que ele fixar, não haverá perda para ninguém porque os Estados vão receber o que receberam em 2011 e 2012 com a correção pelo IPCA. Entretanto, vai existir um novo critério. Esse critério vai se aplicar ao excesso, àquilo que excedeu o valor de 2011/2012, e vai vigorar a partir de 2016/2017.

Isso é importante, e é preciso que cada Senador saiba qual vai ser a posição do Estado. Nenhum Senador pode votar no escuro, para, depois da votação, chegar ao seu Estado e ser informado de que ele votou uma proposta pela qual o Estado saiu perdendo.

Por isso, pediria a V. Exª, Sr. Presidente, porque é importante que cada Senador saiba o que está votando, pois os números realmente estão contraditórios. Então, precisamos ver qual é a tabela final do Senador Walter Pinheiro para que cada um possa se posicionar.

O trabalho é bem feito, até 2016/2021 não há perda, mas o novo critério, obrigatoriamente, vai trazer algum ganho ou alguma perda para alguns Estados, e é importante que cada um saiba qual é a posição definitiva do seu Estado.

Por isso, acho importante que V. Exª, que vai presidir esse debate, informe a cada Senador sobre a proposta final do Senador Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – A Secretaria-Geral da Mesa já está orientada a publicar imediatamente, na Internet, o parecer do Senador Walter Pinheiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, permita-me, por fim.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Randolfe, com muito prazer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Sem revisão do orador.) – Particularmente, Presidente, não me sinto à vontade. Acho que seria indispensável a presença do Senador Walter Pinheiro aqui e agora, para apreciação desse regime de urgência, notadamente pelas divergências e dúvidas que S. Exª nosso eminente Ministro e Senador Francisco Dornelles apresentou agora. Nós temos dúvidas! Nós não sabemos qual é o que está valendo: se é este que chegou às nossas mãos agora, se é um outro substitutivo que dizem que existe, que tem uma nova pactuação, que V. Exª muito bem aponta. Nós não sabemos qual está valendo.

Antes mesmo da votação da urgência, Sr. Presidente, se me permite, não me sinto à vontade e confortável para votar a urgência de uma matéria que não sei qual é o seu conteúdo final. Seria indispensável duas coisas: primeiro, o conhecimento; segundo, no mínimo, a presença aqui do Senador Walter Pinheiro para esclarecer, de fato, o que vale: se é esta proposta com a perda dos Estados que acabei de citar, ou se é o substitutivo, que inclusive V. Exª muito bem citou, que existe em relação a esta matéria.

Não estou à vontade para votar a urgência sem esse esclarecimento. Como V. Exª vai apresentar o requerimento de urgência ao final da Ordem do Dia, nós fatalmente voltaremos a debater o tema.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG. Sem revisão do orador.) – Apenas, Sr. Presidente, uma rapidíssima consideração, dada não apenas a complexidade, mas também a importância deste tema.

Tenho feito aqui críticas permanentes e contundentes em relação à falta de liderança do Governo na discussão dos temas federativos.

Esta matéria, Sr. Presidente, que diz respeito aos novos cálculos de distribuição do Fundo de Participação, deveria vir ao lado de outras matérias que têm o mesmo objetivo: o fortalecimento da Federação.

Discutiu-se, na última semana, proposta encaminhada por Governadores da grande maioria dos Estados, propondo, inclusive, um novo cálculo que viesse a incluir as contribuições na base de cálculo da constituição do Fundo e, obviamente, da sua repartição, temas como o que diz respeito aos novos critérios de ICMS nas transações interestaduais, assunto que foi objeto de uma intensa e profunda discussão, hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos, a própria questão dos *royalties*, a questão da dívida dos Estados, da Lei Kandir... Enfim, há um conjunto de medidas que, se houvesse uma coordenação e uma disposição clara do Governo de enfrentar esses contenciosos, permitiriam ao Brasil sair dessa discussão não conflagrado, como nós saímos da última votação em relação à divisão dos *royalties* do petróleo, mas como uma federação mais efetiva.

Portanto, aqui fica um alerta: seria necessário que houvesse, por parte do Governo, a disposição de

colocar na mesa cada um desses temas, avaliando onde estariam as perdas, para que elas pudessem ser compensadas por eventuais ganhos.

Não tendo havido isso, Sr. Presidente, e assistindo a mais uma omissão do Governo em matérias tão complexas, é importante nós dizermos que, em relação aos novos critérios de repartição do Fundo de Participação, não é plausível, não é razoável, não é adequado que nós votemos isto açodadamente.

Conforme disse, com muita correção, o Senador Francisco Dornelles, é preciso que cada Parlamentar, que cada Senador possa compreender com clareza não apenas os ganhos ou perdas do seu Estado, do Estado que representa, mas, efetivamente, o que isso representa para amalgamarmos, para fortalecermos a Federação ou para, novamente, vermos a Federação conflagrada e dividida, o que, parece-me, não tem sido, Sr. Presidente, uma preocupação do Governo Federal até aqui.

Fica, portanto, mais um entre tantos apelos no sentido de que tenhamos um tempo mais extenso para discutir esta matéria com a profundidade que ela merece, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Exª.

Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu reivindicaria a presença do Relator aqui, para nos ajudar, até porque votar um requerimento de urgência na ausência do Relator...

O Relator sabia que esse projeto estava na pauta. Portanto, é fundamental que nós tenhamos a orientação do Relator nesse debate. Vamos ver se o Relator nos ouve e nos acode neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nós já determinamos a publicação do parecer do Senador Walter Pinheiro imediatamente na Internet. Então, nós vamos ter esse parecer disponibilizado a partir de agora pela Internet.

A urgência desse projeto – já disseram aqui e eu queria repetir – se faz pela própria natureza dele e pela decisão do Supremo Tribunal Federal. Depois, a compreensão de que, se nós não marcarmos a data para a apreciação dos critérios, dificilmente, como esta é uma matéria que conflita interesses, nós chegaremos a bom termo.

Senadora Vanessa.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, V. Exª ainda não tinha chegado ao plenário – o Senador Jorge Viana estava na direção da sessão – quando foi dito que não votaríamos mais a matéria hoje, porque nos ressentíamos da falta do relatório e de uma tabela que não gerasse qualquer dúvida. Com qualquer dúvida sobre a tabela, a votação ficará naturalmente prejudicada.

Mas, Senador Renan, sugeri ao Senador que dirigia a sessão – e o faço a V. Exª – que, no momento em que fôssemos votar a matéria, pudéssemos transformar a sessão em sessão temática, como V. Exª propôs e como o Diário Oficial já publicou na sua edição do último dia 14 deste mês. Toda a sessão seria dirigida ao debate sobre o FPE, que é uma matéria muito importante, Sr. Presidente. Há anos, essa matéria aguarda por decisão. Sabemos todos que não é uma decisão definitiva. O Relator está buscando métodos e mecanismos para se manter a matéria tal como está hoje, e, daqui a cinco anos, mais adiante, deveremos votar novamente e, aí sim, trabalhar critérios que sejam mais permanentes e também mais justos, Sr. Presidente.

Então, quero repetir a V. Exª a sugestão que fiz ao Senador Jorge Viana, para que tivéssemos um dia diferente. E V. Exª foi quem propôs isso. Poderíamos passar todo o dia aqui debatendo, inclusive na Ordem do Dia, somente o FPE e nada mais, porque é uma matéria que merece não só um profundo estudo, mas também um debate, para que o Brasil todo possa ficar bem informado acerca do conteúdo da matéria que iremos votar.

Obrigada, Senador Renan.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – A Senadora Vanessa propõe que, na próxima terça-feira, haja a primeira sessão de debate temático sobre o critério do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Não havendo objeção da Casa, nós poderemos inaugurar essa transformação, essa mudança que o Senado Federal fez em seu Regimento. Nós poderemos debater a matéria e, ao final, como prevê o Regimento, votar, deliberar. A Senadora está propondo que nós transformemos a sessão de terça-feira em uma sessão temática de debate. Aliás, essa seria a primeira sessão temática de debate, para tratarmos essa questão dos critérios do FPE.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Exª é proponente dessa inovação de fortalecimento do debate de grandes temas. Quando eu estava na Presidência, informei à Senadora Vanessa que os Líderes precisam trabalhar os critérios mínimos de como vai funcionar essa sessão, onde o debate deve prevalecer. Essa sessão, certamente, não poderá ser feita da maneira como trabalhamos ordinariamente na Casa. Então, ainda temos de resolver os critérios.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – O que nós podemos fazer, para não frustrar a iniciativa da Senadora Vanessa, é convocar a sessão de debate temático para terça-feira e combinar, entre os Líderes partidários, o encaminhamento para essa específica sessão temática. Acho que nós poderíamos fazer isso.

Com a palavra, o Senador José Sarney e, em seguida, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. JOSÉ SARNEY (Bloco/PMDB – AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Exª e, primeiramente, à Senadora Vanessa desculpas por discordar. Eu acho que, se não começarmos a discussão desse assunto, nós não vamos chegar a acordo nenhum, Sr. Presidente.

É preciso cumprir o Regimento e votar o requerimento. Nós temos 48 horas. É o tempo da publicação. A matéria entra em pauta e, em pauta, poderá levar uma semana, dez dias, conforme a necessidade. Mas é preciso começar, Sr. Presidente. Esse é um assunto que nós não podemos postergar mais! Desde dezembro, ele está em pauta, e, agora, nós temos cinco meses, dados pelo Supremo Tribunal Federal, com o prazo extinguindo no dia 30 de junho. E ele ainda tem de ser votado na Câmara dos Deputados. Então, nós vamos para o caos! Que legislação vai ficar?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – V. Exª tem razão.

O SR. JOSÉ SARNEY (Bloco/PMDB – AP) – Então, acho que devemos começar. Começar não significa que se vai resolver nesse dia. A discussão é ampla. O assunto merece um debate longo. O debate levará os dias que forem necessários para que esse assunto seja esclarecido. Mas comecemos!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – V. Exª tem razão.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan, na mesma linha do Presidente Sarney. V. Exª definiu o dia de hoje, a sessão de hoje para que iniciássemos o debate sobre a repartição do Fundo de Participação dos Estados. Acho que nós temos de começar.

Vamos aprovar o regime de urgência e abrir a discussão.

O Senador Walter Pinheiro tem que disponibilizar o seu parecer, até para sabermos como e o que debater.

Eu queria também dizer, Presidente Renan, que é um dever de ofício nosso, do Senado, do Congresso Nacional, definir, de uma vez por todas, as novas alíquotas do FPE. Já estamos com o prazo definido pelo Supremo, que nos deu seis meses. Então, temos que iniciar. O Presidente Sarney tem razão, vai à Câmara dos Deputados. Acho que podemos iniciar o debate logo em seguida da aprovação do regime de urgência.

Eu queria saber de V. Exª, Presidente Renan, da possibilidade de colocar extrapauta, na sessão de hoje, os Projetos de Resolução de nº s 60 e 61, de 2010, que tratam de dois grupos de relação parlamentar do Brasil com países amigos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Se não houver objeção da Casa, faremos isso com muita satisfação.

Item 1 da pauta...

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Sem revisão do orador.) – Ainda em relação a esse tema, concordando com os encaminhamentos, tentando, inclusive, construir um consenso nos encaminhamentos e concordando com os encaminhamentos do Presidente Sarney e da Senadora Vanessa, acho que podemos fazer uma sessão temática. Concordo que temos que delimitar um prazo para a votação disso, mas precisamos do tempo necessário. Temos urgência nisso, temos um problema. Nós não estamos com o Relator aqui para dar os esclarecimentos que nós precisamos.

Diante disso, Sr. Presidente, esta é uma proposta para dialogar com V. Exª e com os Líderes. A minha proposta seria iniciarmos a sessão temática na terça-feira, dia 26, como se está propondo. Só que a semana que vem, o dia 26, na terça-feira que vem, é, inclusive, Semana Santa. É até pecado para alguns Estados, que vão perder se nós votarmos nesse período. Nós poderíamos iniciar a sessão temática na terça-feira que vem e votarmos na terça-feira seguinte, que seria exatamente no dia 3 de abril.

É a proposta que encaminho a V. Exª, para o entendimento de V. Exª e para inaugurar o rito da sessão temática. Parece-me que o rito da sessão temática não poderá ser concluído, encerrado, em uma sessão apenas.

Então, Sr. Presidente, até em homenagem à Semana Santa e à Páscoa, façamos o início do debate na terça-feira, mas votemos na terça-feira seguinte. Isso, no meu entender, contempla, inclusive, o que o Presidente Sarney muito bem apresentou, de termos um prazo para deliberarmos sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) –

ORDEM DO DIA

Item 1 da pauta.

Chega à Mesa, dos Líderes partidários, a informação de que não há acordo, não há consenso para nós apreciarmos o Projeto de Lei de Conversão nº 2,

proveniente da Medida Provisória nº 586, mas nós, como eu disse anteriormente, podemos votar outras matérias que estão prontas para serem votadas: três projetos de resolução, dois embaixadores e a proposta de emenda à Constituição dos empregados domésticos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 18, DE 2013

Projeto de Resolução nº 18, de 2013, apresentado como conclusão do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, que teve como Relator o nobre Senador Humberto Costa, que *autoriza o Município de São Bernardo do Campo a contratar operação de crédito externo, com a garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$125 milhões. (Programa de Transporte Urbano de São Bernardo do Campo.)*

Cópias do referido parecer estão distribuídas nas suas respectivas bancadas.

Discussão do projeto, em turno único. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir o projeto, declaro encerrada a discussão.

Passamos à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

PARECER
Nº 132, DE 2013
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 18, de 2013.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 18, de 2013, que *autoriza o Município de São Bernardo do Campo (SP) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).*

Sala de Reuniões da Comissão, 19 de março de 2013.

ANEXO AO PARECER Nº 132, DE 2013

Redação final do Projeto de Resolução nº 18, de 2013.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, _____, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº , DE 2013

Autoriza o Município de São Bernardo do Campo – SP a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de São Bernardo do Campo – SP autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Transporte Urbano de São Bernardo do Campo – II".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Município de São Bernardo do Campo – SP;

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos);

V – prazo de desembolso: 5 (cinco) anos, contado a partir da data de vigência do contrato;

VI – modalidade: empréstimo com taxa de juros baseada na *Libor*;

VII – opções de conversão: é facultado ao mutuário exercer a opção de conversão de moeda ou de taxa de juros em qualquer momento durante a vigência do contrato de empréstimo;

VIII – amortização: parcelas semestrais e consecutivas, vencendo-se a primeira em até 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses após a data de vigência do contrato, e a última, até 25 (vinte e cinco) anos após a data de assinatura do contrato de empréstimo;

IX – juros: incidirão sobre os saldos devedores diários, vencendo-se o primeiro pagamento 6 (seis) meses após a vigência do contrato, sendo que, enquanto não procedida nenhuma conversão, os juros serão calculados e pagos a uma taxa anual para cada trimestre composta pela taxa de juros *Libor* trimestral, mais ou menos o custo de captação do Banco, mais a margem para empréstimos do capital ordinário;

X – comissão de crédito: a ser estabelecida periodicamente pelo Banco, de até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato;

XI – despesas com inspeção e supervisão gerais: o Banco não cobrará montante para atender despesas com inspeção e supervisão gerais, sendo que, por revisão periódica de suas políticas, notificará ao mutuário um valor devido em um semestre determinado, que não poderá ser superior a 1% (um por cento) do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

§ 1º As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

§ 2º É permitido ao mutuário, já devidamente autorizado por esta Resolução, com o consentimento formal do fiador, observados os prazos e montantes requeridos no contrato de empréstimo, exercer a opção de conversão de moeda, para desembolso ou para a totalidade ou parte do saldo devedor, bem como a opção de conversão da taxa de juros baseada na *Libor* para um taxa de juros fixa, a incidir sobre parte ou a totalidade do saldo devedor, ou qualquer outra opção de conversão de taxa de juros solicitada pelo mutuário e aceita pelo Banco.

§ 3º Para o exercício da opção referida no § 2º, é autorizada a cobrança dos custos incorridos pelo BID na sua realização, assim como o recebimento de eventuais ganhos decorrentes da conversão.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Município de São Bernardo do Campo – SP na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* é condicionado a que o Município de São Bernardo do Campo – SP celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 156, 158 e 159, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Município ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Município de São Bernardo do Campo – SP quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, bem como o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Discussão da redação final. (*Pausa*.)

Encerrada a discussão da redação final.

Passamos à votação da redação final.

Os Srs. Senadores e a Srªs Senadoras que aprovam a redação final permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a redação final.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16, DE 2013

Projeto de Resolução nº 16, de 2013, apresentado como conclusão do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza a União a realizar operação financeira externa, mediante formalização do Contrato de Reestruturação de Dívida, a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República do Senegal, no valor equivalente a US$6.569.351,22, para reescalonamento da dívida oficial senegalesa com o Brasil.*

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto, em turno único. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir o projeto, declaro encerrada a discussão.

Passamos à votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Há sobre a mesa parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final.

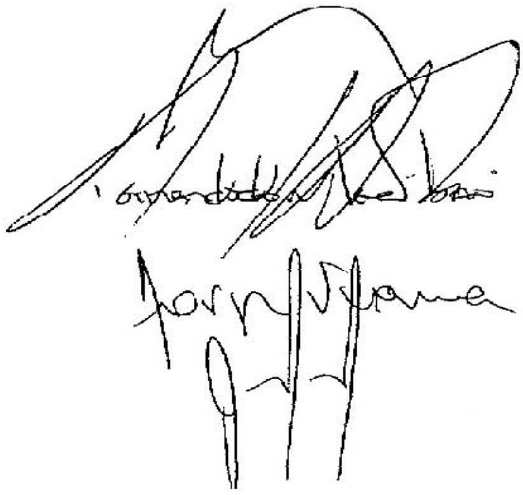
É o seguinte o parecer:

PARECER
Nº 133, DE 2013
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 16, de 2013.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 16, de 2013, que *autoriza a União a realizar operação financeira externa, mediante formalização do Contrato de Reestruturação de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República do Senegal, no valor equivalente a US$ 6.569.351,22 (seis milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, trezentos e cinqüenta e um dólares dos Estados Unidos da América e vinte e dois centavos), para reescalonamento da dívida oficial senegalesa com o Brasil.*

Sala de Reuniões da Comissão, 19 de março de 2013.



ANEXO AO PARECER Nº 133, DE 2013

Redação final do Projeto de Resolução nº 16, de 2013.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, _____, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº , DE 2013

Autoriza a União a realizar operação financeira externa, mediante formalização do Contrato de Reestruturação de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República do Senegal, no valor equivalente a US$ 6.569.351,22 (seis milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, trezentos e cinquenta e um dólares norte-americanos e vinte e dois centavos), para reescalonamento da dívida oficial senegalesa com o Brasil.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º Nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, é a União autorizada a realizar operação financeira externa mediante a formalização do Contrato de Reestruturação de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República do Senegal, no valor equivalente a US$ 6.569.351,22 (seis milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, trezentos e cinquenta e um dólares norte-americanos e vinte e dois centavos), para reescalonamento da dívida oficial senegalesa com o Brasil.

Parágrafo único. O contrato a que se refere o *caput* tem por objeto o reescalonamento da dívida da República do Senegal com o Brasil, oriunda de operações de financiamento à exportação realizadas nas décadas de setenta e oitenta com recursos do extinto Fundo de Financiamento à Exportação (Finex) e cujos créditos passaram a integrar o Programa de Financiamento às Exportações (Proex), por força da Lei nº 8.187, de 1º de junho de 1991.

Art. 2º A operação externa referida no art. 1º e consubstanciada no mencionado Contrato de Reestruturação de Dívida tem as seguintes características financeiras básicas:

I – dívida afetada e consolidada em 25 de julho de 2011: US$ 6.569.351,22 (seis milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, trezentos e cinquenta e um dólares norte-americanos e vinte e dois centavos);

II – valor da remissão parcial: US$ 2.969.804,75 (dois milhões, novecentos e sessenta e nove mil, oitocentos e quatro dólares norte-americanos e setenta e cinco centavos);

III – valor a ser pago: US$ 3.599.546,47 (três milhões, quinhentos e noventa e nove mil, quinhentos e quarenta e seis dólares norte-americanos e quarenta e sete centavos), em 10 (dez) parcelas semestrais;

IV – prazo de pagamento: 5 (cinco) anos a partir do primeiro pagamento a ser efetuado em até 2 (dois) meses após a assinatura do contrato;

V – taxa de juros: 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano) acima da *Libor* (seis meses);

VI – juros de mora: capitalização semestral à taxa de 1,0% a.a. (um por cento ao ano) acima da taxa de juros.

Art. 3º O prazo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Em discussão a redação final. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir a redação final, declaro encerrada a discussão da redação final.

Passamos à votação da redação final.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam a redação final permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada a redação final, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 17, DE 2013

Projeto de Resolução nº 17, de 2013, apresentado como conclusão do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, que teve como Relator o Senador José Pimentel, que *autoriza a União a realizar operação financeira externa mediante a formalização do Contrato de Reestruturação de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, no valor equivalente a US$4.323.293,85, para reescalonamento da dívida oficial santomense com o Brasil.*

Discussão do projeto, em turno único. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir o projeto, declaro encerrada a discussão.

Passamos à votação do projeto.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o projeto.

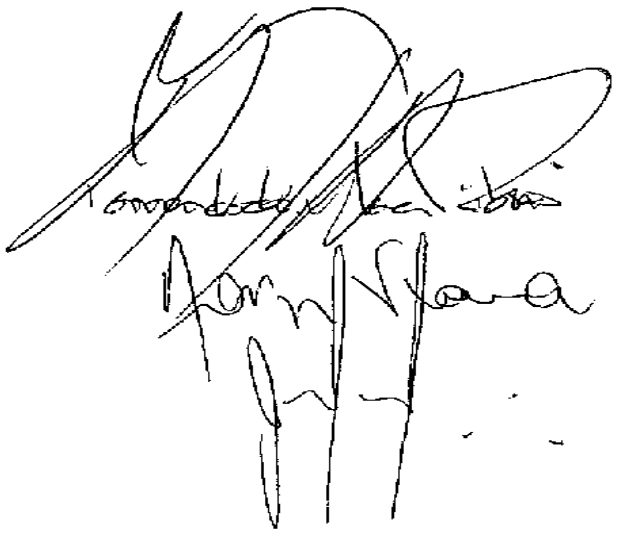
É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

PARECER
Nº 134, DE 2013
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 17, de 2013.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 17, de 2013, que *autoriza a União a realizar operação financeira externa, mediante formalização do Contrato de Reestruturação de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, no valor equivalente a US$ 4.323.293,85 (quatro milhões, trezentos e vinte e três mil, duzentos e noventa e três dólares dos Estados Unidos da América e oitenta e cinco centavos), para reescalonamento da dívida oficial santomense com o Brasil.*

Sala de Reuniões da Comissão, 19 de março de 2013.



ANEXO AO PARECER Nº 134, DE 2013

Redação final do Projeto de Resolução nº 17, de 2013.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, _____, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº , DE 2013

Autoriza a União a realizar operação financeira externa, mediante formalização do Contrato de Reestruturação de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, no valor equivalente a US$ 4.323.293,85 (quatro milhões, trezentos e vinte e três mil, duzentos e noventa e três dólares norte-americanos e oitenta e cinco centavos), para reescalonamento da dívida oficial santomense com o Brasil.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º Nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição Federal, é a União autorizada a realizar operação financeira externa mediante a formalização do Contrato de Reestruturação de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, no valor equivalente a US$ 4.323.293,85 (quatro milhões, trezentos e vinte e três mil, duzentos e noventa e três dólares norte-americanos e oitenta e cinco centavos), para reescalonamento da dívida oficial santomense com o Brasil.

Parágrafo único. O contrato a que se refere o *caput* tem por objeto o reescalonamento da dívida da República Democrática de São Tomé e Príncipe com o Brasil, oriunda de financiamento com recursos do Programa de Financiamento às Exportações (Proex/Financiamento) para aquisição de alimentos e outros produtos essenciais produzidos no Brasil.

Art. 2º A operação externa referida no art. 1º e consubstanciada no mencionado Contrato de Reestruturação de Dívida tem as seguintes características financeiras básicas:

I – dívida afetada: US$ 4.323.293,85 (quatro milhões, trezentos e vinte e três mil, duzentos e noventa e três dólares norte-americanos e oitenta e cinco centavos);

II – valor do reescalonamento: US$ 4.323.293,85 (quatro milhões, trezentos e vinte e três mil, duzentos e noventa e três dólares norte-americanos e oitenta e cinco centavos), igual a 100% (cem por cento) do valor da dívida afetada;

III – condições de pagamento: 7 (sete) parcelas, sendo que a primeira, com valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor total da dívida, deverá ser paga em 2 (dois) meses após a assinatura do contrato, e as demais parcelas, cada uma equivalente a 15% (quinze por cento) do valor total da dívida, deverão ser pagas anualmente, vencendo-se a primeira parcela em 1 (um) ano após o primeiro pagamento;

IV – taxa de juros: *Libor* semestral;

V – juros de mora: 1% a.a. (um por cento ao ano), não incidentes no período compreendido entre 1º de março de 2010 e a data de início de vigência da presente autorização senatorial.

Art. 3º O prazo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Discussão da redação final. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir a redação final, declaramos encerrada a discussão da redação final.

Em votação a redação final.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam a redação final permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada a redação final, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Agora, passaremos à apreciação do dois nomes de Embaixadores.

Item extrapauta:

MENSAGEM Nº 110, DE 2012

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 110, de 2012 (nº 533/2012, na origem), na qual a Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. JOSÉ AMIR DA COSTA DORNELLES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de Timor-Leste.

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que teve como Relator o Senador Jarbas Vasconcelos. **(Parecer nº 135, de 2013–CRE.)**

Em discussão o parecer. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, declaramos encerrada a discussão do parecer.

As Senadoras e os Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Os Srs. Senadores já podem votar.

Nós estamos apreciando a indicação do Sr. José Amir da Costa Dornelles para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de Timor-Leste.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Cristovam, com a palavra V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de solicitar a inclusão na Ordem do Dia do PLC nº 101, de 2008, do Deputado Paulo Rubem, que institui o Dia Nacional do Engenheiro de Pesca, a ser comemorado no dia 14 de dezembro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – A Mesa incluirá o projeto sugerido por V. Exª na pauta, Senador Cristovam Buarque.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se já...

Senador Amorim? Senador Paulo Davim?

Vamos encerrar a votação e declarar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

Senado Federal
54ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

MENSAGEM Nº 110 DE 2012 (JOSÈ AMIR DA C. DORNELLES - TIMOR-LESTE)

Sr. JOSÈ AMIR DA COSTA DORNELLES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR - LESTE.

Num.Sessão:	1	Num.Votação:	1	Abertura:	19/03/13 18:20
Data Sessão:	19/03/2013	Hora Sessão:	14:00	Encerramento:	19/03/13 18:26

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	VOTO
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	VOTO
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	VOTO
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	VOTO
PSDB	PR	ALVARO DIAS	VOTO
PP	RS	ANA AMÉLIA	VOTO
PT	ES	ANA RITA	VOTO
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	VOTO
PT	AC	ANIBAL DINIZ	VOTO
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	VOTO
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	VOTO
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	VOTO
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	VOTO
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	VOTO
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	VOTO
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	VOTO
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	VOTO
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	VOTO
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	VOTO
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	VOTO
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	VOTO
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	VOTO
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	VOTO
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	VOTO
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	VOTO
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	VOTO
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	VOTO
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	VOTO
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	VOTO
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	VOTO
PT	PE	HUMBERTO COSTA	VOTO

PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	VOTO
PP	RO	IVO CASSOL	VOTO
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	VOTO
DEM	MT	JAYME CAMPOS	VOTO
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	VOTO
PPL	TO	JOÃO COSTA	VOTO
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	VOTO
PT	AC	JORGE VIANA	VOTO
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	VOTO
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	VOTO
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	VOTO
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	VOTO
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	VOTO
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	VOTO
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	VOTO
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	VOTO
PSDB	SC	PAULO BAUER	VOTO
PV	RN	PAULO DAVIM	VOTO
PT	RS	PAULO PAIM	VOTO
PMDB	RS	PEDRO SIMON	VOTO
PDT	MT	PEDRO TAQUES	VOTO
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	VOTO
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	VOTO
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	VOTO
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	VOTO
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	VOTO
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	VOTO
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	VOTO
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	VOTO
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	VOTO
PT	BA	WALTER PINHEIRO	VOTO
PT	PI	WELLINGTON DIAS	VOTO
DEM	GO	WILDER MORAIS	VOTO
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	VOTO

Presidente: RENAN CALHEIROS

SIM : 58 NÃO : 06 ABST. : 01 TOTAL : 65

Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Votaram SIM 58; e NÃO, 6.

Uma abstenção.

Está, portanto, aprovado o nome do Embaixador José Amir Dornelles para o Timor-Leste.

Será feita a devida comunicação à Senhora Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 10, DE 2013

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

> Mensagem nº 10, de 2013 (nº 28/2013, na origem), pela qual a Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China e, cumulativamente, junto à Mongólia. **(Parecer nº 136, de 2013–CRE.)**

Discussão do parecer. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, declaramos encerrada a discussão do parecer do Senador Ricardo Ferraço.

As Srªs e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Presidente Valdir Raupp, tem a palavra V. Exª.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Enquanto as Srªs e os Srs. Senadores votam esta matéria, queria fazer um comunicado ao meu Estado de Rondônia sobre o PL nº 2, que seria votado hoje, da transposição dos servidores de Rondônia.

Devido a um pequeno impasse na área dos militares, dos policiais militares que serão transpostos para os quadros da União, nós adiamos a votação de hoje para amanhã. Pedi a V. Exª, ainda há pouco, que fosse adiada a votação de hoje para amanhã, até se chegar a esse entendimento com o sindicato dos servidores militares.

É para tranquilizar todos os servidores de Rondônia. São mais de 10 mil servidores que passarão dos quadros do Estado para os quadros da União, fazendo justiça a uma dívida de aproximadamente 30 anos que a União tem com o Estado de Rondônia. Só para tranquilizar que, possivelmente amanhã, no período do Expediente, votaremos essa matéria tão importante para o Estado de Rondônia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Valdir Raupp, o projeto realmente está na pauta e nós acataremos o encaminhamento de V. Exª, com muito prazer.

Vamos encerrar a votação e declarar o resultado.

Senador Lindbergh Farias. *(Pausa.)*

Nós estamos apreciando o nome do Sr. Valdemar Carneiro Leão Neto, Ministro de Primeira Classe, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China e, cumulativamente, junto à Mongólia.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É porque, no painel, só aparece Mongólia, e ele será também Embaixador da China.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – É, República Popular da China e, cumulativamente, junto à Mongólia.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Perfeitamente. Muito capaz e competente. Nós ouvimos o Embaixador Valdemar na audiência da Comissão de Relações Exteriores. Trata-se de alguém com muita capacidade, talvez seja um dos embaixadores mais importantes para a política de relações exteriores do Brasil.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Exª.

Prorrogo a sessão pelo tempo necessário para a conclusão da Ordem do Dia.

Vamos encerrar a votação e declarar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

Senado Federal
54ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

MENSAGEM Nº 10, DE 2013 (VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO - MONGÓLIA)

Sr. VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA POPULAR DA CHINA E CUMULATIVAMENTE, JUNTO À MONGÓLIA. - MONGÓLIA

Num.Sessão:	1	Num.Votação:	2	Abertura:	19/03/13 18:27
Data Sessão:	19/03/2013	Hora Sessão:	14:00	Encerramento:	19/03/13 18:35

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	VOTO
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	VOTO
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	VOTO
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	VOTO
PSDB	PR	ALVARO DIAS	VOTO
PP	RS	ANA AMÉLIA	VOTO
PT	ES	ANA RITA	VOTO
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	VOTO
PT	AC	ANIBAL DINIZ	VOTO
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	VOTO
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	VOTO
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	VOTO
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	VOTO
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	VOTO
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	VOTO
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	VOTO
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	VOTO
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	VOTO
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	VOTO
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	VOTO
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	VOTO
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	VOTO
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	VOTO
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	VOTO
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	VOTO
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	VOTO
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	VOTO
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	VOTO

PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	VOTO
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	VOTO
PT	PE	HUMBERTO COSTA	VOTO
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	VOTO
PP	RO	IVO CASSOL	VOTO
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	VOTO
DEM	MT	JAYME CAMPOS	VOTO
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	VOTO
PPL	TO	JOÃO COSTA	VOTO
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	VOTO
PT	AC	JORGE VIANA	VOTO
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	VOTO
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	VOTO
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	VOTO
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	VOTO
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	VOTO
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	VOTO
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	VOTO
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	VOTO
PSDB	SC	PAULO BAUER	VOTO
PV	RN	PAULO DAVIM	VOTO
PT	RS	PAULO PAIM	VOTO
PMDB	RS	PEDRO SIMON	VOTO
PDT	MT	PEDRO TAQUES	VOTO
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	VOTO
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	VOTO
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	VOTO
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	VOTO
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	VOTO
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	VOTO
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	VOTO
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	VOTO
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	VOTO
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	VOTO
PMDB	PB	VITAL DO REGO	VOTO
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	VOTO
PT	BA	WALTER PINHEIRO	VOTO
PT	PI	WELLINGTON DIAS	VOTO
DEM	GO	WILDER MORAIS	VOTO
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	VOTO

Presidente: RENAN CALHEIROS

SIM : 62 NÃO : 06 ABST. : 00 TOTAL : 68

Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Foram 62 votos SIM; 6 votos NÃO; e nenhuma abstenção.

Está, portanto, aprovado o nome do Embaixador Valdemar Carneiro Leão Neto para exercer a Embaixada do Brasil junto à República Popular da China, cumulativamente, com a Mongólia.

Será feita a devida comunicação à Senhora Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Há, sobre a mesa, um requerimento de calendário especial.

Requeremos calendário especial para a Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2012, tendo como primeiro signatário o Deputado Carlos Bezerra, que altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e demais trabalhadores urbanos e rurais, para que a matéria conste da Ordem do Dia de sessões deliberativas extraordinárias a serem convocadas para o dia… De acordo com o Requerimento seria para o dia 19 de março, hoje, de 2013 por oito sessões.

É o seguinte o Requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 175, DE 2013

Senhor Presidente,

Requeremos calendário especial para a Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2012, tendo como primeiro signatário o Deputado Carlos Bezerra, que *altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e demais trabalhadores urbanos e rurais,* para que a matéria conste da Ordem do Dia de sessões deliberativas extraordinárias a serem convocadas para o dia 19 de março de 2013, na forma que se segue:

PRIMEIRO TURNO

1ª sessão, às _____ horas	1ª sessão de discussão, em primeiro turno
2ª sessão, às _____ horas	2ª sessão de discussão, em primeiro turno
3ª sessão, às _____ horas	3ª sessão de discussão, em primeiro turno
4ª sessão, às _____ horas	4ª sessão de discussão, em primeiro turno
5ª sessão, às _____ horas	5ª sessão de discussão e votação, em primeiro turno

SEGUNDO TURNO

1ª sessão, às _____ horas	1ª sessão de discussão, em segundo turno
2ª sessão, às _____ horas	2ª sessão de discussão, em segundo turno
3ª sessão, às _____ horas	3ª sessão de discussão, em segundo turno

Sala das Sessões, de de 2013.

Calendário PEC 66 de 2012.doc

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Se não houver objeção da Casa, nós poderemos evoluir para suplantarmos esses prazos e esses interstícios. Foi essa a proposta que se fez aqui, na sessão anterior.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, que eu saiba, não há objeção. E o desejo da Casa é votação imediata.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Então, eu proponho, como encaminhamento, nós fazermos uma sessão para a votação do primeiro turno e marcarmos uma sessão para a próxima semana, para votação do segundo turno. (*Pausa.*)

Será adotado esse encaminhamento, com o apoio dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras.

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir para registrar meu voto nas duas mensagens que foram votadas, a Mensagem nº 110 e a Mensagem nº 10. Eu estava ausente no momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – A Mesa registrará a presença de V. Exª na sessão.

Em votação o calendário proposto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Paulo Paim, com a palavra V. Exª, para uma questão de ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem revisão do orador.) – A questão das domésticas, sobre o que estivemos conversando com V. Exª, será numa sessão extraordinária. Será numa sessão extraordinária?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Primeiro turno agora.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – A proposta que está sendo levada ao Plenário é nós votarmos hoje, em primeiro turno, e votarmos, na próxima semana, em segundo turno.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ah, na próxima semana! Eu tinha entendido que haveria uma extraordinária ainda hoje. Mas será na próxima semana. Está entendido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Inclusive, levando em consideração o encaminhamento feito aqui por V. Exª, pela Deputada Benedita da Silva,...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Janete Pietá.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – ... pela Deputada Janete Pietá, pela Senadora Angela Portela, pela Senadora Lídice da Mata, pelo Senador Inácio Arruda e por outros Senadores.

Aprovado o calendário, passamos à primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2012.

Item extrapauta:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 66, DE 2012

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de emenda à Constituição nº 66, de 2012, (nº 478/2010, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Carlos Bezerra), que a*ltera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e demais trabalhadores urbanos e rurais.* O Parecer sob o nº 102, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, teve como Relatora a Senadora Lídice da Mata, que é favorável, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, de redação, que apresenta.

Em discussão a proposta.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Para discutir, Sr. Presidente. Senador Anibal.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Para discutir a proposta, já está inscrito o Senador Rodrigo Rollemberg. Agora, eu inscrevo o Senador Inácio Arruda e o Senador Anibal Diniz.

Com a palavra V. Exª, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Além da inscrição, eu pediria a V. Exª que, a título de encaminhamento, talvez fosse positivo, se houver concordância, que iniciássemos a votação, na sequência, com o debate. Porque já começaríamos a votação e, ao mesmo tempo, realizaríamos o debate, porque a matéria recebeu votação unânime na Comissão de Justiça.

É o apelo que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, cumprimento V. Exª, que trouxe esta matéria à Casa. Houve o esforço da Comissão de Constituição e Justiça para analisar

esta matéria com tempo oportuno. Em virtude da grande convergência de apoios na Câmara dos Deputados, o Senado se manifestou na Comissão de Constituição e Justiça com o extraordinário relatório da Senadora Lídice da Mata, aprovado por unanimidade. O esforço de V. Exª, já agora contemplando em plenário esta votação. Tudo isso, eu acosto, e certamente em nome do PMDB – nosso Líder está aqui –, à manifestação do Senador Inácio Arruda, para que, ao longo do debate, ouvindo manifestações tão importantes como a do Senador Rollemberg e a de outros que estão inscritos, nós possamos iniciar a votação desta matéria que, certamente, ganhará a grande maioria daqueles que convergem neste tema, como nós, Inácio.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Nós é que queremos agradecer a V. Exª que, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, deu prioridade absoluta à tramitação desta matéria, para que pudéssemos ter hoje a apreciação dela, em primeiro turno, aqui no plenário do Senado Federal.

Muito obrigado, Senador Vital do Rêgo.

Senador Rodrigo Rollemberg, com a palavra V. Exª, para discutir a matéria.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu quero, inicialmente, cumprimentar todos os signatários desta proposta de emenda à Constituição; cumprimentar todos os presidentes de comissões e relatores pela celeridade que deram a esta matéria e dizer que hoje, certamente, o Senado Federal fará justiça aos trabalhadores e trabalhadoras domésticos de todo o Brasil.

Esta é uma aspiração antiga. Desde a Assembleia Nacional Constituinte, parlamentares comprometidos com os direitos sociais e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores defendem a ampliação dos direitos constitucionais para as mulheres trabalhadoras e os empregados e empregadas domésticos do Brasil.

Não há justificativa para que tenhamos dois tipos de trabalhadores no Brasil, para que haja uma discriminação em relação aos trabalhadores domésticos. O País demorou a compreender isso, mas, finalmente, chegou este grande momento.

É claro que alguns vão dizer que isso vai sobrecarregar a classe média que, em sua grande maioria, emprega os trabalhadores e trabalhadoras domésticos, mas é fundamental que essa adaptação aconteça. O que nós não podemos é ter trabalhadores que dedicam a sua vida, prestando um serviço da maior importância às famílias brasileiras, mas não tendo os mesmos direitos que os demais trabalhadores.

Para que os trabalhadores e trabalhadoras domésticos que nos ouvem neste momento compreendam a importância desta proposta de emenda à Constituição, é importante registrar quais são os direitos conferidos a eles com a aprovação da presente medida.

Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa; seguro-desemprego em caso de desemprego involuntário; fundo de garantia por tempo de serviço; garantia de salário nunca inferior ao salário mínimo para os que percebem remuneração variável; remuneração do trabalho noturno superior à do diurno; proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa; salário-família pago, em razão de dependente do trabalhador de baixa renda, nos termos da lei; duração do trabalho normal não superior a 8 horas diárias e 44 horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% a do normal; redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança; assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento, até cinco anos de idade em creches e pré-escolas; reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho; seguro contra acidente de trabalho; proibição da diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão, por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil; proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critério de admissão do trabalhador portador de deficiência, pessoas com deficiência; e proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos.

Quero registrar que a habilidade da Senadora Lídice da Mata, Relatora na Comissão de Constituição e Justiça, ao acatar a emenda apresentada pelo Senador Paulo Bauer, que dá uma redação mais adequada para que não pairem dúvidas de que o direito à licença-gestante é um direito autoaplicável, não necessitando de regulação infraconstitucional.

Parabenizo, mais uma vez, todas as Comissões do Senado e, também, o Plenário do Senado Federal, que, tenho certeza, aprovará hoje esta matéria e, na semana que vem, em segundo turno. Uma matéria que, sem dúvida alguma, contribuirá para a redução das desigualdades sociais no nosso País e para construir um País mais solidário justo e generoso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda, para discutir a matéria.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este é um dos momentos especiais do Congresso Nacional, especialmente do Senado, que aprecia uma matéria fruto de uma emenda constitucional que teve início na Câmara dos Deputados, e, aqui, uma representação destacada da Senadora Benedita e Janete Pietá, que acompanharam essa discussão na Câmara dos Deputados e que acompanham, aqui no Senado, a votação do relatório da Senadora Lídice da Mata, que é pela aprovação, acolhendo 100% da matéria discutida na Câmara dos Deputados.

Eu vim à tribuna porque não era Parlamentar à época desse debate na Constituinte. Tivemos aqui um enfrentamento. Estive várias vezes no Congresso Nacional para discutir as emendas populares e, dentre as emendas populares, destacavam-se emendas relativas aos direitos das empregadas domésticas. E naquela batalha daquela época, há mais de 20 anos – 25 anos vai completar a nova Constituição –, o debate em torno da questão do trabalho doméstico no Brasil ganhou um espaço importante, mas foi colocado como obstáculo para o conjunto das conquistas trabalhistas, na época, que seriam levadas a direito constitucional. Transformou-se isso num confronto entre nós e o conhecido Centrão, como ficou chamado o grupo formado pelos setores conservadores da Constituinte de 1988.

Então, nesse debate, nós, digamos, do movimento social, do movimento sindical, do movimento popular, fomos obrigados a fazer essa cessão. E, hoje, a luta das trabalhadoras e trabalhadores domésticos, no País, a luta dos setores sindicais que estiveram na Constituição de 1988, consegue sair vitoriosa finalmente, numa grande conquista que iguala todos os trabalhadores brasileiros.

Existia essa distinção, esse preconceito contra o trabalho, com a argumentação de que a classe média seria, digamos assim, penalizada com os direitos trabalhistas. Não é verdade, Sr. Presidente. Não haverá penalização. Penalizadas estavam as domésticas com essa diferenciação que, agora, é liquidada.

O mercado de trabalho irá se acomodar.

Os meios de contratação serão revistos, serão ajustados, só que com as normas fruto da conquista social.

Por isso é que venho a esta tribuna para registrar este momento histórico que viveu o Paim, lá atrás, e que viveram muitos outros que eram constituintes, na época. Quem acompanhou o debate do movimento social viu uma luta forte das mulheres especialmente, que é o contingente maior, o contingente mais significativo dos trabalhadores domésticos em nosso País.

Assim, Srªs e Srs. Senadores, quero estender meu abraço, digamos assim, a todos os trabalhadores; abraçando aqui a nossa colega Lídice da Mata, Relatora, sei que estou também abraçando esse sentimento dos trabalhadores domésticos de todo o Brasil, nessa sua longa caminhada, mas com uma vitória conquistada.

Sr. Presidente, proponho até que a gente já abra o painel. Como precisamos de um quórum elevado, quanto mais tempo nós tivermos disponível para votar, melhor. Sei que todos vão votar "sim". Mas, como seguro morreu de velho, o melhor é que a gente já tenha o painel aberto e a votação iniciada, para darmos a garantia do quórum mais elevado possível a quem merece uma votação destacada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Queria fazer um apelo, na linha do que colocou o Senador Inácio Arruda aos inscritos. Vamos abrir o painel, colocar em votação e prosseguir com o debate. Acho que é importante. Estamos com um quórum cheio. É uma matéria que todos nós temos o interesse de votar e de aprovar, se Deus quiser.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Paulo Paim, pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero fazer o mesmo apelo, Sr. Presidente: que abríssemos o painel.

Gostaria muito de homenagear a Senadora Benedita. Tudo começou com ela, lá na Constituinte. Ela chegou aqui no Congresso como doméstica e Deputada Federal Constituinte. Foi a bandeira nº 1. E ela está aqui. A melhor forma de homenagear a Deputada Pietá seria, neste momento, iniciarmos a votação e continuarmos falando da importância dessa lei. Essa, sim, é uma lei que V. Exª colocou em votação e que vai beneficiar os mais pobres.

Por isso, parabéns à Câmara e ao Senado. Só espero que a gente inicie a votação.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente. Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Romero Jucá e Senador Capiberibe.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Primeiro o Senador Capiberibe; em seguida, V. Exª.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, é na mesma direção, para que possamos colocar imediatamente em votação. Sugeriria que nós fizéssemos já a segunda votação ainda hoje, para concluirmos. Essa é minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – A minha sugestão é nessa direção, mas é regimental: que V. Exª encerrasse a discussão, abrisse o painel, e quem quisesse falar falaria encaminhando. Nós teríamos, assim, o início do processo de votação, e todos poderiam votar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Se não houver objeção da Casa, nós podemos fazer esse encaminhamento, simplificar a própria discussão, mas, para que nós possamos encerrar a discussão, é preciso haver a retirada das inscrições que estão postas aqui sobre a mesa, ou, então, nós transferimos as intervenções para durante a votação ou para o momento do encaminhamento, o que dá no mesmo.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Como o primeiro inscrito aí na ordem, eu acato a sugestão dos demais Senadores para que a gente abra o painel e faça a defesa ao longo da votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Se não houver objeção, nós vamos abrir o painel para que possamos agilizar esse processo de votação.

Votação da proposta.

Encerrada a discussão, passamos à votação.

Votação da proposta em primeiro turno, sem prejuízo da emenda da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Portanto, nós vamos ter duas votações nominais: a primeira é com relação à matéria, votação da matéria em si, efetivamente; a segunda, a emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB. Sem revisão do orador.) – É só por uma questão de justiça à oposição na Casa, ao PSDB, ao Senador Aloysio e ao Senador Paulo Bauer. Na Comissão de Constituição e Justiça, S. Exªs apresentaram duas emendas. Uma delas a Comissão uma julgou pertinente em aceitar, na condição de emenda de redação, a emenda do Senador Paulo Bauer; quanto à outra, do Senador Aloysio, houve um compromisso da Comissão de manifestar-se em conjunto para transformá-la em matéria ordinária.

Mas foi uma compreensão do PSDB, que merece, neste momento, em plenário, ser registrada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Mais uma vez, eu quero cumprimentar V. Exª pelo acordo e pela decisão da Comissão de Constituição e Justiça, cumprimentar o Senador Aloysio Nunes Ferreira, cumprimentar o Senador Paulo Bauer, cumprimentar o Presidente Vital do Rêgo.

Repito: foi em função desse acordo que nós estamos, portanto, com condições de apreciar hoje aqui essa importantíssima matéria para os empregados e empregadas domésticas de todo o Brasil.

De acordo com o disposto no art. 60, §2º, da Constituição, combinado com o art. 288, inciso II, do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável de três quintos da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

As Srªs e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Os Srs. Líderes, se desejarem, poderão orientar suas Bancadas.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Pelo Partido dos Trabalhadores, Sr. Presidente, orientando o voto "sim" pela importância que tem esse projeto, porque estamos fazendo aqui uma grande justiça social neste País.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senadora Lídice da Mata. É a Relatora

desta importante matéria e foi quem defendeu aqui, junto ao Senado Federal, o encaminhamento para que hoje nós apreciássemos essa importante proposta de emenda à Constituição.

Com a palavra, V. Exª.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, o que nós estamos fazendo hoje é dando um grande passo na história do Brasil. Nós estamos dando às trabalhadoras domésticas o que, desde 1943, quando se excluíram as trabalhadoras do direito à Consolidação às Leis do Trabalho, nós estamos devendo ao trabalho doméstico no Brasil. Da Constituição de 1988 até hoje, nós temos 25 anos tentando estender os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais do nosso País ao trabalhador doméstico.

É em nome disso tudo, Sr. Presidente, que eu quero apelar, em nome da nossa Bancada, a todos os Srs. Senadores e a todas as Srªs Senadores para que possamos aprovar essa PEC, fazer justiça ao trabalho doméstico no Brasil, fazer justiça social ao trabalhador brasileiro, que alcança, no dia de hoje, a possibilidade de ter uma jornada de trabalho condizente com a jornada de trabalho de todos os outros trabalhadores, acabando com uma tradição, uma cultura quase do tempo da escravidão.

Portanto, Sr. Presidente, peço a todos os Srs. Senadores o voto aprovando essa PEC, que significará um grande, mas um grande mesmo avanço social para nove milhões de trabalhadores domésticos brasileiros.

Muito obrigada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – A palavra, Presidente. Para encaminhar, Presidente.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Presidente...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Para encaminhar, Presidente.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Para encaminhar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Eunício.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a posição do PMDB encaminha essa matéria favoravelmente, porque já fizemos justiça no Brasil aos trabalhadores rurais, e os trabalhadores residenciais, as trabalhadoras e os trabalhadores residenciais, não tinham nenhum amparo na Consolidação das Leis do Trabalho no Brasil.

Acho que estamos dando um grande passo, e é bom que fique claro que essa matéria tem como primeiro signatário um Deputado do PMDB, Deputado Carlos Bezerra, que com mais vários outros companheiros, Deputados e Senadores, compõem o número suficiente para o encaminhamento favorável dessa matéria.

Portanto, a posição do PMDB, Sr. Presidente, é a posição de fazer justiça às trabalhadoras e aos trabalhadores domésticos do Brasil, encaminhando esta matéria favoravelmente, por um dever de justiça.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senado Federal, na tarde-noite de hoje, sem a menor dúvida, praticará um ato da maior justiça possível. Não podemos ter neste País trabalhador A e trabalhador C. Ou todos são A, ou todos são C.

Pois bem, o que tem acontecido hoje na legislação brasileira é que nós temos uma categoria de servidor, de trabalhador, que não tem os amparos da legislação para proteger o seu trabalho.

Com essa decisão que o Senado adotará hoje à noite, logicamente haverá o sentimento de igualdade entre os trabalhadores, sejam os trabalhadores do comércio, da indústria, do campo, seja agora os trabalhadores domésticos. Na verdade, são as pessoas que estão mais próximas de cada um de nós, tomando conta de nossas casas, de nossos filhos, de nossos netos.

Portanto, voto com muita alegria e gostaria, em nome do Partido Progressista, de convocar os Senadores da nossa Bancada para votarem "sim" a esta PEC.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, aqui à direita.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senadora Angela Portella.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, também gostaria aqui de declarar a satisfação da Bancada feminina da Câmara, representada aqui pela nossa Deputada Janete Pietá, da nossa Deputada Benedita da Silva, que foi Relatora na Câmara dos Deputados, que tem um histórico muito bonito nessa luta pela

equiparação de direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores e das trabalhadoras domésticas.

Temos mais de 7 milhões de trabalhadores domésticas em nosso País: 93% são mulheres, e 57% são negras. E um terço desses trabalhadores está na informalidade em nosso País.

Então, é um grande avanço que o Senado Federal demonstra neste momento, votando, aprovando a PEC dos trabalhadores e das trabalhadoras domésticas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria, em primeiro lugar, destacar o fato histórico que é a aprovação desta proposta de emenda à Constituição e cumprimentar a Senadora Lídice da Mata, que foi a Relatora aqui no Senado.

Esta proposta de emenda à Constituição, Sr. Presidente, corresponde, na verdade, a uma segunda Abolição. No século XIX, nós tínhamos dois tipos de cidadãos, ou melhor, nós tínhamos um tipo de cidadão, parcela que representava 60% do povo brasileiro, que era tratado como coisa. O Brasil foi o último país das três Américas a abolir a escravidão. Nós, lamentavelmente, também demoramos. Estamos no século XXI e, até agora, ainda tratávamos dois grupos de trabalhadores: trabalhadores com direitos reconhecidos na Constituição de 1988, e as trabalhadoras domésticas, que não tinham os mesmos direitos do primeiro grupo de trabalhadores.

Com a aprovação desta proposta de emenda à Constituição, nós estamos fazendo justiça histórica e extinguindo um tipo de subtrabalhador, igualando os direitos entre todos os trabalhadores brasileiros.

Quero cumprimentar a Senadora Lídice e o Plenário do Senado por este momento histórico e por estar participando deste momento histórico, que equivale a uma segunda Abolição, que põe fim às distinções entre os trabalhadores.

Queria também saudar e cumprimentar a presença da Deputada Janete Pietá e a presença simbólica, neste plenário, da nossa querida Senadora e Deputada Federal Benedita, que é um símbolo desta luta.

Eu sei, Deputada Benedita, o que representa a aprovação desta proposta de emenda à Constituição e a luta de V. Exª por este tema. Não menos simbólico do que este momento histórico da aprovação desta PEC é a presença aqui, no plenário, de V. Exª, que sintetiza a conquista histórica que o povo brasileiro, os trabalhadores brasileiros estão tendo no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senadora Vanessa Grazziotin, Senadora Kátia Abreu, Senador Lindbergh, Senador José Pimentel, Senador Humberto Costa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Vamos seguir esta ordem. Senador Blairo Maggi, Senador Pedro Taques, Senador Capiberibe, Senador Amorim, Senador Valadares, Senador Gim.

Com a palavra V. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Senador Inácio Arruda, Líder de nossa Bancada, já debateu a matéria no período da discussão, e eu quero, neste momento, pelo nosso Partido, PCdoB, fazer o encaminhamento e dizer da nossa emoção de estarmos vivendo este ano e este momento de aprovação de uma emenda constitucional que garante a todos os trabalhadores e trabalhadoras domésticos os mesmos direitos dos trabalhadores brasileiros.

Eu ouvi a Senadora Lídice da Mata, nossa Relatora, Relatora da matéria aqui, que muito trabalhou para que estivéssemos votando hoje aqui, falar da CLT da década de 1940, mas falar também da Constituição Federal de 1988, que é considerada a Constituição cidadã, mas que, em vários aspectos, deixou muito a desejar, inclusive, sem dúvida nenhuma, por não garantir à trabalhadora doméstica ou ao trabalhador, ao empregado, o mesmo direito dos demais.

Fico feliz de ver que, depois da Convenção da OIT, que aprovou uma resolução estabelecendo que empregadas e empregados domésticos tenham direitos iguais aos demais trabalhadores em todos os países, fico feliz, Senador Renan Calheiros, de ver que o Brasil, o nosso País, será um dos primeiros a estender os direitos das trabalhadoras domésticas. Então, quero, muito mais do que dizer que votaremos a favor, dizer da nossa emoção de podermos estar fazendo essa votação no dia de hoje, Deputada Benedita e Deputada Janete Pietá, que é a Coordenadora da Bancada Feminina, porque a Constituição vale para todos, mas, sem dúvida nenhuma, alcança um número significativo de mulheres, que são a maioria dos trabalhadores domésticos do nosso País.

Então, muito obrigada e parabéns a V. Exª, Senador Renan Calheiros, que, na Presidência da Casa, com muita força, garantiu esta votação no dia de hoje.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senadora Kátia Abreu.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Senador Renan Calheiros, em nome da Liderança do PSD, junto com a Senadora Kátia Abreu, digo que cem por cento da Bancada do PSD está reunida aqui neste momento para prestar apoio a esse projeto por entender que é um projeto vai ao encontro da luta das mulheres.

Então, aqui, em meu nome e em nome da Senadora Kátia Abreu, o PSD fecha cem por cento com esse projeto e encaminha o voto "sim".

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para justificar, nas outras duas votações, quero dizer que acompanhei a maioria nas votações passadas. O Senador Gim Argello acompanhou a maioria nas votações passadas. E quero dizer que esse projeto de agora, das domésticas, conta com total apoio do Bloco União e Força e de todos os Partidos nele representados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Lindbergh e Senador Humberto Costa.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, olha, a gente discute muito aqui temas econômicos, como o Fundo de Participação dos Estados, mas creio que nós estamos hoje em um dia histórico. V. Exª conduz uma sessão do Senado em que ele fala da vida real de nosso povo. Não dá, em pleno século XXI, para termos trabalhadores tratados de forma diferenciada, como as trabalhadoras e os trabalhadores domésticos.

Quero parabenizar este Senado homenageando a Senadora Lídice da Mata; mas quero homenagear também a Deputada Benedita da Silva, que fez um trabalho muito especial na Câmara no sentido de costurar um acordo envolvendo vários partidos com o Governo, destacando o papel da Ministra Eleonora. Falo da Deputada Benedita, Senadora e Governadora, porque ela foi Governadora, foi Ministra, foi Senadora, é Deputada, mas começou como empregada doméstica, aos dez anos de idade.

Então, quero aqui parabenizar o Congresso Nacional – este Senado Federal e a Câmara Federal – em nome dessa mulher lutadora que começou como empregada doméstica, aos dez anos de idade, foi Senadora, Governadora, Ministra e consegue aprovar um projeto como este em um dia que marcará sua vida pessoal e política.

Então, parabéns ao Senado Federal, parabéns à Senadora Lídice, parabéns à Deputada Benedita da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PSDB – AL) – Senador Humberto Costa.

Com a palavra V. Exª para discutir a matéria.

Não, para encaminhar a matéria.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei muito rápido.

Eu havia me inscrito para discutir a matéria, mas acho que o mais importante é que nós possamos aprovar definitivamente esta PEC. Quero me associar a todos aqueles que reconhecem o dia de hoje como um dia histórico. Nós estamos fazendo uma ação de justiça que deveria ter sido feita há muito tempo, desde a Constituinte, quando nós garantimos, por exemplo, a todos os trabalhadores brasileiros o acesso a políticas sociais, como à saúde, por intermédio do SUS, com atendimento universal, e deveríamos ter garantido aos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil todos os benefícios que ali foram conquistados.

Portanto, quero aqui parabenizar a ex-Senadora Benedita da Silva, hoje Deputada, por essa luta que tem a sua cara. Parabenizo a Senadora Lídice da Mata e digo que nós estamos fazendo justiça a uma categoria que, mais que todos os trabalhadores deste País, foi explorada e oprimida.

Muito obrigado.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Para encaminhar pelo PSDB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero começar registrando que esta Casa hoje está acabando com a distinção entre trabalhadores de primeira e segunda categoria. Não tinha nada neste Brasil que justificasse que as trabalhadoras e os trabalhadores domésticos não tivessem os mesmos direitos que os demais trabalhadores. Eu estive Ministro da Previdência Social e uma das coisas que me angustiavam muito era ver uma categoria que tem mais de sete milhões de profissionais com menos de 25% deles com carteira assinada. Eu via a senhora empregadora, quando tinha a sua criança, ter direito à licença-maternidade, mas sua empregada, que cuidava do filho ou da filha dessa empregadora, quando ganhava a sua criança, não tinha um único dia de licença para dar o peito, para cuidar da sua criança amamentando esse meni-

no que nasce da trabalhadora doméstica. Ao mesmo tempo, essas trabalhadoras, que se acidentam muito no deslocamento da sua casa para o local de trabalho, ao se acidentarem, não tinham qualquer proteção do seguro acidentário por falta da assinatura da carteira profissional.

Portanto, estamos, hoje, assegurando às trabalhadoras domésticas os mesmos direitos dos demais trabalhadores e precisamos, em seguida, Sr. Presidente Renan Calheiros, fazer um grande movimento neste País pela assinatura de suas carteiras de trabalho, para que, efetivamente, esse direito que estamos assegurando na Constituição se torne realidade na sua carteira de trabalho.

Portanto, é um grande dia e quero parabenizar V. Exª pela condução dos trabalhos.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Para encaminhar pelo PSDB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Exª.

A Mesa está seguindo uma ordem, Senador.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Pela Liderança do PSDB, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Pela Liderança do PRB, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Pela Liderança do PSC.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para que possamos prestar a nossa solidariedade, em primeiro lugar, à ex-Senadora e Deputada Benedita da Silva, que se encontra no plenário e que vem, há muito tempo, desenvolvendo uma luta em defesa das mulheres trabalhadoras, das trabalhadoras domésticas deste País. Tive a honra de conviver com a atual Deputada e ex-Senadora Benedita na Assembleia Nacional Constituinte, onde pude testemunhar o seu empenho, a sua brasilidade, o seu compromisso com este País.

Foi no mesmo ambiente da Assembleia Nacional Constituinte que tive a honra de ser o autor de uma propositura que mudou a vida dos trabalhadores rurais do Brasil, porque, àquela época, o trabalhador rural aposentado recebia, depois de uma vida inteira de luta, de sacrifício, de derramar o seu suor sagrado, no caso do Nordeste, na terra seca e tórrida do Nordeste, ele se aposentava somente com meio salário mínimo. E foi graças a uma iniciativa que tive e que contou com o apoio da então constituinte Benedita da Silva que nós conseguimos inserir na nossa Constituição o direito para que o trabalhador rural aposentado passasse a ter o salário mínimo integral, inclusive com a redução da idade limite para essa aposentadoria. A mulher teve a sua idade reduzida para 55 anos de idade e o homem teve essa idade reduzida de 65 para 60, o que provocou uma verdadeira revolução, uma mudança eficaz na realidade do meio rural brasileiro e, de forma muito especial, no meio rural nordestino.

Hoje, vivemos um momento semelhante, vivemos um dia muito parecido, porque haverá de ocorrer uma transformação muito positiva na vida das trabalhadoras brasileiras, a maioria delas domésticas, e é por isso que o PSDB encaminha favoravelmente e traz, com muita honra e orgulho, esta palavra de reconhecimento à Deputada e Senadora Benedita da Silva, por sua vida inteira, por sua trajetória, por sua garra, pela sua brasilidade, pela sua negritude forte, corajosa, destemida, que faz com que nós tenhamos muito orgulho da trajetória de mulheres com a sua grandeza, com a sua espiritualidade e com o seu compromisso com este País.

Ao mesmo tempo, dirijo-me à Senadora Lídice para dividir com ela os elogios e os aplausos, porque estamos aqui reconhecendo, Lídice, o seu compromisso, a sua agilidade, a sua rapidez, a sua eficácia, a sua competência, para que pudéssemos votar, de forma tão célere, com vistas a premiar, numa data ainda próxima do Dia Internacional da Mulher, todas as mulheres trabalhadoras do Brasil.

Por esta razão, o PSDB vota "sim" e homenageia, neste instante, essas duas extraordinárias brasileiras, Benedita da Silva e Lídice da Mata.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Pela Liderança do PSC, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Com a palavra, V. Exª, pela Liderança do PSC.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de me inscrever também.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – O Partido Social Cristão, Sr. Presidente, também diz sim a este momento histórico do nosso País, entende que justiça social está sendo feita.

Então, com toda a firmeza, nós do PSC, do Partido Social Cristão, apoiamos inteiramente a proposta, a PEC.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Eu queria comunicar à Casa que nós vamos conceder a palavra a todos os Senadores e a todas as Senadoras. Este é um dia muito importante para o Senado Federal.

Eu tenho dito que o Parlamento não pode fazer leis como uma indústria faz um produto. Ele, muitas

vezes, tem de demorar mesmo, porque a sociedade demora, e nós representamos a sociedade. A sociedade, muitas vezes, demora um pouco para processar determinado entendimento. Em outros momentos, a sociedade cobra celeridade do Parlamento. E o que nós estamos fazendo hoje aqui é exatamente garantir a celeridade que a sociedade nos cobra para votar essa importantíssima matéria, estendendo os direitos aos trabalhadores e às trabalhadoras domésticas de todo o Brasil.

Vou dar a palavra a todos, mas eu tenho de seguir uma lista que está aqui, sobre a mesa.

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar, neste momento, cumprimentando as duas Relatoras, a Deputada Benedita e a Senadora Lídice da Matam, registrar a presença do ex-Governador e ex-Senador Carlos Bezerra, atualmente nosso Deputado Federal pelo Estado de Mato Grosso, que teve a iniciativa de fazer essa PEC 66, que hoje estamos discutindo e que, certamente, iremos aprovar.

Então, eu queria registrar este momento com a presença do nosso ex-Governador e ex-Senador Carlos Bezerra, que é o autor dessa PEC, e, ao mesmo tempo, dizer que estamos, sim, corrigindo, neste momento, uma distorção, como dizia o Deputado Carlos Bezerra, que ficou escondida, ficou debaixo do tapete. Ele, em boa hora, lembrou desse assunto e trouxe à discussão e as Relatoras, tanto na Câmara quanto no Senado, conseguiram êxito. Então, nós estamos aqui hoje para aprovar essa PEC.

Faço isto em nome da minha empregada, que vive na minha casa há mais de 17 anos, a minha empregada Vera, que é, praticamente, um membro da minha família. Sei que já conduzo de forma diferente do que muitos fazem – tem registro, tem garantias, tem tudo o que a lei ainda não exige que tenha –, mas sei que milhares, milhões de outras empregadas domésticas passarão a ter o direito agora, com a obrigação que nós, do Senado, do Congresso, fazemos neste momento.

Então, parabéns às Relatoras e parabéns ao Deputado Carlos Bezerra pela iniciativa.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Pedro Taques.

Eu vou ter de seguir a relação que está posta.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. *Fora do microfone*.) – Só para registrar o meu voto pela orientação da minha bancada nas duas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – A Mesa registrará a presença de V. Exª, Senador Sérgio Souza.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, alguém já disse que a política cria o direito ao criar a Constituição, e a Constituição, que é o direito, regula a política. A Constituição, nesse ponto, pecou em 1988, pois disse menos do que deveria dizer.

Eu quero também cumprimentar o ex-Governador, ex-Senador e Deputado Federal Carlos Bezerra, que foi um dos signatários dessa proposta de emenda à Constituição, uma emenda que busca fazer com que todos nós possamos viver a Constituição no que ela tem de mais rico e mais importante, que é a igualdade, o tratamento igualitário daqueles que se encontram na mesma situação fática.

É importante essa proposta de emenda à Constituição para dar dignidade ao cidadão, à cidadã. As empregadas são conhecidas, de forma eufemística, como secretárias do lar, mas o nome é empregada. Mas é empregada com direitos constitucionais.

Parabéns ao Deputado Carlos Bezerra! Parabéns ao Senado! Parabéns à Senadora Lídice da Mata! Parabéns à Comissão de Constituição e Justiça, por aquele acordo que foi feito, de redação, para que a proposta não voltasse à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Eu quero destacar aqui entre nós a presença do Deputado Carlos Bezerra, ex-Senador Carlos Bezerra, ex-Governador, que foi o primeiro subscritor dessa importante proposta de emenda à Constituição.

Concedo a palavra ao Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, os avanços de direito em nosso País, a gente tem de reconhecer, são lentos. As conquistas são muito lentas, mas avançam. O Brasil avança. Primeiro, os trabalhadores do campo passaram a ter os mesmos direitos que os trabalhadores na indústria. Na indústria, foi mais fácil, porque os grandes aglomerados urbanos fizeram com que a classe trabalhadora se mobilizasse e lutasse para conquistar direitos. E, por último, chegam as empregadas domésticas. Este dia de hoje, de fato, como o classificou meu companheiro de bancada Randolfe Rodrigues, é um dia histórico. Um segmento importante dos trabalhadores e das trabalhadoras, final-

mente, conquista direitos que lhe são assegurados pela Constituição.

Portanto, eu me sinto mais leve. Eu me sinto muito feliz, pois a sociedade brasileira deu esse passo adiante. Eu gostaria de me juntar a todos aqueles que felicitaram a Deputada Benedita da Silva, que conheço de longas datas. Conheço suas lutas. Portanto, ela merece todas as nossas homenagens. E, na pessoa dela, saúdo todas aquelas que trabalham dupla jornada: uma jornada, muitas vezes, nas nossas casas e outra jornada em suas próprias casas.

Portanto, este é um dia de conquista, é um dia de avanço.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentá-lo pela agilidade com que V. Exª colocou em votação projeto de tamanha envergadura. Esse projeto vem a resgatar uma dívida da sociedade brasileira com os trabalhadores e trabalhadoras domésticos, há séculos marginalizados. Por ser executado nas paredes da vida privada, esse trabalho esconde, muitas vezes, o trabalho infantil, o assédio sexual, o racismo, o assédio moral. Enfim, é um trabalho que merece toda a nossa atenção.

A partir de hoje, com a aprovação desse projeto, as empregadas domésticas passarão a ter garantias importantes como o auxílio creche, a licença-maternidade, o seguro-desemprego, entre outras garantias. Portanto, é muito importante que esta Casa, na tarde de hoje, viva este momento de satisfação, este momento de dever cumprido, porque estamos entregando ao trabalhador doméstico um projeto que vai, sem dúvida, reconhecer a dignidade desse trabalho.

Quero, na oportunidade, cumprimentar o autor do projeto, o Senador Carlos Bezerra, que teve a iniciativa de trazê-lo à discussão.

Quero parabenizar a Relatora Lídice da Mata, que tem toda uma trajetória de compromisso com o social, de compromisso com os direitos, principalmente, das classes menos favorecidas.

Cumprimento a Relatora na Câmara dos Deputados, a Deputada Benedita da Silva, que, sem dúvida alguma, já foi aqui enaltecida pela sua trajetória e pela sua garra, pela sua luta de mulher guerreira, que soube enfrentar os desafios e chegar ao Senado da República, dignificando a mulher brasileira, dignificando, acima de tudo, a mulher trabalhadora.

Portanto, receba, Sr. Presidente, meus cumprimentos pela iniciativa de dar ao Congresso Nacional este momento de satisfação, este momento de alegria, este momento que engrandece a nossa Casa, engrandece o Congresso Nacional.

Muito obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Presidente Renan, quero só dar uma sugestão. Vou falar agora.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem revisão do orador.) – Não seria possível abrir o painel para votarmos a emenda, enquanto os Senadores continuam falando?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Se esse é um encaminhamento consensual, a Mesa concorda.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – O DEM encaminha "sim", Sr. Presidente. Encaminhamos, atendendo à solicitação do caro amigo Senador Paulo Paim.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O PDT encaminha o voto "sim", Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O PP encaminha o voto "sim" também.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – O.K., Sr. Presidente!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Para o bom andamento dos trabalhos, encaminhamos o voto "sim" também.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Valadares, Senador Aloysio, Senador Moka...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – "Sim".

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – O PMDB encaminha o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – O PCdoB está de acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Nós vamos encerrar a votação e declarar o resultado. Em seguida, nós garantiremos a palavra a todos, porque, Senadora Ana Amélia, haverá ainda uma votação nominal. Vamos apreciar a emenda da Comissão de Redação que foi acolhida pela Senadora Lídice da Mata. (*Pausa.*)

(Procede-se à apuração.)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 66, DE 2012

ALTERA A REDAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART.7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA ESTABELECER A IGUALDADE DE DIREITOS TRABALHISTAS ENTRE OS TRABALHADORES DOMÉSTICOS E DEMAIS TRABALHADORES URBANOS E RURAIS.

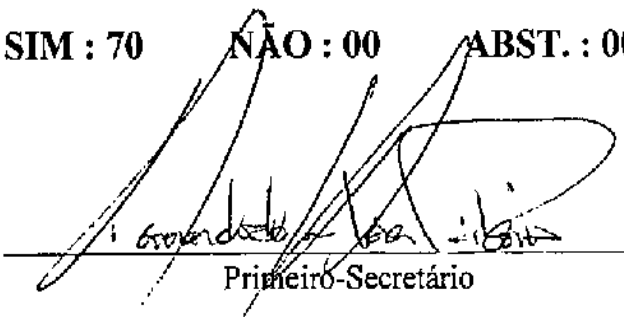
Num.Sessão:	1	Num.Votação:	3	Abertura:	19/03/13 18:57
Data Sessão:	19/03/2013	Hora Sessão:	14:00	Encerramento:	19/03/13 19:27

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	SIM
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	SIM
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	SIM
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM
PP	RS	ANA AMÉLIA	SIM
PT	ES	ANA RITA	SIM
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	SIM
PT	AC	ANIBAL DINIZ	SIM
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	SIM
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	SIM
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	SIM
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	SIM
PR	MT	BLAIRO MAGGI	SIM
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	SIM
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	SIM
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	SIM
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	SIM
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	SIM
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	SIM
PT	MS	DELCÍDIO DO AMARAL	SIM
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	SIM
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	SIM
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	SIM
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	SIM
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	SIM
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	SIM
PTB	DF	GIM	SIM
PT	PE	HUMBERTO COSTA	SIM
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM
PP	RO	IVO CASSOL	SIM

PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	SIM
DEM	MT	JAYME CAMPOS	SIM
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	SIM
PPL	TO	JOÃO COSTA	SIM
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	SIM
PT	AC	JORGE VIANA	SIM
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	SIM
PSD	TO	KÁTIA ABREU	SIM
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	SIM
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	SIM
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	SIM
PSDB	SC	PAULO BAUER	SIM
PV	RN	PAULO DAVIM	SIM
PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PDT	MT	PEDRO TAQUES	SIM
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	SIM
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	SIM
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	SIM
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	SIM
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	SIM
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	SIM
PMDB	PB	VITAL DO REGO	SIM
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	SIM
PT	BA	WALTER PINHEIRO	SIM
PT	PI	WELLINGTON DIAS	SIM
DEM	GO	WILDER MORAIS	SIM
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	SIM

Presidente: RENAN CALHEIROS

SIM : 70 **NÃO : 00** **ABST. : 00** **PRESIDENTE : 1** **TOTAL : 71**



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – SIM, 70; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

Está, portanto, aprovada, por unanimidade, a Proposta de Emenda à Constituição nº 66, que estende os direitos trabalhistas urbanos e rurais às trabalhadoras e trabalhadores domésticos. (*Palmas.*)

Votação da Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, emenda de redação.

Os Srs. Líderes, se desejarem, poderão orientar suas bancadas.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A Bancada do PP orienta o voto "sim", Senador.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senadora Ana Amélia...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A Bancada do PP encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – A Bancada do PP orienta o voto "sim".

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – A Bancada do PMDB orienta o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Em nome do PSB, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Em nome do PSB, o Senador Antonio Carlos Valadares orienta o voto "sim".

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O PSDB encaminha o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – O PSDB encaminha o voto "sim".

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, o PCdoB vota favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – O PRB orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – O PRB orienta o voto "sim".

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – O Democratas vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Os Democratas votam "sim", conforme orientação do Senador José Agripino.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O PDT vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – O PCdoB vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – O PCdoB vota "sim".

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O PDT vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O PSOL vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – O PDT vota "sim".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP.) – O PSOL vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – O PSOL vota "sim".

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – O PSB vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – O PSB vota "sim".

Senador Antonio Carlos Valadares, tem a palavra V. Exª para encaminhar a votação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, neste pequeno tempo de que disponho, eu gostaria de começar parabenizando a nossa Senadora do PSB indicada para relatar essa proposta de emenda à Constituição, a Senadora Lídice da Mata, que se houve nessa missão, nessa tarefa, com muita competência, com muito zelo e com muita dedicação, razão pela qual os 70 votos unânimes que foram dados em favor dos novos direitos adquiridos pelas domésticas significam, antes de tudo, que seu relatório também foi aprovado com os aplausos de todos.

Portanto, Senadora Lídice da Mata, meus parabéns a V. Exª!

Também reconheço que as trabalhadoras domésticas têm uma missão muito importante, que é exercida em nossas casas. São nossas amigas, são nossas companheiras no dia a dia, tomam conta das nossas crianças, tomam conta da nossa comida, tomam conta das nossas esposas, tomam conta das nossas casas e dos nossos bens em nossas residências. Elas têm, portanto, o nosso carinho, a nossa amizade. Resgatamos essa grande dívida, porque, na realidade, é a senzala que está sendo enterrada de uma vez por todas, e os direitos estão sendo reconhecidos.

Também aproveito para parabenizar a Deputada Benedita da Silva, que foi nossa Senadora e é Deputada, porque ela começou a sua vida como doméstica. E, hoje, está sorrindo e se alegrando, mais uma vez com entusiasmo, pela aprovação dessa matéria.

O voto, portanto, acompanha a nossa Relatora, a Senadora Lídice da Mata, do PSB do Estado da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar também de externar aqui minha alegria e meu contentamento por estarmos votando tão importante matéria, já que estamos resgatando essa dívida de muitos anos com nossas empregadas domésticas.

Todavia, a minha alegria é maior pelo fato de que o primeiro signatário dessa PEC é o meu conterrâneo, ex-Governador, ex-Senador e atual Deputado Federal Carlos Bezerra, que, sem sombra de dúvida, é um homem que mostra ter sensibilidade, sobretudo em razão das políticas sociais que tem defendido para todo o território nacional.

Dessa forma, meu caro conterrâneo Deputado Carlos Bezerra, eu lhe transmito minhas homenagens e, certamente, as homenagens de todas as domésticas deste País, especialmente as homenagens das domésticas do nosso querido Estado de Mato Grosso.

Cumprimento, da mesma forma, a ilustre Relatora, Senadora Lídice da Mata, que muito bem relatou aqui, com a competência de sempre, esse projeto.

Cumprimento também a Deputada Benedita da Silva, Relatora da matéria na Câmara dos Deputados.

V. Exª, Senador Renan, está de parabéns por ter colocado em pauta essa matéria, que é uma das mais importantes que o Senado Federal aprova em sua história. É uma dívida que estamos resgatando com todas as empregadas domésticas de nosso País.

Parabéns a todos, especialmente aos Relatores e ao primeiro signatário, o ilustre Deputado Carlos Bezerra!

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Senador Renan...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentar todos os que tornaram possível essa PEC e também dizer da satisfação que sinto por ser Senador num momento como este.

Ao mesmo tempo, porém, quero dizer que me sinto como se estivesse votando a Lei do Ventre Livre, mas não ainda a Lei da Abolição. A lei da abolição das empregadas domésticas vai se concretizar no dia em que a escola de suas filhas e filhos for igual à escola dos filhos de seus patrões, quando a escola tiver a mesma qualidade para todos. Enquanto isso não acontecer, ainda não vamos ter feito a verdadeira justiça. Talvez, nada traga mais sofrimento a uma pessoa do que, de manhã cedo, trabalhar para preparar a roupa e a mochila com livros antes de levar uma criança a uma boa escola, como a empregada leva os filhos de seus patrões, sabendo que os próprios filhos estão fora da escola ou em escolas de péssima qualidade.

Por isso, quero aproveitar este momento para sugerir, Presidente Renan, que sua proposta de fazer aqui grandes debates, talvez, devesse começar por algo que levaria ao avanço dessa PEC, que seria debater como fazer a escola dos filhos das empregadas e empregados domésticos ser tão boa quanto a escola dos filhos de seus patrões.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Exª, Senador Cristovam.

Senador Vital do Rêgo e Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan, quero fazer minhas as palavras dos Senadores e das Senadoras que me antecederam, parabenizando o Deputado Carlos Bezerra, como autor do projeto; a Senadora Lídice da Mata, como Relatora da PEC. E quero parabenizar, aí, sim, efusivamente, todos os trabalhadores e trabalhadoras domésticas que hoje conquistam um direito que já deveria ter sido dado a eles há bastante tempo. Acredito que nós estamos nivelando os trabalhadores e as trabalhadoras domésticas a todos os trabalhadores do nosso País, não havendo diferenciação de classe.

Então, quero parabenizá-los, porque o Senado Federal, hoje, ao aprovar em primeiro turno a PEC das empregadas e dos empregados domésticos, faz um exercício de justiça para com todos esses trabalhadores do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Um rápido registro, Sr. Presidente. Eu já tive oportunidade, na Comissão de Constituição e Justiça, de enaltecer esta PEC ou a sua aprovação.

Meus cumprimentos iniciais a todos que participaram, como autor, como inspirador, como Relatora dessa matéria.

É um passo, talvez um pequeno passo, mas muito consistente, que o Brasil dá no caminho ou na tentativa de se transformar realmente num País desenvolvido.

Mas a questão essencial, e a ela que eu me refiro, é que isso só vai acontecer – e faço também coro com o que disse o ilustre Senador Cristovam Buarque – quando efetivamente este País valorizar a educação, em especial a educação pública.

Nós, Sr. Presidente – é preciso que todos saibamos –, continuamos, em relação ao nosso continente, para não irmos muito longe, ainda na lanterna em relação ao tempo de escolaridade dos brasileiros, cerca de sete anos e meio menos do que a vizinha Bolívia, para não falar de outros países.

Somos um País que, em cada quatro brasileiros, um não completa o ensino fundamental. Portanto, há uma evasão escolar também que infelizmente coloca o nosso continente na dianteira desse triste *ranking*.

Portanto, Sr. Presidente, o Brasil toma uma decisão correta, através dos seus representantes, mas é preciso que nós deixemos de ter essa como uma profissão tão abrangente, porque a tendência é que, no futuro, nós tenhamos a substituição dessa profissão por outras, a partir da qualificação das novas gerações ou dos filhos dos trabalhadores e das trabalhadoras domésticas.

É um passo consistente, mas que precisaria ser comemorado não apenas com louros àqueles que participaram desse esforço, mas principalmente com investimentos maciços em educação, para que o País de primeiro mundo, alardeado e comemorado na propaganda oficial, um dia seja realidade no Brasil, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente, Renan Calheiros; Srªs e Srs. Senadores, é relevante o que foi decidido hoje, em primeiro turno de votação, porque é uma emenda constitucional. Teremos uma segunda votação, para confirmar. Não há, evidentemente, qualquer dúvida, porque houve voto unânime. De 70 Senadores aqui presentes, todos votaram a favor dessa PEC, que começou na Câmara, com a iniciativa do Deputado Carlos Bezerra.

Eu queria aproveitar para cumprimentar a Senadora Lídice da Mata, pelo empenho, pela dedicação e pela competência na relatoria no Senado; a Deputada Benedita da Silva, pelo que fez também na Câmara.

E, sobretudo, eu pretendia ser original, Presidente, mas o Senador Blairo Maggi tirou-me a originalidade, porque ele fez uma homenagem à Vera, que trabalha com ele há 17 anos. No meu caso, eu ganho dele, porque a Regina está comigo há quase 30 anos, e os direitos que hoje estamos aprovando praticamente ela já os tem.

No dia 26 de abril, eu estarei em Granja, no interior do Ceará, no Arrudão, para celebrar os 50 anos da Regina. Eu penso que uma pessoa que fica na casa da gente por quase 30 anos, ficou lá uma vida inteira. Então, eu queria dedicar a ela essa homenagem. O meu Partido, unanimemente, votou a favor.

Às Reginas todas que trabalham nas nossas casas, espalhadas por este País, pelo meu Rio Grande, eu queria dizer que estou muito feliz pelo que estou votando hoje, como mulher e como empregadora também.

Muito obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Não há dúvida, Sr. Presidente, de que talvez nem nós tenhamos dado importância ao significado do dia em que estamos vivendo.

Hoje é uma data – e eu felicito V. Exª pela competência de colocar em votação e conseguir a vitória – que realmente ficará marcada. Era algo de negro na história do Brasil nós termos as empregadas domésticas na qualidade exercer um subtrabalho.

Se formos analisar, o vestígio final do trabalho escravo no Brasil é o trabalho doméstico. A empregada doméstica ganhava menos do que os outros, e, como empregada doméstica, era obrigada a fazer absolutamente de tudo.

Havia a boa patroa, havia aquela que era carinhosa, havia aquela que dava um bom entendimento, mas, muitas e muitas vezes, a empregada doméstica sofria o que era possível e o que era impossível.

Acho que, neste momento, o Brasil dá um passo importante em termos de justiça social. E que interessante, porque, exatamente ontem, à noite, o nosso novo Papa, com o nome que leva, com o carinho que merece, defendia a importância de olharmos para os pobres. E, talvez, a primeira manifestação oficial de uma entidade, de uma organização, de uma Casa política que nem esta seja a de nós, do Senado, do Rio Grande do Sul, realmente estarmos olhando para os que mais precisam e pelos que mais necessitam.

Que bom, disse bem o Cristovam, quando falou que hoje ele se sente feliz na sua casa. E eu digo a mesma coisa. Se várias vezes e em várias oportunidades a gente sai chateado, magoado, porque sabe que não está fazendo pelo menos aquilo que podia, hoje a gente sai feliz daqui. Vamos dormir tranqüilos, porque o Senado, hoje, cumpriu realmente com o seu dever.

Eu cumprimento a Benedita, que conheci lá no Rio, em vários estágios: Governadora, Senadora, Deputada, empregada, pelo trabalho que ela fez.

Eu felicito o nosso querido companheiro Carlos Bezerra, que teve a competência da iniciativa. Ela era para ser uma iniciativa de muitos, inclusive de partidos. Não deu certo, ficou arquivada, ele se lembrou e levou o trabalho adiante.

Eu felicito a nossa ilustre companheira Lídice da Mata pelo trabalho que fez.

Hoje é um dia que vale a pena, Sr. Presidente. Cá entre nós, Presidente, se, dos 365 dias do ano – é verdade que nós trabalhamos uns 130 –,em 30 dias nós fizéssemos um trabalho que nem o de hoje, que Senado V. Exª estaria presidindo!

Meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Paulo Paim. Em seguida o Senador Petecão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Senador Renan Calheiros, Presidente da sessão, serei bem rápido.

Primeiro, quero cumprimentar o Deputado Carlos Bezerra, com certeza, por ele ter desarquivado essa ideia de que todo mundo falava, mas que ainda estava guardada.

Segundo, quero cumprimentar a nossa querida Senadora Lídice da Mata, pelo relatório e pela costura que fez.

Quero cumprimentar o Presidente da CCJ, Senador Vital do Rêgo, porque, de pronto, colocou a matéria em votação.

Quero cumprimentar aqui a nossa querida Deputada Pietá e, claro, a Benedita da Silva. Nós, Constituintes juntos. Chegou ao Congresso, e percebi toda a energia que ela dedicava para que as domésticas, de onde ela vinha, pudessem ter o direito dos trabalhadores.

Este ano, Sr. Presidente – e aí eu concluo –, nós festejamos os 70 anos da CLT. Veja bem que, há 70 anos, os outros trabalhadores já tinham grande parte desses direitos. Foram necessários 70 anos depois para que as empregadas domésticas pudessem ter férias na mesma proporção, pudessem ter carga horária regulamentada ou Fundo de Garantia, porque, antes, Sr. Presidente, era quase uma provocação. Era livre a opção para quem quisesse pagar. E claro que 99% não pagavam. Agora elas passarão a ter direito.

Esta Casa, de fato, está de parabéns! V. Exª está de parabéns! O Senado e a Câmara estão de parabéns!

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan, de forma bem breve, para, mais uma vez, em meu nome e em nome da Senadora Kátia Abreu, essa mulher guerreira que tanto nos orgulha e orgulha o nosso Partido, para reiterar o nosso voto de apoio a esse projeto que entendemos de suma importância principalmente para aquelas... Nós não chamamos de doméstica. Lá na minha casa é a gerente, a gerente da casa. E em nome da Dona Élida, que é quem cuida da minha família, eu queria prestar esse voto de apoio.

Parabéns às nossas trabalhadoras.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan, eu queria, antes de tudo, cumprimentar a nossa Relatora, Lidice da Mata, o Deputado Carlos Bezerra, e dizer que fiquei muito contente de ouvir o Senador Paim falando da Bené, a nossa Benedita, que, quando veio para cá como parlamentar, representando o Partido dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, trouxe temas de que esta Casa não tratava; ela trouxe olhos que esta Casa não tinha; trouxe ouvidos que esta Casa não tinha, que o Congresso não tinha. E a Bené, logo que começou a militar e depois que conquistou um mandato, virou uma estrela do nosso Partido.

Eu, que não tinha ainda a sorte de ocupar cargo público, disputando uma eleição, tive o privilégio de receber essa figura querida que é a Bené lá na minha casa, no Acre. E ela, que trouxe olhos, ouvidos, voz que esta Casa não tinha, Bené, quando ganhou um mandato, saiu do Rio de Janeiro e foi nos ajudar a sensibilizar as pessoas para as nossas propostas políticas. Depois de um dia exaustivo de trabalho, de batalha eleitoral, sempre sendo minoria, fomos para a minha casa para fazer uma refeição, à noite. E todos ali, conversando, na sala, quando descuidamos um pouco, depois do jantar, a Bené desapareceu. Procuramos a maior estrela que nós tínhamos na minha casa, a convidada ilustre, e ela estava na cozinha, lavando os pratos e dando uma grande lição para todo mundo da casa. Silenciosamente, juntou-se com as moças que estavam ali nos ajudando.

E hoje, Bené, eu fico imaginando a sua felicidade – você que foi Ministra, agora acompanhada da nossa Ministra Eleonora, a quem gostaríamos de saudar aqui no plenário *(Palmas.)* –, eu fico imaginando sua alegria de poder dizer – porque um ato como esse nos dá satisfação –: "Poxa! Vale a pena ter um mandato parlamentar, vale a pena ser um legislador!". Um ato como esse, certamente, para você que já sofreu tantas injustiças na vida, tanta discriminação e tantas dificuldades para superar os obstáculos, compensa o resultado. Mas o melhor de tudo é que essas figuras

anônimas que são os milhões, homens e mulheres, que trabalham nas casas, substituindo pai, mãe, substituindo o amor que às vezes uma família não pode dar, criando-nos a todos, acolhendo-nos a todos, a partir de agora, Presidente Renan, há uma regra, há uma regra e um reconhecimento, a carga horária estabelecida. Que trabalhadores eram esses que são os trabalhadores que estão mais perto de todos nós e que estão mais longe dos direitos? Acho que estamos fazendo justiça, fazendo o nosso País ficar mais digno, ficar maior, com a votação desta emenda constitucional.

Fico orgulhoso de ter sido mais um voto nesse painel. Fico orgulhoso do relatório da Senadora e colega Lídice da Mata, fico orgulhoso de ter tido a inspiração de mulheres que, lamentavelmente, ainda são minoria nas casas legislativas. Aliás, o Brasil é o País de nº 158, Ministra, tem uma das mais baixas representações femininas nas casas legislativas. Isso ainda é uma vergonha para nós. Mas, mesmo em minoria, V. Exªs estão sempre nos ensinando muito. Tomara que o Brasil, logo, logo, possa dividir melhor essas cadeiras para que possamos acertar mais. Então, cumprimento todas as mulheres.

Quero dizer que o Fundo de Garantia e uma carga de trabalho estabelecida em lei são direitos e aproximam essas pessoas que estão tão perto de nós, mas que estavam tão longe do ponto de vista dos direitos.

Parabenizo todos os empregados domésticos, todas as empregadas domésticas e os colegas Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, que ajudaram na construção desta emenda constitucional que melhora a nossa Constituição cidadã.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Registro, com muita satisfação, a presença, entre nós, da Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci. É uma honra muito grande tê-la aqui. Aliás, foi com sua presença, no dia em que realizamos aqui uma sessão de comemoração à mulher, ao Dia da Mulher, que assumimos o compromisso com a apreciação desta matéria nesta semana, no Congresso Nacional.

Seja muito bem-vinda. Parabéns pela decisão que o Senado está tomando hoje aqui para os empregados e as empregadas domésticas de todo o Brasil. Muito obrigado.

Quero, também, destacar a presença, entre nós, do Prefeito do Município de Bonito, Prefeito Leleco, e do Vice-Prefeito, Josmail.

Senador Anibal, com a palavra V. Exª.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar quero dizer que aguardo pacientemente por esta oportunidade de falar e o faço com muito alegria. Tive, a todo o momento, ao meu lado, a Deputada Janete Pietá e a Deputada Benedita da Silva. Numa situação como esta, eu me sinto absolutamente inspirado a ouvir todos os Senadores e Senadoras porque se trata de um momento histórico, e gostamos de nos fazer presentes num momento como este.

Nós estamos simplesmente derrubando o último resquício da escravidão no Brasil. Os empregados domésticos não foram reconhecidos na CLT de 1943; os empregados domésticos não foram reconhecidos na Constituição cidadã de 1988; hoje nós estamos fazendo justiça para com esses trabalhadores, que são, acima de tudo, a razão do nosso sucesso. Porque é impossível imaginar um bom profissional que consegue dar conta das suas atividades se não tem o suporte de um bom empregado doméstico, de uma boa empregada doméstica para cuidar da sua casa, cuidar dos seus filhos, para cuidar daquilo que é mais precioso para uma pessoa, para uma família.

Eu quero aqui parabenizar muitas pessoas, desde o primeiro propositor da matéria, a Deputada Benedita da Silva, uma lutadora por essa causa; o Senador Paim, que nunca baixa sua voz aqui no plenário, sempre defendendo os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, principalmente dos trabalhadores domésticos.

Quero também fazer um reconhecimento de que, desde o dia 8 de março, quando comemoramos aqui o Dia Internacional da Mulher e V. Exª assumiu o compromisso de colocar esta matéria em votação neste mês de março, nós tivemos um trabalho exemplar. O Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Vital do Rêgo, teve uma decisão inspiradora ao escolher a Senadora Lídice da Mata como relatora da matéria, uma Senadora baiana, do Estado em que há o maior número de empregadas domésticas, proporcionalmente, do Brasil, e, entre essas, o maior número de empregadas negras. Então, foi uma escolha muito acertada, muito inspirada. De uma escolha dessas, não poderia haver resultado melhor.

Tivemos um relatório muito próximo da perfeição, que foi melhorado na última reunião da Comissão de Constituição e Justiça, com a contribuição importante do Senador Aloysio Nunes Ferreira e do Senador Paulo Bauer, que são Senadores da oposição, mas nos ajudaram a encontrar o entendimento, para que esta matéria não voltasse à Câmara e tivéssemos a oportunidade de estar votando hoje aqui.

Portanto, muitas pessoas contribuíram para esse processo e todas estão de parabéns. O Brasil dá um passo adiante, tenho certeza. Todas as empregadas domésticas e os empregados domésticos estão de parabéns pelo reconhecimento e pelo direito adquirido, nesta sessão de hoje, de serem tratados como iguais.

A presença da nossa Ministra Eleonora Menicucci nos honra muito e dá maior grandeza à importância desta sessão.

Então, muito obrigado. Parabéns a todos! Sigamos firmes, projetando, cada vez mais, melhores condições de vida para os nossos trabalhadores e trabalhadoras, como quer a nossa Presidenta Dilma, tão comprometida com a melhoria das condições de vida e de trabalho para as mulheres brasileiras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senadora Ana Rita, com a palavra V. Exª.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero aqui também manifestar a minha opinião nesta sessão, uma sessão histórica onde estamos garantindo ampliação de direitos para trabalhadoras e trabalhadores domésticos, uma categoria altamente importante na nossa vida, na vida de muitas famílias brasileiras.

Quero aqui registrar a presença da nossa Ministra Eleonora Menicucci, Ministra da Secretaria de Política para Mulheres, que tem sido incansável também na luta e na defesa dos direitos das mulheres; quero aproveitar para parabenizar a Lídice da Mata, nossa querida Senadora, que muito se empenhou no seu relatório para que esta matéria fosse aprovada na Comissão de Constituição e Justiça; parabenizar também a Deputada Benedita da Silva, que é uma lutadora histórica em defesa dos direitos das mulheres; a Senadora Angela Portela; a Senadora Vanessa Grazziotin, que aqui está; Senadora Ana Amélia; Senadora Lúcia Vânia; Deputada Janete Pietá também aqui representando a bancada de Deputadas Federais. Quero dizer que esta PEC, a PEC das trabalhadoras domésticas, é um enorme avanço, Sr. Presidente, do ponto de vista da nossa legislação, porque assegura aos trabalhadores domésticos a equiparação aos direitos dos demais trabalhadores, direitos como jornada de trabalho limitada, horas extras, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Não fazia sentido, Sr. Presidente, a nossa Constituição, considerada cidadã, não assegurar ainda direitos iguais para todos os trabalhadores do nosso País.

Com isso, Sr. Presidente, vale destacar que o Brasil tem a maior categoria de trabalhadores e trabalhadoras domésticos do mundo. Nós temos sete milhões de brasileiros e brasileiras que são trabalhadores e trabalhadoras domésticos, sendo que 93% são mulheres, das quais apenas 2 milhões trabalham com carteira assinada.

Então, esta PEC vem, de fato, assegurar a uma parcela significativa de trabalhadores e trabalhadoras direitos já assegurados para a maioria dos trabalhadores brasileiros.

Esta conquista, com certeza, é fruto da luta de milhares e milhares de trabalhadoras domésticas e tem um significado, Srª Ministra e Sr. Presidente, altamente importante, porque, além de ampliar os direitos dessa parcela de trabalhadores e trabalhadoras, também tem um rebatimento sobre o trabalho infantil, porque, em muitos lares brasileiros, ainda há trabalho infantil, realizado por meninas, o que não é permitido por lei. Nós precisamos dar um basta também à exploração do trabalho infantil em nosso País.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero também dizer que, assim que esta PEC for sancionada pelo Governo brasileiro, pela nossa Presidenta Dilma, o nosso Governo vai assegurar, no contexto internacional, aquilo que já é assegurado pela Convenção da Organização Internacional do Trabalho, que trata sobre o trabalho decente dos trabalhadores domésticos. Portanto, esta PEC vem atender também uma demanda da Convenção da Organização Internacional do Trabalho, que trata dos trabalhadores domésticos.

Finalizo, Sr. Presidente, a minha fala, parabenizando todas as nossas Senadoras que se empenharam, com o apoio dos colegas Senadores, do Presidente desta Casa, para que esta PEC fosse aprovada nesta tarde de hoje. Parabéns ao Senado Federal! Parabéns à Câmara Federal! Parabéns a todos os parlamentares! E parabéns, particularmente, às trabalhadoras e aos trabalhadores domésticos, que historicamente cobraram deste Congresso Nacional esta PEC!

Hoje é um dia de glória, é um dia de celebração, é um dia de reconhecimento da luta desses trabalhadores brasileiros.

Obrigada, Sr. Presidente. Essa é minha posição e a minha opinião sobre esta PEC tão importante que acabamos de aprovar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Ivo Cassol.

Agradecemos a V. Exª, Senadora Ana Rita.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

É com alegria que eu quero aqui hoje parabenizar meus Pares, colegas Senadores e Senadoras, por estarmos aprovando, em primeira votação, esta PEC, que vem dar aos trabalhadores e trabalhadoras domésticos os mesmos direitos que os demais profissionais têm.

Em nome das amigas que, na verdade, fazem parte do dia a dia da minha casa, com minha esposa e com meus filhos, que trabalham conosco já há anos, a Dona Leide, aqui em Brasília; a Dona Maria, em Rolim de Moura; a Dona Maria, em Porto Velho; também a Fia, que trabalha conosco em Santa Luzia, e a Zeza, foi com

alegria que votei, em primeiro turno, favoravelmente a esta PEC, para que a gente pudesse dar os mesmos direitos a todas as empregadas domésticas do Brasil.

Eu já vinha fazendo isso, já vinha praticando isso não de agora, mas há muito tempo. A exemplo disso, Sr. Presidente, uma das nossas amigas, a Fia, que trabalha com a gente, esteve com seu filho adolescente doente e a saúde pública, infelizmente, não atendeu. Então, eu, como amigo, o levei a um hospital particular para que pudesse ser atendido. E é dessa maneira que eu sempre tenho tratado, tanto eu como minha esposa e minha família, as pessoas que fazem parte do nosso dia a dia, que convivem conosco, empregados e empregadas domésticos que fazem parte da família.

É com alegria que votamos aqui. Foram 70 anos e foram 70 votos. Portanto, esta Casa está de parabéns. Parabenizo todos os demais Senadores e Senadoras por darmos essa condição aos trabalhadores domésticos do Brasil.

Agradeço e deixo o meu abraço.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Waldemir Moka. Em seguida, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Senador Presidente, quero, primeiro, parabenizar o Deputado Federal Carlos Bezerra, do nosso partido, o PMDB, que é, na verdade, o primeiro subscritor da PEC; cumprimentar e agradecer à Ministra Eleonora aqui, que nos honra com a sua presença nesta sessão histórica. Cumprimento a Deputada Benedita, que, evidentemente, é o símbolo dessa luta, luta que foi possível em função da determinação, da garra da nossa Senadora que relatou aqui, a minha amiga Lídice da Mata.

Ao cumprimentá-las, quero dizer ao Presidente a este Plenário que eu tenho uma dívida de gratidão com minhas trabalhadoras domésticas, minhas empregadas.

Sr. Presidente, eu tive de, em uma parte de minha vida, ficar com minhas filhas. Essas meninas, ainda muito jovens, foram muito bem cuidadas.

Quero aqui... Até estou emocionado, porque isso sempre foi muito difícil. Não foi fácil, muitas vezes, na minha condição, com minhas meninas. Eu tenho uma dívida de gratidão com essas trabalhadoras domésticas que me ajudaram. E quero parabenizar todas as trabalhadoras domésticas em nome de D. Edna, D. Eva, que sempre me ajudaram nessa difícil tarefa de cuidar das minhas meninas.

Sr. Presidente, parabenizo todos os Srs. Senadores por esta sessão histórica.

É claro que, com emoção, digo da alegria que eu tenho de, neste final de semana, dizer, embora elas tenham – e tenho certeza de que é como fazem todos os Senadores – isso há muito tempo, até porque é o mínimo que eu teria de fazer, reconhecendo a ajuda que eu sempre tive dessas que são verdadeiras amigas no dia a dia da minha casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Exª.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, como todos os demais Senadores e Senadoras, quero também cumprimentar a Senadora Lídice da Mata; o Deputado Carlos Bezerra, que apresentou esta proposição, esta proposta de emenda à Constituição; Cumprimento também a querida Senadora, minha colega aqui da primeira Bancada de Senadores, hoje Deputada, Benedita da Silva, Governadora do Estado do Rio, Prefeita, V. Exª que tanto compreende as razões de as empregadas domésticas terem direitos iguais a de todos os trabalhadores e que soube lutar tão bem por esta causa.

Quero também cumprimentar à Ministra Eleonora Menicucci, que aqui vem dar toda força a este resultado formidável: 70 votos a zero.

E quero aqui também homenagear aquelas pessoas que hoje trabalham comigo: em São Paulo, Ivoneide da Silva Moreira Sousa, Irismar da Silva Moreira; aqui em Brasília, Zélia Gonçalves Pimenta; e, em Picinguaba, a minha caseira, Maria Selma Correia da Silva. Todas essas pessoas que têm sido tão atenciosas, carinhosas, comigo e com todos os membros de minha família, meus filhos e netos, e que contribuem excepcionalmente para que eu possa sempre, aqui no Senado e em todos os lugares onde trabalho, realizar isso com toda a tranquilidade.

É importante que agora os direitos dessas pessoas sejam estendidos de forma igualitária, com respeito a todos os trabalhadores brasileiros.

Ao Senador Paulo Paim também que, na Comissão de Direitos Humanos, deu tanta força a esta proposta de emenda à Constituição; a todos os Senadores que batalharam por isso; ao Presidente Renan Calheiros, parabéns! Parabéns ao Senado Federal, ao Congresso Nacional, por esta iniciativa tão meritória!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Eunício Oliveira, Líder do PMDB. (*Pausa.*)

Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

EMENDA Nº1 CCJ DE REDAÇÃO A PEC 66/2012 (1º TURNO)

EMENDA Nº1 CCJ DE REDAÇÃO A PEC 66/2012 (1º TURNO)

Num.Sessão: 1 Num.Votação: 4 Abertura: 19/03/13 19:28
Data Sessão: 19/03/2013 Hora Sessão: 14:00 Encerramento: 19/03/13 20:09

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	SIM
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM
PP	RS	ANA AMÉLIA	SIM
PT	ES	ANA RITA	SIM
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	SIM
PT	AC	ANIBAL DINIZ	SIM
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	SIM
PSB	SE	ANTONIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	SIM
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	SIM
PR	MT	BLAIRO MAGGI	SIM
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	SIM
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	SIM
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	SIM
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	SIM
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	SIM
PT	MS	DELCÍDIO DO AMARAL	SIM
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	SIM
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	SIM
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	SIM
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	SIM
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
PTB	DF	GIM	SIM
PT	PE	HUMBERTO COSTA	SIM
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM
PP	RO	IVO CASSOL	SIM
PMDB	PA	JADER BARBALHO	SIM
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	SIM
DEM	MT	JAYME CAMPOS	SIM
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	SIM
PPL	TO	JOÃO COSTA	ABST.
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	SIM
PT	AC	JORGE VIANA	SIM
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	SIM
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	SIM
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
PSDB	SC	PAULO BAUER	SIM
PV	RN	PAULO DAVIM	SIM
PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PDT	MT	PEDRO TAQUES	SIM
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	SIM
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	SIM
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	SIM
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	SIM
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	SIM
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	SIM
PMDB	PB	VITAL DO REGO	SIM
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	SIM
PT	BA	WALTER PINHEIRO	SIM
PT	PI	WELLINGTON DIAS	SIM
DEM	GO	WILDER MORAIS	SIM

Presidente: RENAN CALHEIROS

SIM : 60 NÃO : 00 ABST. : 01 PRESIDENTE : 1 TOTAL : 62

Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – SIM, 60 votos; nenhum voto NÃO;

Uma abstenção.

Está, portanto, aprovada a Emenda nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça, Emenda de Redação à PEC nº 66, de 2012. (*Palmas.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. Sem revisão do orador.) – Apenas para, em nome do Governo, cumprimentar V. Exª, cumprimentar o Senado da República.

Creio que essa importante votação, ainda em primeiro turno, sinaliza o resgate de uma importante categoria das trabalhadoras brasileiras.

Quero aqui destacar o trabalho de todas e todos os envolvidos; quero cumprimentar a nossa Ministra Eleonora Menicucci, que aqui está em nome do Governo da Presidenta Dilma; cumprimentar a nossa ex-Senadora pelo Estado do Rio de Janeiro, que aqui esteve todo o tempo presente, a ex-Senadora Benedita da Silva, que acompanhou permanentemente os trabalhos, assim como todos os companheiros do PMDB, que desde o início, inclusive com a autoria desta PEC, vêm apoiando esse importante segmento.

Portanto, quero cumprimentar V. Exª, cumprimentar o Senado, cumprimentar os Senadores e Senadoras, porque, efetivamente, hoje demos um passo importante para o resgate dessa importante categoria das trabalhadoras que nos ajudam em nossas residências e nos ajudam no nosso cotidiano.

Portanto, Presidente, muito obrigado.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Eduardo. Com a palavra, V. Exª.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ. Sem revisão do orador.) – Muito bem. Já aberto o painel, eu gostaria também de solidarizar-me com todos aqui que, anteriormente, falaram sobre essa questão das empregadas, dos empregados domésticos.

Eu quero aqui também registrar, assim como a maioria dos companheiros, que já tive várias empregadas que trabalharam em casa, também ajudando a cuidar dos meus filhos, meu casal de filhos, um filho e uma filha. Sempre os meus filhos chamavam e chamam – hoje não, mas quando jovens – as empregadas de tias, porque era um carinho, era um cuidado. Eu vi empregadas que chegaram em casa jovens e saíram para se casar. Hoje são mulheres casadas, donas de casa e com família formada.

Então, com muita honra, hoje é um dia histórico, realmente uma sessão histórica aqui no Senado.

Eu parabenizo a nossa Senadora, a nossa Governadora Benedita, hoje Deputada Federal, e todos os que aqui estão presentes.

Realmente, é um dia histórico para o Senado, e, como não poderia ser diferente, tivemos essa votação expressiva.

Eu parabenizo a todos os empregados e empregadas domésticas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para consultar V. Exª.

Existem dois requerimentos sobre a mesa. Um é o requerimento em relação à urgência do FPE – obviamente, V. Exª, após a Ordem do Dia... Quero saber se V. Exª vai colocar em votação esse requerimento. O outro requerimento que está sobre a mesa é sobre o calendário especial relacionado à PEC nº 86, que é da autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, a PEC nº 61, que é da nossa autoria, e a PEC nº 46 – todas elas apensadas à PEC nº 86, que é do Senador Flexa Ribeiro.

Eu consulto V. Exª se V. Exª vai colocar, no calendário especial, esses dois requerimentos em votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Há um outro requerimento, Senador Eunício, propondo um calendário especial para a Proposta de Emenda à Constituição nº 86, mas não está prevista a votação nesta sessão, logo após a Ordem do Dia.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Do requerimento, não?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Desse requerimento, não.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Está sobre a mesa, e é esta a consulta que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Está bem.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Há dois requerimentos: o do FPE e esse outro requerimento assinado pelos Líderes.

Consulto se V. Exª vai colocar em votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente Renan, havendo concordância dos Líderes, V. Exª poderia colocar em votação o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Se não houver objeção do Plenário, nós colocaremos em votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Agradeço a V. Exª. Isso é da maior importância para o Pará, para o Ceará, para o Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Eu queria só comunicar à Casa que, hoje, nós fomos convidados para uma conversa no Supremo Tribunal Federal com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, que manifestou seu desconforto com a expansão da Justiça Federal no Brasil sem critério, como ele disse, sem planejamento, da forma como isso está sendo feito.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Da Justiça Federal?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Da Justiça Federal.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Ele é contra a expansão da Justiça Federal no Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Ele é contra a expansão, segundo ele, sem critério, sem planejamento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas há critério, Presidente. O critério está no projeto, na PEC.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Eu queria só comunicar à Casa, porque ele nos convidou, a mim e ao Presidente Henrique Eduardo Alves, para, exatamente, colocar essa preocupação dele com a evolução. Ele não tratou da iniciativa, mas disse, na oportunidade, que tinha muita preocupação com a expansão da Justiça Federal.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente. Sr. Presidente, Senador Inácio Arruda.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, o fato é que a matéria é regimental. Há um requerimento assinado pelos Líderes sobre a mesa de V. Exª. É regimental.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – V. Exª está pedindo a apreciação do requerimento, e eu estou dizendo que, não havendo objeção da Casa,...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Não, eu compreendo, eu compreendo. (*Tumulto.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Agradeço a V. Exª.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Só que é regimental, é regimental desta Casa, e estou solicitando a V. Exª a possibilidade de colocar em votação.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Não, nós vamos votar.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Senador Inácio Arruda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Eunício, o Presidente Renan vai colocar em votação.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Senador Inácio Arruda.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Presidente, sobre o requerimento do FPE, eu acho que tem acordo, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Há, sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final para o segundo turno, que será publicado na forma do Regimento.

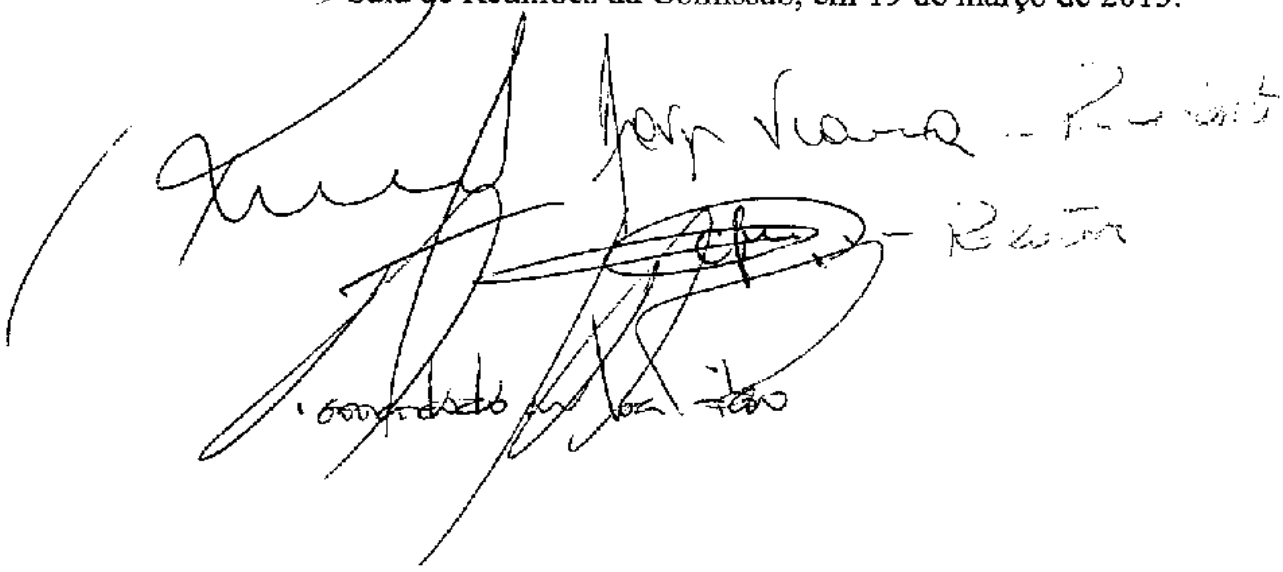
É lido o seguinte:

PARECER
Nº 137, DE 2013
(Da Comissão Diretora)

Redação, para o segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2012 (nº 478, de 2010, na Câmara dos Deputados).

. A **Comissão Diretora** apresenta a redação, para o segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2012 (nº 478, de 2010, na Câmara dos Deputados), que *altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e demais trabalhadores urbanos e rurais*, consolidando a Emenda nº 1 – CCJ (de redação), aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, em 19 de março de 2013.



ANEXO AO PARECER Nº 137, DE 2013

Redação, para o segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2012 (nº 478, de 2010, na Câmara dos Deputados).

EMENDA CONSTITUCIONAL
Nº , DE 2013

Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º .....

.....

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social." (NR)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – A PEC dos empregados domésticos constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira.

Passamos à votação dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Sobre a mesa Requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2013

Senhor Presidente,

Requeremos calendário especial para a PEC 86, de 2011, que cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª Região, com sede em Manaus e jurisdição no Estado do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, que tem como primeira signatária a Senadora Vanessa Graziottin, para que a matéria conste da Ordem do Dia de sessões deliberativas a serem convocadas para o dia 19 de março de 2013, na forma que se segue:

Sessões em Primeiro Turno	**Horário**
Primeira Sessão de discussão em primeiro turno	16h00
Segunda Sessão de discussão em primeiro turno	16h05
Terceira Sessão de discussão em primeiro turno	16h10
Quarta Sessão de discussão em primeiro turno	16h15
Quinta Sessão de discussão e votação em primeiro turno	16h20
Sessões em Segundo Turno	**Horário**
Primeira Sessão de discussão em segundo turno	16h25
Segunda Sessão de discussão em segundo turno	16h30
Terceira Sessão de discussão e votação em segundo turno	16h35

Sala das Sessões, em de março de 2013.

Senador Wellington Dias – Líder do PT

Senador Eunício Oliveira – Líder do PMDB

Senador Gim Argello – Líder do PTB

Senador Aloysio Nunes Ferreira – Líder do PSDB

Senador José Agripino – Líder do DEM

Senador Francisco Dornelles – Líder do PP

Senador Randolfe Rodrigues – Líder do PSOL

Senador Sérgio Petecão – Líder do PSD

Senador Pedro Davim – Líder do PV

Senador Alfredo Nascimento – Líder do PR

Senador Eduardo Amorim – Líder do PSC

Senador João Costa – Líder do PPL

Senador Acir Gurgaz – Líder do PDT

Senador Rodrigo Rolemberg – Líder do PSB

Senador Eduardo Lopes – Líder do PRB

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Em votação o requerimento que propõe um calendário especial para a PEC 86.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o requerimento.

A matéria constará da Ordem do Dia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, é só para V. Exª esclarecer o conteúdo da PEC 86.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – A PEC 86 é uma PEC que cria o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com sede em Manaus e jurisdição nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – E mais, Presidente, outras PECs apensadas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Passa-se, agora, à votação do requerimento de urgência**,** lido no Período do Expediente...

Encerrada, portanto, a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2013
(Proveniente da Medida Provisória nº 586, de 2012)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2013, na forma do texto aprovado na Câmara dos Deputados, que *dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e altera as Leis nºs 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e 10.260, de 12 de julho de 2001 (proveniente da Medida Provisória nº 586, de 2012).*

Parecer sob nº 2, de 2013, da Comissão Mista, Relator: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE); e Relator Revisor: Deputado Márcio Macêdo (PT/SE), favorável, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2013, que oferece.

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2013
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 147, de 2013)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2013 (nº 4.787/2012, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *dispõe sobre as tabelas de salários, vencimentos, soldos e demais vantagens aplicáveis aos servidores civis, aos militares e aos empregados oriundos do ex-Território Federal de Rondônia integrantes do quadro em extinção de que trata o art. 85 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, e dá outras providências.*

Pendente de parecer da CCJ.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2011

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que *acrescenta § 2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades.*

Parecer favorável, sob nº 1.665, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Anibal Diniz.

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 576, DE 2012

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 576, de 2012 (apresentado como conclusão do Parecer nº 51, de 2012, da Comissão Mista, Relator: Senador Jayme Campos), que *aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 83, de 2012.*

5

REQUERIMENTO Nº 116, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 116, de 2013, do Senador Jayme Campos, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2010, dos Projetos de Lei do Senado nºs 108 e 385, de 2003; 68, de 2004; 145, de 2005; 208, 463, 581 e 586, de 2007; 301, de 2008; 375, 466 e 539, de 2009; 303 e 326, de 2010; 16, 35, 69, 137, 157, 214,*

328, 334, 335, 364, 373, 524, 580, 618 e 663, de 2011; 48, 49, 91 e 390, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma (benefícios do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Passamos à votação do **Requerimento nº 174, de 2013, de urgência**, lido no Período do Expediente, para os **Projetos de Lei do Senado nºs 192, 289, 744 e 761, de 2011; e 35, 89, 100 e 114, de 2012–Complementares**.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A matéria a que se refere o requerimento figurará na Ordem do Dia da 2ª Sessão Deliberativa Ordinária, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Há oradores inscritos.

Com a palavra, o Senado Romero Jucá. Nós temos inscritos também o Senador Flexa Ribeiro, o Senador Lindbergh, o Senador Paulo Paim e o Senador Eduardo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. *Fora do microfone.*) – Presidente, votou o requerimento do FPE?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Votamos. Votamos dois requerimentos, o da PEC 86 e o do FPE.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu pedi a palavra aqui para, do plenário do Senado, encaminhar e registrar o meu voto também na PEC 66, a PEC que faz justiça, que faz história na igualdade das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos. É importante registrar que tanto homens quanto mulheres exercem o trabalho doméstico e serão reconhecidos de uma forma de igualdade, que é importante para o nosso País.

Nós lutamos e aprovamos essa emenda à Constituição aqui, numa decisão por unanimidade, exatamente para que essa igualdade seja feita.

Quero aqui parabenizar os empregados e as empregadas domésticas do Brasil, em especial de Roraima, e dizer que nós fizemos esse ato. Na próxima semana, estaremos votando o segundo turno, para, definitivamente, fazer justiça, fazer com que as trabalhadoras e os trabalhadores do Brasil que se dedicam, que trabalham, que cuidam das nossas casas, das nossas famílias, que, enfim, atuam junto aos nossos filhos, aos nossos netos, efetivamente possam ter o reconhecimento, possam ter, merecidamente – aliás, até com atraso –, esse reconhecimento e essa igualdade.

Portanto, quero registrar aqui o meu voto favorável e, mais do que isso, o meu respeito, a minha admiração, a minha gratidão e o meu reconhecimento a todas as trabalhadoras e trabalhadores domésticos do nosso Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Pois não, Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – O senhor confirma a minha inscrição como Líder, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – V. Exª está inscrito, Senador, como Líder.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Na sequência?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu vou chamar o Senador Flexa e depois pode ser V. Exª.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – V. Exª tem a palavra, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, Srªs e Srs. Senadores, primeiro, quero, também – já o fiz pela ordem, mas quero fazer daqui da tribuna – parabenizar o Senado Federal pela aprovação da PEC nº 66, que iguala os trabalhadores e as trabalhadoras domésticas aos demais trabalhadores do nosso País. Foi um ato de justiça que o Senado fez ao aprovar essa PEC nº 66, de autoria do Deputado Carlos Bezerra e relatoria da Senadora Lídice da Mata. Tanto que a aprovação foi por unanimidade, com 70 votos a favor no primeiro turno e as suas emendas. Como anunciou o Presidente, Senador Renan Calheiros, a votação em segundo turno estará na pauta da Ordem do dia da próxima terça-feira, dando igualdade, então, às trabalhadoras e trabalhadores domésticas. Quero parabenizar a todas, em especial os trabalhadores e as trabalhadoras domésticas do meu Estado, Pará, que a partir de agora terão todos os direitos que os demais trabalhadores brasileiros já possuem.

Venho hoje à tribuna do Senado me referir, Senador Jorge Viana, à reunião, por convite do Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado e do Congresso Nacional, e do Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente da Câmara Federal, com os Governadores

dos 26 Estados da Federação e do Distrito Federal, uma reunião que reputo da maior importância, pois foi uma reunião objetiva, que vai dar aos Estados brasileiros condições de melhorar, a possibilidade de atender às suas demandas, às demandas de todos os brasileiros, de todos os Estados e do Distrito Federal, na área da saúde, da educação, da segurança e da infraestrutura, com a melhoria, Senador Jorge Viana, da sua arrecadação.

Hoje, pela manhã, na CAE, presidida com competência pelo Senador Lindbergh, tivemos uma audiência em que estiveram presentes o Governador em exercício do Estado do Pará, Sr. Helenilson Pontes, o Governador do Amazonas, Omar Aziz, o Governador do Piauí, Wilson Martins, o Governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, o Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, o Governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, o Governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, e o Governador de Goiás, Marconi Perillo.

Nessa audiência, nós tivemos a oportunidade de debater o Projeto de Resolução nº 1, de 2013, e a PEC que trata da unificação das alíquotas interestaduais do ICMS. Tivemos lá a mesma preocupação que têm os Governadores pelos demais temas.

E quero aqui repetir, Senador Lindbergh Farias, aquilo que tivemos oportunidade de falar na audiência: que era necessário que o Executivo, que a Presidente Dilma Rousseff fizesse, de uma vez por todas, a revisão, o reestudo do pacto federativo, porque estamos aqui esgarçando o federalismo brasileiro, discutindo temas pontuais, isolados, e tem tudo a ver a correlação entre esses temas. V. Exª mesmo já pautou para discutirmos na CAE a questão do FPE, a revisão do indexador da dívida dos Estados da Federação brasileira para com a União.

Então, esses temas todos, mais os *royalties* do pré-sal, mais a questão das alíquotas do FPE, esses são assuntos que, de forma globalizada, conjunta, poderiam muito bem ter um encaminhamento muito mais de consenso do que estamos tendo aqui no Senado Federal ou no Congresso Nacional, Senador Paulo Paim, porque, tratados isoladamente, cada Governador, até por um dever de ofício, fica preocupado em ter perda de receita para atender às demandas. A receita, hoje, em função da centralização nas mãos da União de mais de 60% do que é arrecadado, ou seja, do que é contribuído pelos brasileiros, já não suporta mais ter perda de receita. Então, ficam todos preocupados.

Assim, se fosse tratado em conjunto, tenho certeza absoluta, a tramitação se daria numa condição muito melhor e menos conflituosa.

Voltando ao início do meu pronunciamento, nessa reunião do Presidente do Congresso e do Senado, Senador Renan Calheiros, e do Presidente da Câmara, Deputado Henrique Eduardo Alves, com os Governadores, foram colocados quatro temas. Quero aqui me referir a dois deles. Tive a ação legislativa de apresentar uma emenda à Medida Provisória nº 609 e uma à PEC nº 12, de 2013, para tratar de dois temas sobre os quais há consenso entre todos os Governadores.

Então, quero colocar, disponibilizando, através do Senado Federal, para que o Governo, o Executivo possa atender a demanda que tem o apoio dos Presidentes das duas Casas.

A Constituição Federal de 1988 determinou o repasse aos Estados e Municípios de 48% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda (IR) e sobre produtos industrializados (IPI), 21,5% dos quais destinam-se ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), 23,5% ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e 3% para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O objetivo do FPE, conforme o preceito constitucional, é promover o equilíbrio socioeconômico entre os Estados. No entanto, a cada ano, os Estados vêm sofrendo perdas significativas em suas transferências constitucionais obrigatórias, haja vista a migração da arrecadação federal para os tributos não compartilhados. Com essa inversão deliberada, o Governo Federal conseguiu diminuir a participação daqueles entes na partilha de sua arrecadação.

Em 1988, ano da promulgação da Constituição Federal, a arrecadação oriunda do Imposto de Renda e do IPI somava – é bom que os brasileiros que...

Em 1988, ano da promulgação da Constituição Federal – é bom que os brasileiros que nos veem pela TV Senado e nos ouvem pela Rádio Senado tenham clareza desse número –, a arrecadação oriunda do Imposto de Renda e do IPI somava 76,2% do total da arrecadação da União e as contribuições e outras receitas administradas pela Receita Federal do Brasil somavam 23,8%. Mas a participação do Imposto de Renda e do IPI na arrecadação foi deteriorando e, em 2010, os dois impostos representavam apenas 45,5% do total da arrecadação federal, enquanto as contribuições, somadas a outras receitas administradas, alcançaram 54,5%. Repito: em 1988, o IR e o IPI representavam 76,2% da arrecadação e era parte desses valores que era transferida para os Estados, pelo FPE, e para os Municípios, pelo FPM. Já em 2010, esses impostos representavam apenas 45,5% da arrecadação federal.

Essa deterioração fez com que o repasse ao FPE – destinado aos Estados –, que em 1988 representava 16,4% do total da arrecadação do Governo Federal, passasse a representar, em 2010, apenas 9,8% da arrecadação. Senador Jorge Viana, V. Exª, que já governou o Estado do Acre por dois mandatos, sabe perfeitamente da queda de arrecadação que tem ocorrido na transferência do FPE. Em outras palavras, isso significa uma perda de 40% na parcela proporcional

da arrecadação destinada ao FPE. E o mesmo ocorre com o repasse ao FPM.

É importante compreender que essa perda atinge principalmente os entes federados menos desenvolvidos, os que mais necessitam dos recursos do FPE para poder atender as necessidades da população.

Costuma-se dizer, em relação aos incentivos do Governo Federal que envolvem exoneração de IPI – como os oferecidos com tanta frequência ao setor de automóveis –, que se trata de cortesia com chapéu alheio. Na verdade, essa prática é ainda mais prejudicial: os Estados mais industrializados conseguem reduzir o impacto negativo, pois o incentivo aumenta sua atividade econômica e, consequentemente, sua arrecadação. O mesmo não ocorre com os Estados menos desenvolvidos. Esses arcam com o ônus sem ver benefício nenhum.

Existe, portanto, necessidade urgente de recomposição da base de cálculo do FPE e do FPM, levando-se em consideração dois objetivos: tornar neutro o impacto das mudanças na composição da arrecadação dos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil sobre a evolução dos fundos de participação; e ajustar os percentuais aplicados, incluindo a arrecadação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Senador João Costa, buscando recompor a base perdida pelos Estados e Municípios. Com esse intuito, apresentei hoje, com o apoio dos meus pares, uma PEC que recebeu a numeração de PEC nº 12, de 2013, que inclui a Cofins e a CSLL nos recursos compartilhados e estabelece uma transição de cinco anos, aumentando, paulatinamente, a parcela destinada ao FPE e ao FPM.

Senador Jorge Viana, que preside a sessão, essa PEC foi originada no que foi encaminhado na reunião dos governadores, na quarta-feira passada, pelo Governador Cid Gomes, que representou o pleito de todos os governadores: recompor, com parcelas da CSLL e da Cofins a perda que o FPE e o FPM têm sofrido, como mostrei há pouco, desde 1988 até os dias atuais.

Inicialmente, a parcela prevista para fazer essa recomposição é de 13% do Imposto de Renda mais o IPI e mais contribuições para o FPE, aumentando até 18%. Em seguida, seriam 13,5% do Imposto de Renda mais o IPI e mais as contribuições para o FPM, aumentando até 18,5% a parcela da Cofins e da CSLL.

Contamos, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, com o apoio de V. Exªs para a apreciação e aprovação dessa PEC. Repito: é a PEC que foi colocada na reunião dos governadores pelo Governador Cid Gomes, com apoio e aprovação de todos os 26 Governadores dos Estados mais o Governador do Distrito Federal.

Apresentei outra medida na quinta-feira da semana passada. Trata-se de uma emenda à Medida Provisória nº 609, medida provisória esta, Senador Jorge Viana, que trata da desoneração dos tributos da cesta básica. Então, a emenda que apresentei é de mérito da medida provisória, ou seja, está dentro do contexto da medida que foi encaminhada pela Presidente ao Congresso Nacional e que vai começar a ser apreciada na comissão mista que se está instalando.

Essa medida vem também mitigar o desequilíbrio crescente das contas estaduais. E aí é mais grave, ou tão grave quanto... Não sei, Senadora Ana Rita, qual é o nível de gravidade das duas perdas dos Estados, mas essa, com certeza absoluta, é uma absurdez, digamos assim. É um absurdo grande que Estados e Municípios tenham de transferir para a União, Senador João Costa, 1% das suas receitas líquidas. Ou seja, os recursos já estão exauridos, e, mesmo assim, de toda a receita líquida de Estados e de Municípios, 1% é transferido para a União. Quando a União repassa o FPE para os Estados e o FPM para os Municípios, já retém esse 1% do Pasep.

Então, a emenda que apresentei, também apresentada pelo Governador Helenilson Pontes, Governador em exercício do meu Estado, o Pará, é no sentido de zerar esse 1% do Pasep, deixando nos Estados esse valor que hoje é arrecadado pela União. Como eu disse, a emenda vem para zerar a alíquota da contribuição para o Pis/Pasep incidente sobre o valor das receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes.

Senadora Ana Rita, quando há transferência para Estados e Municípios, também nas transferências é retido esse 1%. Quer dizer, a União já fica com mais de 60% da arrecadação e ainda toma dos Estados e dos Municípios 1%, que vem desde os governos do regime militar. Nós precisamos, de uma vez por todas, por uma ação legislativa do Congresso Nacional, zerar essa alíquota do Pasep, deixando esse 1%, que é cobrado sobre a arrecadação corrente dos Estados e dos Municípios, sobre as transferências correntes e sobre transferências de receitas de capital, quando há financiamentos também para Estados e Municípios.

A cobrança de 1% de toda a arrecadação e das transferências representa, para Estados e Municípios brasileiros, um ônus anual de aproximadamente R$7 bilhões. Só para o meu Estado, o Pará, representa algo em torno de R$120 milhões a R$130 milhões. Quer dizer, são recursos que são transferidos para quem já detém, como eu disse, quase que 60% ou pouco mais de 60% de tudo o que é arrecadado.

Nesse sentido, considerando que tramita na Casa, como eu disse, a MP nº 609/2003, que reduz a zero as alíquotas do PIS/Pasep sobre os produtos que compõem a cesta básica, tomamos a iniciativa de apresentar essa emenda, reduzindo a zero a incidência do Pasep sobre as receitas arrecadadas e as transferências a Estados e Municípios.

Quero contar também com o apoio de todas as lideranças do Senado Federal e dos meus pares, para que possamos agilizar o processo. A ação legislativa, Senadora Ana Rita, de colocar a emenda na medida

provisória foi feita para agilizar o processo, já que a medida provisória tem uma tramitação acelerada no Congresso Nacional.

O Senador Aloysio Nunes Ferreira apresentou um projeto de lei no mesmo sentido, que vai começar a tramitar na CAE, mas, como eu disse hoje na audiência pública, não sabemos quanto tempo vai demorar a tramitação desse projeto de lei, que tem o mesmo objetivo que teve a emenda que apresentei. E, quanto mais demorar a redução à alíquota zero da transferência do Pasep para a União, mais vão sangrar os Estados e os Municípios do nosso País.

Então, é importante que possamos agilizar essa tramitação, e a forma mais rápida de fazê-lo é através da Medida Provisória nº 609, pela emenda que apresentei.

Essas informações eu as reputo da maior importância.

Peço novamente o apoio dos meus pares para que possamos fazer com que tanto a PEC nº 12/2003 quanto a emenda na Medida Provisória nº 609 tramitem, para que possamos melhorar ou minorar as dificuldades de todos os Estados, do Distrito Federal e dos mais de 5,5 mil Municípios do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento V. Exª, Senador Flexa Ribeiro.

A Presidência informa a criação da Comissão Mista para a consolidação da legislação federal e regulação da Constituição. A instalação será amanhã, às 11 horas, na sala de audiência da Presidência do Senado Federal, contando com a presença do Presidente Renan Calheiros e do Presidente da Câmara, Deputado Henrique Eduardo Alves.

A Comissão é composta por seis Deputados e por seis Senadores. No Senado, a composição será feita da seguinte maneira: duas vagas para o Bloco Parlamentar da Maioria, ocupadas pelos Senadores Romero Jucá e Vital do Rêgo; duas vagas para o Bloco de Apoio ao Governo, ocupadas por mim e pelo Senador Pedro Taques; uma vaga para o Bloco Parlamentar da Minoria, ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira; uma vaga para o Bloco Parlamentar União e Força, ocupada pelo Senador Antonio Carlos Rodrigues.

Leio, pedindo licença...

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Pois não, Senador João Costa.

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO) – Sr. Presidente, V. Exª pode terminar os avisos, mas, antes que passe a palavra ao próximo orador, eu gostaria de fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Pois não.

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO) – Posso fazê-lo agora?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Pode! Tem a palavra V. Exª, Senador João Costa.

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que votei "sim" e que, portanto, fui favorável à PEC nº 66, de 2012, que assegura a todos os trabalhadores domésticos os direitos trabalhistas e previdenciários dos demais trabalhadores.

No mesmo sentido, Sr. Presidente, votei também na Emenda nº 1, da CCJ, à PEC nº 66, de 2012. Agora, fui alertado pelo Senador Paulo Paim que constou, na votação, com relação apenas à emenda, a minha abstenção. Não sei o que houve, Sr. Presidente, mas posso assegurar que apertei a tecla SIM.

Portanto, gostaria de registrar o meu voto "sim", favorável tanto à PEC, quanto à emenda. Eu gostaria que fosse feita essa alteração, para que o resultado ficasse por unanimidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu cumprimento V. Exª, Senador João Costa, e a Ata registrará a manifestação de V. Exª.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer, neste momento, um registro a respeito do meu Estado, o Espírito Santo.

Desde ontem à noite cai uma chuva torrencial no Estado, em particular nos Municípios da região da grande Vitória, chuvas essas que têm deixado já várias famílias desalojadas, famílias que estão tendo que ser retiradas de suas casas, em função das inundações.

E no Município de Vila Velha, que é o Município onde eu moro, vários bairros também já se encontram bastante alagados desde hoje à noite, dificultando as pessoas a saírem de casa e irem para o trabalho. Em particular o bairro de Cobilândia, que é o bairro onde eu moro, uma região altamente problemática em períodos de chuva, cortada por diversos canais que transbordam quando chove muito, que sofre influência inclusive da maré. Então, várias famílias estão impossibilitadas de se locomoverem, pessoas que não puderam hoje sair para ter acesso ao trabalho.

Quero aqui, Sr. Presidente, fazer esse registro, mas também dizer que é com muita tristeza que o faço porque não é a primeira vez que eu falo sobre isso, quando chove no Estado do Espírito Santo. Lamentavelmente, Sr. Presidente, desde que cheguei aqui, em 2011, eu tenho me empenhado, junto ao nosso Governo, no sentido de buscar recursos para que sejam aplicados naquela cidade, na cidade de Vila Velha, em especial na região da Grande Cobilândia, para que possamos reverter quadros como esse.

Em 2011, nós conseguimos R$5 milhões de recursos do PAC, liberados pela nossa Ministra Miriam Belchior, recursos esses que devem ser destinados para a elaboração de planos e projetos para atender a toda aquela região. Já conseguimos também mais de R$300 milhões para a execução das obras que são necessárias.

Ao dizer isso, Sr. Presidente, parece que estou sendo repetitiva, porque já falei sobre o assunto outras vezes, mas o que nos deixa tristes é que as coisas são muito lentas para acontecer.

E eu quero aproveitar a oportunidade para fazer um apelo ao nosso Governo estadual e ao nosso Governo municipal para que se empenhem, o mais rápido possível, e façam as licitações necessárias para que esses planos e projetos sejam contratados o mais rápido possível e tenhamos condições, inclusive, de contratar as obras necessárias. Não dá para conviver com uma realidade como essa. Se eu não tivesse viajado ontem para cá, possivelmente, hoje eu não teria condições de sair da minha casa, ir para o aeroporto, pegar um avião e chegar até aqui. Então, situações como essas precisam ser, de fato, resolvidas.

E quero, para finalizar, manifestar a minha solidariedade às famílias que são vítimas, em particular, também do Estado do Rio de Janeiro, pois sabemos que houve vítimas fatais, o que nos deixa muito tristes nesse período de chuvas. A chuva é saudável, mas, infelizmente, quando ela acontece de forma muito acelerada, em determinados locais, traz grandes prejuízos e tira a vida de muitas pessoas.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu cumprimento V. Exª.

Receba a solidariedade desta Mesa para com V. Exª e para com a população do seu Estado do Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, como titulares; e os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento, como suplentes, para integrarem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do **Oficio nº 44/2013**, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 44/2013-BLUFOR

Brasília, 5 de março de 2013

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, como membros titulares, e os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento, como 1º, 2º, 3º e 4º suplentes, respectivamente, para integrarem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, desta Casa.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim**, Líder do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, como titulares; e os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento, como suplentes, para integrarem a Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do **Ofício nº 42/2013**, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 42/2013 – BLUFOR

Brasília, 6 de março de 2013.

Senhor Presidente,

Com meus cordiais, cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, como membros titulares, e os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento, como 1º, 2º, 3º e 4º suplentes, respectivamente, para integrarem a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE – desta Casa.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim,** Líder do Bloco Parlamentar União e Força PTB / PR PSC / PPL.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, como titulares; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino, como suplentes, para integrarem a Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do **Ofício nº 43/2013**, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 43/2013-BLUFOR

Brasília, 5 de março de 2013

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar,

pelo Bloco Parlamentar União e Força, os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, como membros titulares, e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino, como 1º e 2º suplentes, respectivamente, para integrarem a Comissão de Assuntos Sociais – CAS, desta Casa.

Informo a Vossa Excelência que indicarei posteriormente o nome do senador que ocupará a vaga de suplente restante que é destinada ao Bloco Parlamentar União e Força.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim,** Líder do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL).

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, como titulares; e os Senadores Gim e Eduardo Amorim, como suplentes, para integraram a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nos termos do **Ofício nº 48/2013**, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 48/2013-BLUFOR

Brasília, 5 de março de 2013

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, como membros Titulares, e os Senadores Gim e Eduardo Amorim, como 1º e 2º Suplentes, respectivamente, para integrarem a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE – desta Casa.

Informo a Vossa Excelência que indicarei posteriormente os nomes dos Senadores que ocuparão as vagas de suplentes restantes que são destinadas ao Bloco Parlamentar União e Força nesta Comissão.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim**, Líder do Bloco Parlamentar União e Força PTB/PR/PSC/PPL.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, como titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como suplente, para integrarem a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, nos termos do **Ofício nº 45/2013**, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

É o seguinte o Ofício:

Of. n° 45/2013-BLUFOR

Brasília, 5 de março de 2013

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos tempos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamenta União, os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, como membros Titulares, e o Senador Eduardo Amorim, como 1° Suplente, para integrarem a Comissão de Cultura e Esporte – CE– desta casa.

Informo a Vossa Excelência que indicarei posteriormente os nomes dos senadores que ocuparão as vagas de Titulares e Suplentes que são destinados ao Bloco Parlamentar União e Força.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim,** Líder do Bloco Parlamentar União e Força PTB/PR/PSC/PPL

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa o Senador Magno Malta para integrar, como titular, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, nos termos do **Ofício nº 47/2013**, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 47/2013-BLUFOR

Brasília, 5 de Março de 2013

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senador Magno Malta, como membro Titular, para integrar a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH – desta Casa.

Informo a Vossa Excelência que indicarei posteriormente os nomes dos senadores que ocuparão as vagas de titulares e suplentes restantes que são destinadas ao Bloco Parlamentar União e Força nesta Comissão.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim,** Líder do Bloco Parlamentar União e Força PTB/PR/PSC/PPL.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa o Senador João Vicente Claudino para integrar, como suplente, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em substituição ao Senador Antonio Russo, nos termos do **Ofício nº 67/2013**, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 67/2013-BLUFOR

Brasília, 19 de Março de 2013

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar o cargo de suplente na Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE – em substituição ao nobre Senador Antonio Russo. Informo a Vossa Excelência que indicarei posteriormente o nome do novo titular.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim,** Líder do Bloco Parlamentar União e Força PTB/PR/PSC/PPL.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa, como membro suplente, o Senador Flexa Ribeiro, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 609/2013**, conforme o **Ofício nº 96/2013**, da Liderança do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), no Senado Federal.

O Ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 96/13-GLPSDB

Brasília, 19 de Março de 2013

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Flexa Ribeiro para integrar, como suplente, a Comissão Mista para análise de Medida Provisória nº 609 de 2013.

Na oportunidade, renovo protesto de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Aloysio Nunes Ferreira,** Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa o Senador Paulo Davim para integrar, como titular, a Comissão Temporária destinada a propor soluções ao financiamento do sistema de saúde do Brasil, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passará a ocupar a suplência, nos termos do **Ofício nº 116/2013**, da Liderança do Bloco da Maioria.

É o seguinte o Ofício:

Of. GLPMDB nº 116/2013

Brasília, 19 de março de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Paulo Davim – PV/RN, para compor, como titular, a Comissão Temporária objeto do Requerimento nº 145, de 2012, criada com a finalidade de debater e propor soluções para o financiamento do sistema de saúde do Brasil, em substituição ao Senador Luiz Henrique – PMDB/SC, que passará a ocupar a suplência. – Senador **Eunício Oliveira,** Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu o **Ofício nº S/5, de 2013** (nº 243/2013, na origem), do Superior Tribunal de Justiça, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. SAULO JOSÉ CASALI BAHIA para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o disposto no art. 103-B da Constituição Federal.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 5/5, de 2013
(nº 243/2013, na origem)

Assunto: Documentos do Juiz indicado ao CNJ

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência aos documentos originais do Senhor Juiz Federal Saulo José Casali Bahia, indicado por este Tribunal para integrar o Conselho Nacional de Justiça (CF, art. 103-B, inciso VII) no biênio 2013-2015, conforme dispõe o Ato nº 1 de 2007 – CCJ do Senado Federal.

Respeitosamente, – Ministro **Felix Fischer,** Presidente.

Oficio nº 169-GP

Brasília, 20 de fevereiro de 2013

A Sua Excelência o senhor
Ministro Joaquim Barbosa
Presidente do Conselho Nacional de Justiça
Brasília-DF

Assunto: Indicação para o CNJ

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na sessão plenária realizada nesta data, foram escolhido o Desembargador Federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, e o Juiz Federal Saulo José Casali Bahia, da Bahia, para compor o Conselho Nacional de Justiça (CF, art. 103-B, incisos VI e VII) no biênio 2013-2015.

Respeitosamente, – Ministro **Felix Fisher**, Presidente.

SAULO JOSÉ CASALI BAHIA
JUIZ FEDERAL - 11ª VARA/SJBA

CURRICULUM VITAE

DADOS GERAIS

NOME
SAULO JOSÉ CASALI BAHIA

IDADE, NATURALIDADE
45 ANOS INCOMPLETOS, NASCIDO EM 11/05/1968, EM SALVADOR/BA

LOTAÇÃO ATUAL
11ª VARA FEDERAL/SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA

E-MAIL E TELEFONES DE CONTATO;
EMAIL: JU81@TRF1.JUS.BR
EMAIL: SAULOCASALIBAHIA@UOL.COM.BR
TEL CELULAR: 071 9988 2619
TEL FUNCIONAL: 071 3617 2725

ENDEREÇOS RESIDENCIAL E FUNCIONAL ATUALIZADOS;
RESIDENCIAL: LOTEAMENTO ALPHAVILLE, RESIDENCIAL ESTRELA DO MAR, RUA DAS ALGAS, 125, ALPHAVILLE 1, SALVADOR, BAHIA, CEP 41.701-030
FUNCIONAL: JUSTIÇA FEDERAL, FORUM TEIXEIRA DE FREITAS, AV. ULYSSES GUIMARÃES, 2799, SUSSUARANA, SALVADOR, BAHIA, CEP 41.213-970

DADOS RELACIONADOS Á FORMAÇÃO ACADÊMICA

PÓS-GRADUAÇÃO EM NÍVEL DE DOUTORADO, 1997–1999, DOUTORADO EM DIREITO, PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, PUC/SP, BRASIL.
PÓS-GRADUAÇÃO EM NÍVEL DE MESTRADO, 1990–1994, MESTRADO EM DIREITO, UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, UFBA, BRASIL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO INTERNACIONAL, ACADEMIA DE DIREITO INTERNACIONAL DA CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA (HAIA, HOLANDA, 1998)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO INTERNACIONAL, COMISSÃO JURÍDICA INTERAMERICANA/OEA (RIO DE JANEIRO, 1995)

DADOS PROFISSIONAIS RELACIONADOS AO MAGISTÉRIO

PROFESSOR ASSOCIADO DA UFBA (GRADUAÇÃO, MESTRADO E DOUTORADO), DESDE 1993
PROFESSOR VISITANTE (UNIVERSIDADE DA FLORIDA/EUA, 2005, 2007, 2009, 2011 E 2012)
PROFESSOR VISITANTE (UNIVERSIDADE FRANÇOIS RABELAIS, TOURS/FRANÇA, 2012)

TÍTULOS E CURSOS

LÁUREA ACADÊMICA (CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UFBA, 1988).
MESTRE EM DIREITO (UFBA, 1994).
DOUTOR EM DIREITO CONSTITUCIONAL (PUC-SP, 1999).
MEMBRO DA ACADEMIA MUNDIAL DE ARTES E CIÊNCIAS (2005)
MEMBRO DA ACADEMIA DE LETRAS JURIDICAS DA BAHIA (2009)

IDIOMAS

FRANCÊS, INGLÊS, ALEMÃO, ESPANHOL E ITALIANO

ATIVIDADES PROFISSIONAIS JÁ EXERCIDAS

ESTAGIÁRIO EM DIREITO - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA - 14.04.87 A 19.04.89
ADVOGADO - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL/SEÇÃO BAHIA - INSCRIÇÃO DEFINITIVA NO 10.083 - 26.05.89 A 05.12.90
JUIZ DE DIREITO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA - COMARCA DE DIAS D'ÁVILA (NOMEAÇÃO - 1A ENTRÂNCIA)/05.12.90 A 28.06.92 - COMARCA DE TAPEROÁ (REMOÇÃO A PEDIDO - 1A ENTRÂNCIA)/29.06.92 A 02.05.93 - COMARCA DE CAMACAN (PROMOÇÃO - 2A ENTRÂNCIA)/03.05.93 A 30.06.93
PROCURADOR DA REPÚBLICA - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PROCURADORIA DA REPÚBLICA NA BAHIA - SALVADOR - 30.06.93 A 20.09.93
JUIZ FEDERAL – JUSTIÇA FEDERAL – 1ª REGIÃO – DESDE 20/09/1993

CONCURSOS REALIZADOS

CONCURSO VESTIBULAR PARA O CURSO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - 1º LUGAR NO CONCURSO VESTIBULAR GERAL (REF. TODOS OS CURSOS, POR TER OBTIDO O

...

MAIOR ESCORE GLOBAL), E 1º LUGAR NO CONCURSO VESTIBULAR PARA O CURSO DE DIREITO - JANEIRO/85 - 200 VAGAS

CONCURSO VESTIBULAR PARA O CURSO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR - 1º LUGAR - (NÃO FOI FORNECIDA PELA UNIVERSIDADE A CLASSIFICAÇÃO GERAL DO CONCURSO) - JANEIRO/85 - 200 VAGAS

TÉCNICO JUDICIÁRIO - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/BA - 1989 - CARGO PRIVATIVO DE BACHAREL EM DIREITO - 1º LUGAR - 5 VAGAS

PROCURADOR DA FAZENDA ESTADUAL - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO/BA - 1989/1990 - CARGO PRIVATIVO DE BACHAREL EM DIREITO - CARGO DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA - 7º LUGAR - 20 VAGAS

JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA - 1990 - CARGO PRIVATIVO DE BACHAREL EM DIREITO - 1º LUGAR - 75 VAGAS - 111 APROVADOS

PROCURADOR DA REPÚBLICA - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 1992/1993 - CARGO PRIVATIVO DE BACHAREL EM DIREITO - 6º LUGAR - 108 VAGAS - 3.635 INSCRITOS - 22 APROVADOS

JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A REGIÃO – 2º CONCURSO - 1992/1993 - CARGO PRIVATIVO DE BACHAREL EM DIREITO - 6º LUGAR - 63 VAGAS - 25 APROVADOS

PROFESSOR AUXILIAR DE DIREITO CONSTITUCIONAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - FACULDADE DE DIREITO - DEPARTAMENTO I (DIREITO PÚBLICO) - 1992/1993 - CARGO PRIVATIVO DE BACHAREL EM DIREITO - 2º LUGAR - 12 INSCRITOS - 4 APROVADOS

PROFESSOR SUBSTITUTO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - FACULDADE DE DIREITO - DEPARTAMENTO I (DIREITO PÚBLICO) - 1994 - CARGO PRIVATIVO DE BACHAREL EM DIREITO - 1º LUGAR

PROFESSOR AUXILIAR DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - FACULDADE DE DIREITO - DEPARTAMENTO I (DIREITO PÚBLICO) - 1994 - CARGO PRIVATIVO DE BACHAREL EM DIREITO - 1º LUGAR

ATIVIDADES JUDICIÁRIAS

23/11/1992, ESCOLA DE PREPARAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DA BAHIA, PALESTRANTE, CURSO DE RECICLAGEM DE JUÍZES DA CAPITAL – 2º PERÍODO, SALVADOR/BA

26 E 27/05/1995, CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS, PAINELISTA, 2ª JORNADA DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS, BRASÍLIA/DF

1995, CONCURSO ESCOLA DA MAGISTRATURA E FORMAÇÃO DO JUIZ, PRÊMIO MELHORAR A JUSTIÇA FEDERAL - 10º LUGAR, ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES FEDERAIS DO BRASIL

16/11/1999, SJBA/TRF DA 1ª REGIÃO, DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO NO ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL, PALESTRA, SALVADOR/BA

25/11/1999, CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL/SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA/TRF DA 5ª REGIÃO, RECIFE/PE, PROPOSTAS ACEITAS PARA A REDAÇÃO DA LEI DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS, APRESENTADAS DURANTE O SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE OS JUIZADOS ESPECIAIS NO ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL, DEBATEDOR NO SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE OS JUIZADOS ESPECIAIS NO ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL NO PAINEL SOBRE JUIZADOS CRIMINAIS.

ENTRE 07/02/2000 E 28/06/2000 E 02/07/2000 E 20/12/2000, CONVOCADO PELO TRF DA 1ª REGIÃO PARA AUXÍLIO JUNTO A GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL

DESDE 2001, MEMBRO DO CONSELHO AVALIADOR DA REVISTA DO CEJ, CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

ENTRE 12 E 21/11/2001, CONVOCADO PELA CORREGEDORIA-GERAL DO TRF DA 1ª REGIÃO, PARA AUXÍLIO À CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS

ENTRE 21 E 25/01/2002, CONVOCADO PELA CORREGEDORIA-GERAL DO TRF DA 1ª REGIÃO, PARA AUXÍLIO À CORREIÇÃO EXTRAORDINÁRIA NA 3ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS

BIÊNIO 2002/2003. DIRETOR DO FORO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA.

ENTRE 15/04 A 13/06/2002, CONVOCADO PELO TRF DA 1ª REGIÃO PARA INTEGRAR SESSÕES DA 3ª TURMA

ENTRE 18 E 22/02/2002, CONVOCADO PELA CORREGEDORIA-GERAL DO TRF DA 1ª REGIÃO, PARA AUXÍLIO À CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

ENTRE 07/06/2002 E 16/06/2003, MEMBRO SUPLENTE DA TURMA RECURSAL DA BAHIA, COM ATUAÇÃO EFETIVA APÓS O AFASTAMENTO DA JUÍZA FEDERAL NEUZA MARIA ALVES DA SILVA, EM 2003

01 E 02/10/2002, SJBA/COGER-TRF 1ª REGIÃO, ORGANIZAÇÃO DO SEMINÁRIO SOBRE EXECUÇÃO DE SENTENÇAS RELATIVAS AO FGTS E RACIONALIZAÇÃO DO PROCESSO E DAS ROTINAS JUDICIAIS, VISANDO RACIONALIZAR AS EXECUÇÕES EM CURSO NA SEÇÃO JUDICIÁRIA, ENVOLVENDO PROCESSOS DE FGTS, SALVADOR/BA

ENTRE 16/08/2004 E 19/12/2004 E 02/02/2005 E 1/3/2005, CONVOCADO PELO TRF DA 1ª REGIÃO PARA INTEGRAR TURMA SUPLEMENTAR DO TRF DA 1ª REGIÃO

ENTRE 05/05 E 03/06/2005 E ENTRE 23/09/2005 E 25/08/2006, CONVOCADO PELO TRF DA 1ª REGIÃO PARA AUXÍLIO JUNTO A GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL

05/08/2005, CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL – CEAF, DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL, PALESTRA, SALVADOR/BA

BIÊNIO 2006/2008, CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS, MEMBRO DO COMITÊ DE PESQUISA, EDITORAÇÃO E INTERCÂMBIO DO CONSELHO DE APERFEIÇOAMENTO E PESQUISA DA JUSTIÇA FEDERAL, RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA NESTE CAMPO,

INTEGRANTE DO PLANO NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO E PESQUISA PARA JUÍZES FEDERAIS, BRASÍLIA/DF

ENTRE 20/03/2006 A 19/09/2006 E 01/01/2007 A 19/12/2007, CONVOCADO PELO TRF DA 1ª REGIÃO PARA AUXÍLIO JUNTO A GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL

06/07/2006, TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, DEBATEDOR, PROPAGANDA ELEITORAL, SALVADOR/BA

BIÊNIO 2005/2007, MEMBRO SUPLENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, ONDE FOI TITULAR DA COMISSÃO DE PROPAGANDA ENTRE JUNHO DE DEZEMBRO/2007

20/6 A 22/6/2007, COORDENADOR DO GRUPO DE ESTUDOS A NOVA SISTEMÁTICA DO AGRAVO – LEI N. 11.187/2005, NO IX ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DA ESMAF (ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO PROCESSUAL CIVIL), REALIZADO EM BELO HORIZONTE/MG

30/08/2007, ESCOLA DA MAGISTRATURA DA 4ª REGIÃO – TRF DA 4ª REGIÃO, PALESTRANTE - AULA INAUGURAL – MÓDULO III – CURSO DE ATUALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO, O PODER JUDICIÁRIO E OS DIREITOS HUMANOS, PORTO ALEGRE/RS

09 E 10/11/2007, ESCOLA DA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO/TRT DA 10ª REGIÃO/UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, PALESTRANTE – CURSO DE APERFEIÇOAMENTO/ ESPECIALIZAÇÃO, INOVAÇÕES NO PROCESSO CIVIL – 12H/A, ARACAJU/SE

DE 23/04/2008 A 21/04/2010, CONVOCADO PELA CORREGEDORIA-GERAL DO TRF DA 1ª REGIÃO, PARA AUXÍLIO

DE 07/05/2008 A 12/06/2009, MEMBRO DA COMISSÃO DE ATUALIZAÇÃO DO PROVIMENTO GERAL CONSOLIDADO DA CORREGEDORIA GERAL DO TRF DA 1ª REGIÃO

DE 29/09/2008 A 10/10/2008, DESIGNADO PELA CORREGEDORIA-GERAL DO TRF DA 1ª REGIÃO, PARA AUXÍLIO À CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

DE 01/09/2008 A 12/09/2008, DESIGNADO PELA CORREGEDORIA-GERAL DO TRF DA 1ª REGIÃO, PARA AUXÍLIO À CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO GOIÁS

ENTRE 12 E 22/08/2008, DESIGNADO PELA CORREGEDORIA-GERAL DO TRF DA 1ª REGIÃO, PARA AUXÍLIO À CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO

DE 16/03/2009 A 20/03/2009, DESIGNADO PELA CORREGEDORIA-GERAL DO TRF DA 1ª REGIÃO, PARA AUXÍLIO À CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

DE 03/08/2009 A 10/08/2009, DESIGNADO PELA CORREGEDORIA-GERAL DO TRF DA 1ª REGIÃO, PARA AUXÍLIO À CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE

DE 13/04/2009 A 17/04/2009, DESIGNADO PELA CORREGEDORIA-GERAL DO TRF DA 1ª REGIÃO, PARA AUXÍLIO À CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPÁ

DE 17/08/2009 A 27/08/2009, DESIGNADO PELA CORREGEDORIA-GERAL DO TRF DA 1ª REGIÃO, PARA AUXÍLIO À CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS

DE 13/10/2009 A 29/10/2009, DESIGNADO PELA CORREGEDORIA-GERAL DO TRF DA 1ª REGIÃO, PARA AUXÍLIO À CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA

DE 16/11/2009 A 27/11/2009, DESIGNADO PELA CORREGEDORIA-GERAL DO TRF DA 1ª REGIÃO, PARA AUXÍLIO À CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA

DE 04/05/2009 A 22/05/2009, DESIGNADO PELA CORREGEDORIA-GERAL DO TRF DA 1ª REGIÃO, PARA AUXÍLIO À CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MINAS GERAIS

DE 01/06//2009 A 10/06/2009, DESIGNADO PELA CORREGEDORIA-GERAL DO TRF DA 1ª REGIÃO, PARA AUXÍLIO À CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

DE 21/09/2009 A 25/09/2009, DESIGNADO PELA CORREGEDORIA-GERAL DO TRF DA 1ª REGIÃO, PARA AUXÍLIO À CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RONDÔNIA

DE 31/08/2009 A 11/09/2009, DESIGNADO PELA CORREGEDORIA-GERAL DO TRF DA 1ª REGIÃO, PARA AUXÍLIO À CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA NA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO

DE 25/01/2010 A 29/01/2010, DESIGNADO PELA CORREGEDORIA-GERAL DO TRF DA 1ª REGIÃO, PARA AUXÍLIO À CORREIÇÃO GERAL EXTRAORDINÁRIA NA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTAREM

DE 18/01/2010 A 22/01/2010, DESIGNADO PELA CORREGEDORIA-GERAL DO TRF DA 1ª REGIÃO, PARA AUXÍLIO À CORREIÇÃO GERAL EXTRAORDINÁRIA NA 15ª VARA DA SJDF

DE 09/09/2009 A 13/10/2009. DESIGNADO PELO TRF1 PARA PARTICIPAR DA COMISSÃO PARA ELABORAR ESTRATÉGIA DE DESEMPENHO JEF/MG

09/12/2009, DESIGNADO PELA CORREGEDORIA DO TRF1 COMO MEMBRO DA COMISSÃO DE INSTALAÇÃO DAS NOVAS VARAS FEDERAIS CRIADAS PELA LEI 12.011/2009

08/09/2009, DESIGNADO GESTOR DE METAS DE NIVELAMENTO DO TRF DA 1ª REGIÃO

EM 02/03/2010, ELOGIO DO EXMO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO COM "DESTAQUE À COMPETÊNCIA, O COMPROMISSO E A SERIEDADE DEMOSNTRADOS NOS ESFORÇOS DE AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES JURISDICIONAIS DE PRIMEIRO GRAU, NA 1ª REGIÃO"

2009, MEMBRO DO GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA PROCESSUAL ÚNICO DA JUSTIÇA FEDERAL – E-JUD

DE 15/03/2010 A 26/03/2010, DESIGNADO PELA CORREGEDORIA-GERAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL PARA PARTICIPAR DE INSPEÇÃO DE CORREIÇÃO NO TRF DA 3ª REGIÃO, SÃO PAULO

DE 20/04/2010 A 03/05/2010, DESIGNADO PELA CORREGEDORIA-GERAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL PARA PARTICIPAR DE INSPEÇÃO DE CORREIÇÃO NO TRF DA 2ª REGIÃO, RIO DE JANEIRO.

DE 16/08/2010 A 27/08/2010, DESIGNADO PELA CORREGEDORIA-GERAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL PARA PARTICIPAR DE INSPEÇÃO DE CORREIÇÃO NO TRF DA 4ª REGIÃO, PORTO ALEGRE

DE 17/05/2010 A 21/05/2010, DESIGNADO PELA CORREGEDORIA-GERAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL PARA PRESTAR AUXÍLIO JUNTO Á MESMA

DE 12/08/2010 A 28/01/2011, DESIGNADO PRESIDENTE DA 1ª TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA BAHIA, E SEU COORDENADOR

DE 25/08 A 12/09/2010, MEMBRO SUPLENTE SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, ONDE FOI TITULAR DA COMISSÃO DE PROPAGANDA

DE 10/01/2011 A 06/08/2011, DE 08/08/2011 A 19/12/2011 E DE 09/01/2012 A 21/05/2012, CONVOCADO PELO TRF1 PARA ATUAR NO MUTIRÃO JUDICIÁRIO EM DIA

DE **01/07/2010 A DEZ/2011,** MEMBRO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DAS REFORMAS DA LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL, ASSOCIAÇÃO DOS JUIZES FEDERAIS DO BRASIL

DE **01/07/2010 A DEZ/2011,** MEMBRO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO, ASSOCIAÇÃO DOS JUIZES FEDERAIS DO BRASIL

DE 10/10/2010 A 06/12/2011, MEMBRO DESIGNADO (PORTARIA CENAG 358/2010) DO GRUPO DE TRABALHO PARA REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA AVALIADORES E DAS CENTRAIS DE MANDADO

DE 10/01/2011 A 24/04/2012, CONVOCADO PARA PRESTAR AUXÍLIO À PRESIDÊNCIA DO TRF DA 1ª REGIÃO

DE 31/05/2011 A DEZ/2012, MEMBRO EFETIVO DA COMISSÃO DO XIV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 1ª REGIÃO

DE 18/04/2012 A 01/10/2013, MEMBRO EFETIVO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DE 17/07/2012 A 01/10/2013, OUVIDOR SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

CURSOS OFICIAIS OU RECONHECIDOS DE APERFEIÇOAMENTO

1) 12/03 A 31/03/1990, ESCOLA DE PREPARAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DA BAHIA, CURSO INTENSIVO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DA MAGISTRATURA – 124H, SALVADOR/BA

2) 22 A 25/08/1990, ESCOLA DE PREPARAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DA BAHIA, ENCONTRO DE MAGISTRADOS EM CAMAÇARI, CAMAÇARI/BA

3) 9/10 A 24/10/1990, ESCOLA DE PREPARAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DA BAHIA, CURSO DE DEONTOLOGIA DO MAGISTRADO – 50H, SALVADOR/BA

4) 29 A 31/05/1991, ESCOLA DE PREPARAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DA BAHIA, ENCONTRO DE MAGISTRADOS EM PORTO SEGURO, PORTO SEGURO/BA

5) **21 A 23/11/1991,** ESCOLA DE PREPARAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DA BAHIA, ENCONTRO DE MAGISTRADOS EM FEIRA DE SANTANA, FEIRA DE SANTANA/BA
6) **27 A 29/08/1992,** ESCOLA DE PREPARAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DA BAHIA, ENCONTRO DE MAGISTRADOS EM VALENÇA, VALENÇA/BA
7) **17 A 19/03/1993,** ESCOLA DE PREPARAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DA BAHIA, I CONGRESSO DE MAGISTRADOS DA BAHIA, SALVADOR/BA
8) **21/9 A 24/9/1993,** ESMAF 1ª REGIÃO, I CURSO DE PREPARAÇÃO DE MAGISTRADOS FEDERAIS – 30H, BRASÍLIA/DF
9) **09/03/1995,** CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS, FÓRUM DE DEBATES RESPONSABILIDADE CIVIL – INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, BRASÍLIA/DF
10) **10 E 11/03/1995,** CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS, FÓRUM DE DEBATES AS TENDÊNCIAS DO DIREITO E DO PODER JUDICIÁRIO NO BRASIL E NO MUNDO, BRASÍLIA/DF
11) **23 E 24/03/1995,** CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS, CICLO DE ESTUDOS DE PROBLEMAS BRASILEIROS – MÓDULO I: A REALIDADE POLÍTICA BRASILEIRA, BRASÍLIA/DF
12) **11 A 16/09/1995,** ACADEMIA ALEMÃ DE JUÍZES (DEUTSCHE RICHTERAKADEMIE), JORNADA SOBRE CRIMINALIDADE ORGANIZADA, **WUSTRAU/ALEMANHA**
13) **29/09 A 30/09/1995,** ESMAF 1ª REGIÃO, I ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DA REGIÃO NORDESTE, TERESINA/PI
14) **23/9 A 25/9/1996,** SJBA/TRF 1ª REGIÃO, SEMINÁRIO SOBRE O SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO, SALVADOR/BA
15) **29/10 A 31/10/1996**, SJBA/TRF 1ª REGIÃO, SEMINÁRIO SOBRE O DIREITO PREVIDENCIÁRIO, SALVADOR/BA
16) **18 A 20/11/1996**, SJBA/TRF 1ª REGIÃO, SEMINÁRIO SOBRE INOVAÇÕES NO DIREITO CONSTITUCIONAL E NO DIREITO ADMINISTRATIVO, SALVADOR/BA
17) **17/02 A 20/02/1997,** SJBA/TRF 1ª REGIÃO, SEMINÁRIO SOBRE INOVAÇÕES NO DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL, SALVADOR/BA
18) **25/8 A 13/9/1999**, CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS, CURSO ON LINE DE LÍNGUA PORTUGUESA – 40H, BRASÍLIA/DF
19) **1/12/ A 4/12/1999,** ESMAF 1ª REGIÃO, ENCONTRO BAHIA/MINAS DE JUÍZES FEDERAIS, SALVADOR/BA
20) **11/10 A 6/12/2000,** CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS, CURSO ON LINE DE LÍNGUA PORTUGUESA II – 44H, BRASÍLIA/DF
21) **6/6 A 8/6/2001,** ESMAF 1ª REGIÃO, I ENCONTRO NORTE-NORDESTE DE JUÍZES FEDERAIS, SÃO LUÍS/MA
22) **12 E 13/12/2001,** CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS, PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO GERENCIAL PARA A JUSTIÇA FEDERAL, BRASÍLIA/DF

23) **1 E 2/10/2002,** SJBA/COGER-TRF 1ª REGIÃO, SEMINÁRIO SOBRE EXECUÇÃO DE SENTENÇAS RELATIVAS AO FGTS E RACIONALIZAÇÃO DO PROCESSO E DAS ROTINAS JUDICIAIS, SALVADOR/BA
24) **1 A 3/10/2003,** SJBA/TRF 1ª REGIÃO, SEMINÁRIO SOBRE O NOVO CÓDIGO CIVIL, SALVADOR/BA
25) **5/11 A 7/11/2003,** ESMAF 1ª REGIÃO, VII ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS – CRIME ORGANIZADO, MANAUS/AM
26) **20/6 A 22/6/2007,** ESMAF 1ª REGIÃO, IX ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DA ESMAF (ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO PROCESSUAL CIVIL), BELO HORIZONTE/MG
27) **9/04 A 11/04/2008,** ESMAF 1ª REGIÃO, X ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DA ESMAF, BELÉM/PA
28) **26/04/2011,** HISTÓRIA POLÍTICA DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE, ESMAF 1ª REGIÃO, BRASÍLIA/DF
29) **13/06/2011,** SEMINÁRIO GERENCIAMENTO DE PROCESSOS NOS TRIBUNAIS, ESCOLA DE MAGISTRADOS DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO, COM APOIO DO CJF E DO CNJ, SÃO PAULO/SP
30) **26 A 30/09/2011,** I CURSO DE ALTA FORMAÇÃO PARA JUÍZES FEDERAIS BRASILEIROS, O COMBATE ÁS ORGANIZAÇÕES CRIMINAIS MAFIOSAS, A EXPERIÊNCIA DO ORDENAMENTO ITALIANO, ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MAGISTRADOS/AJUFE, PALERMO, ITÁLIA
31) **29/06 A 01/07/2011,** II JORNADA DE DIREITO TRIBUTÁRIO DA ESCOLA DA MAGISTRATURA FEDERAL DA 1ª REGIÃO, BRASÍLIA/DF

ARTIGOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS:

HUMAN RIGHTS FROM A LATIN AMERICAN PERSPECTIVE. Forum on Public Policy, v. 09summ, p. 1-29, 2009.

DISCURSO SOBRE MACHADO NETO E CALMON DE PASSOS: POSSE NA ABLJ. REVISTA DA ACADEMIA DE LETRAS JURIDICAS DA BAHIA, v. 15, p. 185-195, 2009.

O MERCOSUL E SEUS PROJETOS INSTITUCIONAIS. REVISTA DO CEPEJ, V. 8, P. 137-146, 2007.

ATUAÇÃO DOS JUIZES DE ZONAS ELEITORAIS NAS ELEIÇÕES DO ANO DE 2006 NO ESTADO DA BAHIA. SEMESTRE ELEITORAL, V. 1, P. 79-84, 2007.

PODER JUDICIARIO E DIREITOS HUMANOS. REVISTA DE DOUTRINA DO TRF DA 4A REGIAO, V. 20, P. 1-11, 2007.

TRATADOS INTERNACIONAIS NO DIREITO BRASILEIRO. REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1. REGIÃO, V. 11, P. 81-82, 2006

A FEDERAÇÃO BRASILEIRA. REVISTA EVOCATI, V. 12, P. 93, 2006.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, BRASÍLIA/DF, V. 8, P. 13-16, 2003.

O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL SOB AS PERSPECTIVAS INTERNACIONAL E BRASILEIRA. REVISTA JURÍDICA DA SEÇÃO

JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA, SALVADOR/BA, V. 2, P. 99-101, 2003

O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. ESTUDOS JURÍDICOS EM HOMENAGEM AO PROFESSOR ARY GUIMARÃES, SALVADOR, BAHIA, P. 245-259, 2003.

NOVOS ASPECTOS DA PRESCRIÇÃO E A DECADÊNCIA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA. REVISTA JURÍDICA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA, SALVADOR/BA, V. 1, N. 1, P. 69-71, 2002.

O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA. REVISTA DOS MESTRANDOS EM DIREITO ECONÔMICO DA UFBA, SALVADOR/BA, V. 9, P. 64-75, 2002.

NOVOS ASPECTOS DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA. REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UFBA, SALVADOR, V. 10, P. 45-50, 2002.

O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA.. REVISTA DOS MESTRANDOS EM DIREITO ECONÔMICO DA UFBA, SALVADOR/BA, V. 9, P. 64-75, 2001.

O DIREITO INTERNACIONAL NO ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL . REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL DA 1A REGIÃO, BRASÍLIA/DF, V. 4, N. 13, P. 16-26, 2001.

JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS FEDERAIS: COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO E PARTICIPÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (SUGESTÕES AO ANTEPROJETO DE LEI). REVISTA DOS MESTRANDOS EM DIREITO ECONÔMICO DA UFBA, SALVADOR, V. 8, P. 98-112, 2000.

SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS ENTRE ESTADOS NO MERCOSUL. REVISTA DO CEPEJ, SALVADOR, V. 05, P. 131-147, 1999.

A CRIAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MERCOSUL. REVISTA DA AMAB, SALVADOR, P. 21-35, 1999.

A RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA RETROSPECTIVA HISTÓRICA. ASPECTOS JURÍDICOS E NEGOCIAIS.. REVISTA JURÍDICA DOS FORMANDOS EM DIREITO DA UFBA, SALVADOR, V. III, P. 69-88, 1998.

A FEDERAÇÃO BRASILEIRA. REVISTA JURÍDICA DOS FORMANDOS EM DIREITO DA UFBA, SALVADOR, V. 4, P. 183-210, 1998.

A CONEXÃO E A COMPETÊNCIA PENAL DA JUSTIÇA FEDERAL. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFBA, SALVADOR, V. XXXVI, P. 199-223, 1996.

RELAÇÕES DO DIREITO INTERNACIONAL COM O DIREITO INTERNO. REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, BRASÍLIA-DF, V. 8, N. 3, P. 51-82, 1996.

COMPETÊNCIA PENAL DA JUSTIÇA FEDERAL - CRIMES CONEXOS. ANAIS DA 2ª JORNADA DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS, BRASÍLIA, P. 65-83, 1995.

PLEBISCITO E REVISÃO. TRIBUNA DO MAGISTRADO, SALVADOR, 1993.

DA RESPONSABILIDADE CIVIL POR FATO DO PRODUTO E DO SERVIÇO NO CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR. REVISTA DOS MESTRANDOS EM DIREITO ECONÔMICO DA UFBA, SALVADOR, V. 04, P. 389-405, 1993.

RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATOS DO JUIZ. REVISTA DOS MESTRANDOS EM DIREITO ECONÔMICO DA UFBA, SALVADOR, V. 03, P. 302-334, 1992.

FORMAS DO DANO ECOLÓGICO E FIXAÇÃO DA RESPONSABILIDADE POR AUTORIA. REVISTA DOS MESTRANDOS EM DIREITO ECONÔMICO DA UFBA, SALVADOR, V. 01, P. 77-92, 1991.

EVOLUÇÃO E EFEITOS JURÍDICOS DA GREVE. REVISTA DOS MESTRANDOS EM DIREITO ECONÔMICO DA UFBA, SALVADOR, V. 01, P. 179-194, 1991.

DA RESPONSABILIDADE CIVIL DOS ADMINISTRADORES DAS S.A. REVISTA DOS MESTRANDOS EM DIREITO ECONÔMICO DA UFBA, SALVADOR, V. 2, P. 345-364, 1991.

DA AÇÃO DISCRIMINATÓRIA . REVISTA DOS MESTRANDOS EM DIREITO ECONÔMICO DA UFBA, SALVADOR, V. 02, P. 93-122, 1991

ORIGINALIDADES DAS FONTES NO DIREITO DO TRABALHO. REVISTA DOS MESTRANDOS EM DIREITO ECONÔMICO DA UFBA, SALVADOR, V. 02, P. 183-194, 1991.

O DIREITO IMOBILIÁRIO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988. REVISTA DOS MESTRANDOS EM DIREITO ECONÔMICO DA UFBA, SALVADOR, V. 02, P. 245-268, 1991.

O PODER JUDICIÁRIO: SUA AUTONOMIA E CONQUISTA EM FACE DA NOVA CONSTITUIÇÃO.. REVISTA DA EPAM, SALVADOR, 1991.

INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. REVISTA DO CEPEJ, SALVADOR, V. 04, P. 108-112, 1990.

A REDUTIBILIDADE DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS.. REVISTA DO CEPEJ, SALVADOR, V. 01, P. 09-12, 1988.

TRABALHO DO MENOR - PERSPECTIVAS NA NOVA CONSTITUIÇÃO. REVISTA DO CEPEJ, SALVADOR, V. 02, P. 106-108, 1988.

LIVROS PUBLICADOS/ORGANIZADOS:

SAULO JOSE CASALI BAHIA. (ORG.). A EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO MERCOSUL E NA UNIÃO EUROPÉIA. A EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO MERCOSUL E NA UNIÃO EUROPÉIA. 1ED.SALVADOR: PAGINAE, 2010

BAHIA, SAULO JOSÉ CASALI (ORG.) . REFORMA DO JUDICIÁRIO. 1A. ED. SAO PAULO: SARAIVA, 2006. V. 1. 304 P.

BAHIA, SAULO JOSÉ CASALI . TRATADOS INTERNACIONAIS NO DIREITO BRASILEIRO. RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2000. V. 1. 235 P.

BAHIA, SAULO JOSÉ CASALI . RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. RIO DE JANEIRO: FORENSE, 1995. 132 P.

BAHIA, SAULO JOSÉ CASALI . CONSTITUIÇÃO E A REVISÃO DE 1993 (AUTORIA EXCLUSIVA DA SEGUNDA PARTE DO LIVRO - REVISÃO CONSTITUCIONAL - (ART. 3º ADCT/88) E PODER CONSTITUINTE.. BELO HORIZONTE: ED. CIÊNCIA JURÍDICA, 1992. V. 1. 59/87 P.

CAPÍTULOS DE LIVROS PUBLICADOS:

BAHIA, SAULO JOSÉ CASALI . O MERCOSUL E SEUS PROJETOS INSTITUCIONAIS. IN: SAULO JOSE CASALI BAHIA. (ORG.). A EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO MERCOSUL E NA UNIÃO EUROPÉIA. A EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO MERCOSUL E NA UNIÃO EUROPÉIA. 1ED.SALVADOR: PAGINAE, 2010, V. 1, P. 529-538

BAHIA, SAULO JOSÉ CASALI . O MERCOSUL E SUAS RELAÇÕES COM A ALCA E A UNIÃO EUROPEIA. IN: SAULO JOSE CASALI BAHIA. (ORG.). A EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO MERCOSUL E NA UNIÃO EUROPÉIA. A EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO MERCOSUL E NA UNIÃO EUROPÉIA. 1ED.SALVADOR: PAGINAE, 2010, V. 1, P. 539-546.

BAHIA, SAULO JOSÉ CASALI . PODER JUDICIÁRIO E DIREITOS HUMANOS. IN: VAZ, PAULO AFONSO BRUM; SAVARIS, JOSE ANTONIO. (ORG.). DIREITO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL: ELEMENTOS PARA UMA COMPREENSÃO INTERDISCIPLINAR. DIREITO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL: ELEMENTOS PARA UMA COMPREENSÃO INTERDISCIPLINAR. 1ED.FLORIANOPOLIS: CONCEITO EDITORIAL, 2009, V. , P. 97-113.

BAHIA, SAULO JOSÉ CASALI . HERMENÊUTICA CONCRETIZADORA: O PODER JUDICIÁRIO E A EFETIVIDADE DOS DIREITOS A PRESTAÇÕES FÁTICAS. IN: ESCOLA DA MAGISTRATURA FEDERAL DA 1A REGIÃO. (ORG.). ARGUMENTO. ARGUMENTO. 1AED.BRASÍLIA: TRF 1A REGIÃO, 2009, V. 1, P. 495-504.

BAHIA, SAULO JOSÉ CASALI . O PODER JUDICIÁRIO E A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. IN: DANTAS, MIGUEL CALMON; CUNHA JUNIOR, DIRLEY DA. (ORG.). DESAFIOS DO CONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO. DESAFIOS DO CONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO. 1AED.SALVADOR: JUSPODIVM, 2009, V. 1, P. 297-311.

BAHIA, SAULO JOSÉ CASALI . A COMPETÊNCIA CRIMINAL DA JUSTIÇA FEDERAL. IN: ROMULO DE ANDRADE MOREIRA. (ORG.). LEITURAS COMPLEMENTARES DE PROCESSO PENAL. 1A ED. SALVADOR: JUSPODIVM, 2008, V. , P. 423-441.

BAHIA, SAULO JOSÉ CASALI . LE MERCOSUR ET SES PROJETS INSTITUTIONNELS ET L'AGENDA POLITIQUE DES NEGOCIATIONS AVEC L'UNION EUROPEENE. IN: ISABELLE HANNEQUART. (ORG.). UNION EUROPEENNE - MERCOSUL ENTRE CONCURRENCE ET SOLIDARITE. 1A ED. PARIS: L'HARMATTAN, 2008, V. , P. 101-113.

BAHIA, SAULO JOSÉ CASALI . REFORMA DO JUDICIÁRIO - PROMOÇÃO E ANTIGUIDADE DE JUÍZES APÓS A EMENDA CONSTITUCIONAL N. 45/2004. IN: BAHIA, SAULO JOSÉ CASALI; BRITO, EDVALDO; DIDIER JR, FREDIE. (ORG.). REFORMA DO JUDICIÁRIO. 1A ED. SÃO PAULO: SARAIVA, 2006, V. , P. 255-260.

BAHIA, SAULO JOSÉ CASALI . O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL SOB AS PERSPECTIVAS INTERNACIONAL E BRASILEIRA. IN: FERREIRA JR, LIER PIRES; ARAUJO, LUIS IVANI DE AMORIM. (ORG.). DIREITO INTERNACIONAL & AS NOVAS DISCIPLINARIZAÇÕES. 1 ED. CURITIBA-PR: JURUA, 2005, V. , P. 283-294.

BAHIA, SAULO JOSÉ CASALI . AS VARIANTES POLÍTICAS, ECONÔMICAS E JURÍDICAS NA IMPLEMENTAÇÃO E CUMPRIMENTO DOS ACORDOS COM O FMI E A ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO. IN: SILVA, ROBERTO LUIZ; MAZZUOLI, VALÉRIO DE OLIVEIRA. (ORG.). O BRASIL E OS ACORDOS ECONÔMICOS INTERNACIONAIS. 1ª ED. SÃO PAULO: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS, 2003, V. 1, P. 193-208.

BAHIA, SAULO JOSÉ CASALI . A SUPRANACIONALIDADE NO MERCOSUL. IN: CELSO RIBEIRO BASTOS; CLAUDIO FINKELSTEIN. (ORG.). MERCOSUL: LIÇÕES DO PERÍODO DE TRANSITORIEDADE. SÃO PAULO: CELSO BASTOS EDITOR, 1998, V. , P. 193-208.

BAHIA, SAULO JOSÉ CASALI . O DIREITO IMOBILIÁRIO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988. IN: ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA; RODOLFO PAMPLONA FILHO. (ORG.). ESTUDOS DE DIREITO. SÃO PAULO: LTR, 1998, V. , P. 679-696.

BAHIA, SAULO JOSÉ CASALI . AS CONVENÇÕES DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO NO DIREITO BRASILEIRO - IN DIREITO DO TRABALHO.. IN: LÉLIA GUIMARÃES CARVALHO RIBEIRO; RODOLFO PAMPLONA FILHO. (ORG.). DIREITO DO TRABALHO. SÃO PAULO: LTR, 1998, V. , P. -.

BAHIA, SAULO JOSÉ CASALI . O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL SOB AS PERSPECTIVAS INTERNACIONAL E BRASILEIRA. IN: CARLOS EDUARDO BEHRMANN RATIS MARTINS. (ORG.). ESTUDOS EM HOMENAGEM AO PROF. ARY GUIMARÃES. 1 ED. SALVADOR: IDCB, 1993, V. 1, P. 245-259.

TRABALHOS COMPLETOS PUBLICADOS EM ANAIS DE CONGRESSOS:

BAHIA, SAULO JOSÉ CASALI . JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS FEDERAIS. IN: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE OS JUIZADOS ESPECIAIS NO ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL, 1999, RECIFE. ANAIS DO SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE OS JUIZADOS ESPECIAIS NO ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL. BRASÍLIA : CEJ-CJF, 1999.

BAHIA, SAULO JOSÉ CASALI . COMPETÊNCIA PENAL DA JUSTIÇA FEDERAL: CRIMES CONEXOS. IN: II JORNADA DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS, 1995, BRASÍLIA. ANAIS DA II JORNADA DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS. BRASÍLIA : CEJ-CJF, 1995. P. 65-83.

BAHIA, SAULO JOSÉ CASALI . RELAÇÕES DO DIREITO INTERNACIONAL COM O DIREITO INTERNO. IN: XXII CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO INTERNACIONAL, 1995, RIO DE JANEIRO. ANAIS DO XXI CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO INTERNACIONAL. WASHINGTON-USA : CJI-OEA, 1995.

BAHIA, SAULO JOSÉ CASALI . NOVAS FORMAS POLÍTICAS. IN: VIII SEMINÁRIO ESTUDANTIL DE PESQUISA, 1988, SALVADOR. ANAIS DO VIII SEMINÁRIO ESTUDANTIL DE PESQUISA. SALVADOR : UFBA, 1988.

BAHIA, SAULO JOSÉ CASALI . O SER ESTATAL. IN: III SEMINÁRIO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISA DE DOCENTES DA UFBA, 1988,

SALVADOR. ANAIS DO III SEMINÁRIO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISA DE DOCENTES DA UFBA. SALVADOR : UFBA, 1988.

OUTROS:

BAHIA, SAULO JOSÉ CASALI . CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTARIA. LEI 8137/90. PRINCIPIO DO JUIZ NATURAL. PROVAS ILICITAS. PROVA EMPRESTADA.. BRASILIA: TRF DA 1A REGIÃO, 2008 (ACÓRDÃO).

BAHIA, SAULO JOSÉ CASALI . DEPOIS DA ONDA: MUDANÇA DE REGIME? (ENTENDENDO A CRISE NO IRAQUE). SALVADOR: CEPEJ, 2007. (TRADUÇÃO/ARTIGO).

BAHIA, SAULO JOSÉ CASALI . REPRESENTAÇÃO N. 1.465. PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR.. SALVADOR: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, 2006 (ACÓRDÃO).

BAHIA, SAULO JOSÉ CASALI . REPRESENTAÇÃO N. 1.480. LEGITIMIDADE ATIVA. PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR.. SALVADOR: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, 2006 (ACÓRDÃO).

BAHIA, SAULO JOSÉ CASALI . REPRESENTAÇÃO N. 1.490. PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA.. SALVADOR: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, 2006 (ACÓRDÃO).

BAHIA, SAULO JOSÉ CASALI . REPRESENTAÇÃO N. 1.498. LEGITIMIDADE ATIVA. PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR.. SALVADOR: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, 2006 (ACÓRDÃO).

BAHIA, SAULO JOSÉ CASALI . RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. PECULATO.. PORTO ALEGRE-RS: MAGISTER, 2006 (VOTO).

BAHIA, SAULO JOSÉ CASALI . EMBARGOS DE TERCEIRO. ADMISSIBILIDADE.. PORTO ALEGRE-RS: MAGISTER, 2006 (VOTO).

BAHIA, SAULO JOSÉ CASALI . PROCESSUAL PENAL. CRIME AMBIENTAL.. PORTO ALEGRE-RS: MAGISTER, 2006 (VOTO).

BAHIA, SAULO JOSÉ CASALI . APRESENTAÇÃO. SAO PAULO, 2006. (PREFÁCIO, PÓSFACIO/APRESENTAÇÃO).

BAHIA, SAULO JOSÉ CASALI . INDÍGENA E ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA. COMUNIDADE INDÍGENA PANARÁ.. BRASÍLIA: TRF DA 1ª REGIÃO, 2000 (VOTO).

SAULO JOSÉ CASALI BAHIA
JUIZ FEDERAL – 11ª VARA - SJBA

DECLARAÇÃO

Eu, Saulo José Casali Bahia, Juiz Federal, Brasileiro, Casado, indicado para o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, declaro, perante o Senado Federal, para os fins determinados na Resolução nº 07/2005 do Senado Federal, no seu art. 5º, inciso IV, que não sou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau de membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

Brasília, 19 de março de 2013.

SAULO JOSÉ CASALI BAHIA

EM TEMPO: DECLARO, AINDA, QUE NÃO SOU MEMBRO DO CONGRESSO NACIONAL, DO PODER LEGISLATIVO DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL OU DOS MUNICÍPIOS (ART. 5º, IV, RES. 7/2005).
BRASÍLIA, 19 DE MARÇO DE 2013

SAULO JOSÉ CASALI BAHIA

DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA
(Art. 5º, V, da Resolução do Senado Federal n. 7, de 27 de abril de 2005)

Em atendimento ao disposto no art. 5º, V, da Resolução do Senado Federal n. 7, de 27 de abril de 2005, que estabelece normas para apreciação das indicações para composição do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, **DECLARO** que **RENUNCIO** ao direito de concorrer à lista de ingresso em qualquer Tribunal Superior durante o mandato de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça e até 2 (dois) anos após o seu término.

Brasília, 28 de fevereiro de 2013

Saulo José Casali Bahia
Juiz Federal – 11ª Vara
Seção Judiciária da Bahia

DECLARAÇÃO
(Art. 1º, II, "a", do Ato n. 1/2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal)

SAULO JOSÉ CASALI BAHIA, brasileiro, casado, juiz federal, indicado para o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo Ato n. 01/2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no seu art. 1º, inciso II, "a", que não possui parentes consaguíneos ou afins, vinculados à estrutura do Poder Judiciário.

Brasília, 28 de fevereiro de 2013

Saulo José Casali Bahia
Juiz Federal – 11ª Vara
Seção Judiciária da Bahia

DECLARAÇÃO
(Art. 1º, II, "b", do Ato n. 1/2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal)

SAULO JOSÉ CASALI BAHIA, brasileiro, casado, juiz federal, indicado para o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo Ato n. 01/2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no seu art. 1º, inciso II, "b", que não exerce cargo ou atividade como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não-governamentais. Informa que, nos termos do permissivo do artigo 36, I, da LC 35/79 (LOMAN), participou como sócio quotista sem quaisquer poderes de gerência da sociedade CESB – Centro de Educação Superior da Bahia Ltda, dedicada a atividades de ensino, sociedade que teve atividades entre 29/09/2003 e 30/11/2005.

Brasília, 28 de fevereiro de 2013

Saulo José Casali Bahia
Juiz Federal – 11ª Vara
Seção Judiciária da Bahia

DECLARAÇÃO
(Art. 1º, II, "c", do Ato n. 1/2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal)

SAULO JOSÉ CASALI BAHIA, brasileiro, casado, juiz federal, indicado para o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo Ato n. 01/2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no seu art. 1º, inciso II, "c", a regularidade fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal, conforme documentação anexa.

Brasília, 28 de fevereiro de 2013

Saulo José Casali Bahia
Juiz Federal – 11ª Vara
Seção Judiciária da Bahia

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: SAULO JOSE CASALI BAHIA
CPF: 402.082.735-49

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://www.receita.fazenda.gov.br> ou <http://www.pgfn.fazenda.gov.br>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.
Emitida às 03:14:56 do dia 04/03/2013 <hora e data de Brasília>.
Válida até 31/08/2013.
Código de controle da certidão: **4F75.B783.BB57.036F**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: **20130492553**

NOME	
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CPF
	402.082.735-49

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 04/03/2013, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO http://www.sefaz.ba.gov.br

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

PMS - Prefeitura Municipal de Salvador
Secretaria Municipal da Fazenda - Coordenadoria de Tributos Imobiliários
PGMS - Coordenadoria da Divida Ativa
Certidão Negativa de Débitos

Incrição Imobiliária: 587990-6

Contribuinte: SAULO JOSE CASALI BAHIA

Endereço: Rua das Algas, Nº0, LOT ALPHAVILLE SALVADOR, , , , ALPHAVILLE I

Número da certidão: 647719

Certifico que o imóvel da inscrição acima está em situação regular referente a quitação do Imposto Predial Territorial Urbano, Taxa de Limpeza Pública , até a presente data, ressalvando o direito da Fazenda Municipal cobrar quaisquer dívidas que vierem a ser apuradas, conforme artigo 277, parágrafo 3º, da Lei 7.186/2006.

Código de Controle da Certidão: E8DC09C7A609EAE9C9EEB5F0E225E95A

Valida até o dia 04/06/2013 12:17:13

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda (http://www.sefaz.salvador.ba.gov.br), através do código de controle da certidão acima.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA de IPVA

Nº 00.00.2013.660251

(Emitida para os efeitos do art. 113 e 114, da Lei nº 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

NOME
SAULO JOSE CASALI BAHIA
CNPJ/CPF
402.082.735-49

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado da Bahia cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima, que vierem a ser apuradas, fica certificado que não constam, até 04/03/2013 , pendências de sua responsabilidade, relativas ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores administrados por esta Secretaria da Fazenda.

EMITIDA EM 04/03/2013 , ÀS 14:21 VÁLIDA POR 60 DIAS DA DATA DE EMISSÃO

A autenticidade deste documento pode ser comprovada nas inspetorias fazendárias
ou via internet, no endereço www.sefaz.ba.gov.br

DECLARAÇÃO
(Art. 1º, II, "d", do Ato n. 1/2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal)

SAULO JOSÉ CASALI BAHIA, brasileiro, casado, juiz federal, indicado para o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo Ato n. 01/2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no seu art. 1º, inciso II, "d", que não existem ações judiciais, seja como autor ou réu, em todo e qualquer grau de jurisdição, bem como procedimento administrativo-disciplinar.
Brasília, 28 de fevereiro de 2013

Saulo José Casali Bahia
Juiz Federal – 11ª Vara
Seção Judiciária da Bahia

DECLARAÇÃO
(Art. 1º, II, "e", do Ato n. 1/2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal)

SAULO JOSÉ CASALI BAHIA, brasileiro, casado, juiz federal, indicado para o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo Ato n. 01/2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no seu art. 1º, inciso II, "e", que é juiz titular lotado na 11ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia, vinculada ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, nos últimos cinco anos contados da sua indicação.
Brasília, 28 de fevereiro de 2013

Saulo José Casali Bahia
Juiz Federal – 11ª Vara
Seção Judiciária da Bahia

ARGUMENTAÇÃO ESCRITA

(Art. 1º, III, do Ato n. 1/2007 , da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal)

Para o fim de demonstrar a necessária experiência profissional, formação técnica adequada, e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, destaco haver iniciado a minha trajetória profissional como advogado, passando em seguida a exercer as funções de juiz estadual no Estado da Bahia (1990/1993), Procurador da República no mesmo Estado (1993), e juiz federal também no Estado da Bahia (desde 1993), com curta atuação no Estado do Pará (1998) e diversas atividades de auxílio ou substituição junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Em quase 20 (vinte) anos de atuação como magistrado, já exerci a magistratura nas áreas cível, criminal, trabalhista (em razão de inexistência de jurisdição da Justiça do Trabalho em município jurisdicionado pela Justiça Estadual) e eleitoral (inclusive com atuação no Tribunal Regional Eleitoral como juiz titular e suplente). Ressalto a intensa atividade em auxílio à Corregedoria Regional do TRF da 1ª Região, tanto em auxílio a correições ordinárias e extraordinárias (desde 2001, nos 14 Estados integrantes da 1ª Região), quanto como juiz auxiliar permanente da Corregedoria Regional (2008/2010). Ainda como juiz auxiliar, atuei convocado pelo Conselho da Justiça Federal, em 2010, nas inspeções realizadas nos TRFs da 2ª Região (Rio de Janeiro), 3ª Região (São Paulo) e 4ª Região (Porto Alegre). Além da extensa relação de cursos e eventos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento ou de pós-graduação

realizados em caráter obrigatório ou opcional, inclusive no exterior, e da intensa produção acadêmica (livros e artigos), tal como indicado no *curriculum vitae* apresentado, destaco haver sido indicado pelo TRF da 1ª Região como membro do comitê de pesquisa, editoração e intercâmbio do conselho de aperfeiçoamento e pesquisa da Justiça Federal, responsável pela elaboração da proposta neste campo, integrante do Plano Nacional de Aperfeiçoamento e Pesquisa para Juízes Federais (2006/2008); gestor de metas de nivelamento do TRF da 1ª Região (2009); membro do grupo de trabalho para o desenvolvimento do sistema processual único da justiça federal – E-jud (2009); coordenador do Mutirão Judiciário em Dia, entre 2011 e 2012 (responsável pelo cumprimento da Meta 2 2009/2010 - CNJ); e membro efetivo da comissão do XIV concurso público para juiz federal substituto da 1ª Região (2011/2012). Finalmente, possuo como maior titulação acadêmica o grau de doutor, obtido em 1999 junto à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sendo professor associado da Universidade Federal da Bahia (lecionando na Faculdade de Direito desde 1993), tendo atuado como professor visitante junto às Universidades da Flórida (EUA) e de Tours (França), além de integrar, como membro, a Academia Mundial de Artes e Ciências (desde 2005) e a Academia de Letras Jurídicas da Bahia (desde 2009).

Brasília, 28 de fevereiro de 2013

Saulo José Casali Bahia
Juiz Federal – 11ª Vara
Seção Judiciária da Bahia

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa os Senadores Paulo Paim e Jorge Viana, como titulares; e os Senadores Inácio Arruda e Eduardo Suplicy, como suplentes, para integrarem a Comissão Temporária para o Levantamento da Legislação Pertinente à Prevenção e ao Combate a Incêndios no Brasil, nos termos do **Ofício nº 49/2013**, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 49/2013 – GLDBAG

Brasília, 19 de março de 2013

Senhor Presidente,

Em atenção ao Of. SF nº 455/2013 e nos termos regimentais, indico, conforme tabela abaixo, os Senadores representantes do Bloco de Apoio ao governo (PT-PDT-PSB-PCdoB-PRB) para integrarem a Comissão temporária criada para realizar levantamento da legislação pertinente à prevenção e combate de incêndios no Brasil.

TITULARES	SUPLENTES
Senador Paulo Paim	Senador Inacio Arruda
Senador Jorge Viana	Senador Eduardo Suplicy

Senador **Wellington Dias**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Convido, para fazer uso da palavra, o Senador Eduardo Lopes, pela Liderança.

Em seguida, a Senadora Ana Amélia, em permuta com o Senador Paulo Bauer. O Senador Paulo Paim e eu estamos na sequência.

V. Exª está com a palavra.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, obrigado.

Cumprimento, mais uma vez, aqueles que acompanham a nossa sessão.

Mais uma vez também, quero me solidarizar com as famílias da cidade de Petrópolis que tiveram perdas. Infelizmente, mais pessoas perderam vidas na região serrana do Rio de Janeiro, e quero, então, me solidarizar com essas famílias.

Também quero, mais uma vez, parabenizar pela sessão que tivemos hoje, aqui, no Senado, em que foi aprovada a PEC das empregadas domésticas. Mas devemos nos lembrar também dos empregados.

Quando se fala em empregada doméstica, normalmente a nossa mente se remete a pensar naquela empregada que lava a roupa, que faz a refeição, que cuida da casa, mas nós temos também outros tipos de empregados, que pode ser o jardineiro, o piscineiro, aquele que dá manutenção, enfim. Quero parabenizar todos.

Ao mesmo tempo, quero agradecer também porque, desde a idade dos meus filhos, desde nenês – e agora já são adultos; minha filha, inclusive, casada –, nós sempre tivemos empregadas que conviveram conosco de forma muito carinhosa. Eu vi empregadas chegando em casa meninas, e saindo para casar, como se fosse uma filha. Da mesma forma, os próprios filhos, a minha filha e o meu filho chamavam as empregadas de tia, sempre com muito carinho, tratando-as de tia. Por causa da responsabilidade, do nosso trabalho, na verdade elas conviviam mais com os filhos do que eu mesmo, como pai, devido às muitas responsabilidades.

Então, é um dia importante, um dia histórico. Parabenizo todos os empregados e empregadas domésticas.

Claro, como foi citado por outros Senadores aqui, nós sempre procuramos, de maneira digna, tratar aqueles que trabalharam conosco, dando o melhor, comendo aquilo que nós comíamos, muitas vezes até na mesma mesa, inclusive.

Na questão de salário, sempre procuramos respeitar os direitos, como férias, décimo terceiro. Fizemos sempre questão de tratar assim aquelas que trabalharam conosco.

Então, parabéns a todas as empregadas.

Parabenizo os autores da PEC. Já cumprimentei a nossa Senadora, Governadora, hoje Deputada Federal Benedita; a nossa Ministra que aqui esteve; a Senadora Lídice da Mata, Senadora que foi Relatora aqui.

Parabéns a todos!

Quero, neste momento, falar a respeito da decisão ontem tomada no Supremo pela nossa Ministra Cármen Lúcia. Decisão essa que, confesso, até esperava. Nunca deixei de crer que essa seria a decisão do Supremo e creio que também vai permanecer quando for levada a plenário.

Por um lado, fico feliz com o resultado da decisão de ontem, mas, por outro lado, também lamento, porque essa decisão poderia ser resolvida, poderia ser tomada aqui, no Congresso, através do direito que nós temos e da nossa competência. Mas, lamentavelmente, mais uma vez, o Congresso transfere ao Poder Judiciário a solução de um problema que deveria ser resolvido por este Legislativo. E não foi por falta de margem de negociação que deixamos de construir aqui uma solução política para a questão dos *royalties* de petróleo. Foi – e é verdade o que falo – por excesso, podemos assim dizer, de vaidade política e de ambição daqueles que

se encantaram e até se extasiaram com a ideia de conseguir recursos imediatos para suas bases eleitorais.

Com esse espírito, as bancadas dos Estados não produtores de petróleo desconsideraram qualquer possibilidade de acordo em torno dos *royalties.* A única regra possível para eles foi sequestrar as receitas dos Estados produtores sem dó e sem piedade, inclusive os *royalties* e a participação especial dos contratos vigentes. Quem acreditaria que alguém proporia mexer nos contratos em vigor? Era algo improvável, que não fazia parte da nossa prática política. Mas fizeram, e o fizeram exaltando seus votos como uma manifestação democrática da maioria.

Mas, que democracia é essa, que passa por cima da minoria – mínima – com uma força esmagadora, desrespeitando regras regimentais e sem observar princípios constitucionais soberanos, bem assim questões econômicas, federativas e também políticas?

Por tudo isso, o Rio de Janeiro, na questão dos *royalties* e por aqueles que não têm direito... Porque já falamos aqui, incansavelmente: os *royalties* não são petróleo. Os *royalties* são uma compensação social, ambiental e também por perda do ICMS. Essa questão, como foi cunhada nos anos de chumbo como doutrina nacionalista, que era ousada, "o petróleo é nosso", mas também ousada para explicar o assalto às finanças dos Estados produtores de petróleo, não convence nem os que a recitam com irritante renovação e inacreditável ingenuidade dos nossos dias.

Então, eu faço este paralelo: naquela época, em nome de "o petróleo é nosso", excepcionalizou-se a questão do ICMS, que passou a ser cobrado na origem, e não no destino. E, hoje, da mesma forma com o pré-sal, surgiu essa também quase mesma frase, dizendo que "o petróleo é de todos", a riqueza é de todos; então, os *royalties* também têm que ser de todos. Na verdade, isso é um grande engano, porque os *royalties* são um direito adquirido dos Estados produtores de petróleo.

Creio que aqui ninguém desconhece a natureza reparatória dos *royalties* como contrapartida ao ônus socioambiental decorrente da exploração do petróleo, algo que agora é realçado pela liminar concedida ontem pela Ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal. Muito menos eu acredito que desconheçam a motivação histórica que levou os Constituintes de 1988 a instituí-lo para compensar a exceção constitucional à cobrança do ICMS, que, no caso do petróleo e derivados, passou a ser no destino, sendo regra a sua cobrança na origem.

Ninguém aqui é tão desinformado!

Esse, na verdade, foi um sequestro de receita consciente e deliberado. As fantasiosas e enfadonhas explicações apenas se repetem para alento das consciências. Esse é um malfeito do qual muitos são cúmplices. Porém, ninguém aceita o rótulo de acusado. Mas aqui farei uma ressalva: eu não creio que a repercussão dessa truculenta ação contra os Estados produtores de petróleo tenha sido adequadamente dimensionada. Nem mesmo o mais desmedido e irresponsável ânimo de ganância poderia ter cogitado os terríveis prejuízos que adviriam a esses Estados.

É o que eu já disse aqui: os nossos atos têm consequências, e as votações que aconteceram no Congresso, os atos que aconteceram na sessão do Congresso que derrubou o veto presidencial, na verdade eu creio que não foram levadas em conta as consequências desses atos. Eu duvido que se cogitasse, por exemplo, que, já neste ano, o Rio de Janeiro poderá ter comprometido o seu teto legal de endividamento por conta da redução de receitas advindas da compensação dos *royalties*. Será que alguém pensou nisso?

O que afirmo agora é a tradução do que foi afirmado pelo economista e especialista em contas públicas Gabriel Leal de Barros, da Fundação Getúlio Vargas. Estudo realizado por ele demonstra que a taxa de endividamento do Estado passará de 1,7 vezes, em 2012, para 1,9, neste ano, se forem colocadas em prática as novas regras para a distribuição dos *royalties*.

Esclareço aos que nos assistem que esse indicador de endividamento corresponde ao número de vezes que a dívida estadual pode superar a sua receita. No caso do Rio de Janeiro, isso significa que a dívida do Estado será 1,9, quer dizer, quase duas vezes a sua receita para 2013. Esse índice de endividamento é o estabelecido como limite pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Se porventura ultrapassarmos esse patamar, as punições consistem no corte de todos os auxílios financeiros da União ao Estado, no impedimento de contratação de novos empréstimos internos e externos e no induzimento à demissão de servidores estaduais, entre outras medidas de forte impacto socioeconômico.

A esse caos devem ser adicionados os efeitos do rebaixamento na nota de crédito do Estado, anunciada na semana passada pela Fitch Ratings, uma das mais antigas agências internacionais de classificação de risco. Segundo a Fitch, se não conseguirmos compensação para as perdas dos *royalties*, teremos rebaixada a atual nota de 'BBB'– (menos), a mínima para ter classificação em grau de investimento, dando causa ao enfraquecimento do nosso perfil financeiro e prejudicando a negociação de empréstimos e a atração de novos investidores.

Mas a coisa não para por aí. Segundo previsões da Fundação Getúlio Vargas, a situação dos fluminenses tende a se agravar, pois a perda de receita do

Estado gradualmente aumentará. Segundo a Fundação Getúlio Vargas, toda essa corrosão das finanças, sem a compensação dos *royalties*, mais o custo de financiamento no mercado pela redução do grau de investimento, ainda poderá ser potencializada pela revisão do ICMS interestadual e do ICMS da energia elétrica. Mas, para que não me chamem de alarmista, trago a advertência feita por outra respeitável agência de classificação de risco, a Moody's, para a qual essas reduções de receitas se somarão a outras pressões financeiras como as relacionadas aos investimentos planejados para a Copa do Mundo em 2014 e também para as Olimpíadas em 2016.

Essas são algumas das razões que me convencem de que aqueles que engendraram e os que endossaram a perversa estratégia de burlar a Constituição para abalar as finanças do Rio de Janeiro não cogitavam quão funesto seria o desfecho desse gesto.

Por esse motivo, volto a esta tribuna para, mais uma vez, apelar ao bom senso coletivo. Ainda há tempo para discutirmos uma saída sensata para essa repartição de receitas.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco/PT – RJ) – Senador, V. Exª me concede um aparte?

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Pois não, Senador Lindbergh, companheiro de trincheira nesta guerra. Com muito prazer, recebo seu aparte.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco/PT – RJ) – Eu quero, primeiro, parabenizar V. Exª. Os fluminenses estão conhecendo agora, pois V. Exª assumiu depois que o Senador Crivella passou a ser Ministro da Pesca, com muita satisfação, essa grande conquista do Rio de Janeiro aqui no Parlamento. V. Exª teve uma atuação destacadíssima! Aqui, no Senado, eu, V. Exª e Dornelles, o tempo todo estivemos juntos, construindo nossas estratégias. V. Exª merece, de fato, parabéns, em nome do Estado do Rio de Janeiro. Agora, V. Exª fez um pronunciamento muito importante. O Presidente Senador Jorge Viana, que preside esta sessão, sabe que nós alertamos, em vários momentos, para o fato de que a derrubada do veto da Presidenta Dilma iria judicializar tudo: o que estava para trás, já contratado, e o que estava para frente. Eu sempre disse, nas minhas argumentações, que a Dilma estava propondo, com o veto, um acordo bom para todos os lados. O que ela fez? Ela aceitou as regras que foram aprovadas aqui contra a nossa vontade em relação a tudo que fosse do futuro – pré-sal e novas licitações na área de concessão. Ela só disse: "Não podemos mexer no que está para trás". E o veto dela, Senador Eduardo Lopes, foi em cima de um princípio constitucional muito claro. O veto da Presidenta Dilma está aqui: *"As novas regras de distribuição dos royalties, previstas no art. 3º do projeto, ao não ressalvar a sua aplicação aos contratos já em vigor, violam frontalmente o disposto no inciso XXXVI do art. 5º..."* – direito adquirido, Ato Jurídico Perfeito. Eu ouvi hoje alguns Senadores falando em PEC, numa PEC para alterar isso. Isso é cláusula pétrea; no art. 5º ninguém pode mexer! Pois bem, o que estão fazendo? Ao tentar entrar numa batalha muito difícil para mexer no que já estava contratado – eu queria alertar sobre isso –, eu acho que os Estados não produtores podem ter entrado num caminho que pode levá-los a perder o que conquistaram em relação ao futuro, porque o voto da Ministra Carmen Lúcia é muito revelador. A cautelar não é somente para os contratos do passado, é também para o futuro. E ela fala claramente – e eu só queria encerrar dizendo um trecho do voto da Ministra Carmen Lúcia: "*A alteração das regras relativas ao regime de participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural ou da compensação pela exploração sem mudança constitucional do sistema tributário importa em desequilibrar o tão frágil equilíbrio federativo.*" E ela fala dos *royalties* como uma compensação a Estados produtores e confrontantes. Quero dizer que há votos no Supremo Tribunal Federal, em decisões anteriores, do Ministro Nelson Jobim, da Ministra Ellen Gracie, do Ministro Sepúlveda Pertence, e o que o Governador do Estado, com a Procuradora do Estado e com o Luís Roberto Barroso, preparou, nessa Ação Direta de Inconstitucionalidade, em que se questionam todos esses aspectos. Então, Senador Eduardo Lopes, faltou que este Congresso Nacional fizesse a boa política. Pensaram que, por terem maioria, 24 contra 3, podiam atropelar. Não é isso. Hoje, na peça da Ação Direta de Inconstitucionalidade, Senador Jorge Viana, Luís Roberto Barroso diz o seguinte: "A política cria o Direito". Nós criamos uma Constituição, houve um acordo naquela Constituição. Depois, o Direito limita a ação política. Então, não era porque eles tinham uma maioria aqui que se podia passar por cima da Constituição. Nós estamos muito felizes com esse voto. Acho que é uma vitória parcial, mas é uma vitória muito importante. E parabenizo V. Exª pelo pronunciamento e pela capacidade de luta neste tema.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado, Senador Lindbergh.

Realmente, como foi colocado, tanto eu como V. Exª, como também nosso querido Senador Dornelles, estivemos sempre juntos, conversando, vendo a melhor estratégia.

Hoje, eu falava numa entrevista que nós víamos que estava se apontando para isso. O veto, como o Senador leu, da Presidente Dilma já apontava essa inconstitucionalidade. Nós, também, por meio da atitude dos governadores, querendo abrir mão do que já

foi licitado, mas pensando num adiantamento de receita, ficou bem claro que caminhava para o seguinte: a questão dos *royalties* pertence aos Estados produtores e os confrontantes. Isso não vai se mudar.

Nós temos aí a questão do ICMS, sobre o que também falei aqui várias vezes, desde o ano passado, quando começou essa luta; nós sempre falamos sobre isso, a questão da compensação, o ICMS, que hoje é cobrado no destino e não na origem. Na verdade, os Estados não produtores já participam da questão do petróleo, porque, no momento em que o ICMS é cobrado no destino e não na origem, eles já estão recebendo o benefício do petróleo. Benefício esse que ficaria com o Estado do Rio de Janeiro, mas a excepcionalização da arrecadação de ICMS provocou isso.

Eu li hoje uma matéria num jornal, na imprensa, em que se dizia, comparando *royalty* com ICMS, que é praticamente o mesmo valor. Na verdade, não, porque no *royalty*, estão incluídos as perdas sociais, o passivo ambiental e também o ICMS, mas ele fez como se fosse um cálculo só de ICMS. Ou seja, ele pegou um número bruto: o Rio recebe R$10 bilhões de *royalties,* o Estado do Rio. Quanto ele receberia de ICMS? Os mesmos R$10 bilhões. Mas ele não colocou o passivo ambiental, não colocou a questão da perda e o passivo social e ambiental.

Nós já falamos aqui. São números que nós temos da Associação dos Municípios Produtores de Petróleo. Ao longo desse tempo, desde 1988, o Rio de Janeiro deixou de arrecadar com os *royalties*. Se fosse o ICMS cobrado na origem, o Rio de Janeiro teria recebido 20 vezes mais o que recebeu com *royalties* no mesmo tempo.

Então, realmente, como disse o Senador Lindbergh, a decisão de ontem nos deixou felizes, foi uma vitória, mas eu creio que aponta para o futuro. E como foi comentado, realmente, nós ouvimos, até conversávamos com Senadores de outros Estados, que falavam sobre essa PEC, que sentiram uma indicação de que o caminho seria a PEC. Mas ali, também, na nossa conversa, o Senador defendeu essa mesma questão que foi citada aqui, a questão da cláusula pétrea.

Então, na verdade, eles entraram numa luta que pode causar a eles muito mais perda do que eles imaginam, porque, se for decidido, e cremos assim, que o *royalty* é direito adquirido dos Estados produtores e não pode ser alvo nem de redistribuição, nem de mudanças, então, também o futuro dos Estados não produtores, com respeito às receitas dos *royalties* que tanto eles desejam, pode não chegar até eles.

Poderíamos ter decidido isso aqui, no Congresso, no voto, numa conversa, num diálogo, mas, realmente, não houve conversa, nós já falamos aqui, a sessão foi tumultuada, a sessão foi atropelada.

Diz-se que deve ser respeitada a democracia da maioria, mas,...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – ... como eu sempre digo, a maioria pode muito, mas não pode tudo. Esta lição tem de ficar bem clara: a maioria pode muito, mas não pode tudo.

Finalizo, então, feliz com esse voto, feliz com essa decisão. Vamos aguardar, agora, o Plenário. O Plenário do Supremo vai decidir, e nós cremos, mais uma vez, que vai ser decidido a favor do Rio de Janeiro e a favor dos Estados produtores.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Lopes, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Senador Eduardo Lopes.

Passamos, de imediato, a palavra à Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Enquanto se dirige à tribuna, eu leio estes ofícios:

A Presidência designa, como membro titular, o Deputado Miro Teixeira, em substituição ao Deputado André Figueiredo, e, como membro suplente, o Deputado João Dado, em substituição ao Deputado Ângelo Agnolin, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória 608, de 2013, conforme **Ofício nº 96, de 2013**, da Liderança do Partido Democrático Trabalhista (PDT) na Câmara dos Deputados.

O Ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o Ofício:

Ofício nº 96/2013 Lid PDT

Brasília, 19 de março de 2013

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 2º, § 4º, da Resolução nº 1/2002 do Congresso Nacional, indico os nomes dos Deputados **MIRO TEXEIRA PDT/RJ** e **JOÃO DADO PDT/SP,** como membros TITULAR E SUPLENTE respectivamente, para compor a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 608/2013.

Atenciosamente, – Deputado **André Figueiredo**, Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência designa, como membro titular,

o Senador Cássio Cunha Lima, em substituição ao Senador Mário Couto, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 608, de 2013**, conforme **Ofício nº 98, de 2013**, da Liderança do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), no Senado Federal.

O Ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o Ofício:

Ofício nº 98/13-GLPSDB

Brasília, de março de 2013

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA** para integrar, como titular, a Comissão Mista para análise da Medida Provisória nº 608, de 2013, em substituição ao Senador **MÁRIO COUTO.**

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão, Senador Paulo Paim, Srªs e Srs. Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, eu até poderia fazer, como Estado não produtor, o meu Rio Grande do Sul, na questão dos royalties, mas deixo de fazer o contraditório e O contraponto ao Senador Eduardo Lopes e ao meu querido amigo Senador Lindbergh Farias, que foram aqui, junto com o Senador Francisco Dornelles, verdadeiros líderes de uma batalha que ainda não terminou. Mas que a justiça se faça nisso, e que haja um pouco de compreensão também no avanço político desse entendimento, Senador. Eu penso que sempre o entendimento é muito melhor do que qualquer demanda judicial.

Mas hoje tivemos aqui um dia muito especial, Senador Paim – o senhor que é muito vinculado às causas sociais, trabalhistas –, com a votação, em primeiro turno, da emenda à Constituição que dá aos trabalhadores domésticos os mesmos direitos dos trabalhadores das categorias urbanas ou mesmo da área rural. Então, é um avanço social do maior significado, histórico até, resgatando um direito de muitos desses servidores, desses trabalhadores, que têm um papel relevante, cada dia mais, na nossa vida. Porque eles é que cuidam, enfim, de nós. Então, essa é a relevância adicional desse trabalho dos empregados domésticos.

Mas estou ocupando esta tribuna, Senador Paim, porque, como V. Exª, nós pertencemos à Comissão de Assuntos Sociais, e hoje a Comissão, por meu requerimento, fez uma audiência pública na qual estiveram presentes a representante do Ministério da Saúde, Drª Ana Paula Cavalcante; o representante do Conselho Nacional da Saúde, Olímpio Távora; o Presidente da Sociedade Brasileira de Análises Clínicas, Irineu Grinberg; o representante do Conselho Federal de Farmácia, membro da Comissão de Análises Clínicas desse Conselho, Mário Martinelli; o Diretor de Defesa Profissional da Sociedade Brasileira de Patologia Clínica e Medicina Laboral, Dr. Vitor Pariz; o Dr. Marcelo Abissamra, representante do Conselho Federal de Biomedicina, e o Dr. Edson Rogatti, do Conselho de Administração da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas, representando o Presidente dessa entidade.

O que nós discutimos ali, a meu requerimento? Um tema que é recorrente nesta Casa: a necessidade urgente e inadiável da correção das tabelas do SUS, que nós discutimos muito, para os hospitais, santas casas e hospitais filantrópicos ou para toda a clientela SUS, mas, sobretudo, para os laboratórios de análises clínicas.

A situação é extremamente preocupante nesse cenário, Senador Paim, Senadores e Senadoras. Se os hospitais filantrópicos, como bem observou a Agência Senado, reclamam uma séria crise financeira, os laboratórios de análises clínicas, alguns quase centenários, que também prestam serviço ao Sistema Único de Saúde, parecem não ficar atrás. Nessa audiência pública, na terça-feira, foi visto que o valor pago pelo SUS por uma dosagem de glicose – e nós precisamos fazer isso com frequência – é o mesmo há 19 anos. Uma dosagem de glicose o SUS paga para o laboratório de análises clínicas R$1,85, Senador Paim. Isso não cobre, seguramente, os custos de produção desse exame.

Não há nenhum procedimento na tabela do SUS, principalmente na área de diagnóstico, tão mal remunerado como neste momento, segundo reconheceu o representante da Confederação Nacional da Saúde, Olímpio Távora. Ele até fez uma referência muito clara sobre a situação dos problemas, dizendo que os baixos valores pagos se originam da escassez de recursos financeiros, materiais e humanos para manter o serviço de saúde operando com eficácia e eficiência; inconstância no repasse dos pagamentos do Ministério da Saúde para os pagamentos dos serviços conveniados. Aí está um grande problema, tanto para os laboratórios, quanto para as santas casas e hospitais filantrópicos. E, claro, baixíssimos valores pagos pelo

SUS aos diversos procedimentos médicos, ambulatoriais e hospitalares. Essa é uma situação verdadeiramente dramática.

Mário Martinelli, representando o Conselho Federal de Farmácia, acredita que os laboratórios que prestam serviço ao SUS estão chegando ao fim. A entidade está vistoriando laboratórios públicos das 27 capitais brasileiras e constatou até agora condições – vou usar a palavra usada por Mário Martinelli – insalubres nessa situação de funcionamento e falta de controle de qualidade interna em muitos hospitais públicos.

É perdendo qualidade a cada dia e não incorporando novas tecnologias que se consegue oferecer serviço sem reajuste há 19 anos. É preciso resgatar o respeito que o laboratório merece – ponderou o representante do Conselho Federal de Biomedicina, Dr. Marcelo Abissamra Issas.

O setor tem conseguido alguma sobrevida, segundo informou o Diretor da Sociedade Brasileira de Patologia Clínica, Vitor Pariz, ao renegociar a redução dos preços dos insumos e dos equipamentos com fornecedores. E Olímpio Távora, em resposta a questionamento do Senador Cyro Miranda, afirmou que muitos laboratórios insistem em continuar trabalhando com o SUS – apesar dessas graves dificuldades financeiras –, por não terem condições financeiras de fechar as portas e suportar os encargos sociais da medida.

Aliás, enquanto eu estava usando o Twitter e fazendo as informações a respeito dessa audiência pública, recebo de Bagé, que V. Exª conhece bem, a informação do Guilherme Veleda, que herdou do pai um laboratório de análises clínicas, Senador Paim. Era o retrato perfeito e acabado do que havia sido revelado na audiência: ele herdou só dívidas, nenhum patrimônio, e já não sabe mais o que fazer para encerrar as atividades daquilo que foi um passivo violento deixado, por não haver as correções das tabelas do SUS, entre outros problemas, evidentemente. Mas lembro que isso apenas agrava a situação. Ora, 19 anos, R$1,85 um exame para glicemia!

Ao mesmo tempo em que se lamentou a ausência de incentivos previdenciários ou desonerações tributárias aos laboratórios, o Presidente da Sociedade Brasileira de Análises Clínicas, Irineu Grinberg, alertou que a rede laboratorial pública não tem condições de absorver a demanda desses prestadores de serviços ao SUS. Aliás, ele mesmo lembrou também que, quando se tentou incluir os laboratórios de análises clínicas – que são empresas familiares, em sua maioria – no sistema Simples, o Governo não aceitou. Seria uma forma viável de salvar essas empresas, esses laboratórios que prestam um relevante serviço à saúde pública de nosso País.

O representante da Confederação das Santas Casas, Edson Rogatti, se alinhou a um discurso dos laboratórios ao exigir e ao pedir, reivindicar, uma espécie de SOS ao Ministério da Saúde, uma remuneração dos serviços capaz de cobrir pelo menos os custos.

Saúde é um direito de todos e não tem preço – disse e repetiu a campanha Saúde Não tem Preço. E aí o Dr. Vitor Pariz concluiu: mas tem custo, tem custo para prestar esse serviço de qualidade.

Na verdade, o que vimos hoje sobretudo na exposição que foi feita pela Drª Ana Paula Cavalcante é que é preciso construir um espaço para que possamos resgatar a correção desses valores. E, por habilidade do Senador Waldemir Moka, hoje Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, foi sugerido que a Drª Ana Paula Cavalcante coordenasse com a área técnica entendimentos com base no que foi apresentado hoje na audiência pública, que discutiu a necessidade urgente da correção das tabelas do SUS para laboratórios de análises clínicas e também para hospitais filantrópicos e santas casas. E que houvesse uma discussão preliminar sobre os números apresentados hoje e, em seguida, a deliberação, por parte do Ministro Alexandre Padilha, de alguma saída. Caso contrário, Senador Paulo Paim, esses laboratórios não só fecharão as portas, mas vão criar um problema gravíssimo, sobretudo da qualidade.

E o que está acontecendo? A terceirização dos laboratórios e dos hospitais públicos. Isso tem provocado também a transferência do atendimento do SUS não dos laboratórios nas cidades onde estão instalados esses pequenos laboratórios, mas um exame de sangue, por exemplo, um hemograma feito em Bagé é enviado para Belo Horizonte. Isso, segundo os médicos, pode provocar uma distorção da apuração real da patologia eventual que possa o paciente ter.

Para encerrar, Senador Paulo Paim, acreditando na possibilidade de que seja realmente viável a proposta do Senador Waldemir Moka, que se encontre, pelo plano técnico, político e do Ministério do Planejamento, a condição mais adequada para a correção dessas tabelas, a fim de não colocar em risco programas muito importantes criados recentemente pelo Ministério da Saúde.

Por isso, eu vou fazer a leitura aqui de um texto que foi apresentado pelo presidente da Associação Brasileira dos Laboratórios de Análises Clínicas, Irineu Grinberg, intitulado A Volta dos Maus Momentos. Ele diz:

> *Logo após a implantação destas mudanças* [introduzidas pelo Ministério da Saúde], *o Ministério da Saúde publicou a nova tabela de procedimentos do SUS, com valores explicitados em reais* [isso aconteceu logo após as

mudanças econômicas do País], *o que fez mudar de modo radical a economia do setor privado de saúde, pois reapareceram resultados financeiros razoáveis e, melhor ainda, foi possível voltar a existir investimentos. Os laboratórios de análises clínicas puderam ser reequipados, realizar melhorias em área física, melhorar o acolhimento e principalmente pensar em qualidade, fator que contribuiu de modo significativo para que muitos laboratórios incrementassem sistemas operacionais, submeteram-se a auditorias, foram acreditados e se transformaram em exemplares instituições da saúde.*

É fácil também lembrar que o valor fixado pelo SUS para a maioria das dosagens bioquímicas era de R$1,85, e, quando nos recordávamos dos valores anteriormente pagos, fazíamos a necessária comparação com o preço de outras utilidades, tais como um singelo picolé. Dessa forma, foi criado na Sociedade Brasileira de Análises Clínicas o índice "chicabon", que era apenas o quociente do valor da glicemia pelo picolé [tendo como referência o preço do picolé]. Àquele tempo, este índice era de 2,17, ou seja, com o valor recebido por uma dosagem de glicose no sangue, era possível adquirir 2,17 "chicabons" [ou seja, dois chicabons e quase a metade de outro].

Os tempos foram passando, a inflação, ainda que não galopante, retornou. Durante este tempo, a extorsão tributária passou a ser uma realidade diária, os salários hoje são 500% maiores e, com eles, a carga de INSS e afins. Os preços administrados pelo poder [público] também tiveram reajuste similar.

Não se fala em desoneração da folha de pagamento e o corte de alguns tributos, tais como os que vêm sendo ofertados para outros setores da economia [como o IPI]. A inclusão dos laboratórios de análises clínicas no "Simples" dentro de um enquadramento palatável nem pensar, apesar de tímidas manifestações no Congresso Nacional.

Nos últimos três governos federais, estivemos com todos os ministros da Saúde que por lá passaram, e de todos, sem exceção, ouvimos concordância em relação à defasagem da tabela de procedimentos, vagas promessas de reajustes, porém, numa inequívoca e filosófica manifestação de preconceito com laboratórios privados, nada de prático.

Aconteceu o inevitável, a obsolescência de muitos estabelecimentos laboratoriais, pois não é possível trabalhar com qualidade etérea. Um Governo que remunera uma glicemia a R$1,85 e um hemograma a R$4,11 não tem o direito de instituir tributos extorsivos como os que estão sendo cobrados na atualidade dos laboratórios. Não é mais possível apenas aguardar dias melhores.

Escreveu, lamentando a situação que vive o setor, o Presidente da Associação Brasileira de Análises Clínicas, Irineu Grinberg, na exposição que fez hoje na audiência pública.

Eu queria renovar aqui, desta tribuna, Senador Paulo Paim – e tenho certeza de que conto com o apoio de V. Exª e dos demais Senadores –, o pedido para que a área técnica do Ministério da Saúde, à luz desses dados e da situação geral, faça um reexame dessa questão, e que não se passe mais um Governo, o quarto Governo Federal, sem haver a correção dessas tabelas do SUS. Isso, se não acontecer, vai comprometer seguramente a saúde e também o trabalho dos médicos, que dependem da análise clínica ou da análise laboratorial para fazerem os diagnósticos mais corretos das patologias. Por isso, estaria se protegendo, com essa correção, também a saúde, especialmente, da camada mais pobre da população, que só depende do serviço do SUS para o seu atendimento médico-hospitalar.

Esse é o apelo que eu deixo ao Ministro Alexandre Padilha, ao Governo e a toda equipe técnica do Ministério da Saúde, em nome de uma categoria que tem uma representação histórica, porque são empresas familiares. E o Martinelli, do Conselho Federal de Farmácia, disse muito bem que a saída é uma parceria público-privada adequada aos níveis de responsabilidade social, também, para que esse problema seja resolvido.

Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu ia pedir para a Senadora Ana Amélia – mas eu sei que V. Exª está com um compromisso – para que, se ela pudesse, presidisse no meu lugar… Mas V. Exª está com um compromisso, então eu continuo na Presidência. Sei que V. Exª, toda vez que é convidada, vem, como eu também procuro vir, quando V. Exª me convida.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria muito, Senador Paim, poder, eu gostaria de poder lhe atender... *(Fora do microfone)*...

Eu tenho sido colaboradora de V. Exª e com muito prazer faria isso. E V. Exª, da mesma forma, quando eu preciso. Só que tenho dois compromissos aguardando:

um é a reunião da Frente Parlamentar do Carvão, que é um assunto que V. Exª sabe que é importante para o nosso Estado, o Rio Grande do Sul, e o outro é uma reunião do meu Partido e também do Líder, Deputado Maranhão, que também está aguardando a minha presença. Então, eu esperei até agora e queria agradecer a V. Exª pela compreensão, sobretudo porque temos a multiatividade aqui, a multiagenda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E a senhora me representa na Frente do Carvão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Vou representá-lo na Frente do Carvão, Senador.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, eu passo a palavra, de imediato, ao Senador Lindbergh Farias, na certeza de que, depois, ele vai assumir aqui para que eu fale.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Quer que eu faça isso agora, já?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, fale. Pode falar. De qualquer jeito, eu vou ter que aguardar V. Exª. V. Exª fala, depois preside, e eu faço a minha fala.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, subo hoje à tribuna para falar da decisão, da cautelar da Ministra Cármen Lúcia sobre a questão dos *royalties*.

V. Exª sabe que eu estou agora como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, onde estamos discutindo vários temas, como o Fundo de Participação dos Estados, que está para ser votado no plenário, a reforma do ICMS, a questão da dívida dos Estados... Em todos esses pontos, eu acho que um caminho nós aprendemos: não fazer desses debates o acirramento federativo que houve na questão dos *royalties*. Há alguns pressupostos: nenhum Estado pode perder aquilo que já está previsto no Orçamento. Eu acho que na questão dos *royalties* faltou razoabilidade. Virou uma questão muito passional entre Estados não produtores e Estados produtores. E o debate saiu do senso, volto a dizer, da razoabilidade.

Eu falo tudo isto, porque o veto da Presidenta Dilma foi um veto muito equilibrado. Quando a Presidenta Dilma vetou, ela respeitou a decisão do Congresso Nacional em relação a tudo daqui para frente, todo o futuro, não só o pré-sal, mas também as novas licitações da concessão. Ela respeitou, na íntegra, o projeto do Senador Wellington Dias e o substitutivo do Senador Vital do Rêgo. O que ela fez? Ela disse: não dá para mexer no que já está contratado. Ela cita aqui e baseou o seu veto num princípio claro, o art. 5º, inciso XXXVI da Constituição, que fala do direito adquirido, do ato jurídico perfeito.

Está aqui:

> *As novas regras de distribuição dos royalties, previstas no art. 3º do projeto, ao não ressalvar a sua aplicação aos contratos já em vigor, violam frontalmente o disposto no inciso XXXVI do art. 5º e no § 1º do art. 20 da Constituição.*

Ali, naquele momento, quando quiseram derrubar o veto da Presidenta Dilma, eu me lembro de ter feito vários discursos dizendo o seguinte: se os senhores derrubarem o veto, nós vamos judicializar tudo; o que está para trás, mas também o que está para frente, que os senhores conquistaram e que nós não íamos entrar na Justiça questionando.

Pois bem, é preciso ressaltar que a cautelar da Ministra Cármen Lúcia, primeiro, suspendeu não só para os contratos assinados, mas também para os futuros, inclusive para o pré-sal. A cautelar entra nisso. E eu vou ler aqui um ponto desse voto da Ministra.

> *A alteração das regras relativas ao regime de participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural ou da compensação pela exploração, sem mudança constitucional do sistema tributário, importa em desequilibrar o tão frágil equilíbrio federativo nacional; em desajustar mais ainda o regime financeiro das pessoas federadas, sem atenção aos princípios e às regras que delineiam a forma de Estado adotada constitucionalmente.*

Continua:

> *O enfraquecimento dos direitos de algumas entidades federadas não fortalece a Federação; compromete-a em seu todo. Se uma vez se desobedece à Constituição em nome de uma necessidade, outra poderá ser a inobservância de amanhã, em nome de outra, até o dia em que não haverá mais Constituição.*

Continua:

> *[...]*
> *A relevância dos fundamentos apresentados na petição inicial desta ação pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro e a plausibilidade jurídica dos argumentos nela expostos, acrescidos dos riscos inegáveis à segurança jurídica, política e financeira dos Estados e Municípios – experimentando situação de incerteza quanto às regras incidentes sobre pagamentos a serem feitos pelas entidades federais, alguns decorrentes mesmo de concessões aperfeiçoadas e dos direitos delas*

decorrentes –, impuseram-me o deferimento imediato da medida cautelar requerida.
Assim se tem resguardados, cautelarmente, direitos dos cidadãos dos Estados e dos Municípios que se afirmam atingidos em seu acervo jurídico e em sua capacidade financeira e política de persistir no cumprimento de seus deveres constitucionais.

A decisão da Ministra, Sr. Presidente, decorre do Pacto Federativo como cláusula pétrea! Uma proposta que não respeite o princípio federativo não pode sequer ser objeto de deliberação pelo Congresso Nacional.

A Constituição diz no art 60, § 4º, inciso I: "Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir (...) a forma federativa de Estado".

Devo dizer que é a mesma coisa, quando eu falo em relação ao que já foi contratado. É o art. 15, inciso XXXVI. Eu vi Senadores e Deputados hoje falando numa PEC, já que há a possibilidade de ser declarada inconstitucional. Mas se esqueceram de que o art. 5º é cláusula pétrea. Não se pode mexer em nada que modifique o direito adquirido e o ato jurídico perfeito.

Pois bem, quero voltar a essa peça fabulosa apresentada pelo Governador do Estado, mas feita pelo grande constitucionalista Luís Roberto Barroso.

A petição inicial da Adin, apresentada pelo Governo do Estado, resume a questão:

Em resumo, trata-se da violação do pacto federativo originário, e, consequentemente, da supremacia da Constituição e do princípio federativo. O pagamento de royalties e a fórmula de cobrança do ICMS sobre o petróleo no destino, e não na origem, formam um sistema que integra o pacto constituinte entre Estados produtores e não produtores.

E prossegue a petição, detalhando a questão:

O artigo 20, parágrafo primeiro, desempenha um papel muito relevante no equilíbrio federativo básico delineado pela Constituição de 1988. A partir de uma desigualdade de fato – o petróleo e outras riquezas estão concentrados no território de determinados Estados –, a Constituição instituiu um sistema jurídico de repartição dos encargos e benefícios.
[...]
Ao suprimir seletivamente um dos elementos do referido sistema – a mínima equivalência entre as participações pagas aos produtores, de um lado, e a compensação pela perda do ICMS do outro –, efetivou-se uma ruptura do próprio equilíbrio federativo: os Estados não produtores passam a se beneficiar da arrecadação do ICMS e de uma inusitada compensação por prejuízos que nunca tiveram.
Os Estados produtores ficaram tão somente com os encargos, que se renovam e aprofundam continuamente, já que os impactos da exploração continuam ocorrendo e as perdas de ICMS tendem apenas a aumentar com o avanço na exploração da camada pré-sal.
Este tipo de desequilíbrio, imposto pela maioria dos Estados não produtores, caracteriza uma verdadeira expropriação entre entes. Seria o mesmo que admitir que um bloco formado por 14 Estados determinasse o sequestro de verbas do bloco minoritário ou a ele transferisse o pagamento de suas despesas de custeio.
Por tudo isso, os dispositivos violam também o próprio núcleo do princípio federativo, substituindo o equilíbrio entre entes locais, estabelecidos pela Constituição, por um sistema casuístico e objetivamente arbitrário, imposto pela maioria eventual formada pelos Estados não produtores.

Eu tinha falado há pouco, num aparte ao Senador Eduardo Lopes, que não é porque há maioria – são 24 Estados contra 3 – que se pode passar por cima da Constituição. Há um trecho dessa Adin feita pelo grande Prof. Luís Roberto Barroso em que ele diz o seguinte: "O acordo político feito na Constituinte criou um direito, e esse direito limita a ação da política". Então, pode haver a maioria que se quiser, mas não se pode passar por cima da Constituição. E foi isso que foi feito.

Agora, Sr. Presidente, rapidamente, quero falar dos *royalties* como receita originária, de natureza compensatória.

Todos nós sabemos que *royalties* são compensações financeiras. É compensação de quê? Compensação pelo aumento de demanda por serviços públicos e atividades governamentais nas áreas de exploração; compensação pelos evidentes impactos e riscos ambientais impostos aos Estados confrontantes às áreas de produção; compensação pelo aumento de população nos Municípios produtores. Dou exemplo de Macaé: em 1980, sua população era de 78 mil habitantes; hoje, são 218 mil habitantes.

Na petição dessa Ação Direta de Inconstitucionalidade, temos o seguinte:

A Constituição exige que os Estados e Municípios produtores sejam compensados, estabelecendo uma conexão explícita entre o desenvolvimento da atividade produtiva e o direito à participação. Como se sabe, sistema similar é aplicável aos particulares em propriedade em

que venham a ser descobertas jazidas. Não se trata, portanto, de uma benesse da União ou de uma boa vontade do legislador federal. Vale notar que a alegação de que o "mar" não seria território dos Estados não tem consistência e tampouco resiste à dicção expressa do texto: para os fins do dispositivo, haverá direito à compensação, caso a exploração aconteça em terra firme, na plataforma continental, no mar ou na zona econômica exclusiva. E aqui não se trata de compensar os ônus e riscos decorrentes da exploração – o que já seria suficiente –, mas também da perda de arrecadação do ICMS.

O STF já estabeleceu que os *royalties* são uma compensação financeira vinculada aos Estados e aos Municípios em cujo território se dá a exploração e aos Estados e Municípios confrontantes, no caso de exploração marítima.

Para o STF, já houve decisões – vou ler aqui rapidamente, Senador Paulo Paim. Para o STF, os *royalties* são um direito subjetivo constitucional assegurado aos Estados produtores, e não um favor, concedido a critério da União. O próprio STF é que disse, em diversas ocasiões.

Vejam aqui o voto do Ministro Sepúlveda Pertence.

A compensação se vincula, a meu ver, não à exploração em si, mas aos problemas que gera. Com efeito, a exploração de recursos minerais e de potenciais de energia elétrica é atividade potencialmente geradora de um sem-número de problemas para os entes públicos, especialmente ambientais [...], sociais e econômicos, advindo do crescimento da população e da demanda por serviços públicos.

O Ministro Marco Aurélio disse que: "O previsto no art. 20, §1º, da Constituição Federal, não consubstancia tributo, estando alcançado pelo gênero de indenização".

A Ministra Ellen Gracie fala também:

Na forma do art. 20, §1º, da Constituição Federal, a reparação dos prejuízos decorrentes do alargamento de áreas para a construção de hidrelétricas deve ser feita mediante participação ou compensação financeira.

A própria Ministra Cármen Lúcia, na recente medida cautelar dessa Adin, diz o seguinte:

A alteração legislativa promovida a aquinhoar Estados e Municípios não ajustadados nas condições territoriais constitucionalmente descritas, com participação nos resultados da exploração de petróleo e gás natural ou com valores compensatórios, mostra-se dissonante da norma constitucional apontada como paradigma.

Chamo a atenção porque isso aqui indica uma discussão em relação ao futuro, ao pré-sal, e não só em relação ao passado.

Note-se que o recebimento de valores pagos pelos Estados e Municípios contemplados pelas regras legislativas questionadas corresponde à perda financeira e jurídica – pois de direito se cuida, segunda alega o autor, em questão a ser resolvida em julgamento de mérito da presente ação – daqueles que se põem como titulares do direito previsto no §1º art. 20 da Constituição Federal.

O direito das entidades federadas, Estados e Municípios, constitucionalmente assegurados, decorre de sua condição territorial e dos ônus que têm de suportar ou empreender pela sua geografia e, firmado nesta situação, assumir em sua geoeconomia, decorrentes daquela exploração. Daí a garantia constitucional de que participam no resultado ou compensam-se pela exploração de petróleo ou gás natural.

O mesmo argumento, Sr. Presidente – vou correr para concluir –, consta das razões do veto da Presidenta Dilma.

Veja o que diz a Presidenta Dilma. Também aponta em relação ao futuro.

Eu chamo a atenção para esse fato. Acho que faltou essa clareza aos Senadores e Deputados dos Estados não produtores. É difícil mexer no que está contratado. Isso é ato jurídico perfeito, direito adquirido. Só que eu alertei! Os votos dos Ministros do Supremo sobre essa questão assim indicam, e o veto da Presidenta Dilma também.

Vejam o que o veto da Presidenta Dilma.

Os royalties fixados na legislação em vigor constituem uma compensação financeira dada a Estados e Municípios produtores e confrontantes em razão da exploração do petróleo em seu território. Devido à sua natureza indenizatória, os royalties incorporam-se às receitas originárias destes mesmos entes, inclusive para efeitos de disponibilidade futura. [Isso aqui está no veto da Presidenta Dilma.]

Trata-se, portanto, de uma receita certa, que, em vários casos, foi objeto de securitização ou operações de antecipação de recebíveis. A alteração dessa realidade jurídica afronta o disposto no inciso XXVI do art. 5º e o princípio do equilíbrio orçamentário, previsto no art. 167, ambos da Constituição Federal.

E eu vou acabar com um último argumento: *royalties* do petróleo e o ICMS, em que há um voto do Ministro Nelson Jobim, que conta bem essa história:

Pelo pacto originário estabelecido na Constituinte, os Estados produtores, justamente por não receberem ICMS na origem do petróleo – uma exceção em nosso sistema tributário, que é alvo de tão intensas discussões na reforma do ICMS – recebem a devida compensação por meio das receitas do petróleo.

Esse direito decorre da compensação pelo ICMS, mas também pelos impactos sociais, econômicos e ambientais da exploração do petróleo em seu território. O pagamento dos *royalties* é uma compensação pelo não recebimento do ICMS na origem, que integra o pacto constituinte.

A petição inicial da Adin esclarece o argumento, Luís Roberto Barroso:

> *A participação prevista no art. 20, § 1º, da Constituição tem o objetivo de compensar o ICMS perdido pelos Estados produtores e os ônus gerados pela exploração de petróleo, o mínimo que o legislador federal deveria prever a título de participação é uma projeção do ICMS que os referidos Estados deixam de arrecadar, acrescida de um adicional, correspondente aos riscos e ônus da atividade.*
>
> *Vale observar que, nesse ponto, que já no modelo anterior a conta não fechava: o Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, deixava de arrecadar cerca de R$8 bilhões [se o ICMS fosse cobrado na origem], para receber menos de R$7 bilhões, incluindo royalties e participação especial.*

Para encerrar, vou lembrar um voto do Ministro Nelson Jobim, que já citei várias vezes aqui. Eu tentava convencer, no debate que houve aqui no Senado sobre esses aspectos constitucionais, para que facilitasse o entendimento.

Olha como o Ministro Nelson Jobim fala da criação do art. 20, §1º, ou seja, dos *royalties* do petróleo na Constituinte. Ele diz o seguinte, ele conta a experiência dele como Constituinte e diz:

> *Daí por que preciso ler o §1º do art. 20, em combinação com o inciso X do art. 155, ambos da Constituição Federal.*
>
> *O que se fez? Estabeleceu-se que o ICMS não incidiria sobre operações que se destinassem a outros Estados – petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos, gasosos e derivados e energia elétrica –, ou seja, tirou-se da origem a incidência do ICMS.*
>
> *(...)Assim, decidiu-se da seguinte forma: tira-se o ICMS da origem e se dá aos Estados uma compensação financeira pela perda dessa receita. Aí criou-se o §1º do art. 20 (...).*

E continua:

> *Então, Ministra Ellen, estou tentando recompor a questão histórica, com isso, que não é receita da União que liberalmente está dando, por convênio, ao Estado, é uma receita originária dos Estados, face à compensação financeira da exploração em seu território de um bem, de um produto, sobre o qual não incide ICMS.*

O veto da Presidenta Dilma concorda com a tese da receita originária dos Estados. E a Ministra Carmen Lúcia, no seu voto de ontem, já adianta uma posição e diz o seguinte:

> *A participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural ou compensação financeira por essa exploração acomoda-se a modelo tributário, que fixa orientação diversa para Estados titulares desse direito (previsto no §1º do art 20) e para aqueles que com tais recursos não podem contar.*

E continua:

> *Daí a norma da alínea b, do inc. X, do §2º, do art. 155 da Constituição [cita Carmen Lúcia], segundo a qual não incidirá ICMS sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados e energia elétrica. Vale dizer, [fala a Ministra Carmen Lúcia] orienta-se a hipótese de incidência tributária segundo o destino e não a origem do produto tributado, exatamente para se acomodar o regime de finanças na Federação'.*

Sr. Presidente, vou encerrar o meu pronunciamento. Agora, esse é um pronunciamento em que estudamos a decisão cautelar da Ministra Carmen Lúcia à Adin apresentada pelo Estado do Rio de Janeiro. E eu acho até graça alguém agora dizer: "Ah, vamos tentar um novo acordo!". Nós tentamos acordo o tempo inteiro. Criou-se uma maioria que gritava: "Vamos votar! Vamos votar! Vamos votar!". Não houve razoabilidade. Não houve equilíbrio. Agora eu digo: com a graça de Deus, existe um acordo constitucional neste País. E a Constituição é fruto de um pacto firmado lá atrás. Ainda bem que nós temos um acordo constitucional. Nós agora queremos essa cautelar. O Rio de Janeiro respirou aliviado, porque o Estado e os Municípios podiam quebrar a qualquer momento. Mas nós queremos muito. Penso que pode haver muitos ensinamentos a este Congresso em outros pontos que nós temos que discutir: a construção de acordos, não passar por cima da Constituição.

Creio que o Supremo vai estabelecer uma coisa muito importante aqui: na discussão da Federação, nós temos que respeitar os Estados também. Não é maioria eventual, que nós vamos aqui modificando e passando por cima de regimentos. Na votação aqui, passaram por cima do Regimento do Congresso Nacional, por cima da Constituição.

Então, eu devo dizer que nós, do Rio de Janeiro, o Governo do Estado do Estado do Rio de Janeiro apresentou sua ação direta de inconstitucionalidade, não só defendendo o que está para trás, mas em cima desses pontos que são muito fortes em relação ao futuro. E eu penso que faltou equilíbrio, naquela hora da votação, às Lideranças dos Estados não produtores...

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – ... para que construíssemos um acordo naquele momento.

Agora, toda a nossa esperança está depositada no Supremo Tribunal Federal. E nós sabemos que o bom Direito está do nosso lado. Vamos acompanhar esse julgamento do mérito da ação direta de inconstitucionalidade com muita esperança. O Rio de Janeiro tem certeza de que o bom Direito está ao nosso lado.

Muito obrigado. Agradeço muito ao Presidente, o Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Senador Lindbergh Farias.

Senador Lindbergh, a sessão do dia de hoje foi considerado por todos uma sessão histórica, quando, enfim, depois de 70 anos de CLT, a completar este ano, o Senado aprova, por unanimidade, tanto a PEC original como as emendas, reconhecendo os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras domésticos, o que mostra o compromisso desta Casa com os mais pobres.

Que bom a gente poder dizer que, a partir da aprovação definitiva da PEC, que será na próxima terça-feira, esses mais de quatro ou cinco milhões de trabalhadores terão os mesmos direitos dos outros celetistas!

Eu chego a dizer que isso vai melhorar o mercado de trabalho para as empregadas domésticas, ao contrário daqueles que dizem que vai diminuir a oferta de empregos nessa área, porque, agora, com essa segurança jurídica, com certeza absoluta, as pessoas vão perceber que é melhor assinar a carteira, cumprir o que manda a CLT e ter um empregado, uma empregada que atenda àquilo que a família gostaria como bom atendimento naquela atividade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 177, DE 2013

Requer voto de pesar pelo falecimento da Sra. Cléa de Melo Cavalcanti.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de voto de pesar pelo falecimento da Sra. Cléa de Melo Cavalcanti, mãe dc Senador Mozarildo Cavalcanti, ocorrido hoje, 19 de março de 2013.

Requeiro, mais, que este voto seja levado ao conhecimento do Senador Mozarildo Cavalcanti e, por seu intermédio, aos demais familiares.

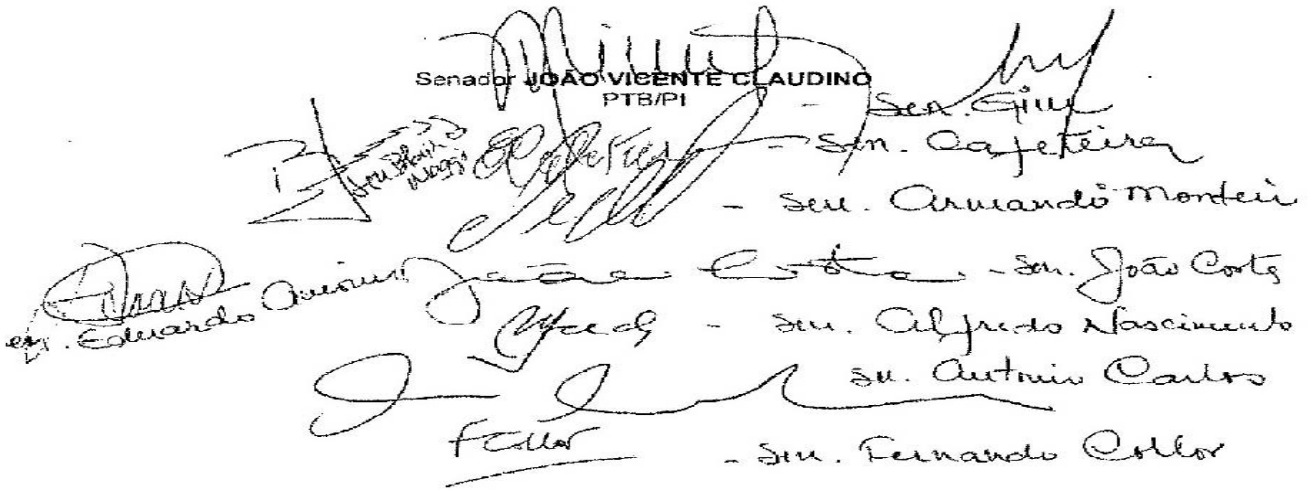
Justificação

O voto de pesar ora requerido ao Senado da República é um preito de saudade a Dona Cléa. Era um exemplo, conforme sempre ressaltou o Senador Mozarildo.

Sua vida sempre foi pautada pelo seu comprometimento, retidão e honestidade. Era muito querida na cidade de Boa Vista, no Estado de Roraima.

Por estas razões, Dona Cléa de Melo Cavalcanti é merecedora da homenagem póstuma desta Casa.

Sala das Sessões, 19 de março de 2013.



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência do Senado Federal recebeu, por meio do **Ofício nº 31**, Relatório de Viagem do Senador Roberto Requião, referente ao Requerimento nº 10, de 2013, de missão, no qual relata visita oficial à Polônia, no período de 19 a 23 de fevereiro de 2013.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 31/2013

Brasília, 19 de março de 2013

Assunto: Relatório de Participação na Missão Parlamentar Brasil/Polônia

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, tenho a satisfação de encaminhar a Vossa Excelência o Relatório de minha Participação na **MISSÃO PARLAMENTAR BRASIL/POLÔNIA**, realizada em fevereiro de 2013, contendo um resumo de eventos em que participei e autoridades contatadas.

Na certeza da atenção de Vossa Excelência ao documento em apreço, renovo-lhe votos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Roberto Requião.**

RELATÓRIO DE VIAGEM DO SENADOR ROBERTO REQUIÃO À POLÔNIA, EM FEVEREIRO DE 2013

O Senador Roberto Requião, na qualidade de membro do Grupo Brasil-Polônia (criado pela Resolução nº 64, de 2003) ausentou-se do Brasil, no período de 15 a 28 de fevereiro de 2013, com o fim de, por indicação da Presidência do Senado, representar a Casa em reunião daquele Grupo.

A viagem foi autorizada por meio da aprovação do Requerimento nº 10/2013, em 5-2-2013 e decorreu de convite do Grupo Polonês — UNIÃO INTERPARLAMENTAR, aqui anexado em Português e em Polonês, encaminhado a este Senado por meio de ofício do Embaixador da Polônia, também anexado.

Nesse período, participou dos seguintes eventos:

• Visita à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal da Polônia, em que foram discutidos temas de interesse comum dos dois países;

• Entrevista com o Ministro da Economia da Polônia;

• Encontro com os membros da Câmara Econômica Nacional;

• Encontro com autoridades da Cracóvia;

• Visita ao Campo de Concentração de Aushwitz.

Participaram da missão o Senador Acir Gurgacz, presidente do Grupo Parlamentar Brasil/Polônia, e este signatário, como presidente do Parlasul.

A missão serviu para estreitar as relações entre os parlamentos dos dois países, assim como para estreitar as relações diplomáticas e comerciais entre o Brasil e a Polônia, principalmente no campo da agricultura, meio ambiente.

As audiências e debates ocorreram no Parlamento Polonês, nas comissões de Agricultura e de Meio Ambiente, no Ministério da Economia, e na Câmara Econômica Nacional, em Varsóvia, capital da Polônia.

Na segunda etapa da missão ocorreram as visitas técnicas em várias regiões da Polônia e uma audiência com o governador da Cracóvia.

Nos últimos anos, têm sido registradas taxas significativas de crescimento do comércio entre Brasil e Polônia. De 2007 a 2011, o intercâmbio comercial aumentou 76% passando de US$ 540 milhões para US$ 948 milhões no período. As exportações brasileiras para a Polônia são compostas, na maioria do comércio, por produtos manufaturados, que representaram 54% das vendas em 2011.

Os governos do Brasil e da Polônia querem ampliar as parcerias comerciais para incrementar as relações econômicas entre ambos. Em novembro de 2012, o ministro das Relações Exteriores da Polônia, Radoslaw Sikorski, veio ao Brasil acompanhado por uma delegação de 60 empresários para reuniões em Brasília, São Paulo e no Rio de Janeiro.

A intenção é negociar principalmente nas áreas de gás, petróleo, infraestrutura e indústria pesada. Em 2012, a Comissão de Agricultura do Senado recebeu o vice-ministro da Agricultura, Tadeuz Nalewajk. Na ocasião foram discutidos alguns entraves burocráticos que dificultam a relação comercial entre os dois países.

Nesta missão, com os parlamentares poloneses e com representantes do governo da Polônia, estes aspectos da relação comercial que dificultam uma aproximação maior com o Brasil, também foram tratados, como os subsídios concedidos pelos governos europeus aos produtores rurais, que impedem uma competição justa com os produtos brasileiros, a legislação ambiental, como o Código Florestal – que assegura o uso sustentável do solo e dos recursos florestais brasileiros, com o estatuto da Reserva Legal, e a matriz energética dos dois países.

Enquanto o Brasil tem uma matriz energética de base hídrica, uma das mais limpas do mundo, a Polônia e muitos países do Leste Europeu possuem no carvão a sua base energética.

Autoridades contatadas durante a missão:

• Jorge Geraldo Kadri, embaixador brasileiro na Polônia

• Bogdan Borusewicz, presidente do Senado da Polônia

• Bronislaw Komorowski, presidente da Câmara Baixa do Parlamento

• Radoslaw Sikorski, ministro das Relações Exteriores da Polônia

• Grazyna Henclewska, ministra da Economia

• Ilona Antoniszyn-Klik, vice-ministra da Economia

• Tadeuz Nalewajk, vice-ministro da Agricultura

• Jacek Majchrowski, governador da Cracóvia

• Elzbieta Janowska-Moniusku, Relações Internacionais do Parlamento

• Jan Krzysztof Ardanowski, vice-presidente da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Parlamento

• Krzysztof Gadowski, membro do Parlamento

• Adam Rybakowicz, membro do Parlamento

• Wojciech Szarama, membro do Parlamento – Comissão de Meio Ambiente.

• Stanislaw Zelichoweski, membro do Parlamento – Comissão de Meio Ambiente

• Katarzyna Matusik-Lipiec, membro do Parlamento

Segue, ainda, em anexo, o roteiro de voos da viagem.

Senador **Roberto Requião.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Ofício vai à publicação.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Sr. Senador Ciro Nogueira enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, hoje, 19 de março, Dia de São José, é um dia muito especial para os piauienses e para os nordestinos. Acredita-se que as localidades que receberam chuva até esta data serão abençoadas com uma boa safra. Se chover exatamente no dia de hoje, aí sim podemos esperar uma grande colheita... E, graças a Deus, tive a boa notícia de que em Teresina e em algumas regiões do meu querido Piauí choveu no dia de hoje!

Desde a minha infância tenho visto a fé e a esperança do povo nordestino de que chuva nesta época do ano trará a fartura para o sertanejo, para o homem do campo, para as famílias do meu nordeste. Agora, com a chuva que cai no meu Estado, essa esperança é renovada.

Mas, Senhor Presidente, quero apenas registrar que o estado do Piauí enfrenta a pior seca dos últimos 40 anos. Em grande parte dos municípios os níveis nos reservatórios estão muito abaixo da capacidade, se comparado ao mesmo período no ano passado.

O retrato do semiárido é o de desolação e de muitos prejuízos para a agricultura e para a pecuária. Para se ter uma ideia, a seca hoje atinge mais de um milhão de pessoas em 203 dos 224 municípios do Piauí. A situação é tão crítica, que 194 desses municípios foram declarados em estado de emergência pela Secretaria Nacional de Defesa Civil.

E não é só o semiárido que enfrenta os efeitos da seca prolongada. A estiagem também já atinge a região do cerrado, uma área em que normalmente as chuvas anuais são suficientes. Lamentavelmente, os agricultores do cerrado também foram surpreendidos com perdas nas safras em consequência da dura seca enfrentada em quase todo o Piauí.

Senhor presidente, Senhoras e Senhores Senadores, os diversos programas do governo federal contribuem para minimizar os efeitos da seca e os esforços da presidenta Dilma nesse sentido são louváveis.

Entretanto, tenho defendido a execução de obras importantes para o fornecimento permanente de água, como barragens, cisternas, adutoras e poços. Tenho, inclusive, defendido a destinação de recursos para a construção da Adutora do Semiárido e a conclusão da barragem de Tinguis, que serão importantes canais de combate à estiagem, além de promover o desenvolvimento local.

Lamentavelmente, administrações ao longo da história não prepararam o nosso Estado para enfrentar fenômenos naturais como a seca. Por isso, quero alertar o governo estadual para a importância de se trabalhar com uma visão de longo prazo, quando devem ser priorizadas ações para o enfrentamento de episódios futuros de seca.

O Piauí precisa de um projeto em que sejam identificados os problemas e apontados os caminhos para o combate efetivo dos efeitos da seca. Falta para o nosso Estado um grande projeto, como o do Canal do Sertão Alagoano, uma das maiores obras de infraestru-

tura hídrica do Nordeste, que vai beneficiar mais de 1 milhão de pessoas na região quando estiver concluída. Infelizmente, uma iniciativa desse porte, que envolva ações permanentes e de longo prazo, os governos do Estado ainda não foram capazes de realizar.

Repito agora o que disse em outra oportunidade, daqui mesmo dessa tribuna – temos que decidir hoje como será o futuro de nossos filhos e netos. As obras que aliviarão sofrimentos futuros deverão ser definidas agora.

E, enquanto não contamos com essa estrutura hídrica, vamos rezando para que São José se compadeça do povo piauiense e mande ainda mais chuva – chuva em abundância – a todos os recantos do meu querido Piauí.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Enfim, uma sessão histórica. Em homenagem às empregadas e empregados domésticos, nós encerraremos a sessão no dia de hoje. A minha fala fica para amanhã, depois de amanhã, já que falo quase todos os dias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srªs e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2013

(Proveniente da Medida Provisória nº 586, de 2012)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2013, na forma do texto aprovado na Câmara dos Deputados, que *dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e altera as Leis nºs 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e 10.260, de 12 de julho de 2001 (proveniente da Medida Provisória nº 586, de 2012).*

Parecer sob nº 2, de 2013, da Comissão Mista, Relator: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE); e Relator Revisor: Deputado Márcio Macêdo (PT/SE), favorável, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2013, que oferece.

(Lido no Senado Federal no dia 7.3.2013)

(Sobrestando a pauta a partir de 24.12.2012)

Prazo final prorrogado: 18.4.2013

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2013

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 147, de 2013)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2013 (nº 4.787/2012, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *dispõe sobre as tabelas de salários, vencimentos, soldos e demais vantagens aplicáveis aos servidores civis, aos militares e aos empregados oriundos do ex-Território Federal de Rondônia integrantes do quadro em extinção de que trata o art. 85 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, e dá outras providências.*

Pendente de parecer da CCJ.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2011

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que *acrescenta § 2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades.*

Parecer favorável, sob nº 1.665, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Anibal Diniz.

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 576, DE 2012

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 576, de 2012 (apresentado como conclusão do Parecer nº 51, de 2012, da Comissão Mista, Relator: Senador Jayme Campos), que *aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 83, de 2012.*

5

REQUERIMENTO Nº 116, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 116, de 2013, do Senador Jayme Campos, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2010, dos Projetos de Lei do Senado nºs 108 e 385, de 2003; 68, de 2004; 145, de 2005; 208, 463, 581 e 586, de 2007; 301, de 2008; 375, 466 e 539, de 2009; 303 e 326, de 2010; 16, 35, 69, 137, 157, 214, 328, 334, 335, 364, 373, 524, 580, 618 e 663, de 2011; 48, 49, 91 e 390, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma (benefícios do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 57 minutos.)

Agenda Cumprida pelo Presidente Renan Calheiros

19/03/2013
terça-feira

12h	**Assinatura do Termo de Cooperação Mútua entre o Senado Federal e o Conselho da Justiça Federal com o Ministro Felix Fischer** Sala de Audiências
12h30	**Recebe o Ex- Deputado João Bosco Costa, de Sergipe** Sala de Audiências
15h	**Reunião da Bancada do PMDB** Gabinete da Liderança do PMDB
16h	**Ordem do Dia** Plenário
16h30	**Visita ao Ministro Joaquim Barbosa, Presid. STF** Supremo Tribunal Federal

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia
Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro
Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão
Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará
Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco
Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo
Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais
Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás
Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Morais** (S)

Mato Grosso
Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul
Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba
Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo
Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí
Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte
Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina
Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas
Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas
Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná
Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre
Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul
Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal
Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia
Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins
Bloco-PSD - Kátia Abreu*
Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
Bloco-PPL - João Costa** (S)

Amapá
Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima
Bloco-PTB - Sodré Santoro* (S)
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos
*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 28
PMDB-20 / PP-5 / PSD-2 / PV-1

Ana Amélia. . . . . PP/RS
Benedito de Lira. . . . . PP/AL
Casildo Maldaner. . . . . PMDB/SC
Ciro Nogueira. . . . . PP/PI
Clésio Andrade. . . . . PMDB/MG
Eduardo Braga. . . . . PMDB/AM
Eunício Oliveira. . . . . PMDB/CE
Francisco Dornelles. . . . . PP/RJ
Garibaldi Alves. . . . . PMDB/RN
Ivo Cassol. . . . . PP/RO
Jader Barbalho. . . . . PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos. . . . . PMDB/PE
João Alberto Souza. . . . . PMDB/MA
José Sarney. . . . . PMDB/AP
Kátia Abreu. . . . . PSD/TO
Lobão Filho. . . . . PMDB/MA
Luiz Henrique. . . . . PMDB/SC
Paulo Davim. . . . . PV/RN
Pedro Simon. . . . . PMDB/RS
Renan Calheiros. . . . . PMDB/AL
Ricardo Ferraço. . . . . PMDB/ES
Roberto Requião. . . . . PMDB/PR
Romero Jucá. . . . . PMDB/RR
Sérgio Petecão. . . . . PSD/AC
Sérgio Souza. . . . . PMDB/PR
Valdir Raupp. . . . . PMDB/RO
Vital do Rêgo. . . . . PMDB/PB
Waldemir Moka. . . . . PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 24
PT-12 / PDT-5 / PSB-4 / PC DO B-2
PRB-1

Acir Gurgacz. . . . . PDT/RO
Ana Rita. . . . . PT/ES
Angela Portela. . . . . PT/RR
Anibal Diniz. . . . . PT/AC
Antonio Carlos Valadares. . . . . PSB/SE
Cristovam Buarque. . . . . PDT/DF
Delcídio do Amaral. . . . . PT/MS
Eduardo Lopes. . . . . PRB/RJ
Eduardo Suplicy. . . . . PT/SP
Humberto Costa. . . . . PT/PE
Inácio Arruda. . . . . PC DO B/CE
João Capiberibe. . . . . PSB/AP
João Durval. . . . . PDT/BA
Jorge Viana. . . . . PT/AC
José Pimentel. . . . . PT/CE
Lídice da Mata. . . . . PSB/BA
Lindbergh Farias. . . . . PT/RJ
Paulo Paim. . . . . PT/RS
Pedro Taques. . . . . PDT/MT
Rodrigo Rollemberg. . . . . PSB/DF
Vanessa Grazziotin. . . . . PC DO B/AM
Walter Pinheiro. . . . . PT/BA
Wellington Dias. . . . . PT/PI
Zeze Perrella. . . . . PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 16
PSDB-12 / DEM-4

Aécio Neves. . . . . PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira. . . . . PSDB/SP
Alvaro Dias. . . . . PSDB/PR
Ataídes Oliveira. . . . . PSDB/TO
Cássio Cunha Lima. . . . . PSDB/PB
Cícero Lucena. . . . . PSDB/PB
Cyro Miranda. . . . . PSDB/GO
Flexa Ribeiro. . . . . PSDB/PA
Jayme Campos. . . . . DEM/MT
José Agripino. . . . . DEM/RN
Lúcia Vânia. . . . . PSDB/GO
Maria do Carmo Alves. . . . . DEM/SE
Mário Couto. . . . . PSDB/PA
Paulo Bauer. . . . . PSDB/SC
Ruben Figueiró. . . . . PSDB/MS
Wilder Morais. . . . . DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 12
PTB-6 / PR-4 / PSC-1 / PPL-1

Alfredo Nascimento. . . . . PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues. . . . . PR/SP
Armando Monteiro. . . . . PTB/PE
Blairo Maggi. . . . . PR/MT
Eduardo Amorim. . . . . PSC/SE
Epitácio Cafeteira. . . . . PTB/MA
Fernando Collor. . . . . PTB/AL
Gim. . . . . PTB/DF
João Costa. . . . . PPL/TO
João Vicente Claudino. . . . . PTB/PI
Magno Malta. . . . . PR/ES
Sodré Santoro. . . . . PTB/RR

PSOL - 1

Randolfe Rodrigues. . . . . AP

Bloco Parlamentar da Maioria	28
Bloco de Apoio ao Governo	24
Bloco Parlamentar Minoria	16
Bloco Parlamentar União e Força	12
PSOL	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)
Ataídes Oliveira** (Bloco-PSDB-TO)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)
Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)
Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)
Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)
Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)
Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)
Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)
Gim* (Bloco-PTB-DF)
Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)
Inácio Arruda* (Bloco-PC DO B-CE)
Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)
Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)
Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)
Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)
João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)
João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)
João Costa** (Bloco-PPL-TO)
João Durval* (Bloco-PDT-BA)
João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)
Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)
José Agripino** (Bloco-DEM-RN)
José Pimentel** (Bloco-PT-CE)
José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)
Kátia Abreu* (Bloco-PSD-TO)
Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)
Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)
Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)
Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)
Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)
Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Randolfe Rodrigues** (PSOL-AP)
Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Sérgio Souza** (Bloco-PMDB-PR)
Sodré Santoro* (Bloco-PTB-RR)
Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Vanessa Grazziotin** (Bloco-PC DO B-AM)
Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Wilder Morais** (Bloco-DEM-GO)
Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1ª VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos - (DEM-MT)

3ª - João Durval - (PDT-BA)

4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (66,69)

.....

Líder do PMDB - 20

Eunício Oliveira (66,69)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (106)
Romero Jucá (40,105)

Líder do PP - 5

Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,89)

Líder do PSD - 2

Sérgio Petecão (85,88)

Vice-Líder do PSD
Kátia Abreu (11,13,52,61,86)

Líder do PV - 1

Paulo Davim (76)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12

Líder
Gim - Bloco (56,59,60)

Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,67)
Eduardo Amorim (17,47,48,73)
João Costa (82,83)
Blairo Maggi (19,51)

.....

Líder do PTB - 6

Gim (56,59,60)

Líder do PR - 4

Alfredo Nascimento (41,67)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (93)

Líder do PSC - 1

Eduardo Amorim (17,47,48,73)

Líder do PPL - 1

João Costa (82,83)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24

Líder
Wellington Dias - Bloco (25,71,92)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,70,94)
Rodrigo Rollemberg (68,100)
Inácio Arruda (90,101)
Eduardo Lopes (37,44,65,102)

.....

Líder do PT - 12

Wellington Dias (25,71,92)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,26,96)
Anibal Diniz (27,97)
Paulo Paim (98)
Eduardo Suplicy (99)

Líder do PDT - 5

Acir Gurgacz (49,55,70,94)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (87)

Líder do PSB - 4

Rodrigo Rollemberg (68,100)

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata (30,39,84)

Líder do PC DO B - 2

Inácio Arruda (90,101)

Vice-Líder do PC DO B
Vanessa Grazziotin (1,91)

Líder do PRB - 1

Eduardo Lopes (37,44,65,102)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (38)

Vice-Líderes
Gim (56,59,60)
Benedito de Lira
Lídice da Mata (30,39,84)
Jorge Viana
Vital do Rêgo

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16

Líder
Mário Couto - Bloco (32,62)

Vice-Líderes
Wilder Morais (103)
Ataídes Oliveira (104)
Cyro Miranda (33,95)

.....

Líder do PSDB - 12

Aloysio Nunes Ferreira (7,63)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (75)
Alvaro Dias (79)
Paulo Bauer (5,31,80,81)

Líder do DEM - 4

José Agripino (2,10,14,45,46,78)

PSOL - 1

Líder
Randolfe Rodrigues - PSOL (18,77)

Notas:
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.

3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1° e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011,lido na sessão do dia 1° de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2° Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3° Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1° Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento n° 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM n° 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF n° 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. N° 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. n° 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. N° 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB N° 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB N° 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT N° 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT N° 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG N° 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Paulo Bauer é designado 5° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Mário Couto é designado 4 ° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senador Cyro Miranda é designado 1° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Flexa Ribeiro é designado 2° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. n° 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC N° 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem n° 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. n° 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2° Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB n° 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1° Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. n° 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2° Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. n° 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.

43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVALV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. O senador Mozarildo Cavalcanti está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 12/12/2012 a 12/04/2013.
59. Em 19.12.2012, foi lido o OF. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
61. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
62. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
63. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
66. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.
67. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
68. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
69. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
70. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
71. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
72. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
73. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
74. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
75. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
76. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
77. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.

78. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
81. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
82. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
83. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
84. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
85. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Více-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
87. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
88. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
89. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
90. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
93. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
94. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Wilder Morais é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
105. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI SOBRE VIOLAÇÃO AO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Waldemir Moka (PMDB-MS) (2)	1. Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) (2)
Sérgio Souza (PMDB-PR) (2)	2.
Vital do Rêgo (PMDB-PB) (2)	3.
Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Humberto Costa (PT-PE) (5)	1. Pedro Taques (PDT-MT) (5)
Paulo Paim (PT-RS) (5)	2. Eduardo Lopes (PRB-RJ) (5)
Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (5)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. João Costa (PPL-TO) (4)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

Notas:

*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4°, do RISF.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.17/2013-GLDEM).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. n° 80/2013 - GLPMDB).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.86/2013-GLPSDB).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008
Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (3)
Senador José Pimentel (PT) (1)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (4)
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)
Membro da Comissão Diretora

Notas:
*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).
**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.
***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.
****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.
*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.
******. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.
1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio
Telefone(s): 33033511
Fax: 33031176
E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012
Designação: 28/02/2012

MEMBROS
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)
Senador Delcídio do Amaral (PT) (3)
Senador Paulo Paim (PT) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)
Senador Sérgio Souza (PMDB) (2)
Senadora Ana Amélia (PP) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB) (1)

Notas:
1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).
2. Em 05.03.2012, o Senador Ségio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012
Designação: 04/04/2012
Instalação: 13/11/2012
Prazo final: 22/12/2012
Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT) (3)	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) (3)
Senadora Lídice da Mata (PSB) (3)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (4)	1. Senador Benedito de Lira (PP) (4)
Senador Paulo Davim (PV) (4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) (1)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) (5)

Notas:
*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).
**. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.
1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).
4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).
5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

4) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)
RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) (1)

Designação: 17/07/2012
Instalação: 08/08/2012
Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em: 28/11/2012
Relatórios Parciais - prazo sobrestado: 11/02/2013
Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado: 26/02/2013
Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado: 12/03/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT) (4,5)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) (2)	3. Senadora Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	4. VAGO (3,8)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB) (7,9)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. Senador João Costa (PPL) (6,10,11)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 236, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 09/08/2012 a 04/12/2012 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Suspensão de Prazo : 28/11/2012 a (Art. 118, § 4º, do RISF)

Notas:
*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

**. Em 15.08.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação do PLS nº 236/2012: Apresentação de Emendas - 09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 06 a 20/09/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis).
***. Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 05/10 a 05/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 06 a 20/11/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 21/11 a 04/12/2012 (dez dias úteis).
*****. Em 25.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 859, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 05/10 a 05/11/2012; Relatórios Parciais - 06/11 a 20/11/2012; Relatório do Relator-Geral - 21/11 a 27/11/2012; Parecer Final da Comissão - 28/11 a 04/12/2012.
******. Em 30.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 903, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/12/2012; Relatórios Parciais - 05/12 a 11/02/2013; Relatório do Relator-Geral - 12 a 26/02/2013; Parecer Final da Comissão - 27/02 a 12/03/2013.
*******. Em 28.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.034, de 2012, que suspende o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012.
1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).
2. Em 14.08.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).
3. Em 04.09.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PMDB pelo PSDB (Ofícios Nºs 172/2012-GLPSDB e 288/2012-GLPMDB).
4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
5. Em 17.10.2012, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 135/2012-GLDBAG).
6. Em 23.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 161/2012-BLUFOR).
7. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
9. Em 28.11.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 240/2012-GLPSDB).
10. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
11. Em 27.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 36/2013, designando o Senador João Costa, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33031176
E-mail: rprado@senado.gov.br

5) CT- COMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) (3)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012
Designação: 17/04/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)	1. Senador Luiz Henrique (PMDB) (2,4)
Senador Paulo Davim (PV) (2,4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) (1)

Notas:
*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Graziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.
1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).
2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.
3. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CTS, que comunica a instalação da Comissão, bem como a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Humberto Costa para Presidente e Relator, respectivamente.
4. Em 19.03.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 116/2013).

6) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012
Instalação: 30/08/2012
Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em: 05/02/2013
Relatórios Parciais - prazo sobrestado: 05/04/2013
Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado: 06/05/2013
Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado: 04/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO (7)
Senador Casildo Maldaner (PMDB)	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. VAGO (2)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. VAGO (5)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) (6)
Senador Fernando Collor (PTB)	2. Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) (1,3,4)	

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DOS
PROJETO DE LEI DO SENADO 281, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 282, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 283, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 31/08/2012 a 05/02/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 06/02/2013 a 05/04/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
Reletório do Relator-Geral : 08/04/2013 a 06/05/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
Parecer Final da Comissão : 07/05/2013 a 04/06/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:
*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
**. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.
***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Morais como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
*****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.
******. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).
*******. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1° a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).
********. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).
*********. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).
**********. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).
***********. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.
1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).
3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).
4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).
5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

7) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE REALIZAR ESTUDOS E PROPOR ATUALIZAÇÃO DA LEP

Finalidade: Realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais - LEP (Lei nº 7.210, de 1984), no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Requerimento nº 848, de 2012, do Senador José Sarney, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Sidnei Agostinho Beneti

Designação: 22/11/2012

MEMBROS

Sidnei Agostinho Beneti
Gamil Föppel El Hireche
Carlos Pessoa de Aquino
Edemundo Dias de Oliveira Filho
Denis de Oliveira Praça
Maria Tereza Uille Gomes
Marcellus Ugiette

Secretário(a): REINILSON PRADO
Telefone(s): 33033492
Fax: 33031176
E-mail: rprado@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO

Finalidade: Elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Requerimento nº 702, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 29.08.2012, aditado pelo Requerimento nº 854, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Luis Felipe Salomão

Designação: 22/11/2012

MEMBROS

Luis Felipe Salomão
Marco Maciel
José Antônio Fichtner
Caio Cesar Rocha
José Rogério Cruz e Tucci
Marcelo Rossi Nobre
Francisco Antunes Maciel Müssnich
Tatiana Lacerda Prazeres
Adriana Braghetta
Carlos Alberto Carmona
Eleonora Coelho
Pedro Paulo Guerra de Medeiros
Silvia Rodrigues Pereira Pachikoski
Francisco Maia Neto
Ellen Gracie Northfleet
André Chateubriand Pereira Diniz Martins
José Roberto de Castro Neves
Marcelo Henrique Ribeiro de Oliveira
Walton Alencar Rodrigues

Notas:
*. Em 28.11.2012, aprovado o Requerimento nº 1.022, de 2012, que amplia em 4 o quantitativo de vagas da Comissão.

Secretário(a): GUILHERME BRANDÃO
Telefone(s): 33033508
Fax: 33031176
E-mail: gbrandao@senado.gov.br

9) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A CRISE NA FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, a crise institucionalizada na Federação Paraense de Futebol - FPF, assegurada a participação de dois membros da região Norte do País.

(Requerimento nº 930, de 2012, do Senador Mário Couto)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Mário Couto (PSDB) (1)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB) (1)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
	1. Senador Magno Malta (PR) (2)

Notas:

2. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 208/2012, designando Magno Malta como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

1. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPSDB nº 4/2013, designando o Senador Mário Couto como membro titular e o Senador Flexa Ribeiro como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.

10) CT - LEVANTAMENTO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE À PREVENÇÃO E COMBATE DE INCÊNDIOS NO BRASIL

Finalidade: Realizar levantamento da legislação pertinente à prevenção e combate de incêndios no Brasil, e elaborar proposta concreta, eficaz e de alcance nacional das normas técnicas necessárias, tendo como referência rigorosos padrões internacionais.

(Requerimento nº 18, de 2013, da Senadora Ana Amélia)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Pedro Simon (PMDB) (2)	1. Senador Romero Jucá (PMDB) (2)
Senadora Ana Amélia (PP) (2)	2. Senador Sérgio Souza (PMDB) (2)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Paulo Paim (PT) (4)	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) (4)
Senador Jorge Viana (PT) (4)	2. Senador Eduardo Suplicy (PT) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) (3)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Gim (PTB) (1)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) (1)

Notas:

1. Em 06.03.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 40/2013, designando o Senador Gim, como membro titular, e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
2. Em 06.03.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 77/2013, designando o Senador Pedro Simon e a Senadora Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá e Sérgio Souza, como membros suplentes, para compor o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
3. Em 15.03.2013 é designado o Senador Cyro Miranda como membro titular para compor o Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.94/2013-GLPSDB).
4. Em 19.03.2013, são designados como membros titulares os Senadores Paulo Paim e Jorge Viana, e como membro suplentes os Senadores Inácio Arruda e Eduardo Suplicy para comporem o Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 49/2013).

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (59)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) (59)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (13)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) (10,14,62)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) (33)
José Pimentel (PT) (9,10)	3. Anibal Diniz (PT) (41,42)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (58)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (34,35,46,47)	6. Cristovam Buarque (PDT) (8)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (63,66)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) (63,67)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (29)	
Eduardo Braga (PMDB) (61)	1. Casildo Maldaner (PMDB) (61)
Sérgio Souza (PMDB) (61)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (17,22,61)
Jader Barbalho (PMDB) (36,37,49,50,61)	3. VAGO (61)
Roberto Requião (PMDB) (61,65)	4. Eunício Oliveira (PMDB) (61,64)
Vital do Rêgo (PMDB) (61)	5. Waldemir Moka (PMDB) (61)
Romero Jucá (PMDB) (61,64)	6. Clésio Andrade (PMDB) (3,7,16,26,27,61)
Luiz Henrique (PMDB) (61)	7. Ana Amélia (PP) (61)
Ivo Cassol (PP) (61)	8. Ciro Nogueira (PP) (61)
Francisco Dornelles (PP) (11,12,18,20,61)	9. Benedito de Lira (PP) (5,61)
Kátia Abreu (PSD) (23,25,43,44,55,60,61)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,56)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) (56)
Cyro Miranda (PSDB) (56)	2. Aécio Neves (PSDB) (2,56)
Alvaro Dias (PSDB) (56)	3. Paulo Bauer (PSDB) (56)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (30,31,32)
Jayme Campos (DEM) (30)	5. Wilder Morais (DEM) (4,15,40)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (45,29)	
Armando Monteiro (PTB) (68)	1. João Vicente Claudino (PTB) (68)
Gim (PTB) (68)	2. Eduardo Amorim (PSC) (48,68)
Blairo Maggi (PR) (26,27,28,53,68)	3. João Costa (PPL) (38,39,51,52,68)

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Antonio Carlos Rodrigues (PR) (6,54,68)	4. Alfredo Nascimento (PR) (21,68)

PSD PSOL (24)

	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (57)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

***********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

************. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro sumplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).
11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 32/2012).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (OF. Nº 0012/2013-GLPSD).
58. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
59. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 007/2013 - CAE).
60. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
61. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
64. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
65. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
67. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
68. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (1)	
VAGO (5,6)	1. VAGO (3,4)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:
1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (36)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (36)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (8)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) (26)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) (18)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (22)	
Waldemir Moka (PMDB) (23,35)	1. Sérgio Souza (PMDB) (6,17,23,30,35)
Roberto Requião (PMDB) (2,23,35,37)	2. Pedro Simon (PMDB) (23,30,35)
Casildo Maldaner (PMDB) (3,4,23,35)	3. Eduardo Braga (PMDB) (23,30,35)
Vital do Rêgo (PMDB) (23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) (23,30,35,37)
João Alberto Souza (PMDB) (23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) (23,30,35)
Ana Amélia (PP) (14,15,16,21,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) (10,23,30,35)
Paulo Davim (PV) (23,25,30,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) (23,30,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) (34)	1. Aécio Neves (PSDB) (34)
Lúcia Vânia (PSDB) (34)	2. Cyro Miranda (PSDB) (9,11,13,34)
VAGO (7,9,34,40)	3. Paulo Bauer (PSDB) (34)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (27,22)	
Sodré Santoro (PTB) (31,38,41)	1. Armando Monteiro (PTB) (41)
Eduardo Amorim (PSC) (1,5,41)	2. João Vicente Claudino (PTB) (24,41)
João Costa (PPL) (28,29,32,39,41)	3. VAGO (19,20,33,41)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.
********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
***********. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)
5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)
6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).
10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)
14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).
18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).
19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.
24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).
25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).
26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (OF. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão(OF. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo
Reuniões: quintas-feiras, às 11h30 - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303 4608
Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2)	1. Maria do Carmo Alves (DEM) (1)

Notas:
1. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
***. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Lindbergh Farias e Wellington Dias como membros titulares, e Rodrigo Rollemberg e Lídice da Mata como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Waldemir Moka e Casildo Maldaner como titulares, e Ana Amélia e Eduardo Amorim como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Marisa Serrano como titular e Cyro Miranda como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo
Telefone(s): 3303 4608
Fax: 3303 3652

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) (1)	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
VAGO (4)	1. VAGO (2)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:
1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
2. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
***. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Humberto Costa e Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e João Durval e Wellington Dias como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Eduardo Amorim e Waldemir Moka como titulares, e Vital do Rego e Ana Amélia como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Lúcia Vânia como titular e Maria do Carmo Alves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo
Telefone(s): 3303 4608
Fax: 3303 3652

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Paulo Paim (PT)	1. VAGO (6,7,8,9)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO (1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO (4)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) (3)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 1°.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
7. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais.
8. Em 31.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador VIcentinho Alves (Of. nº 189/2012 - PRESIDÊNCIA/CAS).
9. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata como membros titulares, e Vicentinho Alves e João Pedro como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Casildo Maldaner e Ricardo Ferraço como titulares, e Eduardo Amorim e Sérgio Petecão como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Paulo Bauer como titular e Aécio Neves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Instalação: 07/03/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) (3,4)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO (1)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:
1. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
4. Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).
*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.
**. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo
Telefone(s): 3303 4608
Fax: 3303 3652

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) (78)

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (78)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (23)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) (9)
Ana Rita (PT) (54,55)	2. Lídice da Mata (PSB) (9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) (7,9,76)
Anibal Diniz (PT) (6,75)	4. Acir Gurgacz (PDT) (24,25,49,51,60,61)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) (8,79)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) (32,33)	7. Humberto Costa (PT) (12)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (38)	
Eduardo Braga (PMDB) (39,50,77)	1. Romero Jucá (PMDB) (2,4,16,20,27,39,50,77)
Vital do Rêgo (PMDB) (1,15,39,50,77)	2. Roberto Requião (PMDB) (3,16,36,39,46,50,77)
Pedro Simon (PMDB) (39,50,77)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (13,16,39,50,52,53,63,64,77)
Sérgio Souza (PMDB) (39,50,77)	4. Clésio Andrade (PMDB) (14,16,39,50,77)
Luiz Henrique (PMDB) (20,39,50,77)	5. Valdir Raupp (PMDB) (39,77)
Eunício Oliveira (PMDB) (26,39,77)	6. Benedito de Lira (PP) (39,77)
Francisco Dornelles (PP) (39,77)	7. Waldemir Moka (PMDB) (39,77)
Sérgio Petecão (PSD) (40,41,43,70,73,74,77)	8. Kátia Abreu (PSD) (29,30,31,37,40,41,43,57,58,68,69,73,74,77)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB) (71)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) (71)	2. Ataídes Oliveira (PSDB) (71,72)
Alvaro Dias (PSDB) (71)	3. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (11,71)
José Agripino (DEM) (17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) (18,42,44)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (59,38)	
Armando Monteiro (PTB) (82)	1. Gim (PTB) (5,45,65,81,82)
Sodré Santoro (PTB) (62,82)	2. Eduardo Amorim (PSC) (10,45,80,82)
Magno Malta (PR) (82)	3. Blairo Maggi (PR) (19,21,34,35,66,67,82)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (82)	4. Alfredo Nascimento (PR) (47,48,82)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.
******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.
*******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunicio Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.
********. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.
*********. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
***********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
*************. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**
1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)
3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)
9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB.
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).
47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).

51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão(OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
77. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga,, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
76. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
75. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
74. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
78. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 01/2013 - CCJ).
79. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
80. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
81. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 029/2013).
82. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (1)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) (3)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO (2)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (1)	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (OF. nº 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (68)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (68)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (15)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) (38)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) (49)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (13,23)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (9)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) (16)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) (30)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (41)	
Ricardo Ferraço (PMDB) (43,66)	1. Eduardo Braga (PMDB) (2,19,43,46,66)
Roberto Requião (PMDB) (26,27,28,40,43,66)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (43,46,57,66)
Romero Jucá (PMDB) (6,12,25,43,66)	3. Valdir Raupp (PMDB) (43,66)
João Alberto Souza (PMDB) (29,31,39,43,66)	4. Luiz Henrique (PMDB) (43,46,66)
Pedro Simon (PMDB) (17,43,66)	5. VAGO (43,46)
Ana Amélia (PP) (43,46,66)	6. VAGO (20,43,46)
Benedito de Lira (PP) (43,46,47,48,55,56,66)	7. VAGO (10,43)
Ciro Nogueira (PP) (43,46,66)	8. (43)
Kátia Abreu (PSD) (43,46,66)	9. (43)
VAGO (32,35,50,62,65)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (3,64)	1. Cícero Lucena (PSDB) (33,64)
Alvaro Dias (PSDB) (14,22,64)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (5,64)
Paulo Bauer (PSDB) (64)	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) (4,64)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (18,54,64)
José Agripino (DEM) (7)	5. Ataídes Oliveira (PSDB) (8,44,45,64,67)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (51,41)	
Armando Monteiro (PTB) (71)	1. Eduardo Amorim (PSC) (58,69,71)
Sodré Santoro (PTB) (71)	2. João Vicente Claudino (PTB) (1,42,71,72)
VAGO (11,24,71)	3. VAGO (36,37,60,71)
VAGO (24,61,71)	4. VAGO (52,53,59,70,71)
PSD PSOL (34)	
	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (63)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

***********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

************. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).
20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
33. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
34. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
35. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
36. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
37. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
38. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 008/2012-GLBUF).
43. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
44. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
45. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
46. Em 22.05.2012, foi lido o OF. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
47. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
48. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
49. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
50. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
51. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

52. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
53. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
54. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
55. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
57. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
56. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
58. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
59. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
60. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
61. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
63. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (OF. Nº 0012/2013-GLPSD).
62. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
64. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
65. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
66. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
67. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Ofícios Nºs 10/2013-GLDEM e 58/2013-GLPSDB).
68. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 05/2013 - S.CE).
69. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 030/2013).
70. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
71. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
72. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:
*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (68)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (68)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (14)	
Anibal Diniz (PT)	1. VAGO (73)
Acir Gurgacz (PDT) (11,15,39,40,49,50)	2. Delcídio do Amaral (PT) (3)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Ana Rita (PT) (72)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. João Capiberibe (PSB) (70)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (37)	
Romero Jucá (PMDB) (16,65)	1. Sérgio Souza (PMDB) (41,42,53,54,65)
Luiz Henrique (PMDB) (19,20,38,65)	2. Eduardo Braga (PMDB) (65)
Garibaldi Alves (PMDB) (65,67)	3. João Alberto Souza (PMDB) (20,21,65)
Valdir Raupp (PMDB) (6,65)	4. VAGO (17,65,71)
Ivo Cassol (PP) (65)	5. Eunício Oliveira (PMDB) (31,32,35,67)
Kátia Abreu (PSD) (12,13,22,24,65)	6. VAGO (8,28,29,30,36)
	7. VAGO (4,5,9,34,44,45,56,57,64)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) (59,61)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (59)
Cícero Lucena (PSDB) (7,10,59,62)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (59,63)
José Agripino (DEM) (18,26,27)	3. VAGO (26,51)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (46,37)	
Eduardo Amorim (PSC) (1,25,52,69)	1. Gim (PTB) (2,66,69)
Blairo Maggi (PR) (47,48,55,60,69)	2. Fernando Collor (PTB) (43,69)
PSD PSOL (33)	
Randolfe Rodrigues (PSOL) (4,58)	

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.
*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
***********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**
1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
5. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
6. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
9. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
10. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
15. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
16. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of nº 059/2011-GLDEM).
19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
20. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
21. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
22. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
23. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
24. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
25. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
26. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
27. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
29. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
30. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).
39. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
40. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 087/2012-GLDBAG).
41. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
42. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
43. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
44. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
45. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
46. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
47. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
48. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 105/2012/BLUFOR/SF).
49. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
50. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 138/2012 - GLDBAG).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
52. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
53. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 357/2012).
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
57. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
58. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (OF. Nº 0012/2013-GLPSD).
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício nº 16/13-GLPSDB).
60. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº. 13/2013-BLUFOR).
61. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício nº 31/13-GLPSDB).
62. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro(Ofício nº 34/13-GLPSDB).
63. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
64. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

65. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
67. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
66. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. nº 27/2013-BLUFOR).
68. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 33/2013 - CMA).
69. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR nº 37/2013).
70. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares(Of. 040/2013 -GLDBAG).
71. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 87/2013 - GLPMDB).
72. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).
73. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/20113 - GLDBAG).

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur
Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) (2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (10)	
VAGO (9)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) (7)	2. VAGO (4,9,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,8)	1. VAGO (12)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (10)	
Eduardo Amorim (PSC) (5,14)	1. VAGO

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. n° 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. n° 154/2012-GLPMDB).
12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a SubComissão (Of. n° 52/2013-CMA).
14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. n° 52/2013/CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício n° 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Rodrigo Rollemberg (PSB) (7)	1. VAGO (7)
VAGO	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (1,5)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO (7,9,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (6)	
Sérgio Souza (PMDB) (7)	1. Valdir Raupp (PMDB) (11)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. VAGO (8)
Eduardo Braga (PMDB)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (6)	
Blairo Maggi (PR) (3,7,12)	1. Eduardo Amorim (PSC) (7,13,14,15,17)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).
15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a SubComissão (Of. nº 52/2013-CMA).
17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (13)
VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (13)
RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) (13)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Jorge Viana (PT) (6)	1. Anibal Diniz (PT) (6,9)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (8)	
Sérgio Souza (PMDB) (1,3,4,7)	1. Ivo Cassol (PP) (10)
Valdir Raupp (PMDB) (11)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (8)	
Blairo Maggi (PR) (5,9,12)	1. VAGO

Notas:

1. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
4. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
5. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
10. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.3.2013, bem como a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.
14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a SubComissão (Of. nº 52/2013-CMA).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS NA RIO+20

Finalidade: Subcomissão alterada pelo RMA nº 53/2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de monitorar a implementação das medidas adotadas na Rio+20. (Subcomissão anterior: Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - RMA nº 25/2011)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) (1)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
VAGO (4,2,3)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:
1. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
2. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
3. Em 19.10.2012 o Senador João Costa é designado como membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 278/2012/CMA).
4. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
*. Em 03.07.2012, lido o Requerimento nº 53, de 2012-CMA, aprovado em 27.06.2012, que altera a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 (Of. nº 193/2012/CMA).

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) (62)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (62)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (15)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) (49,52,61)	2. Eduardo Suplicy (PT) (13,24)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Anibal Diniz (PT) (14,25,27)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) (11,39,40)	6. Lídice da Mata (PSB) (22,61)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (43)	
Casildo Maldaner (PMDB) (60)	1. Roberto Requião (PMDB) (7,9,26,33,60)
Pedro Simon (PMDB) (2,12,28,29,30,42,60)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (38,60)
Paulo Davim (PV) (32,34,41,60)	3. VAGO
VAGO (17,31,60,64)	4. VAGO (20)
Sérgio Petecão (PSD) (19,60)	5. VAGO (12)
VAGO	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) (4,8,16,36,46,63)	1. VAGO (6,23,59)
VAGO (5)	2. VAGO (58)
VAGO (18,37,45,54)	3. Wilder Morais (DEM) (48)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (51,43)	
Magno Malta (PR) (1,56,67)	1. VAGO (47,55,67)
VAGO (10,44,66,67)	2. VAGO (65,67)
VAGO (67)	3. VAGO (50,53,57,67)
PSOL	
VAGO (35)	1. Randolfe Rodrigues (3)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela

Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*********. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

**********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

***********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

************. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB)
4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).
7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
8. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).
9. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
10. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).
12. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)
13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
14. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
20. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)
24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).
25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).
26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
27. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).
28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
29. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

30. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
31. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
37. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
38. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
39. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
40. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
41. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
42. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
43. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
44. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).
45. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. nº 16/2012-GLDEM).
46. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
47. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
48. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
49. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
50. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
51. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
53. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
52. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
54. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
55. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
56. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
57. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
58. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
59. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador João Cabiperibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
62. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 04/2013 - CDH).

63. Em 1°.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. n° 59/2013- GLPSDB).
64. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF n° 88/2013 - GLPMDB).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR n° 61/2013).
66. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. n° 66/2013-BLUFOR).
67. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: quintas-feiras, às 09:00hs - Plenário n° 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT) (7)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Sérgio Petecão (PSD) (3)	1. VAGO (4)
VAGO (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1,6)	1.

Notas:
1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. N° 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 1°.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
7. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (43)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) (43)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (7)	
Jorge Viana (PT) (45)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. VAGO (45,46)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) (4,6)	3. Lindbergh Farias (PT) (3)
Anibal Diniz (PT) (5,8,9,46)	4. Eduardo Lopes (PRB) (17,18)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) (16)
Lídice da Mata (PSB) (44)	6. João Capiberibe (PSB) (15)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (22)	
Ricardo Ferraço (PMDB) (42)	1. Sérgio Souza (PMDB) (42)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (42)	2. João Alberto Souza (PMDB) (42)
Pedro Simon (PMDB) (23,24,27,42)	3. Roberto Requião (PMDB) (42)
Eunício Oliveira (PMDB) (42)	4. Romero Jucá (PMDB) (42)
Luiz Henrique (PMDB) (42)	5. Ana Amélia (PP) (42)
Francisco Dornelles (PP) (42)	6. Sérgio Petecão (PSD) (12,13,14,21,28,32,33,42)
	7. VAGO (38,40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) (39,41)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (39)
Paulo Bauer (PSDB) (2,39)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (39)
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) (10,30,47)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (29,22)	
Sodré Santoro (PTB) (49)	1. Gim (PTB) (34,48,49)
Fernando Collor (PTB) (31,49)	2. Eduardo Amorim (PSC) (1,49)
Magno Malta (PR) (25,26,35,36,49)	3. VAGO (19,20,37,49)
PSD PSOL	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.
********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
*********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.
***********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."
***********. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**
1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
13. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

24. Em 1°.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. N° 081/2012/BLUFOR/SF).
27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB n° 192/2012).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 191/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB n° 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento n° 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. N° 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS n° 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (OFÍCIO n° 012/2013-GLPSD).
39. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
40. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB n° 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
41. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia(Of. 55/2013-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB n° 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. n° 001/2013 - CRE).
44. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG n° 024/2013).
45. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG n° 29/2013).
46. Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
47. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. 14/2013-GLDEM).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR n° 033/2013).
49. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE´s nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) (8,9,10,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) (2,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (7)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) (5,6)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:
1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.
***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.
*****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamnto da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Blairo Maggi (PR) (6,7,8,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) (3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) (1)

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (6)	
Blairo Maggi (PR) (15,16,18,21,22)	1. Eduardo Lopes (PRB) (11,12)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (10)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) (4,7)	4. Sérgio Souza (PMDB) (1,5,9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (13)	
VAGO (14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (13)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (20)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
10. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
11. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
12. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
13. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).
18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) (54)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (54)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (8)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (20,21)
Acir Gurgacz (PDT) (31,32,44,45)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) (18)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (25)	
Clésio Andrade (PMDB) (56,26,33,34,47,48)	1. Romero Jucá (PMDB) (56,26)
Lobão Filho (PMDB) (56,26)	2. Sérgio Souza (PMDB) (56,2,3,10,26)
Eduardo Braga (PMDB) (56,26)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (56,26)
Valdir Raupp (PMDB) (56,26)	4. Roberto Requião (PMDB) (56,9,26)
Vital do Rêgo (PMDB) (56,60,26)	5. Waldemir Moka (PMDB) (56,11,22,23,26)
Eunício Oliveira (PMDB) (56,26)	6. Ivo Cassol (PP) (56,26)
Ciro Nogueira (PP) (56,26)	7. Francisco Dornelles (PP) (56,15,16,17,24,26)
Sérgio Petecão (PSD) (56,27,30,39,40,51,52,55)	8. Kátia Abreu (PSD) (56,5,6,12,14,27,28,30,52,55)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (57,53)	1. Aécio Neves (PSDB) (53)
Flexa Ribeiro (PSDB) (53)	2. Alvaro Dias (PSDB) (53)
Lúcia Vânia (PSDB) (1,4,53)	3. Cyro Miranda (PSDB) (4,7,53)
Wilder Morais (DEM) (29,37)	4. Jayme Campos (DEM) (29,38)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (41,25)	
Fernando Collor (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Alfredo Nascimento (PR) (59,36,46)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Blairo Maggi (PR) (35)	3. João Costa (PPL) (58,42,43,50)
PSOL	
(19)	1. Randolfe Rodrigues (19,49)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.
********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.
**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
***********. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**
1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).
11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)
19. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 20/2012-GSRR).
20. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
21. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).
22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
23. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 36/2012).

24. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
25. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
26. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
27. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
28. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
29. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 19/2012-GLDEM).
30. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
31. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
32. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 088/2012-GLDBAG).
33. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
34. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
35. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
36. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. N° 093/2012/BLUFOR/SF).
37. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. N° 045/12-GLDEM).
38. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Morais como titular (OF. N° 045/12-GLDEM).
39. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
40. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
41. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
42. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
43. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 104/2012/BLUFOR/SF).
44. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
45. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 140/2012 -GLDBAG).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2012).
49. Em 03/12/2012, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. GSRR nº 264/2012).
51. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
52. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
53. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
56. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo

Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
54. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CI).
55. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
57. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
58. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
59. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
60. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (OF. GLPMDB nº 114/2013).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Instalação: 09/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
VAGO (1,5,6,7,9)	2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. VAGO (3,4,8)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. nº 002/2012-GLDBAG).
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
4. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
5. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
6. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
7. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 066/2012-PRES/CI).
8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
9. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
*. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,6,10)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
	1. VAGO (3,4,7,8,9,11)

Notas:
1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº058/2012 - CI).
3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
6. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).
10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.
**. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (49)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) (49)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (10)	
Wellington Dias (PT) (1)	1. João Capiberibe (PSB) (47)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (46)	2. Zeze Perrella (PDT) (7,11)
Inácio Arruda (PC DO B) (48)	3. Walter Pinheiro (PT) (2,50)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) (33,34,39,40)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) (14)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (30)	
Romero Jucá (PMDB) (45)	1. Eduardo Braga (PMDB) (15,45)
Ricardo Ferraço (PMDB) (21,22,23,29,32,45)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (45)
Ana Amélia (PP) (45)	3. João Alberto Souza (PMDB) (3,38,45)
Ciro Nogueira (PP) (16,35,45)	4. Ivo Cassol (PP) (27,45)
Benedito de Lira (PP) (45)	5. VAGO (8,9,17,19)
Kátia Abreu (PSD) (45)	6. VAGO (24,25,28)
(44)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (5,12,20,43)	1. Cícero Lucena (PSDB) (43)
Ruben Figueiró (PSDB) (43)	2. Lúcia Vânia (PSDB) (6,43)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Morais (DEM) (4,36)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (37,30)	
Sodré Santoro (PTB) (42,51)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC) (31)	2. Magno Malta (PR)
PSD PSOL (26)	
	1. VAGO (13,41)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

**********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
9. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
13. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
18. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
19. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
20. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
21. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
22. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
24. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
23. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
25. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
26. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
27. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
28. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
29. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
30. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
31. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).

32. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).
33. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
34. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).
35. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
36. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of nº 049/12-GLDEM).
37. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
38. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
39. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
40. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
41. Em 03/12/2012, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão, em razão do disposto no art. 77, § 2º, do RISF (Of. GSRR nº 264/2012).
42. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
43. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
44. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
45. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
46. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
47. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
48. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
49. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
50. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel(Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
51. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 034/2013).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Reuniões: quartas-feiras, às 14h -
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (1)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (6)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim (3,4,5,7,8)	

Notas:
1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
3. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
4. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. N° 377/2011-PRES/CDR).
5. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB n° 140/2012).
8. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. N° 119/2012-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (4)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. VAGO (10,11)
VAGO (9)	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (8)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (12)
Ivo Cassol (PP) (3,5,6,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:
1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Zeze Perrella (PDT) (1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (9)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO (6)
VAGO (5)	2. VAGO (7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) (3,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1°.09.2011.
4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) (64)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (64)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (15)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (7,10,22,23,57)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) (11,16)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (38,47)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (4)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (37)	
Clésio Andrade (PMDB) (62)	1. Romero Jucá (PMDB) (28,29,35,52,62)
Sérgio Souza (PMDB) (62)	2. Luiz Henrique (PMDB) (62)
Casildo Maldaner (PMDB) (25,26,27,36,49,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) (39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) (62)	4. Valdir Raupp (PMDB) (62)
Ivo Cassol (PP) (12,13,19,21,62)	5. Ciro Nogueira (PP) (62)
Benedito de Lira (PP) (62)	6. Sérgio Petecão (PSD) (17,62)
Kátia Abreu (PSD) (31,59,61,62)	7. Garibaldi Alves (PMDB) (32,43,44,58,59,61,63)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (2,60)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (60)
Ruben Figueiró (PSDB) (60)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (3,9,14,60)
Jayme Campos (DEM)	3. VAGO (5,18,48)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (45,37)	
Gim (PTB) (1,8,49,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6,54)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (24,33,34,46)	2. Blairo Maggi (PR) (24,41,42,55,56)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibardi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões**

Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

**********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).
2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1°.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. N° 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. n° 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. N° 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR n° 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB n° 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB n° 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. N° 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento n° 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. N° 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento n° 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO n° 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB n° 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB n° 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. n° 19/2013-CRA).

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) (41)

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) (41)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (8)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) (39)	2. Anibal Diniz (PT) (40)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) (11,13)
João Capiberibe (PSB) (9,10,18)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB) (1,22,23)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (24)	
Lobão Filho (PMDB) (38)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (2,4,12,38)
João Alberto Souza (PMDB) (25,26,31,32,38)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (38)
Valdir Raupp (PMDB) (38)	3. Ivo Cassol (PP) (38)
Luiz Henrique (PMDB) (38,43)	4. Benedito de Lira (PP) (30,38)
Ciro Nogueira (PP) (38)	5. Sérgio Souza (PMDB) (6,7,14,16,42)
Sérgio Petecão (PSD) (38)	6. VAGO
(19,21,35,37)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (36,44)	1. VAGO (36,44)
Flexa Ribeiro (PSDB) (36)	2. Cícero Lucena (PSDB) (36)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (28,24)	
Gim (PTB) (29)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR) (3,17)	2. João Ribeiro (PR) (17,34)
PSD/PSOL	
	1. (5,27,33)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.
********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.
*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
***********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
************. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**
1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
5. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).
6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
10. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
11. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (OF. nº 126/2011 - GLDBAG).
12. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 270/2011 - GLPMDB).
13. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
14. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
15. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
16. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
17. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
19. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
20. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
21. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
22. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
23. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).
24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

26. Em 1°.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
27. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. n° 55/2012 - GLPSD).
28. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
29. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (OF. GLPMDB n° 346/2012).
31. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
32. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 360/2012).
33. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
34. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS n° 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
35. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro suplente do PSD na Comissão (OF. N° 0013/2013-GLPSD).
36. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
37. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB n° 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
38. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB n° 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
39. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz (Of. GLDBAG n° 032/2013).
40. Em 05.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG n° 033/2013).
41. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. n° 005/2013-CCT).
42. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria(Of. GLPMDB n° 093/2013).
43. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira(Of. GLPMDB n° 075/2013).
44. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda(Of. GLPSDB n° 087/2013).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs -
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 11/03/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007
2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009
3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011
4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013
5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Sérgio Souza (PR)	1. VAGO
Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Romero Jucá (RR)	4. VAGO
PT	
Wellington Dias (PI)	1. Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)	2. Paulo Paim (RS)
Anibal Diniz (AC)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO
PTB	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Lídice da Mata (BA)	1. Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Antonio Carlos Rodrigues (SP)	1. VAGO

PSD	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (TO)

Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)
VAGO

Atualização: 14/03/2013

Notas:
*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução n° 20, de 1993.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP) (1)	PR

Atualização: 11/03/2013

Notas:
1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) PROCURADORIA DA MULHER

(Ato da Comissão Diretora nº 3, de 2013)

PROCURADORA: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (1)

Atualização: 06/03/2013

Notas:
1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):(61) 3303-5255 **Fax:**(61) 3303-5260
E-mail:scop@senado.leg.br

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDORA-GERAL: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

1ª Designação: 26/04/2011
2ª Designação: 15/03/2013

Atualização: 15/03/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS)
PT
Angela Portela (RR)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
VAGO
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
VAGO
PSB
Lídice da Mata (BA)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (TO)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB

Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PPL
João Costa (TO)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2013

Notas:
1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS)
PT
Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
Armando Monteiro (PE)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
VAGO
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
José Agripino (RN)
PR
Antonio Carlos Rodrigues (SP)
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PPL
João Costa (TO)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2014

Notas:
1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Jarbas Vasconcelos (PE)
PT
Paulo Paim (RS)
PSDB
Cícero Lucena (PB)
PTB
Sodré Santoro (RR)
PP
Ana Amélia (RS)
PDT
VAGO
PSB
João Capiberibe (AP)
DEM
José Agripino (RN)
PR
VAGO
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)

PSC
Eduardo Amorim (SE)
PPL
João Costa (TO)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2013

Notas:
1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPCB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Ricardo Ferraço (ES)
PT
Anibal Diniz (AC)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
VAGO
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Morais (GO)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (TO)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)

PSC
Eduardo Amorim (SE)
PPL
João Costa (TO)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2013

Notas:
1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): (61)3303-5255 **Fax:** (61)3303-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 19 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012
2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Luiz Henrique (SC)
PT
Jorge Viana (AC)
PSDB
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Morais (GO)
PR
Blairo Maggi (MT)
PSD
Kátia Abreu (TO)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)

PPL
João Costa (TO)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)
Representante da sociedade civil organizada
Pesquisador com produção científica relevante
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

Atualização: 14/03/2013

Notas:
1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303.5258 **Fax:** 3303.5260
E-mail: scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
(Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados [8]

COMPOSIÇÃO [2]

Presidente: Deputado Paulo Pimenta [4]
1º Vice-Presidente: Senador Cássio Cunha Lima [4]
2º Vice-Presidente: Deputado Reinaldo Azambuja [4]
3º Vice-Presidente: Senador Vicentinho Alves [4, 16, 23 e 25]

Instalação: 27-3-2012

Relator do PLDO / 2013: Senador Antonio Carlos Valadares [6]
Relator do PLOA / 2013: Senador Romero Jucá [6]
Relator da Receita: Deputado Cláudio Puty [6]

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC)	
Romero Jucá (PMDB/RR)	1. [10 e 18]
Benedito de Lira (PP/AL) [5]	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) [10, 12 e 19]
Clésio Andrade (PMDB/MG)	3. [3]
Sérgio Souza (PMDB/PR) [9 e 10]	4. [9]
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
Wellington Dias (PT/PI)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	2. Angela Portela (PT/RR) [11 e 13]
Paulo Paim (PT/RS)	3. Ana Rita (PT/ES) [7]
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	1.
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. [12]
PR	
João Costa (PPL/TO) [16, 17, 21 e 26]	1. Antonio Russo (PR/MS) [20 e 24]
PSD [1]	
Sérgio Petecão (PSD/AC)	1. [14, 15 e 22]

Notas:
1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
2- Designação na Sessão do Senado Federal de 20-3-2012.
3- Em 26-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 042/2012, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Benedito de Lira.
4- Mesa eleita em 27-3-2012, conforme Of. Pres. nº 40/2012/CMO.
5- Designado o Senador Benedito de Lira, como membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, em 16-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 67, de 2012, da Liderança do PMDB.
6- Designados o Senador Romero Jucá para o cargo de Relator-Geral do PLOA/2013, o Senador Antonio Carlos Valadares para o cargo de Relator do PLDO/2013, e o Deputado Cláudio Puty para o cargo de Relator da Receita, em 17-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2012, da Presidência da CMO.
7- Designada a Senadora Ana Rita, como membro suplente, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 84, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
8- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
9- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

10- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro titular, e o Senador Tomás Correia, como membro suplente, em 12-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 296, de 2012, da Liderança do PMDB.
11- Designado o Senador José Pimentel, como membro suplente, em substituição à Senadora Angela Portela, em 18-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 115, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.
12- Designado o Senador Mozarildo Cavalcanti, como membro suplente, em vaga pertencente ao Bloco Parlamentar da Maioria, em 18-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 135, de 2012, da Liderança do PTB e 305, de 2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
13- Designada a Senadora Angela Portela, como membro suplente, em substituição ao Senador José Pimentel, em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 116, de 2012, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.
14- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.
15- Designado o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 57, de 2012, da Liderança do PSD.
16- Em 17.10.2012, lido o Ofício nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins.
17- Designado o Senador João Costa, como membro titular, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, em 30-10-2012 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 120, de 2012, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga do PR no Senado Federal, conforme composição da CMO estabelecida em 20-3-2012.
18- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.
19- O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, no peíodo de 12-12-2012 a 12-4-2013, conforme o Requerimento nº 1.085, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 11-12-2012.
20- Em 22-1-2013, o Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, por 180 dias, conforme RQS nº 1/2013.
21- Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30-1-2013.
22- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.
23- O Senador Vicentinho Alves reassumiu o cargo de Senador, em 30.1.2013, após licença (Of. GSVALV nº 002/2013).
24- Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30-1-2013.
25- Em 4.2.2013, lido o Ofício nº 005/2013, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário de Estado para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional Extraordinário do Estado do Tocantins.
26- Designado o Senador João Costa, como membro titular, em 19-2-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 19, de 2013, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga do PR no Senado Federal, conforme composição da CMO estabelecida em 20-3-2012.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
João Paulo Lima (PT/PE)	1. Cláudio Puty (PT/PA)
Josias Gomes (PT/BA)	2. Leonardo Monteiro (PT/MG)
Paulo Pimenta (PT/RS)	3. Assis Carvalho (PT/PI) [8 e 9]
Waldenor Pereira (PT/BA)	4. Vander Loubet (PT/MS)
Zeca Dirceu (PT/PR)	5. Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	
Aníbal Gomes (PMDB/CE)	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) [2]
Edio Lopes (PMDB/RR) [2]	2. [25]
Eliseu Padilha (PMDB/RS)	3. Hugo Motta (PMDB/PB)
Leandro Vilela (PMDB/GO)	4. Osmar Serraglio (PMDB/PR) [7]
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) [7]	5. Luiz Pitiman (PMDB/DF) [22]
Mauro Lopes (PMDB/MG)	
PSDB	
Duarte Nogueira (PSDB/SP) [3]	1. Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) [3]
Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)	2. Marcus Pestana (PSDB/MG) [10]
Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)	3. Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS) [13]
PP	
João Leão (PP/BA) [4]	1. Roberto Balestra (PP/GO)
Renato Molling (PP/RS)	2. Toninho Pinheiro (PP/MG)
Cida Borghetti (PP/PR)	3. Waldir Maranhão (PP/MA)
DEM	
Augusto Coutinho (DEM/PE) [6]	1. Eli Correa Filho (DEM/SP) [6]
Felipe Maia (DEM/RN)	2. Lira Maia (DEM/PA) [11 e 12]
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	3. Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PSD	
Eduardo Sciarra (PSD/PR) [16, 17, 21 e 23]	1. Átila Lins (PSD/AM) [16 e 17]
Irajá Abreu (PSD/TO) [16 e 17]	2. Jorge Boeira (PSD/SC) [16 e 17]
Paulo Magalhães (PSD/BA) [16 e 17]	3. Manoel Salviano (PSD/CE) [16 e 17]
PR	
João Maia (PR/RN)	1. Giacobo (PR/PR)
Luciano Castro (PR/RR)	2. Jaime Martins (PR/MG)
PSB	
Paulo Foletto (PSB/ES)	1. Sandra Rosado (PSB/RN)
Márcio França (PSB/SP) [14, 15 e 24]	2. Antonio Balhmann (PSB/CE) [19 e 20]
PDT	
Giovanni Queiroz (PDT/PA)	1.Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)	2. Marcos Rogério (PDT/RO)
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	1. Roberto De Lucena (PV/SP)
Paulo Wagner (PV/RN)	2. Stepan Nercessian (PPS/RJ)
PTB	
Arnon Bezerra (PTB/CE)	1. Antonio Brito (PTB/BA)
PSC	
Leonardo Gadelha (PSC/PB) [18]	1. Professor Sérgio de Oliveira (PSC/PR) [18]
PCdoB	
Osmar Júnior (PCdoB/PI)	1. Manuela D'Ávila (PCdoB/RS) [5]
PMN [1]	
[2]	[2]

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Vaga cedida pelo PMN ao PMDB, conforme Ofício nº 296/2012/SGM/P, de 13-3-2012.

3- Designado o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro titular, e o Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro suplente, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 311/2012, da Liderança do PSDB.

4- Designado o Deputado João Leão, em substituição ao Deputado Lázaro Botelho, como membro titular, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 144/2012, da Liderança do PP.

5- Designada a Deputada Manuela D'Ávila, como membro suplente, em 28-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 097/12, da Liderança do PCdoB.

6- Designado o Deputado Augusto Coutinho, como membro titular, em substituição ao Deputado Eli Correa Filho, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76-L-Democratas/12, da Liderança do DEM.

7- Designado o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em substituição ao Deputado Osmar Serraglio, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 323, de 2012, da Liderança do PMDB.

8- Em 19-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 176/2012/PT, do Líder do PT na Câmara dos Deputados, solicitando a retirada do nome do Deputado Rubens Otoni da suplência na Comissão.

9- Designado o Deputado Assis Carvalho, como membro suplente, em 10-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 231, de 2012, da Liderança do PT.

10- Designado o Deputado Marcus Pestana, como membro suplente, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 561, de 2012, da Liderança do PSDB.

11- Designado o Deputado Ronaldo Caiado, como membro suplente, em substituição ao Deputado Lira Maia, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155, de 2012, da Liderança do DEM.

12- Designado o Deputado Lira Maia, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ronaldo Caiado, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 156, de 2012, da Liderança do DEM.

13- Designado o Deputado Nelson Marchezan Junior, como membro suplente, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 692, de 2012, da Liderança do PSDB.

14- Designado o Deputado Pastor Eurico, como membro titular, em substituição ao Deputado Laurez Moreira, em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 119, de 2012, da Liderança do PSB.

15- Designado o Deputado Laurez Moreira, como membro titular, em substituição ao Deputado Pastor Eurico, em 1°-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 121, de 2012, da Liderança do PSB.

16- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

17- Designados os Deputados Eduardo Sciarra, Irajá Abreu e Paulo Magalhães, como membros titulares, e os Deputados Átila Lins, Jorge Boeira e Manoel Salviano, como membros suplentes, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 815, de 2012, da Liderança do PSD.

18- Designados os Deputados Leonardo Gadelha e Professor Sérgio de Oliveira, como membros titular e suplente, em substituição, respectivamente, aos Deputados Ratinho Júnior e Leonardo Gadelha, em 18-9-2012, conforme Ofício nº 241, de 2012, da Liderança do PSC.

19- Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro suplente, em substituição ao Deputado Antonio Balhmann, em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 186, de 2012, da Liderança do PSB.

20- Designado o Deputado Antonio Balhmann, como membro suplente, em substituição ao Deputado Givaldo Carimbão, em 24-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 187, de 2012, da Liderança do PSB.

21- Designado o Deputado Hugo Napoleão, em substituição ao Deputado Eduardo Sciarra, em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 964, de 2012, da Liderança do PSD.

22- Designado o Deputado Luiz Pitiman, como membro suplente, em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 967, de 2012, da Liderança do PMDB.

23- Designado o Deputado Eduardo Sciarra, como membro titular, em substituição ao Deputado Hugo Napoleão, em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.019, de 2012, da Liderança do PSD.

24- Designado o Deputado Márcio França, como membro titular, em substituição ao Deputado Laurez Moreira, em 28-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 201, de 2012, da Liderança do PSB.

25- Vago em virtude da renúncia do Deputado Joaquim Beltrão ao mandato de Deputado Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas
Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893
Fax: (61) 3216-6905
E-mail: cmo@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Senador Sérgio Souza (PMDB/PR)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	Armando Monteiro (PTB/PE)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Sérgio Souza (PMDB/PR)
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Paulo Paim (PT/RS)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	João Paulo Lima (PT/PE)
PMDB	Celso Maldaner (PMDB/SC)
PSDB	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)
PDT	Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)
PTB	Antonio Brito (PTB/BA)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	Paulo Wagner (PV/RN)
PCdoB	Osmar Júnior (PCdoB/PI)
PSD	Átila Lins (PSD/AM)[1]

Notas:
1-Nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Cláudio Puty (PT/PA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Clésio Andrade (PMDB/MG)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
PSD	Sérgio Petecão (PSD/AC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Cláudio Puty (PT/PA)
PMDB	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
PSDB	Duarte Nogueira (PSDB/SP)
PP	Renato Molling (PP/RS)
DEM	Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PR	Giacobo (PR/PR)
PSB	Paulo Foletto (PSB/ES)
PSD	Irajá Abreu (PSD/TO)[1]

Notas:
1- Nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Mauro Lopes (PMDB/MG)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	Vicentinho Alves (PR/TO) [1, 3 e 4]
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Wellington Dias (PT/PI)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Josias Gomes (PT/BA)
PT	Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	Mauro Lopes (PMDB/MG)
PSDB	Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)
DEM	Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)
PSB	[5]
PDT	Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
PSD	Jorge Boeira (PSD/SC)[2]

Notas:
1- Em 17.10.2012, lido o Ofício nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins.
2- Nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
3- O Senador Vicentinho Alves reassumiu o cargo de Senador, em 30.1.2013, após licença (Of. GSVALV nº 002/2013).
4- Em 4.2.2013, lido o Ofício nº 005/2013, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário de Estado para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional Extraordinário do Estado do Tocantins.
5- Vago em virtude da renúncia do Deputado Laurez Moreira ao mandato de Deputado Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Marcus Pestana (PSDB/MG)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Benedito de Lira (PP/AL)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Leonardo Monteiro (PT/MG)
PMDB	Edio Lopes (PMDB/RR)
PSDB	Marcus Pestana (PSDB/MG)
PP	Roberto Balestra (PP/GO)
PR	João Maia (PR/RN)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	Arnaldo Jardim (PPS/SP)
PSC	Leonardo Gadelha (PSC/PB)
PSD	Manoel Salviano (PSD/CE)[1]

as:
Not os termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
1- N

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados [21]

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin [15, 20 e 27]
Vice-Presidente: Deputado Fernando Ferro [15, 20 e 27]
Relator: Deputado Sarney Filho [16, 20 e 27]

Instalação: 27-2-2013 [15, 20 e 27]

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	
Jorge Viana (PT/AC) [7]	1. Wellington Dias (PT/PI) [7]
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) [7, 13 e 17]	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) [7]
Blairo Maggi (PR/MT) [7, 23 e 26]	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) [7]
Cristovam Buarque (PDT/DF) [7]	4. [7 e 17]
[22]	5. [22]
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PSD)**	
Sérgio Souza (PMDB/PR) [3 e 14]	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) [3]
Eduardo Braga (PMDB/AM) [3]	2. Romero Jucá (PMDB/RR) [3]
Ciro Nogueira (PP/PI) [3, 11 e 12]	3. Renan Calheiros (PMDB/AL) [3]
Sérgio Petecão (PSD/AC) [3 e 18]	4. [3 e 19]
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB / DEM)**	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) [2]	1. [2 e 24]
Wilder Morais (DEM/GO) [6, 10 e 25]	2. Jayme Campos (DEM/MT) [6, 10 e 28]
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB / PR / PSC)**	
João Vicente Claudino (PTB/PI) [4]	1. [8, 9 e 12]
PSOL [1]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) [5]	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.
3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.
4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.
5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.
6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.
7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Magi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.
9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.
10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.
11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.
12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.
13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.
14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.
15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.
16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.
17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.
19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
25- Designado o Senador Wilder Morais, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) [2]	1. Francisco Praciano (PT/AM) [2]
Márcio Macêdo (PT/SE) [2]	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) [2]
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) [2, 5 e 6]	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) [2]
André Zacharow (PMDB/PR) [2, 9 e 10]	2. Adrian (PMDB/RJ) [10]
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) [14 e 15]	1. [14]
[14]	2. [14]
PSDB	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) [2 e 11]	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) [2]
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) [2]	1. Rebecca Garcia (PP/AM) [2]
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) [2]	1. [2 e 8]
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) [2 e 18]	1. [2, 12 e 18]
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) [2 e 17]	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) [2, 7, 13 e 17]
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) [2]	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) [2]
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Sarney Filho (PV/MA) [2 16]	1.Alfredo Sirkis (PV/RJ) [2 16]
PTB [1]	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) [2 e 3]	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) [4]

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.

17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.

18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Telefone: (61) 3303-3122
E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados [3]

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
[4]	4. [3]
PSDB	
	1.
PTB	
Gim (PTB/DF) [2]	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) [2 e 5]
DEM	
	1.
PSOL [1]	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Gim e Mozarildo Cavalcanti em 1º-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 78/2011, da Liderança do PTB.

3- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

4- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

5- O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, no peíodo de 12-12-2012 a 12-4-2013, conforme o Requerimento nº 1.085, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 11-12-2012.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente:
Vice-Presidente:

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA Eunício Oliveira (PMDB/CE) [1]
LÍDER DA MINORIA Nilson Leitão (PSDB/MT)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Mário Couto (PSDB/PA) [2]
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Ricardo Ferraço (PMDB/ES) [3]

(Atualizada em 28.02.2013)

Notas:

1-Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

2-Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

3-Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 13 (treze) Senadores [18] e 13 (treze) Deputados [18] e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011
Designação: 14-12-2011
Instalação: 8-2-2012
Prazo Final: 19-8-2012
Prazo Final Prorrogado: 28-3-2013 [17]
Prazo Final Prorrogado: 9-8-2013 [21]

Presidente: Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota
Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP) [20]	2. Lídice da Mata (PSB/BA) [10 e 11]
[11]	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. [6]
[19]	5. [19]
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
[16]	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) [14 e 15]
Ana Amélia (PP/RS) [3, 4, 9 e 13]	2. Sérgio Souza (PMDB/PR) [2, 8, 12 e 16]
	3.
	4.
[19]	5. [19]
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim (PTB/DF) [7]
PSOL [1]	
[5]	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.

9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.

10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.

11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.

12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.

13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.

14- Cedida uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

15- Designada a Senadora Vanessa Grazziotini, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

16- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 9-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 170/2012, da Liderança do Bloco, no Senado Federal.

17- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2012, lido em 16-7-2012 (Sessão do Senado Federal).

18- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

19- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

20- Em 13-9-2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura.

21- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 4, de 2013, lido em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
[14]	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA) [9 e 12]
Jô Moraes (PCdoB/MG) [1]	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSD	
Ademir Camilo (PSD/MG) [10 e 11]	1.
	2.
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) [8]
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) [5]
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. [2, 4 e 13]
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) [7]	1 Sandra Rosado (PSB/RN) [7]
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Morais (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) [6]
PTB [1]	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) [3]

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Fulan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

10- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

11- Designado o Deputado Ademir Camilo, como membro titular, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

12- Designada a Deputada Elcione Barbalho, como membro suplente, em substituição à Deputada Nilda Gondim, em 4-12-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.229/2012, da Liderança do PMDB.

13- Vago em virtude da renúncia do Deputado Neilton Mulim ao mandato de Deputado Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

14- Vago em virtude da renúncia da Deputada Teresa Surita ao mandato de Deputada Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) [1]	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) [5]	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) [5]
Eunício Oliveira (PMDB/CE) [5]	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) [5]
Clésio Andrade (PMDB/MG) [5]	3. [5 e 11]
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) [1]	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) [2]	1. Pedro Taques (PDT/MT) [7]
Cristovam Buarque (PDT/DF) [2]	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) [7]
Paulo Paim (PT/RS) [2 e 7]	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) [7]
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) [2]	1. [6 e 10]
Wilder Moraes (DEM/GO) [2 e 6]	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) [3]	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) [3]
Gim (PTB/DF) [3]	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) [3]
PSD [4]	
Sérgio Petecão (PSD/AC) [2]	1. [2, 8, 9 e 12]

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela [1]	1. Gealdo Resende [1]
Luiz Pitiman [1]	2. Sandro Mabel [1]
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto [1]	1. Toninho Pinheiro [1]
DEM	
Augusto Coutinho [1]	1. João Bittar [1]
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Augusto Carvalho [1]	1.
PTB	
	1.

Notas:
1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.Distrito Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza [1]
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro [1]
Relator: Senador Romero Jucá [1]

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Morais (PCdoB/MG)

Notas:
1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza[1]

Câmara dos Deputados	Senado Federal
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Romero Jucá (PMDB/RR)
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	Jorge Viana (PT/AC)
Sérgio Sveiter (PSD/RJ)	Pedro Taques (PDT/MT)
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)

Notas:
1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.

Secretaria de Comissões (SCOM)
Diretor: Flávio Roberto de A. Heringer
Telefone: (61) 3303-3487
E-mail: scom@senado.leg.br

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	PRESIDENTE Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE André Vargas (PT-PR)	1ª VICE-PRESIDENTE Jorge Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Fábio Faria (PSD-RN)	2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO Marcio Bittar (PSDB-AC)	1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
2º SECRETÁRIO Simão Sessim (PP-RJ)	2º SECRETÁRIO Angela Portela (PT-RR)
3º SECRETÁRIO Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira (PP-PI)
4º SECRETÁRIO Biffi (PT/MS)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino (PTB-PI)
LÍDER DA MAIORIA	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA Eunício Oliveira (PMDB–CE)
LÍDER DA MINORIA Nilson Leitão (PSDB-MT)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Vital do Rêgo (PMDB-PB)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL [1]

(13 titulares e 13 suplentes)
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA** [2]
Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA** [2]

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO[3]
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO[4]
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004
3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
ssccn@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.
2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.
3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.
4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente:
Vice-Presidente:
Vice-Presidente:

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	

(Atualizada em 11.03.2013)

Edição de hoje: 530 páginas

(OS: 11018/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL